# HISTÓRIAS DA GENTE BRASILEIRA

MARY DEL PRIORE

VOLUME 2 IMPÉRIO

Império! Um Brasil menino nos primeiros passos para sua autonomia como nação; uma pátria-mãe temerosa desse crescimento, que implica separação e perda; uma sociedade em formação, abrigada sob o manto verde do café, manchada pela escravidão.

* * *

Venha acompanhar passos, gestos e arroubos de d. Pedro I, um jovem e inflamado príncipe, menos seguro de si do que ele mesmo gostaria. Observar as lentas mudanças nas relações familiares, de senhores e escravos, de patrões e empregados que começam a acontecer. Em algum momento, uma boa surpresa: o amor se assenhora de casamentos, deixando de lado interesses e preconceitos. Destaca-se a separação entre público e privado. Rebeliões... elas foram muitas. Movimentos separatistas assolavam o país. O medo de revoltas marcou a primeira metade do século XIX.

* * *

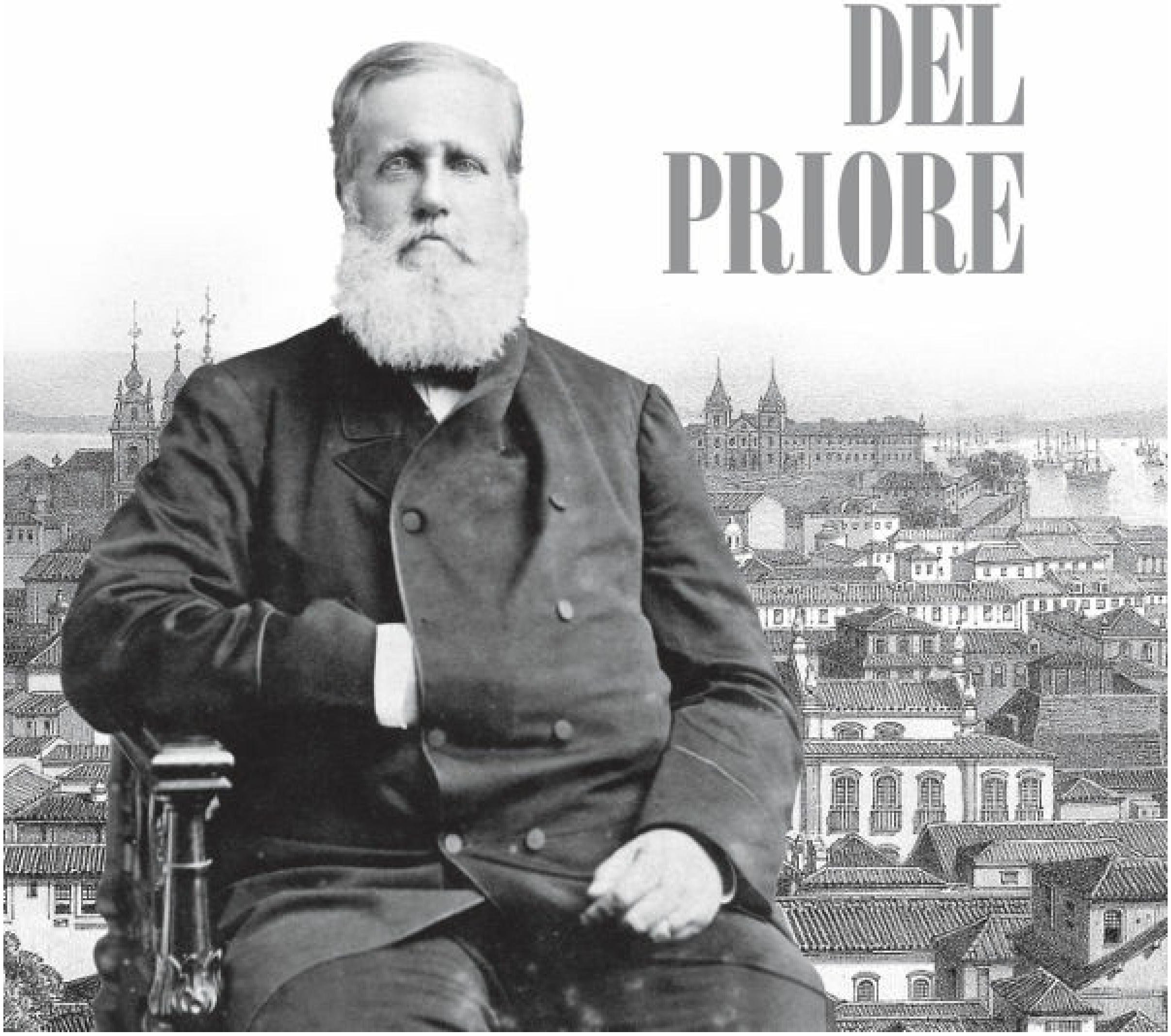
Uma das historiadoras mais importantes da atualidade, Mary del Priore quer nos apresentar uma outra maneira de contar a história do Brasil: descortinando o nosso dia a dia e formando um mosaico da gente brasileira, ela nos transporta diretamente para o Império, um dos períodos mais ricos da nossa história.

# HISTÓRIAS DA GENTE BRASILEIRA

## VOLUME 2

## IMPÉRIO

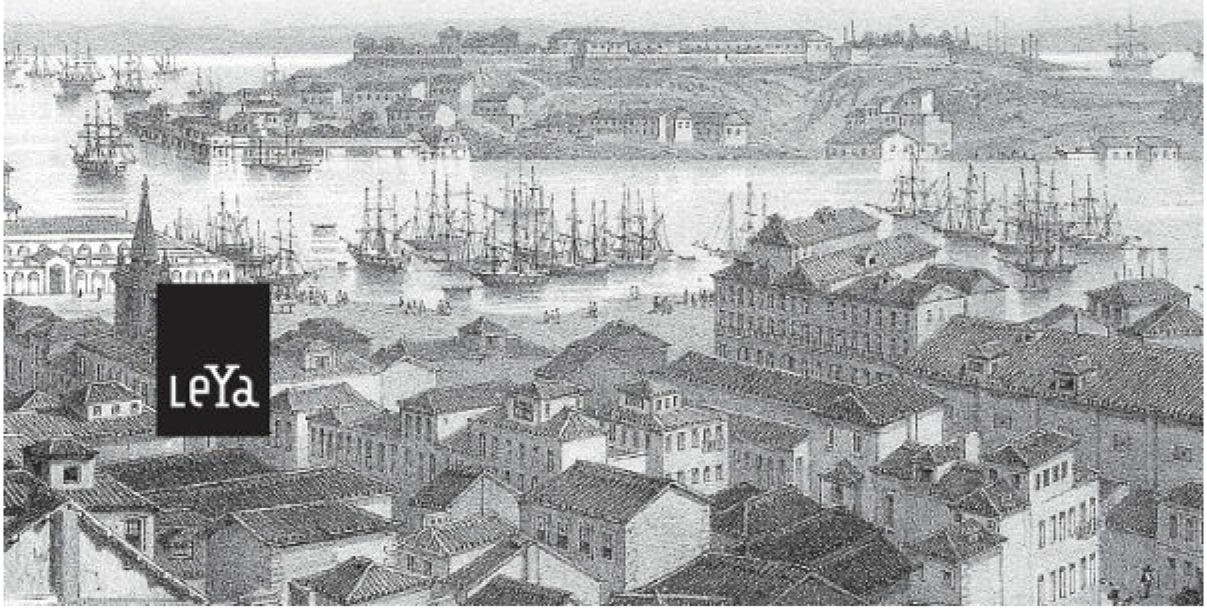
MARY
DEL
PRIORE



# HISTÓRIAS DA GENTE BRASILEIRA

VOLUME 2

IMPÉRIO



LeYa

Copyright © 2016 Mary del Priore
© 2016 LeYa Editora Ltda.
Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.

Preparação
**Vera Cristina Rodrigues Feitosa**
Revisão
**Bárbara Anaissi**
Projeto gráfico de miolo e de capa
**Victor Burton**
Diagramação
**Adriana Moreno e Anderson Junqueira**
Pesquisa iconográfica
**Renato Venancio**
Pesquisa documental
**Carlos Milhono**
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

---

Del Priore, Mary
Histórias da gente brasileira: volume 2: Império / Mary del Priore. — São Paulo: LeYa, 2016.
520 p.
ISBN: 978-85-441-0488-0
1. Brasil – História 2. Brasil – Império, 1822-1889 – Usos e costumes I. Título
16-1217
CDD 981

---

Índices para catálogo sistemático
1. Brasil – História

Todos os direitos reservados à
LEYA EDITORA LTDA.
Av. Angélica, 2318 – 12º andar
01228-200 – São Paulo – SP
www.leya.com.br

*Aos meus colegas e alunos da Universidade Salgado de Oliveira pelo permanente apoio e carinho.*

*A Renato Venancio pela iconografia.*

*A Carlos Milhono pela ajuda na coleta documental.*

*A Lizir Arcanjo pelas generosas e raras indicações documentais.*

*Aos amigos Arnaldo Danemberg, Júlio Bandeira e Victor Andrade de Melo pelas sugestões bibliográficas.*

*Ao Museu Imperial pela prestimosa cessão de imagens.*

# SUMÁRIO

**PREFÁCIO**

**PARTE 1** **TERRA E TRABALHO**

**1.** Retrato de um Império quando jovem

**2.** Tempo de medo, fogo e sangue

**3.** O imperador e o "rei"…

**4.** O café antes do Império…

*A explosão verde*

**5.** Depois do ouro: terras e gente mineira

**6.** "Onde tudo era tão difícil": viver nos sertões

**7.** Rumo ao Norte, um missionário especial…

**8.** Enquanto nas capitais do Império…

**9.** A Nova Cartilha Agrícola e o início do fim do "monocultivo"

**10.** Instantâneos do imperador e de sua família

**PARTE 2** **O SUPÉRFLUO E O ORDINÁRIO: AS COISAS BANAIS E O NASCIMENTO DO CONSUMO**

**1.** Das casas-grandes aos sobrados

**2.** Casa e jardim

**3.** Água de beber

**4.** Cantando no banheiro

**5.** Surpresas na cozinha

**6.** Passando à mesa

*Novidades gastronômicas*

**7.** Acenda a luz!

**8.** *Home sweet home*

**9.** Diversão: dos bailes aos *sports*…

**10.** Coisas de homem: cafés e livrarias

**11.** Prazeres masculinos: as *cocottes*

**12.** Coisas de mulher

**13.** *Dans le apaguer des lumières*: o riso entre a francofilia e lusofobia

**PARTE 3** **RITMOS DA VIDA: NASCER, CRESCER, CASAR E MORRER**

**1.** Sofrer no paraíso e… no inferno

**2.** Filhos & Cia.

**3.** Crianças e jovens no mundo dos adultos

**4.** Ascensão e queda do pai

**5.** Eles & Elas

**6.** A caminho do altar…

**7.** Alianças, enfim…

**8.** Longe do melhor dos mundos…

**9.** A fragilidade da carne

**10.** Sexualidade e matrimônio

*Vida conjugal entre escravos*

*Amores mulatos*

*Amores em engenhos e sobrados do Nordeste*

**11.** Homossexualidade & doença

**12.** O Império: panela fervilhante de moléstias e epidemias

**13.** A dama de branco

**14.** A morte e os afrodescendentes

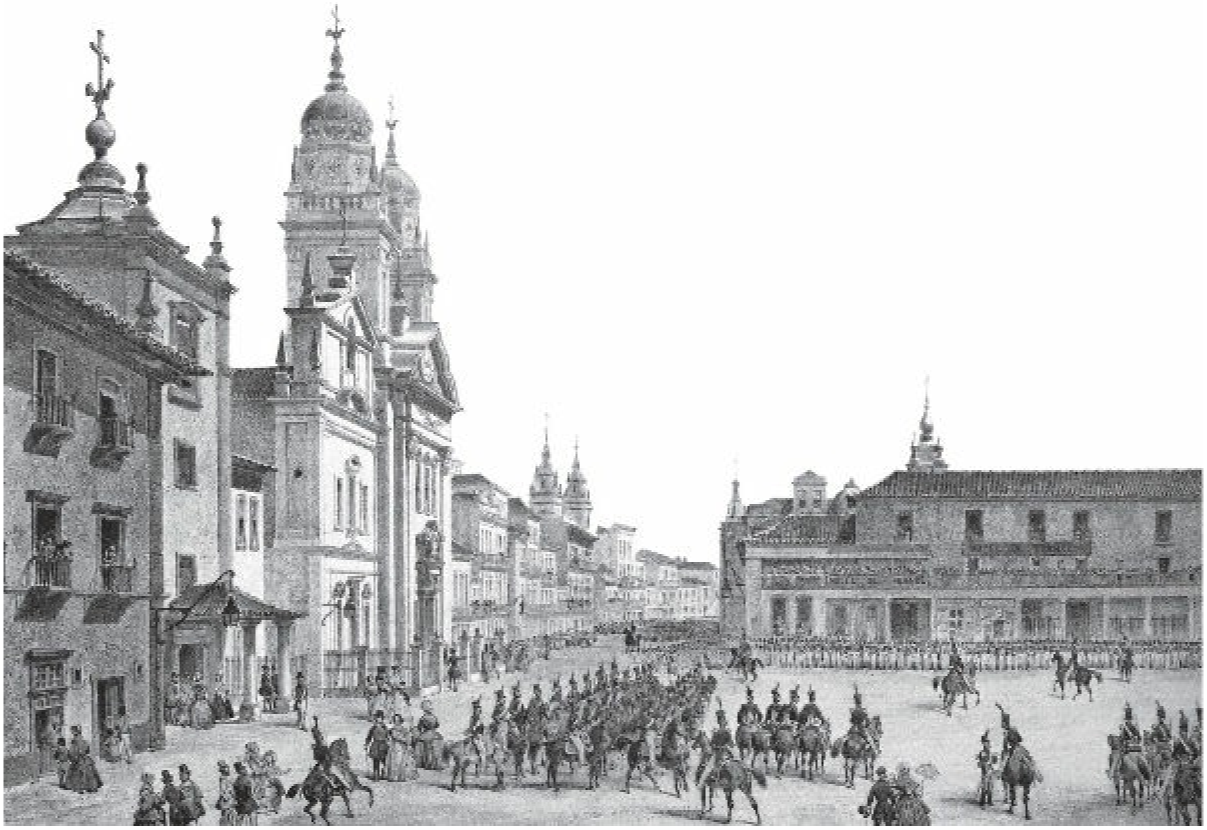
**15.** Mudanças no morrer…

**16.** O além: crenças e religiosidades

**AS HISTÓRIAS CONTINUAM**

Glossário

Referências bibliográficas



*Parada no dia 2 de dezembro no Largo do Paço.*

ARNOUT, Louis Jules. *Parada no dia 2 de dezembro*. Rio de Janeiro: Imp. Lemercier, [18--?].

BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

# PREFÁCIO

Vamos imaginar que você está numa praia olhando o mar: um lençol azul de cetim. Vê, ainda, algumas pequenas ondas e sua espuma. Mas, será isso o oceano? Não. Nele, aquilo que não está visível é o que conta. Correntes submarinas arrastam seres vivos, correntezas provocam redemoinhos, o fundo do mar fervilha de criaturas, marés vêm e vão, trazendo e levando coisas. A história cabe como uma luva nessa imagem. Por vezes, o que vemos na superfície dos fatos, únicos e espetaculares – Proclamação da Independência, Abolição da Escravidão etc. –, encobre um mundo invisível feito de milhões de personagens anônimos, pequenos gestos repetitivos, objetos do cotidiano que esquecemos. A superfície lisa encobre movimentos profundos que ajudam a compreender o passado.

Esse nosso passado em que ondas vindas do Atlântico Norte trouxeram novidades: a família real portuguesa, que, fugindo das guerras napoleônicas, migrou para o Brasil, aqui chegando no dia 8 de março de 1808. Alegrias e tristezas vividas pelos Bragança nos trópicos foram cuidadosamente registradas pela pena do cônego Luís Gonçalves dos Santos, professor de gramática latina do seminário da Lapa, mais conhecido por “padre Perereca”. Bodas, aniversários, enterros, festas com luminárias e foguetório, pompas fúnebres, tudo foi por ele minuciosamente descrito.

Durante sua permanência no Brasil, d. João demonstrou seu zelo pela educação, artes e cultura. Incentivou o aumento das escolas régias – equivalentes, hoje, ao Ensino Médio – e as cadeiras de artes e ofícios. Ainda como príncipe regente, criou, também, na Bahia e no Rio de Janeiro, os nossos primeiros estabelecimentos de ensino médico, com títulos de Escola de Cirurgia e Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. No Rio de Janeiro, ampliou a Academia Militar, transformada em Academia Real Militar, enquanto, na Bahia e no Maranhão, solidificaram-se Escolas de Artilharia e Fortificação. Bibliotecas e tipografias entraram em atividade, sendo a Imprensa Régia, na capital, responsável pela impressão de livros, folhetos e periódicos. Em 1816, chegou a Missão Francesa com seus arquitetos, escultores e pintores. Estes nos legaram as imagens mais vivas que temos da paisagem urbana e rural brasileira, no início do século XIX.

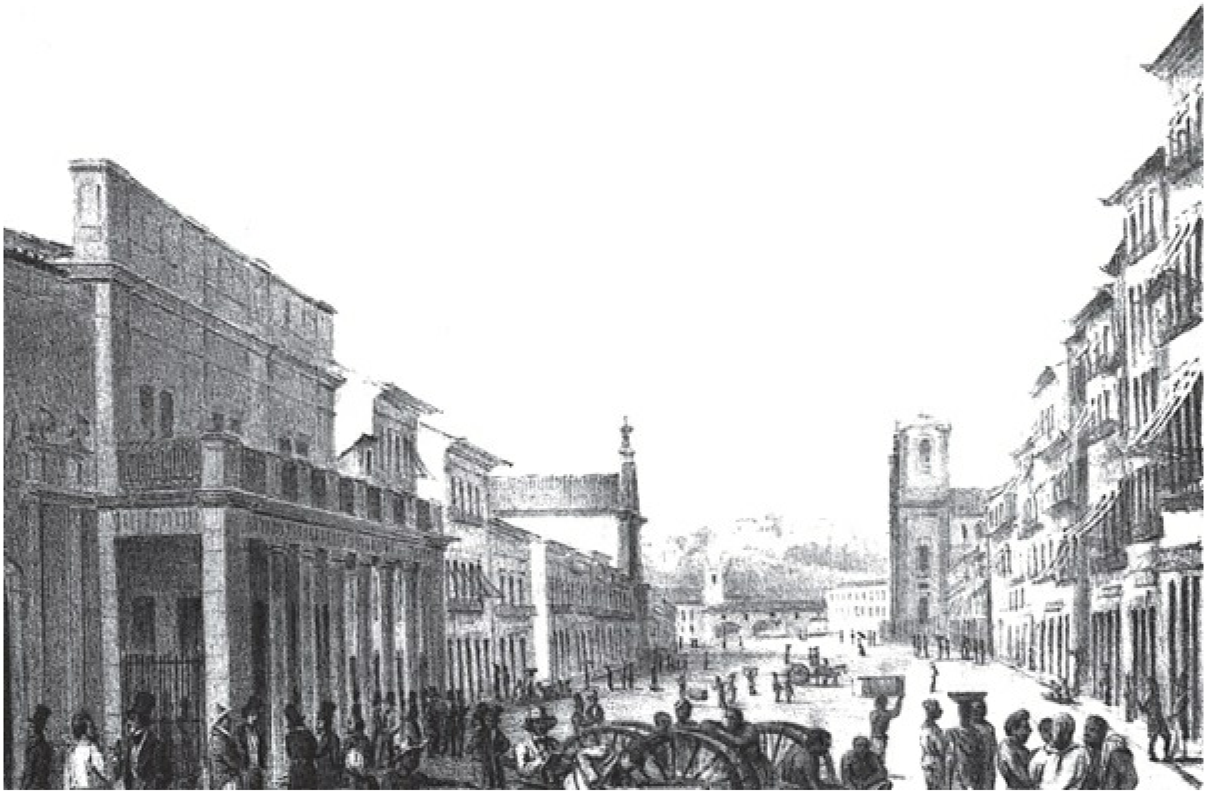
Em 1815, foi criado o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, prenunciando o fim da condição colonial. O Brasil, contudo, continuava mal unificado internamente. A corte carioca mantinha um controle rígido sobre as capitanias, sobrecarregando-as com encargos fiscais e monopólios. Os colonos reagiam ao governo do Rio de Janeiro, acumulavam-se críticas aos novos dominadores. Depois do fim das guerras napoleônicas, a queda do preço do açúcar e do algodão só multiplicou tensões. O aumento de impostos para custear a intervenção militar que valeu a incorporação do Uruguai ao Brasil, como Província Cisplatina, acendeu o rastilho de pólvora que deu no processo de emancipação.

A vinda dos Bragança e da corte portuguesa teve desdobramentos. As duas sedes, uma em Lisboa e outra no Rio de Janeiro, viram seus problemas se multiplicarem com a derrota de Napoleão. A jovem produção cafeeira incentivou muitos cortesãos a adquirirem sesmarias do rei, que se transformaram em imensas fazendas de café. Membros da corte criaram raízes no Brasil. Casamentos com a elite local fizeram o resto na composição da gente brasileira.

A Revolução Liberal do Porto, movimento voltado para a convocação de uma assembleia constituinte, exigia o retorno imediato de d. João à metrópole. Não tendo sido extinta a dualidade de poder, o rei voltou ao Reino e aqui deixou como regente seu filho, d. Pedro.

E das ondas passamos aos redemoinhos e marés. Eis que a pressão metropolitana voltou-se para o regente: em 21 de setembro de 1821, um decreto determinava seu retorno imediato. D. Pedro resistiu e, em 9 de janeiro de 1822, tornou pública sua determinação de permanecer no Brasil. Não com a frase publicada nos jornais – "Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto! Digam ao povo que fico." –, mas com palavras mais imprecisas: "Convencido de que a presença de minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portuguesa, e convencido de que a vontade de algumas províncias assim o requer, demorarei a minha saída até que as Cortes de meu augusto pai deliberem a este respeito, com perfeito conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido."

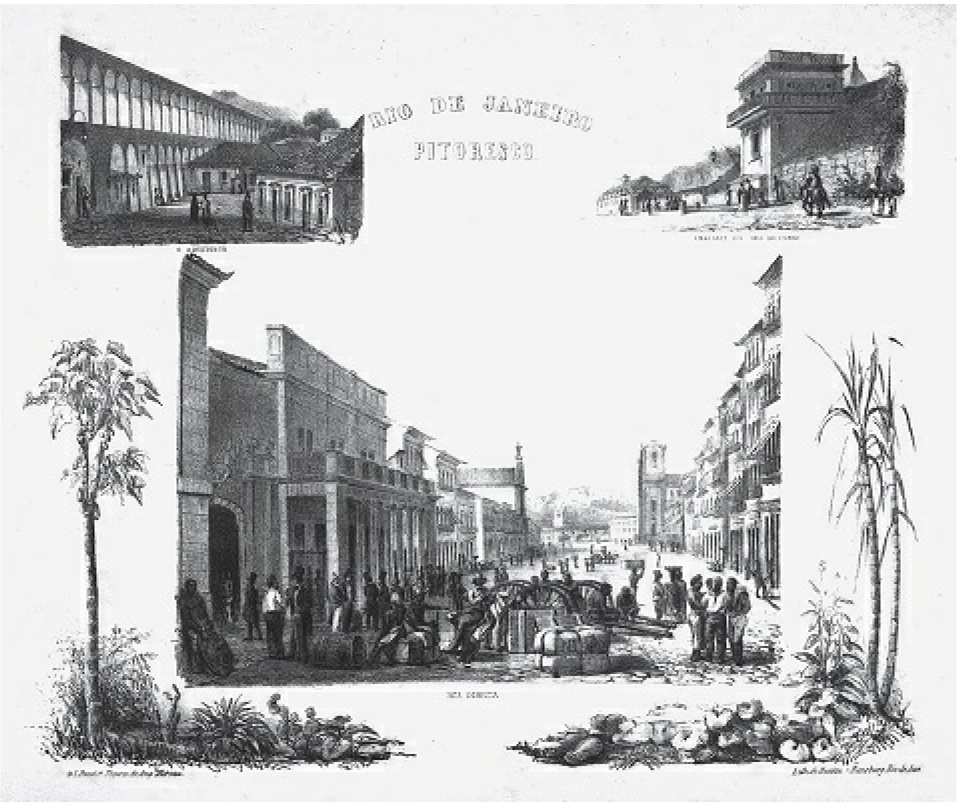
No mesmo mês, a metrópole nivelou o Rio de Janeiro à condição das demais províncias. O regente revidou e expulsou as tropas lusitanas do Rio de Janeiro. As duas cortes disputavam o poder até que, em setembro de 1822, d. Pedro rompeu com a pátria-mãe, sagrando-se imperador em 12 de outubro do mesmo ano. Controvérsias sobre a data e o famoso "grito" não faltam. Nenhum jornal de época faz qualquer menção ao 7 de setembro. Em carta aos paulistas, datada do dia 8, o príncipe apenas fala da necessidade de voltar ao Rio de Janeiro em função de notícias recebidas de Portugal, sem qualquer menção à Proclamação da Independência. Em carta dirigida ao pai, em 22 de setembro, não menciona o evento. O "grito" só começa a ganhar força a partir de 1826, com a publicação do testemunho do padre Belchior Pinheiro Ferreira incluindo a data de 7 de setembro no calendário das festividades da independência. Não por acaso – lembra a historiadora Telma Reinaldo –, pois foi esse o momento em que a produção do café apareceu no cenário econômico, sinalizando que o Império poderia caminhar sem Portugal.



BUVELOT, Louis. *Chafariz da rua do Conde*.
1845.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

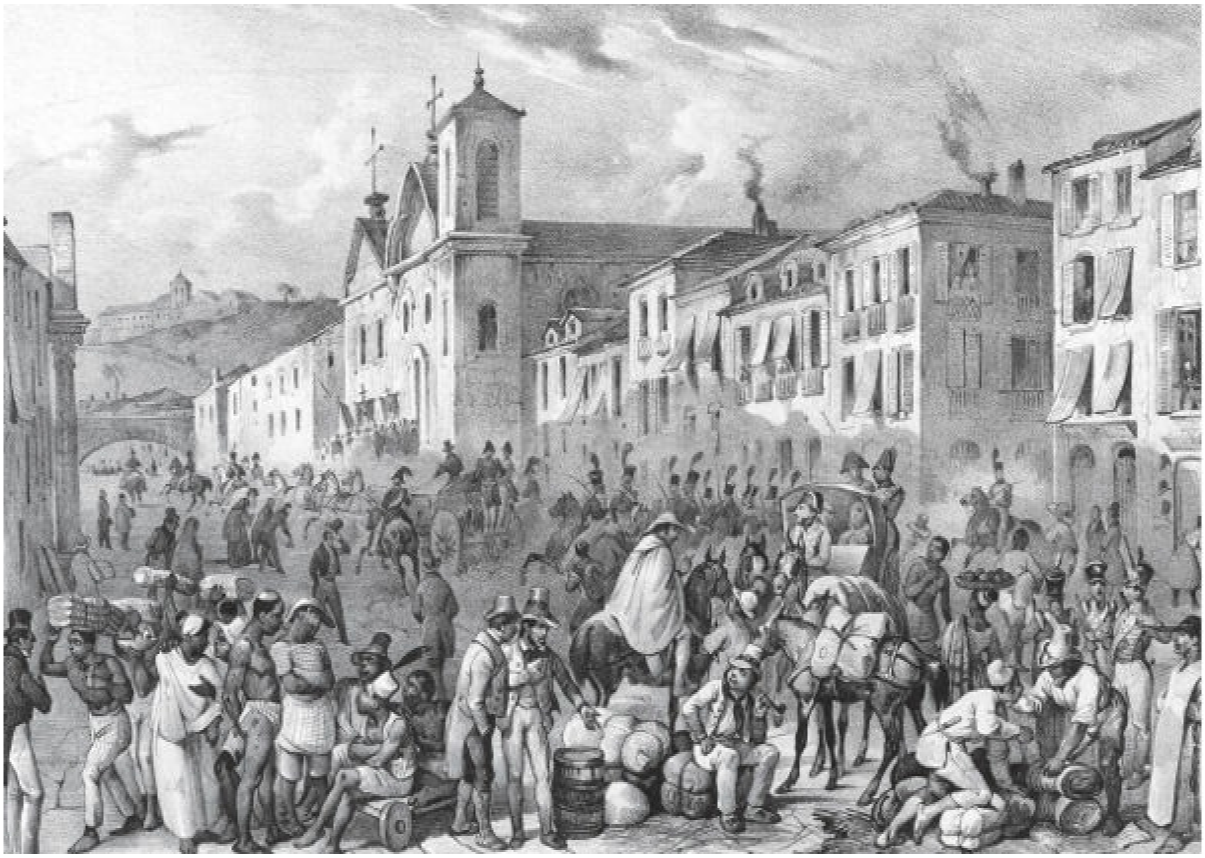
Para muitos, a independência pode ser definida como um movimento bastante elitista, cujos membros tinham de se opor – desde a Inconfidência Mineira ou da Revolução Pernambucana – aos projetos fortemente voltados para a autonomia regional. Autonomia sinalizada pela Revolução do Porto, que agradava às elites regionais brasileiras por implicarem controle sobre o sistema político e sobre as rendas das ex-capitanias. Ironicamente, a partir de 1821, as classes dominantes do Norte e Nordeste mais se identificavam com Portugal do que com as ordens emitidas do Rio de Janeiro.

O movimento constitucionalista brasileiro acentuou os turbilhões. D. Pedro apoiava o movimento com ressalvas do tipo: “A Constituição deve ser digna do meu poder”. Ora, não causou estranhamento que as elites se dividissem. Apoiar as cortes portuguesas significava se submeter a um governo liberal, ao passo que o imperador tinha princípios absolutistas. Além disso, as tropas estacionadas nas diversas províncias também estavam divididas. No Norte e Nordeste, registraram-se movimentos pró-Lisboa: do Pará ao Ceará, passando pelo Maranhão e Piauí, conflitos armados se estenderam de 1822 a 1823. Na Bahia, as lutas pipocaram por um ano. Os grupos constitucionalistas queriam criar um similar nacional das cortes portuguesas. Patrocinados pelas elites do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, conseguiram fazer ouvir “o grito do Ipiranga” que, sem esse apoio, não passaria de mais um berro do autoritário imperador.



A independência, porém, pregou uma peça nessas mesmas elites. D. Pedro criou o “poder moderador”, através do qual se reservava, entre outras prerrogativas, o direito de nomear senadores, dissolver assembleias legislativas, sancionar decretos, suspender resoluções de conselhos provinciais, nomear livremente ministros, suspender magistrados e indicar presidentes de província. Em resumo: podia fazer o que bem quisesse!

Ondas mais altas, ou melhor, reações mais fortes se anunciaram no horizonte, pois as elites perceberam a independência como um retrocesso. As palavras de ordem passaram a ser independência local ou república! A Confederação do Equador – movimento deflagrado em Pernambuco, em 1824 – contou com a adesão de fazendeiros, de homens simples e também de padres. Aderiram a ela seis províncias, sendo que Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte até forneceram tropas para lutar lado a lado com os pernambucanos. A violenta repressão que se seguiu deixou um saldo de centenas de pessoas mortas, dezessete condenados à forca inclusive clérigos, como frei Caneca, esse, arcabuzado.



D. Pedro recuou e convocou a primeira assembleia legislativa, empossando-a em 1826. Mas o federalismo continuava sendo um sonho distante. A província Cisplatina se insurgiu e conseguiu liberar-se: nascia o Uruguai. Com a guerra, o Império pagou uma conta elevadíssima e torrou os recursos públicos: falia o Banco do Brasil, em 1829. Inflação, falta de alimentos, emissão de moedas para cobrir gastos públicos fizeram despencar a popularidade do imperador. Em 7 de abril de 1831, ele renunciou ao trono para apaziguar os ânimos no Brasil. Em seu lugar, deixou uma criança que nem havia completado seis anos de idade. Na prática, a abdicação significou a transferência de poder para as elites regionais, representadas, primeiramente, por três regentes e depois por um eleito: Diogo Feijó (1835-1837), cujo sucessor foi Araújo Lima (1837-1840). Os regentes tinham a autoridade sistematicamente contestada. Levantes se multiplicaram, e só a coroação de d. Pedro II, aos quinze anos, em 18 de julho de 1841, parte de um movimento conservador, permitiu a construção de um projeto nacional, capaz de manter intactas as fronteiras conquistadas ainda no período anterior.

O Brasil do Império, entretanto, não sofria de isolamento: recebeu viajantes estrangeiros, imigrantes, falou outras línguas, além do português, importou livros e professores de dança e de boas maneiras. Importou também objetos de consumo, utensílios, modas e hábitos que mudaram o dia a dia. Olhou-se no espelho da Europa e quis ser como ela. Sentou-se à mesa e comeu com garfo e faca. Foi servido à francesa e bebeu *champagne* e *whisky*. Imigrantes estrangeiros trouxeram para cá temperos e receitas. Os sobrados abandonaram a tradição ibérica para ganhar enfeites, fachadas neoclássicas e jardins ingleses. Suas ruas multiplicaram o comércio de importados. Tudo acontecia em velocidades diferentes no litoral e no interior. Até que as recém-chegadas linhas férreas arrastassem as novidades sertão adentro. Novidades como o *football* e o WC chegaram junto com o apito do trem, no finalzinho do século.

Nas camadas inferiores, quase no fundo do mar de histórias, aí encontramos a ação criativa da gente brasileira. Na rotina, observamos como as pessoas respondiam às agruras da vida, às dificuldades materiais, às conquistas e realizações. Ali, vemos atos que não produzem necessariamente decisões marcantes, nem geram catástrofes, mas que ajudam a refletir sobre o que faz ordinária a trama de nossa vida, contribuindo para uma história de nossa sociedade, e, sobretudo, para a história das sensibilidades, das técnicas, da inteligência de quem produz e de quem consome uma cultura.

PÁGINAS 14 E 15
ADAM, Victor. *Rua Direita*: Rio de Janeiro.
1835.
BIBLIOTECA NACIONAL. EM: RUGENDAS, JOHANN
MORITZ. *VIAGEM PITORESCA ATRAVÉS DO BRASIL*.
[GRAVURA 63].

Na rotina, o silêncio. O silêncio sobre as experiências comuns. Experiências, na maior parte das vezes, vividas na privacidade. Vivências marcadas por mudanças pouco visíveis onde predominavam hábitos e costumes abrigados por trás dos muros da intimidade. Em casa, tudo mudava devagarzinho: o arcaísmo nas relações entre homem e mulher, entre pais e filhos, entre senhores e escravos ou patrões e empregados. No casamento, novidades: o amor entrava no lugar das alianças por interesse. No sexo, muitas recomendações médicas e proibições, só anuladas com as prostitutas. Na doença e na morte, remédios novos para doenças antigas que continuavam a suprimir parcelas inteiras da sociedade. Na rotina, enfim, as clivagens entre público e privado se acentuaram, ajudando a construir lentamente a vida burguesa, que se estendeu como modelo, graças à imprensa, às camadas médias e altas da sociedade.

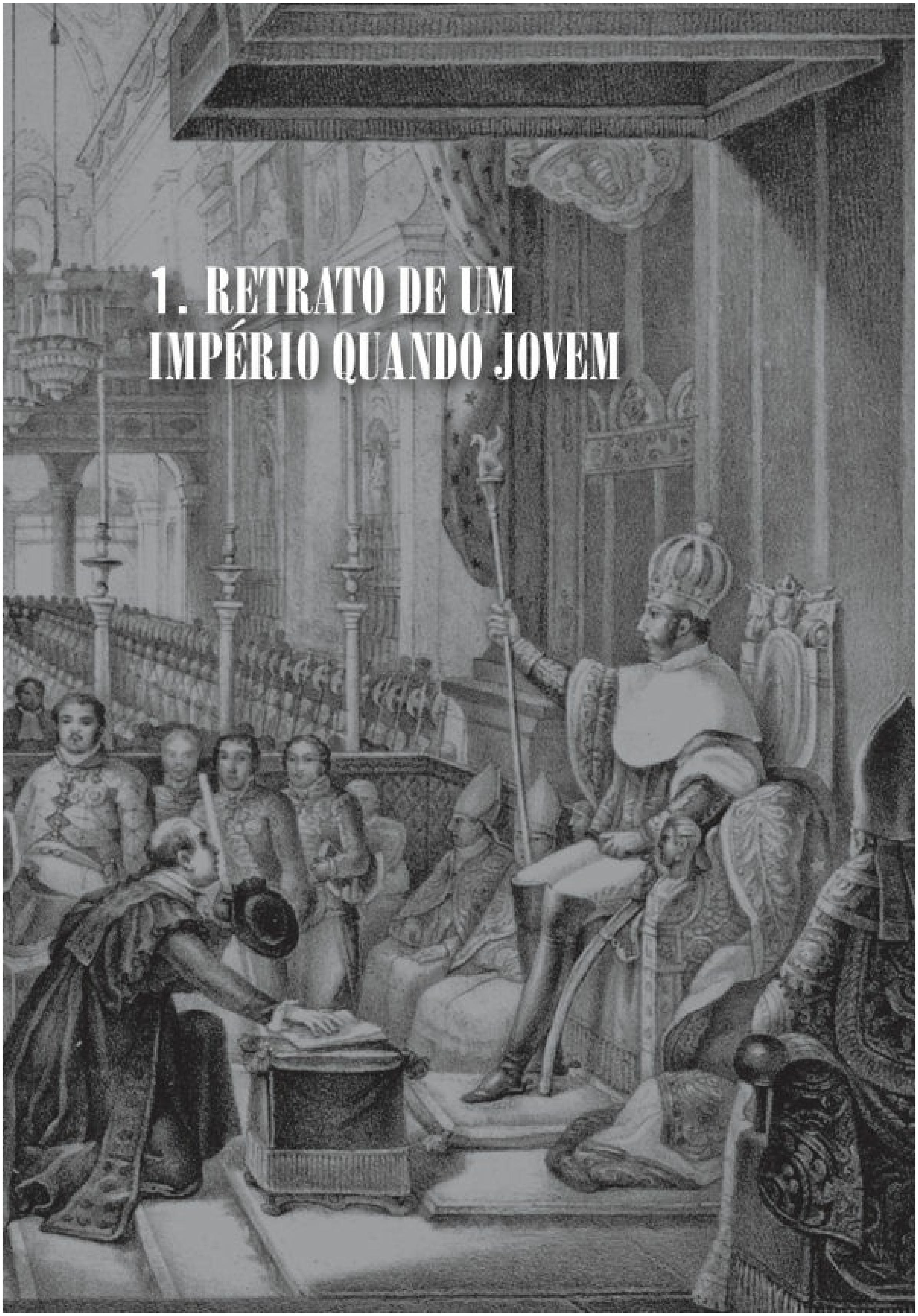
Na rua, o oposto: os sons, a velocidade, o novo. O barulho de cafés e confeitarias e de gente a circular pelos eixos centrais das cidades. Novas modas de vestir e de se divertir. Nas vias públicas, também a água empoçada, o lixo, os detritos, os ratos e mosquitos que garantiam a perpetuidade de epidemias. E menos carroças de aguadeiros, pois a água encanada começou a abastecer as torneiras. O lado bom e o ruim das inovações se misturava: os *bonds*, puxados a burro, estercavam os caminhos públicos. A telegrafia acelerava a circulação de notícias e aumentava os riscos de conflitos. A iluminação reinventava a vida noturna tanto para boêmios quanto para criminosos.

Tantas informações iluminam as práticas e os gestos individuais ou coletivos, a memória e a transmissão de atitudes e hábitos que estruturam o universo onde evoluiu a gente brasileira. E este livro convida você, leitor, a mergulhar nesse mar de histórias.

# PARTE 1

# TERRA E TRABALHO

# 1. RETRATO DE UM IMPÉRIO QUANDO JOVEM



PÁGINAS 18 E 19

SALATHÉ, Friedrich. *Plantação de café*. 1835.

BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: STEINMANN, JOHANN. *SOUVENIRS DE RIO DE JANEIRO*. [GRAVURA 1].

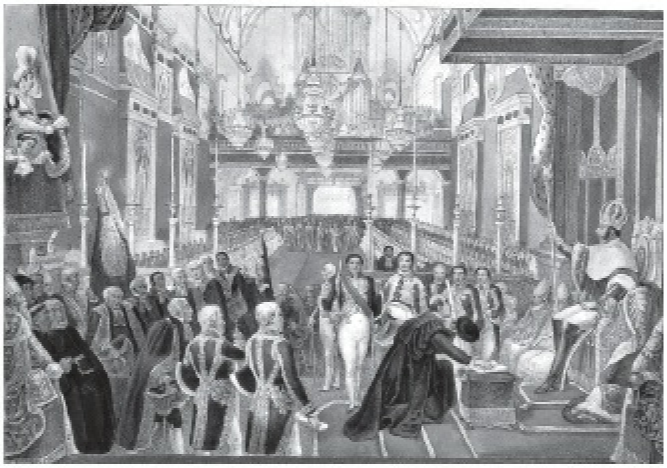
Imaginemos a cena: um rapaz jovem, alto, bonito, de cabelos louros e olhos azuis, vestido com longas meias brancas, sapatos de fivela e calças ligeiramente bufantes. Trata-se do jovem d. Pedro II. Estamos em janeiro de 1843, e ele, aos dezessete anos, faz, então, a "fala do trono", aquela que abre o ano legislativo da Assembleia Geral.

Com voz fina, falou pouco. Contente, anunciou seu casamento com a jovem que só conhecia de retrato, Teresa Cristina, irmã do rei das Duas Sicílias. Mais contente, noticiou: a noiva chegaria em breve ao Brasil! Logo depois, "manifestou a mágoa profunda que dilacerava seu coração pelas revoltas cometidas nas províncias de São Paulo e Minas Gerais", como registrou um dos políticos presentes, João Manuel Pereira da Silva, em suas *Memórias*.

O imperador agradeceu o entusiasmo com que, de vários pontos do Império, "os povos acudiram em defesa da Lei, da Ordem e da Coroa". Elogiou o Exército, a Marinha e a Guarda Nacional, que haviam reduzido os rebelados à obediência, e prometeu: a luta no Rio Grande do Sul terminaria brevemente. O governo não pouparia meios, força e energia para tal. Ao final, recomendou que se fizessem estudos sobre o estado das finanças do Império, sobre a Instrução Primária e Secundária e encerrou, pedindo providências que favorecessem a imigração estrangeira.

Sim, o Brasil havia passado de colônia a Império. Depois da partida do pai, o monarca fora assistido por um conselho de regentes, até 1840. Nesse mesmo ano – e para sair das dificuldades que os regentes enfrentavam – d. Pedro II assumiu o trono. Tinha quatorze anos e o apoio do povo que rabiscou versos nos muros da capital: "Queremos Pedro II/ Embora não tenha idade/ A nação dispensa a lei/ E viva a maioridade".

Nas primeiras décadas do século XIX, vastos planaltos a oeste do país foram ocupados. As cidades litorâneas cresceram, assim como o número de moradores. A procura por moradias, mercadorias, bens de consumo e escravos aumentou. A capital da colônia virou sede da corte e o maior porto negreiro das Américas. No dia a dia, a escravidão estava em toda a parte e para todos. Homens livres e pobres, brancos, mulatos ou negros tinham, eles também, seus cativos. A mentalidade escravista era geral. Sim, pois o rompimento com a ordem colonial não passou de um verniz liberal aplicado por um grupo de elite, num projeto conservador, reproduzido em cascata, de alto a baixo, na sociedade.



*Coroamento de d. Pedro I, 1822.*

FRÈRES, Thierry. *Cérémonie de sacre de d. Pedro 1er. Empereur Du Brésil*. 1839.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGAFIA]. EM: DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL.* TOME TROISIÈME. P. 71.

O Brasil continuava com o mesmo plano escravista, que alimentava a riqueza de proprietários de terra; esses, por sua vez, garantiam o apoio à monarquia. Só que, em vez de entregar suas riquezas a Portugal, eles as entregavam nas mãos dos ingleses, compradores dos produtos brasileiros.

No início do século XIX, a miscigenação ia avançada; as relações de classe e a condição social eram extremamente dinâmicas. O comércio entre o Centro e o Sul crescia, aumentando a influência dos negociantes nas decisões políticas. Muitos estrangeiros foram chegando para fazer negócios ou viagens de descobertas científicas. O país oferecia oportunidades e curiosidades. Os rios facilitaram a penetração; as bacias do Prata, do Amazonas e do São Francisco promoveram as migrações internas. A gente brasileira circulava… Circulava, e mais: essa gente agora se inquietava. As dores do parto do Império eram também as suas. Dores que emergiam na forma de tensões que percorriam o Brasil de Norte a Sul.

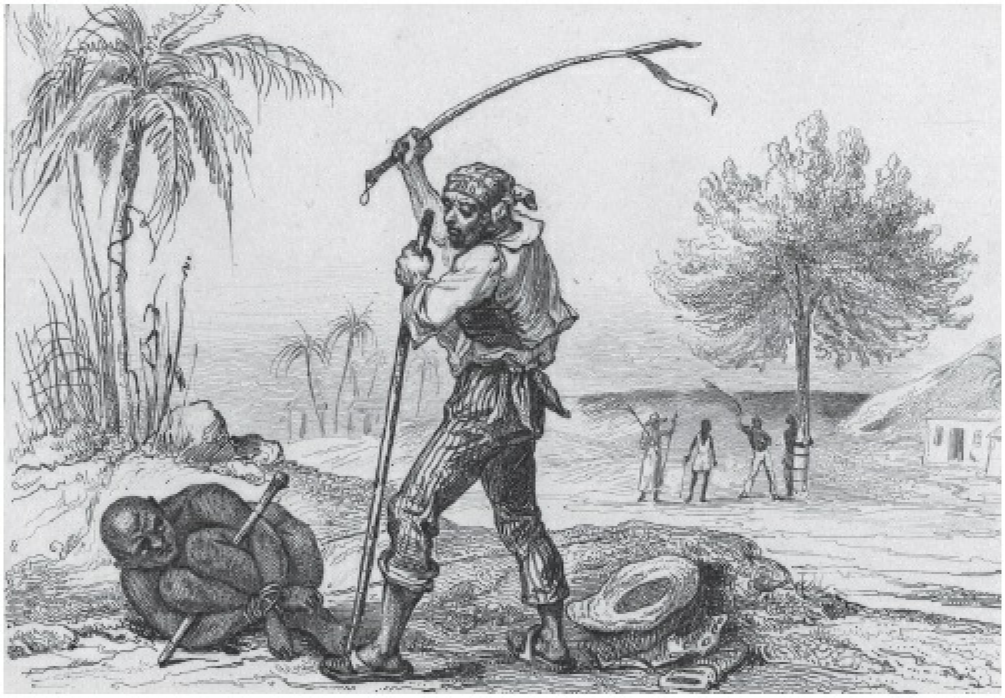
A partida de d. Pedro I para Portugal suscitou dois sentimentos: o de antilusitanismo e o de liberdade. O país deveria ser livre, autônomo. “Mazombos” – brancos nascidos na colônia –, africanos, mestiços, livres, forros e escravos queriam mais espaço na vida pública. E, sobretudo, “ser brasileiro” passou a ser a antítese de “ser português”. As tensões, antes amenizadas pelos laços de “irmandade” com a metrópole, vieram à tona. Elas surgiam na disputa pelo mercado de trabalho ou de oportunidades, entre as camadas mais desfavorecidas e os imigrantes pobres portugueses. Elas existiam no preenchimento de cargos burocráticos ou postos militares, em que os lusos passavam à frente dos brasileiros. E, mesmo na corte, pairava a desconfiança de um retrocesso ao absolutismo, pois restavam vários membros do “partido português”, a favor da permanência do domínio lusitano.

ORDO ET FELICITAS.
BRAS. IMP.

Medalha comemorativa da coroação de d.
Pedro II, um jovem imperador, 1841.
MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC.

Pior: a independência não trouxe soluções esperadas para muitos problemas. As elites, que apoiaram a emancipação, queriam mais poder. Os agricultores, terras. Os escravos, liberdade. Os comerciantes, pequenos ou grandes, menos impostos. Eis porque tantos, por razões tão diversas, pegaram em armas em situações descritas como "motins políticos". Entre 1832 e 1835, mais de vinte levantes eclodiram nas principais cidades do país.

Frustradas, as elites se queixavam de que, apesar da emancipação e da transferência do poder político para as províncias, a descentralização era pouca e não atendia aos interesses locais. Os representantes de tais poderes se ressentiam, pois os cargos de autoridade – juiz de paz ou presidente de província, por exemplo – eram preenchidos, não mais por membros das famílias tradicionais, mas por indicados pelo poder central. Além de enfraquecidos, os membros das elites se dividiam ideologicamente: havia o "partido brasileiro" e os liberais radicais, que divergiam quanto aos objetivos a serem atingidos.



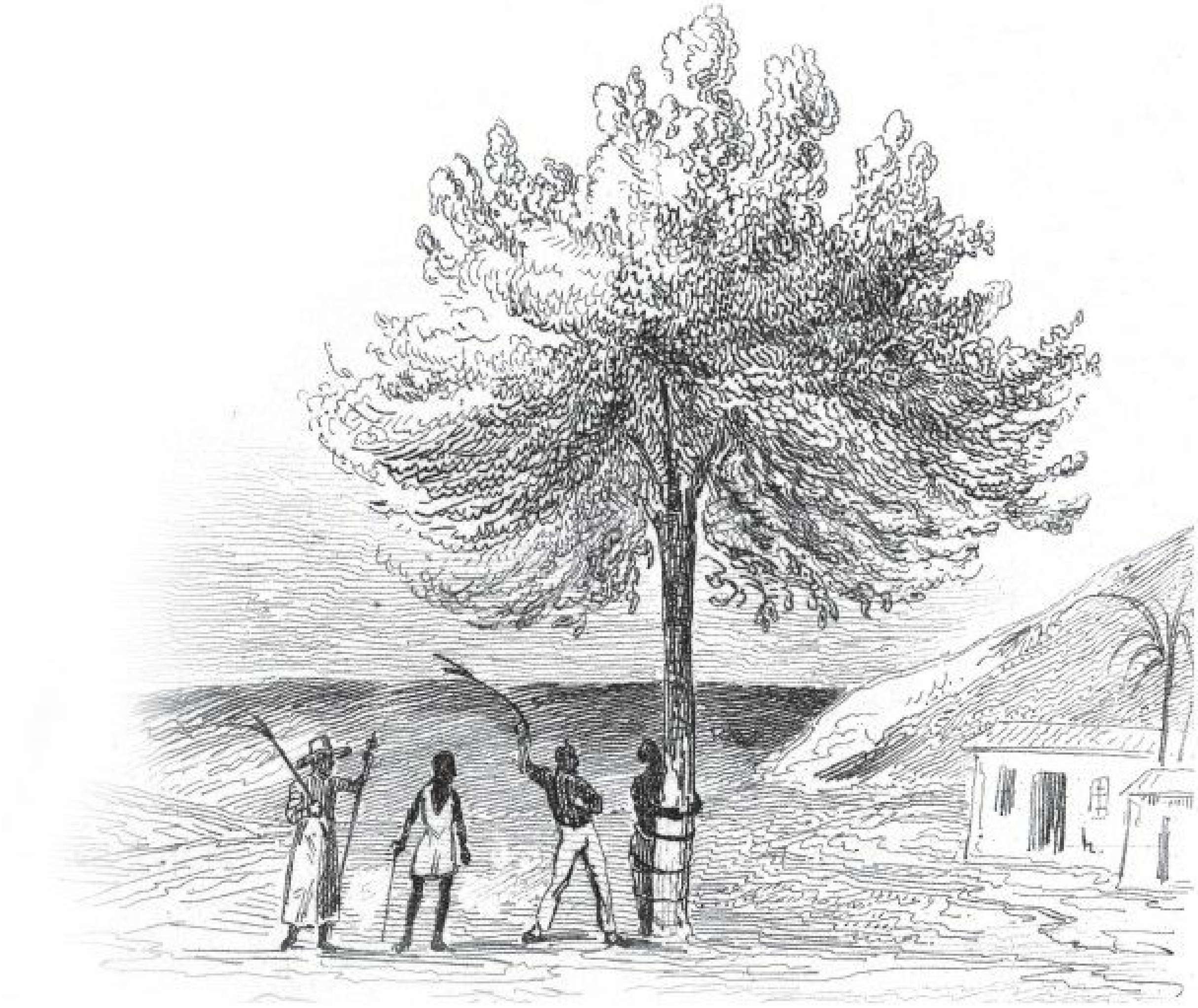
*Um Império aristocrata e escravista.*

CHAILLOT [?]. *Feitor castigando escravo*. 1846.

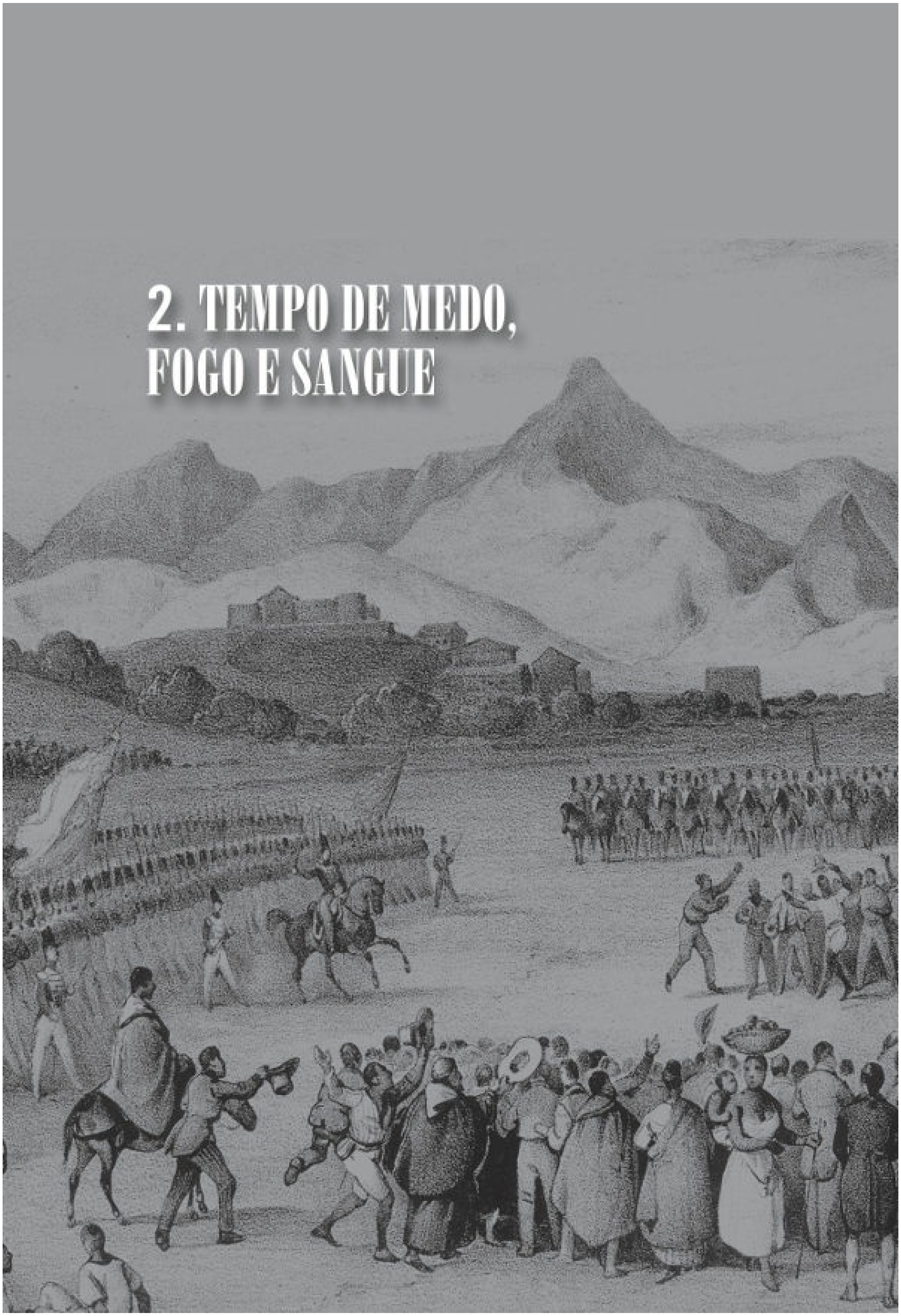
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Para o "partido brasileiro", o ideal era a criação de uma monarquia dual, que preservasse a autonomia administrativa e a liberdade de comércio. A intransigência das cortes – lembra Telma Reinaldo – fez esse partido inclinar-se à emancipação, mas sem alterações na ordem social e nos privilégios. Os liberais radicais formavam um grupo potencialmente revolucionário e estavam mais próximos das camadas populares. Alguns deles eram republicanos e, em seu conjunto, constituíam o grupo mais receptivo às profundas mudanças da sociedade. Os grandes proprietários rurais ligados ao "partido brasileiro" eram os que dispunham dos meios para atingir os seus propósitos: comércio livre, sem entraves mercantilistas, com a adesão da burguesia britânica e a base da escravidão.

Nessa época, emergiu um grupo importantíssimo: o dos homens livres e pobres, que podiam ser brancos, pardos, negros ou índios sobreviventes da ocupação e da colonização. Era gente que tinha um modo de vida autônomo e a subsistência garantida pelos recursos naturais de onde vivia. Plantavam mandioca, milho e feijão. Criavam porcos e galinhas. Conheciam a mata e disputavam com os proprietários as terras que queriam para si. Independentemente dos partidos ou grupos políticos a que pertencessem, as elites temiam os pobres, vistos como inimigos ou bárbaros que fugiam à sua autoridade. Quando revoltados, inspiravam pavor. Eles também tinham sua demanda: queriam uma vida melhor. E por ela lutaram. Esse foi, portanto, um tempo em que a terra e sua gente se incendiaram.



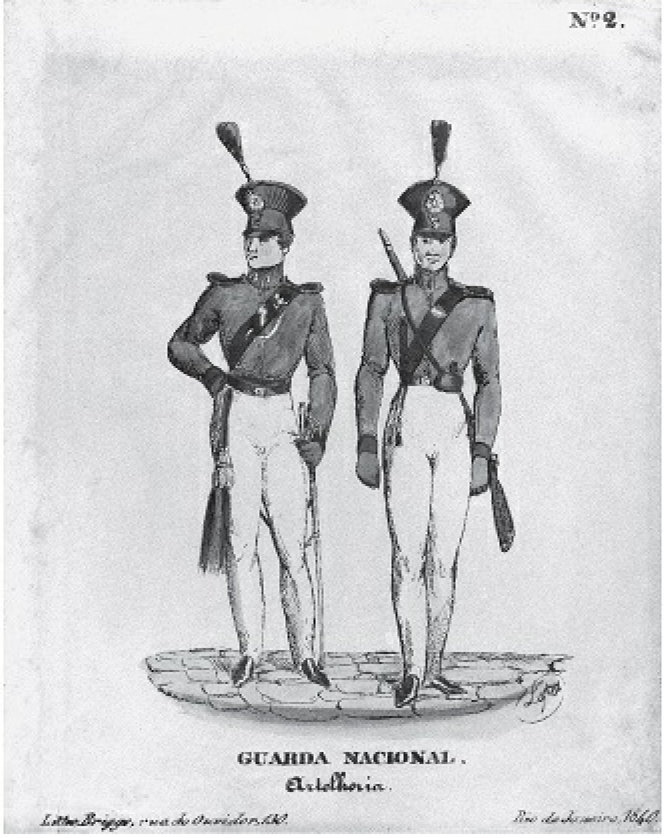
# 2. TEMPO DE MEDO, FOGO E SANGUE



entimento capaz de explicar comportamentos coletivos, o medo de revoltas marcou a primeira metade do século XIX. O acúmulo de frustrações com a emancipação criou uma reação no

S corpo social. Miséria, fome, fisco, falta de liberdade, concorrência com os “alfacinhas”, tudo se misturou num caldeirão de sangue e fogo, e, entre a abdicação de d. Pedro I e a maioridade de d. Pedro II, conflitos violentos sacudiram o país. Quando homens livres e pobres começaram a ocupar chãos que a cana havia abandonado no Nordeste, um dos primeiros choques teve início: a Revolta dos Cabanos, em 1832, que se estendeu até 1835. Diferentemente de outras rebeliões, a Cabanada, que aconteceu em Pernambuco e Alagoas, não foi uma contestação ao regime autoritário, nem ambicionava a independência regional: foi uma guerra das “gentes do mato” – índios, escravos e posseiros – em defesa de sua porção de terra, explica Marcus M. de Carvalho. Tudo começou bem longe dali, na cidade e com motivação política. Em abril de 1832, houve um levante de militares de alta patente e de grandes proprietários rurais, insatisfeitos com a abdicação de d. Pedro I. A anistia aos membros da Confederação do Equador – movimento republicano e separatista, de reação às tendências absolutistas de d. Pedro I, que ocorrera em 1824 – trouxe de volta ao poder velhos inimigos da monarquia. Essa elite se revoltou contra o novo governo provincial, mas foi derrotada.

Ora, esses proprietários rurais haviam distribuído armas para escravos e índios no interior, pensando em tê-los como aliados numa possível luta. Mas agora em armas e livres, as “gentes da mata” ameaçavam seus senhores. O governo decidiu, então, mandar um exército com mais de mil homens, para a divisa com Alagoas, a fim de enquadrá-los. Os militares haviam passado a chamar os revoltosos de “cabanos”, numa referência às cabanas em que viviam no meio do mato. Em final de 1832, a figura de seu líder, Vicente de Paula, destacou-se. Grande conhecedor das matas e aliado aos índios e aos escravos fugidos que lutavam por liberdade, ele costumava assinar “Comandante de Todas as Matas”.



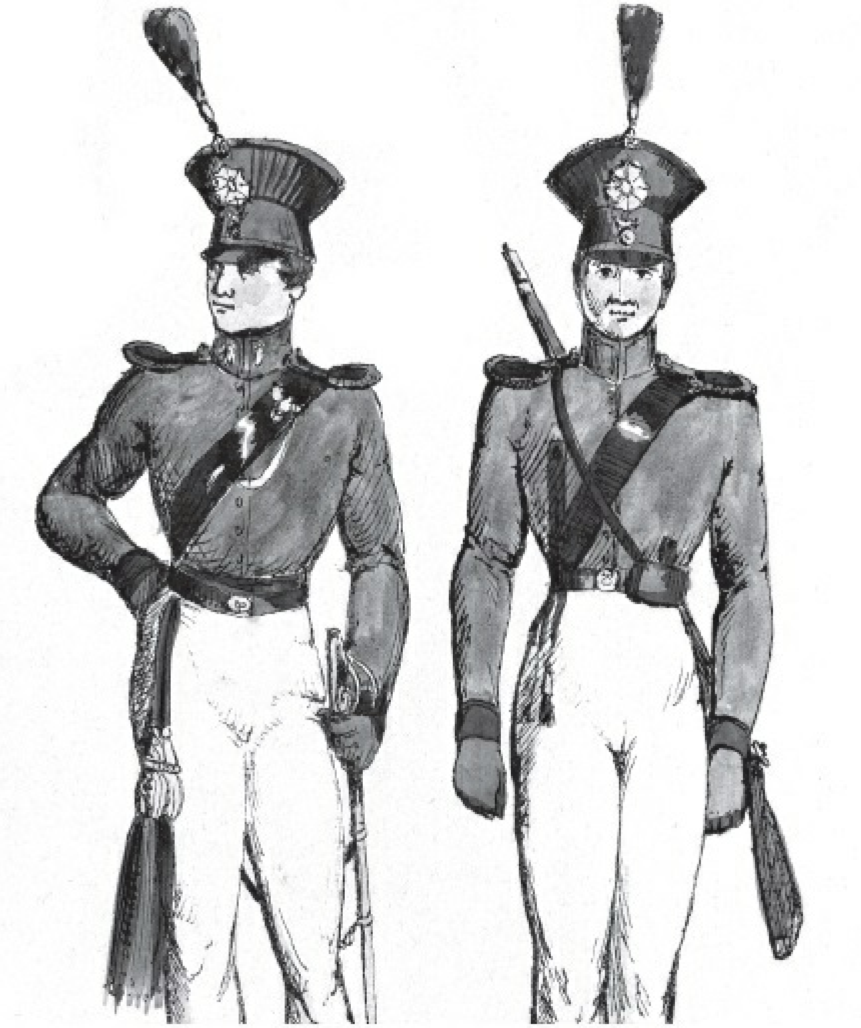
*Modelo idealizado da Guarda Nacional do Império.*

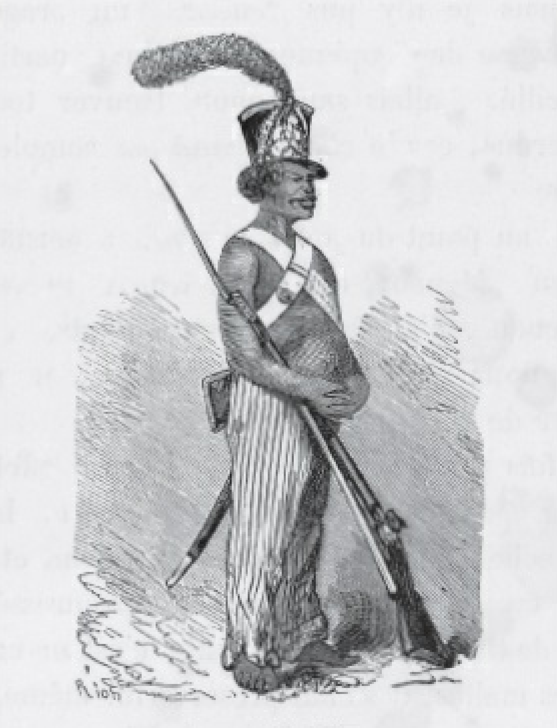
BARROS, Joaquim Lopes de. *Guarda Nacional*: Artilharia. 1841.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Os cabanos rechaçaram, nos primeiros embates, as tropas do governo e dos grandes proprietários que vieram desalojá-los. Depois, foram lentamente vencidos. Não foram, porém, as autoridades que arrefeceram a luta contra os cabanos, e, sim, a morte de d. Pedro I, em 24 de setembro de 1834, vítima de longa e penosa tuberculose. Apesar da emancipação em 1822, havia muita gente nostálgica do primeiro imperador, imaginando que somente ele poderia trazer as necessárias reformas e liberdade para todos.

Os governadores de Pernambuco e Alagoas, Manoel de Carvalho Paes de Andrade e Antônio Pinto Chichorro da Gama, não se tranquilizaram com o alegado fim da Cabanada e decidiram cercar os cabanos na mata, com um exército de mais de 4 mil homens. Prometiam anistiar os dissidentes que se entregassem e, graças a essa armadilha, conseguiram capturar um grande número de combatentes. Vicente de Paula só foi preso, porém, em 1848, numa emboscada política armada pelo marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão. Enviado para Fernando de Noronha, só viu a liberdade em 1861, aos setenta anos de idade.

Em 1835, inspirada nos vizinhos, estourou no Pará a Cabanagem. Seus integrantes eram, de novo, a gente pobre e não branca, excluída pelos portugueses da posse da terra ou dos pequenos negócios: indígenas, como os mura e os kaapor, negros, mestiços ou tapuios, livres e pobres, soldados e recrutas vindos do Ceará, famílias de trabalhadores oriundas de Pernambuco, gente que fazia comércio com a Guiana Francesa, com comunidades interioranas, pelos sertões do Grão-Pará, e com indígenas de diversas aldeias, trabalhadores livres que faziam trabalho escravo, religiosos. Uma turba inquieta em meio à qual se ouviam os mais variados dialetos. “Gente de diversa cor”, segundo a descrição do francês Emily Carrey, que realizou viagens pela Amazônia em meados do século XIX. O movimento, iniciado no dia 7 de janeiro – data dedicada à festa de São Tomé, protetor dos índios – se transformou num complexo de lutas, tingindo de sangue os rios da Amazônia.





Le garde Zephirino.

*Guarda nacional registrado por viajante francês.*

BIARD, François-Auguste. *Deux années au Brésil… ouvrage illus. de 180 vignettes dessinées par E. Riou d'aprés les croquis de m. Biard.* 1862.
BIBLIOTECA NACIONAL.

De início, impôs-se a mobilização para expulsar as forças reacionárias que pretendiam manter a região como colônia de Portugal. A falta de reformas atiçou os ânimos. A corte se esquecera do Grão-Pará. Sua gente extremamente carente, montada em canoas e vivendo sobre palafitas, tinha uma identidade diversa daquela em formação na corte, no Rio de Janeiro. E, novamente, prevaleceu o antilusitanismo, identidade construída contra os portugueses que "mandavam" no Grão-Pará e o exploravam comercialmente. Reviravoltas, traições e assassinatos marcaram a Cabanagem. A revolta foi silenciada num massacre que atingiu quase 20% da população: cerca de 30 mil mortos, mestiços, em sua maioria.

E o que dizer da Balaiada, no Maranhão? Essa teve um episódio terrível. Enquanto na capital brigavam os oposicionistas e os adeptos do governo regencial, no interior, grupos armados semeavam agressões, chefiados pelo vaqueiro Raimundo Gomes Vieira Jutaí, o Cara Preta; pelo fabricante de balaios Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, cuja filha fora violentada pela polícia; e pelo preto Cosme Bento das Chagas, que se intitulava dom Cosme, tutor e imperador da Liberdade Bem-te-vi. A revolta chegou a reunir um exército de 11 mil rebeldes, reproduzindo o terror ocorrido no Haiti no século XVIII, quando os negros tomaram o poder e as propriedades dos brancos. Os balaios ainda tiveram o apoio de 3 mil escravos, que fugiram das fazendas, se aquilombaram e ficaram sob a liderança do dom Cosme.

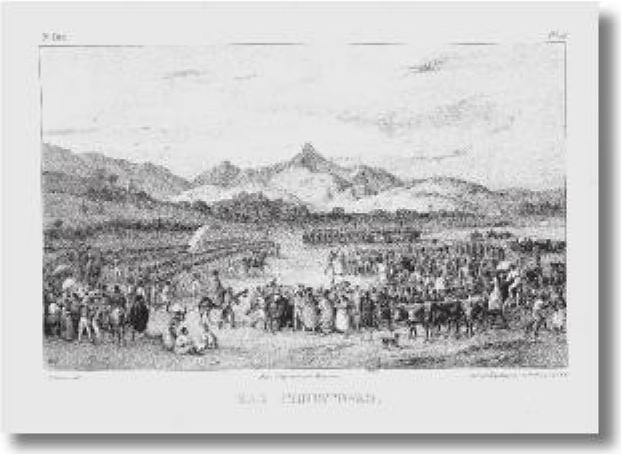
A estratégia dos revoltosos era de guerrilha rural: emergiam dos matos para atacar os pontos fracos da defesa do governo. A resposta foi manter guarnecida de armas e soldados toda vila e cidade importante.

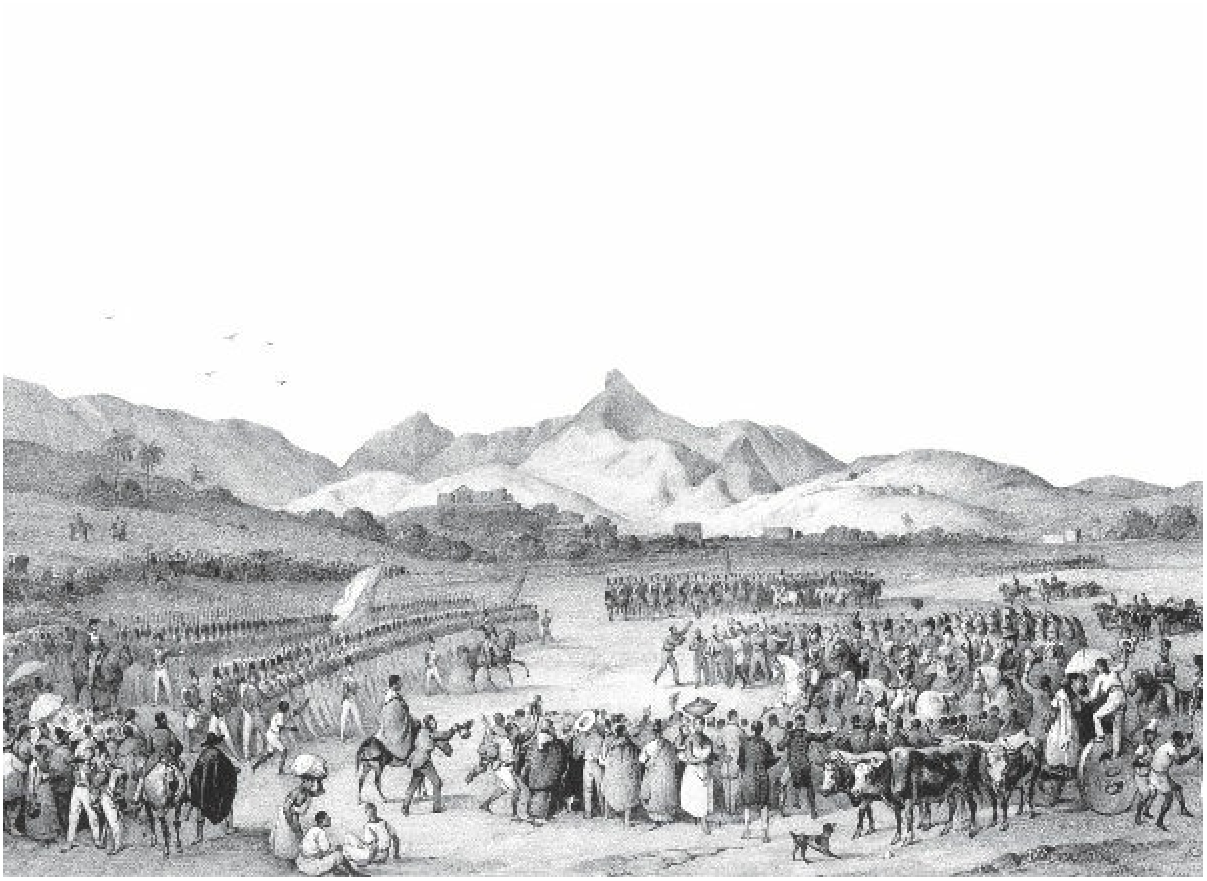
Em tempos de Balaiada, assistiu-se a episódios terríveis, denotadores da barbárie que ditava, naqueles cantos, as regras de convívio. Conta Viriato Correia o encontro de Manuel dos Anjos com o major Juvêncio, chefe Bem-te-vi da cidade de Caxias, cuja filha, Manuel, o balaio, quis desonrar.

Revoltado, o pai golpeou o balaio no rosto, e veio a punição contada por Viriato Correa e coligida pelo historiador maranhense Jerônimo de Viveiros.

> O Balaio, no meio da varanda, estava lívido, estarrecido, o olhar encima do fazendeiro chispando… João Vitório e Guariba, dois facínoras que acolitavam o chefe, atiraram-se a Juvêncio… – Não matem! Segurem o homem apenas! Eu mesmo quero vingar. Nunca ninguém me deu na cara. Levem o velho para fora, aí para frente da casa. Balaio prepara-se para atirar na cara do major, mas, rápido, tem uma lembrança e manda que dispam o velho, tragam uma agulha de saco, fio forte, uma faca e o leitãozinho que há pouco tinha recebido

de presente. A sorrir, passou a mão pelo ventre de Juvêncio, e foi um golpe só, golpe firme de cirurgião, do estômago às virilhas. Com a mão esquerda pôs para fora as vísceras da vítima, e com a direita, empurrou-lhe o leitão ventre adentro. O animal esperneou em arrancos, guinchando desesperadamente. – Ajuda aqui, Ruivo, depressa! Calca, enquanto eu coso. E foi cosendo, cosendo toda a ferida… Vinham lá de dentro do ventre sangrento, cada vez mais abafados, cada vez mais surdos, os grunhidos do porquinho. Cenas horripilantes repetiram-se na Balaiada, espalhando o terror por todas as fazendas do rico vale do Itapicuru.





*Batalhão saindo do Rio de Janeiro para combater revoltas regionais.*

ADAM, Victor. *San Christovan*. [1835].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
RUGENDAS, JOHANN MORITZ. *VIAGEM PITORESCA
ATRAVÉS DO BRASIL*. [GRAVURA 64].

Em 1839, conservadores e liberais superaram as suas divergências e passaram a unificar a luta contra os que ameaçavam a continuidade do sistema. Imediatamente se acionou o uso da força pelo governo. Com a ajuda de proprietários e comerciantes, organizaram-se batalhões provisórios em diversas localidades. Em 1840, Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, assumiu a presidência da província do Maranhão. À frente de cerca de 8 mil homens, estavam dadas as condições para a grande repressão – que reuniu, ainda, lavradores, agregados, feitores e as poderosas famílias locais – contra a Balaiada e as diversas formas de resistência à escravidão.

Vale lembrar que, nas revoltas do então chamado Norte, as mulheres sempre tiveram papel relevante: levavam e traziam recados e informações, preparavam alimentos para os combatentes e davam-lhes guarida quando fugidos. Com as cidades em crescimento e a presença de uma população mestiça, qualquer motim podia contar com a presença de índios, africanos, pardos, homens livres, libertos ou pequenos proprietários rurais.

Em setembro de 1844, num episódio chamado “Fecha-Fecha”, grupos armados de paus e cassetetes, fugindo ao controle das autoridades, promoveram um tremendo quebra-quebra na cidade de Recife, horrorizando os moradores. Os insurgentes pertenciam às classes mais pobres da sociedade e eram considerados “gentalha”. O pretexto foi a disputa eleitoral entre conservadores e liberais, mas havia também uma razão semioculta: a luta a favor da nacionalização do comércio varejista, que estava na mão dos lusitanos, acusados de manipular preços e roubar pesos.

A mobilidade social que começara lá atrás, no século XVIII, agora exigia mais. Os trabalhadores urbanos queriam ser ouvidos. Queriam mais espaço para trabalhar, assim como a nacionalização do comércio a retalhos. Suas reivindicações eram as mesmas dos liberais radicais, dos deputados do partido praieiro, eles também liberais, dos funcionários dos baixos escalões da burocracia e dos pequenos produtores. Era o povo desejoso de mudar sua situação. Em 1848, eclodia mais um movimento separatista, misturado com disputas partidárias pelo poder e com a revolta popular contra as más condições de vida: a Praieira.

Os agregados pobres, os pequenos agricultores e os escravos, assim como a gente da cidade, fugiam ao controle de seus senhores. Rebelados, ao serem expulsos das terras, se juntaram ao Partido da Praia, criado para opor-se ao Partido Liberal e ao Partido Conservador, ambos dominados por famílias poderosas que viviam fazendo acordos políticos entre si. Devido a esses acordos, muitas vezes era difícil distinguir o Liberal do Conservador, como muitas vezes acontece na política brasileira.

O objetivo dos praieiros era uma constituinte capaz de alterar a Constituição de 1824. Na nova constituição, seriam contemplados temas como liberdade de imprensa, voto livre e universal, extinção do poder moderador e do cargo vitalício de senador, nacionalização do comércio varejista que, como já vimos, estava nas mãos dos portugueses. Abolição? Nem se cogitou. Os praieiros haviam sido afastados da administração, o que causou a revolta. As demissões dos praieiros os levaram a atacar Recife, dando início à luta armada. A Praieira iniciou em Olinda, em 7 de novembro de 1848. Nesse dia, os líderes praieiros, o general José Inácio de Abreu e Lima, o capitão de artilharia Pedro Ivo Veloso da Silveira e o militante da ala radical do Partido Liberal, Antônio Borges da Fonseca, lançaram o "Manifesto ao Mundo".

Durante um ano, os choques foram violentos, terminando com a derrota dos praieiros e a volta dos conservadores ao poder. Cerca de 1.500 combatentes praieiros lutaram contra as tropas do governo imperial, que, com sua vitória, puseram fim ao conflito. Mais de quinhentos revolucionários foram mortos, trezentos acabaram presos, vários, como Abreu e Lima e Pedro Ivo, foram anistiados posteriormente, outros fugiram para o exterior. No ano seguinte, assumiu o governo um presidente – como se chamava o cargo de governador na época – de ideias moderadas.

Em outras províncias, os movimentos separatistas ou federalistas continuavam afrontando o governo regencial. As chances de esses grupos fortalecerem seus projetos de independência eram grandes, pois, nas lutas contra as tropas do governo, os fazendeiros armavam seus cativos e agregados. Mas também havia problemas. Tais movimentos criavam rachaduras nas elites, divididas entre aceitar o governo regencial ou se tornarem independentes. Ora, no apoio dado à elite pela gente mais simples também vicejavam conflitos, uma vez que se quebravam, nessas lutas, os antigos laços de paternalismo. Escravos davam as costas a senhores; pequenos agricultores, a grandes e assim por diante. Entretanto, as tensões entre as classes servis e os representantes de inovações revelavam aspectos interessantes da questão: por exemplo, homens de cor e caboclos eram extremamente afeitos aos valores da monarquia. Eram conservadores e prezavam a tradição, ao passo que seus senhores e patrões queriam transformações, tinham ideias republicanas.

As queixas do imperador em sua "fala do trono" diziam respeito à Revolução Liberal que incendiou São Paulo e Minas Gerais, em 1842. Nas duas províncias acreditava-se que o governo centralista do Rio, dominado pelos conservadores, se tornara "formalmente ditador". A razão foi a violenta perseguição contra as câmaras e o esvaziamento das municipalidades, que exerciam a justiça e o policiamento de forma independente. O início da sublevação se deu com os liberais sendo acusados de fraude eleitoral. Não aceitando o retorno dos conservadores ao ministério, líderes como Tobias de Aguiar, Antônio Feijó, Teófilo Ottoni propuseram retomar o poder pela luta armada. Inúmeras cidades aderiram: Pindamonhangaba, Taubaté, Lorena, Silveiras, Santa Bárbara, Santa Luzia, Caeté e Sabará. Uma coluna, a "Coluna Libertadora" marcharia até a corte para derrubar o ministério.

As forças do governo não só mobilizaram suas tropas como integraram a elas escravos fugidos de senhores do campo liberal. Segundo o cônego José Antônio Marinho, simpatizante dos insurgentes, a província de Minas teria sido "inundada de nuvens de nagôs e minas que levaram a toda a parte a devastação e o saque". Ainda segundo ele, "espalhara-se o germe mais perigoso que porventura se possa plantar no Brasil". As palavras do cônego deixam claro que, em três séculos de sistema escravista, muita coisa havia mudado. E o medo da "gente de cor" estava à flor da pele. Mais uma vez, Caxias atuou no sentido de esmagar a sublevação. Os que conseguiram fugir, se refugiaram no Rio Grande do Sul, que vivia então os tempos da República Farroupilha.

E o que foi ela? Uma luta de mais de dez anos contra o Império. Luta de ideias republicanas contra um Brasil monárquico. Luta contra a centralização política. Guerra que mobilizou proprietários de terras e de gado, bem como os farrapos e a peonada das estâncias, além de gente de todos os estratos sociais. As queixas eram muitas: perda de autonomia; aumento dos impostos que eram carreados para o Rio de Janeiro; taxas elevadas sobre a criação de gado; a importação do sal; entre outras. As empresas pecuaristas temiam que o governo beneficiasse o concorrente estrangeiro estabelecido na bacia do rio da Prata e exigiam uma política protecionista. Consideravam que o governo as abandonava. Avaliavam o tratamento que lhes era dado como "injusto".

Tal como em outras províncias, a elite rio-grandense não aprovava os indicados pela Regência para governar sua província. Em 20 de setembro de 1835, depois de escaramuças, o coronel Bento Gonçalves da Silva entrou na capital abandonada: a autoridade fugira. Bento Gonçalves alegava que a sedição era uma reação de legítima defesa de liberdades ameaçadas, reafirmando, contudo, sua lealdade à ordem monárquica.

Ex-peão, que teve carreira brilhante nas milícias durante as Guerras Cisplatinas, ele pertencia ao grupo de estancieiros da fronteira que desejavam reforçar as instituições da sociedade rio-grandense, sem quebrar a ordem vigente. Quanto à escravidão, por exemplo, Bento e seus contemporâneos aprovavam o fim do tráfico, mas não o fim do sistema. Havia um grande número de cativos nas estâncias para cuidar quer do gado, quer das plantações. Seu republicanismo não pode ser confundido com radicalismo.

Os farroupilhas ganharam e perderam batalhas, tendo de enfrentar defecções de aliados que passavam a dar apoio ao Império. Ainda assim, a 11 de setembro de 1836, no Campo dos Menezes, Antônio de Souza Neto proclamou a República Rio-Grandense. Em 5 de novembro do mesmo ano, os farroupilhas ratificaram a medida na Câmara Municipal de Piratini, indicando para a presidência Bento Gonçalves e, como capital, a mesma Piratini. A nova república dispunha-se a abraçar as demais províncias que quisessem se juntar a ela na mesma forma de governo.

Essa proclamação marcou um novo tempo no movimento revolucionário. Tudo indica que foi do rico estancieiro e charqueador Domingos José de Almeida a proposta de fundar uma república, quando muitos farroupilhas pensavam em se manter fiéis ao trono. Ministro do Interior e da Fazenda do governo farroupilha, Almeida tem um perfil que ilumina outros rostos de empreendedores dessa época. Nascido em 1797, no arraial do Tijuco, atual Diamantina, Minas Gerais, filho de um português de Braga e de uma mineira, foi para a província do Rio Grande em 1819. Queria comprar uma tropa de mulas. Na vila de São Francisco de Paula, atual Pelotas, fincou raízes e iniciou suas atividades com uma loja de secos e molhados.

Posteriormente, diversificou seus negócios com a construção de uma olaria, uma fábrica de sabão e velas de sebo, com investimentos na navegação fluvial – "tinha embarcações nas mais diferentes praças" –, criação de gado e charqueada, introdução de novo processo de destilação da graxa a vapor. Era dele a barca *Liberal*, transportadora de armas e homens durante a Farroupilha, que, posteriormente, foi aprisionada pelo governo imperial e transformada em navio de guerra.

No cargo de ministro, foi um dos redatores do estatuto da constituição do novo estado, além de organizador da máquina administrativa: estabeleceu coletorias, promoveu arrecadação de impostos, regulamentou as regras do comércio interno e traçou diretrizes para a representação diplomática. Sua maior preocupação era a já tão esquecida educação. Jornalista, fundou um Gabinete de Leitura e, durante o surto de cólera, em 1855, um hospital. Sempre às próprias custas. Morreu pobre em 1871.

Muitos líderes farrapos, além de Almeida, conheceram a prisão. Para os detidos nas fortalezas cariocas, entrou em cena a máquina invisível da maçonaria, que enviava dinheiro para subornar juízes e guardas. Alguns rebeldes humildes foram anistiados, sob a promessa de não voltar ao Rio Grande do Sul enquanto durasse a revolução. Bento Gonçalves serrou as grades da fortaleza da Laje, na baía de Guanabara, mas não quis partir sem levar seu companheiro de luta, Pedro Boticário. Muito gordo, o Boticário não conseguia passar pelo estreito buraco. Transferido para o forte do Mar, em Salvador, Bento dessa vez fugiu nadando. Um barco de pescadores o aguardava perto da praia. Ele viajou por terra e mar até a província dilacerada pela guerra para assumir a presidência da República do Rio Grande do Sul.

O cerco de Porto Alegre terminou por esgotar os farrapos. Apesar de bem fornidos em armas e homens, o grupo estava dividido pela discórdia política. Havia os que queriam o fim da guerra e os que não o queriam. O barão de Caxias, com a alcunha de o Pacificador, depois de restabelecer a ordem no Maranhão ficou encarregado de apaziguá-los. Graças a alguns acordos secretos e à cessão de exigências de natureza econômica, o conflito se esvaziou. Depois de reunidos em conselho com Caxias, os generais farrapos enviaram uma missão de paz ao Rio de Janeiro. Os enviados – que se negaram a beijar a mão do jovem imperador – conseguiram incluir no tratado de paz várias cláusulas de seu interesse: as dívidas da República seriam pagas pelo governo imperial, eles escolheriam os próprios presidentes de província, os escravos combatentes ganhariam liberdade, os prisioneiros de guerra seriam soltos, os oficiais dos farrapos assumiriam os mesmos postos no exército brasileiro.

As diversas revoltas e o antilusitanismo demonstraram sua força na primeira metade do século XIX e deram argumentos para os que defendiam a centralização do poder como garantia de unidade do Império. A monarquia federativa seria a única fórmula para lutar contra as tentações do separatismo. Além disso, a participação popular com mestiços, índios e escravos causava grande medo e perturbação.

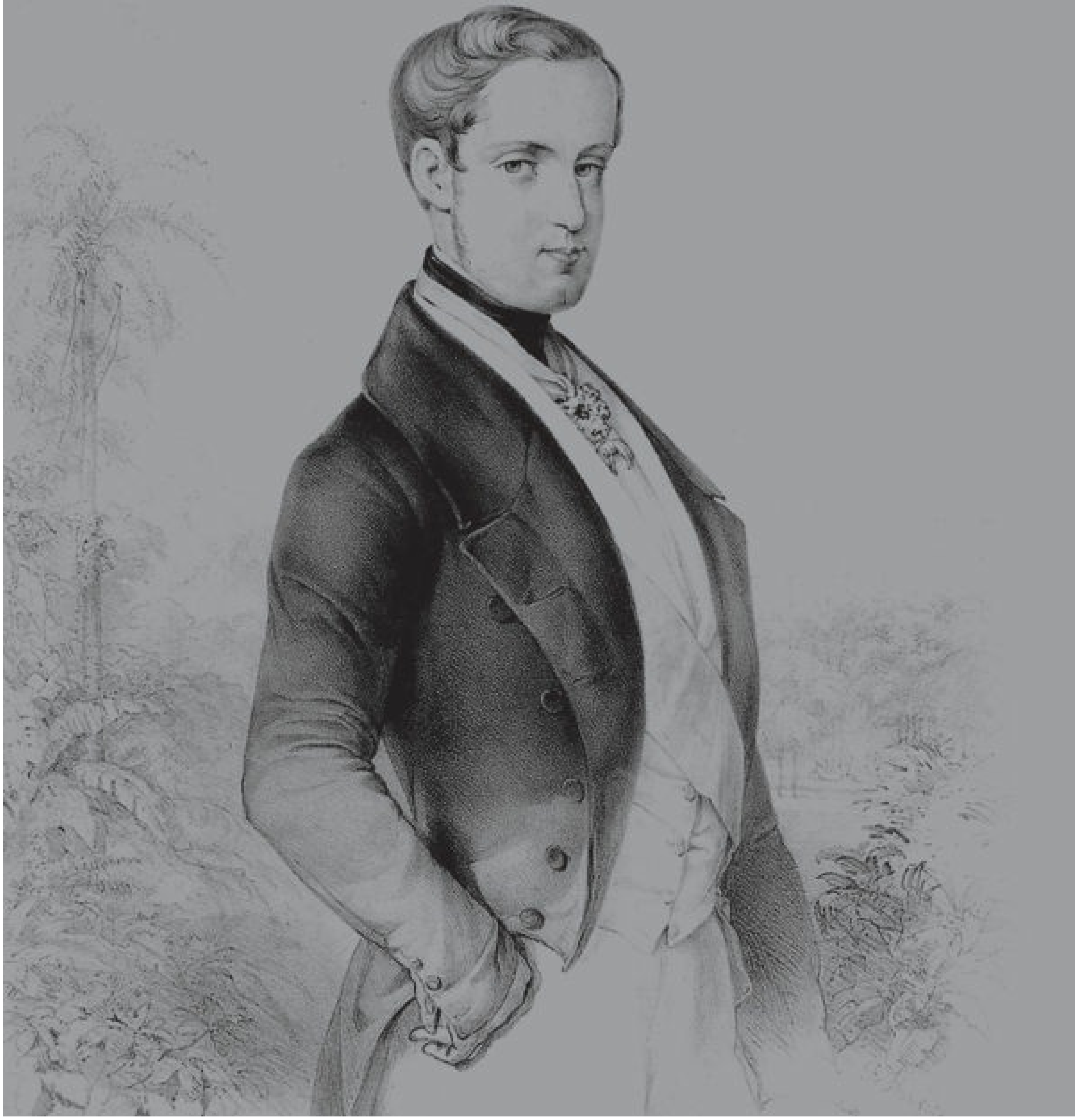
A rebelião mais assustadora foi, sem dúvida, a Revolta dos Malês, em 1835 na Bahia, organizada por muçulmanos, principalmente de origem iorubá, então chamados nagôs. O termo “*malê*” deriva de *imale*, que significa muçulmano em iorubá, como explica o historiador João José Reis.

Na madrugada de 25 de janeiro de 1835, Salvador acordou em pânico. Cerca de seiscentos revoltosos deixaram a capital da província em polvorosa. Eles faziam parte dos 42% da população da cidade que era escrava. A maioria dos africanos era nagô. Aliados a outros que vieram da região dos engenhos, a escravos e libertos da cidade organizaram-se em torno de um projeto de rebelião. O que pretendiam, caso saíssem vitoriosos, como diz Reis, era que a Bahia malê seria uma nação controlada pelos africanos, tendo à frente os muçulmanos, talvez um califado ortodoxo ou um Estado no qual o paganismo predominante entre os africanos fosse tolerado. De toda maneira, não foi um levante sem direção, um espasmo social produto do desespero, mas um movimento dirigido à tomada do poder. Os malês foram os responsáveis por planejar a rebelião e mobilizar os insurretos. Suas reuniões eram uma mistura de exercícios corânicos com leitura e escrita, rezas e conspiração. O próprio levante aconteceu no final do mês sagrado do Ramadã, o nono do calendário muçulmano.

Os malês foram às ruas com roupas islâmicas e amuletos protetores feitos de cópias de rezas, de passagens do Alcorão e de bênçãos de líderes espirituais. Cientes de que constituíam minoria na comunidade africana, eles não hesitaram em convidar escravos não muçulmanos para o levante. Vencidos pelas forças da ordem, dezenas de africanos, muçulmanos ou não, foram condenados a penas de açoite, prisão, degredo e morte.

As revoltas regenciais mostraram que foi preciso um pacto entre os grupos dominantes até para evitar que “o populacho” e os escravos tomassem armas e fossem à luta. Esses grupos tinham medo dos “debaixo”! A monarquia e o poder moderador seriam aceitos se houvesse alternância de poder entre os partidos. Pouco a pouco, o país se acalmou. O temor e o derramamento de sangue estancaram. Gente brasileira, gente cordial? Não. A palavra nem constava do vocabulário. Talvez “corda”, ou seja, prudente. Voltava, assim, a velha ordem em que poucos mandavam e muitos obedeciam ou, porque “cordatos”, fingiam obedecer. Sob o signo da negociação e do fantasma dos conflitos, foi tempo de voltar ao trabalho, ao ganha-pão.

# 3. O IMPERADOR E O "REI"...



*D. Pedro II em sua juventude. D. Pedro II, imperador do Brasil*.

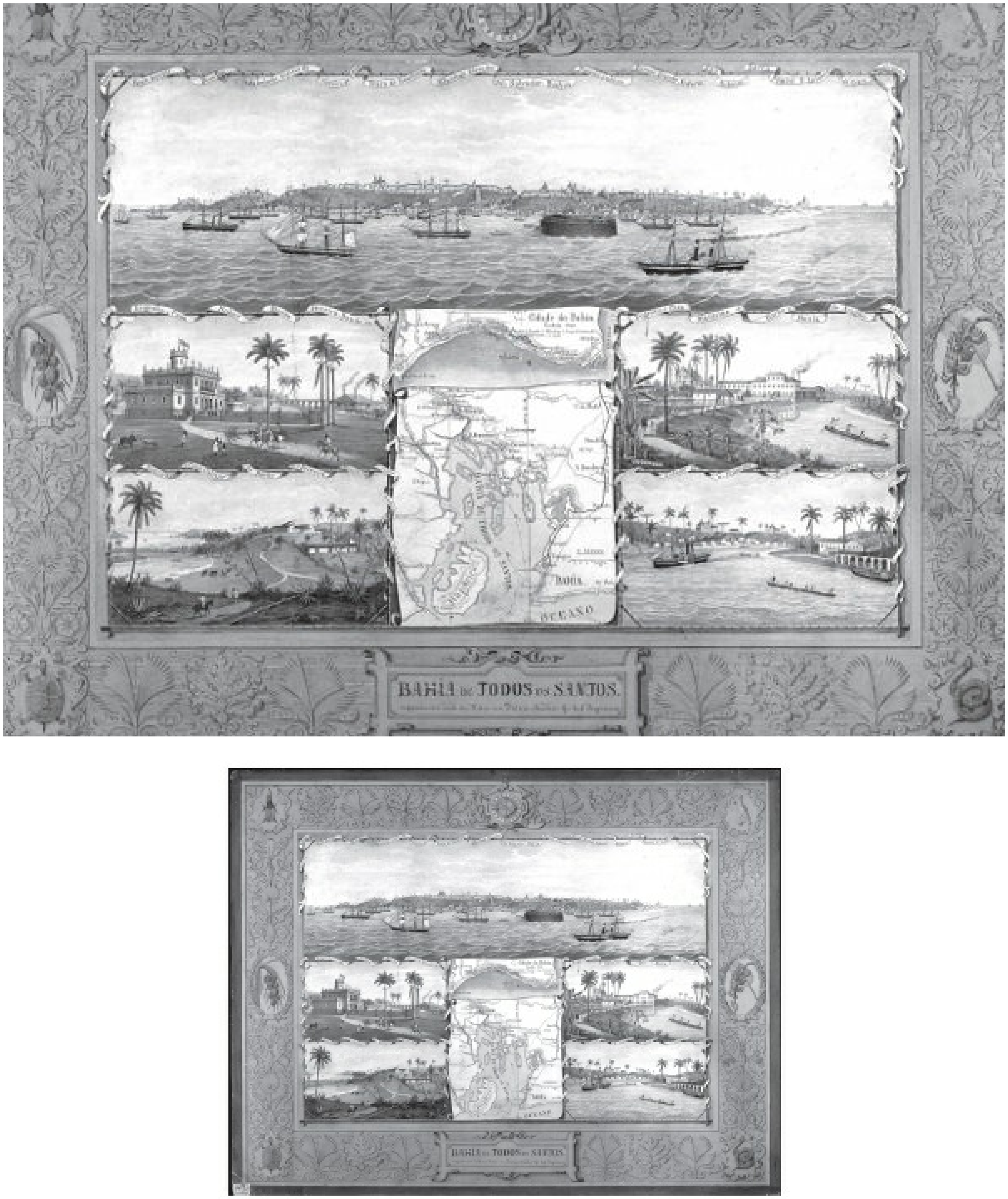
MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC.

Quando o imperador era apenas um menino, segundo seu futuro cunhado, o príncipe de Joinvil de passagem pelo Rio de Janeiro, em 1838, “uma figura miudinha, empertigada, compenetrada, emproada”, vivia cercado de camaristas e ministros. Enquanto o pai foi vivo, escrevia-lhe com devoção – “Meu querido Pai e meu Senhor” –, falando de saudades e lamentando sua ausência: “não podia me consolar, nem posso…” D. Pedro respondia, pedindo que lhe enviasse desenhos com vistas do Rio. Órfão de mãe, o menino ainda não tinha nove anos quando morreu o pai. O pai amigo aconselhava-o a estudar: “que assim não sendo, desgraçado chefe, desgraçado povo!”. De fato, as leituras e os estudos foram seus únicos companheiros. Eram poucas as brincadeiras do menino imperador: fingir-se de padre no “casamento” da irmã, dona Francisca, jogar cartas e fazer teatrinho. Trazia no rosto a palidez do mármore!

Tem “a testa muito alta e proeminente, olhos fundos, suas bochechas são gordas em baixo e vêm se juntar ao maxilar inferior que se salienta sob o outro”. Puxara a família austríaca de sua mãe, os poderosos Habsburgo. Espichado e triste, assim tão novo já tinha os modos de um homem de quarenta anos, comentou o príncipe francês.

O regente Araújo Lima costumava, sempre que possível, tirar o pequeno monarca da Quinta da Boa Vista para mostrá-lo ao povo. Retratos eram enviados às províncias e às cidades, onde eram recebidos em meio a festas: uma maneira de estar presente, estando ausente.

Os primeiros anos do Segundo Reinado haviam sido marcados por profunda insegurança para o inexperiente jovem, como lembrou seu biógrafo, José Murilo de Carvalho. O imperador parecia infeliz, enfadado e silencioso, segundo o conde Suzannet, que o conheceu. Para governar, recorria a um resquício absolutista enxertado na Constituição liberal de 1824: o poder moderador, que dava ao chefe de Estado o poder de nomear e demitir livremente seus ministros, o que lhe permitia promover um rodízio entre políticos liberais e conservadores.


Cidade de Bahia
OCEANO
BAHIA DE TODOS OS SANTOS.

*No Império, casas-grandes transformaram-se em palácios.*

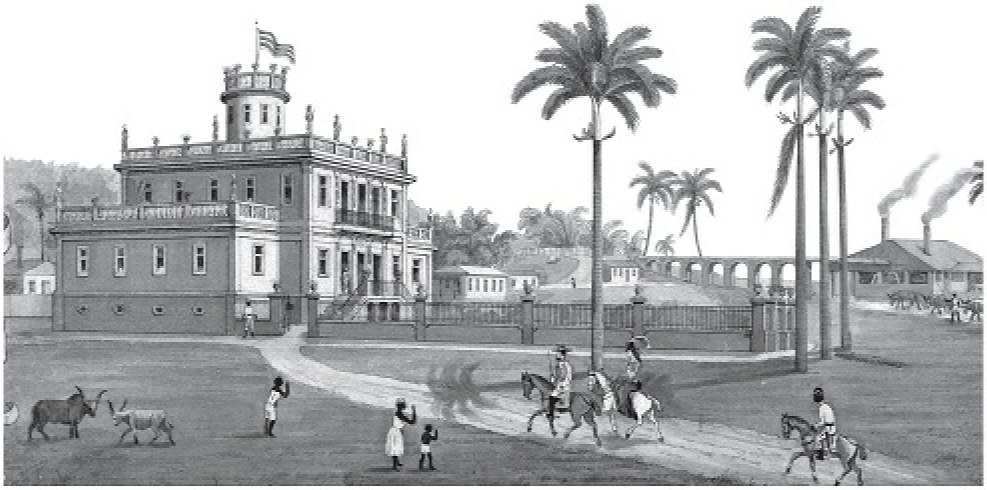
NAEHER, Julius. *Bahia de todos os Santos aufgenommen nach der Natur.* [18--].
BIBLIOTECA NACIONAL [CARTOGRAFIA].

A Declaração da Maioridade de d. Pedro II, também referida como Golpe da Maioridade, ocorreu em 23 de julho de 1840, com o apoio do Partido Liberal, e encerrou o período regencial brasileiro. Os liberais agitaram o povo, que pressionou o Senado a declarar o jovem maior de idade antes mesmo de completar quinze anos. O ato teve como principal objetivo a transferência de poder para que o imperador, embora inexperiente, pusesse fim às disputas políticas que abalavam o Brasil. Nesse dia festivo, estudantes invadiram o Palácio da Quinta da Boa Vista, para felicitá-lo. Como disse um biógrafo seu, Pedro Calmon, “foi como um pé de vento rebentando pelos corredores, levando o calor do povo!”. Acreditava-se que sua figura deteria as revoltas em curso.

Enquanto crescia o imperador, crescia também outro “rei”: o café. Era o século do Império e dos cafezais! O rio Paraíba, lâmina de bronze que corria escura e brilhante, foi o berço dessa nova fase da história. Aqui e lá, o curso d’água atravessava a paisagem das fazendas entre a serra fluminense, o planalto paulista e o sul de Minas. O Paraíba e seu vale foram o espaço de uma metamorfose mestiça, onde se misturaram milhares de atores anônimos: brancos, negros e índios. Atores que participaram de momentos-chave de nosso passado: a Independência, a explosão da cafeicultura como riqueza nacional, a Abolição e o fim do Império.

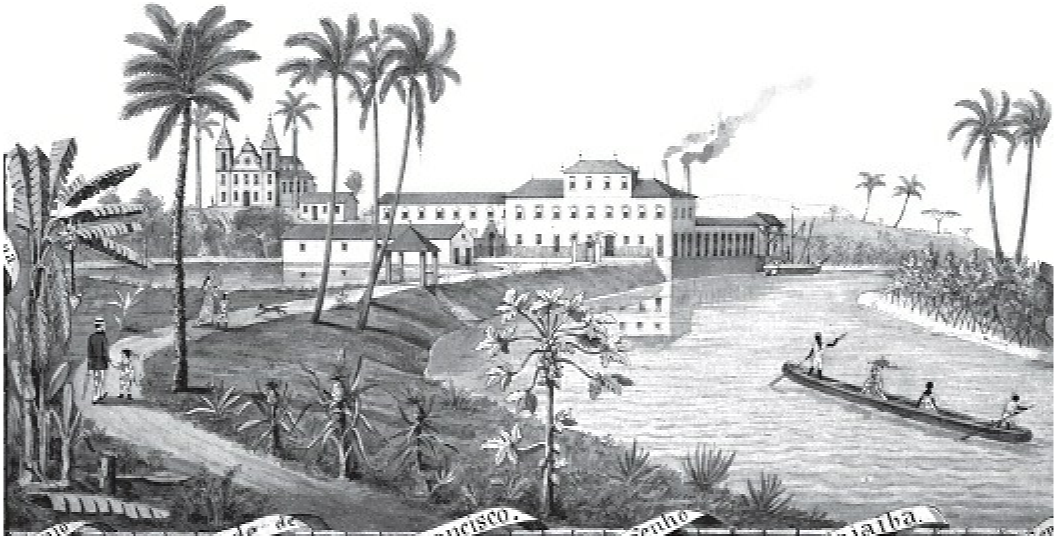
Mas voltemos um pouco atrás. Quando d. Pedro I, ainda na qualidade de regente português, cruzou o Vale a caminho da capital da província de São Paulo, as fazendas de café já impressionavam. Por exemplo, a do capitão das Ordenanças de Baependi, Hilário Gomes Nogueira, de velha família mineira, que abriu as portas para receber a comitiva do príncipe, em suas terras onde desabrochavam cafezais, trigais e plantações de anil. Só no ano de 1822, na sua fazenda de São João Marcos, Hilário colheu 500 arrobas de café, exportando-as para a corte. Era dono de 86 escravos que cultivavam milho, arroz, feijão e criavam porcos para o comércio de toucinho. Num outeiro, voltado para o levante e protegido do vento frio do Sul, ergueu uma das maiores e mais imponentes sedes da província, com suas senzalas e a grande tulha para armazenar grãos. No entorno, frentes de escravos abriam clareiras, derrubando perobas, canelas e cabiúnas para plantar café. O riacho Pirapetinga, os rios Bananal e Turvo hidratavam a região.

A riqueza dos fazendeiros com os quais o príncipe cruzaria no Vale do Paraíba não estava apenas ligada à lavoura de cana, ao tropeirismo e ao abastecimento de gêneros. Havia, também, quem negociasse “uma carreira”, palavra usada para designar o transporte de mercadorias e animais por terra ou água. Outros participavam ativamente do negócio mais lucrativo de então: o de escravos. Mesmo sendo moradores de “serra acima”, eles conheciam os mecanismos desse comércio e muitos deles eram “tratantes de cativos” adquiridos à vista na corte e vendidos a prazo no Vale, com margem de lucro de 100%. O resultado? Muita riqueza: bens em prata, cavalos de criação, bibliotecas, casas de aluguel. Inventários e testamentos mencionam “dinheiros e ganhos”. Famílias poderosas se identificavam pelas patentes militares que requisitavam ou ganhavam exercendo poder político onde estavam instaladas. Se plantadas à beira do caminho, suas terras eram alugadas para a invernada do gado que cruzava as estradas. Sem contar que tais proprietários controlavam toda a informação que por ali passasse. Eles sabiam, em primeira mão, tudo o que acontecia entre Minas, Rio e São Paulo.



A riqueza do Vale era antiga. O fornecimento de gêneros ao garimpo estabelecido em Minas Gerais no decorrer dos séculos XVII e XVIII esteve nas mãos dessa gente, desses “senhores dos caminhos”. Os produtos vindos do Piauí, Bahia, Pernambuco, atravessando os rios Verde, Verde Grande e Gorutuba, até as barrancas do rio das Velhas, passavam por eles, que controlavam, também, os viajantes que subiam a Mantiqueira, vindos da corte ou que chegavam do Rio Grande do Sul. Mas não foi só a rota dos produtos que incrementou a riqueza da região. O burrão, ou burro espanhol, do tamanho de um cavalo, maior e mais estruturado do que o burro nordestino, foi trazido para o Vale e se difundiu às margens do rio Paraíba. O gado vendido em Minas Gerais vinha dos currais vale-paraibanos. Porcos, toucinho e salgados também. Era um vai e vem de produtos, homens e riquezas.

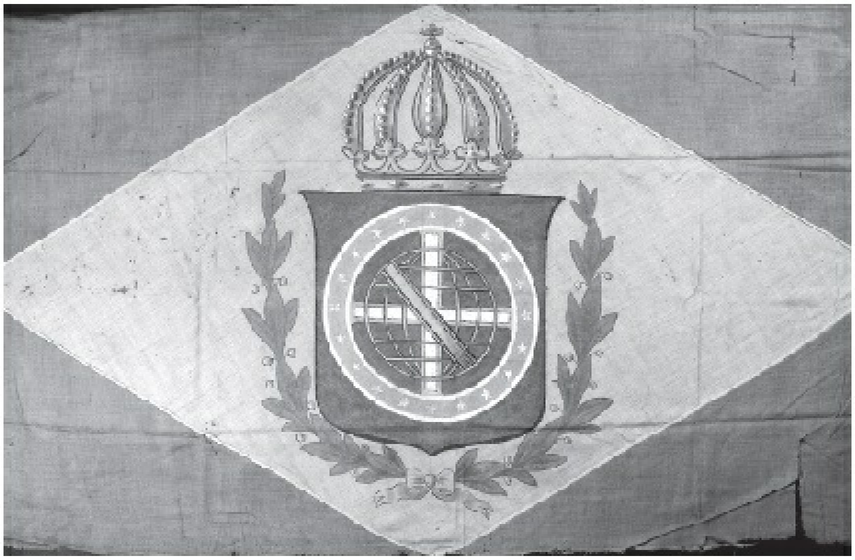
Na direção de São Paulo de Piratininga, os montes ostentavam formas mais arredondadas sobre as quais se espalhavam os cafezais. Em vários pontos, ranchos para tropeiros abrigavam homens agachados à volta da trempe, sobre a qual cozinhavam o feijão. Esparsas, uma ou outra venda oferecia fumo de rolo, açúcar, farinha, aguardente e carne-seca aos viajantes de passagem. Nas moradias próximas à estrada, não faltavam galinhas, ovos e leitões vendidos a bom preço. No caminho, o viajante cruzava com lavradores transportando suas ferramentas de trabalho, mulheres carregando víveres ou crianças, escravos. Esses munidos de um “passaporte”, dado pelo senhor, que os autorizava a andar pelas estradas.



Quase escondido pelas colinas, emergia um povoado. A capela do Senhor Bom Jesus sinalizava o núcleo de ruas estreitas. No entroncamento que levava da serra a Mambucaba, no litoral, uma estrada despencava 2 mil metros, por entre cascatas e pedras. Depois, havia São Miguel das Areias, assim chamado, embora não houvesse areias em vale tão fértil. O nome original do vilarejo era Sant'Ana da Paraíba Nova, e a imagem da santa, com enfeites de ouro, ficava exposta na igreja local. A região era pouso de tropeiros que se arranchavam para comer, dormir e descansar os animais. Conta a tradição que, em certa viagem, depois do jantar, um grupo de homens abriu caixetas de goiabada na esperança de se regalar e… surpresa! Só havia areia. Depois disso, o povo só se referia ao lugar como das "areias". E passou de Sant'Ana para São Miguel, em homenagem ao irmão de d. Pedro I, o príncipe Miguel.

Daí em diante, via-se uma nova paisagem. Deixavam-se para trás as escarpas e trotava-se ao longo da baixada do rio, que corria tranquilo. Ranchos se sucediam e eram conhecidos dos viajantes: o dos Negros, o do Carioca, o de José ou Antônio Ruiz, o de José Ramos, o Grande, o do Pedro Louco etc. Aí eles se reuniam para abastecer as tropas e também para descansar. A viola gemia à noite. A cachaça esquentava os ânimos, e as moradoras pobres vinham oferecer seus corpos. Em direção ao porto de Cachoeira, crescia um lugarejo com igrejinha, bananeiras, um engenho e seu canavial. Ali faziam paradas as tropas vindas de Baependi que levavam fumo para o Rio de Janeiro e de lá traziam sal.

Para chegar a Lorena, a distância não era curta. Era preciso atravessar a região de morros entre a Bocaina e a Mantiqueira, que fazia limite com Minas Gerais. Pela estrada, algumas palhoças e, à volta delas, os caboclos, descendentes de índios que outrora dominaram a região, agora misturados a brancos e negros. Ocupavam-se nas roças de subsistência, teciam cestos e faziam potes de barros.



*Bandeira do Império do Brasil: decorada com ramos de café.*

Bandeira imperial do Brasil.
MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC.

Lorena – da famosa "Calçada", construída por Bernardo Maria José de Lorena, em 1792 – era o principal acesso entre o planalto Piratininga e o porto de Santos. Sete quilômetros em zigue-zague de pedras garantiam a participação da província paulista no comércio interno e externo do Império. O nome antigo da cidade era indígena: Cuaipacaré. Enraizada em meio a terrenos muito férteis onde se plantava fumo, a cidade assistia ao cruzamento do tráfego incessante entre São Paulo e Minas, graças a dois portos sobre o rio: o de Cachoeira e o do Meira. A atividade ininterrupta da região fez com que, em poucas dezenas de anos, Lorena ganhasse lojas diversas, comércio fervilhante, ruas alinhadas e soberbos prédios. Suas mulheres eram reputadas pela beleza e educação.

De Lorena seguia-se para a vila de Santo Antônio de Guaratinguetá. No caminho, muitos engenhos de açúcar aparentando prosperidade. O rio Paraíba ia se contorcendo estrada afora entre os contrafortes da serra do Quebra-Cangalha e os primeiros aclives da Mantiqueira. As boiadas, tropas de bestas e porcadas que normalmente invernavam em Taubaté ou Guaratinguetá só passavam entre dezembro e maio. De junho a novembro, poucas desciam, pois era época de seca, sem pastagens, nem olhos--d'água disponíveis para os animais se restaurarem. Era, também, época do temido timbó, erva venenosa que os matava.

Ia o Vale do Paraíba se espreguiçando até São Paulo. Sucediam-se Taubaté, Jacareí, São José. Em sua viagem de 1822, nessa vila, o príncipe d. Pedro teve de cruzar o rio. Ao ver a profundidade das águas, preferiu atravessar o Paraíba a cavalo. Dali passou a Mogi e depois, a São Paulo, onde proclamou a Independência. Voltou pelo vale, já imperador.

A bandeira do Brasil Império revela que as elites políticas apostavam no café. Eis o que consta no decreto de 18 de setembro de 1822, assinado por d. Pedro I:

> Hei por bem, e, com parecer do meu Conselho de Estado, determinar o seguinte […]. Será d'ora em diante o Escudo d'Armas deste Reino do Brasil, em campo verde uma Esfera Armilar de ouro, atravessada por uma Cruz da Ordem de Cristo, sendo circulada a mesma Esfera de dezenove Estrelas de prata em uma orla azul; e firmada a Coroa Real diamantina sobre o Escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos das plantas de Café e Tabaco, como emblemas da sua riqueza comercial, representados na sua própria cor e ligados na parte inferior pelo laço da Nação.

A riqueza veio rapidamente. Na segunda metade do século XIX, as cidades do Vale do Paraíba começaram a florescer e a esbanjar elegância numa grandeza sem par – conta-nos Carlos Lemos, historiador da arquitetura. Foi a época dos barões de café, em que o dinheiro chegado antes da instrução comprovava dignidade e poder, tornando a classe dominante um grupo heterogêneo de pessoas. Nos maços de recenseamento da Moóca, a baronesa de Monte Santo figurava como analfabeta; o barão de Figueiredo, suando para plantar seus cafezais, abria as terras do sertão dos rios Pardo e Grande; em Pindamonhangaba, os Moura Romeiro, os Lessa e os Salgado, todos barões, comiam com talheres de *vermeil* e bebiam champanhe em cristais *Baccarat*.

# 4. O CAFÉ ANTES DO IMPÉRIO...

*No Brasil, os primeiros cafezais datam do século XVIII.*

FREIRE, José Joaquim. [*Coffea arabica, Linn*].
[17--].
BIBLIOTECA NACIONAL.

Mas qual seria a origem da nova lavoura? Lembra o historiador Renato Venancio que a história do café, tal qual a do açúcar, teve raízes no expansionismo das sociedades europeias. A diferença entre os dois produtos é, por assim dizer, cronológica. O café é tardio. A referência mais antiga a ele é de fins do século XV – portanto, duzentos anos após os primeiros contatos europeus com a cana-de-açúcar. De provável origem etíope, a rubiácea foi, de início, explorada comercialmente pelos árabes, que a consumiram e difundiram largamente. Em fins do século XVI, há indícios de que italianos e franceses passaram a comerciar café. Nos primeiros tempos, o produto era vendido em feiras, por ambulantes, "vestidos à turca […] com o tabuleiro pendurado ao pescoço com a cafeteira".

Por volta de 1615, na cidade de Veneza, registrava-se regularmente seu consumo; em Paris e Londres, esse consumo é observado em 1749-1750; na Suécia, os primeiros testemunhos de sua comercialização datam de 1674. Trata-se, como se vê, de uma expansão relativamente rápida para os padrões do Antigo Regime. Essa rapidez, contudo, não se traduziu imediatamente na multiplicação veloz do número de consumidores. De certa maneira, a popularização do café teve de esperar o século XVIII. Até então o produto era considerado um artigo exótico, restrito ao meio urbano, em sociedades nas quais de 80% a 90% da população residia em áreas rurais.

O que teria levado à multiplicação dos bebedores de cafezinhos? Eis um tema bastante complexo. A primeira pista para entendê-lo relaciona-se com a própria natureza da planta em questão. A espécie exige apenas que o cultivo ocorra em áreas relativamente elevadas, úmidas e com temperaturas entre 20 e 25 graus, não devendo ser plantada em solos encharcados ou muito secos.

Ora, o *Coffea arabica* é um arbusto adaptável a vários lugares do mundo. Durante quase todo o século XVII, os europeus dependeram do fornecimento do café proveniente do comércio mediterrânico. Em determinado momento, percebeu-se que vários territórios coloniais, asiáticos ou americanos, prestavam-se ao cultivo. Os holandeses foram os pioneiros: em 1696, introduziram o cultivo de café em Java, que daí se expandiu para Sumatra, Timor e outras ilhas orientais. Por volta de 1710, Amsterdã recebeu seus primeiros carregamentos de café asiático. Os franceses seguiram esses passos. Não demorou muito para que as colônias americanas também abrigassem a nova lavoura. Entre 1715 e 1721, estabeleceram-se os primeiros cafezais em Suriname e Guiana Francesa, daí se espraiando para as ilhas de São Domingos e Guadalupe.

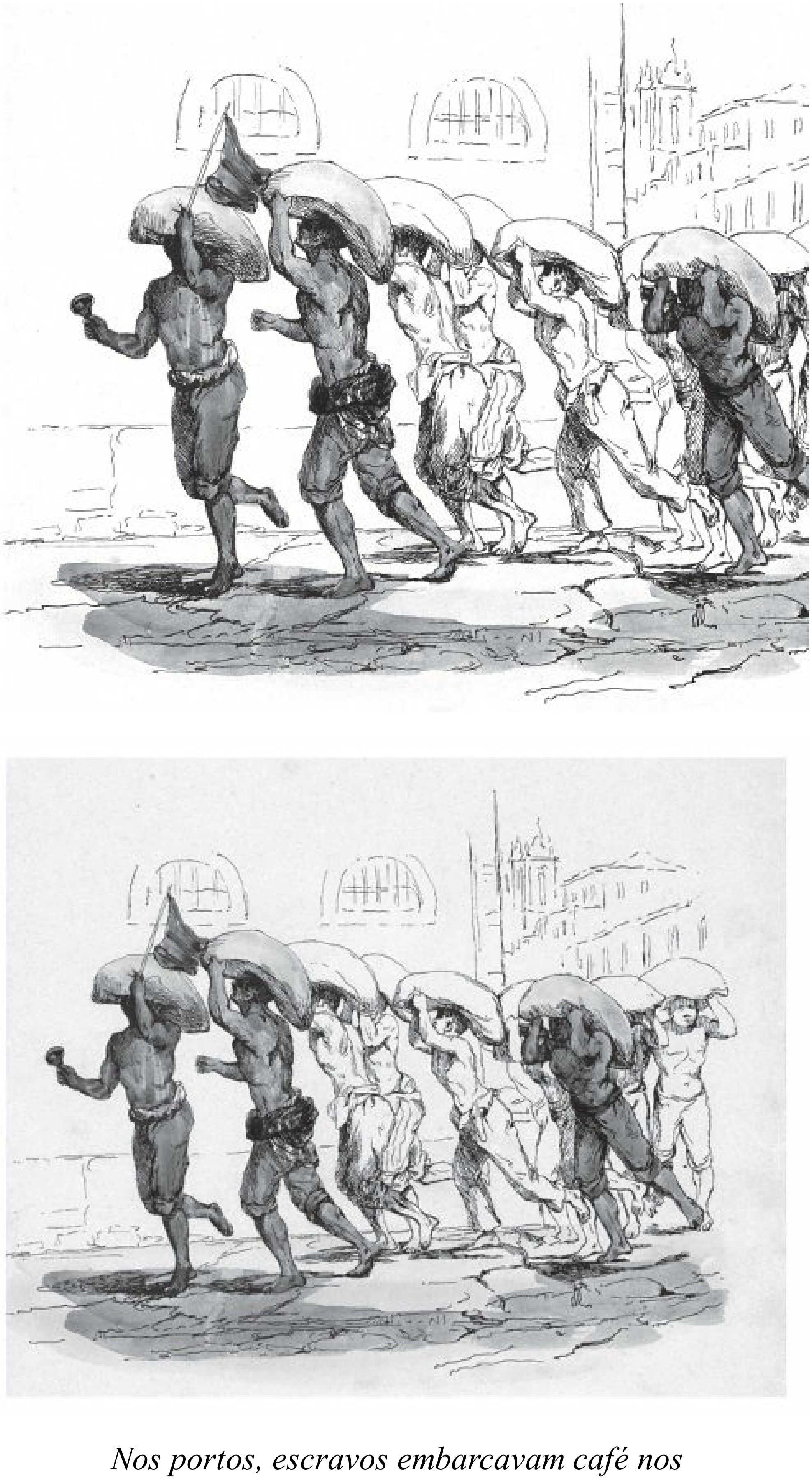
À medida que a produção aumentava, o preço declinava, permitindo a multiplicação de consumidores. Mas, como diz Venancio, a economia não explica tudo. Para entendermos o enorme sucesso que o café conheceu no mundo europeu, é necessário também percebê-lo como um fenômeno cultural, como uma nova "moda" de consumo, divulgada inclusive por meio de livros que exaltavam suas propriedades e qualidades. A bebida era considerada um bom alimento. Reforçaria a concentração mental, ampliando a sensibilidade. Em tratados médicos, afirmava-se que o café: “[…] seca todo o humor frio, expulsa os ventos, fortifica o fígado, alivia os hidrópicos por sua qualidade purificante, igualmente soberana contra a sarna e a corrupção do sangue, refresca o coração e o bater vital dele; alivia aqueles que têm dores de estômago e que têm falta de apetite; é igualmente bom para as indisposições frias, úmidas ou pesadas do cérebro.”

Tratava-se, portanto, de uma “bebida maravilhosa”; porém, como todo remédio, deveria ser utilizada com moderação e equilíbrio. Sublinhava-se que o consumo excessivo de café causava graves danos à saúde.

Outro estímulo ao consumo de café tinha a ver com o seu impacto social. Para entender isso, é necessário lembrar que, na Europa, tanto o café quanto o chá competiam com as bebidas alcoólicas. Tradicionalmente, as principais delas – o vinho e a cerveja – eram vistas com ambiguidade; condenava-se seu uso excessivo, mas, ao mesmo tempo, louvava-se sua importância como alimento – explica Venancio.

No início do século XIX, o café tendia a se tornar mais barato, era exaltado por médicos e autoridades, assim como se integrava progressivamente ao cotidiano europeu. Tudo estava pronto para a explosão de seu consumo, que seria detonada pela Revolução Industrial, multiplicadora de cidades e exigente quanto à concentração e sobriedade dos trabalhadores. Pois foi nesse contexto extremamente favorável que começou a despontar a produção comercial da rubiácea brasileira.

O surgimento de nossos primeiros cafezais é uma questão controversa. No *Discurso sobre os gêneros para o comércio que há no Maranhão e Pará*, Duarte Ribeiro de Macedo, em 1673, menciona a existência de cafezais em regiões amazônicas. Bem mais aceita, porém, é a datação de 1727, que se vincula às incursões militares do paraense Francisco de Melo Palheta, na fronteira da Guiana Francesa. De volta a Belém do Pará, o sargento-mor trouxe clandestinamente algumas sementes da espécie. A partir delas surgiram as primeiras mudas brasileiras. Do Pará, a planta se espraiou para o Maranhão.



*Nos portos, escravos embarcavam café nos navios.*

BRIGGS, Frederico Guilherme. *Coffee carriers*. 1845.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: *THE*

*BRAZILIAN SOUVENIR:* A SELECTION OF THE MOST
PECULIAR COSTUMES OF THE BRAZIL. [GRAVURA
23].

Como se vê, o café surgiu entre nós como uma bem-sucedida empresa de biopirataria. Inicialmente sua produção foi modesta, restringia-se ao consumo doméstico. No Ceará, em meados do século XVIII, novo influxo foi registrado. Furna Uchoa importou novas sementes do *Jardin des Plantes*, de Paris, e desenvolveu uma produção “assaz considerável” na Serra da Meruoca. Daí os cafezais foram transplantados para a Bahia.

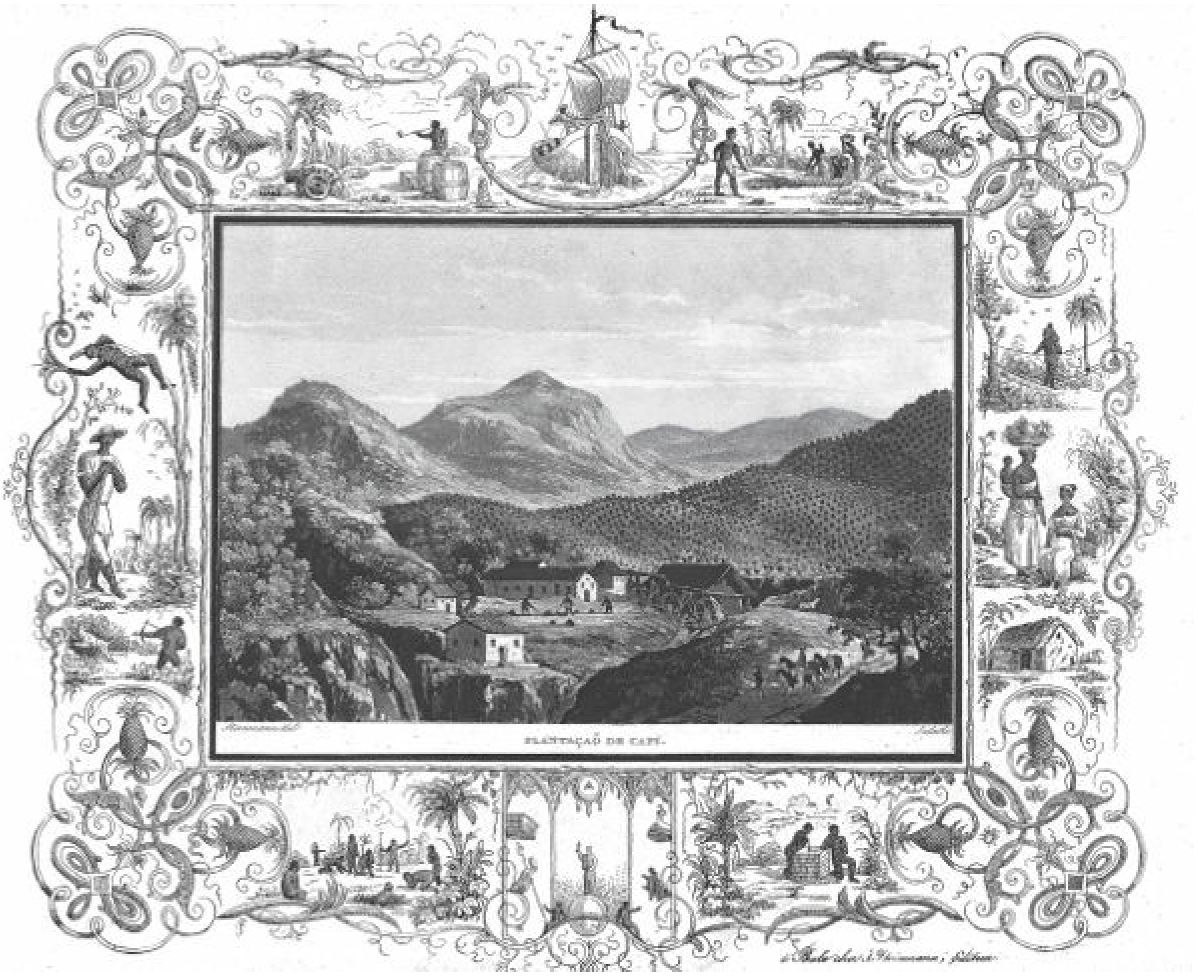
Em fins do século XVIII, cerca de 1,5 tonelada anual de café era exportada pelo Brasil. Ou seja, quase nada! O produto representava apenas 1,8% das exportações coloniais, número que fica ainda mais apequenado se lembrarmos que, no mesmo período, se enviou para o exterior algo em torno de 18 mil toneladas anuais de açúcar branco. Apesar da magreza dessa economia cafeeira, ela foi importante, pois deu origem a uma ampla rede de compradores internacionais. Entre 1796 e 1800, Inglaterra, França, Itália, Holanda, Espanha, Dinamarca, Suécia, Rússia e Estados Unidos disputavam o produto – às vezes via reexportação de Portugal –, conseguindo quantidades irrisórias. Os norte-americanos, por exemplo, no referido período, conseguiram comprar 30 quilos de café brasileiro!

Aos poucos, porém, as primeiras mudas, provenientes de cafezais do Maranhão, começaram a frutificar na capital carioca. Os frades capuchinhos as cultivavam. Tratava-se de uma produção em pequeníssima escala. Bem mais importante foi a lavoura desenvolvida pelo holandês João Hopman, na quinta de Mata Porcos, na atual rua Frei Caneca. A experiência surtiu resultado. Vinte anos após a estada de James Cook, o capitão inglês Watkin Tench anotou em seu diário de viagem: “O café, que outrora também vinha de Portugal, agora cresce em tal abundância que permite uma considerável exportação”.

Nos primeiros tempos de exportação cafeeira, o Maranhão ocupou o primeiro lugar, enquanto São Paulo se responsabilizava por apenas 0,1% da comercialização internacional. Minas Gerais, por sua vez, produzia para o mercado interno. Em 1800, registrou-se a saída de 150 quilos de café da capitania. Embora variando de importância na economia local, os cafezais estavam sendo testados em quase todo o território colonial: do Pará a Santa Catarina, do Espírito Santo a Goiás. Esse movimento foi grandemente auxiliado pela ação quase imperceptível dos pequenos lavradores.

Entre eles eram comuns os chamados sítios volantes, que reproduziam técnicas agrícolas indígenas, baseadas na ocupação transitória de manchas de terras no interior da mata. Nesse meio, cresceram os primeiros cafezais paulistas. Os pequenos produtores trabalhavam com a família ou com alguns escravos, plantando conjuntamente café, milho, arroz e feijão. Por vezes, a terra era abandonada após a primeira colheita, e a nova área ocupada não voltava a desenvolver a rubiácea. Tal inconstância revelava uma lavoura caprichosa, exigente de trabalho e paciência. Bem ou mal – e à custa de muito ensaio e erro –, criou-se uma cultura cafeeira, na qual as técnicas utilizadas na secagem do arroz, moagem do milho e trituração da cana eram reutilizadas com novo sentido.

O café passou a conquistar não somente o paladar, como também a povoar o universo das crendices da população rural. Desde muito cedo se registraram mandingas, feitiços ou filtros de amor nos quais a semente era utilizada. Misturar gotas de suor de cavalo com café era receita certa para conquistar o coração da pessoa amada. O café coado com roupa de mulher também produziria esse efeito. A farmacopeia popular reinterpretava os ensinamentos médicos dos séculos anteriores e inventava outros. O café servido amargo tornava-se antídoto poderoso contra a embriaguez. O que se fazia com caldo de cana era considerado alimento para crianças desnutridas. O servido com açúcar, diurético e febrífugo. Entre as mulheres, a bebida estimulava partos; entre as jovens, apressava a primeira menstruação. Nem mesmo sua borra era jogada fora, pois supostamente continha propriedades que curavam animais.


PLANTAÇAÕ DE CAFÉ.

No século XIX, as fazendas de café se multiplicaram. Em determinado momento, o café pulou da roça para a fazenda. É difícil saber exatamente quando isso ocorreu, até porque variou regionalmente. No entanto, é possível estabelecer uma cronologia aproximada. Digamos que, entre 1790 e 1830, o café, que representava 1% ou 2% das exportações, passou a ser responsável por 40% ou 45% delas, dobrando, em relação ao açúcar, sua capacidade de gerar renda. Tratava-se de uma revolução econômica, que aprofundou os efeitos de mudanças políticas em curso.

As elites que comandaram o processo de emancipação de Portugal originavam-se, em sua maior parte, do Centro-Sul. Elas viram no novo produto uma tábua de salvação, principalmente tendo em vista o declínio ou a estagnação das vendas internacionais de açúcar, algodão e tabaco. Assistiu-se então à conversão de numerosos fazendeiros, comerciantes ou mesmo burocratas e pequenos proprietários bem-sucedidos à grande produção cafeeira, mudança que foi reforçada pela própria evolução da lavoura.

Apesar das várias experiências cafeeiras nordestinas e da tradição do Maranhão, a produção dessas áreas, no século XIX, tendeu a declinar ou a ficar restrita a roças e quintais, que eram para os pequenos lavradores fontes de renda suplementares. A grande fazenda de café obteve sucesso nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e, em menor escala, em Minas Gerais e no Espírito Santo.

Baseada num projeto conservador, a lavoura do café multiplicou as desigualdades regionais, em favor das áreas que efetivamente comandaram o processo de independência e de formação do Estado nacional brasileiro. A multiplicação das fazendas cafeeiras ocorreu, primeiramente, no Vale do Paraíba fluminense, avançando, depois, em direção ao território paulista. Outra frente caminhou em direção às terras mineiras e capixabas. Nesse último caso, tratou-se, contudo, de um processo lento, consolidado somente por volta de 1850.

A lavoura devorava florestas inteiras. A coivara era o principal instrumento das frentes pioneiras. Após a destruição da mata, o café era plantado na clareira enegrecida pelo fogo. Dentro das covas, eram colocadas as mudas arrancadas do solo, que haviam brotado perto dos cafeeiros que lhes deram origem, pois as mudas amadureciam de maneira mais rápida do que os grãos de café plantados diretamente.

PÁGINAS 56 E 57 SALATHÉ, Friedrich.
*Plantação de café*. 1835.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
STEINMANN, JOHANN. *SOUVENIRS DE RIO DE JANEIRO*. [GRAVURA 1].

Uma vez consolidadas as lavouras, eram feitas duas capinas anuais. Ao cabo de três anos, os cafezais começavam a frutificar. A produtividade plena demorava, porém, mais dois ou três anos. Durante esse tempo, plantava-se milho, feijão e mandioca entre as fileiras dos cafezais. Além de produzir alimentos para os escravos, essa prática protegia “as plantas novas do sol quente”. A colheita era feita à mão: os grãos eram colocados em peneiras e separados dos galhos e folhas. Depois disso, eram levados a um rancho e, em seguida, ao terreiro de secagem. Os grãos podiam ser beneficiados na própria fazenda – nos engenhos de pilões – ou enviados para a cidade, por meio de tropeiros.

Escravos trabalhavam junto com homens livres nessas atividades. Aliás, estes últimos geralmente ocupavam parte dos territórios nos quais surgiam as fazendas cafeeiras. Na condição de posseiros, os tradicionais caipiras e roceiros não tinham, porém, como proteger suas terras do avanço da lavoura de exportação. Muitos se deslocavam para áreas ainda não ocupadas. Outros resistiam a esse avanço, pegando em armas, ou ingressavam nos grupos de foras da lei da região. Havia ainda aqueles que se tornavam agregados da grande propriedade. Viravam capangas, capatazes, feitores de escravos, tangedores de carro de boi, tropeiros ou mesmo simples empregados utilizados na derrubada das matas, quando então não se punha em risco a valiosa mão de obra escrava.

As fazendas também deram origem a novos consumidores da rubiácea. Desde a década de 1830, há testemunhos de que o paladar dos escravos africanos era receptivo ao novo produto. Escravos e trabalhadores livres tomavam café, da manhã até à noite: por volta das cinco horas da manhã, a bebida era adoçada com açúcar mascavo e servida com pedaços de angu frito; às dez horas, acompanhava o feijão, a carne-seca e a mandioca; às 17 horas, jantava-se um prato de pirão de mandioca, com nacos de rapadura, e ingeriam-se os derradeiros goles de café. Nas cidades, a difusão da bebida parece ter sido bem mais lenta. Talvez por isso, tenha afirmado Gilberto Freyre, ao escrever sobre o Recife: "O café só veio a popularizar-se nos meados do século XIX". Sem dúvida, contribuiu o fato de que só então o produto deixara de ser vendido verde, passando a ser comercializado torrado e em pacotes.

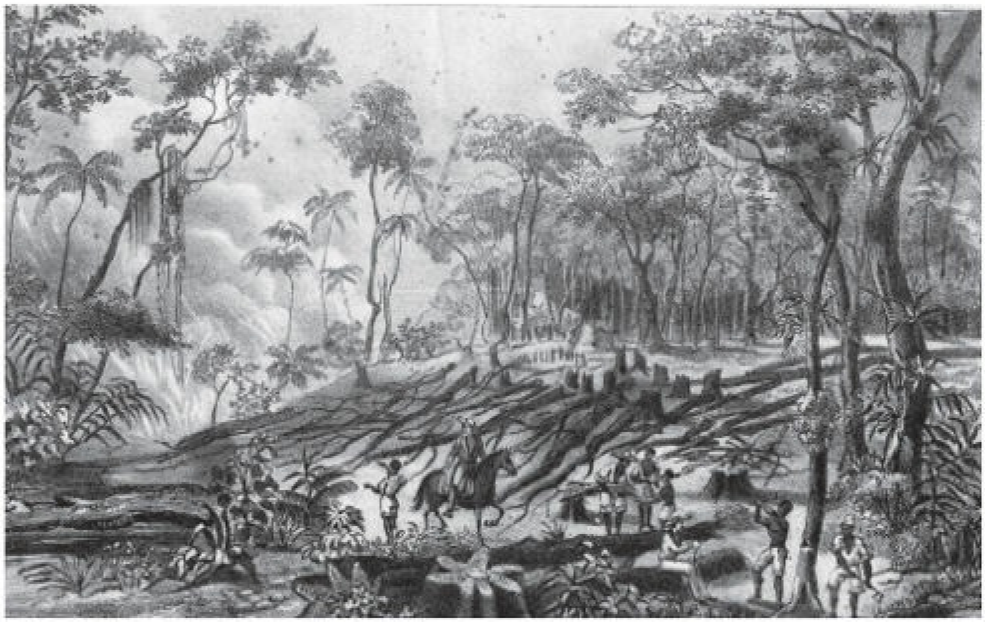
A riqueza gerada pelos mercados externos e internos do café alimentou uma legião de fazendeiros prósperos, que se transformou na base da sociedade imperial. Só eles? Não, fazendeiras também. A filha do Barão de Souza Queiroz, dona Angélica, foi uma que enfrentou a vida numa fazenda de chão de terra batida, onde cortava a roupa dos escravos e provava de sua comida no fogão de lenha. Muitas assumiam tarefas de administração e, quando os maridos viajavam, era delas o comando dos empregados e dos negócios.

A formação desse grupo não ocorreu, porém, repentinamente, pois mesmo num meio de elite, as marcas da cultura rústica adentraram por várias décadas do século XIX. Foi necessária uma geração inteira de agricultores desbravadores de matas para que seus filhos se tornassem barões do Império. Uma luta que deixou registros até mesmo em melancólicos epitáfios funerários, como o de um megacafeicultor paulista, que dizia: "Aqui jaz João da Costa Gomes Leitão, que muito trabalhou, muito ganhou e nada gozou…"

# A explosão verde

No primeiro período da expansão cafeeira, o movimento de investimento em terra e cativos para trabalhar na lavoura de café foi intenso. O viajante e naturalista Saint-Hilaire, ao passar pelo Vale, em 1822, reproduziu um diálogo com um residente na área, sobre o emprego dos lucros com o ouro verde. Perguntado para onde ia o dinheiro, o interlocutor respondeu: "O sr. pode ver que não é construindo boas casas e mobiliando-as. Comem arroz e feijão. Vestuário também lhes custa pouco e nada gastam com a educação dos filhos, que se entorpecem na ignorância, são inteiramente alheios aos prazeres da convivência […] é, pois, comprando negros que gastam toda a renda."

De fato, esses eram tempos cujo lema era enriquecer. E a marca, a rusticidade. A civilidade ainda não tinha se instalado entre boa parte dos fazendeiros. Boas maneiras, nem pensar. O hábito de estar mal ou pouco vestido era generalizado até na hora das refeições: tiravam-se sapatos, meias e outras "peças que o calor tornasse opressivas e, nalguns casos, guardando apenas o traje que a decência requer", reportou o comerciante inglês John Luccock. Quando as mulheres estavam presentes, guardavam um pouco mais de decoro.



*Escravos derrubavam a mata para a plantação do café.*
*A queimada*, [18--].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

A vida era marcada por horários rígidos. Em suas memórias, o visconde de Araxá, Domiciano Leite Ribeiro, falou dos costumes dos fazendeiros da região. Levantavam-se com as galinhas e entravam logo na labutação doméstica até o escurecer. "Almoçavam às oito da manhã, jantavam a uma da tarde, à noite rezavam o terço e metiam-se logo na cama depois de tomado o competente banho." A maior parte, julgando insuficientes as três comidas, fazia outra às onze e merendava antes do terço. Como era o banho? Tomava-se o banho de sopapo, em gamelas ou tinas, ou no melhor dos casos, em bacias de folhas de flandres.

Quando a fazenda dava para uma estrada, também se faziam necessários pouso e armazém para os tropeiros e viajantes de passagem. Na primeira metade do século XIX, eram de fundamental importância as tropas de muares para o transporte de grãos até o litoral. Cada fazendeiro tinha seu fornecedor. Certo Joaquim Cardoso, por exemplo, era o do barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite. Ele trazia muares de Sorocaba. O preço variava entre 40 e 50$000, valendo os ruanos um pouco mais: 60$000. Alguns fazendeiros também criavam burros em suas terras, ou os compravam do inglês George Marsh, instalado na Serra dos Órgãos. As dificuldades, que antes tiveram os mineradores, tinham agora os lavradores de café, porque entre eles e os portos de embarque, as fazendas e a corte, havia a serra e seus íngremes caminhos. Na correspondência a seu irmão, o barão de Vassouras se queixava: "É o defeito destas paragens já tão longe […]. O que estraga é a lonjura por uns caminhos, onde muita besta de sela e de cangalha tem quebrado as pernas e o pescoço."

Em 1860, o viajante português Augusto Emílio Zaluar observou as primeiras mudanças no Vale do Paraíba: “Os grandes proprietários de terrenos, deixando de frequentar os povoados, e reconcentrando-se em suas fazendas, que são os verdadeiros castelos feudais de nosso tempo, fazem convergir aí toda a vida, que reflui das povoações para essas moradas ostentosas, onde, muitas vezes, o luxo e a riqueza disputam primazia com os palácios da capital.”

Depois de seu pai, em 1822, foi a vez de d. Pedro II percorrer o Vale, e ele o fez em 1878. Tudo mudara nesse mais de meio século. De Vassouras, escreveu à imperatriz, dona Teresa Cristina, entusiasmado com as festas às quais compareceu. Mulheres bem vestidas, o som das valsas, a imponência das missas, tudo embalou a farta distribuição de comendas, honrarias e brasões que deu origem aos “barões do café”.

A suave paisagem se enchia, então, de novas construções. Fazendas se instalavam ou aprimoravam: a Bocaina, a do Resgate, a Boa Vista, a das Antinhas, a Olaria, entre outras. Estradas vicinais cortavam a região. As cidades que antes pontuavam os caminhos ganhavam visibilidade. A necessidade de transporte ferroviário que desse escoamento ao aumento crescente da produção de café se materializou na construção de linhas férreas. A difícil conquista da serra se foi consumando. Os trilhos foram chegando, sucessivamente: em 1863, a Barra do Piraí; em 1871, a Barra Mansa e, nos últimos anos do Império, a Cachoeira, de onde partia a Estrada Norte de São Paulo. O chiado das locomotivas passou a cortar as noites do vale.

O alto preço do café e as ligações com o porto do Rio de Janeiro começaram a provocar mudanças no cotidiano dos fazendeiros. Se antes as fazendas eram policultoras, com um dia a dia voltado para a produção, armazenamento e distribuição de produtos agrícolas, agora, o café exigia nova agenda de trabalho: era obrigatória a construção das benfeitorias necessárias, como moinhos, engenhos de socar e tulhas para armazenamento de grãos beneficiados. Junto às sedes, multiplicavam-se chiqueiros, suprindo os muitos moradores de toucinho e banha. Nos terreiros, galinhas ciscavam. Cresciam as instalações hidráulicas e eram visíveis os ranchos para as tropas encarregadas de transporte, a tenda de ferreiro, a casa de arreios, a cozinha, a enfermaria para cativos. Engenhos de moer cana para fabrico de aguardente e o alambique para o melado também despontavam em algumas fazendas. Em outras, havia engenhos de mandioca e olarias para a produção de telhas.

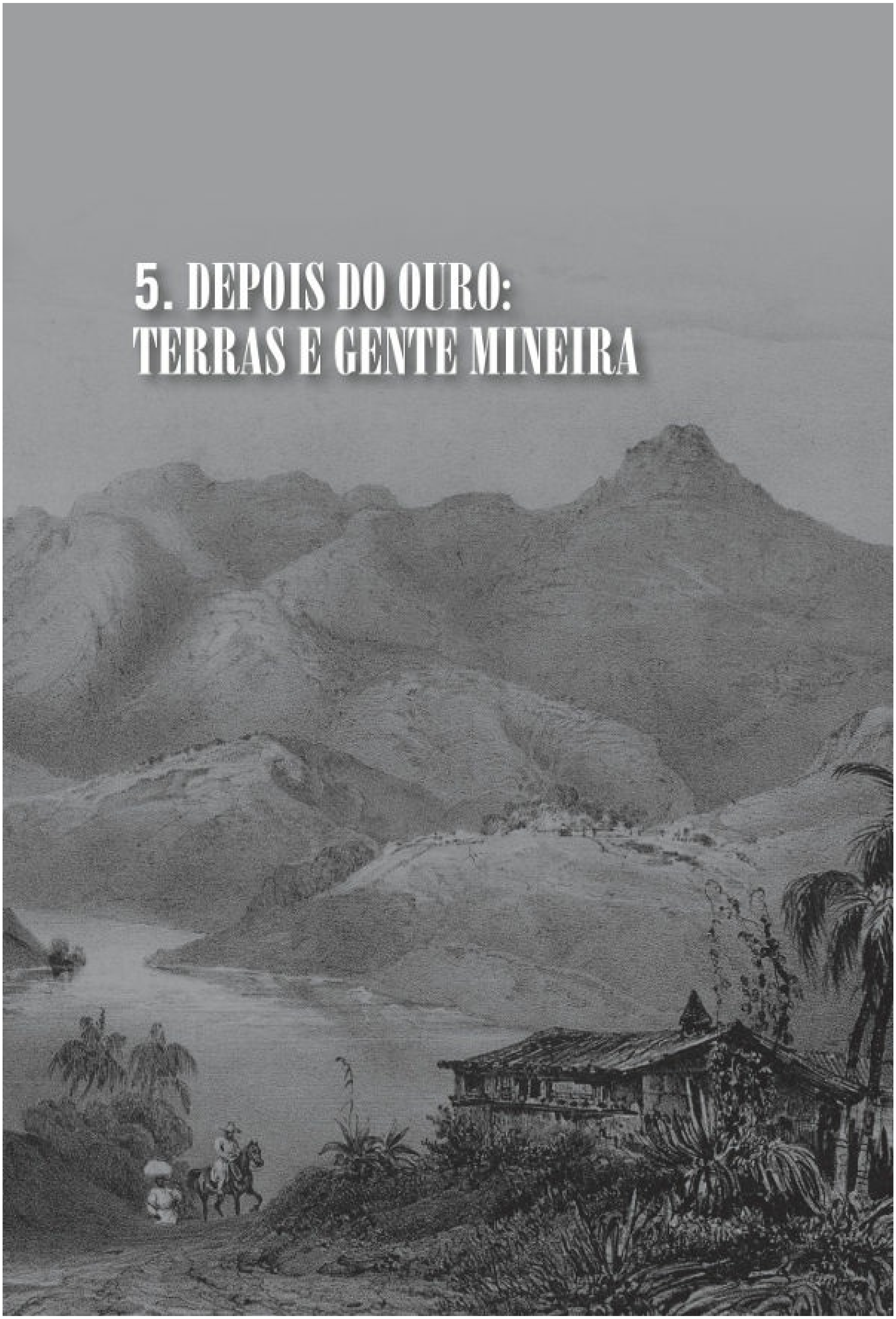
PÁGINAS 62 E 63 *Escravos trabalhavam na colheita e na secagem natural do café.*

FERREZ, Marc. *Escravos em terreiro de uma fazenda de café na região do Vale do Paraíba*, c. 1882.
INSTITUTO MOREIRA SALLES, COLEÇÃO GILBERTO FERREZ.

Cafeicultores, que davam esteio ao Império e ao regime escravista, tocavam suas propriedades, muito provavelmente, orientados pelo *Manual do agricultor brasileiro*, de autoria de Carlos Augusto Taunay, pioneiro da cafeicultura em seu sítio na Tijuca. Embora considerasse a escravidão “uma violação do direito natural”, o autor julgava que era preciso defendê-la, pois que era importante para a economia do Império. Taunay propunha um modelo paternalista de gestão dos escravos: uniformização do tratamento, alimentos e roupas suficientes, melhoria do estado sanitário das senzalas, adequação do trabalho às habilidades dos cativos e rigorosa disciplina. Já o fazendeiro do vale, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck escreveu, em 1847, uma memória ao seu filho, explicando-lhe usos e costumes para que pudesse assumir “a vida laboriosa” de agricultor. O escravo – explicava – não era um inimigo, mas um aliado. Daí, o gestor não poder ser “frouxo” nem “severo”, mas “justo”.

Se, ao longo do tempo, a paisagem agrícola tinha se diversificado graças às pequenas lavouras que abasteciam a população, no século XIX, essa tendência foi posta à prova. Inúmeras áreas – antes ocupadas por roceiros e caipiras do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – cederam lugar a imensas fazendas cafeeiras. Nelas, as pequenas roças, estabelecidas nos interstícios das matas, foram substituídas por grandes plantações. Florestas inteiras desaparecem de um dia para o outro, levando um especialista a reconhecer que, desde então, não existe “ferramenta melhor que a caixa de fósforos para estabelecer uma plantação de café”.

# 5. DEPOIS DO OURO: TERRAS E GENTE MINEIRA



m Minas Gerais, foi a vez do rio Paraibuna regar fazendas e plantações de pequeno e médio portes, ocupadas com lavouras de subsistência e gente que fugia da crise da mineração. E foi no

Esséculo XIX que surgiram as fazendas de café. O cônsul inglês Richard Burton testemunhou que "a praga das grandes plantações não pesava tanto sobre a terra". Porém, alargando-se o vale, cresciam as grandes propriedades, rio acima. Em Juiz de Fora, ou povoado de Santo Antônio de Paraibuna – seu antigo nome –, destacavam-se palacetes e chalés, além da "frescura e pureza do ar".

Na região de Barbacena, o solo era considerado frio para o plantio de cana e café. Mas o arroz e o milho se davam bem. A partir daí, ranchos se multiplicavam, oferecendo terrenos para secar grãos. Legumes e tabaco também prosperavam. O barulho monótono de monjolos ou moinhos d'água enchiam os ouvidos de quem passasse, proclamando o atraso da agricultura. A lavoura mineira correspondia, então, a 46,8% dos produtos consumidos pelo mercado interno.

De Barbacena a Bom Jesus de Matosinhos, elevadas planícies convidavam à criação de gado e ao plantio de cereais. Frutas? Inúmeras: peras, maçãs, ameixas, castanhas, pêssegos. A uva dava duas vindimas: pobre, em julho, e abundante, em dezembro. Da colheita, fazia-se bom vinagre e até um "borgonha de qualidade inferior". Ao norte do município de São João del-Rei crescia a azeitona-da-áfrica – cujas amêndoas oleosas, depois de processadas, eram usadas na culinária –, bem como a baunilha selvagem, capaz de perfumar os ares por muitos dias.

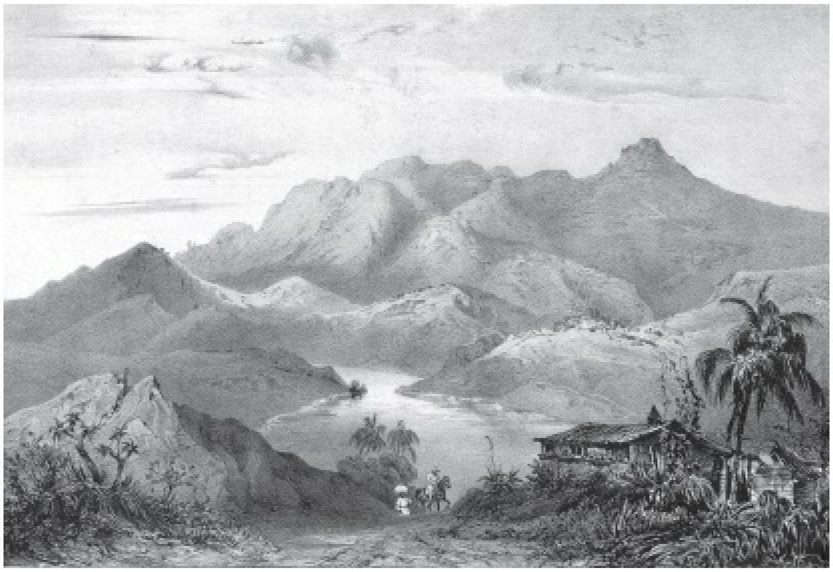
Pela estrada que ligava a capital da província do Rio de Janeiro à de Minas Gerais, também escoavam varas de porcos e boiadas. Só porcos, toucinho e carne salgada correspondiam a 27,7% das exportações da província, em meados do século XIX. A saborosa carne dos porcos, roliços e engordados com inhame e cará, descia ao litoral, em lombo de burro. Homens brancos e mulatos, cobertos por chapéus de abas estreitas e copas altas, fraldas de camisa esvoaçando sobre as calças, conduziam os animais do Rio das Mortes para os mercados da corte.

Do oeste da província, na região do Rio Grande, vinham as grandes manadas de bois. Ali, excelentes pastagens convidavam à multiplicação dos rebanhos. Criadores locais chegavam a possuir 5 mil cabeças. De quase 10 mil fazendas estudadas pelo historiador João Fragoso, 22,5% eram de pecuária. Aos cuidados de escravos, o gado merecia atenções especiais. As pastagens eram mantidas verdinhas graças às queimadas. Na época da seca, com um bambu em chamas e caminhando a favor do vento, bastava um homem para pôr fogo no pasto. Esse era dividido por pastagens: das vacas leiteiras, dos bezerros, das novilhas e dos touros. As leiteiras davam quatro garrafas por dia. Um pouco de sal misturado à água era oferecido aos animais, de quinze em quinze dias. Junto com a do Rio Grande, a comarca de São João del-Rei era a maior produtora de queijo da região. Ali, também, se fabricava carne-seca e de sol.

Mas não só. Além do porco e dos produtos derivados do leite, na região havia muitos carneiros. Eles cresciam livremente: nem tinham cães pastores a protegê-los. Ao longo do rio, restos de velhos garimpos lembravam tempos passados. O médico e botânico inglês, George Gardner, que percorreu a região no final dos anos de 1830, considerava a província de Minas Gerais não só das maiores, como das mais ricas do Brasil em recursos naturais.

A produção dos engenhos de cana não estava destinada ao abastecimento do mercado europeu, mas à produção de rapadura e cachaça consumidas nas próprias *Geraes*. Até o restilo

– aguardente mais fraca – era largamente comercializado entre os tropeiros. Engenhos de tração animal ou movidos a água rivalizavam em eficiência. Carros de boi, indispensáveis para o transporte da lenha das fornalhas e da cana, cruzavam incessantemente as fazendas. Nos engenhos, contam viajantes, o lugar de maior perigo era a moenda. Escravos podiam inadvertidamente ter as mãos esmagadas ou perder um braço. Paralisar o moinho em tempo hábil era impossível. Daí haver sempre no local um facão pendurado para que o membro pudesse ser cortado a tempo. Junto, estendia-se a casa dos cobres, com as fornalhas e tachos para o cozimento do caldo de cana.



*A vida rústica dos mineiros.*

TIRPENNE, Jean-Louis. *Catas Altas*. 1834.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
RUGENDAS, JOHANN MORITZ. *VIAGEM PITORESCA*
*ATRAVÉS DO BRASIL*. [GRAVURA 24].

Na região, agricultores tinham a “grande vantagem de não precisar de muitos escravos”. Alguns poucos cativos cuidavam do gado e “quanto menos há no lugar, menos pejo têm os homens livres de fazer trabalho pesado. A maioria de tocadores de bois e de porcos que vão para o Rio de Janeiro é composta de homens brancos. Os filhos dos fazendeiros se dedicam todos ao trabalho. Um conduz a tropa de burros, outro cuida dos animais e um terceiro das plantações”, ponderou Saint-Hilaire.

A observação é confirmada por censos mineiros realizados entre 1831 e 1840, segundo os quais, entre 20 mil domicílios, 66,7% não contavam com um único escravo. A maior parte dos domicílios se sustentava graças ao trabalho familiar. Os que possuíam cativos tinham plantéis de três a cinco escravos.

Nas fazendas situadas em baixadas, cultivava-se milho, mandioca, cana, feijão e arroz, alimentando não só a corte, mas também mercados locais e regionais. Até quilombos de negros fugidos desenvolveram esse tipo de lavoura como forma de sobrevivência. Ao norte da capitania, a região da Vila de Montes Claros de Formigas, por exemplo, garantia o escoamento desses produtos para São João del-Rei, localizada ao sul. Junto, seguia o salitre extraído das cavernas de rocha calcária. O fumo tomou conta das abandonadas lavras de Tamanduá.

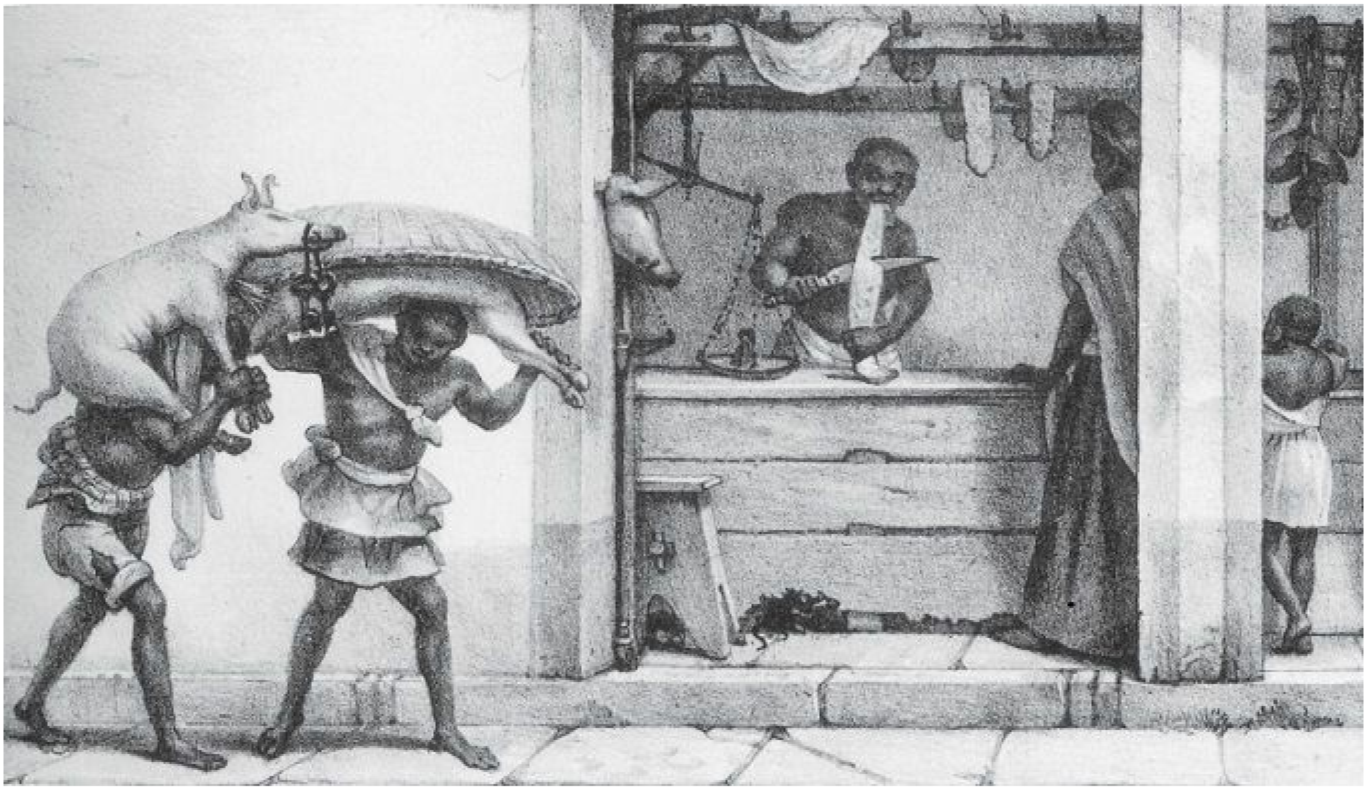
A Fazenda do Tanque, instalada num amplo vale, conjugava as características de muitas outras fazendas mineiras: mineração de cascalho, graças a um dos braços do rio, e plantio e moagem da cana, num exemplo da complexidade da economia regional. Em meados do século XIX, contudo, a exploração aurífera representava apenas 16,6% da atividade econômica. Entre os fazendeiros, via-se gente de todo tipo, inclusive padres acumulando atividades espirituais e temporais. Os padres Curvelo e Mendanha, por exemplo, possuíam fazendas de gado. Outros, tinham engenhos no rio Guarapiranga e numerosas minerações próximas de Vila Rica, Ribeirão do Carmo, São João del-Rei e, sobretudo, em Sabará.

Apesar dos bons rendimentos dos produtos agrícolas, a aparência das fazendas era modesta. Enquanto nas chamadas “cidades do ouro” a prosperidade incentivou uma série de melhoramentos arquitetônicos, na região oriental da província, na comarca de Paracatu, por exemplo, Saint-Hilaire observou “casas pequenas e escuras” que não diferiam das que abrigavam os escravos. Ou seja, nas Minas, senhores podiam morar em quase senzalas: “choças” ou “casinhas” como as que descreveram muitos estrangeiros. Nas grandes vilas, estavam as sacadas rendilhadas em pedra-sabão, grades em ferro de inspiração italiana, ornamentos em cantaria nas soleiras e, em algumas habitações, até água encanada. Na área rural, as moradas eram de barro, o piso de chão batido, as paredes de barro, poucos os cômodos e muitos os incômodos. Moradores eram constantemente atacados por insetos, dormiam em redes ou esteiras e, apesar da infinidade de córregos que banhavam a região, não tinham água para lavar-se. Em ruínas, as casas escoravam-se em telheiros, não menos malconservados, por onde entrava a água da chuva e a luz do sol.

Saint-Hilaire comparou as fazendas de mineração às agrícolas. As primeiras pareciam castelos e as segundas, granjas. Burton igualou as agrícolas às casas que vira no Daomé, feitas de barro e pequenos seixos de quartzo. O mineralogista britânico, John Mawe, ao chegar à Fazenda Madeiras, do capitão José Pinto de Souza, ficou impressionado com seu mau estado: em suas palavras, uma “ruína lamentável, simples tapumes de estacas cobertas de barro”. Mais adiante, pousou na fazenda de duas senhoras, dona Clara e dona Maria. Apesar da polidez das anfitriãs que o acolheram com um jantar – era dia de São Bartolomeu, e a comida, mais caprichada – a fazenda lhe pareceu “mediocremente provida de coisas necessárias à vida”. Mas o inglês impressionou-se com a Fazenda do Barro, próxima a Vila Rica e pertencente ao conde de Linhares: “Valia incomparavelmente mais do que tudo que tínhamos visto no gênero”, ajuizou. Passeou entre cafeeiros em flor, visitou moinhos de açúcar e milho, inspecionou o gado e as lavras de ouro, perambulou nas oficinas de carpintaria e de ferreiro.

O viajante observou que os quartos se assemelhavam aos velhos saguões, ornamentados com entalhes de madeira e mobiliados à antiga. Decorados com bacamartes e espadas lembravam ao visitante os ferozes ataques de índios botocudos, antigos moradores da região. Deles temiam-se as flechas envenenadas com sangue menstrual de suas mulheres. A senzala ficava próxima à casa, distinguindo a fazenda das outras, onde cativos moravam em palhoças, choças ou casinhas espalhadas no terreno. “A fazenda apresentava sinais da primitiva opulência e da grandeza que decaíra, à medida que a lavagem do ouro se esgotara”, contou ele. Já o negociante inglês John Luccock teve mais sorte: dormiu em catre feito de paus toscos amarrados com cipó, sobre colchão de palha de milho, em lençóis de algodão, porém, de “resplandecente alvura”. Em toda a parte, não achou luxo, “mas conforto em abundância”.

Passadas as chuvas e a colheita, os escravos iam buscar ouro, como se fazia na Fazenda Rodeiro, no caminho de Mariana para o Rio. A vida do fazendeiro – quem conta é Richard Burton – pode ser facilmente descrita: levantava-se ao amanhecer e um escravo trazia-lhe café, bacia e jarro de água para lavar o rosto. Depois de visitar o engenho de cana que começava a moer às duas horas da manhã, e de andar a cavalo pelas plantações “para ver se os escravos não estavam malandrando”, voltava entre 9 e 11 horas para almoçar com a família, ou, se era celibatário, em companhia do feitor. As horas do sol eram passadas fazendo a sesta, ajudada por um copo de cerveja inglesa, lendo os jornais ou recebendo visitas. O jantar era entre 15 e 16 horas e invariavelmente acompanhado de café, cigarros e charutos. Mais tarde, ceava-se com chá, biscoitos, manteiga e conservas, terminando-se o dia com boa prosa em lugar fresco. A monotonia dessa vida de frade era quebrada com visitas aos vizinhos ou a cidades próximas. Quase todos os fazendeiros eram excelentes cavaleiros e atiradores, interessadíssimos em caça e pesca.

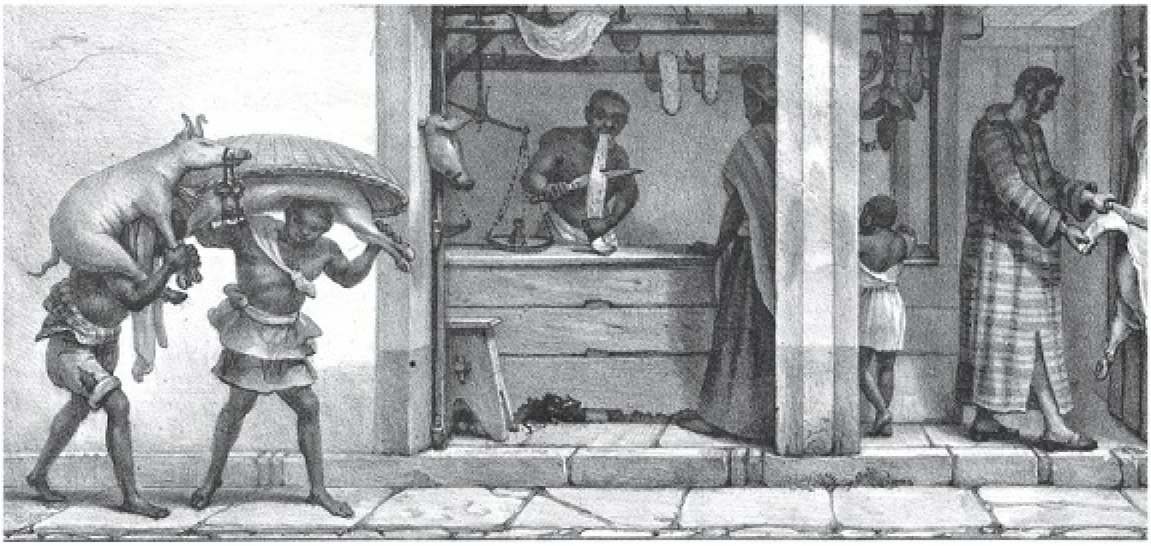


Em outubro de 1872, a pintora e naturalista inglesa Marianne North encontrava ainda a mistura de rusticidade e tradição, característica de uma região onde o escravismo e a vida rural se davam as mãos:

> Já estava escuro quando voltamos de Mariana. Cavalgamos até a casa de um homem

> rico, de boa família, um comendador ou *Knight* – cavaleiro – do Império que estava dando uma festa naquela noite […]. Primeiro nos mostraram os aposentos de visita, onde a família nunca entrava: peles de onça e de outros animais espalhados pelo piso assoalhado e bibelôs nas mesas, além de uns velhos retratos de ancestrais portugueses nas paredes; lá havia também uma capelinha enfeitada de mau gosto e um bonito jardim. Depois, voltamos à verdadeira sala de estar – uma espécie de copa cheia de lixo e negrinhos, com a porta se abrindo para um curral imundo, onde porcos e galinhas se exibiam diante do umbral. Foi por essa entrada que nós e outros convidados chegamos, ali desmontamos de nossos cavalos e mulas.

No século XIX, na zona rural, escravos andavam descalços e seminus, com um pano sujo passado entre as pernas, ou calças de riscado, o tronco nu ou com um molambo de camisa aberta no peito. Donos de engenhos e fazendas andavam ordinariamente descalços, camisa meio rasgada, calças de tecido de algodão, chapéu de palha e rosário pendente do pescoço. Em dias festivos, portavam chapéu de feltro preto, calças brancas curtas e botas compridas, presas por correias abaixo do joelho, e jaqueta de chita de cor por cima do colete branco. O traje feminino compunha-se de vestido de montar, de pano azul ou verde, ornado de botõezinhos e, por baixo, longo vestido branco, bem amplo de modo a permitir montar a cavaleiro, à maneira masculina. Com frequência, viam-se duas mulheres montadas num só animal. Mais comumente ainda, o homem trazia sua mulher à garupa. Atrás do casal, também a cavalo, seguiam os parentes. Fechavam o cortejo, a pé, os escravos, em fila indiana. As mulheres abrigavam a cabeça com um lenço, sobre o qual encarapitavam um chapéu de homem, redondo, preto. Ao pescoço, penduravam rosários e escapulários. E tanto os homens quanto as mulheres não dispensavam o guarda-sol. Mesmo a cavalo.



*A corte carioca dependia do abastecimento*
*que vinha de Minas Gerais.*

FRÈRES, Thierry. *Le chirurgiennègre*. 1835.

BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME DEUXIÈME. P. 65.

A indumentária opunha a “gente de casaca” – ou seja, os mineiros que andavam mais arrumados com casacas de casimira preta – aos demais, que andavam de jaleco e em manga de camisa: os “pés-rapados”. Para se proteger da chuva que caía fria, até nos meses de verão, os moradores usavam “guarda-chuvas cobertos de algodão e os escravos, mantos feitos com capim-mumbeca ou buriti”.

O assunto preferido nessa época, segundo Joaquim Felício dos Santos, era a “civilidade”. Como comportar-se para parecer um “reinol”? A etiqueta era alvo de indagações: devia um cavalheiro sentar-se à mesa com espadim, sim ou não? Podia assoar-se na manga da camisa? E limpar o nariz ou escarrar em público?

Eram repetidas, à época, as reuniões de família, “quando a música eletrizava os espíritos”. “Todos dançavam, não essas contradanças modernas, compassadas, monótonas, lentas, sem significação; era o minueto engraçado e expressivo, com lânguidos e voluptuosos requebros; danças ardentes e animadas; valsas figuradas onde cada ‘figura’ parecia significar um desejo… o doidejante fandango, regulado pelo som do xique-xique de prata.”

Leituras e bibliotecas ocupavam muito o tempo dos moradores. Burton encontrou mineiros que estudavam o hebreu, o sânscrito, como o professor de latim dr. Aureliano Corrêa Pimentel. Gardner deliciou-se com as obras em francês e latim da pequena, mas bem fornida biblioteca do vigário de Formigas. E, em Diamantina, surpreendeu-se com o *Ivanhoé* de Sir Walter Scott, na biblioteca de uma donzela mineira. Fazendeiros e tropeiros que iam à corte traziam na volta os últimos números da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Jogar peteca era passatempo apreciado, segundo o mesmo viajante, para ambos os sexos. O baralho e o *whist* preenchiam a noite dos homens, enquanto as mulheres proseavam, bebericando chá. Os escravos reuniam-se nos coretos, onde podiam cantar, beber e dançar à vontade. Batuques e lundus ao som dos poderosos caxambus, tambores de pele, as catiras com palmas e bate-pés no ritmo da viola, as rodas de mineiro-pau cantando quadrinhas animavam as horas de folga.

Em muitas fazendas, cativos tinham sua própria roça, onde trabalhavam aos domingos e feriados. Também lhes era permitido criar galinhas e porcos.

O tema das conversas era sempre o mesmo: Napoleão e seus generais. “Mineiros nunca se cansam de ouvir falar de Napoleão Bonaparte e da história trágica de nossa revolução”, registrou Saint-Hilaire. Em Formiga, reunido com os principais habitantes da cidade, na casa do comandante do arraial, o assunto eram as mulheres francesas. “Seriam tão livres quanto afirmou outro viajante?”, perguntavam ao estrangeiro. Diante da confirmação, a reação dos mineiros era rápida: “Deus nos livre de tamanha desgraça!”. Porque as suas mulheres, na maior parte das vezes, nem se mostravam à janela, como dizia Saint-Hilaire:

> Na região do Rio Grande e em geral na comarca de São João se deixam ver mais frequentemente que em outras partes de Minas. Entretanto, como esse não é um costume muito difundido nem muito bem aceito, as que se apresentam diante de seus hóspedes só o fazem desafiando os preconceitos. Ali, como no resto da província, a dona da casa e suas filhas esticavam o pescoço por trás da porta entreaberta a fim de me verem escrever ou estudar as plantas, e se eu me voltava bruscamente à cabeça via seus vultos recuando apressadamente. Centenas de vezes me foi dado assistir a essa pequena comédia.

Sim, as mineiras, além de elogiadas pela beleza, eram curiosas. As que jantaram com Mawe na Fazenda Mantiqueira bombardearam-no com perguntas sobre as modas na Inglaterra. Como se vestiam as damas por lá? Surpreenderam-se quando o viajante lhes falou que elas cobriam as cabeças com *bonnets*, visto que as senhoras brasileiras só cobriam as cabeças em idade avançada e para ornamento do cabelo preferiam um pente ricamente trabalhado. De preferência, de ouro. A que hospedou Marianne North mostrou-lhe seu guarda-roupa com "roupas elegantes e rendas, feitas à mão por ela mesma".

De uma das mulheres fazendeiras, deixou-nos o retrato o médico prussiano barão Georg von Langsdorff: dona Ana, proprietária da Fazenda Bom Retiro, perto de Barbacena. Viúva, sexagenária, administrava sozinha a propriedade, que contava com 12 escravos. Tinha engenho de açúcar e serraria. "Casou todos os seus negros e deles recebeu vários crioulos, ou seja, filhos de negros nascidos aqui. Ela está em toda a parte, fiscaliza tudo ela mesma; é a primeira a começar a trabalhar e a última a deixar o trabalho" – ajuizava o barão.

A hospitalidade para com os viajantes era constante. Gardner, em viagem ao longo do rio Jequitinhonha, foi acolhido com frutas frescas, sobretudo, laranjas e jabuticabas, pelo fazendeiro capitão Almeida. Saint-Hilaire emocionou-se ao dizer adeus aos donos da Fazenda Boa Vista: no momento da separação, pai e filhos tinham lágrimas nos olhos. O barão de Langsdorff teve os maiores elogios para "o banho quente de pés" com que foi agraciado. Mawe registrou que "nunca encontrou em nenhuma parte do Brasil sociedade mais acolhedora e agradável […] as suas maneiras não são cerimoniosas, nem usam os requintes da corte, mas sua conduta é a de pessoas gentis e bem-educadas, animadas por um humor espontâneo". Enfim, o inglês adorou os mineiros!

Fazendeiros ricos tinham o cuidado de enviar seus filhos para estudar na Europa ou no Seminário de Mariana. A expressão "padre-mestre", aplicável a todo o sacerdote que não era vigário, documenta quanto era generalizado o ofício de ensinar. Junto com os capuchinhos italianos, foram eles também os introdutores da música litúrgica e social. Afinal, a modinha nasceu em Minas, nos fins do século XVIII. E as primeiras orquestras mineiras adotaram os afrodescendentes e mestiços, os "mulatos músicos", como regentes e virtuoses. Suas bandas de música rivalizavam entre si e animavam festas religiosas e profanas. Ao som de seus instrumentos, dançavam-se trechos das óperas de Rossini e, à medida que avançava o século XIX, valsas, polcas, quadrilhas e mazurcas. Foi com uma dessas orquestras que o conde de

Belmonte recebeu d. Pedro II em sua fazenda, ao som de soleníssima missa.

Os mineiros eram econômicos e sua parcimônia impressionou John Mawe. O Rio de Janeiro enviava produtos para o interior – escravos, sal, ferro, chapéus, tecidos de lã, algodão estampado, um pouco de vinho e óleo, peixe salgado e manteiga. Contudo, “poucos objetos de luxo” penetravam esses longínquos rincões. Seus habitantes, afirmava, “só adquirem o que é absolutamente necessário”. Judiciosos mineiros!

Entre as atividades diárias da fazenda, uma ocupava os homens: fazer queijo. O leite era tirado, juntava-se a ele o coalho, que o fazia talhar instantaneamente. O mais comum era o de capivara, por ser o mais fácil de encontrar. As formas de madeira, de feitio circular, tinham o espaço livre interno mais ou menos do tamanho de um pires. Eram postas numa mesa estreita de tampo inclinado. O leite talhado era colocado dentro delas, em pequenas porções até enchê-las. Em seguida, espremia-se a massa com a mão, e o leite escorria para dentro de uma gamela. Compactava-se acrescentando mais e mais massa talhada. Cobria-se de sal a parte superior durante doze horas. Virava-se o queijo, salgando do outro lado. Na manhã seguinte, era arrumado em lugar sombreado, sendo virado de tempos em tempos, por oito dias. Estava pronto. O sabor era suave e agradável, segundo Saint-Hilaire. Transportados para o Rio em jacás de bambus grosseiramente trançados, cada cesto continha cinquenta queijos. Dois cestos constituíam a carga de um burro. Autoridades costumavam furar os queijos que passavam pelos registros, em busca de ouro e diamantes.

Nas fazendas onde se criavam carneiros, esses eram tosados duas vezes por ano: no mês de agosto, ao fim da temporada de inverno, e seis meses depois, antes da seca. Aproveitava-se a lã para fazer tecidos grosseiros, com os quais se vestiam os negros. A lã também era empregada no fabrico de chapéus de abas largas, com copa baixa e arredondada, muito usados pelos mineiros. Espessos e pesados, protegiam contra os ardores do sol. Havia mulheres hábeis, capazes de fazer tecidos diferentes desse tipo de lã, ganhando assim sua vida.

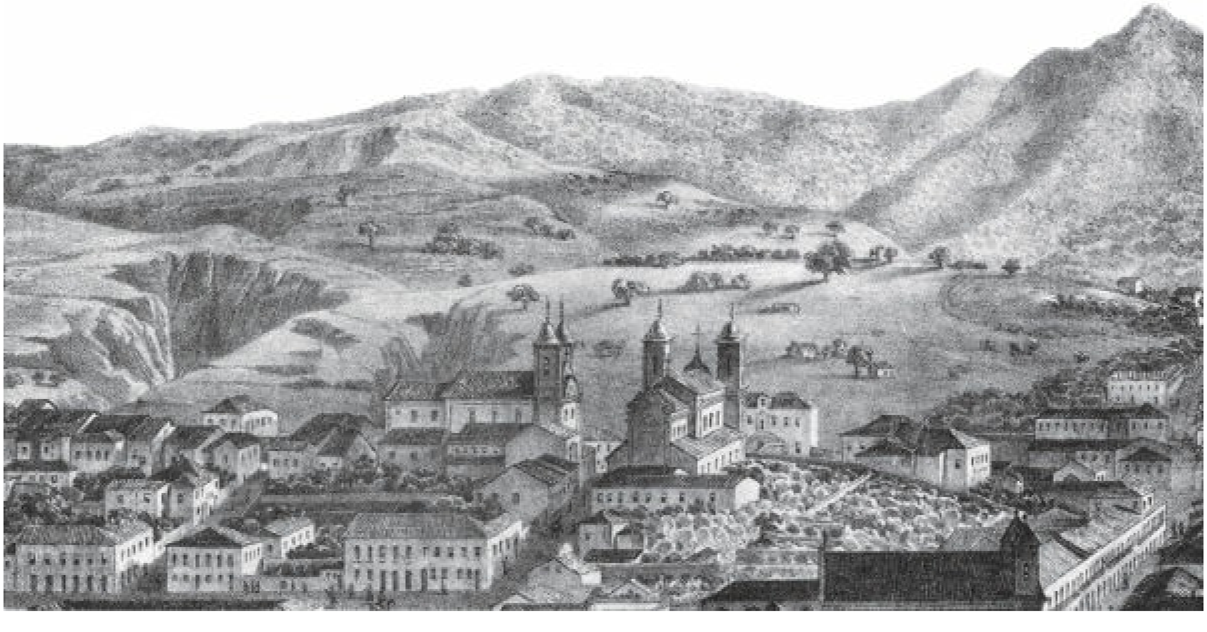
Junto com a lã, cultivava-se linho e algodão, que eram fiados em teares. Cobertores de algodão lavrados com flores, quadrados e cruzes coloridas eram produtos dessa indústria doméstica. Em Tapera, arraial do distrito de Diamantes, o mesmo Saint-Hilaire apreciou o trabalho dos teares capazes de fabricar toalhas, lençóis e colchas, que eram vendidos na região ou exportados para a corte. Em Minas Gerais, não só se fiava como se tingiam tecidos. Quanto às cores, o branco era feito de cal, o vermelho e o amarelo, de argila, e o rosa e o azul, de substâncias vegetais. O corante era fixado com ajuda de urina.

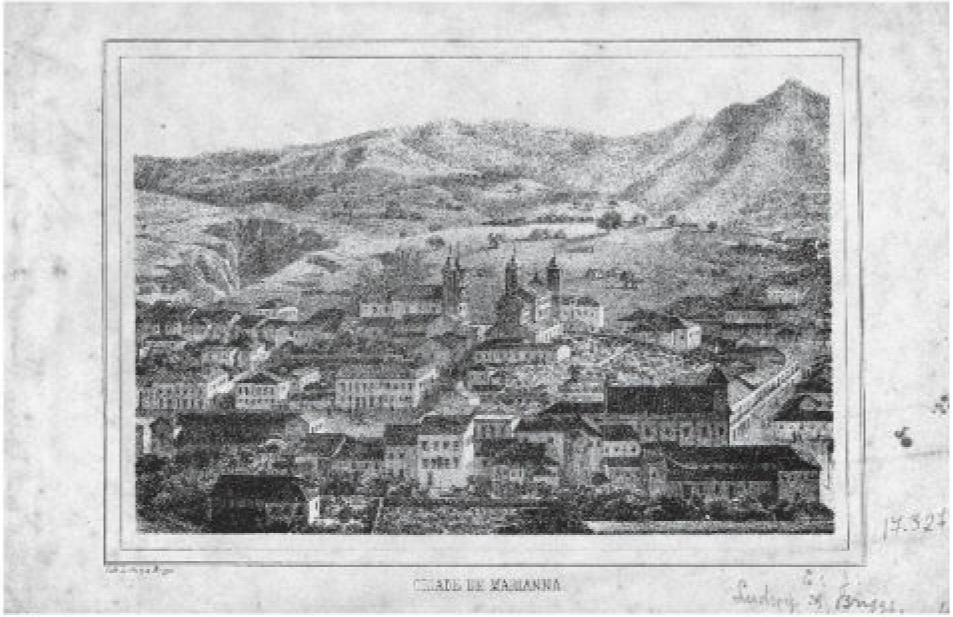
“Numa fazenda de considerável extensão com engenho de açúcar e várias outras dependências, onde se fabricava corante azul índigo [...] vi alguns tecidos de lã tintos com esse corante e achei belíssima a tonalidade de azul extraído de uma solanácea de talos frutescentes, de folhas lisas e flores brancas, extremamente comuns nas matas virgens e encontradas nos arredores do Rio de Janeiro”, explicava o naturalista francês.

A esse trabalho feminino juntavam-se outros. Mulheres, livres ou escravas, eram empregadas na casa e nos afazeres domésticos: levavam milho para a moenda, cozinhavam comida para os porcos, ocupavam-se da cozinha, da roupa, de espalhar o feijão, cozinhar óleo, fazer farinha, dar comida às galinhas, entre outras tarefas miúdas, como a salga do porco: torrava-se a pedra de sal numa vasilha, punha-se o sal no fogo até que se reduzisse a pó fino, esfregava-se bem a carne, cortando-a transversalmente, para que o sal penetrasse no toucinho. Outra tarefa era a fabricação de óleo com o coco-de-catarro. Colhido e deixado para decompor-se, era, a seguir, amassado e espremido. O óleo servia para fazer sabão ou velas e para tratar o couro usado em outras atividades.

Mais uma tarefa: a fabricação de cigarros de milho enrolados em folhas do mesmo vegetal e amarrados com fitas coloridas em maços pequeninos, como viu fazer Marianne North. Panelas de pedra-sabão ou louça grosseira de argila – pratos, tigelas, moringas e bilhas – também podiam ser confeccionadas na zona rural, informa-nos Lima Júnior. Para torná-las menos frágeis, eram cobertas com uma camada de verniz espesso. Se quebrassem, o sumo do cipó-jiboia colava as partes.

Nas casas de fazenda, não faltavam pequenos canteiros, cultivados por mãos femininas. Num vicejava a malva cheirosa, o alecrim, o manjericão, levados para as Minas pelos aventureiros de 1700. Noutro, a botica doméstica: a macela galega, o poejo, a cânfora herbácea, a artemísia, que curavam febres, catarros, dores de estômago. A arruda africana neutralizava o mau-olhado e, às sextas-feiras, queimavam-se folhas de "guiné". A cagaita e o caju eram purgativos. Rosmaninho e outras ervas odorantes afugentavam insetos e davam "bons ares" nos cômodos. O óleo de copaíba, extraído da planta que "chorava no mês de agosto", era ideal para pisaduras de animais. Os doentes se alimentavam de galinhas, carne fresca de vaca e um medicinal copinho de cachaça. No século XIX, o uso da homeopatia tornara-se moda até nessas longínquas paragens. A presença de gado bovino introduziu várias crenças ligadas à valorização da saúde: pedra do bucho afastava qualquer dor. Chá de bosta curava coqueluche. Chifre de boi preso na cerca protegia do mau-olhado.





*Mariana: uma cidade mineira.*

Cidade de Mariana. [1846-1847?].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Nas propriedades próximas aos rios como, por exemplo, a Fazenda da Carreira Comprida, no caminho de Curvelo, fabricavam-se armadilhas para pegar abundantes peixes. O curral e o jequi, cesto cônico de taquaras, seguro com cipós e preso a estacas, eram muito eficientes. A groseira constituía-se num sistema de estacas finas, ligadas por lianas, às quais se prendiam linhas e anzóis. O chiqueiro era uma armadilha de taquara que se fechava quando o peixe mordia a isca. Minhocas, sabugos de milho, ninhos de passarinho e penas eram usados para atrair peixes, depois fritos, secados ao sol ou preparados em conservas.

Nas casas de farinha, mulheres livres e escravas cuidavam do descascamento da mandioca, da extração do polvilho e da fabricação de beijus. Já a ralação, prensagem e torração, por exigir força física, era atividade para os homens. Todos garantiam o velho ditado popular: “Onde houver farinha e milho, cada um cria o seu filho”. Em Curvelo, Marianne North registrou imagens de um engenho: “Uma parte do terreiro estava coberta com espigas de milho recém-colhidas, que os escravos debulhavam debaixo do lume de algumas fogueiras, alimentadas com a palha das cascas e o bagaço de cana-de-açúcar. Um homem puxava um tipo de canto monocórdio, que o resto acompanhava com uma série de uivos, não sendo exatamente o tipo de melodia negra que escutamos nas ruas de Londres” – estranhou a viajante.

Estranhou por desconhecer a beleza dos vissungos ali cantados desde tempos coloniais. Os ares das fazendas onde ainda havia mineração associada à lavoura eram embalados por cantigas de trabalho dos escravos. Alguns cantos adaptados às fases de trabalho nas minas, outros, parecendo cantos religiosos ajustados à ocasião. Conta-nos Aires da Mata Machado Filho que os negros cantavam o dia inteiro no serviço. Antes mesmo do nascer do sol, dirigiam-se à lua, em cantigas de evidente teor religioso. Pela manhã, entoavam um “Pade-Nosso”, pedindo a

Deus e a Nossa Senhora que abençoassem seu trabalho e comida: “Otê! Pade-Nosso cum Ave-Maria, securo câmera qui t’Anganamzambê, iô…” A seguir, o cantador mestre acordava os companheiros: “Galo cantou, rê rê/ Cacariacou/ Cristo nasceu/ Galo já cantou”. À lua era pedido que “furasse o buraquinho do dia”: “Ai! Senhê!/ Ô… ô imbanda, combera ti, senhê”. Ao meio-dia, o cantador avisava à mulher de serviço que o sol ia alto: era hora do almoço: “Andambi, ucumbi u atundá…? Sequerende…”

Para ajuntar terras nos montes e plantar, apressar a marcha do cavalo, avisar do encontro de um diamante, falar “língua de branco”, enterrar os mortos, ironizar o mau alimento que lhes era servido, alertar sobre o fogo nos campos, perseguir a caça no mato, fugir para os quilombos, lembrar os pais, pedir uma roupa nova, fazer contrafeitiços, enfim, para tudo, cantavam os cativos. Os vissungos eram parte importante do cotidiano das fazendas, e sua música marcava o ritmo dos trabalhos e dos dias, informando sobre o que se passava. Fiandeiras, capinadores da roça, no mutirão de construções – muitos outros cantos enchiam as serras mineiras. Cantava-se até para reclamar do frio: “Auê/ Duro já foi senguê”. Ou para se pedir chuva: “Ongombe coi i pique”.

Aliás, no cotidiano dos fazendeiros e trabalhadores, a meteorologia era vigiada de perto. Crenças se multiplicavam para proteger as lavouras dos desastres climáticos. Na época de seca, os agricultores levavam pedras na cabeça, de determinado lugar para o cemitério. Quando a seca se prolongava, e o milho começava a embonecar, molhavam-se os cruzeiros ao meio-dia. Recurso eficaz para chamar chuva era contrariar os santos, trocando-os de seus oratórios ou capelas. Enquanto não caía água, não voltavam a seus lugares. Chuvas fortes se anunciavam pelo grito do macaco guariba, pelo canto do bem-te-vi, pela gritaria mais alta dos sapos ou pela revoada de borboletas em lugares úmidos.

Nas roças ocupadas por escravos e homens livres, a cana propagava-se por brotos, plantados entre fevereiro e março, época de chuvas, e à noite, para aproveitar a umidade. As limpas dos canteiros, as despalhas, os cortes e transportes davam trabalho. A colheita da rubiácea era feita à mão, sendo os grãos colocados em peneiras e separados dos galhos e folhas. Depois eram enviados a um rancho e de lá, à secagem no terreiro. Ambos os cultivares eram plantados depois da terra queimada pelo destrutivo sistema de coivara.

Vivia-se no melhor dos mundos? Não. A rebeldia estava no ar e não faltaram violências. Como conta a historiadora Márcia Pinna Raspanti, em 1833, ocorreu a maior rebelião escrava das Minas Gerais, nas fazendas da família Junqueira, localizadas no curato de São Tomé das Letras, freguesia de Carrancas e comarca do Rio das Mortes. Ali, as fazendas Campo Alegre e Bela Cruz faziam parte de uma grande extensão de terra concedida pela coroa a João Francisco, português de São Simão da Junqueira. Na terceira década do século XIX, as propriedades de seus filhos estavam entre as melhores da região, com grande número de cabeças de gado, cavalos e porcos, além de um plantel de escravos que superava a média da região.

A propriedade de Campo Alegre estava sob a responsabilidade de Gabriel Francisco de Andrade Junqueira, que, na ausência do pai – deputado que exercia suas funções na corte –

conduzia a fazenda, além de supervisionar o trabalho dos escravos. Antes do meio-dia, como de costume, seguiu a cavalo até a roça para fiscalizar os trabalhos. Ao chegar, encontrou seus escravos preparando a terra, cuidando das lavouras de milho e feijão. A tranquilidade, porém, era apenas aparente. Pois, sem condições de oferecer nenhuma reação, Gabriel Francisco foi surpreendido pelo escravo Ventura Mina, que o retirou à força de cima do cavalo e o cobriu de porretadas na cabeça até à morte.

Alguns dos escravos que estavam trabalhando naquele momento engrossaram o grupo e seguiram em direção à sede da Fazenda Campo Alegre, todos liderados por Ventura Mina. Só não atacaram a sede da fazenda porque um escravo havia saído às pressas e avisado aos outros familiares do deputado o que havia acontecido. Os rebeldes chegaram até ao terreiro da fazenda e perceberam que ela estava guarnecida por dois capitães do mato. Foram, então, em direção à Fazenda Bela Cruz.

O momento mais dramático da revolta teve como cenário essa fazenda, onde os cativos assassinaram todos os brancos que lá estavam. Depois de invadir a casa-grande de seus senhores, arrombando as portas a machadadas, atacaram José Francisco Junqueira e sua mulher, que, para se protegerem, tinham se trancado num quarto. De nada adiantou. Foram massacrados. Nove integrantes da família Junqueira foram assassinados. Há indícios de que as mulheres sofreram violência sexual. Os escravos utilizaram instrumentos de trabalho – paus, foices e machados – e armas de fogo para cometer os crimes.

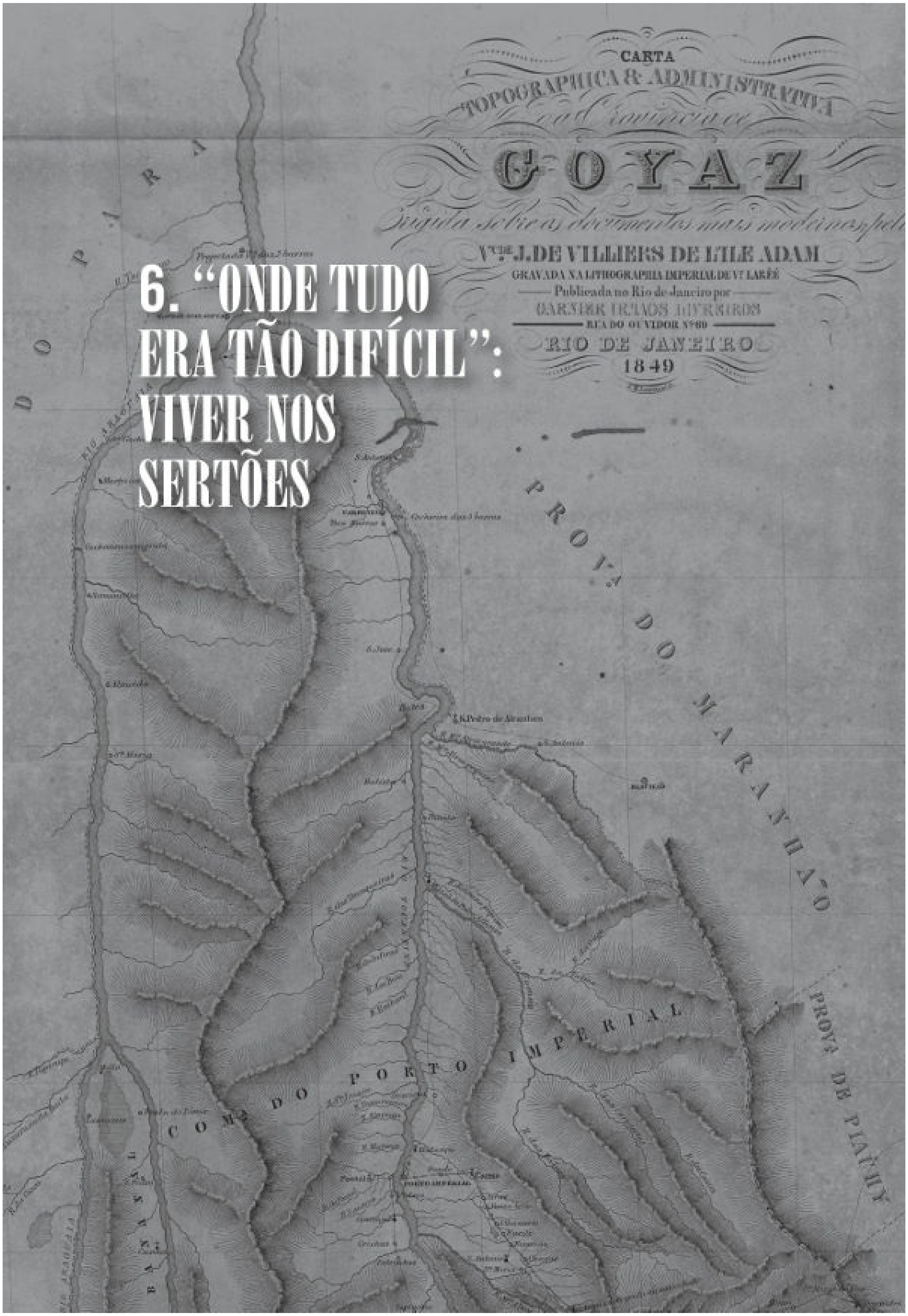
Os rebeldes estavam determinados a exterminar todos os brancos daquela propriedade, tanto que parte dos escravos permaneceu na Bela Cruz e preparou uma emboscada para também assassinar o genro de José Francisco, Manoel José da Costa. Depois de mandar avisá-lo que os assassinos tinham fugido, o que era mentira, esconderam-se e, assim que Manoel José da Costa atravessou a porteira, os escravos o mataram a “bordoadas” e depois lhe deram um tiro.

Liderados pelo escravo Ventura, outro grupo seguiu em direção à Fazenda Bom Jardim, para ali fazer o mesmo e dar prosseguimento à rebelião. Os escravos encontraram no caminho um agregado da mesma fazenda que se dirigia à Bela Cruz em busca de mantimentos – também o mataram. Ao chegarem a essa última fazenda, toparam com forte resistência por parte do proprietário e seus escravos, e o líder Ventura foi gravemente ferido. João Cândido da Costa Junqueira, quando informado dos acontecimentos de Campo Alegre e Bela Cruz, rapidamente, reuniu e armou seus escravos e conseguiu espantar os insurgentes.

Assim que proprietários e autoridades souberam dos acontecimentos, mobilizaram um grande esquema repressivo, convocando autoridades, proprietários e a Guarda Nacional para combater os rebeldes. O clima de terror atingiu toda a vizinhança. Como se tratava de uma área estratégica, de grande importância econômica, próxima às estradas que interligavam as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro a Minas Gerais, os acontecimentos da freguesia de Carrancas ganharam repercussão na região.

Depois de presos e de sumário julgamento, os escravos rebeldes de Carrancas foram exemplarmente punidos. Dezesseis deles foram condenados à pena de morte por enforcamento e executados em praça pública, na vila de São João del-Rei, em dias alternados e com cortejo da Irmandade da Misericórdia. Foi uma das maiores condenações coletivas à pena de morte aplicada a escravos na história do Império brasileiro.

# 6. "ONDE TUDO ERA TÃO DIFÍCIL": VIVER NOS SERTÕES


CARTA
TOPOGRAPHICA & ADMINISTRATIVA
da Provincia de
GOYAZ
Vte. J. DE VILLIERS DE L'ILE ADAM
GRAVADA NA LITHOGRAPHIA IMPERIAL DE Vr. LARÉE
Publicada no Rio de Janeiro por
GARNIER IRMÃOS LIVREIROS
RUA DO OUVIDOR Nº 69
RIO DE JANEIRO
1849
DO PARA
PROVA DO MARANHÃO
PROVA DE PIAUHY
COMa DO PORTO IMPERIAL

A partir da terceira década do século XIX, vindos de Minas Gerais e de São Paulo, fazendeiros começaram a invadir o sudoeste da província de Goiás. O nome da província foi retirado da tribo dos goiás, que habitavam a região e já estavam extintos à época. O objetivo foi a busca de "mais ouro", dando seguimento à primeira vaga de ocupação, que teve início no centro-sul, por volta de 1725. E, de fato, no século XVIII, ouro havia e muito! Tanto que era encontrado até na superfície do solo. Um único escravo chegava a extrair de três a quatro onças de ouro diárias. Nessa época, surgiam forasteiros de toda a parte, além das primeiras levas de aventureiros reinóis. Durante muito tempo, os rios da região guardariam pedregulhos no leito, acusando a presença dos primeiros caçadores de ouro.

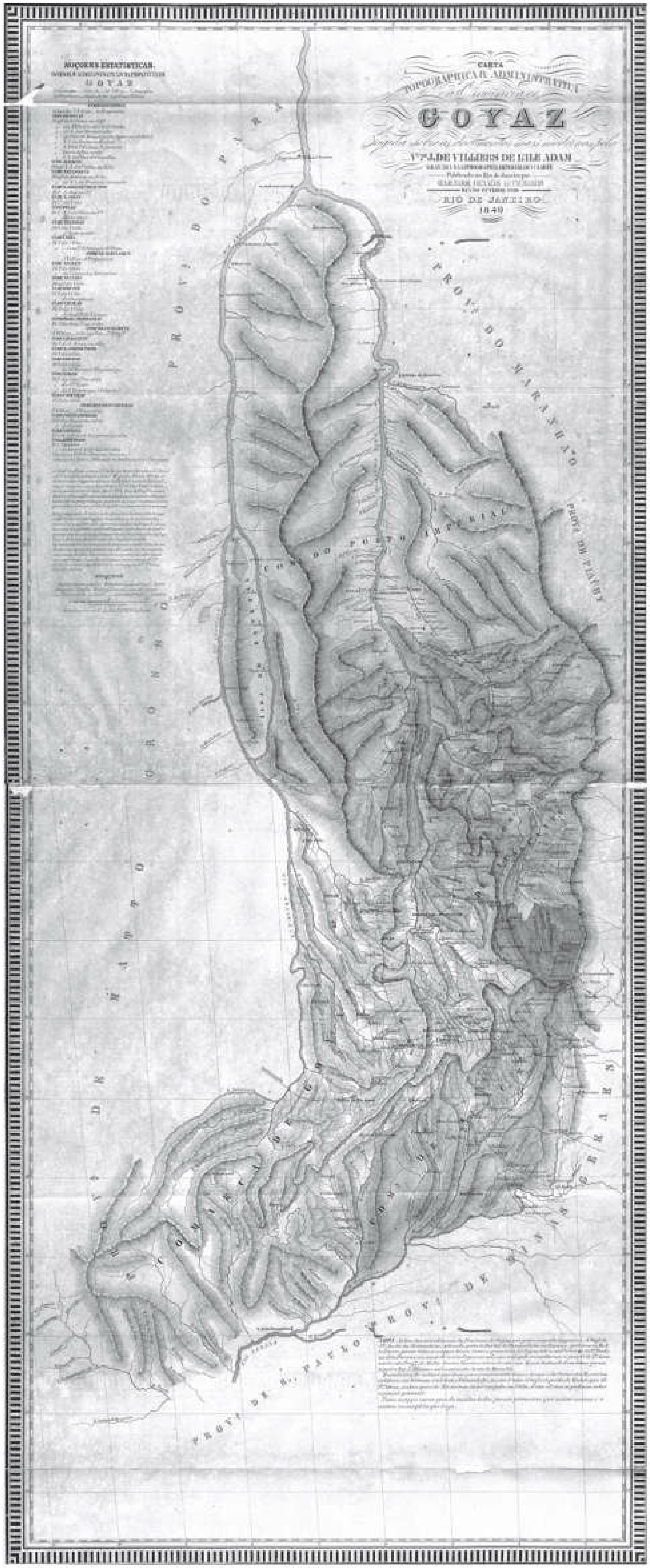
Ainda no século XIX, era possível ver trabalhadores pobres mergulhados na água em busca de palhetas. Instrumentos arcaicos – como o carumbé para o cascalho e a bateia para a areia mais fina, como o almocrafe – serviam para a garimpagem, contou Richard Burton em viagem à região, em 1865. À volta de pioneiros de variada procedência, sobreviviam moradores da região há milênios: caiapós ao sul; ao norte, os xavantes; a oeste, até o rio Paraguai, os aricás e aycurus.

Entre chapadas e chapadões, nasceram, então, Corumbá, Jaraguá, Vila Boa e Meia Ponte, esta última tornando-se o maior entreposto comercial da província. Dali saía fumo, cachaça, açúcar e toucinho para arraiais ao Norte. O algodão seguia para a corte, no Rio de Janeiro, e o milho para Paracatu, em Minas Gerais. Junto, cresciam os rebanhos bovinos, para recria e engorda em São Paulo e Minas, onde eram majoritariamente vendidos em Formiga. As tropas, entretanto, só se movimentavam depois da estação das chuvas, para não atolar nos lamaçais. A região abrigava, assim, um processo diversificado de ocupação, com sua complexa rede de relações econômicas e exploração de produtos naturais, além do inevitável contrabando, que seguia por picadas e trilhas pouco a pouco controladas. O Norte já fora ocupado por nordestinos e nortistas que se valeram dos rios Araguaia e Tocantins para descer em direção aos sertões, a fim de vender o sal, necessário às criações de gado.

Goiás configurava um mosaico de diferenciadas "ilhas" de moradores. A vasta superfície se abria para as margens de outras províncias, gerando maior convivência com os vizinhos do que entre os habitantes da mesma província. A falta de estradas e os problemas de comunicação dificultavam o contato entre nortistas e sulistas. Era possível andar por léguas e léguas sem avistar uma única alma viva, queixou-se Auguste de Saint-Hilaire, que por lá passou em 1819. Um espaçoso planalto, pontilhado de buritis, capoeiras e coberto por pastagens naturais acolhia os viajantes que entravam na província pelo registro dos Arrependidos, no limite de Minas Gerais. Por ali transitavam as mercadorias, indo ou vindo do Rio de Janeiro. Desviando-se uns poucos metros, penetrava o contrabando. Terras "montanhosas, despovoadas e sem sinal de cultura", "um amontoado de casebres miseráveis e de ruas lamacentas" recebiam os viajantes, segundo o relato do mesmo Saint-Hilaire. Tais casebres eram feitos de tabatinga, o que lhes dava um aspecto claro, e tinham janelas feitas com lâminas de mica, "tão transparentes quanto o vidro". Segundo o mesmo viajante, "a terra fornece em abundância tudo o que é necessário à frugal alimentação dos agricultores".

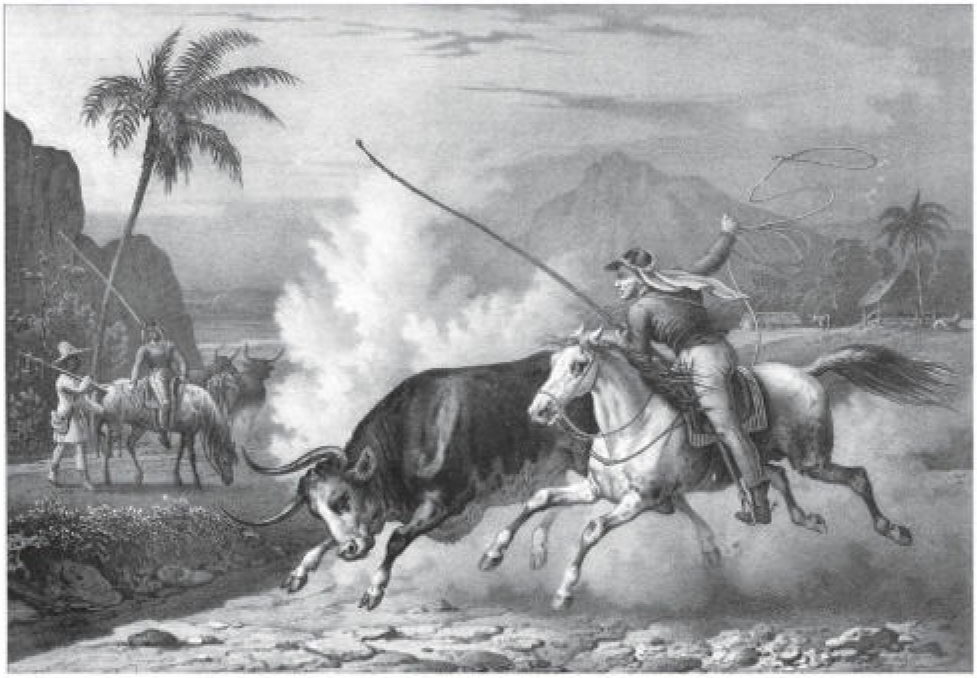
Cidades que mais impressionavam? Para começar, a saudável Meia-Ponte, onde se encontravam viajantes da Bahia, do Rio de Janeiro, de Mato Grosso e de São Paulo, arraial cercado de terras férteis e montanhas, possuidor de ruas largas e calçadas, cinco igrejas, praça e o rio das Almas, onde homens e mulheres se banhavam em época de calor. As casas, caprichosamente caiadas, tinham quintais com bananeiras e laranjeiras. Ali, próximo, em regiões elevadas como Santa Luzia, cresciam produtos europeus como o trigo e o marmeleiro. Do primeiro, fazia-se pão de trigo. Do segundo, confeitos vendidos em outras províncias. Na antiga Vila Boa de Goiás, podiam-se encontrar lojas bem abastecidas que vendiam miudezas, tecidos e mantimentos. Algumas delas proviam a população de remédios vindos da corte, pois, nas primeiras décadas do século, não havia farmácia à vista.

Ainda segundo Saint-Hilaire, “em Goiás encontram-se artesãos bastante hábeis”. Sem nunca terem deixado a região, conseguiam copiar o que se quisesse, e mais: com boa qualidade. Saint-Hilaire impressionou-se com um deles, que era capaz de “consertar relógios, fazer velas, e isqueiros, lápis etc.”. Impressionou-se também com a casa de um escrivão da junta da Fazenda Real, que, para sua surpresa, tinha todo o conforto de uma boa casa europeia. Móveis e prataria, inspirados em modelos estrangeiros, com todo o requinte imaginável: obra de “artesãos goianos”! Músicos animavam as festas profanas ou religiosas. Irmandades e igrejas possuíam seus coros e bandas.

NOÇOENS ESTATISTICAS
GOYAZ
CARTA
TOPOGRAPHICA E ADMINISTRATIVA
GOYAZ
Vde J. DE VILLIERS DE L'ILE ADAM
RIO DE JANEIRO
1849
PROVa DO PARÁ
PROVa DO MARANHÃO
PROVa DE PIAUHY
COMARCA DO PORTO IMPERIAL
PROVa DE MATO GROSSO
PROVa DE MINAS GERAES
PROVa DE S. PAULO

*Mapa de Goiás: a cartografia do sertão.*

VILLIERS DE L'LLE-ADAM, J. de, Visconde. *Carta topographica e administrativa da provincia de Goyaz*: Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Vcde. de Villiers de L'Isle Adam. 1849.
BIBLIOTECA NACIONAL [CARTOGRAFIA]. EM: [*CARTAS TOPOGRAPHICAS E ADMINISTRATIVAS DAS PROVINCIAS DO BRASIL*]. 1847. P. 14.



*Goiás: a pecuária selvagem.*

LEBORNE, Joseph-Louis. *Habitans de Goyaz*. [1835].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: RUGENDAS, JOHANN MORITZ. *VIAGEM PITORESCA ATRAVÉS DO BRASIL*. [GRAVURA 49].

Eram resquícios dos tempos de mineração. No arraial de Santa Cruz, um dos mais antigos povoados da província, a maioria dos habitantes, agricultores pobres, esperavam a seca dos rios Corumbá e Peixe para lavar a areia e os seixos à cata do metal. A população era majoritariamente negra ou mulata. Em 1804, os negros livres eram 28% do total de pretos, e os brancos constituíam pouco menos de 14% da população da província. Maior ainda era a progressão dos mulatos. Eles ocupavam todos os níveis da sociedade: eram militares, sacerdotes e grandes proprietários. A ausência de mulheres brancas nas minas foi a causa de uma mestiçagem em grande escala.

E o Mato Grosso? Passada a febre do ouro, ali surgiu uma indústria doméstica que supriu a necessidade de produtos da terra, como farinha de mandioca, arroz, feijão, açúcar, aguardente, azeite de mamona, algodão. Os polos mais dinâmicos se encontravam nas fazendas de gado estabelecidas nas cabeceiras do Pantanal Mato-grossense, cujos bois eram vendidos em Minas Gerais. Os engenhos de açúcar situavam-se na região de Serra Acima e nas margens do rio Cuiabá.

A província se caracterizava, porém, por uma economia pouco dinâmica, com relações sem grande intensidade com o mercado externo. Nas cidades mais importantes, como Cuiabá ou Livramento, as casas eram de adobe e taipa, cobertas de telha com um só pavimento que juntava sala, alcova, varanda e cozinha. Em alguns casos, loja também.

O uso de móveis não era muito comum, diz a historiadora Luiza Volpato. Ricos e pobres dormiam em redes. Diferentemente de Goiás, ali faltavam artesãos. Nos córregos, o lixo se misturava aos catadores de ouro que esperavam as grandes chuvas para revirar pedras em busca de palhetas. Cachorros, vacas, cabritos e porcos entulhavam as ruas. Homens e mulheres, escravos ou livres, circulavam também, oferecendo produtos variados. Os enterros ainda se faziam dentro das igrejas, pois as cidades não possuíam cemitérios. Não contavam também com matadouros ou mercados. Os hábitos da população, e mesmo os da elite, eram considerados rústicos e interioranos por quem chegasse de fora.

A rotina era inalterável: homens cuidavam de exercer sua profissão, administrar propriedades ou cultivar a terra. Mulheres praticavam as artes domésticas: a doçaria e a costura – dar ordens, no caso das senhoras, ou obedecer, no das escravas. E assim se enchiam os dias. Com agenda tão reduzida, os mato-grossenses eram acusados, por viajantes ou funcionários do governo imperial, de ser pouco empreendedores. Quanto ao “povo”, diziam-no preguiçoso: pescar dois peixes no rio, um para comer, outro para vender, bastava. Distrações, só as proporcionadas pela Semana Santa e pelas festas dos padroeiros de irmandades, quando então ocorriam procissões, bailes e leilões de prendas, que sacudiam a modorra das vilas. Nada de óperas ou teatro, motivo de queixa de muitas autoridades que ali iam trabalhar.

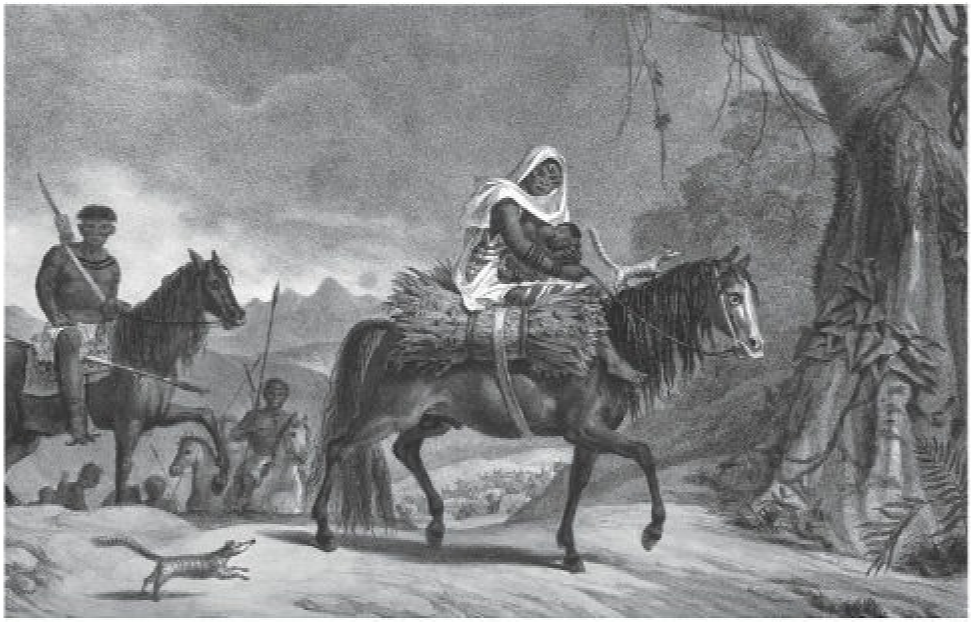
A província começou a crescer, um pouco antes de ser declarada a Guerra do Paraguai, com a exportação de poaia ou ipecacuanha, planta antiga, conhecida dos povos indígenas, que tinham repassado seu conhecimento aos colonizadores. A poaia chegou a ser o segundo contribuinte dos cofres da província de Mato Grosso, devido a sua exportação principalmente para a Europa. Porém, o desmatamento desenfreado da região extinguiu tal comércio: a poaia medrava à sombra das matas úmidas.

A segunda metade da década de 1860, porém, foi difícil para a província. Tropas paraguaias invadiram a fronteira ao sul, e a varíola fez estragos enormes na população. Famílias inteiras morriam, “desde o chefe de família ao último escravo”. As portas das casas tinham que ser arrombadas para a retirada dos cadáveres. Para o enterro, abriam-se valas e tocava-se fogo aos corpos putrefatos.

Como se não bastasse, uma cheia do rio Cuiabá devastou bairros e plantações. Passaram a faltar alimentos. A fome se instalou. O medo de uma invasão dominava a população. Cairiam nas mãos de Solano López, o “ditador” paraguaio? E por que não da Bolívia? Corriam rumores

– invasão à vista! Sem contar que velhos inimigos saíram das matas: os índios. Anteriormente tão perseguidos, eles aproveitaram a fragilidade dos colonos para recrudescer suas investidas, chegando mesmo a se aproximar da capital. Um exemplo de ataque foi repertoriado pelo chefe de polícia em 23 de novembro de 1865: "No sítio de Joaquim José Sampaio, em Serra Acima, os escravos que estavam na roça foram atacados por índios bravios. Os escravos fugiram, deixando no local as ferramentas que foram levadas pelos índios. Mataram a escrava Romana do major Pereira Abreu, depois mutilaram o cadáver, cortando a cabeça, mãos e um pé que levaram, deixando o cadáver na estrada".

Juntou-se a essa ameaça o medo de escravos que poderiam lucrar com a desordem, fugindo ou sublevando-se. Afinal, Solano López não prometia liberdade aos que passassem para o seu lado? Os senhores ainda se perguntavam se, em ocasião de guerra, deviam ou não os armar. E houve muitos brancos pobres que deram guarida para os cativos fugidos. A interação entre lavradores pobres e quilombolas garantia a ambos os grupos produtos para sua própria sobrevivência, além dos laços de amizade ou solidariedade. Afinal, ambos eram vistos pelos grandes proprietários como "ralé" e uma constante ameaça. E eles eram, apenas, irmãos na miséria. Até a reabertura do rio Paraguai, a região teve dificuldades de sair do isolamento. Sobre ela, dizia, em 1869, o comerciante Joaquim F. Moutinho: "Mato Grosso é uma das províncias do Brasil que mais ricamente foram dotadas pela natureza; está, porém, situada tão longe, e tão pouco aquinhoada pelo Governo na distribuição de seus favores, que tudo ali é difícil, e tudo existe em estado embrionário."



*Guaicurus: índios do Pantanal.*

MOTTE, Charles Étienne Pierre. *Peuplade de Gouaygourous changeant de Paturages*. 1834.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME PREMIER. P. 18.

Ao passar pela região, a caminho do *front*, Alfredo d'Escragnolle Taunay, jovem secretário do Estado Maior do Exército, assim descreveu "as dificuldades": "Em toda a zona percorrida existe grande abundância de roças abandonadas. As casas a que pertenciam essas lavouras jaziam em ruínas, não só pelo desamparo já de alguns meses, como também pela pouca solidez de sua construção, pois quase todas são cobertas de chamiça e feitas de taipa metida entre paredes de pau a pique mal ripadas."

Finda a guerra em 1869, a abertura das rotas fluviais na bacia do Prata permitiu o crescimento da província. As modas vindas de Montevidéu e Buenos Aires começaram a chegar. Lojas passaram a vender tecidos, móveis e até brinquedos. O papel de parede passou a revestir as paredes e o vidro encheu os caixilhos das janelas.

Chegavam imigrantes europeus e migrantes internos, junto com mulheres sobreviventes da república derrotada. Muitas se dedicaram ao comércio de aguardente, lavanderia, costura ou se tornaram criadas.

Mais à frente, a criação de gado e a lavoura – que tinham transformado Livramento, Santo Antônio do Rio Abaixo e Chapada dos Guimarães, nos grandes celeiros da capital –, entraram em colapso com o fim da escravidão. Daí para diante, a província se ergueu graças à borracha e a erva-mate que lhe deram alento nas últimas décadas do século XIX.

# 7. RUMO AO NORTE, UM MISSIONÁRIO ESPECIAL...

m 1845, um jovem pastor norte-americano publicou um livro sobre suas andanças pelas províncias do Norte e Nordeste: *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. Segundo

Ele, foi o primeiro livro publicado nos Estados Unidos da América sobre o Império brasileiro. Seu nome, Daniel Parish Kidder. Nascido em 18 de outubro de 1815, em Darien, estado de Nova York, não pertencia à família metodista, doutrina que abraçou, mesmo com forte oposição de seu pai. Seu sonho era levar a palavra cristã à China. Mas acabou aceitando o convite da Sociedade Bíblica Americana para difundir a Bíblia no Brasil.

Viveu no Rio de Janeiro antes de percorrer "regiões afastadas" num novo meio de transporte, que substituiu as lentas embarcações a vela: os navios a vapor. Quando foi inaugurado o Brazilian Steam Packet Company para fazer o transporte regular de malas postais, passageiros, abastecimento ou mesmo para circular material de guerra entre a capital e o Amazonas, Kidder rumou para o Norte em missão de propaganda evangélica.

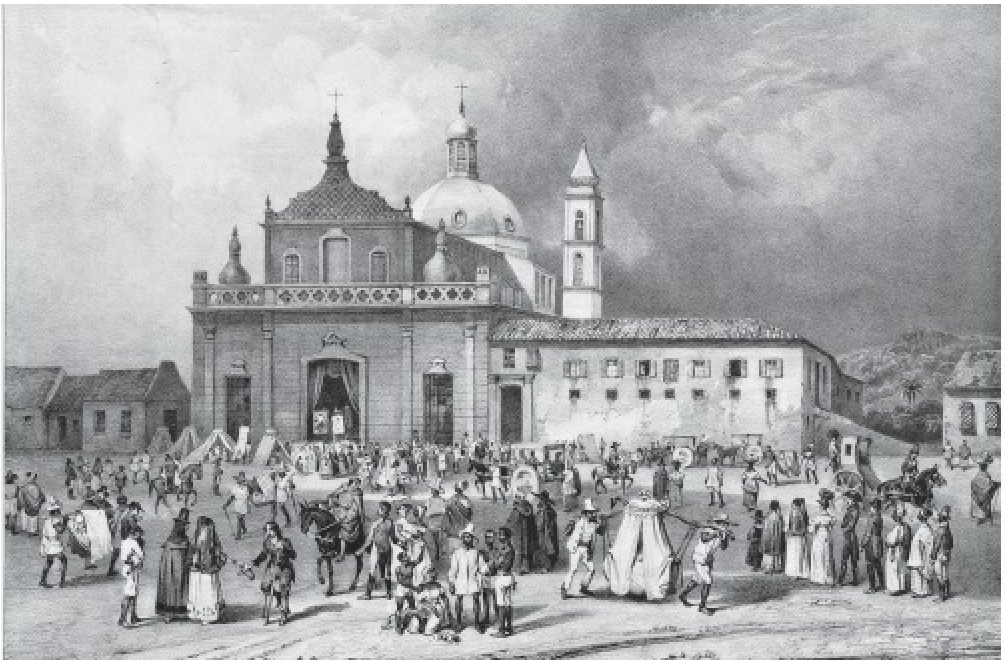
Corria o ano de 1839, quando ele chegou a Salvador, num dia chuvoso. Desembarcou no Arsenal. Na rua da Praia, cruzou com negros carregadores saídos de trapiches – de "proporções enormes […], os maiores do mundo" –, respirou odores nauseabundos e visitou a Bolsa sem comerciantes, pois eles preferiam se reunir numa sala comum, para trocar informações e boatos. Percorreu ruas estreitas, cortadas por esgotos, que considerou "asquerosamente imundas". Ouviu o grito e os falares de ambulantes e carregadores de todas as espécies.

Nessa cidade, era impossível o trânsito de carruagens. Gente e mercadorias eram levadas nos ombros ou na cabeça de carregadores: "Quer cadeira, Senhor?" – era a pergunta insistente. Ele percebeu que o fardamento dos portadores de cadeira variava de acordo com sua condição. Os particulares, bem vestidos, levavam as cadeiras ornamentadas e fechadas por finas cortinas. Com andar cadenciado, carregavam seus clientes ruas acima até o Passeio Público. Ali, sob a folhagem "das mangueiras e ao sopro da brisa noturna", que, essa sim, carregava o aroma de flores, circulou entre a gente soteropolitana: "o soldado, o burguês, o comendador, o milionário, o escravo". Constatou, igualmente, "a riqueza, a elegância e a beleza das baianas". Também se impressionou com a lindeza das "casas alvacentas, uma ao alto, outra à beira d'água – sempre separadas pela vegetação verde-escura". Paisagem tão bela só perdia para a capital, o Rio de Janeiro.

Viajando com Kidder, na direção Norte, seria possível ver a costa de Sergipe, cujo nome, de origem indígena, vinha de um riacho no interior das terras. À beira-mar, se espreguiçava densa floresta, aqui e ali recortada por "indícios de cultura", ou seja, pequenas roças. Na cadeia de morros que se via ao fundo, se extraía ainda abundante pau-brasil e outras madeiras de lei. Na parte oriental da província se cultivava cana-de-açúcar, tabaco e produtos de subsistência. A parte ocidental abrigava a criação de gado extensiva. Relações com o estrangeiro? Pouquíssimas, informa o americano. Sobre o "povo", diziam-no "ordeiro e patriota".

Mais ao Norte, a 48 horas de navegação de Salvador, Alagoas. Uma pequena província do Império, assim batizada por causa da enseada que abrigava sua velha capital. Seu porto encantou o viajante: "Mesmo a mais bela das ilhas dos mares do Sul dificilmente apresentará aspecto mais pitoresco", definiu encantado. A areia tinha a "alvura da neve". Um renque de casas brancas repousava à sombra de coqueiros majestosos, "gemas engastadas entre as plumas de uma coroa real". A cidade, porém, se "resumia a uma única rua", com "duas igrejas em lamentável estado de conservação e um teatro abandonado". Crianças nuas, vestindo apenas sapatos corriam alegres. Eram alforriados. Estar calçado era símbolo de liberdade. Pelas janelas de casinhas de taipa, ele via pessoas dormindo ou mulheres fabricando rendas. Nos armazéns insignificantes, os mesmos produtos: peixe salgado e carne-seca. Os principais produtos de exportação da província eram açúcar, algodão, couro, pau-brasil e pau-rosa.

No interior, onde moravam os já conhecidos cabanos, as matas abrigavam a dieta e ofereciam abundância de frutas como caroá, catolé, ouricuri, amaraia, pindoba, tucum, jabuticaba, goiaba, mangaba. Nas várzeas e nos manguezais, caçavam-se aves como os carões e as jaçanãs. Porcos-do-mato, tatus, pacas, cotias forneciam as proteínas. Os moradores de "lugares", nome que se dava aos pequenos sítios, plantavam mandioca, feijão, amendoim e cana. Essa última era moída no "engenho de um senhor" das vizinhanças, a quem se deixava, como paga, uma parte do açúcar produzido. Nos documentos, são comuns as expressões "plantar para comer", "plantar para sua sustentação", "plantar para seu passar" para designar a atividade das famílias em que crianças e adultos pegavam na enxada para sobreviver.



*Salvador, Bahia, no início do Império.*

JACOTTET, Louis-Julien. *Hospice de N. S. da Piudade a Bahia.* [1835].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: RUGENDAS, JOHANN MORITZ. *VIAGEM PITORESCA ATRAVÉS DO BRASIL.* [GRAVURA 75].

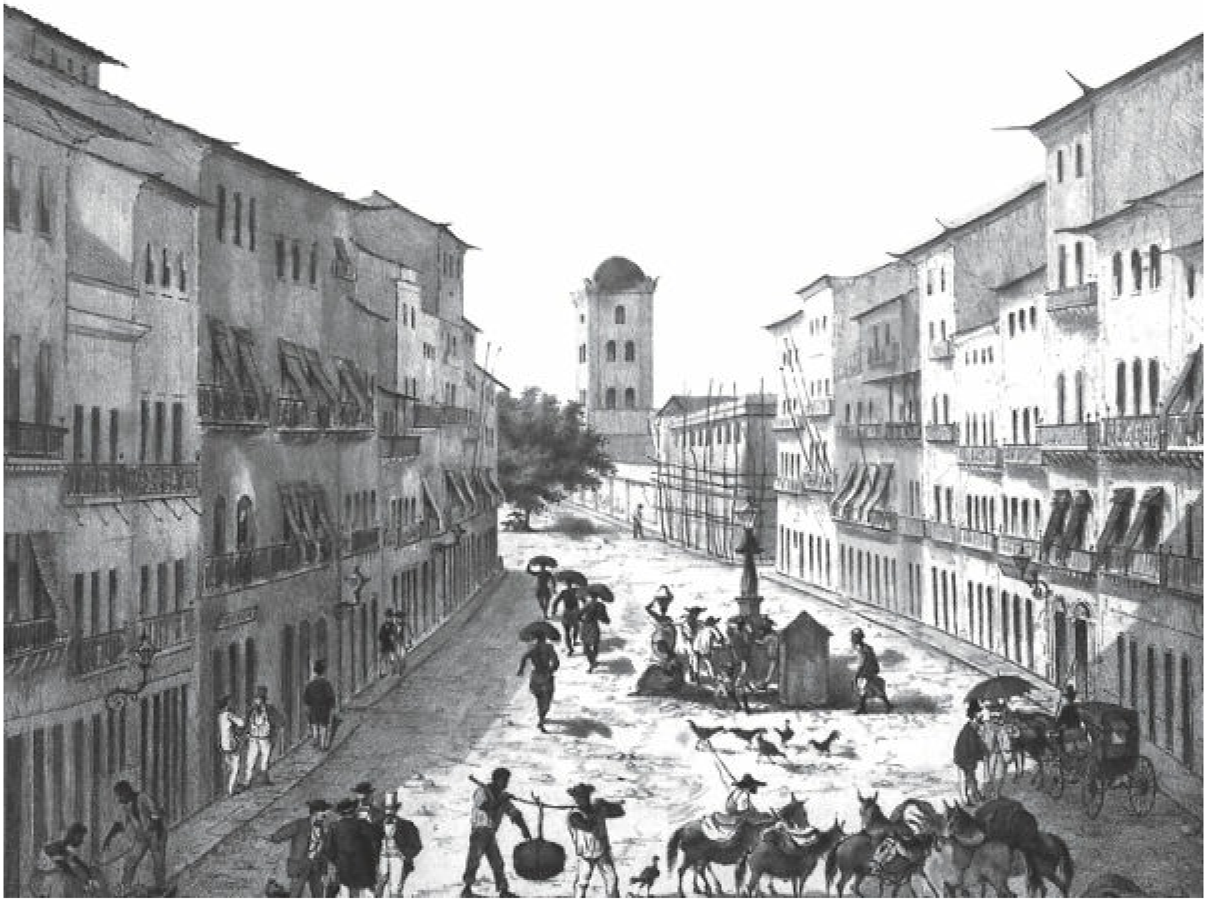
Depois, Kidder embarcou para Pernambuco. Obrigado a ancorar fora dos arrecifes, foi levado para a cidade numa pequena embarcação. A cidade lhe pareceu singular, pois, assentada ao nível do mar, vista de longe, parecia estar mergulhada nas ondas. Seus prédios, muito mais altos do que os que vira em outras capitais, eram originais. Em comum com o Rio de Janeiro, a sujeira por toda parte. Só a chuva lavava as ruas. Era por milagre que as epidemias não se alastravam mais e mais fortes. Numa pitoresca elevação, erguia-se Olinda, a antiga capital. Nessa época, arruinada, suas casas exibiam janelas partidas; pelas ruas, crianças brincavam nuas. Os botequins abrigavam "ociosos". A riqueza da cidade fora prejudicada por um porto de difícil acesso, que não favorecia o escoamento de mercadorias. Só que, instalados em Recife, os "mascates", tratados com desprezo pelos senhores de engenho de Olinda, levaram a melhor. Concentravam o comércio e o dinheiro.

*A livre circulação de animais tornava as cidades imundas.*

SCHLAPPRIZ, Luís. *Rua da Cruz*. [1863-1868].
biblioteca nacional [iconografia].

Terceira capital do Brasil, Recife tinha, então, dezessete igrejas e capelas, dois mosteiros, três recolhimentos, seis hospitais, entre particulares e públicos, um teatro, o palácio do governo, a alfândega, a cadeia, arsenais da Marinha e três quartéis militares. Já havia um liceu, duas escolas de latim e sete primárias. Prelos garantiam a circulação de três jornais diários e de três periódicos. A Biblioteca Pública impressionava: dispunha de 10 mil volumes, a maioria em francês, além de manuscritos valiosos.

Apesar da beleza natural, as ruas eram tão sujas e malcheirosas quanto as que Kidder percorrera em Salvador. Ele achou tempo de ir ao morro de Santo Antônio, visitar um estabelecimento de caça à baleia. Um desses gigantescos cetáceos havia sido capturado na véspera e jazia na praia, cortado em pedaços. Outro acabava de ser arpoado e era rebocado por três embarcações. O dono da casa não se fez de rogado: mostrou os aparelhos para extrair o óleo do mamífero e se gabou de sua qualidade. "Melhor do que o americano!" Cético, o pastor anotou que, mesmo que o americano não tivesse mais méritos, tinha o de ser preparado em alto-mar e não nas "armações" localizadas nas imediações de uma cidade populosa. Nas ditas armações, a gordura ou graxa do cetáceo continuava a ser extraída por escravos, em engenhos de "frigir" e, depois de coada, servia para a iluminação de engenhos, casas e igrejas, para fazer velas, sabão ou, misturada à argamassa, para levantar paredes.



Surpreendeu-o o fato de em Recife não haver mulas ou cavalos pela cidade. Em compensação, o desfile de porcos e cabras era permanente. As estradas à volta da cidade apresentavam-se horrivelmente esburacadas, e os pedestres eram obrigados a vadear charcos para poder passar. "Negligência" – irritava-se o americano!

Em Pombal, contudo – onde Kidder foi visitar o todo-poderoso ex-presidente da província e ex-ministro Francisco de Paula Cavalcanti d'Albuquerque –, sobrados enormes e protegidos por torres, "ao estilo de velhos castelos feudais da Europa", o impressionaram. Para chegar à casa do senhor de engenho e barão de Suassuna, percorreu "uma esplêndida estrada aterrada, de construção recente" entre canaviais exuberantes.

Vale lembrar que as cidades começaram a atrair mais e mais os filhos dos fazendeiros ou senhores de engenho ilustres. Alguns senhores já se mostravam esmagados por hipotecas ou dívidas, encontrando respaldo num filho ou genro que seria "mercador de sobrado" ou funcionário público. Registravam-se também calotes nas remessas de açúcar ou café. No açúcar, queixava-se, em 1833, Frederico Burlamaqui, referindo-se a senhores de engenho velhacos, "misturam-lhe diversas qualidades inferiores a alguma terra ou areia e vendem-no como de qualidade superior". Transferiam-se junto com os filhos alguns "modos de fazer" o sabão, as velas, o pano, que antes se produziam nas fazendas e agora ganhavam fabriquetas.

Recife – como aconteceu com outras cidades do Império – não foi atingida por mudanças como se é pego por um raio. O ambiente, as práticas e sensações rurais continuavam mesmo dentro dos sobrados urbanos. Lembra bem Gilberto Freyre que:

> […] era antes rurbano do que urbano, com banhos de rio dentro da própria cidade – meninos e moleques nus ostentando sua nudez ao pé das próprias pontes elegantes; com as canoas trazendo às cidades valores rurais ainda frescos das suas terras de origem; com matutos e sertanejos andando pelas ruas mais ilustres de camisas para fora das calças, tangendo cavalos ou jumentos carregados de algodão, melancias, mel de engenho. Às vezes, rodando pelas mesmas ruas em carros de boi. Só aos poucos a cidade se fecharia de todo a essas constantes intrusões de gente e animais rurais que até o fim do século XIX lhe deram aspecto de aldeia grande, sujeita à influência do meio e dos valores rurais.

Ao chegar à Paraíba, Kidder andou de jangada, dormiu em rede, viu as supostas pegadas de São Tomé, que teria visitado o Brasil, e acompanhou o desembarque de africanos de um navio negreiro. Para seu horror e surpresa, o capitão e os homens da tripulação eram negros livres. Comparou as terras paraibanas às paulistas e registrou que algodão e açúcar eram as principais mercadorias de exportação. Os canaviais, próximos à costa, evitavam despesas de transporte. Rapadura e cachaça, observou, eram subprodutos de grande procura.

A bordo da fragata *Maranhense*, Kidder bordejou as costas do Rio Grande do Norte, produtoras do melhor pau-brasil e de grande variedade de plantas medicinais. Aproveitou o clima saudável e desembarcou em Natal, “a capital da província – bastante antiga e pequena” – à margem do rio Potenji cujo curso separava essa província do Ceará. Anotou que o comércio era insignificante, apesar da produção de açúcar, arroz e algodão. Depois, dobrou o cabo São Roque e chegou a Fortaleza, assim chamada em função de um velho forte, cercado de choupanas. Admirou a linda baía, os coqueiros, “motivo ornamental de todas as paisagens nordestinas”, e foi de padiola até à cidade. Padiola? Sim, uma cadeira presa a duas traves de madeira, de forma a ser transportada sobre os ombros de quatro homens:

> Os carregadores desse veículo singular precisam ter a mesma altura; no geral, são muito altos e de compleição atlética. Vimos quatro deles que caminhavam em direção ao barco, para nos conduzir à praia sem o menor receio de agitação do mar. De vez em quando, uma onda mais forte cobria-lhes a cabeça, escondendo-as, momentaneamente. Nessa ocasião, eles paravam e, quando a onda passava, continuavam a marcha.

Sentado bem acima de suas cabeças e sentindo borrifos de água, o americano chegou à praia e caminhou até a cidade. Areia, areia e mais areia. A cidade se erguia sobre ela. Se muito quente, queimava os pés. Para caminhar, incomodava. Carros de boi atolavam. Ventava muito e entrava areia nos olhos. As tempestades pareciam “as nevascas do hemisfério setentrional com suas areias alvacentas”.

Sobre essas mesmas areias, outro viajante, o francês Biard veria caminhar, para lá e para cá, nada menos do que camelos. Achou que delirava. Mas, não. A decisão de aclimatar os exóticos animais foi do governo imperial que mandou buscá-los em Argel. Causando sucesso nas ruas, com seus "pajens africanos trajados de albornoz", os pacíficos mamíferos só queriam saber de comer as folhas tenras das carnaubeiras. O envio dos bichos para o interior deu, porém, lugar a episódios interessantes. Ao vê-los, os cavalos dos matutos desembestavam, mulas e jumentos dos comboios fugiam espavoridos, crianças berravam assombradas, e as mulheres escondiam-se. Os homens se punham em guarda, receando que os ruminantes fossem feras, e as boiadas estouravam. Era um Deus nos acuda! Duraram pouco, para tristeza de certo senhor Richard du Cantal, vice-presidente da Société Française d'Acclimatation, responsável pela viagem dos camelos.

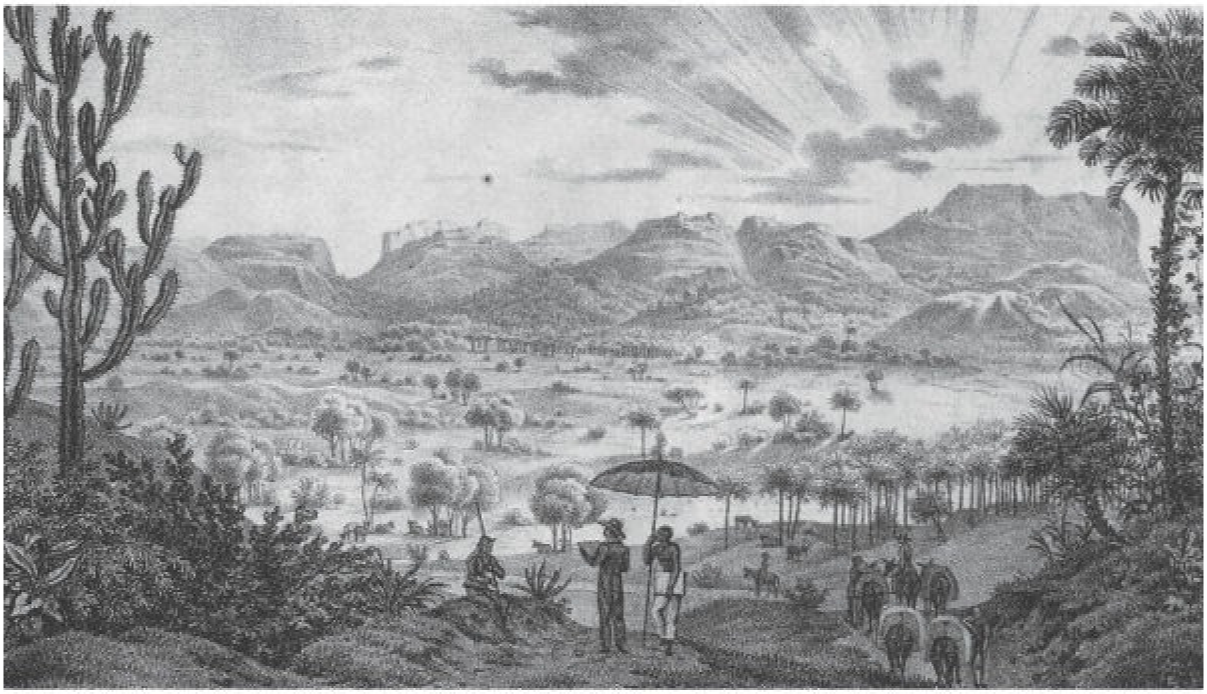
No Ceará, Kidder se impressionou com o plano da cidade de Fortaleza com avenidas largas e praças amplas. Sua única igreja era a de Nossa Senhora dos Remédios. Mas, nesse areal, uma riqueza: o gado. Um gado resistente e de carne saborosa, que era vendido nos mercados do Recife e da Bahia. Feito charque, era conhecido como "carne do sertão". Outras riquezas, como a melancia em quantidade prodigiosa e a carnaubeira, que dava ao sertanejo alimento, abrigo e roupa. O caule oferecia combustível, a madeira levantava construções, o palmito alimentava; da flor, fazia-se tecido; as folhas cobriam as casas; a partir das raízes, improvisavam-se remédios.

Índios moravam nas vizinhanças dos vilarejos. Segundo Kidder, era lamentável "o estado de degradação em que viviam". Apesar dos relatórios dos presidentes de província às autoridades na corte, nada se fazia "de positivo para melhorar sua condição e instruí-los". Chuvas e secas terríveis se alternavam para infernizar a região. A inanição devastava as populações que buscavam abrigo nas vilas litorâneas: "Centenas de retirantes morriam em viagem e seus corpos descarnados, abandonados na areia, nem sequer empestavam o ar ou serviam de pasto aos vermes, de tão mirrados e secos".

Um clero "ignorante, depravado e corrupto", assassinatos, lutas partidárias ameaçavam a ordem pública. O pastor Kidder ainda teve a oportunidade de ver na praça pública, o patíbulo onde seis escravos africanos tinham sido executados. Eram marinheiros que se insurgiram, se amotinaram e mataram o capitão, parte da tripulação e alguns passageiros do brigue onde serviam. O que impressionou o americano foi o método arcaico de enforcamento: com a corda ajustada ao pescoço do condenado, o carrasco o içava, e se pendurava em seus ombros. Coisa antiga!

Embarcado num vapor, Kidder se dirigiu ao Piauí, cuja área costeira descreveu como imensas planuras ideais para pastagem de rebanhos bovinos. O plantio da mandioca, do arroz, do milho, da cana-de-açúcar completava as atividades agrícolas. Às margens do São Francisco, acumulavam-se depósitos de sal. Sua manipulação era outra fonte de renda: depois dos períodos de chuva, a crosta externa das rochas ficava coberta de cristais salinos misturados a terra e folhas. Raspado com folhas de palmeira, o produto voltava a ser enxaguado em água. A seguir, era exposto ao sol em grandes gamelas ou em couro de boi esticado sobre quatro estacas. Quando a terra assentava ao fundo, a salmoura era passada para outro recipiente onde então se cristalizava. Artigo tão mais precioso quanto raro, o sal em montículos era vendido a vinte ou trinta réis, e os clientes vinham de toda a parte a sua procura. Mas era tão valioso que muitos funcionários públicos e padres, em regiões afastadas, recebiam, como na Roma Antiga, seu salário em sal.

Oeiras, capital de 5 mil habitantes, situava-se no interior. O barão de Parnaíba, presidente por muitos anos da província do Piauí, queixava-se, em relatórios, da ausência de professores e do absoluto menosprezo da população à justiça. Divididas em campos políticos opostos, as autoridades eram responsáveis por crimes bárbaros, “cometidos em público”, que permaneciam impunes. Os negócios eclesiásticos dificilmente poderiam estar em piores condições: as igrejas estavam em ruínas, para obter os papéis para o casamento tinha-se de ir ao Maranhão. E as finanças da província estavam em situação crítica.



*Viajante no Piauí.*

NACHTMANN, Franz Xaver. *Am Corcovado, bei Rio de Janeiro*. 1823-1831.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: SPIX, JOHANN BAPTIST VON. *ATLAS ZURREISE IN BRASILIEN*. [GRAVURA 24-A].

Não se sabe se o pastor teria ouvido nas praças a gesta do gado: histórias medievais cantadas por vaqueiros ao som da viola, como “A batalha de Oliveiros com Ferrabrás” ou “A morte dos doze pares de França”, extraídas do livro de Carlos Magno. O fato é que, desde sempre, pelo sertão ou nas feiras populares que animavam as cidades nordestinas, menestréis divulgavam as aventuras de Ricardo Coração de Leão, herói popular, assim como histórias usualmente fantásticas de bois misteriosos e vaqueiros destemidos.

São Luís do Maranhão, onde Kidder chegou dias depois, estava em melhor estado. A capital tinha cerca de 30 mil almas. Numerosos ingleses e franceses ali se ocupavam de atividades comerciais. As casas lhe pareceram limpas e bonitas. Em pedra e cal, taipa ou soque, tinham apenas um andar; o térreo era aproveitado para o comércio. No piso superior, balcões de ferro se abriam para a rua e a fresca da noite. A do coronel José Gomes de Souza, próspero plantador de algodão, chamava a atenção pelas obras de cantaria e os azulejos coloridos. Nas áreas mais baixas e distantes do porto, em ruas como a do Açougue ou a dos Covões, medravam as casas de menor valor, "os quartos de casa" e até casebres, cobertos com pindoba – um tipo de palmeira e taipa de vara –, de "aparência humilde e triste".

Treze igrejas, três mosteiros, um recolhimento para educandas e seis hospitais atendiam à população. Bem servida de escolas, São Luís contava com um liceu, uma escola de latim, duas escolas primárias masculinas e duas femininas, quatro escolas particulares e um seminário. As cadeiras ensinadas eram sete: Latim e Grego, Inglês e Francês, História e Geografia, Retórica, Filosofia, Geometria e Desenho. Certa Tipografia da Temperança, um dos quatro prelos existentes na cidade, imprimia muitas publicações de distribuição gratuita.

Banhada por muitos rios, a província se achava coberta por extensas florestas onde não faltavam madeiras caras e plantas medicinais. Bananas e abacaxis eram abundantes, e a riqueza mineral ainda não tinha sido explorada: ferro, antimônio e chumbo dormiam sob o solo.

Nas fazendas do interior, multiplicavam-se rebanhos de carneiros, o gado bovino e cavalar. Já na cidade, marcas da "revolução" – ou seja, da Balaiada – lembravam as lutas recentes: muitos sinais de tiroteio nas paredes das casas; no entanto, apesar da "influência deprimente" dos testemunhos de violência, diversos edifícios estavam sendo construídos. No Varadouro, onde se estendia o mercado em praça aberta, os comerciantes se reuniam para efetuar transações. Grandes armazéns de algodão, muitos com prensas para enfardamento, de construção rústica e manual, faziam Kidder interrogar-se sobre "a flagrante afronta aos melhoramentos havidos em outros países". O Império estava atrasado…

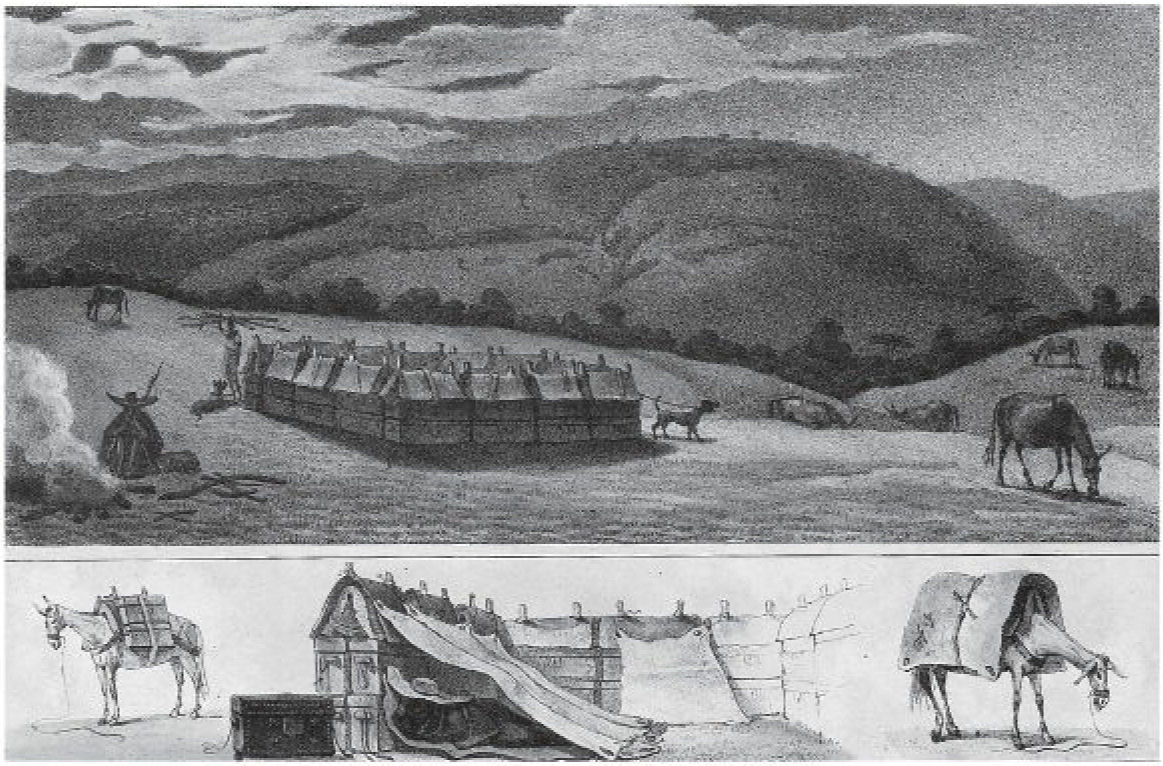
Do Maranhão para o Pará, navegou durante três dias. Diante da boca do Amazonas, viu a pororoca. O "ruído da enchente tremenda" impressionava a milhas de distância: "Essas montanhas de água esparramaram-se por todo o canal, levando tudo de roldão e esmagando quanto encontram em seu caminho: árvores imensas são por ela violentamente arrancadas e às vezes arrastam para a corrente blocos inteiros de terra". O rio trocava de cores à medida que o barco avançava: de verde bem claro a amarelo sujo e barrento. Saudado pelo Forte da Barra, o paquete adentrou a curva abrupta do rio onde se localiza o porto. Dali se viam as torres da catedral, do palácio e de diversas igrejas de Belém. Ali, também, Kidder encontraria a maior colônia de americanos no Brasil, com exceção da corte. Seus conterrâneos estavam à frente de atividades comerciais e ofícios manuais. Contou o viajante:

> A aparência geral do Pará é mais ou menos a mesma da maioria das cidades brasileiras e caracteriza-se por um conjunto de paredes caiadas e de tetos vermelhos. Ao traçado urbano não falta nem regularidade nem gosto. Têm três praças públicas: a do Palácio, a do Quartel e a do Largo da Pólvora. As ruas centrais não são largas nem pavimentadas; nelas, veem-se numerosas casas de grande porte, mas as ruas mais afastadas estão repletas de

casinholas insignificantes e feias.

As marcas da revolução de 1835, a conhecida Cabanagem, estavam em toda a parte. Ali, também, ele viu casas pontilhadas de balas ou varadas por balas de canhão. E o convento de Santo Antônio trazia muitas cicatrizes do canhoneio a que ficou exposto. Um grande número de soldados aquartelados circulava pelas ruas, assim como jovens recrutas. Depois das oito da noite, era impossível andar pelas ruas sem ouvir: "Quem vem lá?" Resposta: "É amigo…" Réplica: "Passe ao largo." Clarins soavam mesmo no meio da noite. De quando em quando, ouvia-se: "Às armas!" Remanescentes de um batalhão de mercenários alemães ainda se encontravam na cidade quando Kidder por lá passou.

Chamou-lhe a atenção a "aparência peculiar do povo". Entre tantos rostos viu "desde o índio puro até as mais variadas formas de mestiçagem com pretos e brancos". Os mestiços, como já observado em Mato Grosso e Goiás, dominavam todas as posições sociais: as artes manuais, a Marinha, a milícia, o sacerdócio e o eito. Crianças, homens e mulheres de classes humildes a qualquer hora banhavam-se ou nadavam nas águas do rio. Em torno da Ponta das Pedras, fervia o mercado. De suas canoas atracadas, índios negociavam, nos dialetos mais diversos, carregamentos de castanhas-do-pará, cacau, baunilha, urucum, salsaparrilha, canela, tapioca, bálsamo de copaíba, peixe seco em pacotes, cestas de frutas de infinitas variedades, tanto secas quanto verdes. Aves coloridas como papagaios e araras, macacos e cobras eram oferecidos suspensos em varas para evitar que se colassem uns aos outros.



*Viagens: a necessária improvisação.*

FRÈRES, Thierry. *Camp nocturne de*

*voyageurs*. 1835.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME DEUXIÈME. P. 28.

Essa província, segundo Kidder, contribuía para o comércio internacional com uma variedade de produtos regionais maior que a de qualquer outra. Arroz, algodão, couros e açúcar eram produzidos em pequenas quantidades e por sistemas tradicionais. Já o comércio da goma elástica, do cacau, da salsaparrilha, do cravo-da-índia e da castanha-do-pará era especial. Tendo aprendido o uso da goma elástica com os índios omágua, que dela faziam vasilhas e seringas, os colonizadores produziam sapatos, botas, roupas e chapéus para se protegerem das chuvas constantes.

Extraída da *Siphilla elastica*, árvore que atinge de 25 a 30 metros, a goma escorria depois de feita uma incisão no tronco. Recolhido numa tigela, o creme amarelo e espesso era depois transferido para formas de barro no feitio de garrafas, brinquedos etc. Para a fabricação de calçados, era despejada em moldes de madeira primeiramente forrados de barro para que se pudesse retirar com facilidade do sapato. Depois de submetidos a fumigações, com a finalidade de secar a borracha e escurecê-la, os sapatos eram amarrados aos pares para a venda. Eram exportados cerca de 300 mil pares de sapatos por ano. Os princípios corantes do urucum, com que os índios pintavam seus corpos, assim como o cacau, matéria para a fabricação do chocolate, já eram igualmente apreciados. A manteiga extraída dos ovos de tartaruga, o couro do peixe-boi e a castanha-do-pará, ou *Brazil nut*, despertavam o maior interesse.

Mais acima, a formidável Amazônia. Segundo o americano "uma região completamente selvagem. Dificilmente contavam-se cinquenta casas em quatrocentos quilômetros. Poucas povoações se viam à margem do rio. A maioria das vilas assentava-se sobre a margem de cursos tributários e igarapés. As casas em geral são cobertas de sapé e desprovidas de soalho". E ele concluía:

> Apesar das belas teorias aventadas com relação à navegação a vapor no Amazonas e seus tributários, até hoje nada se fez que mereça registro […] o Tocantins, o Xingu, o Tapajós, o Madeira e o Negro […] todos esses rios banham o solo mais rico e cortam a vegetação mais luxuriante de toda a terra. Entretanto, parecem fadados a correr em paz ainda por muito tempo, sem que nada arrepie seus longos dorsos líquidos a não ser uma ou outra montaria solitária.

De volta à capital do Império, Kidder teve tempo de registrar a abertura dos trabalhos da Assembleia pelo jovem imperador. A coincidência desse ato com as festas de final de ano fez com que as cerimônias se revestissem de um brilho fora do comum. Arguto observador, o pastor registrou que, apesar da presença de d. Pedro II, a vida política no Brasil contava com "partidos políticos que não eram exatamente partidos", apenas, facções sem programa ou objetivo definido. As simpatias e antipatias pessoais é que definiam os objetivos dos dois lados: conservadores ou liberais.

Daniel Parish Kidder deixou o Brasil, em 1842, depois de enterrar no bucólico Cemitério dos Ingleses, às margens da baía de Guanabara, sua jovem esposa Cinthia, de apenas 22 anos. Nos Estados Unidos, teve importante atuação como pastor e secretário das escolas dominicais metodistas. Editou centenas de livros, fundou uma publicação – o *Sunday School Advocate* – e ensinou teologia prática no Garrett Biblical Institute e na Drew Theological School. Em 1880, com a saúde bem abalada, foi residir em Evanston, cidadezinha próxima a Chicago, onde faleceu em 29 de julho de 1891, deixando viúva Harriet Smith, com quem se casara, pela segunda vez, em 1842.

# 8. ENQUANTO NAS CAPITAIS DO IMPÉRIO...

Os anos 1840 e 1850 foram de transição. Modernizavam-se as técnicas de transporte. Os palanquins e cadeirinhas tinham se tornado um arcaísmo, substituídos por carruagens europeias. Em 1833, o dinamarquês João Ludolfo Guilherme Röhe fundou sua "fábrica de carros". Mais ligeiros, os Phaeton, Tilbury e Victorias passaram a circular com cocheiros fardados. Segundo George Gardner, de passagem pelo Nordeste entre 1836 e 1841: "O grande desejo dos habitantes parecia o de se dar ares europeus". Isso acontecia em parte pelo influxo de imigrantes, mas também porque bom número de brasileiros começava a visitar a Europa, muitos para estudar. Longe iam os tempos em que as brasileiras saíam às ruas de mantilha, escondendo o rosto, e os homens portavam chapéus armados e fivelas nos sapatos.

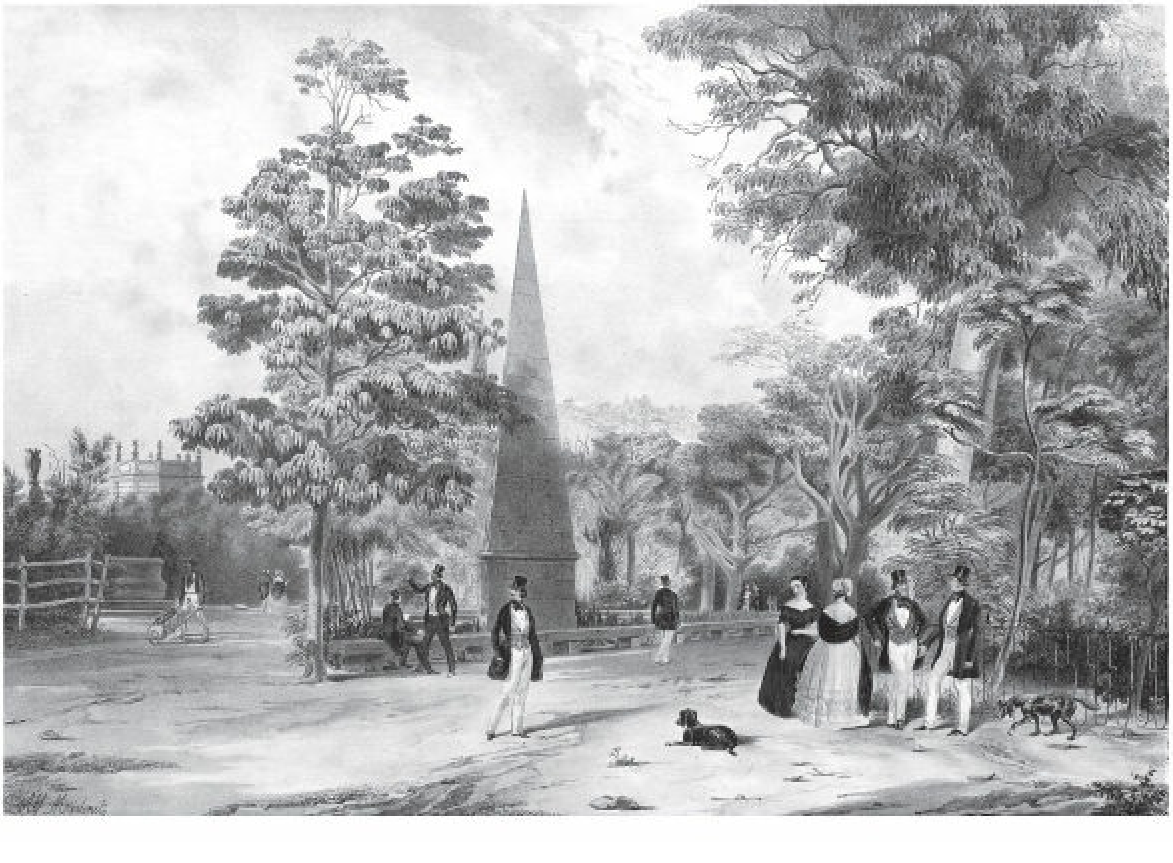
Na corte, a rua do Ouvidor estava ocupada pelo comércio de luxo, em lojas elegantemente decoradas com enormes espelhos, como os que Gardner via em Londres. "É a Regent Street do Rio", concluía. Para fazer música, o piano tomara o lugar da viola, que agora só se ouvia no interior das províncias. E escolas e internatos para jovens começavam a se instalar. O porto de Santos, por sua vez, fazia seguir para São Paulo e Jundiaí, por via ferroviária o algodão, o ferro e o aço, mas também, chocolates, biscoitos em lata, águas minerais, licores, patê de *foie gras*, e todo o tipo de conserva estrangeira. Com a regulamentação da importação, multiplicavam-se utensílios domésticos, valorizavam-se objetos úteis e inúteis e crescia o horror ao vazio. Do picador de carne ao moinho de café, das primeiras rodas de borracha aos carros de boi, do mobiliário inglês ao francês, do uso de banheiras às escarradeiras decoradas – a invasão se fazia permanente.

Sim, a cidade era "um centro diversificado". Estrangeiros de procedência e ofícios diversos – marceneiros, cabeleireiros, químicos, funileiros, ferreiros, modistas, fabricantes de queijo – estabeleciam suas oficinas, fundições e lojas na corte e nas capitais importantes. O comércio se ampliava. Agora, não mais com Portugal ou suas colônias. Mas com a Europa. O brasileiro se queria inglês ou francês. Dos ingleses, desejava os artigos da Revolução Industrial vendidos na rua da Alfândega ou dos Pescadores: produtos de vidro, cobre, lã, ferro, sapatos, roupas, colchões e até caixõezinhos já enfeitados para enterrar crianças. Dos franceses, as modas e os modos exibidos na rua do Ouvidor. Desse diálogo de culturas com o Brasil, nasciam o *Mister* e a *Madame*.

Grandes cargas de panos, móveis, louças e artigos de luxo inundaram os portos do Brasil, tão logo a França pôde competir com a Inglaterra na conquista do mercado brasileiro. Fácil? Nada disso. Certo despachante francês, Edouard Gallès, num opúsculo escrito em 1828, lembrava os vexames alfandegários, os gastos exorbitantes que podiam ser evitados, os atrasos, as operações desastrosas que obrigavam exportadores a vender sua mercadoria com prejuízo. Uma diferença de cor na mercadoria podia condenar um comerciante mal informado. Certos artigos úteis davam prejuízo, enquanto pequenas inutilidades, objetos de fantasia, bijuterias, permitiam quadruplicar o lucro. O desconhecimento sobre as populações que pretendiam abastecer era total. Como Gallès mesmo registrou, "parecia que se vogava para o descobrimento do Brasil, do qual, até então, só vagamente se tinha ouvido falar".

A aventura dessas operações transoceânicas juntava muitas vezes indivíduos desajustados à nova ordem econômica na Europa e ansiosos por recompor suas vidas num mundo desconhecido. E foi justamente por conta desse desordenado "tráfico" que os habitantes do país entraram em contato com a única indústria que competia com a inglesa: a indústria do luxo. Louis de Freycinet, comandante da corveta *Uranie*, que aportou no Rio em 1817, foi dos primeiros a observar que "o gosto do luxo" – na forma de lustres, pianos, móveis finos e candelabros – começava a se disseminar. Dez anos depois, jornais parisienses comemoravam o crescimento do comércio francês.

O francês Adolphe d'Assier no seu *Le Brésil Contemporain – races, moeurs, institutions et paysages*, publicado em 1867, teve, entretanto, palavras duras sobre esse momento de invasão das modas de além-mar: "Não acreditamos que exista nos anais do comércio uma época onde a febre do ganho tenha se instalado de uma maneira tão escandalosa." Nos anos 1830, outro observador gaulês, Ferdinand Denis, explicava que o Império procurava escapar do "mau gosto" português ou dos objetos feitos em casa, por mãos de mulatos e negros, para adquirir o que fosse "fabricado" em loja, oficina ou laboratório europeu, por mãos estrangeiras. "As alianças de cobre ou zinco foram vendidas por ouro […], o cobre branco da Alemanha passava por prata", escandalizava-se Charles Expilly, autor de um livro sobre as mulheres brasileiras, no qual observou que vestidos do tempo do Diretório, fora de moda há dezenas de anos, eram aqui adquiridos como se fossem o *dernier cri*. Pura mistificação comercial! Sem contar o destino insólito de certas mercadorias importadas. Em Belém do Pará, o pintor francês François-Auguste Biard se divertiu ao ver tabacarias vendendo sapatos e guarda-chuvas. Ou sapateiros vendendo licores, especialmente a renomada *Chartreuse*. Em busca de uma caneta, ofereciam-lhe, em troca, lancetas!



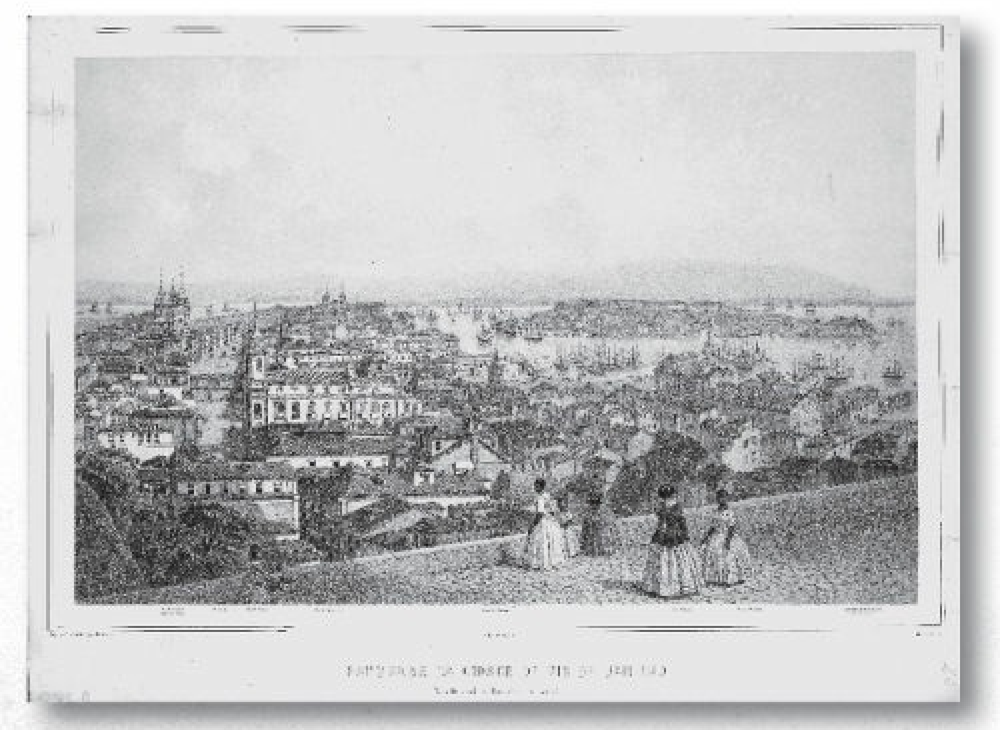
*Nas ruas e praças, a moda era ser europeu.*

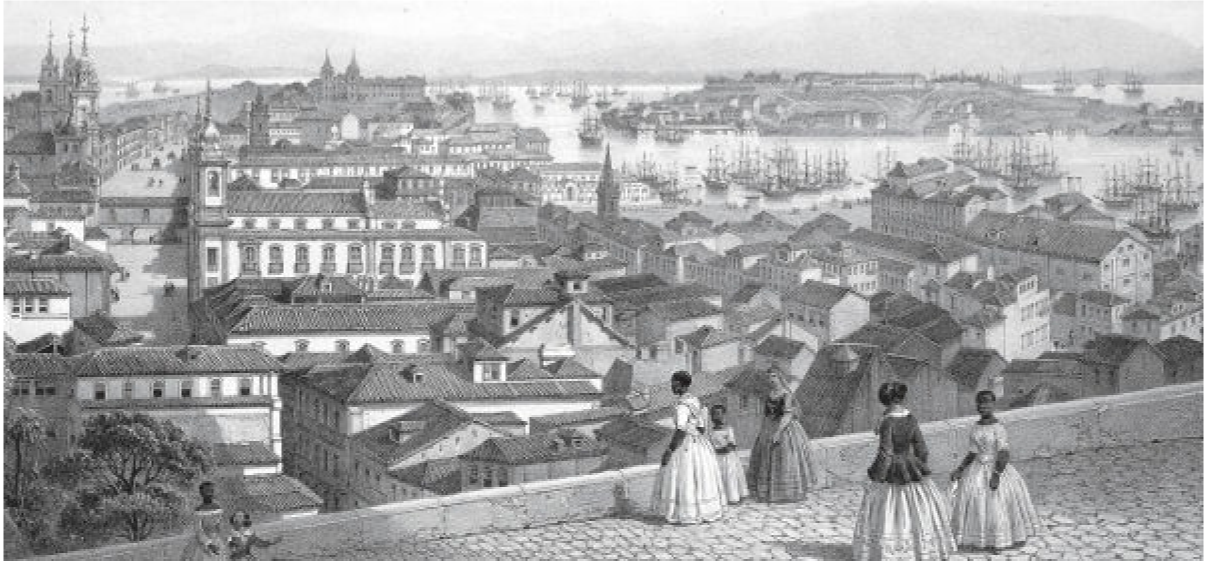
MARTINET, Alfred. *O Passeio Público*. 1847.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: *O BRASIL PITORESCO, HISTÓRICO E MONUMENTAL.*
[GRAVURA 3].

Além do mais, era preciso bater a Grã-Bretanha que, além de gozar favores alfandegários, tinha instalado no país empresas que extraíam "tesouros incalculáveis" do solo brasileiro e possuíam até juiz à parte para julgar infrações cometidas por súditos britânicos. Mas a relação era antiga. Firmas, navios que ligavam o Brasil a outros países, bem como milhares de artigos alimentavam a influência britânica desde o Tratado de Methuen, firmado com Portugal, em 1703.

*Rio de Janeiro transforma-se numa grande cidade.*

AUBRUN, Louis. *Panorama da cidade de Rio de Janeiro*. [1854].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].





E, desde então, o velho traço de união entre as duas monarquias foi o *poor John* – o pobre João – ou bacalhau seco, vindo do mar do Norte. O consumo do peixe veio a calhar. Conciliava os preceitos religiosos em torno dos dias de abstinência de carne, com o fato de ser adquirido a preço baixo e ter longa conservação. Os senhores de engenho chegaram a pedir aos bispos que aumentassem os dias de abstinência de carne, para resolver o problema de alimentação dos seus escravos com "o pobre João". Também a população carente podia alternar carne-seca com farinha, e bacalhau com pirão ou farofa. Seu cheiro característico invadia os portos de Recife, Maranhão e Rio de Janeiro, enquanto embarcações inglesas descarregavam as barricas recheadas.

Além do bacalhau, a Inglaterra exportava o ferro que, desde o fim do século XVIII, produzia em maior quantidade e a preços mais baixos que os de qualquer outro país. Ele chegava em forma de varandas, instrumentos agrícolas e máquinas industriais. De lá também veio o vidro, que iluminou claraboias, portas e janelas das casas, antes protegidas por gelosias e muxarabiês. Mas veio também o vidro ordinário de copos, cálices, garrafas e potes, que substituíram os utensílios feitos de estanho e barro nas casas brasileiras. As sedas e cetins do Oriente foram trocados pelo algodão inglês, e o tricórnio, pela cartola. A revolução técnica incluía os objetos menos esperados: desde tachas e pregos para marcenaria, até instrumentos de cirurgia da marca Weiss – a mesma do Hospital Real de Greenwich –, dos "engenhos para engomar roupa", ou seja, ferros de passar, até máquinas de moer cana, trigo e de serrar madeira. De fornos para a cozinha, às lanternas e arreios elegantes para carruagens, de rodas de ferro para carrinhos, a para-raios. Nada disso existia por aqui.

Pouco a pouco chegaram também engenheiros, mecânicos, agrimensores e empreiteiros britânicos que, através dos jornais, ofereciam seus serviços. Com o desenvolvimento do café nos anos de 1840, aumentou o número de negociantes no porto do Rio e de Santos. Não faltou quem achasse que o Brasil tinha deixado de ser colônia portuguesa para se tornar inglesa. Em torno da corte, a gente desprevenida se deixava engambelar. Anúncios de dentistas, de remédios milagrosos, de cozinheiros deixavam no ar a suspeita de muita charlatanice. Em meados do século, não era raro encontrar o mesmo aventureiro francês praticando as mais diferentes profissões: saltimbanco aqui, dentista ali, professor de francês mais adiante, comentava d'Assier. A expressão "negócio afrancesado" se tornou, na boca dos brasileiros, sinônimo de calote ou desconfiança.

No Nordeste, "francês", "falso" ou "fingido" queriam dizer a mesma coisa. Adolphe d'Assier contou mais: num navio, teria ouvido a conversa de seus conterrâneos: um, que fazia contrabando de relógios; outro, que chegara com centavos no bolso e fizera fortuna vendendo chapéus de sol de armação ordinária. Mas, tão bonitos, que ninguém resistia. E quando alguém aparecia para se queixar da má qualidade do artigo, ele alegava, fingindo espanto: "Mas, como? Era chapéu de Paris?!" Um terceiro se gabava de vender em sua loja na rua do Ouvidor, por cem mil-réis, roupas que lhe custavam cinco francos. Furto? Nunca! Afinal, ele se arriscava a viver num país onde grassava a febre amarela, os mosquitos, os "negros fétidos". E, a propósito, ao explorar os negros, os "brasileiros" não os roubavam?

Apesar das críticas aos comerciantes estrangeiros, senhoras mais chiques, passaram a se pentear, não mais à portuguesa, mas, à francesa, indo ao teatro ouvir óperas cantadas por italianas, a quem os estudantes ofereciam flores, sonetos e discursos. Os meninos começavam a se educar em colégios, alguns estrangeiros, ou em academias. E não mais em casa com o tio capelão ou nas escolas de padres. Abandonava-se o comércio do português, do "marinheiro" da venda, do botequim, da quitanda, onde se adquiria bacalhau e carne-seca. O *chic* era comer à francesa, à italiana, à inglesa. A gente brasileira saía vagarosamente do campo, para a cidade. Recusava o antigo para adotar o novo.

Os mal-humorados da primeira metade do século XIX só enxergavam nos homens das novas gerações defeitos e fraquezas, imitações ridículas de europeus, dentes postiços, desrespeito aos mais velhos. Cronistas dos tempos coloniais se perguntavam, indignados: "Onde estavam os capitães-generais do tempo dos reis de Portugal?!" Eles eram capazes de governar com firmeza as capitanias, ao passo que as províncias, agora, eram governadas por "criançolas saídas da faculdade de direito".

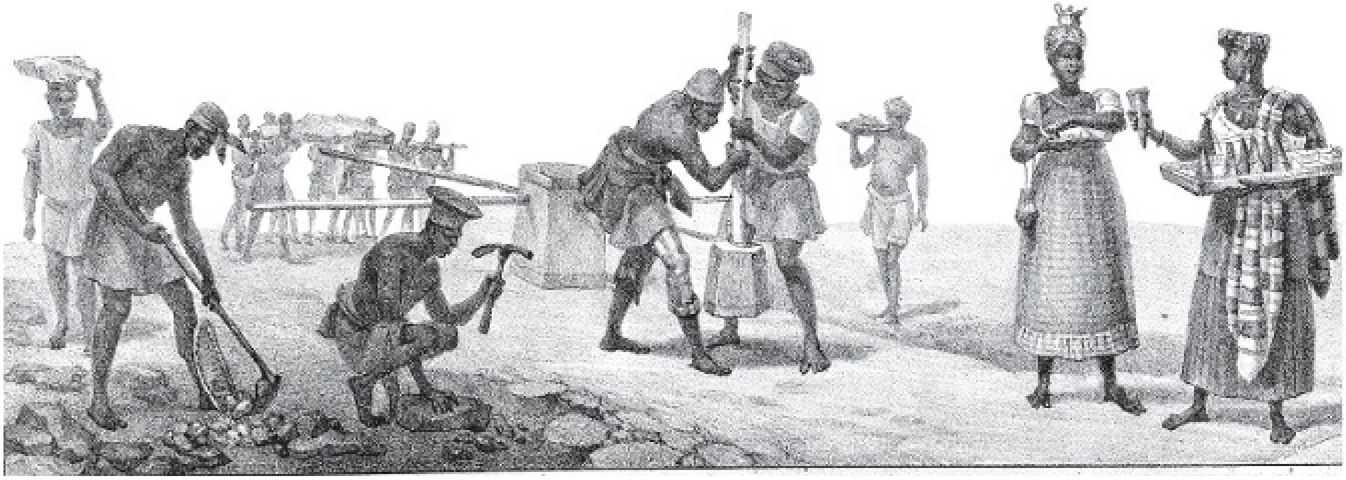
Revistas como *O Progresso*, de 1846, questionavam por que "mancebos de famílias pobres", em vez de aprenderem ofício de alfaiate, pedreiro e carapina, dominados por imigrantes, continuavam em "empreguinhos públicos". Os técnicos e os produtos estrangeiros triunfavam… Só não podiam imaginar que operários negros e mulatos rapidamente absorveriam seus saberes, tornando-se, como bem disse o viajante Debret, "rivais de seus mestres".

O filho de um comerciante inglês, nascido em Portugal, Henry Koster, senhor de engenho, observou o mesmo fenômeno de mobilidade social em Recife. Em Pernambuco também, os mulatos seriam excelentes mecânicos, capazes de exercer vários ofícios. Não tinham ainda alcançado o lugar dos senhores de engenho ou dos grandes mercadores, mas, "tinham acumulado consideráveis somas de dinheiro e possuíam muitos escravos, a quem ensinavam seu próprio ofício". Enquanto viajantes estrangeiros observavam o crescimento da influência francesa na importação de modas, nos artigos de fantasia e de decoração, notavam também que, entre as 54 modistas francesas instaladas no Rio de Janeiro, em 1821, não eram poucas as negras livres que, graças ao “seu talento”, não apenas trabalhavam com tais profissionais, mas conseguiam “imitar muito bem as maneiras francesas, trajando-se com rebuscamento e decência”.

*Pavimentação urbana: um trabalho de escravos.*

FRÈRES, Thierry. *Paveurs*: Marchande d’atacaca. 1835.
BIBLIOTECA NACIONAL.

Como se vê, nessa época de mudanças, um personagem importante invadiu a cena: o mulato. Em seu clássico *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre foi dos primeiros a observar o fenômeno: uma força nova e triunfante. Segundo Freyre, o mulato vinha se constituindo em elemento de diferenciação da sociedade rural e patriarcal no universo urbano e individualista. Ele estaria se integrando, ou melhor, se acomodando, entre os extremos: o senhor e o escravo. A urbanização do Império, a fragmentação das senzalas em quilombos, o crescimento de alforrias e a inserção nos cargos públicos e na aristocracia de toga deram, sem dúvida, maior visibilidade aos mulatos, aos “morenos”.



Nos jornais, notícias e avisos sobre “Bacharéis formados”, “Doutores” e até “Senhores estudantes” anunciaram, desde os primeiros anos do século XIX, o poder novo daqueles que agiam e se expunham em becas escuras. “Trajes de casta capazes de aristocratizar” seus portadores, diz Freyre. Muitos não dispunham de protetores políticos para chegar à Câmara nem para subir à diplomacia. Muitos estudaram ou se formaram graças “ao trabalho de uma mãe quitandeira ou um pai funileiro”. Outros se casavam com moças ricas ou de famílias poderosas. Mas eram visíveis em toda a parte.

É o mesmo Gilberto Freyre quem conta o exemplo de José da Natividade Saldanha, bacharel mulato e protagonista de uma história surpreendente. Filho de padre, Saldanha estudou para sacerdote no Seminário de Olinda, mas rebelou-se contra o Seminário. Durante a Revolução Pernambucana, em 1817, ele deixou a cidade com os familiares e rumou para Coimbra, a fim de continuar os estudos. Na volta ao Recife, se insurgiu contra d. Pedro I e sua constituição. Foi eleito secretário do governo de Manoel de Carvalho Paes de Andrade e encontrava tempo para escrever relatórios sobre a revolução, pensando em deixar para a posteridade as informações do acontecido. Com a derrota dos insurretos, Natividade Saldanha fugiu.

Na primeira tentativa frustrada de refugiar-se na França, perdeu o navio e escondeu-se novamente em Olinda. O cônsul americano James Hamilton Bennett o ajudou na fuga para Filadélfia, Estados Unidos, onde sofreu discriminação, por ser mulato. Viajou, então, para a França, e lá conseguiu um passaporte português. Sob perseguição do governo brasileiro, ele foi expulso do país pela polícia local. Foi à Inglaterra e, de lá, à Venezuela, onde sofreu privações. Mas, em Caracas, Natividade Saldanha acabou conhecendo o general Abreu e Lima, que o encaminhou a Simón Bolívar. Conseguiu, então, exercer a advocacia naquele país. Numa ocasião, comentou a sentença de um juiz branco, Mayer, na qual ele, Saldanha era chamado de mulato. E retrucou: "Esse tal mulato Saldanha era o mesmo que adquirira prêmios quando ele, Mayer, tinha aprovação por empenho e quando o tal mulato recusava o lugar de auditor de guerra em Pernambuco, ele, Mayer, o alcançava por bajulação."

Saldanha abandonou Caracas e foi à Colômbia pela selva, passando a residir em Bogotá, onde ensinou Humanidades. Soube, então, que tinha sido condenado à morte por enforcamento no Brasil. Tomando conhecimento de que um antigo amigo exercia atividade no tribunal que o condenou, enviou-lhe uma procuração nos seguintes termos:

> Pela presente procuração, por mim feita e assinada, constituo por meu bastante procurador na província de Pernambuco o meu colega dr. Thomaz Xavier Garcia de Almeida, para em tudo cumprir a pena que me foi imposta pela Comissão Militar, podendo este morrer enforcado, para o que lhe outorgo todos os poderes que por lei me são conferidos.
>
> Caracas, 3 de agosto de 1825.
>
> *José da Natividade Saldanha*, bacharel em Direito Civil pela Universidade de Coimbra.

Outro mulato, o advogado Felipe Nery Colaço, nascido em Pernambuco em 1813, era formado em direito pela faculdade de Recife e curioso de engenharia. Lente de língua inglesa no Ginásio Pernambucano, destacou-se pelo "gabinete técnico de engenharia" que estabeleceu na capital da província. Como ele, enfatiza Freyre, surgiram na primeira metade do século XIX, mestiços hábeis, cujas qualidades foram sendo valorizadas e aproveitadas. O médico Tiburtino Moreira Prates, autor de uma interessante tese de medicina apresentada à Faculdade da Bahia, *Identidade da espécie humana*, fazia em 1846, a defesa de negros e mulatos:

> Todo o mundo conhece os obstáculos que se opõem ao negro que intenta dedicar-se à carreira das letras, ainda sem falar da falta de meios pecuniários, pois que essa raça é a

> mais pobre de nosso povo. Mas, apesar disso, temos muitos exemplos de negros que se têm mostrado muito aptos para a cultura das ciências, das letras e das belas-artes; temos visto em concursos públicos disputarem e obterem a coroa do professorado.

E em relação aos mulatos:

> Uma outra classe ludibriada até pelos seus próprios progenitores é a dos mulatos, cuja inteligência tem sido muitas vezes amesquinhada por homens dominados por preconceitos. […] Apesar de alguma rivalidade que há ainda entre brancos e mulatos, estes, ou pela grande parte que tiveram na luta de nossa Independência ou por seu número predominante, ou pelo que quer que fosse, no Brasil, gozam de consideração e podem elevar-se a altos lugares quando a fortuna os ajuda. […] Mais de cem estudantes frequentam a Escola de Medicina: a metade são incontestavelmente mulatos.

No mesmo sentido, manifestava-se na época, certo M.P.A de Lisboa em suas *Notes sur la race noire et la race Mulâtre au Brésil*: “Au Brésil, dans toutes les classes de la société, parmi les jurisconsultes ainsi que parmi les médecins, chez les hommes qui s’occupent de la politique du pays comme chez les hommes de lettres, on remarque des mulâtres d’un talent, d’un esprit, d’une perspicacité et d’une instruction qui leur donnent beaucoup d’importance et d’ascendance.”[1]

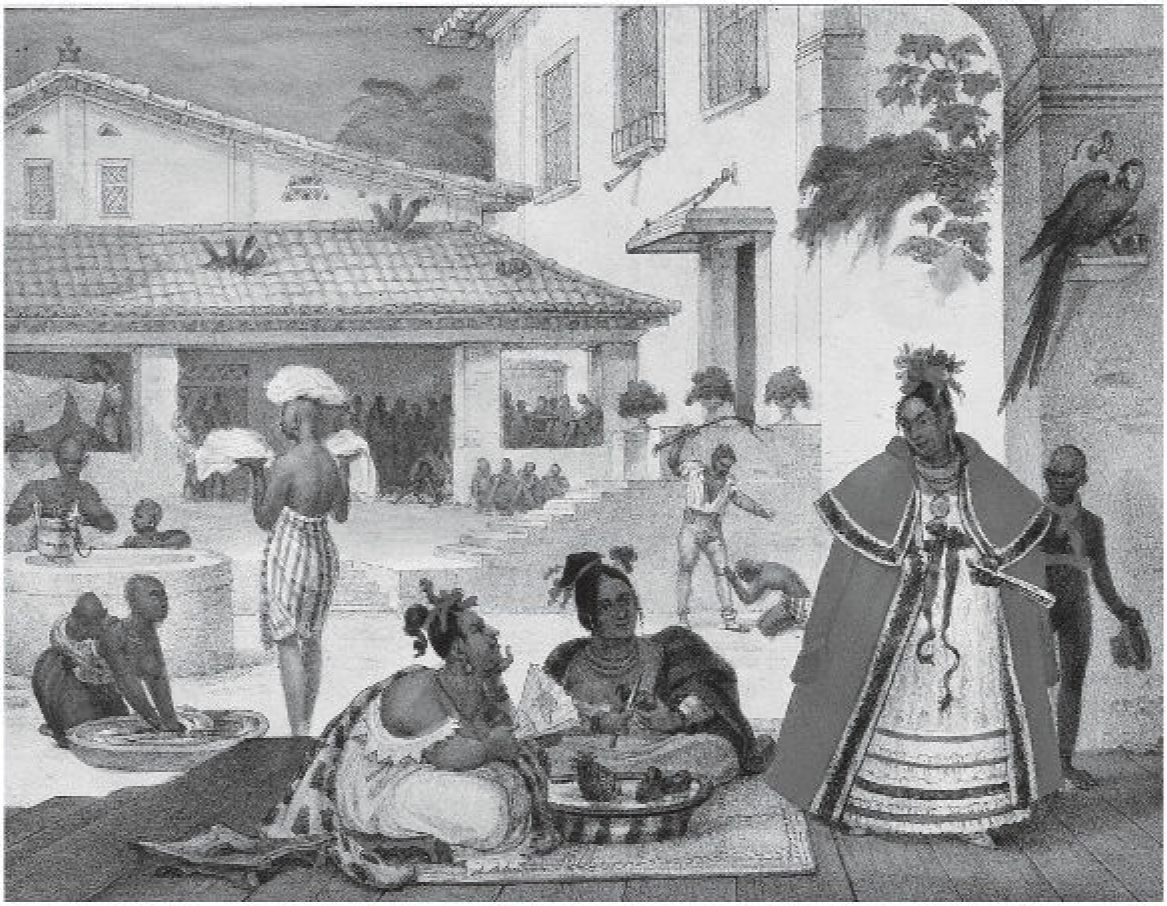
O que era endossado pelo geógrafo francês Élisée Reclus, em artigo publicado na *Revue des Deux Mondes*: “Quelques-uns montent de grade et com-mandent à des blancs restés leurs inférieurs; d’autres s’adonnent aux professions libérales et deviennent avocats, médecins, professeurs, artistes.”[2]

A valorização do negro ou do mulato não deixou de fora os homens de cor com menos estudos que seus contemporâneos, porém com igual autoestima. Esse foi, por exemplo, o caso de Agostinho José Pereira, que fundou em Recife, em 1846, a seita do Divino Mestre. Tinha cerca de trezentos seguidores e chamou a atenção das autoridades por ter elaborado um ABC. Os ABC – versos que se iniciam pelas letras do alfabeto, facilmente retidos na memória – eram comuns na tradição popular. O ABC de Pereira é o mais antigo manifesto de que se tem notícia, contestando a dominação racial branca. Com um detalhe: seu autor se intitulava “moreno”.

A linda Nobre cor morena
Degradou no Brasil
Há mais de 300 anos
Muito breve terá fim

Brada o Deus e geme a terra
De ver tanta ingratidão
Que fazem com que os morenos
Tendo tanta estimação
Como nação poderosa
Desde o princípio do mundo
Gozavam da liberdade
Com o prazer mais profundo
Herdeiro desta natureza
De digna estimação
Desta nobre cor morena
O primeiro foi Adão.

Conta o historiador Marcus J. M. de Carvalho que Agostinho, considerado dissidente da igreja católica, foi julgado como “cismático”. Afinal, em interrogatório, reconhecia que seu cristianismo era diverso do da igreja católica, pois não acreditava nos sacramentos, nem em santos, que para ele eram meras estátuas. Em seus versos cantava que a “escravidão da linda cor morena” chegaria em breve ao fim, depois de mais de trezentos anos. Encarnando o Divino Mestre, tendo ao lado uma “Madalena”, sua esposa, pregava que não só Adão, mas Moisés, Abraão e Cristo eram morenos. Acusava a hipocrisia da política imperial, “pois juraste uma constituição que só pede gente livre e nós na escravidão”. Literalmente, dizia da classe senhorial: “Fácil é serem sujeitos de quem já foram senhores”. E tudo voltaria a ser como deveria antes, pois “no princípio do mundo, os reis eram morenos”.



*O interior da casa de ciganos.*

FRÈRES, Thierry. *Intérieur d’une habitation de ciganos*. 1835.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME DEUXIÈME. P. 26.

O Divino Mestre amargou 37 dias de prisão e, depois de solto, ele e seus seguidores, em sua maioria negros libertos e livres, passaram a ser perseguidos pela população católica. Para a polícia pernambucana, contudo, a seita era apenas uma desculpa para organizar mais uma revolta. Essa foi mais uma das manifestações que prepararam a já comentada Revolução Praieira, de 1848.

Na Bahia, Adolphe d’Assier assistiu aos festejos do 2 de julho, data em que a província comemorava o aniversário da Independência. Nunca assistira a um “regozijo tão franco”, confessou. Tropas de jovens negros espalharam-se pelas ruas com bandeiras, tochas e música. Cantos misturavam-se a gritos patrióticos, enquanto foguetes iluminavam os céus. Longas colunas de homens livres com seus uniformes da Guarda Nacional, segundo ele, negros, que “vestiam o traje português e marcavam o passo com a dignidade de homens livres que conhecem sua independência”, enchiam as ruas, seguidos dos “Caixeiros Nacionais”, identificados por grandes letras na faixa passada no peito. Eram os jovens mulatos empregados no comércio.

Notável história de sucesso foi a de Antônio Ferreira Cesarino, intelectual negro, fundador de um colégio frequentado pelas filhas da elite branca cafeicultora e assim descrito por um artigo no jornal *Diário de Campinas*, em 1889: “Alto, acostado a um bengalão, tinha o rosto comprido, ornado da tradicional barba moldura […] que ficou sendo o tipo de classe nos altivos burgueses do Porto. Seus grandes olhos eram pensativos, rasgada a boca, lentos os passos, ligeiramente vergado ao peso de seus honrados janeiros.” Nascido na Vila de Paracatu do Príncipe, órfão de mãe e filho de um tropeiro, foi levado pelo pai para Campinas onde se tornou agregado, e, ao deixar a fazenda onde trabalhava, carpinteiro, músico e alfaiate. Não se sabe onde aprendeu a ler e escrever, mas depois de se casar com Balbina Gomes da Graça, abriu o Colégio Perseverança. A 10 de março de 1860, a pujante cidade ganhava uma escola na rua do Comércio. Os conteúdos ali ministrados eram variados e impressionaram o imperador d. Pedro II que o visitou: “é conceituado”, anotou sobre a instituição em seu diário.

Em 1865, já contava 44 alunas, muitas delas, segundo documentos, “bem-nascidas”. Vagas, porém, eram reservadas a estudantes pobres, órfãs e negras. As três filhas do casal eram aí professoras: Amância, Bernardina e Balbina. O sucesso do instituto foi tão grande, que permitiu a Cesarino se tornar comerciante e abrir uma loja de fazendas finas e grossas.

Outra trajetória marcante foi a de Rufino José Maria. Nascido no antigo reino africano de Oyo, foi escravizado na adolescência e levado para Salvador. Depois de ter obtido alforria, foi cozinheiro assalariado de navios negreiros, tornando-se alufá, na maturidade: uma espécie de guia espiritual da comunidade de negros muçulmanos no Recife. Rufino tornou-se também traficante e dono de escravos, alimentando a mesma máquina de exploração que o vitimara. Ele trocava cativos por caixas de marmelada. No percurso transatlântico aprendeu a ler e escrever e cultivou a religião segundo as regras do Alcorão, praticando-a no Império do Brasil.

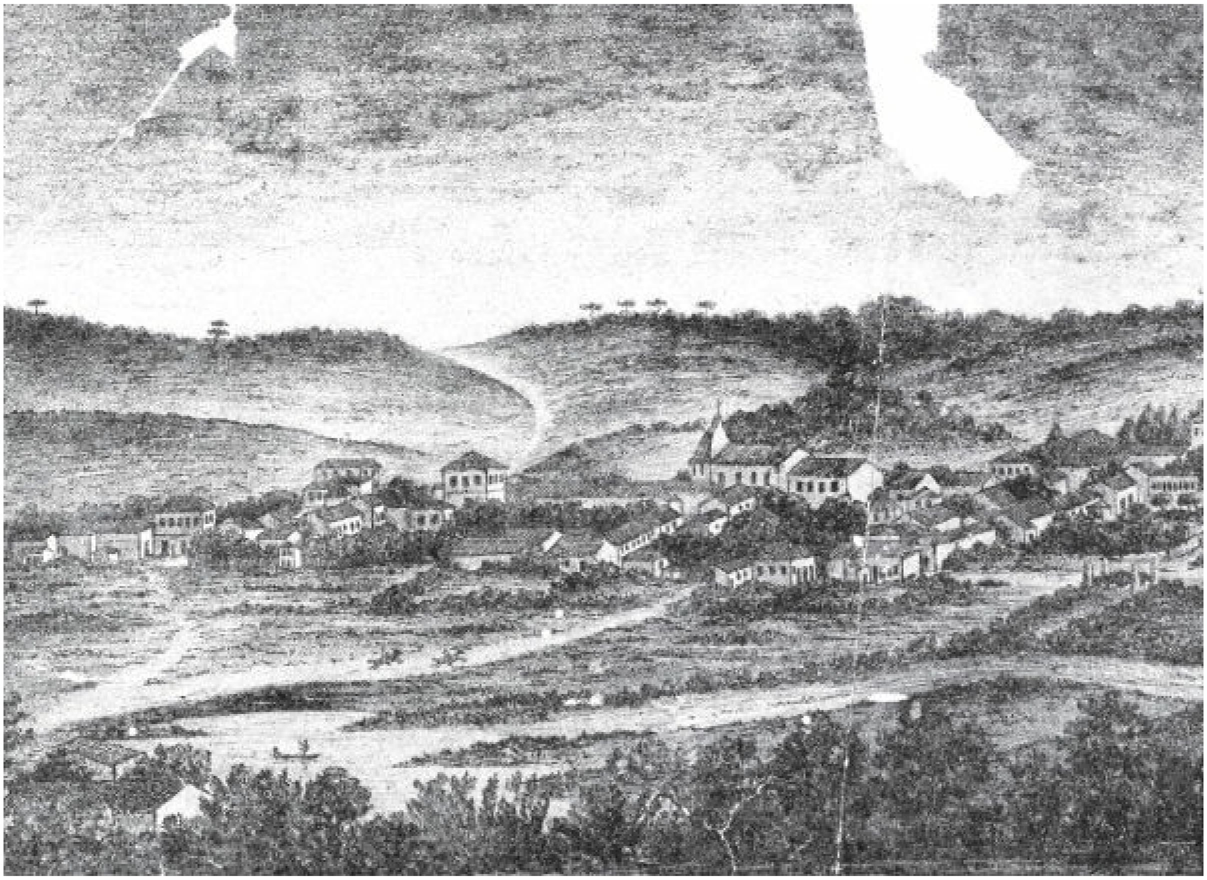
O movimento abolicionista tinha figuras emblemáticas, como José Mariano, branco e dono de engenho, compadre e amigo de capoeiras célebres e de mulatos e pardos republicanos. Protetor do grande capoeirista Nicolau do Poço da Panela, Mariano gostava de viver longe dos sobrados recifenses de dois andares e de comer sarapatel e mungunzá nos quiosques de pé de ponte, conversando com toda a gente do povo.

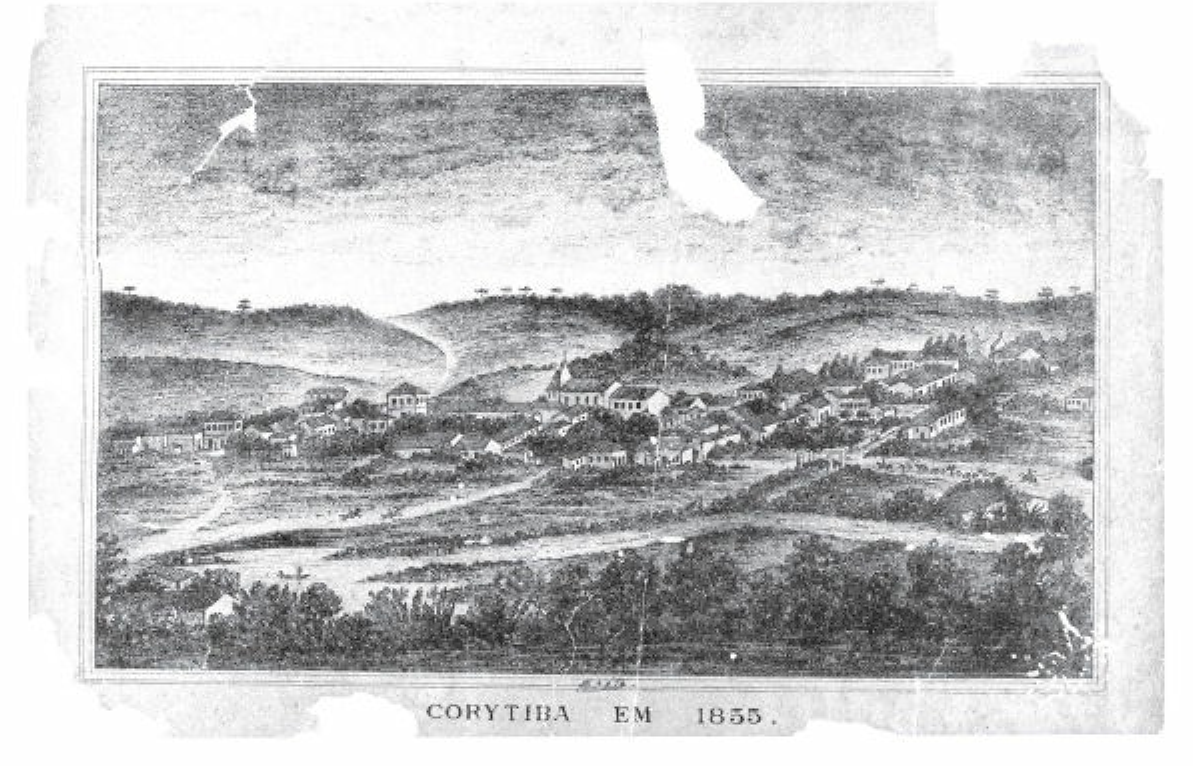
Em Recife, havia muitos mocambos perto de sobrados de azulejo. E havia muita negra catimbozeira, fazedora de mandingas, morando lado a lado de irmãos do Santíssimo Sacramento, alguns com horror a feitiço, outros recorrendo às sabenças dessas curandeiras para tratar dos males do corpo e da alma. Nas águas “democráticas” do Capibaribe, no bairro de Apipucos, mergulhavam brancos, negros, mulatos e pardos, sem distinção.

Além dos “morenos”, havia as “morenas”. Hoje, os historiadores sabem que, para algumas mulheres, as relações de poder não eram tão negativas. Cativas se destacaram na aquisição de alforrias e, libertas, na aquisição de bens. Em testamento, inúmeros homens livres legitimaram os filhos tidos com escravas ou libertas ou os instituíram como seus herdeiros. Mais interessante é o papel das próprias mulheres livres ou libertas na mobilidade social de outras mulheres. Em todas as províncias do Império se viram casos de homens que dotaram seus filhos e companheiras com toda a sorte de bens: de dinheiro a terras, de escravos a casas e a negócios.

Essas, por sua vez, libertavam e ajudavam filhas, mães, comadres, dependentes e suas próprias escravas, beneficiando-as, em seus testamentos, com bens que lhes garantissem um mínimo de conforto e tranquilidade. Não faltaram pedidos de separação, motivados pela relação estável de senhores com suas escravas ou mulheres de cor.

Além disso, houve as que enriqueceram por conta própria graças às suas competências e sua inteligência. Caso das riquíssimas negras Mônica da Costa Ferreira e Teresa de Jesus de Sousa, oriundas da Costa da Mina, ambas à frente do aluguel de casas ou de redes de negócios, moradoras de casas-grandes com extensos quintais, em bairros abastados de Recife. Ou, então, Rosa, do Ó Freire, que comprou sua liberdade vendendo doces, e, depois, se tornou senhora de nove escravos de ganho, de quem recebia diárias. O francês Biard viu uma dessas forras ricas numa cadeirinha forrada de chita azul, sem querer deixar passar outra cadeirinha: "– A mulata primeiro!" E tome de gritar com seus escravos!




CORYTIBA EM 1855.

*“Corytiba” em 1855, capital do recém-independente Paraná.*

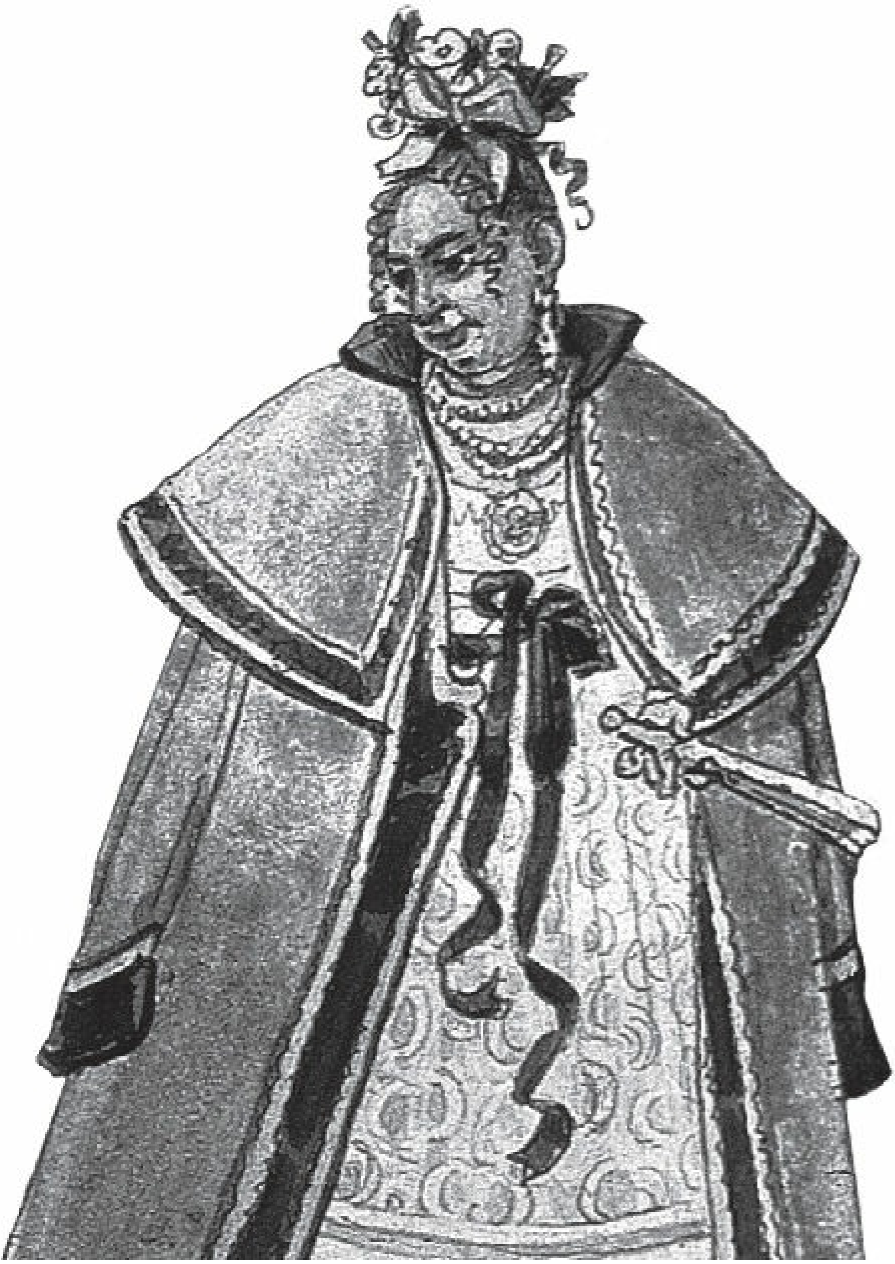
*Corytiba em 1855*, séc. XIX.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

A ascensão das mulatas também pode ser observada nos Compromissos de Irmandades onde ocupavam cargos importantes nos conselhos dirigentes. Em Goiás, por exemplo, não só construíram igrejas como a de Nossa Senhora da Boa Morte ou de Nossa Senhora da Conceição, mas também faziam doações de ouro e cera para velas, doações aos pobres ou para festas dos santos protetores. Na Irmandade da Natividade, na mesma cidade, são inúmeras as “morenas” que aparecem em cargos altos como “rainhas” ou “juízas”, todas com suficientes recursos financeiros para exercer sua função. A africana Joana Maria de Assunção fez uma doação tão grande à irmandade que foi homenageada como “rainha perpétua”.

Houve até escravas que, depois de forras, tendo herdado bens deixados por seus senhores, os multiplicaram e os devolveram. Foi o caso da escrava Senhorinha Constância da Rocha, beneficiada no testamento de dona Antônia da Rocha – cujo nome adotou – como herdeira de uma morada de casas e de uma escrava. Em Mariana, Minas Gerais, ela frequentava as missas “vestida de capote, vestido e lenço de seda”. Senhorinha multiplicou o número de cativos por procriação, e, ao morrer, 27 anos depois, sem filhos, deixou seus bens, inclusive mais escravos, para o futuro barão de Pontal. Forros proprietários de escravos não eram uma exceção em Minas. Estudos comprovam que, em Sabará e Serro Frio, a prática era comum, desde o século XVIII.

Não faltaram as que lutaram por seus direitos nos tribunais. Senhores que “mudavam de ideia”, depois de alforriar suas cativas, ou as penhoravam, quando já alforriadas, levavam muitas às barras dos tribunais para obter legitimidade para sua condição: “justiça para viver como se de ventre livre nascera”, diz claramente o processo de certa Gertrudes Maria, quitandeira, na cidade de Paraíba. Prova de que as mulheres conquistavam, também, novos espaços de ação na sociedade escravista.

Não foi à toa que George Gardner concluiu que poucos brasileiros eram “brancos”. A mestiçagem era um fato, para além da mobilidade social, que deu a mulatos, pardos e mestiços uma grande visibilidade.



# 9. A NOVA CARTILHA AGRÍCOLA E O INÍCIO DO FIM DO "MONOCULTIVO"

Em 1858, foi publicada a 6ª edição do *Dicionário da língua portuguesa*, lançado originalmen sessenta anos antes, por Antonio de Moraes Silva. Nessa nova versão constam, pela primeira vez, os significados das palavras “modernizar” e “modernismo”. Tal inovação linguística não era produto do acaso, explica o historiador Renato Venancio. O Brasil vivenciou transformações que se tornaram fundadoras do nosso cotidiano atual. A história sofreu uma aceleração. Nossa primeira modernização não só destruiu lentamente o sistema escravista, mas, ao final do século, enterrou também o sistema monárquico.

Houve, porém, uma boa dose de ambiguidade nessa experiência, pois ela manteve intactos o sistema de acesso à terra e o modelo agrícola de monocultura exportadora. Tratou-se, portanto, de uma modernização conservadora conforme foi sublinhado por inúmeros pesquisadores. Haveria outras opções? Sim. Uma delas, que apontava para a diversificação de nossa agropecuária, chegou a se cristalizar em instituições de abrangência nacional.

Embora não fosse novidade, os encaminhamentos que levariam à diversificação agrícola ganharam fôlego redobrado no contexto da abolição gradual da escravidão, associada à crise de exportação dos produtos agrícolas tradicionais. De fato, o quadro econômico da segunda metade do século XIX era bastante prosaico. O açúcar perdeu mercado para seu congênere, produzido a partir da beterraba, e foi alvo de um brutal protecionismo fiscal por parte dos países europeus. O algodão amargou uma progressiva marginalização frente à produção norte-americana e oriental. O tabaco, por sua vez, privou-se do mercado africano, onde era utilizado como moeda na aquisição de escravos.

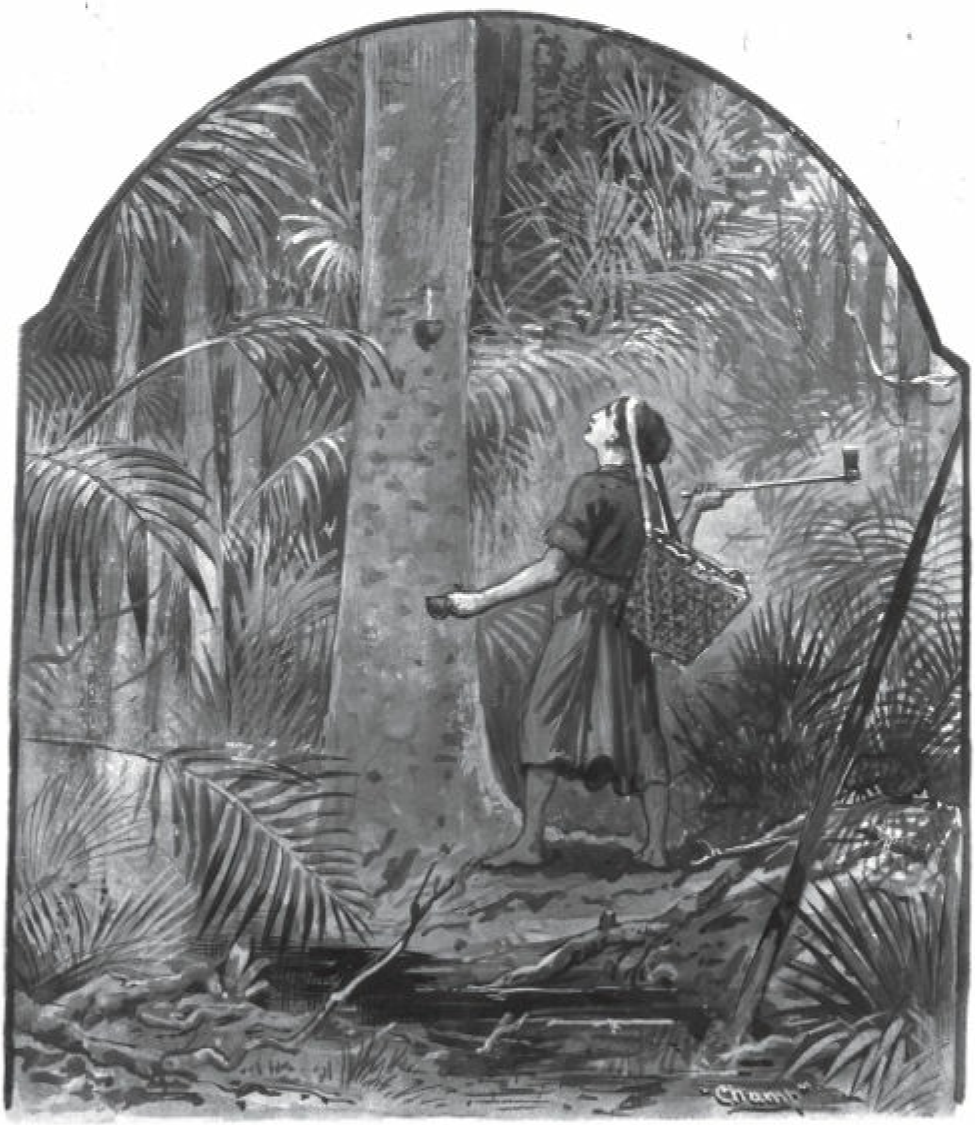
O café, embora vivendo um quadro de expansão, começou a colher os frutos dos desequilíbrios ecológicos que havia gerado. Em 1857-1858, os produtores tiveram de suportar a primeira grande crise internacional de superprodução, o que levou à imediata diminuição, com queda pela metade do preço do produto no mercado mundial. Nesse quadro nebuloso, as exceções ficavam por conta da produção da borracha – na época denominada goma-elástica – e da erva-mate. Tanto a primeira quanto a segunda expandiram-se em ritmo bem superior ao do café. Na década de 1860, inúmeros cafeicultores foram à falência devido à primeira praga das borboletinhas, cuja denominação científica é *Elachista cafleela*.

Em todos os setores pesavam, porém, riscos e incertezas. Ao contrário do período colonial, quando as variações de preços internacionais ocorriam em tempos relativamente longos, agora o mercado havia-se tornado volátil, sofrendo bruscas variações de ano para ano. Essas variações refletiam as flutuações econômicas das indústrias europeias e norte-americanas, responsáveis pelo emprego e desemprego de milhões de consumidores dos produtos agrícolas brasileiros, explica Venancio.

O reconhecimento das múltiplas crises que nossa agricultura atravessava favorecia o surgimento de uma sensibilidade aberta à policultura e à produção para o mercado interno. A par disso, havia o temor das revoltas urbanas, geradas pelo aumento dos preços dos alimentos. O grande vilão era a economia de exportação, devoradora de terras férteis e de recursos econômicos: entre os cariocas e paulistas, o café; entre os baianos e pernambucanos, o açúcar.

Mesmo fora das áreas que não ocupavam um lugar central no sistema econômico, amargavam-se maus resultados. A especialização das atividades produtivas, por exemplo, fazia seus estragos: no Paraná, maior exportador de erva-mate do Brasil, os preços dos gêneros alimentícios, em certos períodos da segunda metade do século XIX, chegaram a subir numa proporção de 200%.

Algumas regiões do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e, principalmente, de Minas Gerais conseguiam produzir alimentos suficientes para a própria população e até mesmo para abastecer outras províncias brasileiras. Noutras áreas, as próprias fazendas garantiam a autossubsistência. Em São Paulo, por exemplo, as hortas rurais dispunham regularmente de “couve, juquiri, serralha, chicória, chicorião, almeirão, agrião-d’água, mostarda, caruru, cenoura, repolho, alface, abobrinha, chuchu, maxixe, cambuquira, batata-doce, mandioca, jiló, inhame, cará e palmito”. Entretanto, a inserção desses produtos nos circuitos comerciais era precária ou nula. Tratava-se, na maior parte dos casos, de uma produção voltada para o próprio consumo, situação também registrada em relação à carne. Além daquelas provenientes de gado e de aves domésticas, havia as originárias da caça de “codornas, perdizes, mutuns, quatis, cutias, pacas, veados, antas, capivaras, catetos, porcos-do-mato, macacos, tatus, lontras, ariranhas” etc.; ou então da pesca de “cascudos, piracanjubas, dourados, bagres e lambaris”, como explica a historiadora Rosane Messias Carvalho.



*A borracha, um novo produto de exportação.*

CHAMPNEY, James Wells. *The rubber gatherer*. 1860.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
*TRAVELS IN THE NORTH OF BRAZIL*. [DESENHO 22].

A situação se complicava nas cidades. Na segunda metade do século XIX, floresciam os primeiros grandes centros urbanos brasileiros. Para mencionarmos dois exemplos, basta lembrar que a capital carioca, entre 1872 e 1920, teve sua população urbana passando de 228 mil para 790 mil habitantes, segundo Maurício Abreu. A capital paulista registrou, no mesmo período, um crescimento ainda mais vertiginoso, indo de 23 mil habitantes para cerca de quatrocentos mil. Nem sempre as linhas de abastecimento interno acompanharam o ritmo desse crescimento, gerando o que na época se denominava carestia – o aumento generalizado nos preços dos alimentos.

As revoltas diante dessa situação eram antigas. Elas ocorreram no período colonial e atravessaram o Império. Durante a noite de 28 de fevereiro de 1858, Salvador, na Bahia, foi palco de uma delas. Uma multidão saiu às ruas protestando contra a alta dos preços dos alimentos. Aos gritos de “queremos carne sem osso e farinha sem caroço”, os rebeldes ocuparam a praça principal, enquanto outros grupos invadiram o Paço da Câmara e apedrejaram o palácio do governo. A repressão foi violenta, registrando-se “elevado número de feridos, na sua maioria atropelados pelos companheiros em fuga”. O movimento foi batizado pelos jornais da época como Revolução dos Chinelos, pois, ao “que dizem, naquela noite e na manhã seguinte, a praça e adjacências estavam coalhadas de chinelos”, como conta Manoel Pinto de Aguiar. Embora irônicas, as matérias jornalísticas alertavam para o fato de que a urbanização tornara potencialmente mais ameaçadoras as revoltas contra a carestia.

Portanto, diversificar a agricultura era uma questão de sobrevivência, não somente econômica como também política. A defesa desse projeto tinha raízes profundas. Em fins do século XVIII, a diversificação foi pioneiramente praticada pelos Jardins Botânicos, cuja finalidade principal consistia na aclimatação de plantas exóticas ou no aprimoramento dos conhecimentos das espécies nativas. Em que pesem os esforços realizados – como, por exemplo, a luta pela divulgação da lavoura do chá, havendo inclusive a importação de trabalhadores chineses, especializados em seu cultivo –, esses estabelecimentos raramente sobreviveram.

Exemplo disso foi o Horto Botânico da cidade de São Paulo, criado por lei em 1799, sua efetivação só ocorreu em 1825. De pequeno porte e contando com poucos recursos, a instituição paulistana encerrou suas atividades em 1838, tendo de esperar até 1896 para que fossem feitos novos esforços em prol de sua recriação. Na metade do século XIX, surgiu uma nova onda de instituições voltadas para a renovação de nosso mundo agrícola. A primeira delas foi o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Criado em 1860, o novo ministério – inicialmente definido como Repartição – contou com poucos recursos. Ainda assim registram-se esforços, embora tímidos, em prol da diversificação dos cultivos. Tendo em vista o poder dos interesses agrários e a própria sobrevivência das finanças do Estado – muito dependente dos recursos advindos dos impostos sobre as exportações –, não é de estranhar a grande preocupação governamental em introduzir melhoramentos na lavoura tradicional, como sublinhou José Murilo de Carvalho. Assim, em seu primeiro relatório, o ministro da Agricultura declarou: “Continuou também a fazer-se a distribuição de mudas de café, e de cana-de-açúcar, vindas das ilhas Maurício, e da Reunião, pelos lavradores das províncias de Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Ceará”.

Paralelamente registraram-se tentativas de divulgação de novas lavouras e plantações. Após quinze anos de funcionamento, foi feita uma listagem das espécies introduzidas ou promovidas pelo ministério. Para atender às “requisições dirigidas de muitos pontos do Império”, importaram-se eucaliptos da Austrália; da França vieram semente de trigo e mudas de oliveiras, espalhadas entre agricultores de Santa Catarina e Minas Gerais; da ilha da Madeira importaram-se videiras, tendo sido enviadas “para São Paulo mudas das melhores espécies”. Provenientes do Uruguai e da Argentina vieram sementes de alfafa, distribuídas em várias partes do território brasileiro como revela um Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e

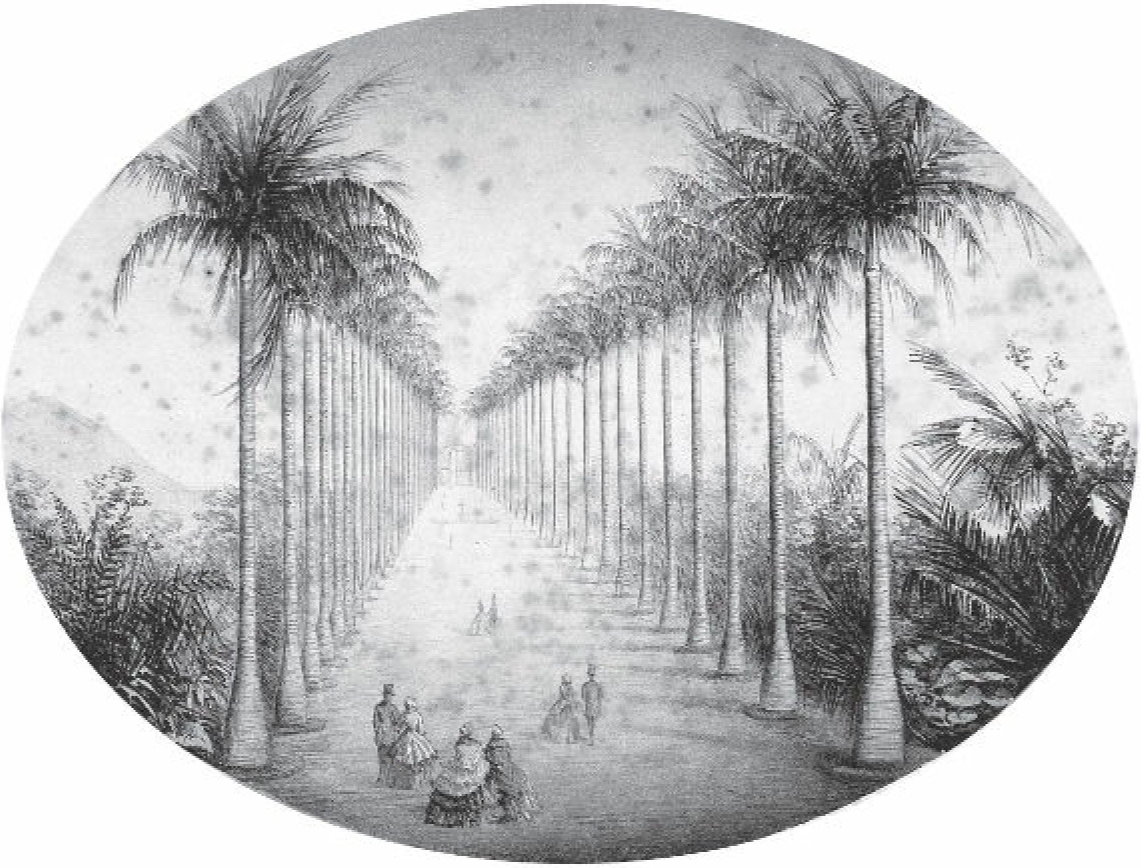
Obras Públicas de 1861. Via-se aí, uma atitude ambígua frente à policultura. A diversificação dos plantios era acompanhada pela expectativa do surgimento de um novo produto de exportação, de uma nova monocultura, rival à lavoura cafeeira.

As preocupações não incidiam apenas sobre a agricultura, pois como demonstrou Renato Venancio, a pecuária foi igualmente alvo de preocupações por parte do Ministério da Agricultura do Império. A questão central era a da degeneração das raças bovinas. Tratava-se de um temor comum às Américas e baseava-se na constatação de que, entre os séculos XVI e XIX, a maior parte do gado local havia sido criada em estado selvagem. Eram, na poética expressão de época, "bois ao vento", largados nos campos e depois abatidos por meio da caça. O problema é que se abatiam os animais de maior porte. Em longo prazo, o gado inferior tendia a prevalecer, dando origem a um rebanho pé-duro, que, no início da República, era alvo de uma intensa zebufobia. As vacas ao vento também geravam problemas. A produção leiteira ficava gravemente comprometida. Uma ordenha, quando bem-sucedida, podia depender de dois ou três trabalhadores para imobilizar o animal.

Diante dessa situação, o Ministério da Agricultura defendia a criação de fazendas-modelo. Defendia, também, leis que isentassem "dos direitos de tonelagem" os navios importadores de gado de "raças aperfeiçoadas". Mais uma vez, porém, a força da tradição prevaleceu. Somente em alguns poucos lugares o uso de cercas começou a se generalizar. Por isso mesmo, as avaliações ministeriais eram quase sempre pessimistas: "É fora de dúvida que as raças cavalares, bovinas e as de outros animais que se prestam ao serviço de transporte, aos diversos misteres da agricultura, ou fornecem-nos a base da alimentação, vão degenerando até nas províncias que mais se distinguiam pelo desenvolvimento da indústria pastoril."

Importavam-se também carneiros dos Estados Unidos e da Argentina, distribuídos entre pecuaristas do Paraná e de Minas Gerais. E a lista de novos animais introduzidos não para por aí. Eis o que lemos no relatório de 1873:

> O Governo tem procurado contribuir para que os criadores de gado apliquem sua atenção ao melhoramento das raças animais de que cura aquela indústria. Por sua conta têm sido importados cavalos árabes, dromedários do Egito, carneiros das raças Negretti e Rambouillet, cabras, alpacas, lhamas, e distribuídos a pessoas que pareciam idôneas para tratá-los e promoverem, em benefício da indústria nacional, a generalização daquelas proveitosas espécies.



*Jardins botânicos: locais de pesquisa e lazer.*

SISSON, Sébastien Auguste. *O Jardim Botanico*. [18--].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: *ÁLBUM DO RIO DE JANEIRO MODERNO.* [GRAVURA 3].

Exemplo disso foi a já mencionada e frustrada tentativa de adaptação de dromedários no semiárido nordestino. A medida era defendida desde 1837, quando o presidente de província do Ceará aprovou uma lei mandando vir das “Canárias ou do Egito, por Gibraltar, dois casais de camelos”. Também denominados camelos-árabes, tais animais têm enorme resistência e força física, sendo capazes de carregar entre 150kg e 300kg. Além disso, se deslocam com facilidade em terrenos montanhosos. Sua carne e leite são bastante nutritivos. A lã e o couro, excelentes. Nem mesmo sua gordura é destituída de utilidade, podendo ser empregada para iluminação. Não bastasse isso, o uso dos dromedários no trabalho agrícola era corrente em algumas regiões da Espanha e Itália. No Novo Mundo, registrava-se seu uso no Peru, Jamaica, Bolívia e Cuba. No estado norte-americano da Virgínia, as primeiras experiências envolvendo sua aclimatação datam do século XVIII.

# FALLA

QUE RECITOU

O PRESIDENTE DA PROVINCIA DA BAHIA,

O DESEMBARGADOR CONSELHEIRO

FRANCISCO GONÇALVES MARTINS,

N'ABERTURA

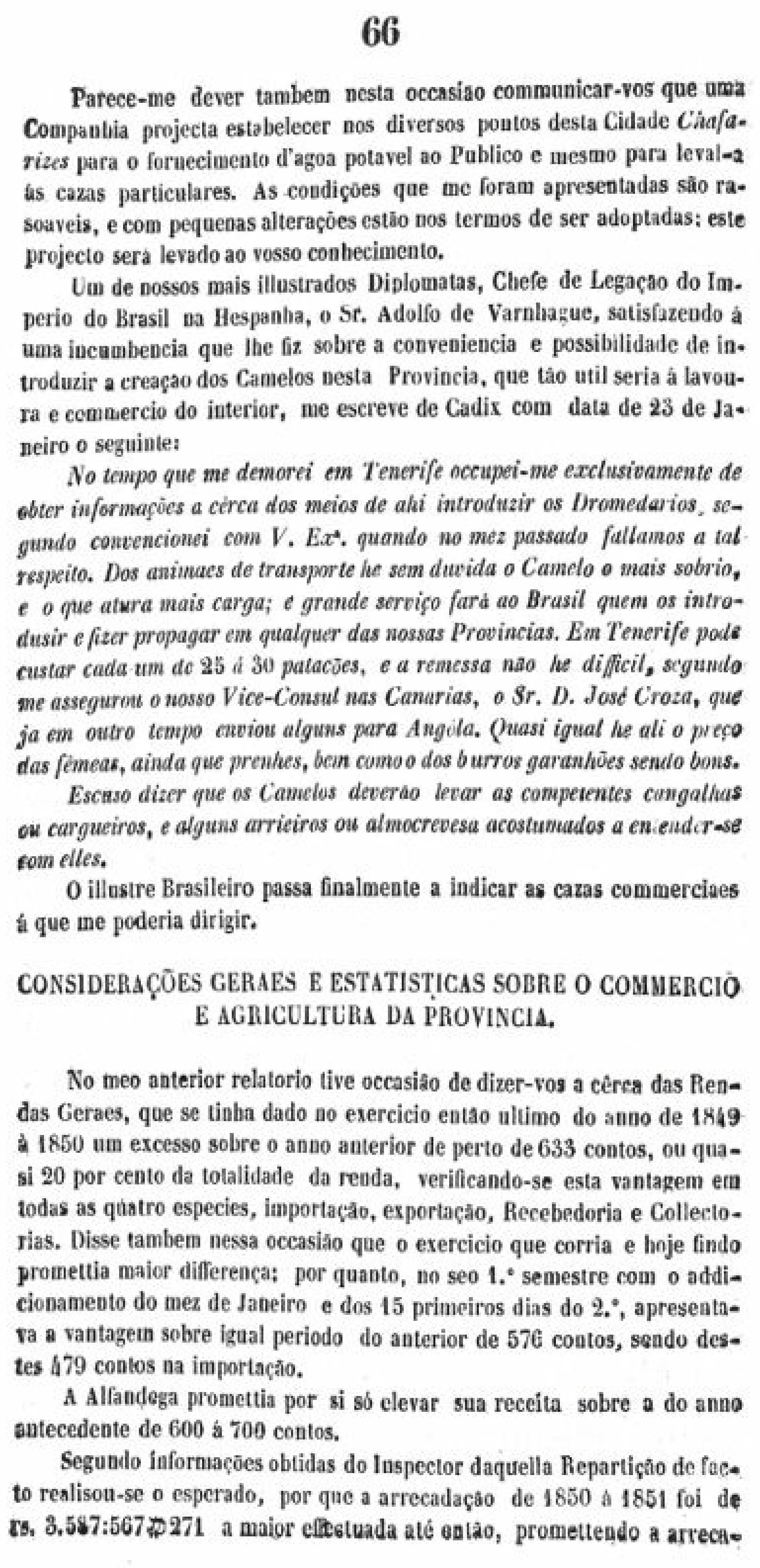
DA

# ASSEMBLÉA LEGISLATIVA

DA MESMA PROVINCIA,

NO 1. DE MARÇO DE 1852,

BAHIA.
TYPOGRAPHIA CONST. DE VICENTE RIBEIRO MOREIRA,
RUA DO TIJOLO CAZA N.° 10.
—
1852.



Parece-me dever tambem nesta occasião communicar-vos que uma Companhia projecta estabelecer nos diversos pontos desta Cidade *Chafarizes* para o fornecimento d'agoa potavel ao Publico e mesmo para leval-a ás cazas particulares. As condições que me foram apresentadas são rasoaveis, e com pequenas alterações estão nos termos de ser adoptadas; este projecto será levado ao vosso conhecimento.

Um de nossos mais illustrados Diplomatas, Chefe de Legação do Imperio do Brasil na Hespanha, o Sr. Adolfo de Varnhague, satisfazendo á uma incumbencia que lhe fiz sobre a conveniencia e possibilidade de introduzir a creação dos Camelos nesta Provincia, que tão util seria á lavoura e commercio do interior, me escreve de Cadix com data de 23 de Janeiro o seguinte:

*No tempo que me demorei em Tenerife occupei-me exclusivamente de obter informações a cêrca dos meios de ahi introduzir os Dromedarios, segundo convencionei com V. Ex.ª quando no mez passado fallamos a tal respeito. Dos animaes de transporte he sem duvida o Camelo o mais sobrio, e o que atura mais carga; e grande serviço fará ao Brasil quem os introdusir e fizer propagar em qualquer das nossas Provincias. Em Tenerife pode custar cada um de 25 á 30 patacões, e a remessa não he difficil, segundo me assegurou o nosso Vice-Consul nas Canarias, o Sr. D. José Croza, que ja em outro tempo enviou alguns para Angola. Quasi igual he ali o preço das fêmeas, ainda que prenhes, bem como o dos burros garanhões sendo bons.*

*Escuso dizer que os Camelos deverão levar as competentes cangalhas ou cargueiros, e alguns arrieiros ou almocrevesa acostumados a entender-se com elles.*

O illustre Brasileiro passa finalmente a indicar as cazas commerciaes á que me poderia dirigir.

## CONSIDERAÇÕES GERAES E ESTATISTICAS SOBRE O COMMERCIO E AGRICULTURA DA PROVINCIA.

No meo anterior relatorio tive occasião de dizer-vos a cêrca das Rendas Geraes, que se tinha dado no exercicio então ultimo do anno de 1849 à 1850 um excesso sobre o anno anterior de perto de 633 contos, ou quasi 20 por cento da totalidade da renda, verificando-se esta vantagem em todas as quatro especies, importação, exportação, Recebedoria e Collectorias. Disse tambem nessa occasião que o exercicio que corria e hoje findo promettia maior differença; por quanto, no seo 1.º semestre com o addicionamento do mez de Janeiro e dos 15 primeiros dias do 2.º, apresentava a vantagem sobre igual periodo do anterior de 576 contos, sendo destes 479 contos na importação.

A Alfandega promettia por si só elevar sua receita sobre a do anno antecedente de 600 á 700 contos.

Segundo informações obtidas do Inspector daquella Repartição de facto realisou-se o esperado, por que a arrecadação de 1850 á 1851 foi de rs. 3.587:567$271 a maior effectuada até então, promettendo a arreca-

PÁGINAS 136 E 137

*Em relatórios ("fallas"), presidentes de província defendiam a criação de camelos árabes ou dromedários.*

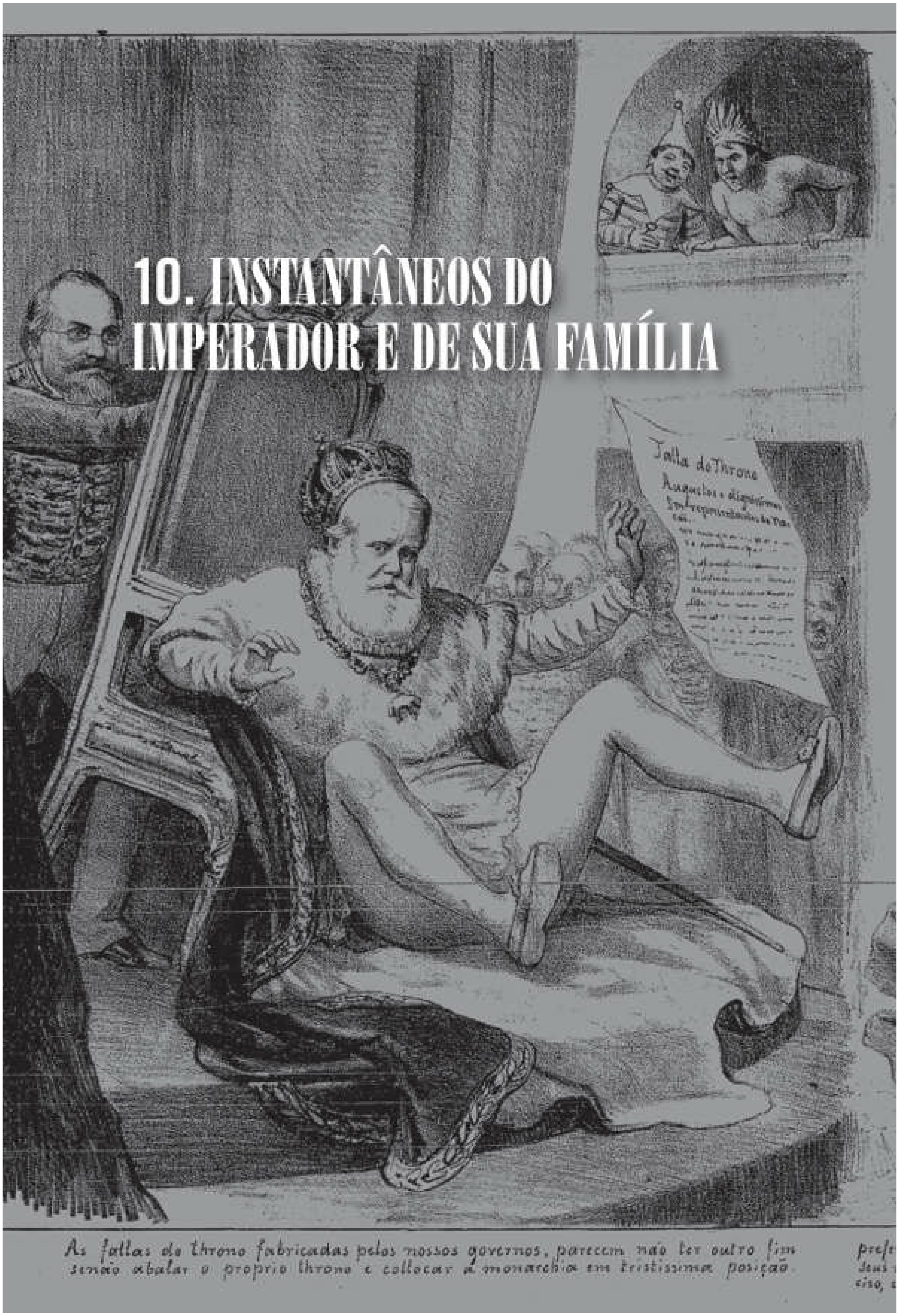
"Relatório dos trabalhos do Conselho Interino de Governo" (1823 a 1889).

Dessa forma, não havia nada de anedótico em se importar camelos. Na época, a pecuária nordestina vivia uma profunda crise, não só pelos motivos já apontados, como também pelo domínio crescente do charque gaúcho na mesa das populações litorâneas. O camelo podia ser a salvação para muitos pecuaristas, mas não foi. Por quê? Especialistas põem a culpa nos trens. O principal uso dos dromedários seria como animais de carga. A generalização das estradas de ferro teria impedido essa evolução. E os fazendeiros, como se posicionavam diante de um projeto de diversificação de nossa agropecuária? Ora, nesse meio constata-se forte apego à rotina. Para se ter noção disso, basta lembrar que os três principais produtos de exportação nos anos 1820 – açúcar, algodão e café – continuavam a ser dominantes na década de 1880; as alterações registradas diziam respeito apenas ao maior ou menor volume comercializado. O apego à tradição era, dessa forma, algo comum à maioria do mundo agrícola, mas havia exceções. A progressiva interferência do Estado, abolindo o tráfico internacional de africanos e libertando gradualmente os escravos, estimulou a organização de setores do mundo rural. Foi o caso da Lei do Ventre Livre, de 1871, que considerou livres os filhos das cativas nascidos a partir de então. Até meados do século XIX, as associações agrárias eram raras e voltadas para fins diversos, como a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia, fundada em 1832, ou a Sociedade Promotora da Colonização, de 1836.

Desde 1850, a situação se alterou e assistiu a uma intensa formação de associações rurais regionais; até 1899 foram criadas cerca de oitenta delas como demonstrou a historiadora Sonia Regina de Mendonça. Com certeza, várias dessas entidades, como os Clubes da Lavoura, abundantes na década de 1880, estavam a serviço da tradição, e defendiam arduamente o sistema escravista. Por outro lado, tais associações rurais se tornavam também espaço para discussão de inovações. Isso ocorreu em 1878, quando se realizaram dois Congressos Agrícolas, um sediado no Rio de Janeiro, outro em Recife.

O primeiro foi convocado pelo Ministério da Agricultura, e o segundo, pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Os dois congressos reuniram 566 fazendeiros, provenientes das províncias sedes, assim como de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Os resultados revelaram posturas inovadoras: “A grande maioria dos participantes desses congressos de 1878 já tinha desistido de pensar em meios de contornar as leis abolicionistas de 1850 e 1871 e reconhecia que os novos braços a ser incorporados na grande lavoura teriam de ser livres”, comenta o historiador Peter Eisenberg. Os fazendeiros também trataram de discutir uma questão, inspirada num formulário distribuído pelo Ministério da Agricultura: “Na lavoura têm-se introduzido melhoramentos? Quais? Há urgência de outros? Como realizá-los?”. Graças ao acúmulo dessas experiências – somadas às dos Comícios Agrícolas, que debateram novas formas de trabalho no campo –, surgiram condições propícias à formação de associações agrárias nacionais, como a Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura, em 1894, e a Sociedade Nacional de Agricultura, em 1897.

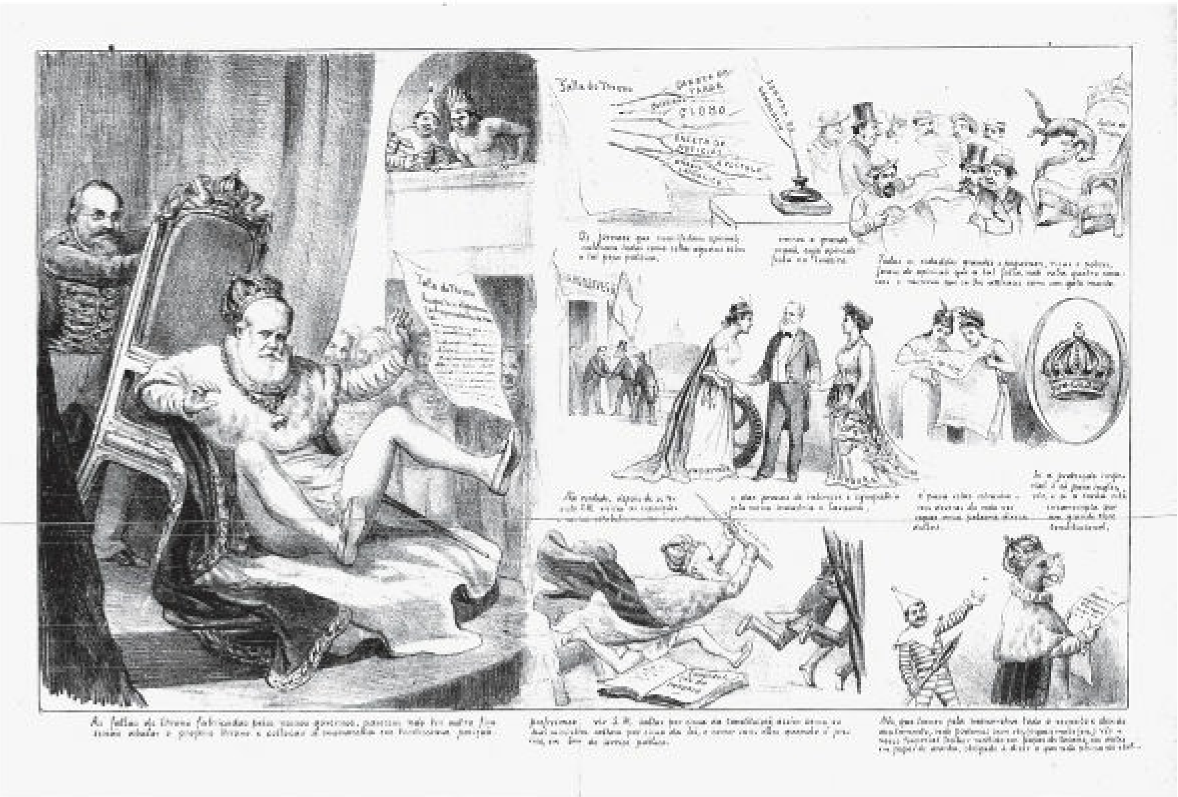
# 10. INSTANTÂNEOS DO IMPERADOR E DE SUA FAMÍLIA


Falla do Throno
As fallas do throno fabricadas pelos nossos governos, parecem não ter outro fim senão abalar o proprio throno e collocar a monarchia em tristissima posição.

Em 1850, d. Pedro II era um moço jovem e bonito, apesar da gordura que começava a se espalhar. Alto, de feições severas, modos lentos, tinha um par de olhos azuis como contas, sobressaindo num rosto muito branco. Mais ouvia do que falava, e dele emanava um sentimento de desconfiança em relação ao interlocutor. Raramente as pessoas ficavam à vontade na companhia do imperador. Podia-se resumi-lo numa única palavra: reservado. Às vezes era visto na bela baía de Botafogo tomando banho de mar com a família.

Em política, esse foi o momento da assinatura da Lei de Terras, surgida em uma época de intensas transformações sociais e políticas do Império, e primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Duas semanas antes da aprovação, em 18 de setembro de 1850, da dita Lei nº 601, o governo imperial criminalizou o tráfico negreiro no Brasil por meio da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz. De fato, essas duas leis estavam intimamente ligadas, pois o fim da importação de escravos seria substituído por ações que incentivavam a utilização da mão de obra assalariada dos imigrantes europeus. No mesmo ano, criou-se a Província do Amazonas, desmembrada do Grão-Pará. O Império rompeu relações com o governo de Juan Manuel de Rosas, nacionalista convicto e presidente da Confederação Argentina. Nessa época, d. Pedro II já estava casado e acabara de perder outro filho, Pedro Afonso.

Voltando um pouco atrás: com a maioridade do imperador, haviam-se encerrado as divergências políticas que ameaçavam o país. Os políticos, então, resolveram arrumar a vida do jovem recém-saído da adolescência. Enviaram um ministro a Viena, terra dos avós maternos, para lhe arranjar uma noiva. Durante dois anos, o enviado tentou desesperadamente encontrar uma solução. O que detinha Francisco II, tio do jovem? A lembrança de que d. Pedro I maltratara sua irmã, dona Leopoldina? A pouca importância que tinha o Império do Brasil nas esferas internacionais? O fato é que o encarregado brasileiro saiu de mãos abanando.



*A crise da monarquia foi retratada com humor.*

*Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, ano 7, nº

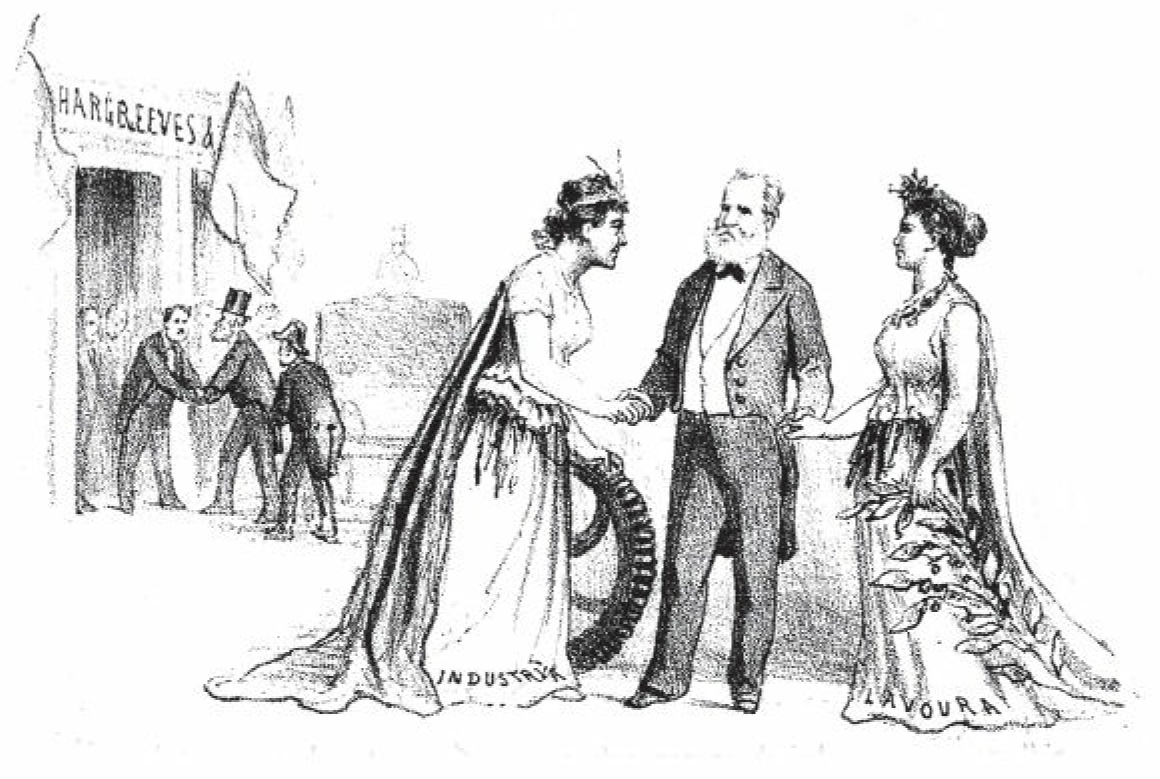
283, p. 4, 21 jan. 1882.

BIBLIOTECA NACIONAL [HEMEROTECA].

A solução veio por um intermediário da corte de Nápoles. Lá morava uma princesa disponível: era irmã do rei Fernando I e sobrinha da avó de d. Pedro II, Carlota Joaquina. Foi afastada da corte, pois perdeu o pai cedo, e sua mãe casou-se com um oficial menor. A jovem, chamada Teresa Cristina, cresceu num ambiente feito de tradição, medo e intransigência, emoldurado pelos conventos que davam a Nápoles um aspecto triste. Sua educação foi limitada à cesta de costura, ao piano e ao canto. Dizem alguns que “não pensava em nada”. Mas, se não pensava, sentia. E sentia muito:

> Meu muito caro primo e futuro esposo. Peço a Vossa Majestade desculpar-me se não respondo em português à vossa gentil carta, mas ainda não estou no estudo dessa língua para escrever corretamente e não quero recorrer a outros, para vos testemunhar, meu caro primo, quanto estou satisfeita pela escolha de minha pessoa para vossa companheira. Recebo com confiança e prazer a certeza de que vós me dais de querer fazer a minha felicidade; esteja certo de que eu também farei tudo o que depender de mim para contribuir para a de Vossa Majestade; todo o meu desejo é de lhe agradar e de merecer a afeição de vossos desejos.

À cartinha juntou uma miniatura. Nela, uma esplêndida morena mirava o interlocutor. Só que a pintura não correspondia à realidade. Iludido, o imperador anotou em seu diário: “é mui bela e dizem, ponderada e instruída”. Enamorou-se de um retrato. O casamento foi realizado por procuração e a noiva embarcou para o Brasil. No dia 3 de setembro de 1843, ao cair da tarde, a embandeirada fragata *Constituição* adentrou a baía da Guanabara. O recém-casado não aguentou esperar e partiu rápido, para encontrar a “bela” princesa. Mas recebeu uma ducha gelada. A claudicante criatura emergiu no convés, implodindo os sonhos acalentados durante meses. Aos membros do corpo diplomático presente nada escapou: “teria desaprovado a diferença de idade”, “bastante embaraçoso”, “foi uma triste acolhida”. A jovem se recolheu em lágrimas junto à sua dama: “O imperador não gostou de mim”. De volta ao palácio, d. Pedro chorava no ombro de seu mordomo: “Me enganaram!”



Não era possível despachar de volta a noiva, nem, tampouco, romper o contrato. Afinal, reis não casavam por impulsos românticos, mas por razões de Estado. D. Pedro II tinha de se conformar. A esposa não era bonita, mas, gentil e boa. Que olhasse as qualidades. Houve ato religioso, banquete, beija-mão, arcos de flores e muitas festas populares. Cunhou-se uma medalha: “Terra e céu jamais viram tanta ventura”. O imperador parecia “preocupado e entediado” aos olhos de observadores. Em público, se mostrava gelado com Teresa Cristina. Mal lhe falava no teatro, dando atenção aos camaristas. Muitas vezes, fingia que não a ouvia. Dizia-se, contudo, que só na intimidade tinha atenções para com ela.

A imperatriz era, segundo a imprensa, uma mulher bonachona, “um anjo de bondade”, dona de “mão caridosa”, incapaz de “arrancar um gemido de dor ao coração dos brasileiros”. Passava o tempo a fazer boas ações. Mas se possuía um caráter doce, fisicamente era um desastre. Tinha o nariz dos ancestrais, em formato de berinjela, olhos miúdos, lábios estreitos, queixo duro. Os cabelos escuros amarrados em bandós sobre a orelha acentuavam as ventas alongadas. Sorria pouco. As pernas excessivamente arqueadas por debaixo das saias davam a impressão de que ela mancava. *Chic*? Nada. Graças? Poucas. Só a voz de contralto que exercitava em pequenos trechos de ópera italiana e a facilidade com que acompanhava o piano. Correspondia ao ideal que se tinha na época para uma mulher casada: boa mãe e esposa dócil. No mais, inofensiva. Seu encontro com o primo foi resultado de um casamento arranjado, como tantos que se faziam no século XIX.

A vida entrou na rotina. De São Cristóvão iam ao Centro, assistiam a *Te-Deuns* e cerimônias oficiais, frequentavam o teatro e óperas. Quando o marido se ausentava, a esposa lhe cobria de bilhetes apaixonados:

> Caro Pedro. Faz já seis horas que me separei de ti e não posso me consolar e a ideia de que não te verei senão amanhã, me aflige. Espero impacientemente tuas notícias, e como fizeste e espero que nada de ruim te tenha acontecido e que a chuva que tomaste não tenha te feito mal. Não achei prudente que tivesses ido a cavalo por caminhos que não são bons com esse tempo… Peço-te não esquecer uma amiga sincera que pensa sempre em ti. Beijo-te afetuosamente e sou para toda a vida, tua afetuosa esposa Teresa.

No mais das vezes, se despedia com um "adeus meu querido Pedro, aguardo com impaciência o dia de amanhã para te beijar". Ele respondia com um "afeiçoado e saudoso esposo, Pedro".

Os filhos chegavam e partiam. O primeiro foi recebido pelos braços do pai orgulhoso, logo que nasceu: "um príncipe de Deus", exclamou d. Pedro. Era o 23 de fevereiro de 1845. Chamaram-no Afonso Pedro. Não recebeu o nome de Pedro, dizem biógrafos, pois se temia a tradição da casa de Bragança segundo os quais primogênitos morriam pequeninos. A criança foi conduzida a pia batismal com entusiasmo, pois afastava qualquer dúvida sobre a sucessão do imperador. D. Pedro II deixava de ser o "órfão da pátria", como era conhecido, para ser o chefe da casa brasileira, sadia e fecunda.

Depois do nascimento do primeiro filho, multiplicavam-se os "estimo que tenhas passado bem, assim como nosso Afonsinho", da parte dele. E "nosso pequeno Afonsinho está bem alegre e não me canso de beijá-lo por ti", dela. À medida que o tempo passava, ela, "rogo-te que me escrevas frequentemente". E ele, "um abraço do teu esquecido Pedro".

Em 29 de julho de 1846, foi a vez da princesa Isabel, cujo nome se deveu à avó materna e às duas rainhas santas, a da Hungria, sua patrona, e a de Portugal. Teve belo batizado com água vinda do rio Jordão, na Palestina. Em 11 de junho de 1847, era o fim dos dias felizes. Morreu o príncipe imperial d. Afonso Pedro de convulsões. Um mês depois, nascia a princesa Leopoldina, nome da primeira imperatriz. A seguir, chegou o filho desejado: d. Pedro Afonso, em 19 de julho de 1848. Mas, de repente, em 9 de janeiro de 1850, d. Pedro Afonso, também, na flor da idade, "terminou sua preciosa existência na Imperial Fazenda de Santa Cruz".

A morte do último futuro herdeiro foi considerada pela imprensa da época como "uma calamidade". O povo apinhado nas ruas viu em silêncio passar o pequeno caixão. O imperador se voltou para as duas filhas, Isabel e Leopoldina. Era pai devotadíssimo. Fazia pessoalmente leituras para as meninas, dava-lhes lições de matemática e latim, explicava-lhes física. Escolhia a dedo os professores de inglês, alemão, mineralogia, geologia e história.

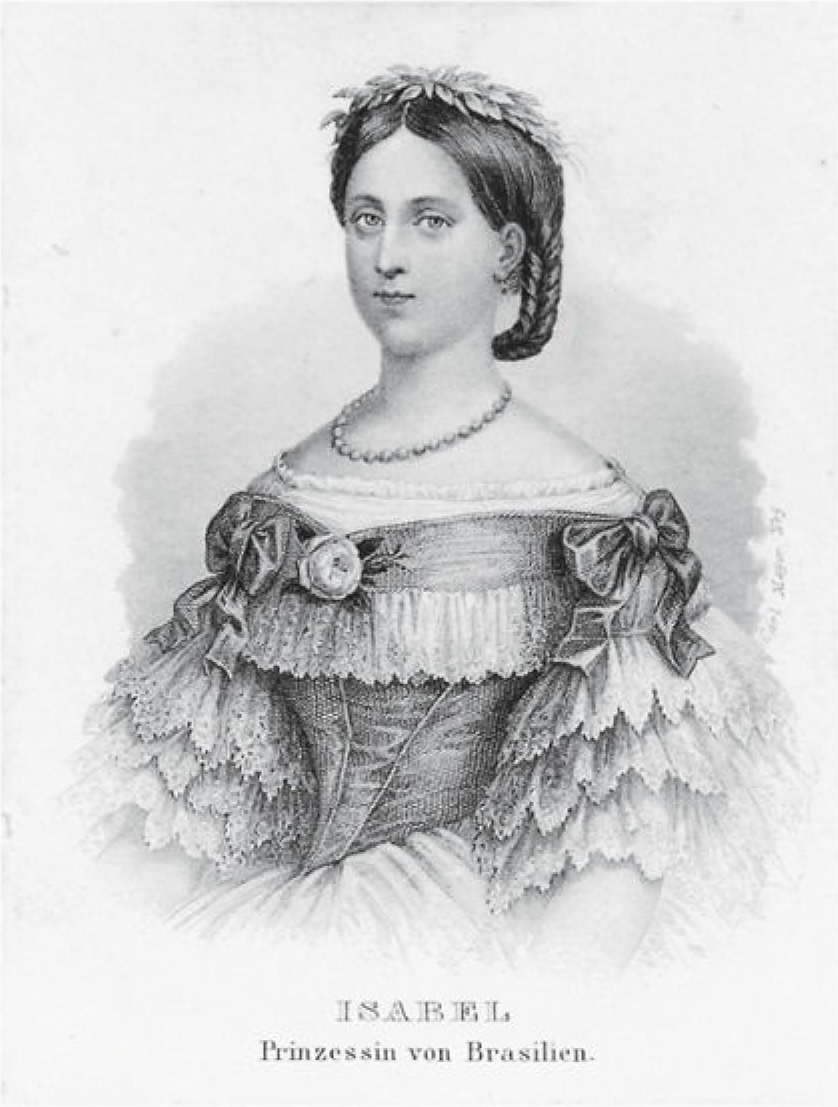
Sofrimento e tristeza marcaram a mãe e rainha. O luto era também uma derrota. Não procriaria mais. Fechou-se numa dor sombria e silenciosa. Esses sentimentos secretos estenderam entre os esposos um véu que se espessou dia a dia. Permaneceu corajosamente no círculo dos seus deveres, na esperança que esse procedimento lhe restituísse seu "querido Pedro". Tal, porém, não aconteceu. Concentrou-se, então, nas filhas. Participava com elas dos ritos da Semana Santa. Iam juntas ver as máscaras no carnaval.

Já há alguns anos, a família imperial e os diplomatas estrangeiros se haviam habituado a subir a serra no verão para fugir do calor e das febres que assolavam o Rio de Janeiro. Segundo biógrafos, em Petrópolis, o imperador parecia um cidadão comum. Vestido de casaca preta, chapéu alto, insígnia do Tosão de Ouro na lapela, passeava na cidade, colhia flores no jardim e ia à exposição no Palácio de Cristal. Apreciava tomar duchas, moda que se instalava na capital. Muito metódico, registrava num diário suas atividades: acordar às seis; estudar grego ou hebraico até sete; passear até oito; de novo, grego ou hebraico até às dez. Almoço. Do meio dia às quatro, estudos ou exame de negócios; jantar às quatro, passeio até cinco e meia. Antes de ir dormir, às onze horas, não deixava de escrever seu diário.

Raramente o casal oferecia recepções ou bailes e tampouco os frequentava. O imperador não dançava e optou por um excesso de informalidade. Gustave Aimard, romancista francês de passagem no Rio de Janeiro, conta que um dia entrou pelo palácio sem que ninguém o incomodasse. Perguntou por d. Pedro. “Em frente, na segunda porta à esquerda”, respondeu um camarista.

Nos primeiros sábados do mês, o imperador recebia o corpo diplomático. Nos sábados seguintes, havia audiência pública de cinco às sete horas da tarde. Qualquer um podia entrar, até “o mais humilde negro em chinelos ou pés descalços”. Contou um visitante. Outro ainda se recordava de que, certa feita, uma senhora negra deixou cair papéis ao chão. D. Pedro abaixou-se para pegá-los. Em geral, ele anotava as queixas e as repassava aos ministros. O Palácio de São Cristóvão era “mobiliado pobremente e mal-conservado”, segundo vários observadores. Tal despojamento era malvisto pelos estrangeiros, mesmo pelos republicanos, que passavam pelo Brasil. Sem o prestígio das cerimônias e das práticas usadas nas cortes europeias, a brasileira parecia “um galinheiro”, segundo o diplomata Vicente Quesada.

Em 7 de setembro de 1872, o Império comemorou o cinquentenário de sua Independência. Houve festas em todas as províncias. Durante quase duas décadas, d. Pedro II esteve à frente de um país sem grandes tribulações. Quatro anos antes do jubileu, porém, a paz política tinha começado a se despedir do imperador. A demissão de um gabinete liberal e a nomeação do barão de Caxias – um ferrenho conservador – para o comando do exército brasileiro na Guerra do Paraguai, deu início a uma sucessão de acontecimentos que só cessaria com sua destituição em 1889. Afetado pelo diabetes e pela insuficiência cardíaca, o imperador alheava-se do mundo. A volta dos liberais, em 1878, não acalmou a nação. Como bem resume Eduardo Bueno, a “questão religiosa”, as mortes sucessivas de Caxias, Osório, Rio Branco, Nabuco, Alencar e Zacarias, o clamor abolicionista e a fermentação republicana partiram o edifício imperial de alto a baixo. “Só o imperador não dava por isso, embebido em seus estudos de sânscrito, árabe, persa, hebraico e tupi”, cravou Capistrano de Abreu.


ISABEL
Prinzessin von Brasilien.
Carl Mayer Sc.

*Princesa Isabel.*

MAYER, Carl. *Isabel Prinzessin von Brasilien*, séc. XIX.
COLEÇÃO MARTHA E ERICO STICKEL, INSTITUTO MOREIRA SALLES.

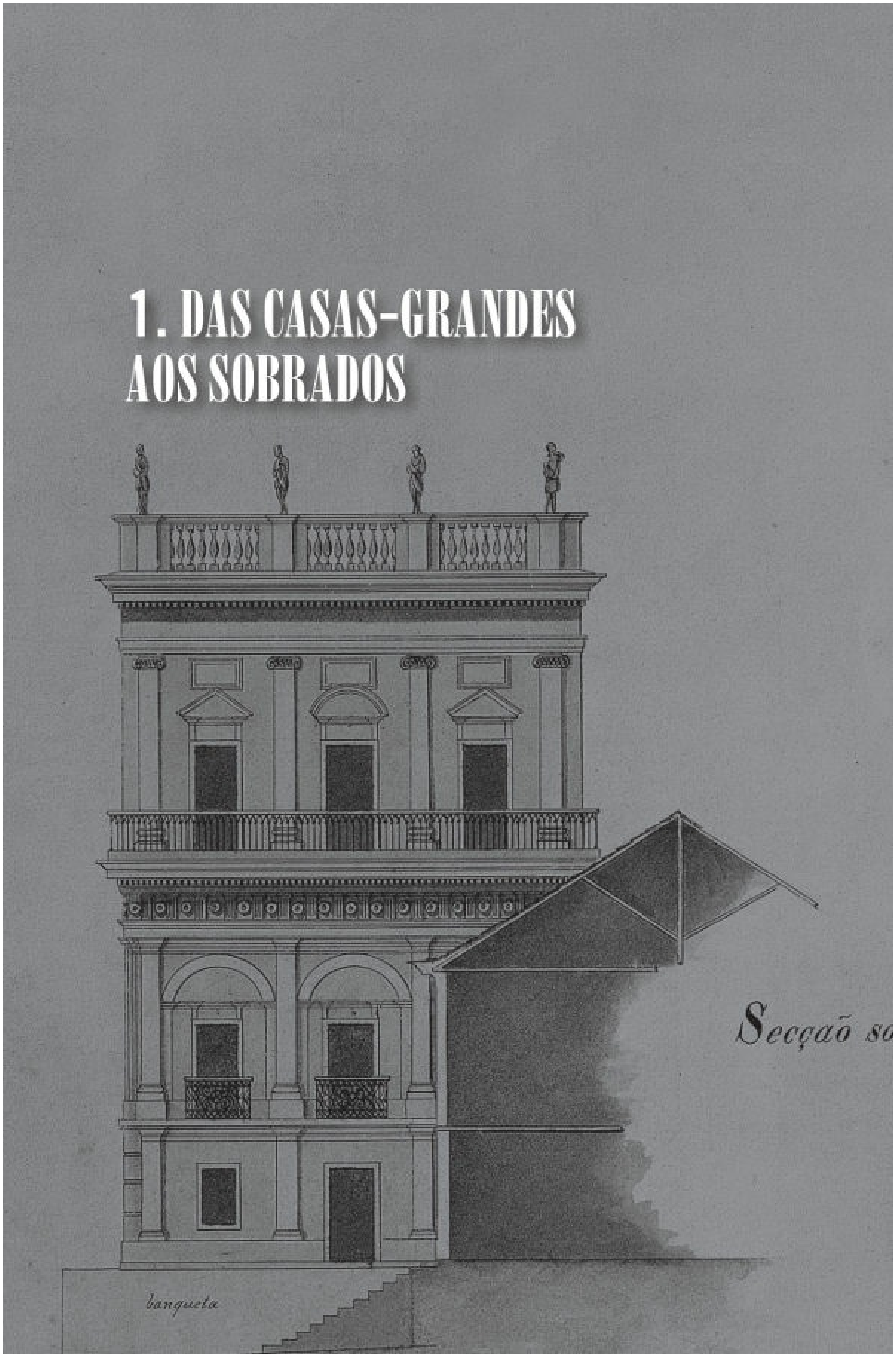
E no dia 16 de novembro de um verão chuvoso, d. Pedro II receberia de um comandante da cavalaria, a comunicação de que fora deposto e deveria deixar o país “no mais breve prazo possível”.

# PARTE 2

# O SUPÉRFLUO E O ORDINÁRIO:

## *as coisas banais e o nascimento do consumo*

# 1. DAS CASAS-GRANDES AOS SOBRADOS


Secção so
banqueta

PÁGINAS 148 E 149

Leque comemorativo da Organização Política

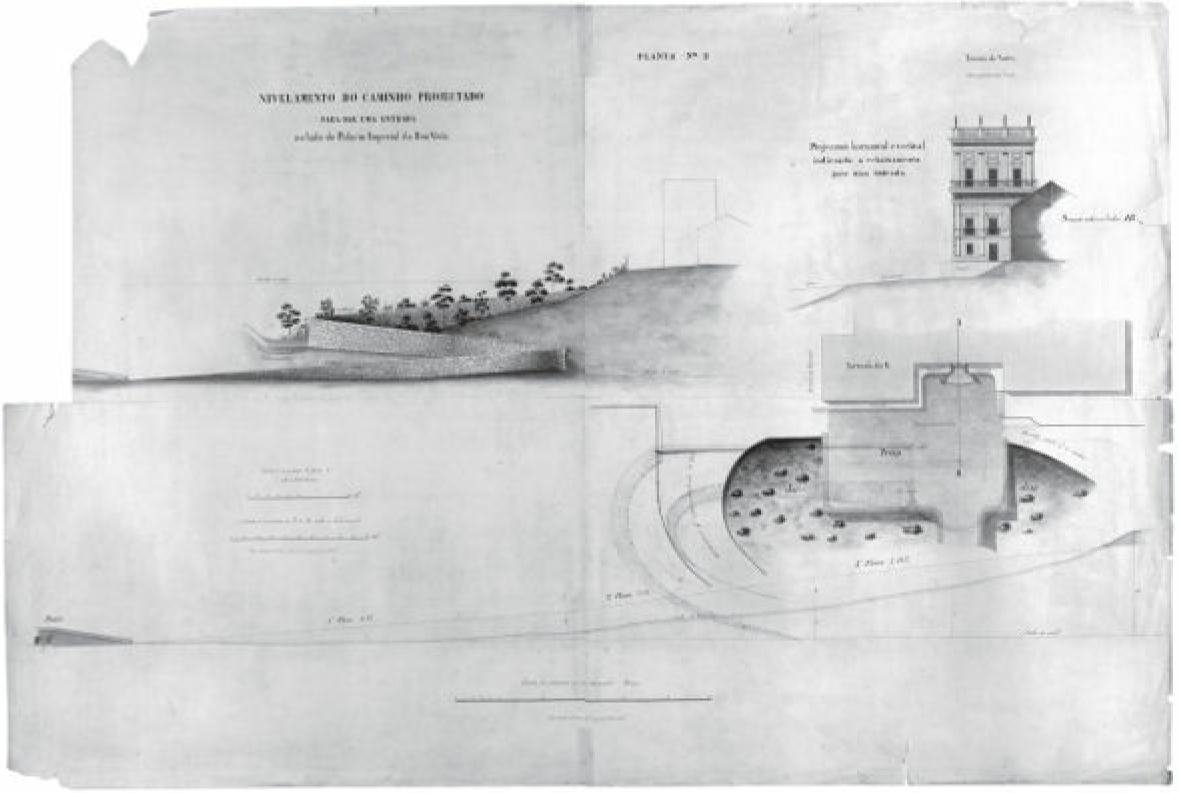
do Império do Brasil. De folha, dupla face, em
papel pintado. Varetas de prata dourada,
filigranadas, esmaltadas e decoradas com
motivos fitomorfos. Séc. XIX. China.
MUSEU CASTRO MAYA, RIO DE JANEIRO, MUSEU
CHÁCARA DO CÉU.

PÁGINAS 152 E 153
*O Palácio Imperial era um sobrado.*

MARX, Theodore. *Nivelamento do caminho projetado para dar uma entrada ao lado do Palácio Imperial da Boa Vista*: Projeto arquitetônico. [186-?].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

No coração do cotidiano da gente brasileira, a casa. Ela marcava as mudanças na ocupação do espaço. Resolvia os problemas fundamentais nascidos das necessidades do dia a dia. Era, desde sempre, o lugar da proteção, um abrigo contra os elementos, contra as variações da meteorologia, contra os inimigos, animais ou homens. Mas, ao mesmo tempo, ela era um espaço de trabalho, abrigando alimentos, máquinas, instrumentos variados. Sobretudo nas cidades que começavam a crescer no século XIX, muitas oficinas não separavam a vida privada dos serviços oferecidos. A casa do negociante ou do comerciante era, também, um entreposto. A do rico rentista acolhia vários empregados que desempenhavam diferentes tarefas. A dos profissionais liberais, seus ajudantes e contadores. Nelas, criados, escravos, oficiais, viviam em relações próximas. Relações que podiam ser ou não harmoniosas. A confrontação dessas funções com as atividades familiares, as formas de sociabilidade, os imperativos religiosos davam consistência a tais espaços, onde os indivíduos modelavam suas vidas.

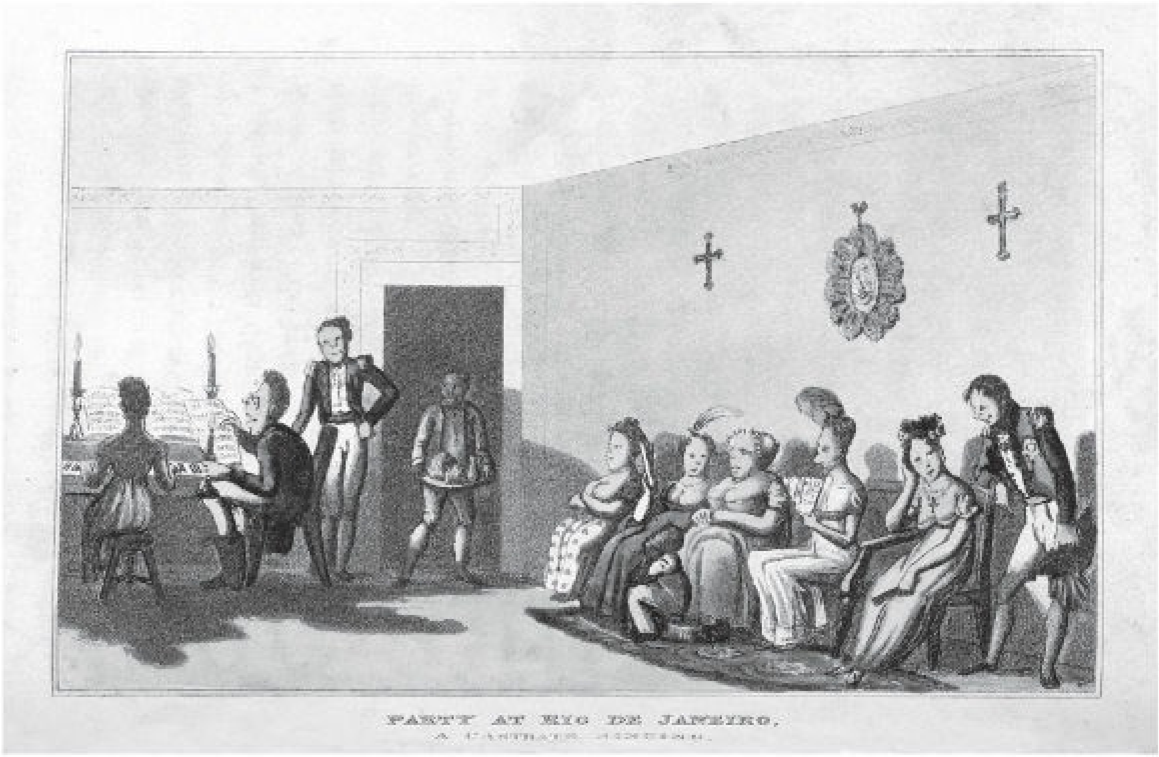
Na casa oitocentista, a noção de intimidade ou privacidade variava de acordo com os diferentes grupos. Nas diferentes faixas sociais, o papel da família determinava tanto o uso de determinados objetos, quanto o cotidiano das pessoas. Se as mulheres realizavam trabalhos domésticos, por exemplo, acumulavam-se máquinas de fiar ou cozer, inúmeras panelas para fazer doces, sabão ou óleo. Para as crianças, surgiam cômodos onde brincavam e estudavam. A vida dos criados e escravos mudou atendendo às exigências de modismos. Entre os abastados, contratavam-se mordo-mos e preceptores. A cozinheira escrava deu lugar ao cozinheiro francês ou italiano. A divisão dos papéis também se acentuou: a mulher era a reprodutora e a consumidora. O homem – o trabalho e a produção – ficava fora do âmbito doméstico. Ela em casa. Ele na rua.


NIVELAMENTO DO CAMINHO PROJECTADO
ao lado do Palacio Imperial da Boa Vista
PLANTA Nº 2

Mudanças no morar? Muitas, pois a casa se integrou aos movimentos econômicos e sociais que transformavam o Império. A construção, as melhorias arquitetônicas que tiveram lugar se desenvolveram ao sabor das necessidades, mas, igualmente, das modas. Nas áreas rurais, tais mudanças foram mais lentas. Nas cidades, mais aceleradas. Houve, porém, as que, petrificadas no tempo, continuavam a se abrir para as ruas. E aquelas mais ricas que se afastaram. Fugiram do barulho, da proximidade com os escravos que passavam oferecendo produtos. Dos ladrões e assaltantes. Dos pobres e mendicantes que então batiam à porta, com fome ou frio. E das carruagens e coches que tudo enchiam de poeira. Na segunda metade do século XIX, a casa urbana será, mais e mais, o oposto da rua. Dentro dela, pouco a pouco, se impôs uma nova ordem para os comportamentos, os valores e a família.

Nasciam espaços de transição entre o interior e o exterior, correspondendo a uma fronteira que se tornaria cada vez mais forte entre o público e o privado. A época e a sociedade conferiam grande importância à vida privada. Segundo a hierarquia social, tais espaços protegiam mais ou menos eficazmente a intimidade e o conforto, valores novos que se materializavam nas condições de higiene, na decoração e no mobiliário, como veremos mais à frente. Na decoração das fachadas, no número de janelas e portas envidraçadas se exibiam a riqueza e a mobilidade social. A alvenaria substituiu o uso da pedra e cal misturada à graxa de baleia.

Dos sobrados de dois, três ou quatro pavimentos, erguidos nos terrenos sem recuo frontal ou lateral, com sua mistura de jardim e quintal aos fundos, passou-se às residências projetadas sob clara influência europeia. Na nova forma de morar, prosperaram os jardins ornamentais dissociados da paisagem onde outrora cresciam hortaliças e se colhiam laranjas, limões, bananas, ameixas e jabuticabas. Tais árvores se deslocaram dos quintais para encher de verde o recuo frontal ou lateral das casas. Não mais se as viam dispersas e misturadas aos inelutáveis pés de couve. Agora, estavam cuidadas em canteiros e arrumadas de forma a criar belo efeito entre pedrinhas e gramados cultivados. Aqui e ali, bancos acolhiam os que passeavam pelo jardim.


PARTY AT RIO DE JANEIRO,
A CASTRATO SINGING.

*Interior das casas: a tentativa de parecer europeu.*

A.P.D.G.[?]. *Sketches of portuguese life, manners, costume and character.* 1826. p. 181.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Mudou a casa e mudou a rua também. O processo de calçamento do leito carroçável e dos passeios junto às construções, o início da iluminação pública e os primórdios da arborização urbana no Brasil reforçaram as mudanças dentro e fora da moradia, contribuindo para a transformação da paisagem.

Lentamente, ia ficando para trás a imagem tradicional da residência urbana e semiurbana do Brasil do início do século XIX, morada que parecia tão simples e rudimentar ao olhar europeu. Sim, pois, na primeira metade do século XIX, o estilo dessas construções era uniforme e, da mesma forma que as casas do subúrbio, as residências urbanas eram construídas de pedra e cobertas de telhas. Para o mineralogista e botânico austríaco Johann Emanuel Pohl, essas residências eram "mesquinhas", dando abrigo a dez ou doze pessoas que viviam em pequenas dependências e alcovas. Debret também caracterizou as casas da cidade do Rio de Janeiro em seus escritos, afirmando serem, em geral, estreitas e profundas, com sala de visitas dando para a rua, quartos de dormir situados depois da sala, e um corredor que conduzia da sala de jantar ou varanda à cozinha e aos aposentos dos escravos. O zoólogo Spix e o botânico Martius, observaram que a maioria das casas era feita “com granito miúdo, ou madeira nos pavimentos superiores e cobertas de telhas”. As sacadas, “fechadas e sombrias, à moda oriental”, haviam sido “rasgadas em balcões abertos diante das janelas”, por ordem superior. Janelas que continuavam a se comunicar com as ruas.

George Gardner, que esteve no Rio de Janeiro em 1837, mais de dez anos depois da visita de Pohl, viu melhoramentos. Descreveu “casas edificadas solidamente e na maior parte de pedra”, em geral de dois ou três pavimentos. Assim também a escritora e pintora inglesa, Maria Graham, que as conheceu com “três ou quatro pavimentos, com tetos salientes, toleravelmente belos”. Nas residências urbanas do Recife, o engenheiro francês Louis Vauthier observou a mesma forma de distribuição interna dos cômodos das casas do Rio de Janeiro e de São Paulo: sala na frente, uma ou duas alcovas e varanda nos fundos – com um corredor ligando a sala à varanda. Maria Graham, da mesma forma que Vauthier, deixou registradas as características da arquitetura mais antiga do Recife: “As casas são de três ou quatro andares, feitas de pedra clara e são todas caiadas, com as molduras das portas e janelas de pedra parda. O andar térreo consiste em lojas ou alojamentos para negros ou cavalariças, o andar de cima é geralmente adequado para escritórios e armazéns. Os apartamentos para residência são mais acima, ficando a cozinha geralmente no alto. Por este meio, a parte inferior da casa se conserva fresca”.

Em Recife, as casas eram “de tijolos, com três, quatro e mesmo cinco andares” – as mais antigas com apenas um andar, ou apenas o térreo. Em Santo Antônio, as ruas eram largas, e os edifícios, “muito altos para sua largura”, com lojas, armazéns, oficinas e cocheiras no térreo. Os sobrados do Recife eram, em geral, mais altos que os do Rio de Janeiro e São Paulo. Concorriam com eles, em altura, alguns sobrados da Bahia.

Em Salvador, nas proximidades da alfândega e do cais de desembarque, havia sobrados com “três, quatro e mesmo cinco andares”, mas não comportavam mais que três ou quatro janelas na fachada. Na cidade baixa, dos altos sobrados, habitavam os comerciantes; os mais ricos possuíam “casas de campo ou chácaras nas colinas, fora do centro da cidade”. Spix e Martius escreveram sobre o material das construções da cidade alta de Salvador, afirmando serem predominantemente de pedra. Observa-se, portanto, que a casa urbana do século XIX era térrea ou assobradada, com dois, três, quatro e até cinco pavimentos em algumas cidades, configurando por vezes uma paisagem mais vertical que horizontal. A importância do sobrado na paisagem urbana do Brasil foi ressaltada por Gilberto Freyre – aliás, o primeiro a elaborar a síntese desse tipo habitacional do início do século XIX: “[…] os do Recife parecendo ter sido os mais altos, e quase sempre, como os da Bahia e do Rio de Janeiro, de pedra ou tijolo; os de São Paulo, de taipa e, na média, de dois pavimentos, os do Rio, de dois e três andares”. Mas mantinha-se sempre a mesma divisão interna dos cômodos: sala na frente, alcova e corredores sombrios, e cozinha nos fundos. Para as refeições, na roça ou na cidade, usou-se, durante muito tempo, a varanda. Nas áreas semiurbanas, a casa de chácara ou de campo era, por sua vez, mais casa de fazenda que de cidade; mais horizontal que vertical; mais assobradada que sobrado. E, quase sempre, ajardinada.

Muitas vezes, entretanto, a arquitetura conservou-se “pesada, calcada ainda no emprego da antiga taipa de pilão, do adobe e da telha-canal". Mesmo quando as paredes eram de tijolo, a largura era exagerada. O pastor Kidder registrou como eram construídas em São Paulo. Eram feitas de forma muito simples. Primeiramente, abria-se uma vala com alguns pés de profundidade, processo idêntico ao usado para a fundação comum de pedra. Em seguida, deitava-se a terra, socando-a bem. Quando a parede excedia o nível do chão, construía-se uma forma de tabanas, para manter as mesmas dimensões iniciais, armação que era, posteriormente, transferida para cima até que a parede atingisse a altura desejada. Nas áreas centrais da cidade, pertencentes às famílias mais abastadas, eram geralmente de dois pavimentos com sacadas na parte superior. Os sobrados eram erguidos sobre um alicerce de pedra com aproximadamente 50cm fora da superfície da terra. Normalmente, o piso inferior era destinado ao comércio e o superior, à moradia. Solidez, sim. Opulência, não!

No meio do século, assim o cônsul Richard Burton as descreveu, por dentro e por fora, em Catas Altas, em Minas Gerais, onde pousou:

> Dormimos confortavelmente na fazendola. Era a costumeira morada de campo, com um andar térreo ocupado pelos negros e pelos animais e uma escada de madeira conduzindo à sala ou ao compartimento dos hóspedes. Atrás deste, os cômodos reservados às mulheres e à cozinha constitui terra proibida, santuário da dona de casa. A sala da frente é mobiliada com uma mesa de madeira, sempre umas seis polegadas mais alta do que deveria ser, um ou dois bancos para a gente humilde e uma dúzia de cadeiras com encosto e assentos de taquara leve; estas cadeiras são célebres pela sua particularidade de estragar a roupa e são verdadeiros instrumentos de tortura para quem se lembra das estofadas. As paredes, sem papel, são ornadas de caça, armas, peças de arreio para cavalo, estampas de Nossa Senhora, dos Santos, dos antigos heróis de Portugal, do sítio de Arronches e de Napoleão Bonaparte; às vezes há um espelho e um relógio *yankee*, alto e esguio. Nas regiões pouco habitadas há ainda um oratório portátil, verdadeira capela em miniatura, de dois pés de altura, contendo imagens em tamanho proporcional dos santos padroeiros, estampas, flores soltas ou em ramos velam os santos… Num canto da sala, onde não há tapete, encontra-se, muitas vezes, um grande jarro para água com tampo de madeira, e junto, uma caneca de estanho – eis a fonte onde se bebe. Os membros da família dormem no interior da casa, enquanto aos hóspedes, dão a sala. Essas alcovas sem janela – já que não há necessidade de luz de noite nem durante a sesta – constituem exatamente o legado de Roma antiga às suas filhas, Portugal e Espanha. Cada alcova tem um ou dois leitos com enxergão de vime, couro ou ta-boas e colchões de capim ou palha de milho. A roupa de cama é boa, sempre limpa, e as fronhas têm largas beiras de renda. A sala de jantar encontra-se, muitas vezes, no meio da casa, de modo que as mulheres, reunidas atrás das portas, podem observar o forasteiro sem ser vistas por ele. Uma particularidade é as toalhas de mesa, consideradas de absoluta necessidade quando a refeição consiste somente de uma simples porção de feijão servida por um negro, com um caixote de viagem servindo como mesa, este sempre estenderá uma toalha. Outra característica, a inevitável presença, na mesa, de um paliteiro

> de forma esquisita que na sua pequenez demonstra muita ingenuidade do fabricante alemão. Nossos patrícios partem de nossa terra com um desprezo enorme pelo bem asseado palito, cujo uso qualificam de costume imundo.
>
> Entretanto, em poucos meses descobrem que ele é indispensável nos trópicos; mas como nunca aprenderam a maneira conveniente de empregá-lo, o aspecto que apresentam quando fazem uso dele não é nada agradável. Quando a moradia do fazendeiro se acha no andar térreo, a sala é lugar de passagem para carneiros e cabritos cheios de vermes e ainda para porcos e aves de criação; assim também era a casa campestre dos irlandeses na geração passada. Mesmo os proprietários mais ricos pouco se incomodam destes animais, que as crianças da casa e os negrinhos seminus se divertem em enxotar com paus e pedras.

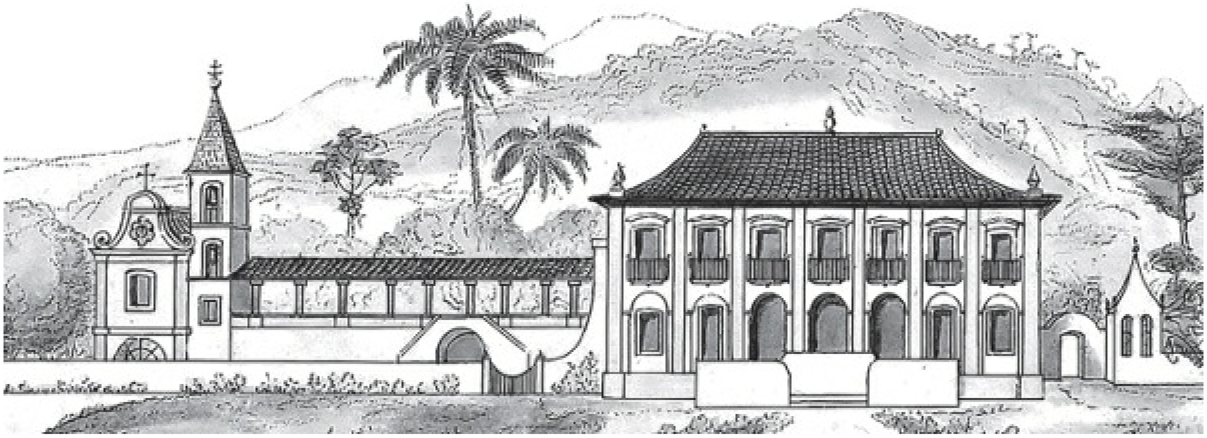
A variação no nível de vida das elites rurais se exprimia na decoração interna e na adaptação às novas necessidades, como visto nas fazendas ricas do Vale do Paraíba. A caminho do campo ou nos arredores da cidade, a residência semiurbana era quase sempre térrea ou assobradada e construída, da mesma forma, com os materiais disponíveis no entorno. Ela se situava, na maioria das vezes, nas proximidades de um rio, riacho ou córrego d’água. Com frutas, verduras, água e capim para os animais, a residência semiurbana compunha uma estrutura mais autossuficiente que a urbana. Os cômodos internos eram mais bem ventilados e iluminados, uma vez que a construção estava isolada no terreno. Essas casas compunham uma paisagem mais horizontal, com as construções esparsas, cercadas pelo verde. Foram consideradas pelos viajantes estrangeiros rudimentares, construídas sem planejamento e de maneira artesanal.

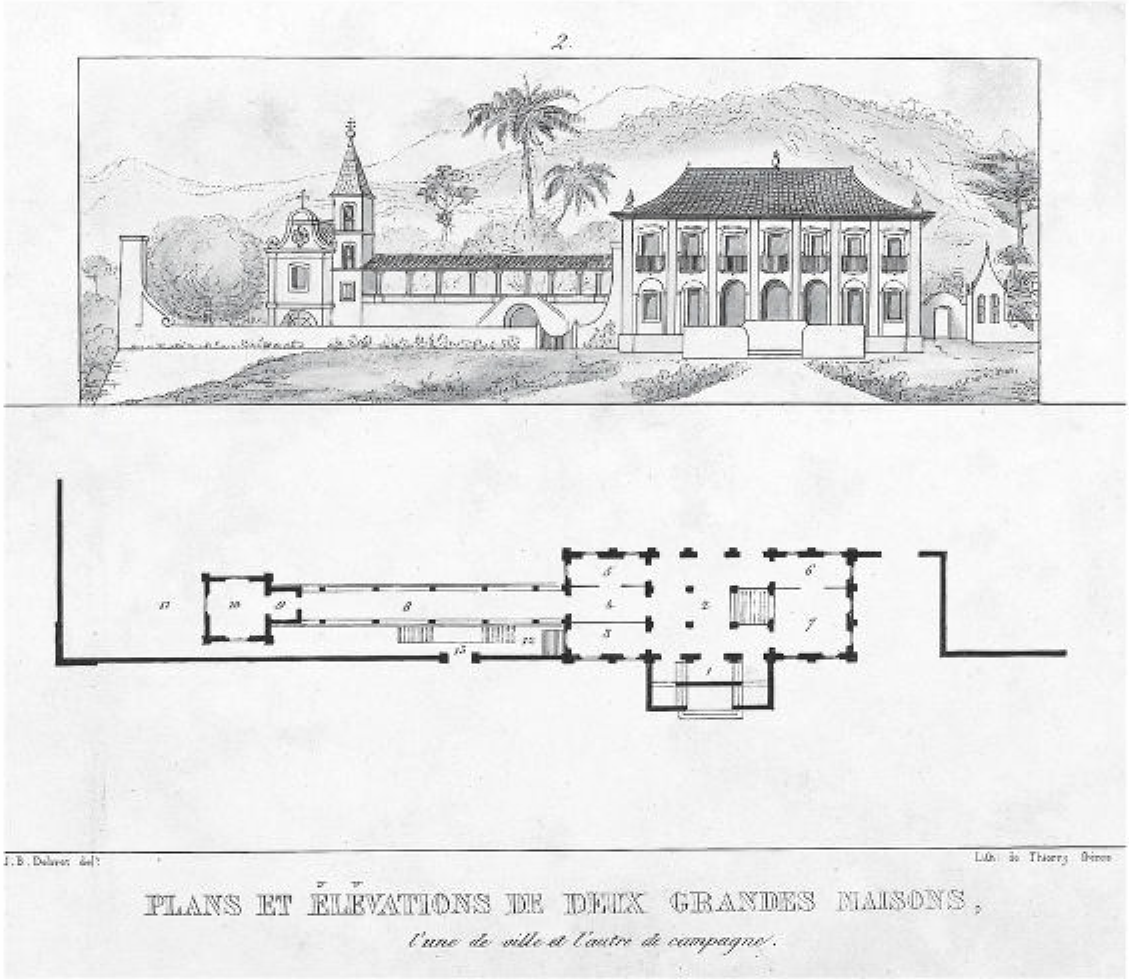
Com a chegada da corte ao Rio de Janeiro e a difusão do neoclássico pela Missão Artística Francesa, a residência urbana e semiurbana do Brasil começou a se transformar. Mudou a casa, alterou-se o jardim, acompanhando as modificações do gosto, dos hábitos e dos costumes dos brasileiros em um processo que Gilberto Freyre denominou de “reeuropeização”. No seu entendimento, tratou-se de um processo de imitação e assimilação dos hábitos de uma burguesia comercial e industrialmente rica.

Não faltaram Códigos de Posturas tentando harmonizar as construções e as cidades. Eles determinavam a altura dos pavimentos, as dimensões e o alinhamento com as edificações vizinhas, por meio de decretos municipais. A herança dos primeiros tempos e da arquitetura portuguesa, porém, era forte. O médico alemão Robert Christian Avé-Lallemant a reconheceu em São Leopoldo, às margens do rio dos Sinos, em torno de “uma grande praça verde onde desembocam algumas ruas regulares. Na principal, as casas se enfileiram ininterruptamente, muitas delas assobradadas […], mas em sua maioria térreas, de construção maciça, coberta de telhas, com aparência de lugar abastado ou mesmo rico”. Em terrenos acidentados, os porões corrigiam o equilíbrio das construções que escalavam morros.

Em São Paulo, por exemplo, o Código de 1850 estabeleceu que toda casa que fosse construída e tivesse até 15 braças de frente, deveria ter 19 palmos de pé-direito, e no segundo e terceiro pavimentos, 18 palmos. As portas que se abrissem para a parte externa, bem como as janelas das sacadas, deveriam ter no mínimo 12 a 13 palmos de vivo de altura, e 5 a 6 palmos de vivo de largura. Aqueles que não cumprissem as determinações ficariam sujeitos a multa e à obrigação de demolir a obra, sendo o responsável pela execução dela condenado a oito dias de prisão.

Nas moradias abastadas, impunham-se dois pisos. No inferior, se alinhavam salas, cozinha e dependências de empregados e escravos. No superior, os cômodos eram reservados à vida íntima. Sacadas de ferro forjado e iluminação com candeeiros fixados às paredes falavam da exteriorização da riqueza. A elite paulistana enriquecera com o café e ansiava por se aproximar dos padrões europeus. Daí muitos bairros terem crescido em áreas onde a infraestrutura já ia adiantada. No interior do lote, para que os dormitórios recebessem iluminação e fossem mais bem ventilados, estabeleceu-se o recuo de um ou de ambos os lados da construção; para garantir maior privacidade aos moradores, a casa afastou-se da rua, por meio do estabelecimento do recuo frontal – ideal para a implantação do jardim em frente à residência como elemento de valorização da arquitetura. Escadas, em lugar de janelas que se abriam para as ruas, se tornaram aparelhos de acolhida, de honras, teatro de recepções espetaculares. Alpendres e varandas, adaptação do bangalô trazido das Índias pelos portugueses desde a colônia, forneciam sombra para o interior da residência. Ali, as pessoas conversavam, descansavam, organizavam reuniões familiares. Também se recebiam os visitantes que não teriam acesso ao interior.




2.
J. B. Debret del.
Lith. de Thierry Frères
PLANS ET ÉLÉVATIONS DE DEUX GRANDES MAISONS,
l'une de ville et l'autre de campagne.

*Arquitetos franceses projetaram melhorias nas casas-grandes rurais.*

FRÈRES, Thierry. *Plans et elévations de deux grandes maisons*: L'une de ville et l'autre de campagne. 1839.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME TROISIÈME. P. 66.

Em muitas residências, cocheiras e cavalariças ficavam no primeiro andar, comprometendo a higiene: estrumeiras e moscas sempre se davam bem! Em *Dom Casmurro*, Machado de Assis reproduz a cena que era comum: "Uma das minhas recordações mais antigas era vê-lo montar todas as manhãs a besta […] que o levava ao escritório. O preto que a tinha ido buscar à cocheira segurava o freio, enquanto ele erguia o pé e pousava no estribo".

Algumas casas ainda guardavam seus próprios galinheiros. Não eram poucas as donas de casa que controlavam, elas mesmas, as suas galinhas, pois se tornou moda importar espécies como as Houdan, Brahma ou Faverolles, de origem francesa, e as tais "aves bonachonas" eram assunto nos salões mais requintados da corte.

Na fachada das novas residências ficou evidente a influência europeia, num primeiro momento, com os detalhes neoclássicos, em seguida, por meio do ecletismo e da propagação de estilos variados. A planta da casa brasileira urbana, que até o início do século XIX repetia frequentemente o mesmo programa – levando o engenheiro Vauthier a afirmar que aquele que viu uma residência urbana do Brasil viu todas –, passou a apresentar uma maior variação de cômodos, sendo introduzidas áreas como o hall de distribuição ou o vestíbulo – até então não empregados na arquitetura urbana de uso residencial. Grande revolução implantada pelo mesmo Vauthier foi abrir janelas nas antigas alcovas onde antes se isolavam, sem ar, nem luz, as moças da família. As telhas de barro de formato irregular, antes fabricadas em olarias próximas, foram substituídas por novas e regulares e, em alguns lugares, usou-se até as feitas de ardósia ou vidro. Isso só foi possível graças aos novos equipamentos e às técnicas trazidos da Europa e, mais ainda, à mão de obra imigrante qualificada para introduzi-los no Brasil.

Em São Paulo, como sublinha Maria Cecília Naclério Homem, a estrada de ferro, as obras pioneiras da estrutura urbana e a chegada dos primeiros imigrantes levaram à fundação de indústria de bens de consumo, mudando a cara da cidade. As pequenas propriedades agrícolas se dividiram em chácaras, e logo em chácaras semiurbanas à volta do velho centro. Os produtos aí feitos eram vendidos no velho mercado ou de porta em porta. Nas estradas que levavam para fora da cidade, viam-se ranchos para tropeiros e casas térreas ou casebres miseráveis. Nos anúncios do jornal *A Província de São Paulo*, ofereciam-se chácaras com “água e casa de habitação novamente construída, com gás encanado e a três minutos da linha de bondes”. Tudo mudava, e mudava rápido.

A riqueza do café fez pipocar os palacetes, as *villas* e os chalés. Nos últimos, nada de estar colado como outrora se colavam os sobrados aos vizinhos. Os palacetes se estendiam ao longo dos caminhos da Estação da Luz e, nos finais do Império, multiplicavam-se essas casas de luxo com água encanada correndo nas pias, obtida de poços ou minas, “latrina patente e banheiro quente, frio e de chuva”. As cozinhas, cobertas de azulejos, já ostentavam os chamados fogões econômicos.

A casa do barão de Piracicaba, o francófilo Rafael de Barros, por exemplo, teve toda a decoração importada pela filial brasileira da Casa Garraux parisiense. Decoração profusa, salas de cores diferentes, cômodos para funções supérfluas eram, então, sinônimos de inovação e refinamento. Os tijolos traziam as armas do Império e as platibandas eram ornamentadas com estátuas das estações do ano. O palacete tinha 64 cômodos: 34 dormitórios, uma cozinha medindo dez por quatorze metros, quatro galerias, salões, saletas, sala de estudos e de jogos infantis e dois banheiros completos – informa Maria Cecília Naclério Homem. Nos fundos, dois quintais, senzala, canil, lenheiro, quarto de fornos, horta, pomar e casa do porteiro. Nas cocheiras, três cavalos puros-sangues. Para manter tudo isso, circulavam dezessete criados: o porteiro, o hortelão, dois cozinheiros, uma encarregada da rouparia, duas *femmes de chambre*, duas costureiras, duas pajens, uma criada que deveria ajudar os demais, um jardineiro, cocheiros e um tratador de cães. Todos sob o comando de um mordomo italiano, que era também copeiro, e apresentava-se trajando libré preta, de botões blasonados.

Já a Vila Maria, pertencente a dona Veridiana Prado, construída em 1884, mais parecia um palacete renascentista. O belíssimo prédio mirava um lago artificial onde nadavam cisnes. No porão ficavam a cozinha, a adega e a copa dos empregados. No térreo, copa, sala de armas, sala de jantar, sala de visitas, saleta, corredor da escada, dormitório, gabinete, grande salão de recepções, vestíbulo, galeria, biblioteca com duas salas, terraço, quarto grande de roupa e vestíbulo. No primeiro andar, vestíbulo, quarto da torre, quarto de *toilette*, banheiro, salão amarelo, sala de visitas, jardim de inverno. No segundo andar, vestíbulo, quarto da governanta, corredor, quarto da costureira, quarto da criada, dormitório e quartinho.

A cozinha trazia grande novidade: mudou-se para o porão, tal como estava em voga na Europa, com coifa para extração de fumaça, e monta-cargas para o transporte das travessas de comida para o andar térreo, onde se encontrava a sala de jantar. O jardim trazia a assinatura do famoso engenheiro e paisagista francês Auguste Glaziou. A São Paulo da elite cafeeira, bem longe estava das casas de barro socado e taipa de pilão das primeiras décadas do século. Foi a última cidade habitada por uma sociedade rural "a se vestir de acordo com a moda", conta Carlos Lemos. Até 1868, mantinha aspecto singelo, como nos séculos anteriores. Mas a partir de 1880, e graças às estradas de ferro, começou a apresentar edificações de importância em bairros já providos de melhoramentos públicos e transporte. Os fazendeiros do interior passaram a residir na cidade. Só que lá não houve a dicotomia que se estabeleceu entre os barões de açúcar do Nordeste e os negociantes portugueses. Ao contrário, detentores de riqueza, prestígio e instrução superior, muitos entraram em atividades urbanas: negócios, bancos, jornalismo, política etc. Amparados na mão de obra estrangeira, transformaram a cidade.

Mudaram as casas e mudaram as ruas. As da cidade brasileira principiam o século XIX caracterizadas pela irregularidade do traçado, pela falta de alinhamento, pela ausência de calçamento, pela carência de iluminação pública e pela imundície. As águas das chuvas eram despejadas nas ruas pelos telhados e ponteiras das residências; eram despejados também no espaço público – pelos próprios moradores ou por escravos – os detritos orgânicos da casa. A rua era o "escoadouro das águas servidas dos sobrados", nos dizeres de Gilberto Freyre. Atirava-se para o meio da rua o resto de comida, a água servida, o material recolhido nos tigres.

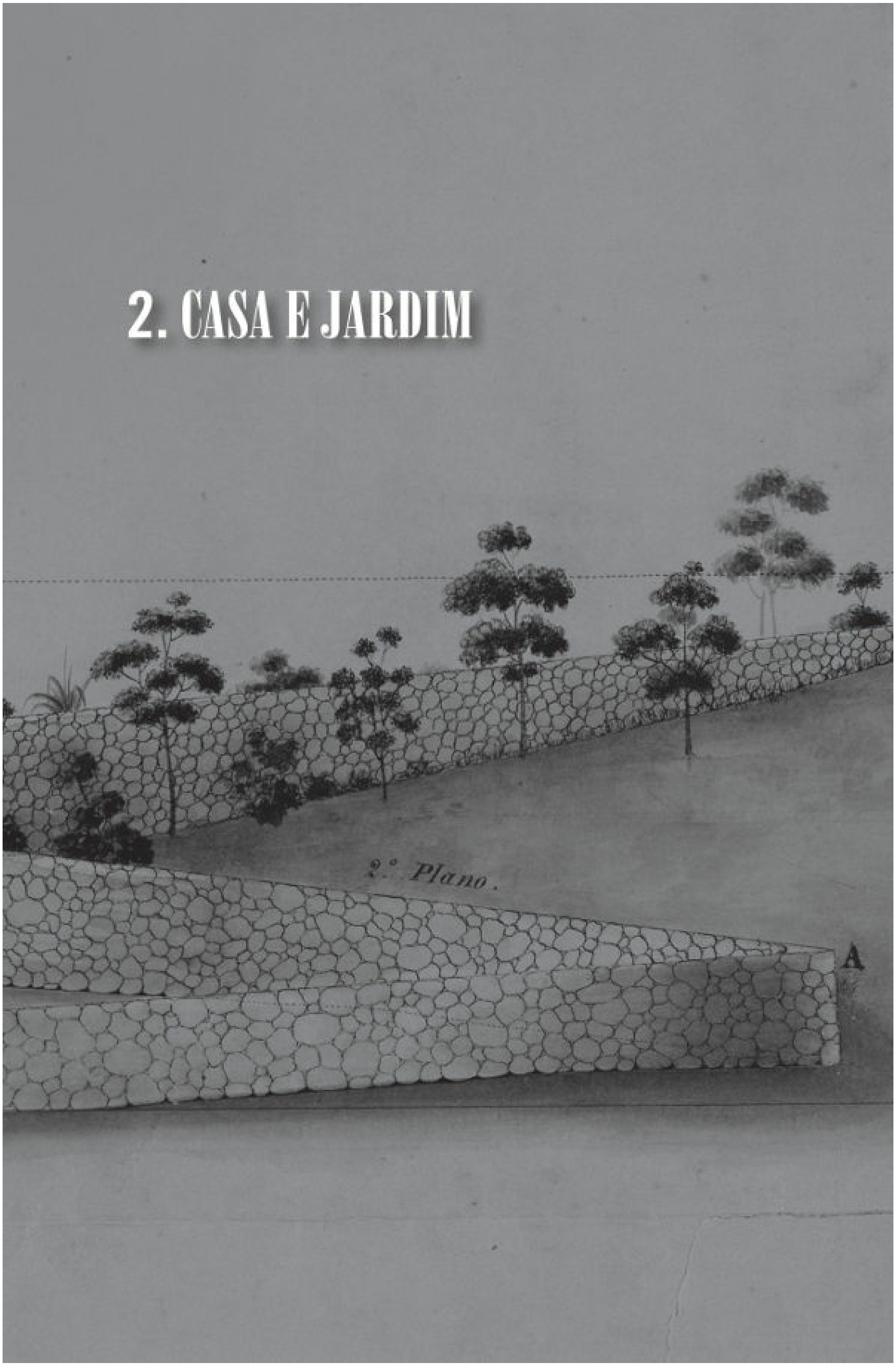
Até então o brasileiro não se preocupara com o espaço público. Datam do século XIX algumas das primeiras posturas municipais em defesa da via pública, na tentativa de conter os abusos dos sobrados. A rua deixa de ser a vala das águas servidas das residências urbanas, "para ganhar em dignidade e em importância social". As gelosias e janelas que abriam para ela foram proibidas. Junto às casas, foram instalados lampiões, posteriormente substituídos por postes de iluminação pública independentes das construções. Algumas ruas foram macadamizadas – cobertas com pedra britada; outras, receberam paralelepípedos. As águas da chuva deixaram de ser ali despejadas. Na segunda metade do século, surgiram os trilhos de fenda, por onde trafegavam os bondes. Ao pedestre foi assegurado o passeio, se bem que ainda bastante estreito, junto às residências. Alguns logradouros foram alinhados ou retificados; novos foram abertos, acompanhando o crescimento das cidades, apresentando largura mais expressiva que a das antigas vias de circulação. Foram implantados também os primeiros sistemas de distribuição de água e coleta de esgoto. Mas, de todas essas mudanças – algumas de ordem estética, outras resultantes de necessidades prementes – uma demonstrou preocupação maior com o meio ambiente urbano: a arborização.

O plantio de árvores ao longo do calçamento não resultava apenas de uma intenção estética, embora seja evidente a influência europeia nesse processo. Em algumas cidades do Nordeste e do Norte do país, o poder municipal chegou a adotar árvores nativas na arborização urbana. Ainda que a questão ambiental tenha surgido entre nós apenas no século XX, há indícios de certa preocupação com o meio ambiente já no século XIX, como demonstram não apenas o emprego de espécies brasileiras na arborização urbana, mas o reflorestamento de algumas áreas, como a Tijuca, no Rio de Janeiro. O plantio de árvores corresponde talvez ao ponto mais alto de valorização da rua – sanadas as necessidades de calçamento, iluminação, água e esgoto.

Ao findar o século XIX, a rua brasileira – ou pelo menos as de maior importância – era calçada, iluminada, percorrida pelos bondes, por vezes arborizada e ladeada por casas com jardim. Outra rua, a conformar uma nova paisagem.

Mudaram a rua, a casa e o jardim. Transformou-se a paisagem. O espaço urbano tradicional foi europeizado tanto no âmbito privado como no âmbito público, configurando-se em novo cenário para a cidade brasileira.

# 2. CASA E JARDIM



*Muros nas residências: o nascimento da privacidade.*

MARX, Theodore. *Nivelamento do caminho projetado para dar uma entrada ao lado do Palácio Imperial da Boa Vista*: Projeto arquitetônico. [186-?].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

O verde e o prazer das flores eram as novidades no morar. Se, a princípio, o jardim se tornou elemento característico da paisagem das áreas semiurbanas e dos bairros distantes do centro, com as modificações das construções no lote urbano, as áreas ajardinadas foram conquistando cada vez mais espaço no interior da cidade brasileira.

Uma das primeiras transformações relacionava-se à "libertação das construções em relação aos limites dos lotes", dizem especialistas. O edifício foi recuado dos limites laterais, conservando-se, no entanto, sobre o alinhamento da via pública. O recuo podia ser de um ou de ambos os lados da construção. Nas residências mais amplas, o jardim lateral foi implantado nesse espaço – um elemento paisagístico importante para a melhoria das condições de arejamento e iluminação da arquitetura urbana de uso residencial. Para ligar os jardins à construção, empregou-se um elemento bastante comum à casa brasileira: a varanda – apoiada então em colunas de ferro, com gradis e degraus de mármore na escada.

As residências menores não contavam com jardim lateral, mas apresentavam uma pequena entrada descoberta, com portão e escada de ferro. As chácaras, situadas nos arredores das cidades, também se transformaram: a área de seus terrenos foi se reduzindo aos poucos, e a arquitetura assumindo cada vez mais características urbanas.

Vale lembrar que os primeiros grandes espaços verdes só apareceram no século XVIII. O Passeio Público do Rio de Janeiro, por exemplo, um antigo charco, foi aterrado e ajardinado em 1783. Porém, havia tantas regras para a sua utilização que o local acabou sendo abandonado. O Passeio Público é, oficialmente, o mais antigo parque urbano do Brasil, destinado a servir à população. Criado por ordem do vice-rei Luís de Vasconcelos de Sousa, foi projetado por mestre Valentim da Fonseca e Silva, segundo um traçado extremamente geométrico, inspirado nas tradições de desenho do jardim clássico francês. A história documentada do paisagismo no Brasil iniciou-se com a chegada de d. João VI, em 1807, que destinou ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro a vocação de cultivar espécies para a produção de carvão, matéria-prima para a fabricação de pólvora.

Apesar das boas intenções quanto ao uso de espécies nativas, a valorização de árvores e plantas eminentemente brasileiras era pequena. Gilberto Freyre informa que algumas cidades ainda conservavam "patrioticamente" seus castanheiros do Pará ou mangueiras, como as que se viam numa avenida em Belém. Aqui e ali, ainda cresciam gameleiras cujas copas davam sombra para o descanso dos escravos. Ou "descansavam para sempre" quando, apoiados em seus robustos galhos, usavam-nos para se enforcar. Caso, por exemplo, de uma sinistra gameleira em Salvador, conhecida como "árvore do suicídio", registrada pela pena do barão de Forth Rouen, quando passou por ali. Saint-Hilaire apresentou uma visão mais crítica em relação aos jardins dos arredores do Rio de Janeiro, afirmando não terem magnificência alguma e pouco seguirem as regras da arte – não obstante contribuíssem “para tornar a paisagem mais pitoresca”.

Mas era preciso parecer com os estrangeiros. A moda era europeia! E daí ter nascido um desprezo por árvores, plantas e frutas asiáticas e africanas já aclimatadas ao Brasil. A jaca, a manga, a fruta-pão, o caju, o cajá e o próprio coco-da-Índia só eram saboreados às escondidas. Não iam para as mesas burguesas ou restaurantes. Mesmo os tradicionais *jardins pharmaceuticos*, repositórios de plantas medicinais dos trópicos, geravam dúvidas entre os médicos. Eles se perguntavam se não seria melhor substituir as mezinhas feitas com ervas pelo “gelo americano” ou os sorvetes. Tempos modernos!

Ao mesmo tempo em que se iam abandonados os hortos ou jardins del-rei começavam a aparecer jardins como o da Soledade, em Recife, com grande variedade de rosas, dálias e árvores de frutas, tais como a macieira, vindas de Portugal, França e Hamburgo. O vento do Norte trazia seus frutos. E, graças à importação de sementes, ocidentalizava-se não só o litoral, mas o interior, também.

Até meados do século XIX, influenciados por suas mulheres, membros da corte solicitavam aos cônsules e embaixadores mudas de espécies floríferas para ornamentar os jardins dos palacetes que se localizavam no bairro São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Com isso chegaram ao Brasil algumas flores como agapantos, roseiras, copos-de-leite, dálias, jasmins, lírios, cravos, “ranúnculos, borboletas da Holanda, junquilhos, sécias dobradas, a verdadeira semente de couve-flor”, entre outras. Não faltavam reclamos como o que se lia no *Diário de Pernambuco*, em 19 de fevereiro de 1856: “Aos amadores de flores e árvores frutíferas. M. Arnol, membro da sociedade de horticultura de Paris tem o prazer de participar ao público, que acaba de trazer da França uma rica coleção de flores, árvores frutíferas de gostos diversos para ornamento de jardins, um sortimento de raízes de flores e batatas que vende por preços cômodos”.

PÁGINAS 170 E 171

*Chácara: na fronteira entre o rural e o urbano.*

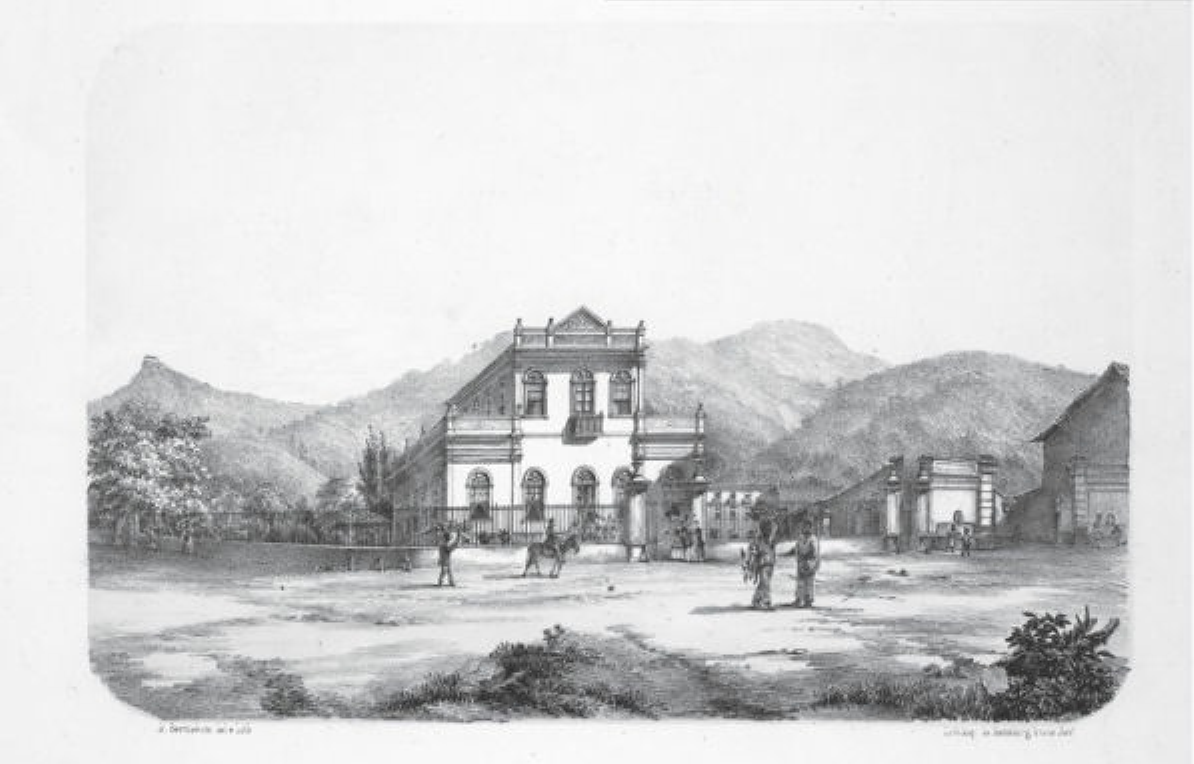
BERTICHEN, Pieter Godfred. *Chacara do Visconde D’Estrella*: Rio Comprido. [1856].

BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

A palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*), originária da Venezuela e da Colômbia, chegou ao Brasil trazida pelos portugueses libertados das ilhas Maurício. Sobre a palmeira-imperial, sementes dessa espécie foram presenteadas ao príncipe d. João VI que as plantou no Horto Real. Já a palmeira-real, nativa de Cuba e Porto Rico, de porte mais baixo e estipe mais grosso, foi introduzida quase um século depois.

Em 1859, d. Pedro II contratou o francês Auguste Marie Glaziou, integrante de uma missão francesa, principal paisagista do Império, para ocupar o cargo de Diretor Geral de Matas e Jardins. Entre as suas obras destacam-se o Campo de Santana e a Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Esse paisagista utilizou, pela primeira vez, árvores floríferas no paisagismo.

Dentro dos jardins públicos, emergia o indefectível pagode. O pavilhão oriental oferecia – última moda – os modernos sorvetes e "gasosas". Em Recife, certo José dos Santos Torres se gabava pelos jornais do seu "elegante e espaçoso *kiosque*", que ostentava o nome "*Oh! Que belo retiro*". Acentuando a "chinesice" da moda, mostrava que a comida era cosmopolita. Vendia "Champanha-cometa, *montebello*, *château margaux*, *ale-porter*, verdadeiro marasquino de Zara, limonadas, todas as frutas da estação". Ali se comia "salame, fiambre, rosbife, peru, galinha, peixe frito e de escabeche, mão de vaca, empadas, pastelões, tortas e pudins", capazes de confortar, enfim, qualquer estômago de apreciador de jardins. Ainda que servisse pratos populares, como mão de vaca, o pavilhão era considerado aristocrático. Na segunda metade do século, os quiosques sairiam dos jardins públicos e se instalariam nas esquinas das ruas movimentadas, não mais vendendo *champagne*, mas cachaça. Não mais fiambre, mas mungunzá e sarapatel.



CHACARA DO VISCONDE D'ESTRELLA

Rio Comprido

O jardim ganhou cada vez mais importância no lote urbano ao se aproximar o fim do século. Chegava, em alguns casos, a circundar a residência, apresentando um traçado de influência inglesa ou francesa e, muitas vezes, expondo a mistura de plantas de origem estrangeira com plantas nativas. Ali medravam malmequeres, bromélias, palmas-crísti – que davam óleo para as candeias –, cravos, escabiosas, amores-perfeitos, rosas-do-oriente, mimosas, ervas-fétidas, margaridas, begônias, hortênsias. E tudo podia florir entre batatas e couves, bananeiras ou cítricas.

Em províncias como São Paulo ou Rio de Janeiro, havia casas de chácara nos bairros mais afastados do centro, com as construções mais amplas, cercadas por jardins.

Maria Graham, por exemplo, percebeu a diferença entre as casas de campo nas proximidades do bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro – casas “nem grandes, nem luxuosas”, mas decoradas com varandas, com ao menos uma aleia de flores junto à entrada principal – e as casas de campo na vizinhança do Catete, construídas como as do Sul da Europa, com jardim junto a elas. Segundo George Gardner, o bairro do Catete, assim como Laranjeiras e Botafogo, era um dos locais favoritos de residência dos europeus, especialmente os ingleses. Sendo habitados por europeus, evidentemente algumas de suas características rememoravam, se não a forma de construir, ao menos a de implantação da casa europeia – cercada por jardins.

Em relação às casas de campo do Recife, situadas nos arredores da cidade, Maria Graham observou que eram “adornadas de pomares e jardins”. Koster denominou essas casas de “residências de verão”, sendo sua descrição bastante semelhante à elaborada pela escritora: “São pequenas, asseadas e brancas casinhas de andar térreo, com jardins na porta e nos flancos, plantados de laranjeiras, limões, romãs e muitas espécies de árvores de fruto”. Os renques de palmeira emolduravam muitas cercas.

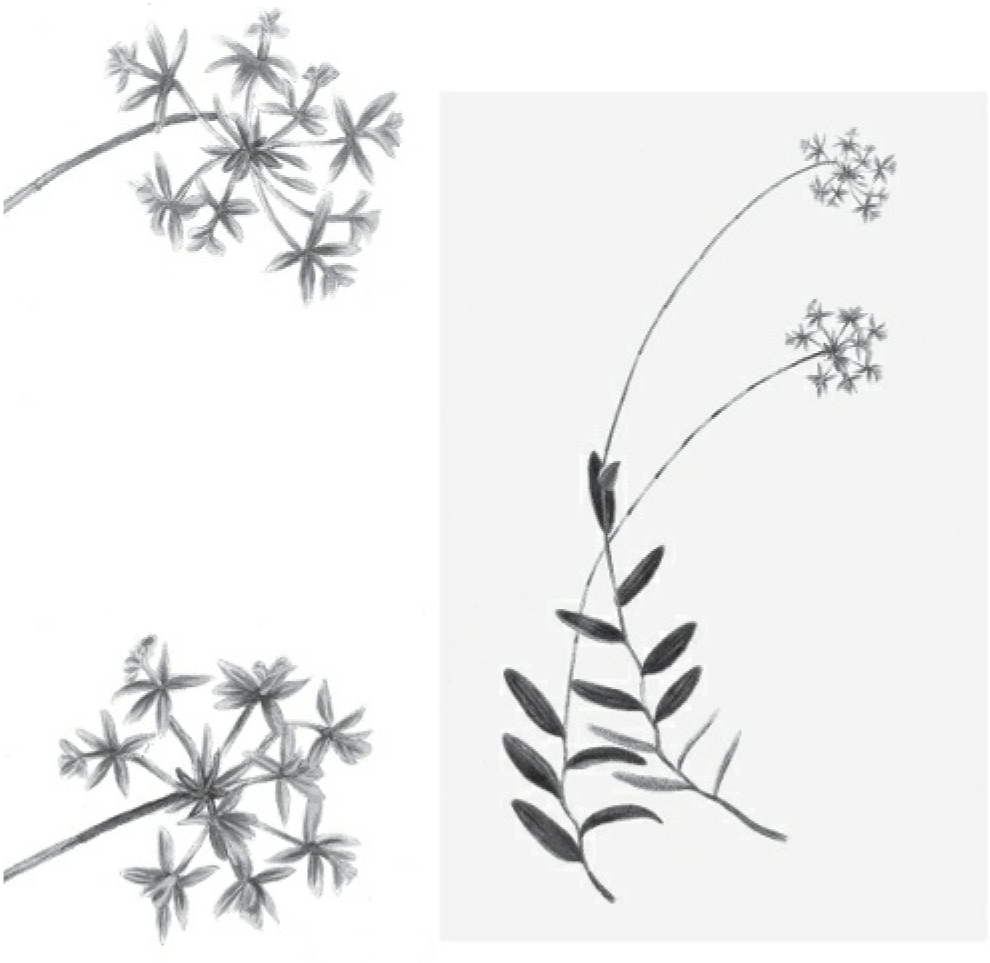
Em Salvador, as casas ajardinadas ficavam no bairro denominado Vitória – o pitoresco e favorito subúrbio da Bahia; local escolhido para implantação das chácaras e residências “quase” de campo, segundo Ouseley, ou das casas jardim, com suas flores e frutos se derramando sobre a baía, nos dizeres de Graham. O pintor viajante, Rugendas, também observou que os edifícios da cidade alta, em Salvador, eram cercados de bosques e jardins; vistos do porto, sublinhou, apresentavam um aspecto “bastante pitoresco”. As antigas chácaras – com hortas e pomares –, situavam-se, contudo, na área urbana.

Junto com as plantas, os pássaros. Tornou-se moda criá-los em gaiolas ou viveiros. Fazer gaiolas para tantos apaixonados por ornitologia dava dinheiro. Havia proprietários de coleções imensas. E nelas, pouco a pouco, as aves brasileiras, como o sabiá, foram dando lugar aos canários-belgas. Passarinhos valiam fortunas como contou Félix Cavalcanti de Albuquerque em suas *Memórias*: “Eu mesmo já vi, com estes olhos que a terra há de comer, um figurão dar oitenta e cinco mil-réis por um curió de Tanquinho, em Goiana, ao passo que mais tarde recusou dar seis mil por um exemplar das *Questões vigentes* do dr. Tobias Barreto e cinco mil pelas obras do comendador Antônio Joaquim de Mello”.

É influência dos ingleses tal paixão por jardins. Com seu enorme amor às árvores, às roseiras, às plantas, escolhiam morar longe da rua Direita, no Rio de Janeiro, ou da rua do Trapiche, em Recife. Queriam viver em chácaras onde, como bem diz Gilberto Freyre, podiam dormir com os cheiros dos jasmineiros e das rosas. Alguns se esmeraram na cultura de orquídeas tornando-se exemplo para os brasileiros ricos e elegantes. Depois de casada, a princesa Isabel tinha seu orquidário, do qual se encarregava pessoalmente, em sua casa em Botafogo.

Os romances dos oitocentos exploraram o cenário do jardim. Um repuxo, fontes gorgolejantes aproximavam namorados que, regador à mão, trocavam olhares ternos, como em *Senhora*, de José de Alencar.

Em pouco tempo, transformou-se a casa, alterou-se o jardim, modificou-se a rua. Em todos os casos, construções e espaços livres submeteram-se à influência europeia. Se, a princípio, o jardim se tornou elemento característico da paisagem das áreas semiurbanas e dos bairros distantes do centro, com as modificações na forma de implantação das construções no lote urbano ao longo do século XIX, as áreas ajardinadas foram conquistando cada vez mais espaço no interior da cidade brasileira.



*Orquídea, flor dos jardins e das matas*

NORTON, E.H. Orchidaceae: Epidendrum ellipticum. 1893.

BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: BRAZILIAN FLOWERS: DRAWN FROM NATURE IN THE YEARS 1880-1882 IN NEIGHBOURHOOD OF RIO DE JANEIRO. [GRAVURA 16].

As residências menores não contavam com jardim lateral, mas apresentavam uma pequena entrada descoberta, com portão e escada de ferro. Os jardins da segunda metade do século XIX evidenciavam, da mesma forma que a arquitetura, a influência externa, com suas flores e arbustos dispostos em canteiros de traçado geométrico, protegidos por muretas de tijolo. Quando a construção apresentava detalhes neoclássicos, colocava-se entre as plantas do jardim uma ou outra figura de mármore; quando eclética, era possível encontrar fontes, grutas e lagos artificiais com pontes de cimento que imitavam troncos de madeira em meio às áreas ajardinadas que cercavam a construção. Nas chácaras, eram comuns os mirantes junto aos muros, circundados por grades ou balaustradas e, por vezes, protegidos por pérgulas.

Luccock se impressionou nos arredores de São João del-Rei, onde viu influência dos jardins barrocos italianos:

> Na propriedade do sr. […] encontramos todas as belezas da natureza […]. Contém o jardim talvez dois acres de terra […]. É arranjado com a maior falta de gosto, contendo, porém, grande variedade de flores, frutos e plantas suculentas. Um trecho do cercado é adaptado à lavagem do linho […] noutro trecho, um belo veio d'água, para o abastecimento da casa é encaminhado para uma construção quadrada feita à maneira de gruta, enfeitada da maneira mais tosca e fantástica, com potes quadrados, copos e botões de tampas de terrinas. Há também retratos de animais e uma representação alegórica dos quatro quadrantes do mundo, e, ao centro, como objeto principal, vê-se uma das coisas mais indecentes que se possa imaginar referente a fato muito conhecido que se deu no Rio de Janeiro […]. Um edifício rústico, com um pequeno pórtico à frente, ocupa uma oura parte da área em seus pilares veem-se pintadas figuras de sátiros, macacos e índios; do lado de dentro acham-se europeus vestidos à maneira de Portugal. Aberta de par em par, uma porta de duas folhas se descobre uma peça grande, feita gruta incrustada de conchas que representa uma montanha quase de toda coberta de árvores, sobre a qual se viam numerosas figurinhas de gente e de gado, arrumadas de maneira tal, que perfazia uma estória completa e resumida da existência e padecimentos de Jesus Cristo.

Em Salvador, Bahia, Thomas Lindley, viajante inglês, passeou entre flores em pequenos canteiros no estilo francês, guardados por pesadas divindades e estátuas que ora assinalavam cada ângulo das alamedas, ora se encontravam embutidas nas paredes da entrada, no terraço da casa etc. A maioria, representando as estações do ano, vinha de uma fábrica de cerâmica: a de Devesas, em Vila Nova da Gaia, onde o ornatista Antônio Almeida da Costa dava vazão ao bom gosto na criação de figuras coloridas. Houve até um jardim em cujo centro via-se uma pequena fonte e mais além "uma gruta lastimavelmente arranjada com reles conchas, apesar de oferecer a região tamanha variedade de produtos marinhos e concreções".

*A beleza dos pássaros do Brasil.*

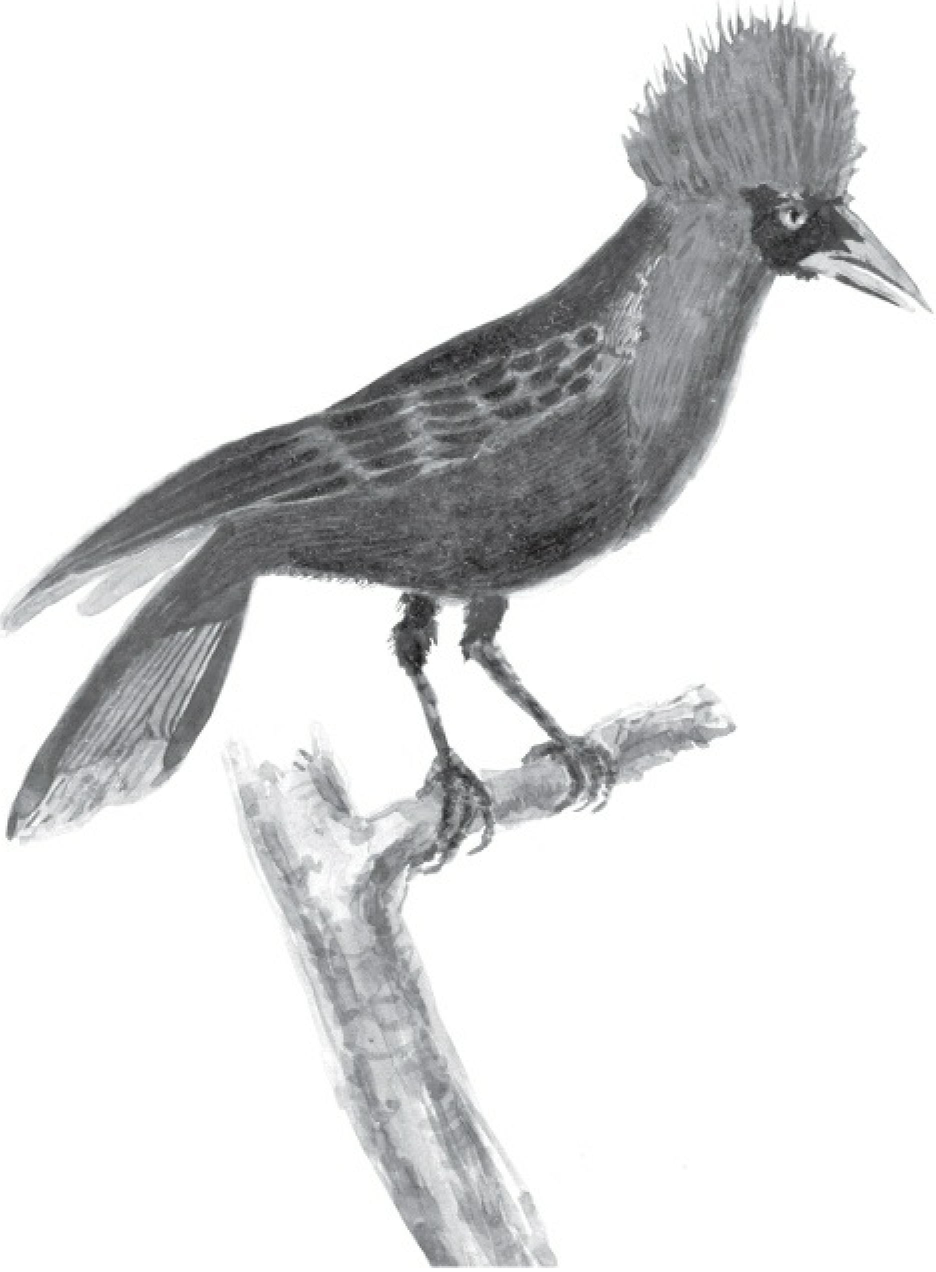
FRANCISCA, Princesa de Joinville. [*Pássaro 1*]. [1840].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Em São Paulo, os palacetes disputavam entre si a beleza dos jardins. Em sua chácara no bairro da Luz, a família Prado tinha um jardineiro austríaco, Antônio Etzel, responsável pelo desenho inglês dos canteiros. Ele dispôs de forma artística árvores floríferas – como magnólias e manacás –, e frutíferas, como pitangueiras e jabuticabeiras. Dentro de uma gruta, um leão em pedra expelia água pela boca, encantando as crianças. A princesa Isabel, que visitou dona Veridiana em 1884, anotou: “Os jardins têm gramados dignos da Inglaterra […] há um lagozinho, plantações de rosas e cravos lindos. Vim de lá encantada!”

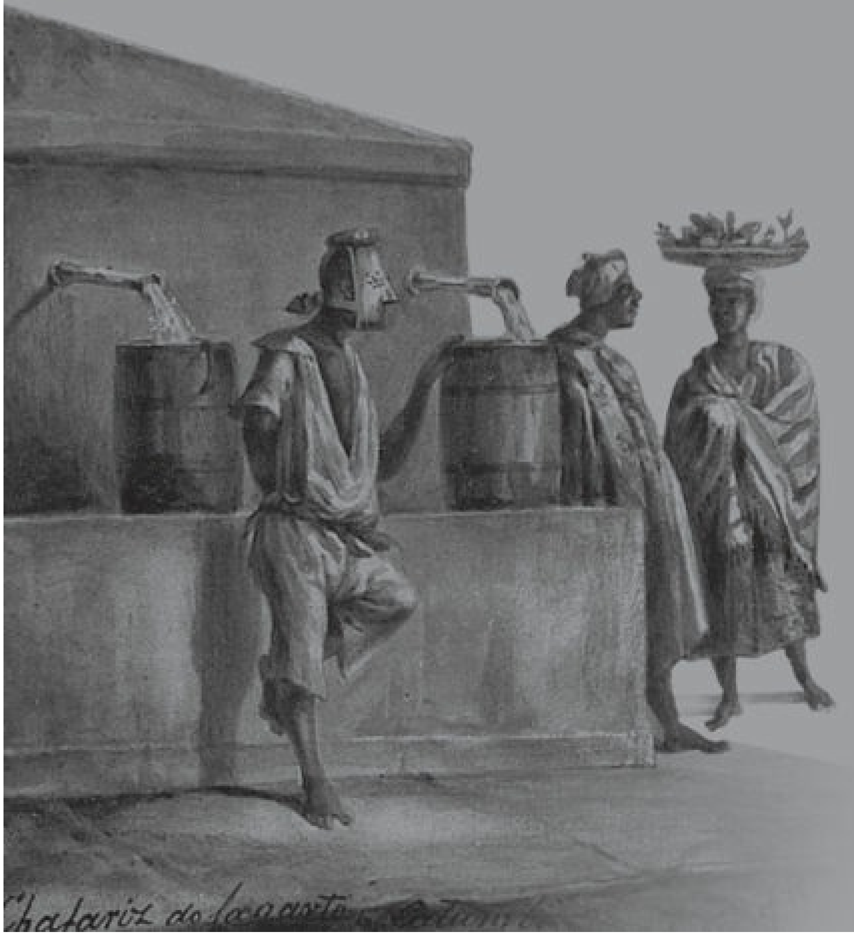
Elemento decorativo nos jardins era o caramanchão. Recobertos de trepadeiras, muitos abrigavam conversas familiares e plantas exóticas como orquídeas. E também as “bolhas de vidro”, globos coloridos, de brilho metálico, com cerca de 30cm de diâmetro, em cores vivas, azuis, carmesins, verdes e douradas colocadas sobre pedestais ou pequenos postes de ferro, mencionadas por Aluísio de Azevedo em *O cortiço*.

Nos estabelecimentos comerciais também se viam jardins. A cervejaria da rua da Guarda Velha, hoje, Treze de Maio, pertencente à Viúva Gabel & Cia., recebia seus clientes para consumir a bebida em garrafas fechadas por rolhas, fixadas por barbante e laço especial – daí o nome de “marca barbante” – num jardim provido de mesas de ferro, onde, sob o frescor de tufos de palmeiras e amendoeiras, clientes consumiam seu *chope* à sombra. Ou o Hotel Internacional de Recife, com um dos melhores jardins a florescer em burgo tropical, que vendia a imagem de ambiente exótico: grande arvoredo, muitas flores e frutos, pássaros cantadores, macacos e papagaios à vista dos hóspedes. Um luxo!

Tão forte foi a moda dos jardins que mesmo jornais como *O Espelho*, revista de moda, literatura e artes, publicavam artigos referentes a flores. “Flores eram os presentes mais doces”, da infância à sepultura. Expressam “aquilo que sentimos”, “têm linguagem própria que está ao alcance de todos”. O articulista conhecia um grande escritor que, tal como conhecido autor francês, só criava tendo “defronte de si uma jarra com flores”. E acabava por recomendar, do canteiro para a cabeça, além das flores naturais, aquelas que a chapeleira Madame Hagué era capaz de fazer: “Há ali cravos, rosas, camélias, jasmins, flores de laranjeira, enfim, um completo sortimento!”



# 3. ÁGUA DE BEBER



o início do século XIX, em muitas cidades, o abastecimento de água era precário e o número de chafarizes e fontes insuficiente para a crescente população. Mais do que abundância ou

Na carência, o uso da água estava relacionado com o trabalho milenar de encontrá-la, extraí-la, transportá-la e acondicioná-la. Gestos precisos estavam ligados ao seu uso. Conflitos relacionados aos pontos ou olhos-d'água fizeram parte da história. Orações e procissões religiosas eram acionadas quando faltavam chuvas capazes de abastecer os lençóis freáticos. Gente e animais precisavam dela. A preocupação recente com a higiene pessoal faria, pouco a pouco, da água uma parceira fundamental.

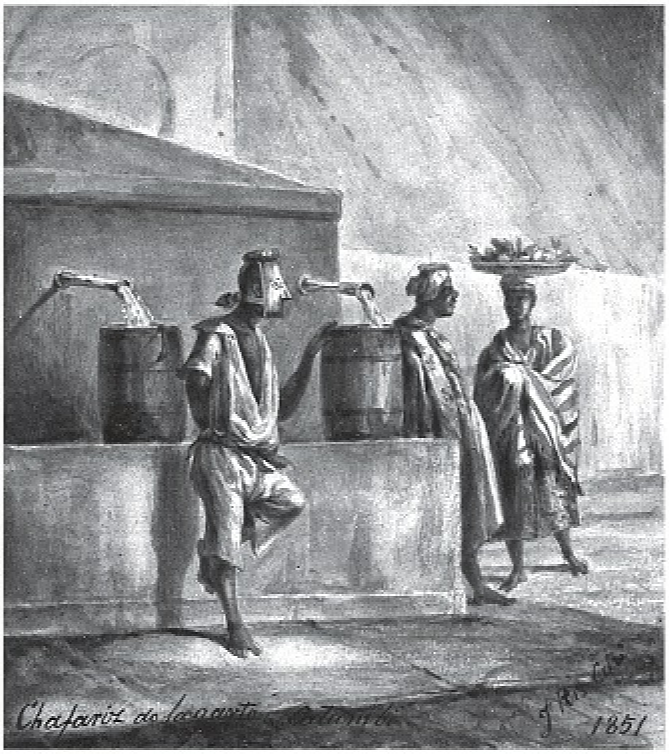
Poucas cidades, como Ouro Preto, já tinham, desde 1809, reservatórios que levavam a linfa através de canos para os pontos centrais da cidade. Em Diamantina, em 1840, a água descia dos morros em canos que abasteciam as casas; já os moradores da cidade de Porto Alegre viviam o problema de sua falta, como descreveu Avé-Lallemant, em 1858: "A obtenção da água potável deixa alguma coisa a desejar. A cidade fica no meio da água, mas só se deve beber a água da montanha e esta pode ser conduzida em quantidade. Os chafarizes da cidade […] não são abundantes em água. Contudo, a mesma água tirada diretamente do rio é perfeitamente insípida e limpa." Dez anos depois, a cidade era abastecida por uma companhia inglesa, que arrecadava taxas consideráveis para fazê-lo, segundo queixa de Oscar Canstatt, geógrafo alemão que passou por ali.

De acordo com Paulo de Assunção, em São Paulo, a população se abastecia nas fontes do Gaio ou da Tabatinguera, que fica conhecida depois por fonte de Santa Luzia. Havia outras bicas entre a rua São Bento e a atual Líbero Badaró, na rua Formosa etc. Paulo de Assunção acrescenta ainda que:

> Na segunda metade do século, as antigas torneiras, vertendo água que seguia livremente por ruas e becos até encontrar algum curso, foram sendo transformadas em chafarizes. Com o estabelecimento da Companhia de Águas e Esgotos, esta passou a ser responsável pelos chafarizes, conforme a deliberação do governo. O chafariz da Misericórdia, que abastecia os moradores do entorno, não era suficiente para atender às necessidades locais, além de ser de qualidade inferior. O chafariz da Memória, ou do Piques, foi construído no início do século XIX.
>
> Em 1814, o governo da província iniciou alterações na região: remodelou as ladeiras, levantou um muro de arrimo e construiu um obelisco. O engenheiro Daniel Pedro Müller foi o responsável pelas obras e pelas correções feitas no Anhangabaú, junto à ponte do Lorena. Nos idos de 1866, o chafariz dava sinais de decadência, fazendo com que a Comissão de Obras Públicas iniciasse uma série de remodelações entre os anos 1867 e 1873. O chafariz foi demolido anos mais tarde. O Tanque do Zuniga era outro ponto de referência da cidade. Seguindo pela rua de São João, chegava-se ao Largo do Tanque do Zuniga, atual Largo do Paissandu. As terras no século XVIII haviam pertencido ao sargento-mor Manoel Zuniga.

Diferentemente da Europa, onde se ergueram nas cidades verdadeiros monumentos artísticos, aqui raras fontes chamavam atenção. D. Pedro II, em passeio por Salvador, anotou uma preciosidade: a fonte do teatro da Piedade, em mármore, “com a figura da América suplantando um dragão, e deitando água por quatro cavalos-marinhos”.

Por falta de água, em muitas regiões havia queixas constantes, protestos e brigas envolvendo escravos e aguadeiros. Não faltavam confusões por várias razões nas bicas e nos chafarizes que ficavam depredados, prejudicando o abastecimento. Para evitar problemas, patrulhas públicas vigiavam os tanques e chafarizes como o da Carioca. Mantinham a ordem e puniam os infratores. Carroceiros iam de casa em casa oferecendo as bilhas cheias: eram os aguadeiros. Roupa suja era lavada por robustas lavadeiras ou escravas, à beira de rios e tanques, fora de casa. Em algumas localidades – caso de Salvador, por exemplo – chocava os viajantes estrangeiros ver lavadeiras misturadas aos jacarés e aos barris de excrementos despejados no mesmo lugar em que… se lavava roupa! Algumas fontes tinham currais de cimento para essa atividade. Muitos homens aproveitavam a proximidade para assediar mulheres que ali trabalhavam. Elas, por sua vez, aproveitavam para se encontrar, conversar, falar da vida alheia, trocar confidências.



*Pegar água no chafariz: um trabalho dos escravos.*

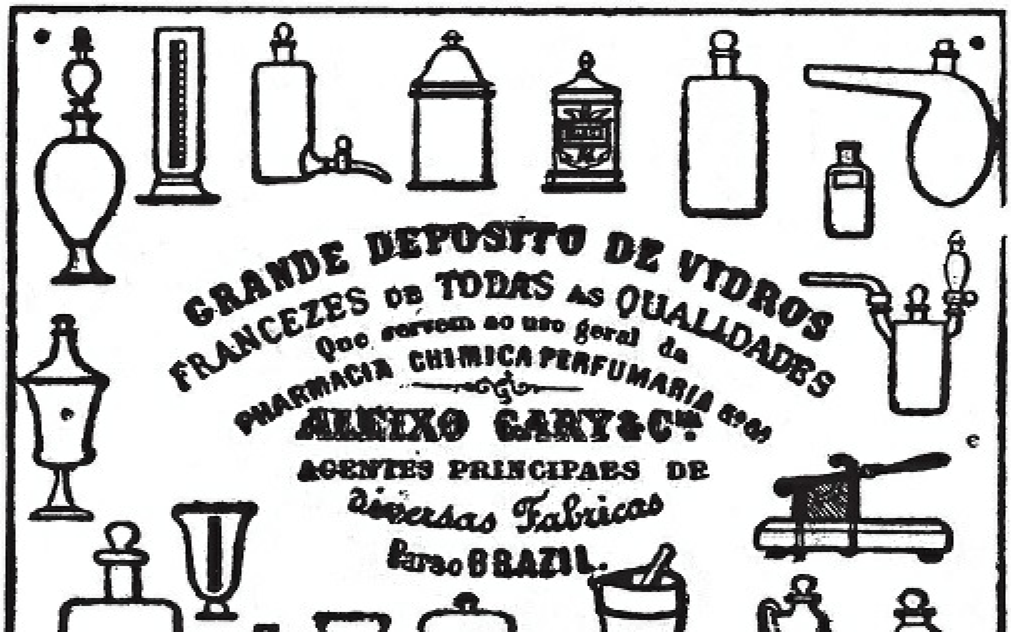
CARVALHO, José dos Reis. *Chafariz do Lagarto*. 1851.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

A lavagem de roupa, por sua vez, tornou-se uma verdadeira indústria, como descreve Debret:

> É de 1816 que data a inovação, no Rio, da indústria da lavagem de roupa. Essa época coincide também com a chegada de inúmeros estrangeiros à capital […]. A indústria importada da Europa tornou-se uma fonte de recursos para algumas famílias brasileiras da classe média; assim, por exemplo, [para] a viúva de um funcionário com vários filhos, cuja módica pensão não basta; assim [para] a mulata viúva de um artífice, que não pode manter seu estabelecimento com operários pouco habilidosos; [para] a solteirona etc.

Era grande a movimentação de pessoas ao redor do chafariz do Campo de Santana, também conhecido como Chafariz das Lavadeiras: em 1836 ele fornecia água para aproximadamente duas mil lavadeiras.

Quem morasse à beira de rios, usava o método de deixar a água repousar por 24 horas, para baixar o barro, como observaram Spix e Martius às margens do Amazonas. Ou usava os rios para transportar barris, sobre canoas, como foi visto em Recife. A água dos rios acionava moinhos de açúcar e milho, assim como monjolos em áreas rurais. Mais tarde, quando os cafezais começam a se multiplicar, acondicionado em tinas, o líquido amolecia os grãos de café.



GRANDE DEPOSITO DE VIDROS
FRANCEZES DE TODAS AS QUALIDADES
Que servem ao uso geral da
PHARMACIA CHIMICA PERFUMARIA &c.
ALEIXO GARY & Cia.
AGENTES PRINCIPAES DE
diversas Fabricas
para o BRAZIL.

*Multiplicam-se os recipientes para armazenar água.*

*Diário do Rio de Janeiro*, ano XLIV, nº 344, p. 4, 16 dez. 1864.
BIBLIOTECA NACIONAL [HEMEROTECA].

Diante da deficiência no abastecimento, os moradores viam-se na obrigação de comprar a água vendida em barriletes a domicílio pelos aguadeiros. Muitas vezes, água quente e suja. Quem conta é Kidder sobre a cidade de Belém: “Não há nenhum chafariz em toda a cidade. O único manancial de água potável fica a leste da cidade. Para conveniência das famílias que não dispõem de bastante criados, encontram-se, pelas ruas, aguadeiros transportando sobre o dorso de animais, pequenos barris de água potável. A água para serviços domésticos provém do rio e de alguns poços feitos nos arrabaldes”. Ela chegava também em bicas.

Dentro das casas, a água era armazenada em barris, bilhas ou potes de barro, acondicionados em lugares cobertos e arejados, o que mantinha a água fresca. Colocados sobre estantes, onde o ar as ventilava, tais bilhas mantinham o líquido quase gelado, segundo Kidder. Em Recife, as quartinhas ficavam na janela, recebendo a fresca da aragem. No final do século, a bilha de barro seria substituída pela lata. Em período de seca, o problema no abastecimento tornava-se ainda maior, e a população para obter água era obrigada a pagar mais caro pelos serviços dos aguadeiros. Ainda no final do século, esses últimos, sem cerimônias, invadiam as casas para encher banheiras e potes. Em Aracati, no Ceará, quem puxava as carrocinhas com seus pequenos barris, não eram bois, mas carneiros, segundo um viajante. No Pará, os carros d’água eram puxados por “cavalos trotões e esqueléticos” – contaram Kidder e Fletcher. Na virada do século, carros-pipa montados sobre rodas e conduzidos por mulas eram requisitados durante os incêndios.

“A água é distribuída à venda pela cidade em grandes pipas, pelos negros, e em regra custa a pipa 30 a 40 réis, mas, às vezes, na estação cálida quando não é bastante a água acumulada pela chuva na bacia do pé do Corcovado e da nascente, ela custa 200 e até 320 réis em papel” – registrou o militar e aventureiro Carl Seidler.

A maior parte da água do Rio de Janeiro vinha do aqueduto “do Carioca”. Por meio de canais sustentados por majestosos arcos, semelhante aos aquedutos romanos, atravessava montes e vales, conduzindo a água das nascentes do Corcovado até as diversas fontes e tanques da cidade. Os prussianos Theodor von Leithold e Ludwig von Rango relataram a importância desse aqueduto em período de estiagem: “A água vem das montanhas por aquedutos e […] é conduzida a diversas e bonitas fontes localizadas em praças públicas […] na estação seca do ano, reina uma grande aglomeração em torno dos chafarizes, porque os carregadores de água têm que esperar horas até poderem encher suas vasilhas”. O aqueduto amenizava os problemas de falta de água.

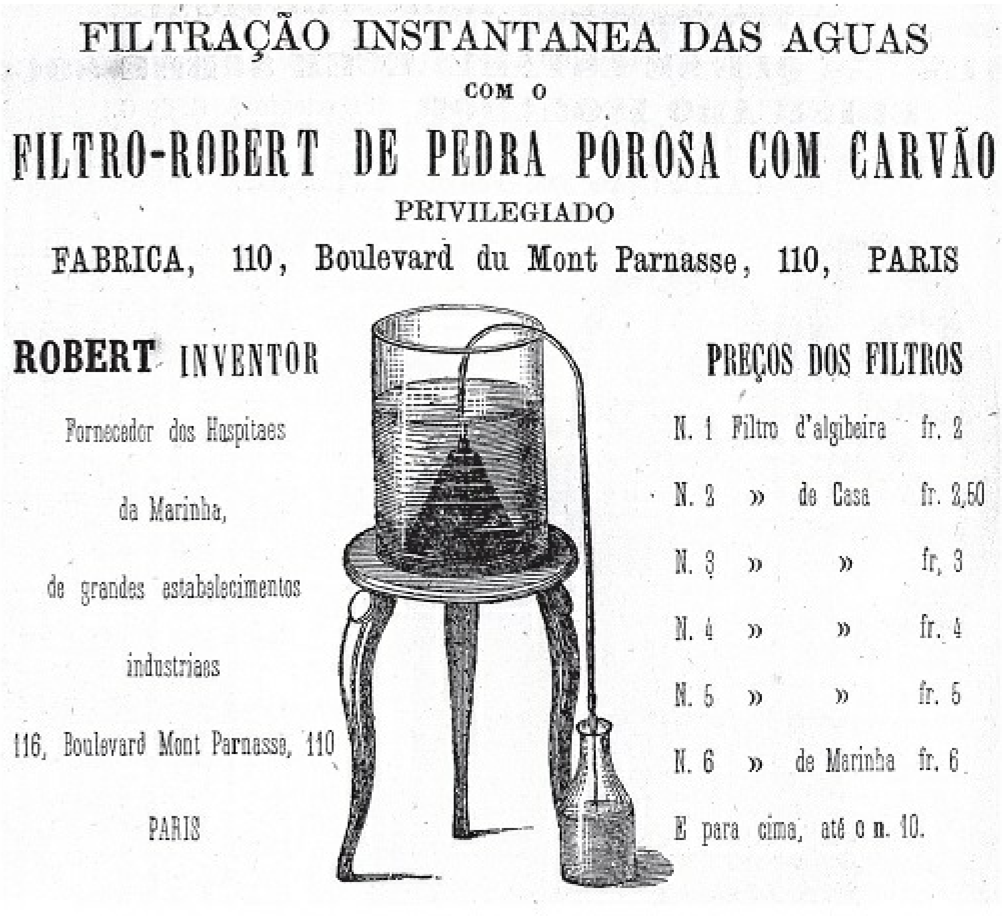
*Divulgação dos símbolos da monarquia.*

Garrafa, 1851/1900.
MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC.

Que gosto tinha as águas que se bebia? Em rios e bicas, podiam ser férreas, terrosas, ácidas, doces, salobras, pesadas, leves, agradáveis ou intoleráveis ao paladar. O gosto e o odor serviam de categoria científica para identificar suas qualidades. Em 1853, na ilha do Morro de São Paulo, em Salvador, o próprio imperador d. Pedro II, em viagem, registrou: “A água que me deram para beber era pouco clara, mas dizem que é boa, e não me pareceu má de gosto; é verdade que tinha bastante sede e a localidade passa por sadia, ainda que a gente não o pareça pela fisionomia”. Já na capital da Bahia, ao beber a água da Companhia de Queimado, criada em 1852 para abastecer a cidade, achou que essa “tinha gosto de ferro”. Isso acontecia pois, sempre que o serviço limpava os canos, a linfa ganhava mau gosto e era, segundo o imperador, “fervida” para consumo. No forte do Mar ou de São Marcelo, ele bebeu água de cisterna. Ao subir o rio São Francisco num pequeno vapor, preferiu consumir água mineral vinda de Vichy, na França, pois aí a natural, segundo ele, era “péssima”. Na cachoeira de Paulo Afonso, bebeu água do rio, que achou boa. E nem se importou de, em Penedo, sorver aquela “conservada em vasos por dias”. Conhecer os sabores da água tinha importância, sim. Conhecer sua espessura e defeitos, tanto servia como categoria científica para os relatórios dirigidos às autoridades locais, quanto valia como conhecimento mesmo, pois se acreditava que o líquido guardava propriedades de vida e morte. Ele podia transmitir doenças de todo o tipo, capazes de entrar pelos poros do corpo, aniquilando o indivíduo.

Na região das secas, reinavam as cacimbas: poços de dois ou três pés até que se chegasse à água. Se rasos, bastava cavar o lençol freático, alguns palmos. Uns eram protegidos por barricas, outros, emporcalhados pelo gado que vinha ali beber. Em áreas rurais, em qualquer província, os regos-d’água formavam a espinha dorsal das fazendas, articulando as partes produtivas. A partir deles, girava o cotidiano de trabalho. A ausência da água, sua pouca quantidade ou má qualidade impediam o funcionamento de toda a cadeia produtiva. Para ficar num exemplo, em Goiás, certa Fazenda Lagoa, concluída em 1872, foi vendida, desmontada e remontada, a uma légua de seu local original, perto de um curso d’água estável.

Técnicas e bombas trazidas pelo comércio com o estrangeiro aceleraram as mudanças. Em Salvador, o saneamento melhorou, entre outras razões, por terem sido realizadas obras hidráulicas com a instalação de motores a vapor, fabricados na França, possibilitando um benéfico suprimento de água potável para a cidade alta. Na cidade de Rio Grande, em 1882, a água era recolhida graças a uma bomba, filtrada através de areia e distribuída. Graças ao melhor fornecimento, o banho de bacia foi trocado pelos primeiros banheiros, com banheiras de louça ou de ferro esmaltado.



FILTRAÇÃO INSTANTANEA DAS AGUAS
COM O
FILTRO-ROBERT DE PEDRA POROSA COM CARVÃO
PRIVILEGIADO
FABRICA, 110, Boulevard du Mont Parnasse, 110, PARIS

**ROBERT** INVENTOR
Fornecedor dos Hospitaes
da Marinha,
de grandes estabelecimentos
industriaes
116, Boulevard Mont Parnasse, 110
PARIS

PREÇOS DOS FILTROS

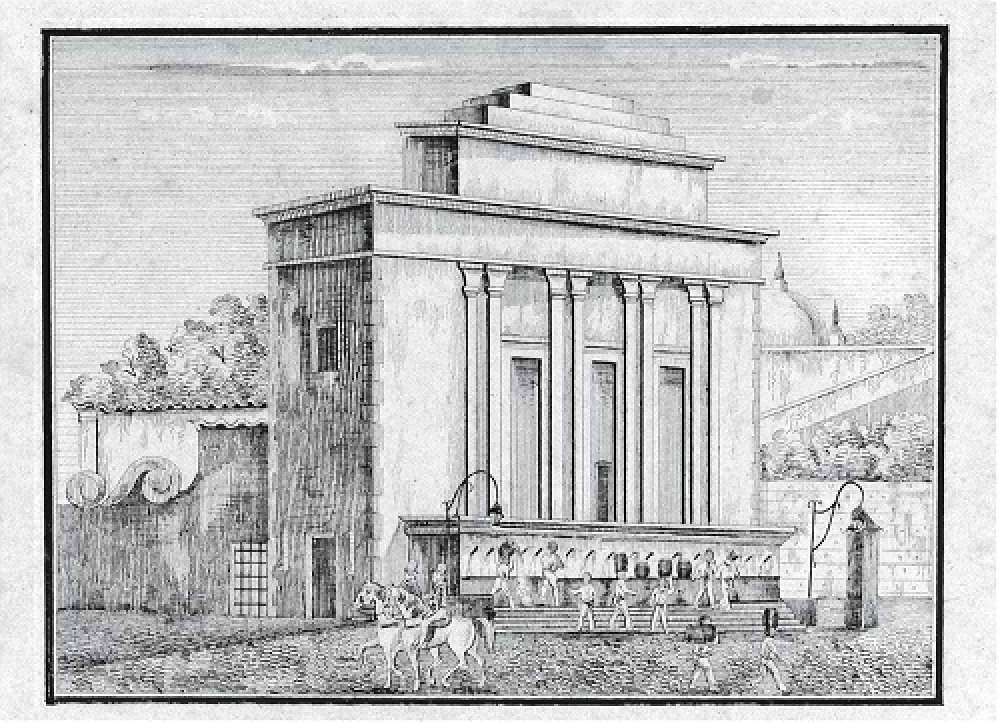
| | | |
|---|---|---|
| N. 1 | Filtro d'algibeira | fr. 2 |
| N. 2 | » de Casa | fr. 2,50 |
| N. 3 | » » | fr. 3 |
| N. 4 | » » | fr. 4 |
| N. 5 | » » | fr. 5 |
| N. 6 | » de Marinha | fr. 6 |

E para cima, até o n. 10.

*Almanaques estimulavam a importação de higiênicos filtros de água.*

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, ano 27, p. 693, 1870.
BIBLIOTECA NACIONAL [HEMEROTECA].

Por ocasião de verões caniculares, quando baixava o nível dos reservatórios e as bombas iam buscar as últimas gotas no fundo do poço, todos tinham calor e sede, inclusive os animais. Esperava-se, então, examinando o céu, que caísse a chuva benfazeja para encher cacimbas e alimentar rios. Não faltavam orações para encorajar o bom Deus a dirimir os problemas de água, não enfrentados pelas autoridades.



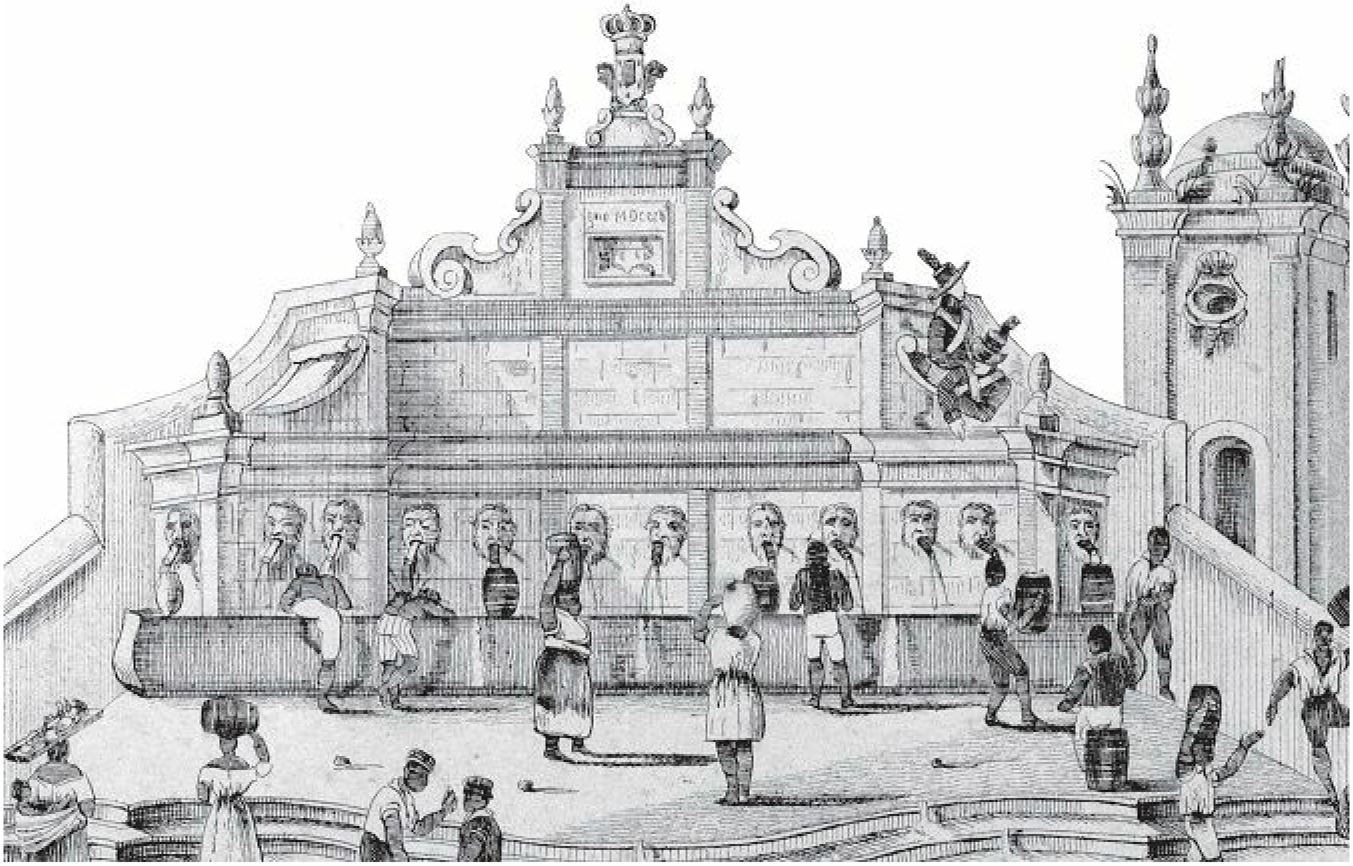
*Os chafarizes garantiam o abastecimento de água nas cidades.*

LUDWIG; BRIGGS [?]. *Antigo chafariz da Carioca [e] novo chafariz da Carioca*. [1845]. BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Surtos epidêmicos não raro coincidiam com os períodos de seca, aumentando a insatisfação geral. A imprensa denunciava o problema e reclamava soluções, pois o preço da água subia a um extremo intolerável. No ano de 1889, num momento difícil para a cidade atingida pela seca, por um surto de febre amarela e por agitações políticas, o jovem engenheiro Paulo de Frontin publicou no *Diário de Notícias* um artigo que se tornaria famoso: prometia trazer à corte entre 12 e 15 milhões de litros de água em seis dias, caso o governo lhe providenciasse verba, mão de obra e infraestrutura necessárias. Uma semana depois de iniciadas as obras, as águas das cachoeiras do rio Tinguá, na Baixada Fluminense, chegaram à represa do Barrelão, por meio de tubulações instaladas ao lado da Estrada de Ferro Rio d'Ouro. Bons tempos em que tais iniciativas funcionavam!

As obras para fornecimento de água encanada diretamente para as casas tiveram início na segunda metade do século XIX. Em 1876, a cidade contava com apenas 7.066 casas e propriedades com ligação direta, enquanto havia 47 chafarizes e 861 pilastras com torneiras e bicas nas esquinas e nas praças. Novas captações traziam água do rio d'Ouro, na região de Nova Iguaçu, e de outros mananciais, enquanto diversos reservatórios eram construídos. Mas, importante, a água encanada beneficiava apenas a população de maior renda. A chegada do século XX não significou o fim dos chafarizes. Eles continuaram como única fonte para a população de cortiços, favelas e regiões pobres da cidade. As aglomerações ao redor das bicas dos subúrbios eram as mesmas dos tempos coloniais. O chafariz do Largo da Carioca ainda era usado pelas famílias que moravam nos morros de Santo Antônio e do Castelo. “É para aí que um populacho, esmolambado e sujo, desce do morro de Santo Antônio […] e vem de outro morro, o do Castelo, pela famosa Chácara da Floresta. Em Santo Antônio, as mulheres trabalham muito. Lavam e engomam para fora por preços vis” – escreve o cronista Luiz Edmundo. Também moradores do morro da Providência, na região central da cidade, dependiam das bicas no seu dia a dia. Era a “lata d’água na cabeça”, imagem que, mais tarde, inspiraria um samba.

São Paulo, por sua vez, teve, sob a batuta do governador João Teodoro Xavier, a organização não só de sua rede de água, mas também a de esgotos e gás. A cidade passou a atrair os lucros da lavoura, e a gente do campo migrou para a cidade. Às vésperas da Abolição, a cidade contava com 47.697 habitantes, 25% dos quais eram europeus e 1% escravos.



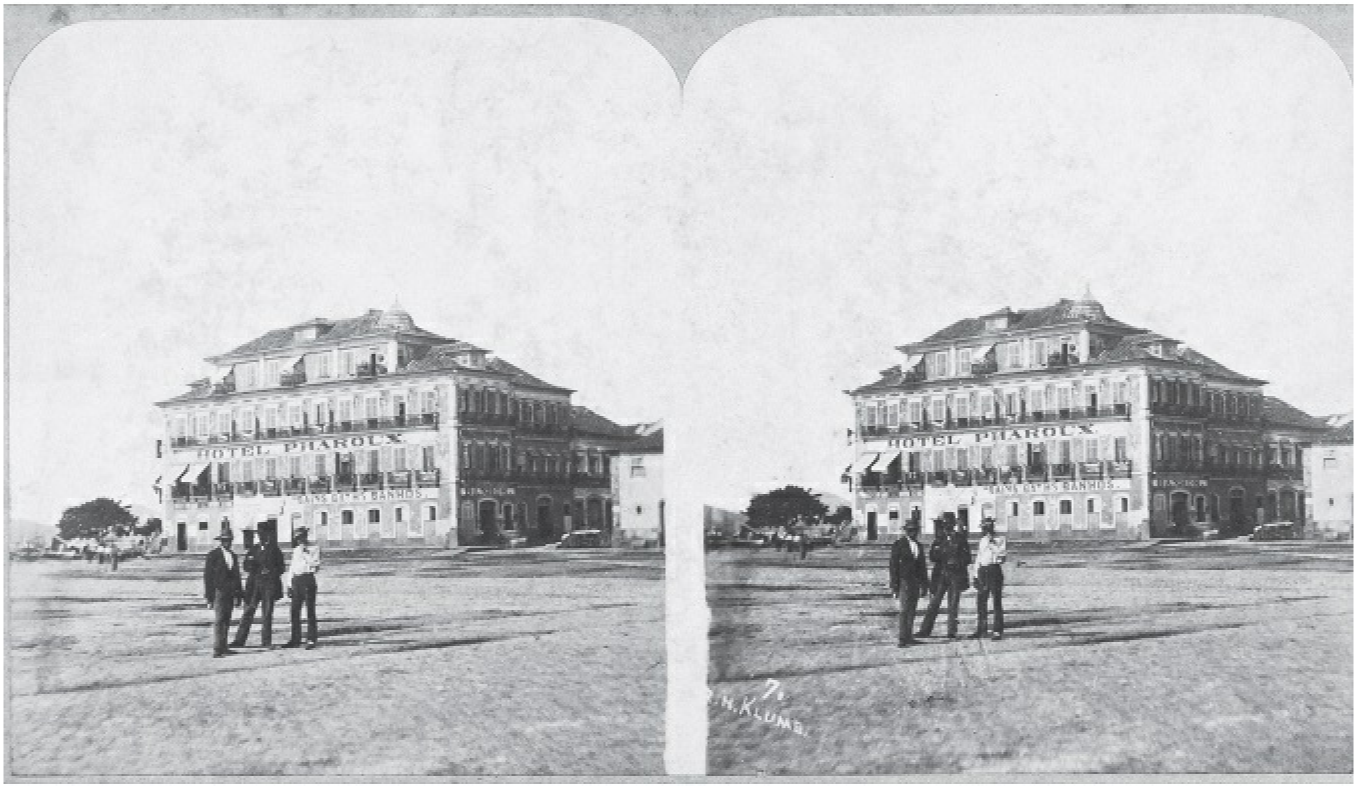
# 4. CANTANDO NO BANHEIRO

HOTEL PHAROUX
BAINS BATHS BANHOS.
BANHOS.

Buscavam-se casas para comprar ou alugar que tivessem seu poço, com caçamba e lavadouro. Elas valiam mais, mas valiam a pena. Não era raro um anúncio como o que se lia na *Gazeta* *do Rio de Janeiro* no início de 1818. Certo cavaleiro Diogo Gambier, cônsul de Sua Majestade Britânica, oferecia, em Botafogo, uma propriedade com "Casas nobres bem repartidas, com água de beber, banho de água doce, cocheira, cavalariça e outras tantas comodidades por ser tudo num terreno regado com água doce […] muito conveniente por ser junto à pequena enseada de Bota Fogo para os banhos de mar".

Lembra Gilberto Freyre que o banho salgado ou banho de mar, ao mesmo tempo higiênico e recreativo, se desenvolveu entre nós por influência dos ingleses que um pouco mais tarde, introduziram também o *water closet*. Em algumas casas, instalaram-se assentos com depósitos inodoros, de fabricação inglesa, os chamados banheiros, além dos lavatórios. Mas continuava a reinar o vaso de alças, ou penico. O Império enriquecia, mas não se limpava. Era comum, na metade do século, as carroças levarem barris hermeticamente fechados para pontos distantes da cidade. O sobrevoo dos urubus acusava a geografia dos dejetos.

O Recife, assim como o Rio de Janeiro e Salvador, sofria com sérios problemas provocados pelo inchaço populacional. Numa época em que o sistema de esgotos ainda não existia, o que fazer com os dejetos e águas sujas – ou "águas servidas" –, produzidos diariamente pela população? Nas cercanias das cidades e em locais onde existiam grandes terrenos, era fácil abrir buracos para servir de fossas, mas também se atirava de tudo diretamente nos rios e mangues, explica a historiadora Manuela Arruda dos Santos. Nos centros urbanos, porém, era mais complicado livrar-se dos dejetos. Para os médicos higienistas, o vai e vem dos barris de dejetos pelas ruas aumentava o perigo dos miasmas – como eram chamadas as supostas emanações que viajavam pelo ar, na época, consideradas responsáveis por moléstias, como os surtos de "febres malignas", sarampo, varíola, disenterias, lepra, sarnas, oftalmias e tantas outras doenças tão comuns ao longo de todo o século XIX.

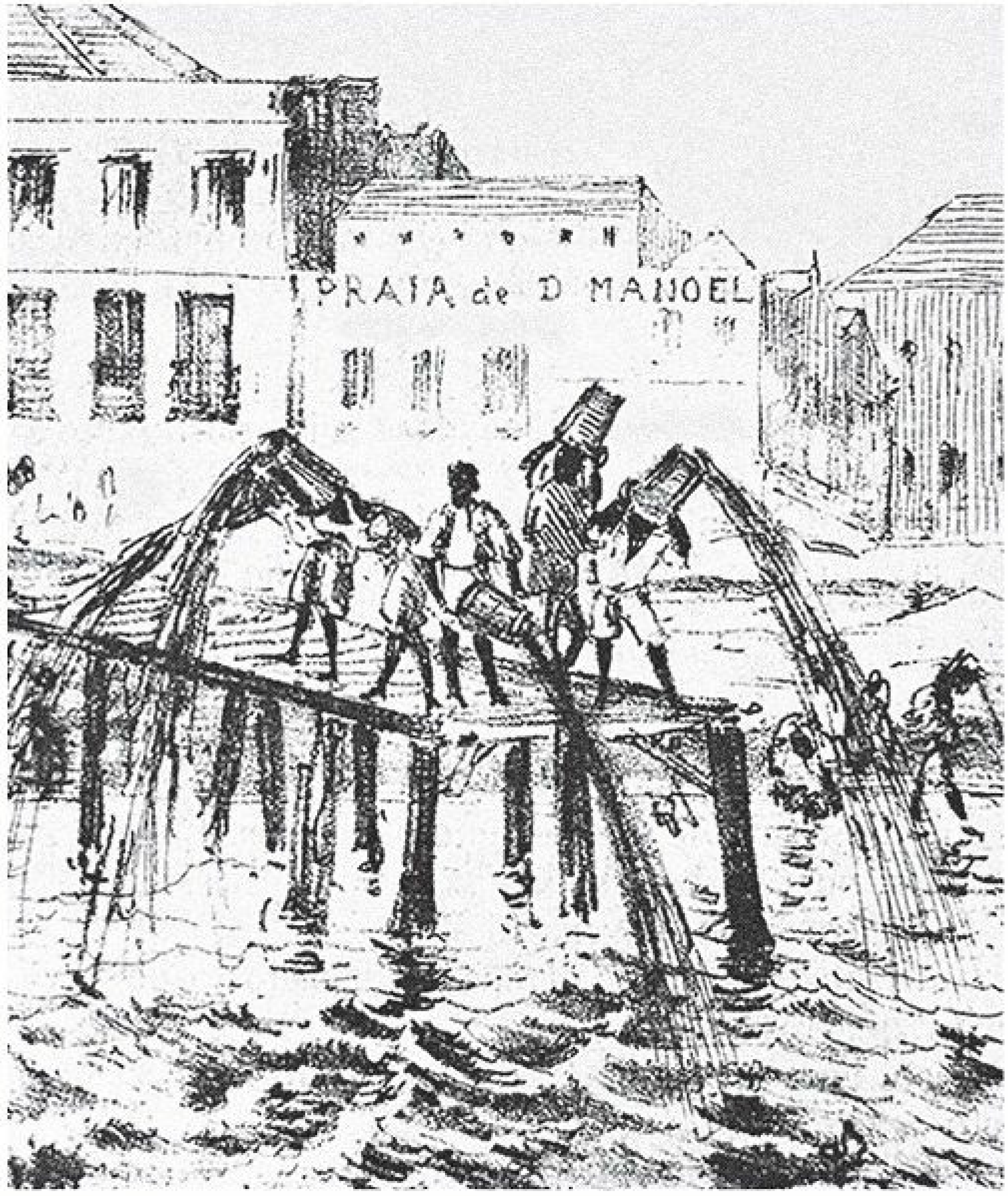


*Hotel e casas de banhos no Rio de Janeiro.*

KLUMB, Revert Henrique. *L'Hôtel Pharoux*
(Largo do Paço).
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

O tratamento dado aos dejetos líquidos gerava frequentes queixas dos moradores, porque outro hábito comum na cidade era o despejo dos penicos do alto dos sobrados, sem perdoar o caminhante que passava distraído pela rua, a qualquer hora do dia ou da noite. Algozes ficavam à espreita por trás das janelas dos sobrados, esperando algum desafeto passar para "honrá-lo" com excrementos atirados pela janela. A situação era tão séria que, em 1831, a Câmara Municipal de Recife editou um regulamento determinando que o arremesso de "águas servidas" para a rua só poderia ser feito à noite, e, mesmo assim, após ser dado um aviso prévio por três vezes seguidas: "Água vai!… Água vai!… Água vai!".

O infrator estaria sujeito à multa e deveria pagar indenização pelos prejuízos causados à vítima. Mais uma vez, a lei não "pegou": banhos involuntários e malcheirosos continuaram marcando a paisagem recifense.



*Água poluída: escravos jogavam dejetos domésticos em rios e no mar.*

*Semana Ilustrada*, nº 5, p. 36, 1861.
BIBLIOTECA NACIONAL [HEMEROTECA].

O hábito causava repulsa aos viajantes estrangeiros, como Charles Darwin que, de passagem pelo Recife em 1836, afirmou que a cidade tinha um aspecto repugnante: “as ruas são estreitas, mal calçadas e imundas”. George Gardner considerava todas as cidades e capitais do país terrivelmente sujas.

A situação se agravava nas épocas de epidemia. Foram as constantes moléstias que serviram de base para a reformulação das noções de higiene. Entre as iniciativas para controlar as emanações maléficas, foram pavimentadas e drenadas algumas ruas. O espaço público também passou a ser lavado com a ajuda de moradores, e foram publicadas instruções favoráveis à circulação do ar e da água, como a construção de chafarizes com água potável e a proibição de sepultamentos dentro das igrejas. Incentivado pelos governantes e pelos médicos higienistas, o banho, que ainda não era um costume diário para boa parte da população, passou a ser visto como uma defesa suplementar contra as doenças. Já em alguns pontos das margens do rio Capibaribe existiam pequenos cercados feitos de palha onde as famílias iam banhar-se, protegidas dos olhares alheios.

Os tigres, presentes desde o período colonial, também entraram na mira das autoridades. O francês, Louis Vauthier, encarregado da construção do Teatro Santa Isabel, para "civilizar" as elites, ficou chocado ao ver que elas não possuíam privadas em seus sobrados. Tal ausência, segundo ele, "era cousa grave" e requeria "explicação". Um relatório sobre a saúde pública, apresentado à Presidência da Província de Pernambuco, em 1854, ressaltava a inconveniência de se transportarem dejetos em barricas, e propunha sua substituição por latrinas móveis e hermeticamente fechadas. Em 1858, houve a primeira tentativa de organização de uma empresa responsável por implantar um sistema moderno de esgotos na cidade. Acreditava-se que, com tal empreendimento, o Recife ganharia ares de civilidade, tendo como referência as ideias francesas. Não foi por acaso que um francês, o engenheiro Charles Louis Cambronne, obteve o direito de explorar o serviço, cujo contrato previa o escoamento das "águas servidas" para o rio, por meio de canos de ferro ou de grés, espécie de cerâmica vitrificada.

Já as matérias sólidas seriam depositadas em caixas de madeira revestidas de metal, que a empresa forneceria a cada domicílio, explica ainda Manuela Arruda dos Santos. Após quinze dias, esses depósitos seriam transportados para locais distantes por carros da companhia, que também se ocuparia da coleta do lixo doméstico e das ruas. As obras levariam cinco anos e os contribuintes pagariam uma quantia anual pelo serviço.

A primeira tentativa não deu certo. Os custos para a concretização do projeto eram elevados, e a população não via com bons olhos tantas mudanças. Mesmo assim, em 1865, foi renovado o contrato com o dito engenheiro. Cláusulas adicionais previam que Cambronne deveria assegurar à população um sistema completo de limpeza e escoamento de dejetos das casas existentes e das que viessem a ser construídas. Prédios e sobrados tinham que ter ao menos uma latrina por andar. Seriam construídos vasos e mictórios públicos, e a cidade ficaria dividida em três distritos: Recife, Santo Antônio e Boa Vista.

No intuito de regularizar a coleta, a empresa teria preferência na remoção do lixo dos domicílios, regularizando assim o trabalho que antes estava a cargo de escravos e negros de ganho. O sistema proposto era o mais eficiente da época, exigindo dupla canalização, emprego de máquinas a vapor e adoção de aparelhos a sifão, semelhantes aos de Londres, com abundante suprimento de água.

O fato é que, por volta de 1867, os jornais da cidade reclamavam que o projeto dos esgotos ainda não havia saído completamente do papel, pois o número de latrinas era insuficiente e a canalização dos esgotos não chegara a boa parte das casas. Descontente, a população apelidou de *cambronne* os aparelhos de latrina. A companhia, por sua vez, argumentava que os moradores não utilizavam os vasos corretamente, lançando panos, ossos, espinhas de peixe e outros resíduos de cozinha, o que obstruía o sistema e causava prejuízos.

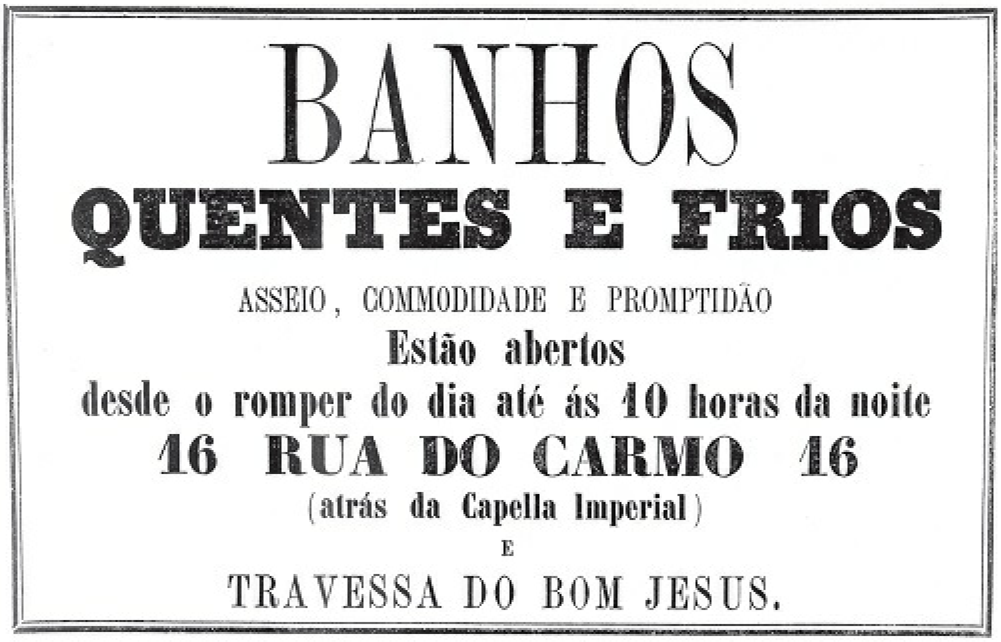
A melhor distribuição de água corrente introduziu outros hábitos de higiene, como o uso da privada, então conhecida por suas designações em língua estrangeira como *water closet* ou *retraite*. A do escritor José de Alencar, por exemplo, ficava em seu "gabinete de vestir". Antes, as pessoas "se aliviavam" em pátios, "casinhas", "cagadouros" sobre chiqueiros de porcos. Em cabungos, penicos ou nas ruas. Era considerado indelicado olhar ou cumprimentar alguém que estivesse se aliviando nas ruas. O "vaso pedestal" com descarga conectada aos encanamentos se disseminou a partir de 1884, depois de ter sido inventado por George Jennings. Mas, apesar de sua eficiência, nem sempre foi adotado sem resistência. Caso exemplar foi contado em suas memórias pelo líder político, Gregório Bezerra. Órfão aos oito anos foi morar em Recife, com a família de fazendeiro riquíssimo. Nessa casa, decorada com todos os artefatos da modernidade, inclusive quartos de banho azulejados e com a novidade da privada, o menino era obrigado a limpar diariamente… os penicos!

O sistema de esgotos funcionou precariamente durante a segunda metade do século XIX, contribuindo para a proliferação de epidemias, principalmente as de tifo e disenteria. Sem manutenção e higienização adequadas, as latrinas se transformaram em focos de ratos e baratas dentro das casas. O mau estado de conservação dos canos provocava a contaminação do solo, e as descargas eram insuficientes. Assim, os tigres continuariam a passear com seus repugnantes conteúdos pelas ruas de várias capitais, e, durante muitos anos, ainda se ouviria falar das feras terríveis que ali vagavam durante a noite.

A chegada da água em algumas casas transformou rapidamente a vida de todos os seus moradores, dando leveza a um fardo secular. Para toda uma geração, o progresso rompia com a parcimônia, ao mesmo tempo em que as velhas tradições ditavam uma desconfiança contra os malfeitos da água e do excesso de seu consumo. Banhar-se em alguns rios, com o corpo suado, fazia adoecer – rezava a lenda. Caso, por exemplo, do rio das Velhas, em Minas.

As pessoas se banhavam? Em viagem à Bahia, d. Pedro II registrou em diário no dia 8 de outubro de 1853: "Vou tomar meio banho, ler e dormir". O que era o meio banho? O resultado dessa prática se pode adivinhar: quando a educadora alemã Ina von Binzer chegou, em 1882, ficou impressionada com o pescoço e as orelhas imundas dos brasileiros. Para essa breve limpeza, eram usados jarros e bacias em prata ou pó de pedra. Sim, pois nossos antepassados tinham medo, insisto, medo do banho. Em seu lugar, o hábito de "limpar a seco", com um pano úmido, estava disseminado em todas as classes sociais.

Para o asseio, usavam-se receitas transmitidas pela tradição oral: o sabão feito com cinzas, por exemplo, lavava os cabelos. O uso do vinagre afastava moscas e evitava mau cheiro. Carvão e álcool clareavam os dentes. Banhos de assento com folhas medicinais resolviam problemas uterinos. Mas, atenção: higiene diária das partes íntimas podia abalar a virtude ou despertar sentimentos imperdoáveis numa mulher honrada.



BANHOS

**QUENTES E FRIOS**

ASSEIO, COMMODIDADE E PROMPTIDÃO

**Estão abertos**

**desde o romper do dia até ás 10 horas da noite**

**16 RUA DO CARMO 16**

**(atrás da Capella Imperial)**

E

TRAVESSA DO BOM JESUS.

*Propaganda de casas de banhos cariocas.*

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, ano 10, p. 71, 1866.

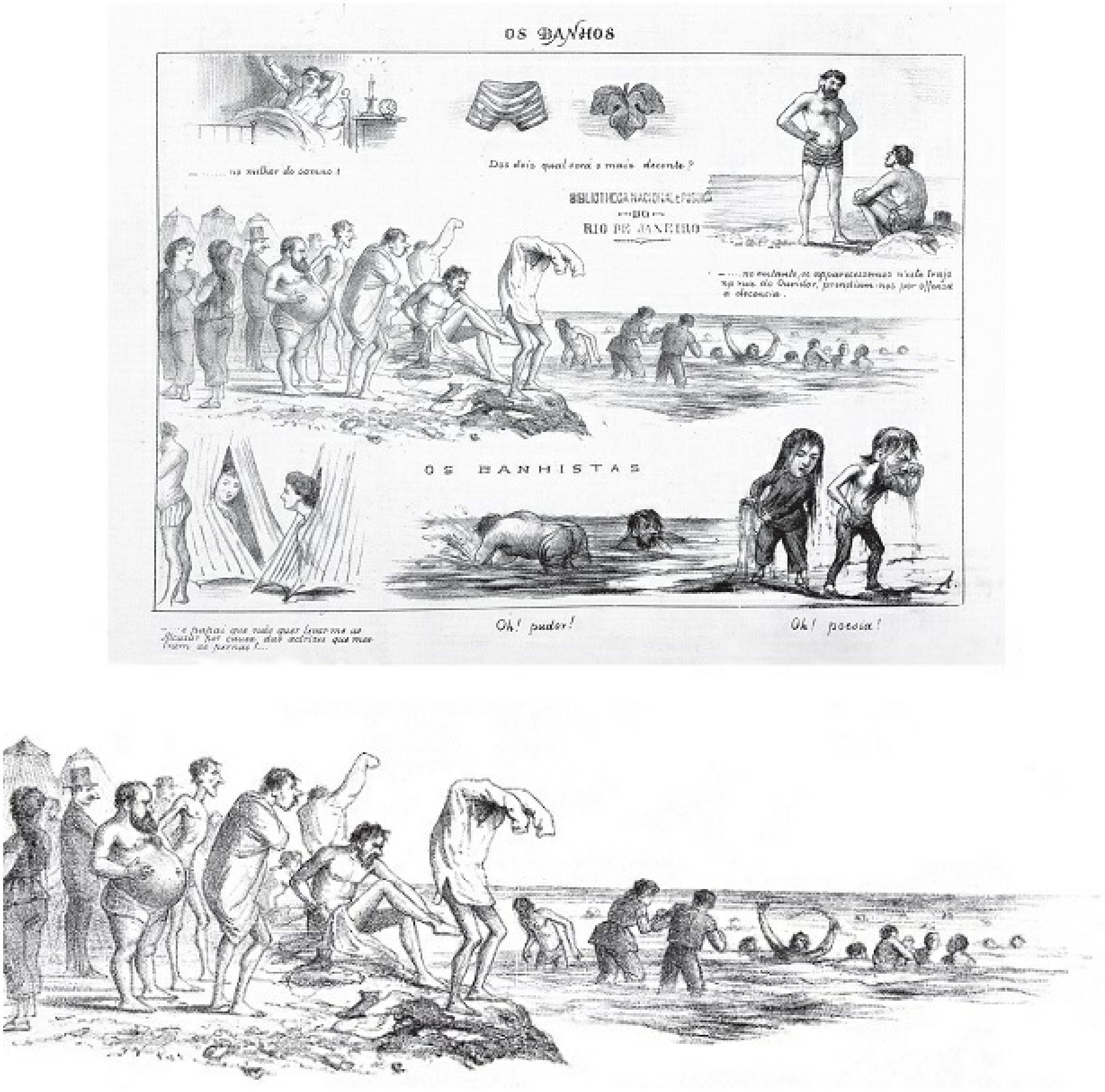
BIBLIOTECA NACIONAL [HEMEROTECA].

Nos anos 1860, surgiram as primeiras casas de banhos nas capitais. Numa delas, a Casa de Banhos Pharoux, nos arredores da rua do Ouvidor, Rio de Janeiro, os clientes eram interpelados por um anúncio revelador: “Venha tomar banho na Pharoux, que é do que o senhor precisa”! Em São Paulo, A Sereia Paulista oferecia serviços a uma clientela ainda muito desconfiada dos benefícios de uma banheira. Afinal, elas não se pareciam a “caixões de pedra e cal” onde as pessoas podiam se afogar? Além disso, pagar por um bem natural, a água, parecia aos possíveis frequentadores, muito esquisito.

Temores de ordem moral rondavam igualmente as casas ou quartos de banho – nome que se dava ao banheiro. Afinal, o enlanguescimento provocado pela água quente, a nudez, o olhar para si e a masturbação eram riscos que corriam os que se banhavam com assiduidade. Daí o emprego de camisolas para senhoras e de paninhos atoalhados com os quais elas evitavam se tocar diretamente.

Em 1867, o médico francês, Merry Delabost, inventou a ducha moderna. O achado, que servia originalmente para a higiene dos prisioneiros agrupados no presídio de Bonne Nouvelle, em Paris, foi exportado para cá. Quanta desconfiança despertava, naquela época, uma simples ducha! Denominados “Banhos de chuva” ou “Banhos de regador”, temia-se que o jato d’água sobre a cabeça causasse palpitações. Não faltava quem, ao recebê-lo, gritasse, crispando mãos e pés. Apesar dos sustos, as duchas eram consideradas um santo remédio para doenças as mais variadas. D. Pedro II, por exemplo, não passava sem as suas, tomadas no estabelecimento elegante de um francês, Antoine Court, o Imperial Estabelecimento Hidroterápico, em

Petrópolis.


OS BANHOS
Dos dois qual será o mais decente?
OS BANHISTAS
Oh! pudor!
Oh! poesia!

*O banho de mar era considerado imoral pela imprensa.*

*O Mosquito*, ano 4, nº 130, p. 8, 9 mar. 1872.
BIBLIOTECA NACIONAL [HEMEROTECA].

Pouco acostumados a tais luxos, muitos clientes recebiam orientações para se comportarem adequadamente em tais casas de banhos. No famoso Hotel Moreau, na Tijuca, Rio de Janeiro, um letreiro, diante da piscina, explicava: “É expressamente proibido tomar banho sem calças, no banho usar sabão, pós de dentes ou outros ingredientes.” Por isso mesmo, nos jornais da década de 1870, anúncios apregoavam ter chegado de Paris, “interessantes costumes do último gosto para homens e senhoras que desejarem tomar banhos salgados, além de sólidas fazendas para resistir à água salgada”. E um adendo: a elegância dos trajos nada deixava a desejar.

Ficar inteiramente nu era mal aceito. A partir de 1870, os banhos de rio “em trajes de Adão” passam a ser proibidos por posturas municipais. E a mentalidade austera convidava a gente brasileira a pensar a falta de banhos completos por outro prisma. "Banhos de gato", esfregações com vinagre, lavar as mãos antes das refeições, roupas brancas limpas e perfumadas, cômodos defumados, asseguravam a autoestima e a sensação de se "estar limpo". Ia caindo em desuso considerar-se o cheiro corporal como algo "natural". O chuveiro se tornava, pouco a pouco e em toda a parte, uma instituição.

A cabeça, contudo, raramente merecia cuidados ficando a cargo das mulheres catar os tradicionais piolhos. Os longos cabelos femininos eram cantados em prosa e verso por poetas e dispostos em tranças ou outros penteados. Quem não possuía uma cabeça bem composta, comprava as tranças vendidas em bandejas pelas ruas. Os homens derramavam sobre os seus cabelos o perfumado óleo de macassá.

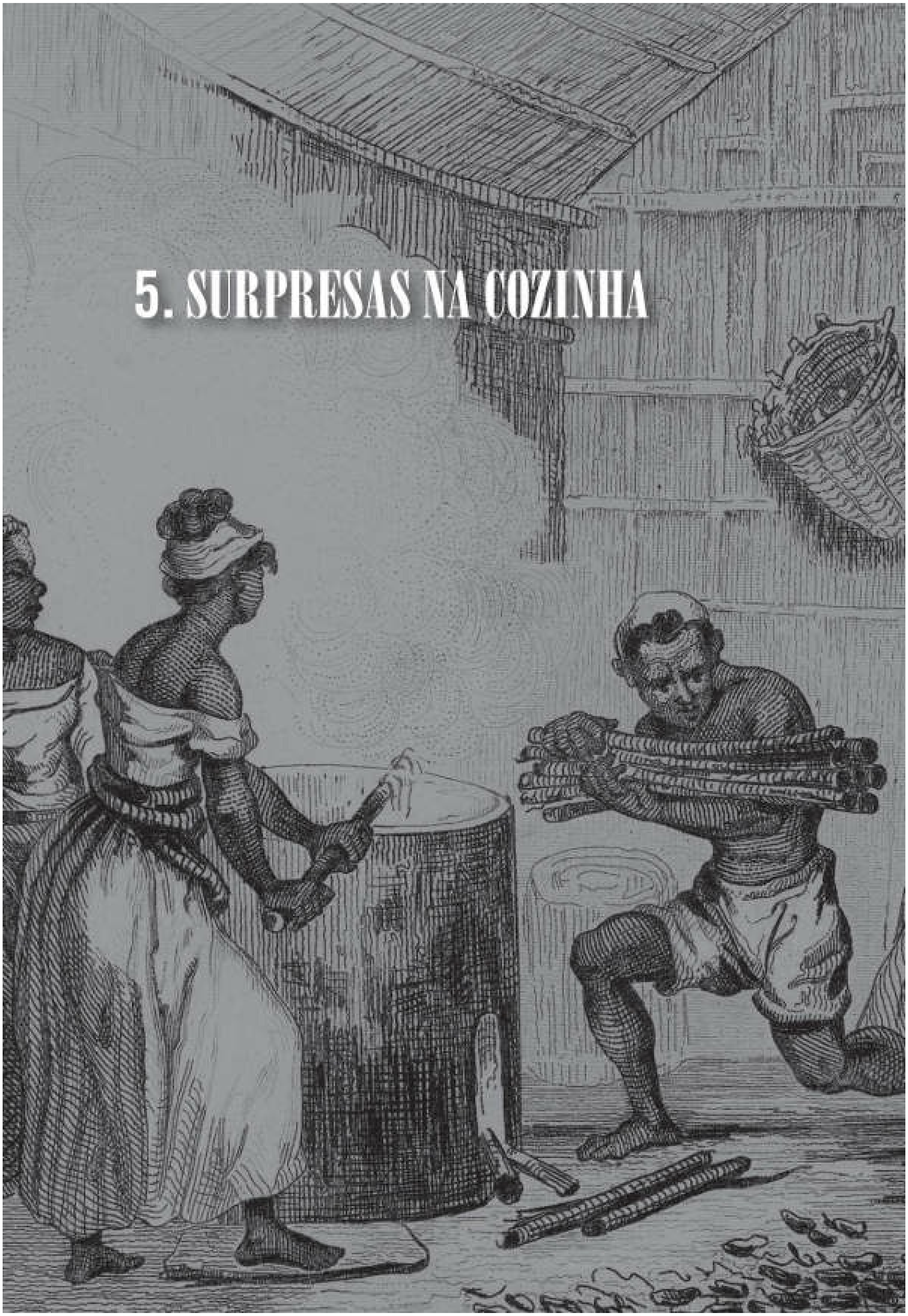
Junto com a invasão da água, multiplicam-se os produtos de estética e higiene. Um primeiro momento teve lugar nas décadas que se seguiram à vinda da família real para o Brasil. A abertura dos portos às nações amigas trouxe para cá dentistas, cabeleireiros, joalheiros, peruqueiros, perfumistas e costureiros estrangeiros. Rapidamente, produtos importados ganham as prateleiras. Em 1817, o negociante francês Carlos Durand fazia saber a seus clientes que haviam chegado novidades: perfumes diversos, água de *Cologne*, diversas essências e vinagres para toucador e para mesa, sabão, leques de toda a sorte, escovas e pentes de todas as qualidades, mesas e espelhos de toucador, espelhos de todos os tipos, com e sem moldura. Palavras estrangeiras ganhavam espaço no diálogo do dia a dia: "No salão do *maître coiffeur* se quiser cortar o cabelo, será conduzido a um gabinete de espelhos onde poderá fazer o corte à *française* ou à *l'anglaise*".

Esse amplo mercado de consumo só fez crescer. Na segunda metade do século XIX, as revistas femininas, como o *Jornal das Famílias* e mais tarde, a *Revista Feminina*, se enchiam de anúncios de cremes feitos com mel, óleo de amêndoas doces e águas de rosas para o rosto, braços e mãos femininas. A arte da beleza passa a ser um capítulo à parte nas publicações e nas conversas. E a mulher ganha uma função ornamental diretamente proporcional ao crescimento do uso de produtos e serviços estéticos. Os artigos sanitários como *serviettes*, calçolas e toalhas higiênicas encheram os armários femininos. Tinturas para os cabelos de ambos os sexos, como a Chinesa, se anunciavam assim: "Não confundir esta tintura com outras que por aí se vendem que as mais das vezes não tingem o cabelo, mas queimam a pele". Começava a batalha contra os cabelos brancos, os da cabeça, mas também os das barbas e bigodes.

Apenas ao final do século teria início o combate aos micróbios. O uso de desinfetantes e de sabonetes, a decoração de banheiros, tudo, enfim, buscava mudar o imaginário da limpeza. Denise Sant'Anna explica que as transformações atingiam as pessoas em suas casas, mas também as cidades. Diante de novos cafés e restaurantes, quiosques e tabernas pareciam sujos. Melhor evitá-los.

A partir da década de 1880, a higiene passou a ser entendida como um instrumento de conforto e progresso, assim como uma ciência capaz de combater as impurezas invisíveis a olho nu. Micróbios? Agora se sabia: existiam aos milhões. Eram minúsculos, mas, perigosíssimos. Melhor se precaver tomando as *Pílulas Vegetaes da Graça de Deus*, como sugeria certa propaganda. É sempre bom lembrar que foi um longo caminho esse que substituiu hábitos tradicionais por novos. E que a associação entre pobreza, sujeira e doença foi se consolidando à medida que a indústria do banho e da higiene mudava a sensibilidade em relação ao corpo.

# 5. SURPRESAS NA COZINHA



PÁGINAS 202 E 203

*Cozinha: a preparação da farinha de mandioca.*

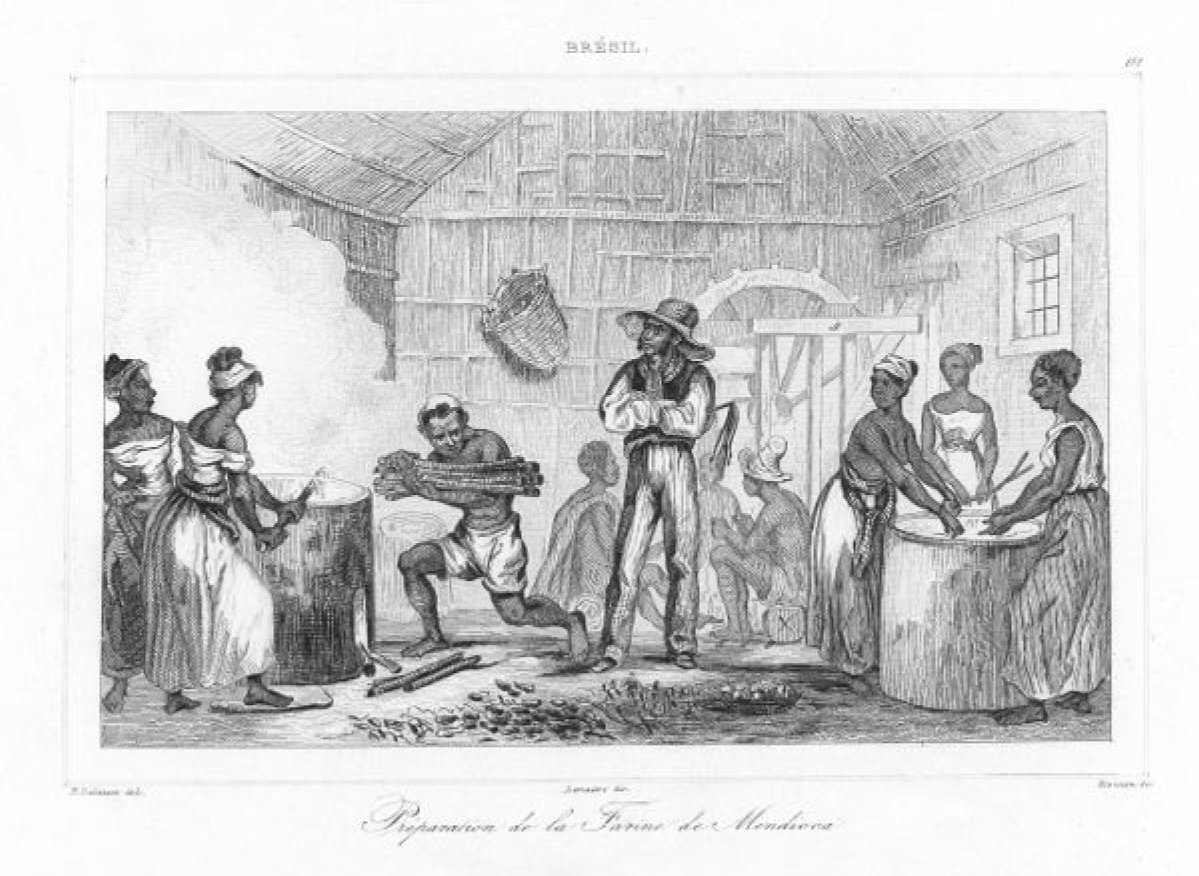
MONNIN [?]. *Préparation de la Farine de*

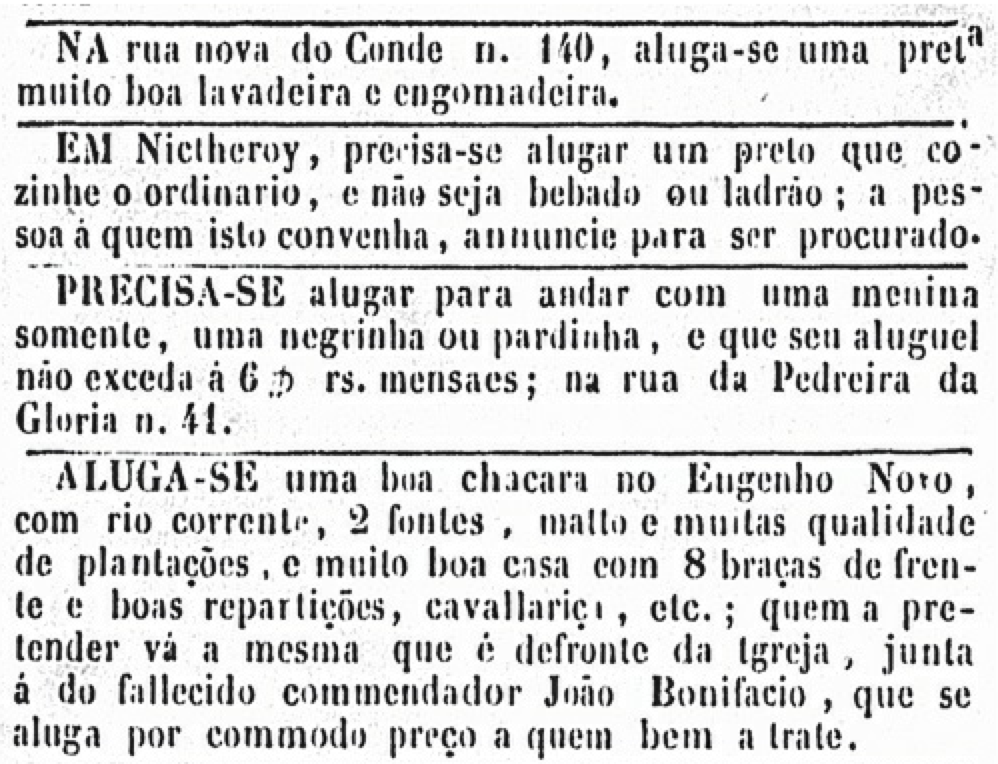
*Mendioca*. 1846.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DENIS, FERDINAND. *BRÉSIL; COLOMBIE ET GUYANES*. [GRAVURA 61].

A cozinha costumava ser o último cômodo da residência ou uma dependência anexa. Em alguns casos, o fogão se localizava nos pavimentos superiores do sobrado. Esse tipo de construção foi descrito por Kidder em suas viagens a Pernambuco: “Muitas das casas do lugar apresentam estilo desconhecido no resto do Brasil. A do senhor Ray ficava fronteira ao mar […] tinha seis andares […] o quinto era reservado aos refeitórios e, finalmente, o sexto, para cozinha […] a cozinha [era] localizada no sótão, pois, assim, o resto da casa ficava livre, não só da fumaça do fogão como do eflúvio das panelas.” Em muitas delas, as bilhas d’água para beber ou fazer uso culinário ficavam elevadas sobre banquetas especialmente construídas para recebê-las. O português Augusto Emílio Zaluar impressionou-se com “a limpeza, a ordem, o asseio” com que se trabalhava nas cozinhas de uma fazenda em Ribeirão Frio. “A água encanada leva a todas as suas oficinas o seu precioso auxílio.”

Na primeira metade do século XIX, a cozinha recebia senhoras e escravas indistintamente. Em suas memórias, Anna Ribeiro de Góes Bittencourt lembra que era sentada à mesa da cozinha, que sua mãe, casada com um agricultor do Recôncavo baiano, ensinava a história sagrada e contava a vida dos santos para as cativas. À mesma mesa, dividiam-se trabalhos de costura. Ali, ainda, era o melhor lugar para a prosa entre as mulheres. A marquesa de Santos, por sua vez, recebeu Sir Richard Burton, “na intimidade de sua cozinha, onde sentava no chão, fumando, não um cigarro, mas um cachimbo”.

Nesse espaço, porém, reinavam as “escravas de dentro” e mais tarde, as cozinheiras e criadas; nas classes mais pobres, desde cedo, eram as meninas que se assenhoravam das atividades. Pesquisas revelam que o número de “cozinheiros” também era elevado. Os jornais da capital, na sessão “Anúncios” expunham a importância e a variedade dessas personagens: “Aluga-se uma preta quitandeira, doceira. Cozinheira, lavadeira, engomadeira e muito diligente em todo o serviço”. Vê-se aqui que a não especialização era a tendência nas famílias menos abastadas. Ou “boa preta, perfeita costureira, cozinha e entende de arranjo da casa, levando uma filha de 6 a 8 anos, ambas falam bem o francês”. Algumas dessas escravas, além de cozinhar quitutes, os vendiam, também, como ambulantes. Para as escravas contratadas não havia distinção do serviço a ser executado, nem horário de trabalho fixo a cumprir. Era tempo integral mesmo.


BRÉSIL.
Preparation de la Farine de Mandioca



NA rua nova do Conde n. 140, aluga-se uma preta muito boa lavadeira e engomadeira.

EM Nictheroy, precisa-se alugar um preto que cozinhe o ordinario, e não seja bebado ou ladrão; a pessoa á quem isto convenha, annuncie para ser procurado.

PRECISA-SE alugar para andar com uma menina somente, uma negrinha ou pardinha, e que seu aluguel não exceda á 6 $ rs. mensaes; na rua da Pedreira da Gloria n. 41.

ALUGA-SE uma boa chacara no Engenho Novo, com rio corrente, 2 fontes, matto e muitas qualidade de plantações, e muito boa casa com 8 braças de frente e boas repartições, cavallariça, etc.; quem a pretender vá a mesma que é defronte da Igreja, junta á do fallecido commendador João Bonifacio, que se aluga por commodo preço a quem bem a trate.

*O aluguel de escravos e escravas cozinheiros era frequente.*

*Diário do Rio de Janeiro*, ano XXIX, nº 8373, 13 abr. 1850.

BIBLIOTECA NACIONAL [HEMEROTECA].

A partir de 1850, com o fim do tráfico de africanos, a oferta de empregos se diversificou: "Precisa-se de uma criada de 40 anos, para cozinheira, alemã ou francesa na rua do Conde n. 1". "Quem precisar de um cozinheiro branco, para casa particular, que sabe cozinhar o trivial […] dirija-se à rua São Jorge". Ou ainda: "Precisa-se, para casa de família, de uma criada, não se olha as cores, quer-se que saiba cozinhar o trivial e muito limpa; para tratar na rua Princesa dos Cajueiros, n. 92".

A oferta de trabalhadores europeus foi construindo um novo vocabulário na cozinha. Um "moço português", por exemplo, "oferecia seus préstimos para empregar-se na classe de cozinheiro, em casa particular, nacional ou estrangeira". O fato de ser livre, como se vê, lhe dava o direito de remuneração e melhor consideração. Os anúncios, no *Jornal do Commercio*, revelam a diversidade de competências desses profissionais: "Aluga-se um preto perfeito bom cozinheiro de forno, fogão e doceiro", por 35 mil réis ao mês. "Aluga-se um bom cozinheiro de forno e fogão e massas, livre".

Todos deviam ter um perfeito domínio do trabalho ali executado, além de conhecer as formas de abastecimento e preparação de alimentos. Para se ter ideia, até a chegada do moedor, o café era triturado em grandes pilões. A historiadora Sandra Graham assim descreveu o processo:

> O trabalho na cozinha era acalorado, sujo e cansativo, mesmo quando dentro de casa. Até os pratos mais comuns requeriam preparações laboriosas e sanguinolentas. Com um corte pequeno e preciso no pescoço do frango, a cozinheira o matava e sangrava rapidamente, chamuscava-o, depenava-o e, então, aprontava-o para cozinhar. Ou, em uma tábua de cozinha, cortava e retirava dos ossos fatias de carne para assar. Durante horas, cozinhava lentamente o açúcar mascavo em largos tachos de cobre, mexendo e experimentando até chegar ao ponto em que aquela massa escura do melaço se convertia em açúcar branco e seco. Cuidadosamente, escolhia o arroz, jogando fora os grãozinhos de sujeira e lavando-o várias vezes. Com uma garrafa esmigalhava os torrões duros de sal, tornando-o fino. Ou ainda, batia o feijão para separar os grãos de sua fina vagem seca.

Nas regiões rurais, o trabalho não era menor. Para ficar num exemplo, nos sertões de Goiás, cabia às mulheres preparar pelo menos cinco refeições diárias, servidas em casa, tanto para a família e escravos quanto para empregados, peões ou viajantes alojados na propriedade. A rotina tinha início às cinco horas da manhã, com a preparação do que comer para os que trabalhavam longe da casa, conta o estudioso da região Rafael Alves Pinto Junior. Às sete horas, servia-se o almoço, quando era comum o senhor ou proprietário dar ordens e distribuir afazeres; ao meio-dia, tinha merenda reforçada e às quatro ou cinco horas, o jantar. Às 19 horas, oferecia-se uma ceia antes que todos fossem dormir.

Sem contar que o dito "santuário da dona de casa", na maior parte das vezes, se apresentava em péssimas condições. A missionária metodista Martha Watts, recém-chegada a Piracicaba, São Paulo, em 1881, registrava dissabores em seu diário: foi alojada em casas de barro, sem conforto e sem fogo. "Muitas delas não possuem assoalho e nenhuma delas possui assoalho na cozinha. Para cozinhar elas possuem um arranjo chamado 'fogão', porém quando o fogo é necessário, a fim de aquecer os dedos e os narizes das crianças, um fogo é feito no canto do chão da cozinha, sendo que o canto funciona como uma chaminé".

De acordo com Sandra Graham, qualquer refeição era resultado de muitas horas de trabalho. O mais simples feijão tinha que ser posto a secar, ser batido, abanado, catado antes de ir ao fogo. O café, depois de colhido, tinha que secar ao sol, ser abanado, limpo e depois torrado e moído. Polvilho e fubá, muito usados no lugar do trigo, exigiam ralação da mandioca, depuração e secagem do polvilho. Ou moagem do milho com pesadas mós de pedra. A conservação da carne também dava trabalho: retalhavam-se as peças que eram postas a secar ao sol, ou fritas. A banha era recolhida e armazenada. Os doces também consumiam gente e tempo. Preparos elaborados tiravam o amargor dos cítricos. A seguir, ferviam-se por horas as frutas até que obtivessem o ponto certo. A produção de queijos, hábito trazido de Minas Gerais, também exigia atenção: era preciso evitar que "inchassem". Para isso, eram virados e revirados. Já o requeijão nascia da coalhada frita em manteiga, apurada e batida com força sobre o fogo até virar massa elástica a ser lavada com leite abundante. Fogões inextinguíveis alumiavam as fazendas no sertão goiano.

*Na cozinha da roça inventavam-se novas* *receitas.*

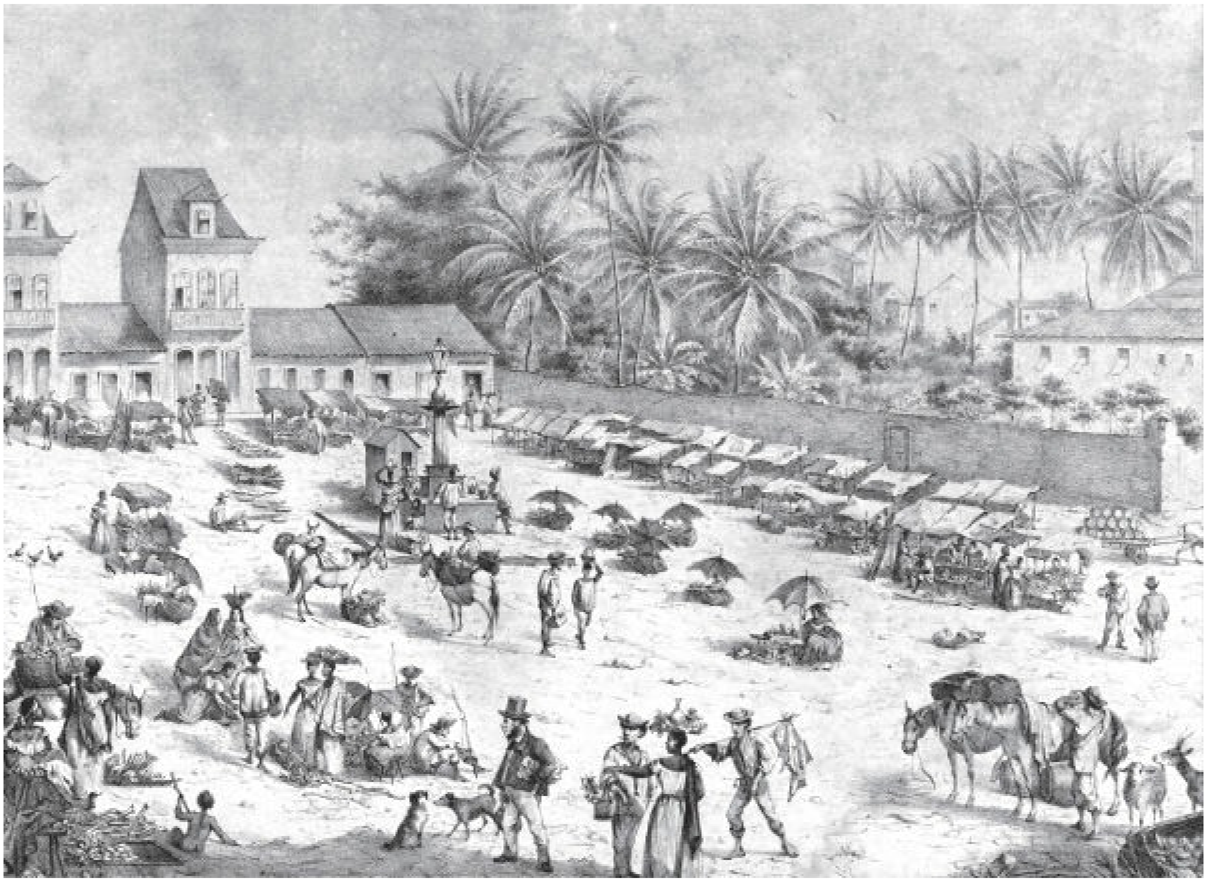
BENOIST, Philippe. *La cuisine a la roça.*
1861.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

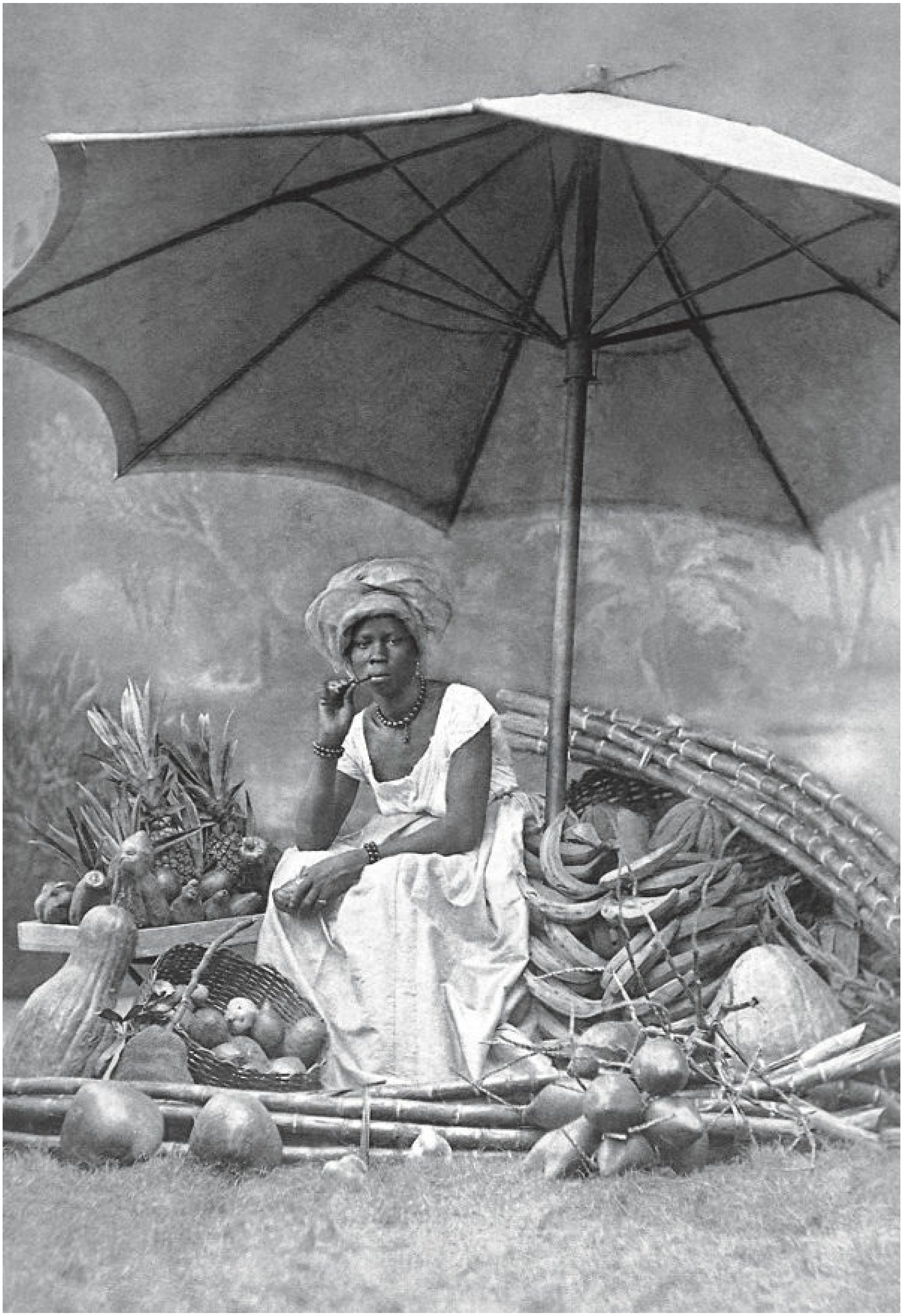
Para usar o fogão eram necessários saberes específicos. O controle da temperatura, a lenha sempre à mão, o tempo para cada receita, a falta dela, o manuseio dos utensílios e da matéria-prima, tudo isso requeria os conhecimentos de uma pessoa especial: a cozinheira ou o cozinheiro. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre, sobretudo nas cidades, trazia novos problemas: a rotatividade desses empregados, a falta de regulamentação nas relações entre eles e seus patrões, o abandono de emprego, furtos. Daí, nos anúncios de jornal, a exigência de referências. "Ter bom comportamento", "ser sério, honrado e capaz", "ser muito habilitada e dar fiança", são expressões que acompanham a identificação de quem quisesse se empregar.

Uma primeira tentativa de regulamentação do que fosse um criado, diferenciando-o de um escravo, veio com o Código Civil de 1886. Definido como: "[…] toda pessoa de condição livre, que mediante salário convencionado, tiver ou quiser ter ocupação de moço de hotel, hospedaria ou casa de pasto, cozinheiro, copeiro, cocheiro, hortelão; de ama de leite, ama-seca, engomadeira, cozinheira, costureira, e em geral qualquer serviço doméstico".

O candidato, então, deveria se inscrever como criado na Secretaria de Polícia, que controlava o trabalho doméstico. Onde dormia essa gente? Nos porões e mais tarde em edículas no fundo do quintal ou sobre as cocheiras. Nas casas onde não havia quartos para criados, dormiam nas cozinhas.

Os inventários revelam a vida luxuosa de muitos patrões, agora servidos por uma corte de criados que iam substituindo os antigos "escravos de dentro" para todo o serviço. Surgiam cozinheiros, pajens, costureiros, alfaiates, amas, mucamas, sapateiros, lavadeiras, rendeiras, seleiros.





*Escravas e libertas dominavam o pequeno comércio de alimentos.*

PÁGINAS 208 E 209

CARLS, Francisco Henrique. *Vista do Pateo da*

*Penha* (Mercado de Verduras). [1878].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

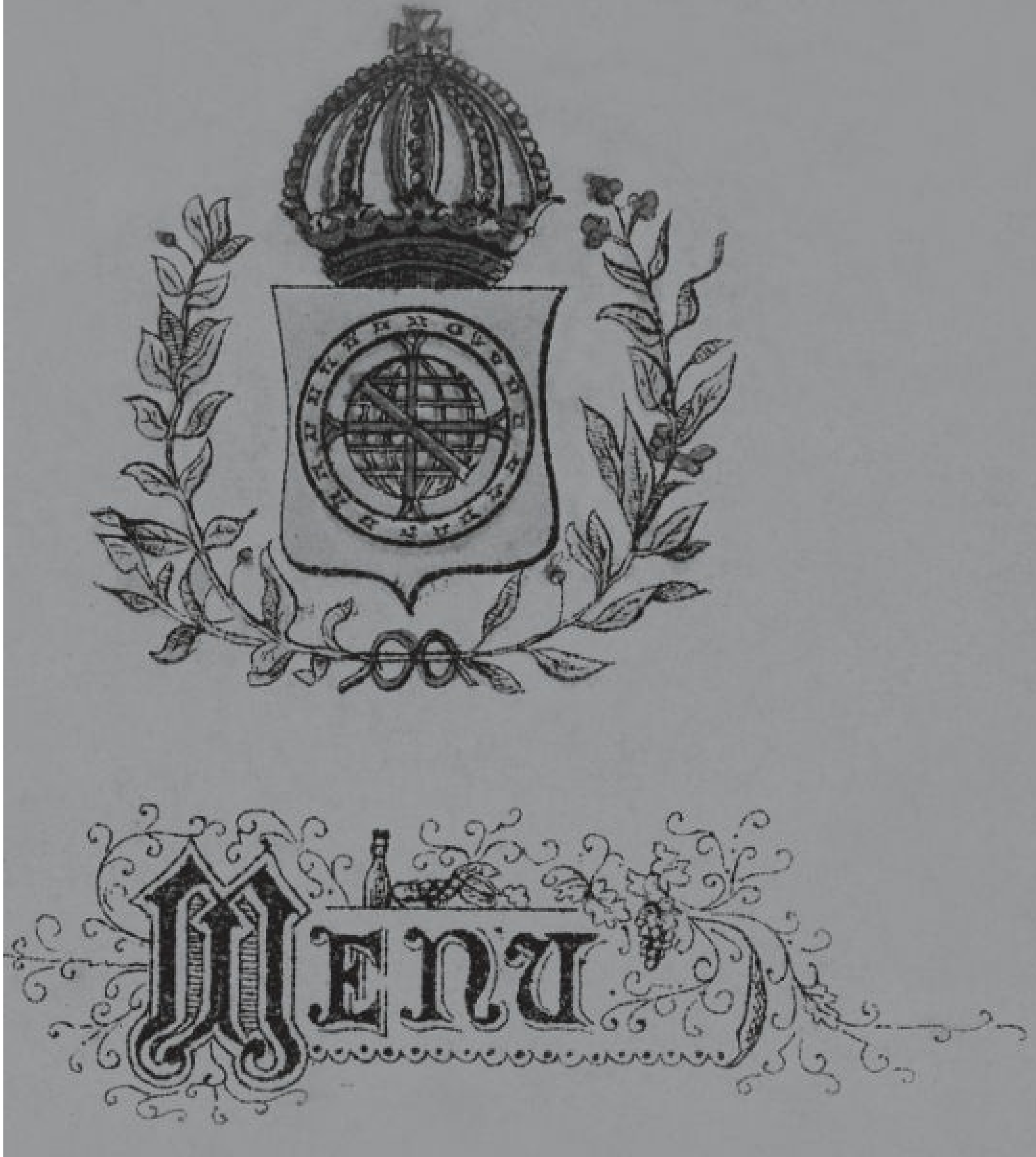
PÁGINA 210 *Vendedora de frutas no Rio de Janeiro*. c. 1869.
CONVÊNIO LEIBNIZ-INSTITUT FUER LAENDERKUNDE, LEIPZIG/INSTITUTO MOREIRA SALLES.

Na cozinha do século XIX, outros personagens foram o fogão de ferro, a lenha e o carvão. O fogão de ferro, útil não só para cozinhar, mas, também para aquecer ambientes, era importado da Inglaterra e dos Estados Unidos. Os imigrantes italianos se encarregaram de difundi-lo, pois nas casas pequenas em que moravam, ele cabia no espaço exíguo denominado *cusigna*. Compacto e econômico, ele usava menos lenha que os de barro ou tijolos. Em São Paulo, ao final do século, fábricas já produziam cerca de 300 a 350 fogões por ano.

Nas casas populares e cortiços, a cozinha era coletiva e precária. Para desespero das autoridades que tentavam combater doenças e epidemias, elas muitas vezes se localizavam ao lado das latrinas. O *Relatório da comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Ephigênia*, São Paulo, em 1893, denunciava: “Uma sala com vários fogões improvisados para gozo de todos, umas latrinas pessimamente instaladas e compridos corredores com iluminação insuficiente”.

Tais corredores davam para quartos perfilados para aluguel. O historiador João Luiz Máximo da Silva fez uma lista de fogões em uso nesse período, sobretudo, nas casas mais pobres: fogão de trempe ou tripé de ferro, suporte para panelas com fogo de chão; fogão feito de barro, pedra, taipa ou tijolo, com fornalha e bocas no tampo, movido à lenha; lata de querosene, muito usada nos cortiços; fogão de alvenaria, revestido de azulejos e com uso de lenha. “Fogão econômico”, de ferro fundido com uso de lenha, carvão vegetal ou coque; fogão de ferro com uso de querosene; fogão de ferro a gás. Nas casas burguesas, pequenos fogareiros a gás eram usados nos cômodos longe da cozinha para o preparo de refeições leves para doentes ou crianças.

# 6. PASSANDO À MESA



PÁGINA 214

*Adoção do cardápio, mais uma importação europeia.*

*Almoço do dia 2 de [outubro] de 1884.*
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

O dia começava com uma refeição. Nas cidades, o café com pão e manteiga era obrigatório. Em casas abastadas, os tipos de pão eram variados. Para doentes, crianças e velhos, eram servidas papinhas de farinha de mandioca e pirão de leite. As bananas podiam acompanhar a primeira refeição. Ovos quentes causavam admiração, como mostrou José de Alencar em *Sonhos d'ouro*: "Dona Joaquina fez uma surpresa a seus hóspedes. Havia quatro ovos quentes". Já havia "aquecedores de ovos", dona Veridiana Prado tinha um em sua sala de jantar, motivo de orgulho, afinal era considerado coisa cara e *chic*. Mungunzá, milho cozido com leite de coco, cuscuz de milho, farinha de mandioca com açúcar e rapadura picada, jerimum, beiju e broas de milho era a refeição matutina do sertanejo e do caboclo. Leite? Quase nenhum.

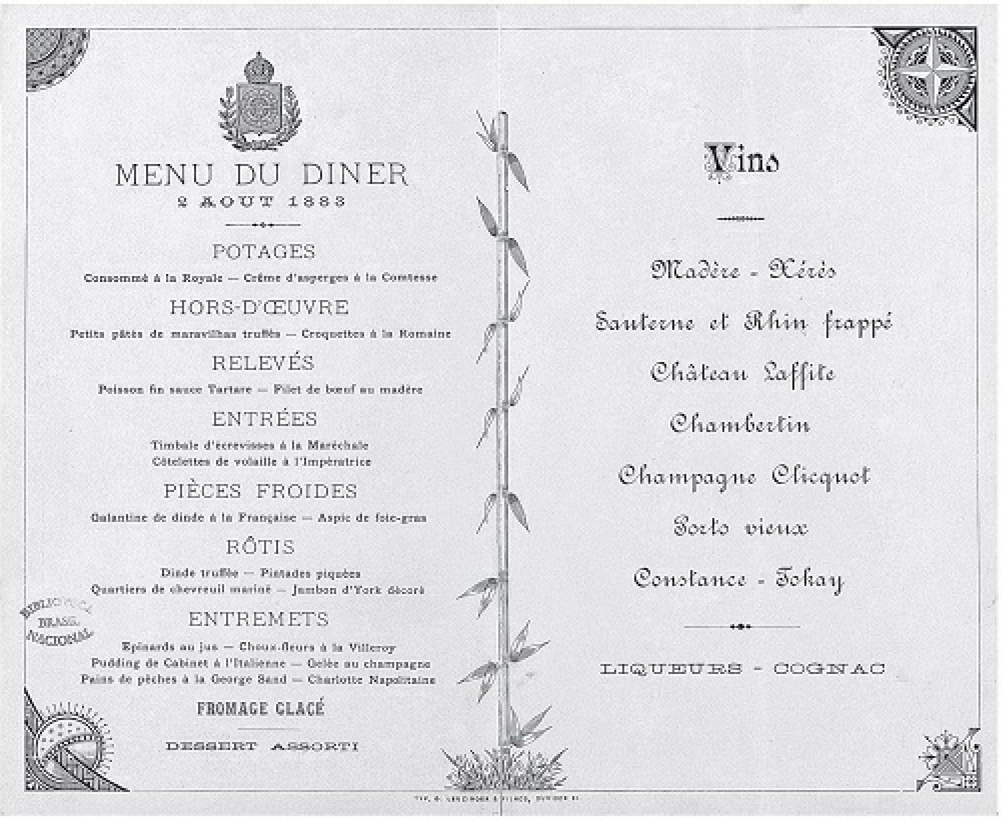
Na segunda metade do século XIX, o café da manhã podia ser servido numa bandeja, no quarto, como o descreve o escritor Aluísio Azevedo no seu *Casa de pensão*. Entre os ricos, o copinho de licor francês, a *Chartreuse*, substituía o copinho de cachaça que muitos tomavam no período colonial como fortificante e mata-bicho. Os muito ricos, podiam escolher entre tomar chá, café ou chocolate. A introdução deste último, no Maranhão, multiplicou o uso das chocolateiras presentes em muitíssimos inventários. O precioso líquido era ingerido quente e acompanhado de bolo de tapioca, sobretudo aos domingos após a missa. A louça era toda importada: xícaras, bules, manteigueiras e açucareiros vinham, na maior parte das vezes, da Inglaterra, onde já eram produzidos industrialmente. Continuava na moda a decoração à chinesa, na porcelana de fundo azul.

No sul do Império, bebia-se mate. Ora a bombilha passava de boca em boca, despertando o "nojo" de viajantes estrangeiros, ora era oferecida individualmente, numa demonstração de hospitalidade. "A chaleira de água quente está sempre ao fogo e logo que um estranho entre na casa, se lhe oferece o mate", registrou o francês Saint-Hilaire.

Coburg Almoço de dia
2 de 7bro de 1884

# MENU

Oeufs à la coque.
Omelette naturel.
Poulet au riz.
Beefsteak.
Pomme de terre.
Fruits.
Café.



MENU DU DINER
2 AOUT 1883

POTAGES
Consommé à la Royale — Crème d'asperges à la Comtesse

HORS-D'ŒUVRE
Petits pâtés de maravilhas truffés — Croquettes à la Romaine

RELEVÉS
Poisson fin sauce Tartare — Filet de bœuf au madère

ENTRÉES
Timbale d'écrevisses à la Maréchale
Côtelettes de volaille à l'Impératrice

PIÈCES FROIDES
Galantine de dinde à la Française — Aspic de foie-gras

RÔTIS
Dinde truffée — Pintades piquées
Quartiers de chevreuil mariné — Jambon d'York décoré

ENTREMETS
Epinards au jus — Choux-fleurs à la Villeroy
Pudding de Cabinet à l'Italienne — Gelée au champagne
Pains de pêches à la George Sand — Charlotte Napolitaine

**FROMAGE GLACÉ**

DESSERT ASSORTI

Vins

Madère - Xérès
Sauterne et Rhin frappé
Château Laffite
Chambertin
Champagne Clicquot
Porto vieux
Constance - Tokay

LIQUEURS - COGNAC

BIBLIOTECA BRASIL NACIONAL

*Cardápio de cerimônia oficial, com o brasão do Império e somente com bebidas importadas.*

*Menu dudiner.* 1883.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

O pão vinha da rua. Assim também outros produtos, como as frutas, os biscoitos e sorvetes. Os padeiros percorriam os bairros com suas carrocinhas de três rodas sobre a qual repousava o cesto de vime recheado com a última fornada. A cobrança do pão era mensal, anotada num caderno. Concorriam pelo maior número de clientes: costumavam se apresentar às donas de casa e oferecer pessoalmente seus préstimos, como descreve Aluísio de Azevedo em *Casa de pensão*. Também da rua, vinha a carne em pacotes, direto do açougue, que desconhecia a geladeira.

O almoço tinha lugar na parte da manhã, entre nove e dez horas. Quando havia muita gente ao redor da mesa, dependendo do número de cadeiras existentes, uns comiam de pé, outros sentados, como viu o senhor de engenho Henry Koster, no Nordeste. Em casas burguesas, mucamas ficavam por perto à espera de ordens. Em 1839, Kidder já tinha visto senhoras presidindo a mesa, coisa rara antes dessa época, quando elas comiam no fundo da casa, nunca se achegando aos convidados. Com o aumento de objetos de luxo, as mesas já podiam ser arranjadas com candelabros e vasos de flores. Para jantares de cerimônia poliam-se castiçais e arandelas, lavavam-se as vastas mangas de vidro, engomavam-se as toalhas de Flandres, retirava-se a prataria dos armários. Quando havia banquetes, batismos e casamentos, tudo mudava. A música enchia os salões burgueses. A maior autoridade da família fazia brindes em voz alta. Finda a refeição, os homens se levantavam da mesa para fumar charutos, e as mulheres se sentavam ao piano ou cantavam pequenas árias.

Nas casas de comerciantes onde trabalhavam guarda-livros, aprendizes ou caixeiros, chamados marçanos, punham-se duas mesas à hora do almoço: uma, para o dono da casa e sua família; outra, para os empregados. O ritmo do trabalho marcava os dias e o horário das refeições. “Às seis horas da manhã já estava de pé ao balcão da botica […] às nove horas subia para almoçar e mal terminado o almoço, voltava ao trabalho”, narra Azevedo em *Casa de pensão*.

O único barulho era o da mastigação dos alimentos. Comia-se rapidamente. Era considerado de mau gosto interromper qualquer refeição para receber visitas. Na segunda metade do século, a ceia se tornou um hábito elegante. Mais uma vez é Aluísio Azevedo quem conta sobre sua personagem em *A condessa Vésper*: “Façamos primeiro uma ceiazita à *la bohème* […] ela mesma serviu ostras frescas, pão, aspargos, morangos e champanha. Em seguida fez Gaspar assentar-se à mesa e, pondo-se de novo ao lado dele, pediu-lhe que abrisse a garrafa”.

Muitas vezes, em lugar de uma ceia, servia-se o chá ou lanche da noite, entre vinte e vinte e duas horas. Considerado hábito de “gente de tratamento”, ou seja, de qualidade, a infusão perfumada era acompanhada de bolos, pão de ló ou torradas. Roíam-se biscoitos. Havia quem aproveitasse os restos do jantar: as sobras, desfiadas e com ovos, eram transformadas em “roupa velha”. Por vezes, antes de dormir, bebia-se ainda uma infusão: capim-santo, laranja, cidreira, erva-doce.

Em contraste com a louça fina e os alimentos importados, os modos “grosseiros e repugnantes” adotados “por ambos os sexos em todas as classes sociais”. Por exemplo, comer com as mãos, “em vez de usar garfos e facas, posto que não houvesse falta desses utensílios”, queixava-se Thomas Lindley, viajante inglês. Engolir o conteúdo dos copos e, por vezes, da garrafa, de um gole só. Mergulhar a carne e os legumes na farinha, fazendo um bolo que era, depois, rapidamente deglutido. Ou “cansar-se logo” do garfo e da faca. Dividir a mesma faca para cortar alimentos de diferentes comensais. Colocar no prato do vizinho pedaços de carne de outro prato, ou mesmo ver o seu pedaço de carne partir, como aconteceu com Henry Koster: “Um pedaço saboroso não está seguro num dos nossos pratos, podendo ser arrebatado e mesmo substituído por outro em troca”. E Lindley concluía: “É verdade que, a exemplo do Oriente, trazem-lhes água antes e depois das refeições; mas isso não desculpa, de modo algum, esse costume bárbaro e pouco asseado”. Sonoros arrotos, lançados “com franqueza” ao rosto dos convivas, concluíam as refeições. Ao levantar da mesa, era de praxe uma oração de graças ou o sinal da cruz.

Longe dos sobrados ricos, comia-se como dantes: com os dedos, o dono da casa em mesa baixa, a mulher com o prato entre os joelhos, sentada à asiática, ou seja, de pernas cruzadas no chão. E as crianças, deitadas ou de cócoras se “lambuzavam à vontade com a pasta de comida nas mãos”. Na falta de mobiliário, a família se reunia sentada numa esteira. No centro, tigelas, cabaças e travessas de comida. “Classes pobres” desconheciam garfos e facas, comentou

Koster. O dr. Antônio José de Souza que, em 1851, estudou o regime alimentar das classes pobres e dos escravos no Rio de Janeiro, informava: "A carne-seca, o feijão, a farinha de mandioca, o arroz, o pão, o angu, alguns peixes e alguns crustáceos, eis a alimentação quase exclusiva" dessa população.

No extremo oposto, em visita a Salvador, na Bahia, o imperador serviu-se em baixela de prata e talheres de ouro emprestados por famílias ilustres da cidade. Já no interior da província, passou aperto: "Espero um caldo de galinha com biscoitos, pois não há arroz nem pão". Sem problemas, pois, d. Pedro não estava acostumado à mesa farta. Os jantares no palácio eram reconhecidamente frugais, à base de canja diária. Diferente de seu avô, d. João VI, que trouxe de Lisboa Vicente Paulino, "mestre de cozinhas", depois substituído por Patrício Alvarenga, "que assava franguinhos no ponto que Sua Majestade gostava", d. Pedro II não tinha exigências.

Importavam-se produtos e adotavam-se expressões: *la bonne chère*, a carne de boa qualidade virou "a boa-xira", como se lê em *Quincas Borba*, de Machado de Assis. Aliás, com ela passou-se a consumir o bife cru e o sanduíche, "uma corrupção dos tempos", criticava o mesmo escritor. Segundo Machado, um banquete tal como o que descreveu em *Notas semanais*, teria que ter "línguas de rouxinol", "coxinhas de rola", "peito de perdiz à milanesa", "faisão assado", "pastelinhos", "compota de marmelos". Ou, na evocação de Brás Cubas, "mesas atulhadas de doces e frutas, aqui o ananás em fatias, o melão em talhadas, as compoteiras de cristal deixando ver o doce de coco, finamente ralado, amarelo como uma gema – ou então o melado escuro e grosso, não longe do queijo e do cará".

Havia mesmo quem recomendasse cardápios diferentes para homens e mulheres, como o fez José Ignácio Roquette em seu livro *Código do bom-tom* de 1845: para eles "iguarias fortes e suculentas" a base de veação, lombo de vaca e assados. "Nada de massas leves e ainda menos, pratos meio doces". Para elas, acepipes frios e "delicados, verduras novas, cremes, natas e muitos docinhos que os franceses chamam bombons".

Graças à pena realista de Aluísio Azevedo, em *O cortiço*, ficamos sabendo que, ao nascer do dia, chegavam às cozinhas os tabuleiros de carne fresca, de tripas e postas de boi, as cestas de peixe e as enfiadas de sardinhas. O vaivém dos mercadores e seus pregões animavam os fogões. Os operários desciam para o almoço às nove horas. Na cozinha, a negra Bertoleza ia de panela em panela, enchendo os pratos. Do lado de fora, o caixeiro João Romão recitava a lista de comidas: "Um cheiro forte de azeite frito predominava. O parati circulava por todas as mesas, e cada caneca de café, de louça espessa, erguia um vulcão de fumo tresandando a molho queimado. E sempre a sair, e sempre a entrar gente, e os que saíam, depois daquela comezaina grossa, iam radiantes de contentamento, com a barriga bem cheia a arrotar." Punham o estômago em dia – como se dizia então.

Tal como na corte, no interior ou nas capitais menores, a comida chegava "em domicílio". Muitas vezes vinham na garupa de cavalos ou mulas, transportadas em garajaus e outros cestos, perus para dias de festa e galinhas para a canja do doente ou de resguardo de parto; as frutas frescas – a laranja, o abacaxi, a manga, a jaca; as geleias e os bolos de tabuleiro, vendidos pela doceira limpa e conhecida.

Em tempo de celebrações ruidosas, festejava-se com fiambre, mortadela, ostras, camarões recheados, pimentões, rosbifes com farofa. Restaurantes com chefes estrangeiros pululavam. Os intelectuais cariocas, por exemplo, eram *habitués* do Mangini, do Café Londres, da Maison Moderne. Em suas mesas se via Artur Azevedo, Coelho Neto, Raimundo Correia, Paula Ney, José do Patrocínio, Duque-Estrada. Quem podia, mandava seus cozinheiros aprenderem cardápios europeus em hotéis estrangeiros, como fez dona Angélica de Barros, filha do barão de Souza Queiroz, matrona rica paulistana. O seu teve aprendizado com Guilherme Lébeis, dono do Hotel de França. Mas em sua mesa não faltava a paçoca com banana, brasileiríssima!

A abstinência de carne na Sexta-Feira Santa continuava obrigatória. O cônsul Burton, no vilarejo de Bom Sucesso, próximo a Diamantina, em Minas Gerais, viu senhores e escravos compartilhando peixes e ovos. Ao final da refeição, todos se puseram de pé, de mãos postas rezaram e persignaram-se. Em Recife, as ceias de Semana Santa tinham enorme importância. À beira dos grandes viveiros de Afogados e Jiquiá se retiravam barricas de camorins, carapebas, curimãs; perto dos mangues, se compravam guaiamus e caranguejos. E em Olinda, as famílias se abasteciam do pescado de alto-mar, trazido pelos jangadeiros, como conta Félix Cavalcanti, em suas *Memórias*.

Câmara Cascudo lembra que um conjunto de regras tentava doutrinar os brasileiros com normas da etiqueta vindas do outro lado do Atlântico. A noção de “boa educação” começava a se sobrepor ao “estar à vontade”. Sentar-se à mesa não era sinônimo de comer. Para comer, era preciso “ter modos”. E quem recomendava era o manual de boas maneiras de J.I. Roquette: nada de colocar o guardanapo na casa do botão do colete, mas, no colo. Não partir o pão com a faca, mas, com a mão. Não deitar o café no pires, para tomá-lo aos golinhos! Nem enxugar o molho do prato com o pão. Proibido lamber os dedos. Nada de soprar a sopa para esfriar ou engolir a comida com precipitação. O almoço entre amigos excluía as senhoras, pois sua presença impediria anedotas ou confidências pitorescas. Iam para a mesa todas as comidas, inclusive as compoteiras de doces, os licores, as garrafas de vinho e as moringas d’água.

Por perto, a caixa de charutos de Cuba e os fósforos suecos da marca Jönköping. A refeição tinha início com pratos quentes e sem ordem. Os assados eram servidos antes dos peixes. As entradas frias, de gosto alemão, só foram introduzidas depois da Guerra do Paraguai, em 1870. A palavra *delikatessen*, antes nos cardápios de restaurantes, referente aos embutidos, passou a frequentar as casas particulares. O almoço íntimo dispensava criados para o serviço contínuo que compareciam, contudo, quando chamados por campainha ou grito. O vinho do Porto e o café encerravam a refeição.

Às mesas, chegavam copos diferenciados. Um para vinho tinto e no caso de ser servido peixe, outro, menor. A água era solicitada e vinha em copo à parte. Ao lado dos copos se encontrava a xícara de café, pois a cafeteira vinha à mesa ao lado do pesado açucareiro. Paliteiros de prata se espalhavam sobre a toalha, provocando a ironia de estrangeiros. Para os que as desconhecessem, *Regras de servir à mesa* era obra vendida nas boas livrarias junto com o *Código do bom-tom* que lembrava sobre o uso do palito: “Nunca o deixareis ficar na boca, nem o poreis no cabelo, atrás da orelha, na casaca etc. e muitos menos faleis, tendo-o na boca”.

Os patês, as conservas, as bebidas russas, as combinações mirabolantes para os *punches* festivos, a montanha sedutora das *delikatessens* alemãs, as massas italianas com seus molhos espessos, as *mayonnaises*, *potages* e sutilezas da culinária francesa, derramaram-se sobre o Brasil, como explicou Câmara Cascudo. Com a libra esterlina cotada a seis mil-réis, era possível mobilizar todas as gulodices da Europa, nas confeitarias e restaurantes da capital do Império. Os salames de Lamego e Bolonha, as ostras da Mancha, as sardinhas de Nantes, os vinhos raros, os *cognacs* finíssimos, os *champagnes* dourados, tudo o quanto Alemanha, Itália e França possuíam em sabor e alegria do paladar, vendia-se no Rio de Janeiro. O uso de doces e cremes gelados, os sorvetes de frutas, os *sandwiches* atraíam damas e galantes e eram vendidos no Passeio Público, à vista do mar.

Sim, os produtos estavam lá. Mas sabia-se consumi-los apropriadamente? O comentário sarcástico do conde de Gobineau, em visita a Juiz de Fora na companhia do casal de imperantes em 1869, não deixa dúvidas: “Vinhos do Reno, vinhos de Champagne, vinho de Bordeaux, tanto quanto quiséssemos, mas na desordem que você pode imaginar! Comi um pedaço de presunto com bolo de Savoia, um confeito de ameixa, farinha de mandioca, queijo do país, peru, três *dragées* de amêndoas e graças à Imperatriz que mo-la enviou e ria de tudo, um pedaço de omelete. Pão, vi de longe; mas, não comi.”

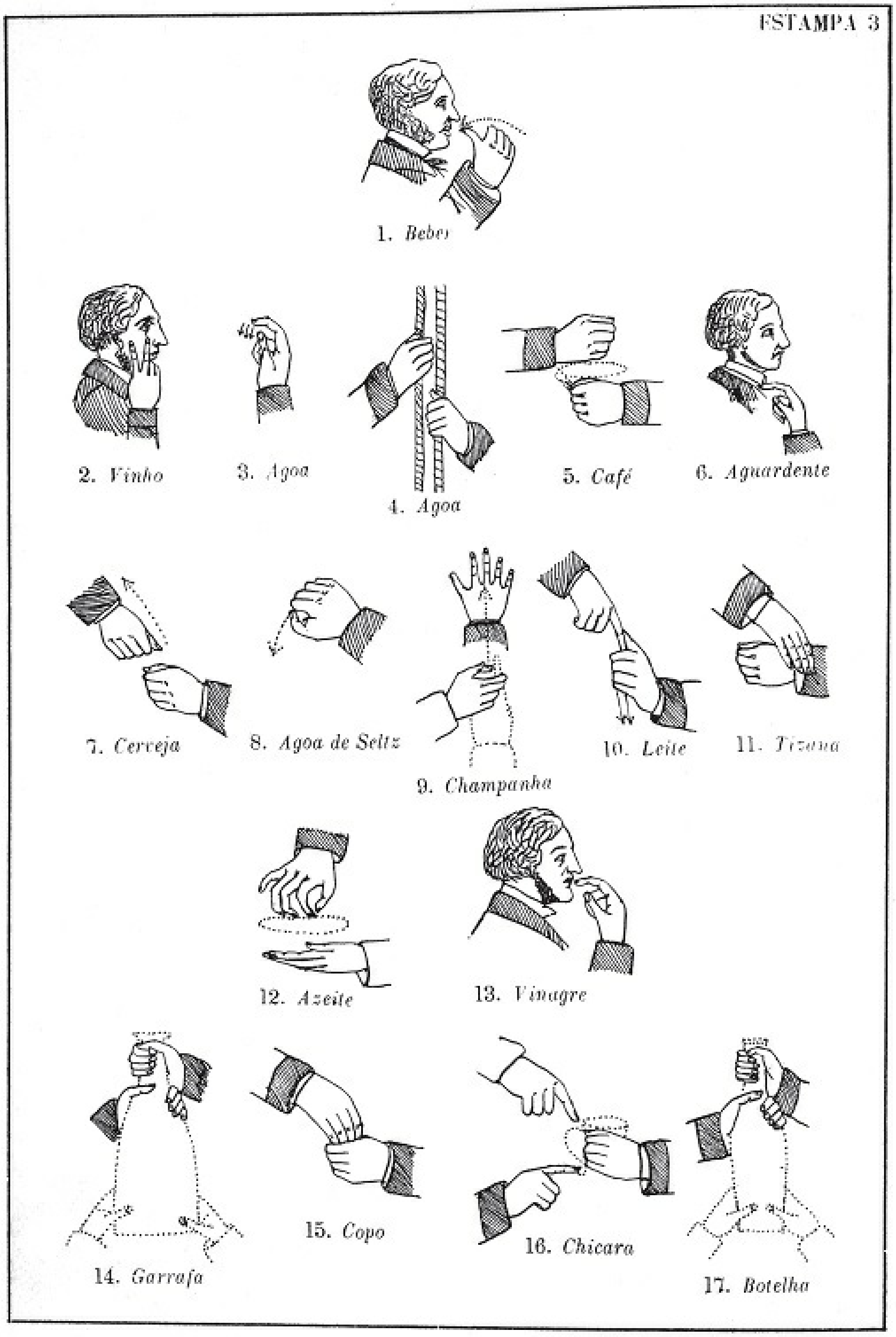
## Novidades gastronômicas

Desde a Abertura dos Portos, a presença de estrangeiros trouxe inúmeras novidades gastronômicas. Koster, em 1810, é dos primeiros a destacar modos de preparo específicos: “pratos preparados ao estilo português, brasileiro e inglês”. E no Rio Grande do Sul, Saint-Hilaire observou o esforço de separar as influências culinárias, num jantar na casa do governador. Vamos ouvi-lo:

> A cozinha era um misto de comida francesa e portuguesa. Após a sopa, veio uma travessa de carne magra cozida, fatias de carne de porco gorda e salgada e linguiças. Com esse prato, arroz feito em azeite e verduras frescas. Serviu-se *roast-beef* muito pouco assado em atenção aos ingleses. Saladas e peixes de várias qualidades foram servidos de maneira singular. As aves e as demais coisas à moda francesa. A sobremesa foi servida em outra mesa. Além de nossas sobremesas europeias de frutas, bolos e vinhos, havia todos os pudins, pastelões e tortas. Estava arreada de flores e havia uma profusão de confeitos de açúcar de todas as qualidades.

De fato, os comerciantes britânicos começaram por introduzir não só novos hábitos de consumo, modernas formas de viver e novo vocabulário para designar as novidades. No campo das bebidas, surgiram o *tea*, a água mineral de Selter, o *whisky*, o *gin*, o Porter, um tipo de vinho do Porto, o *rum*, a soda *water*, a *beer*, o *bar*, o *drink*. Para jantar, usavam o *dinner jacket*. De comer, não prescindiam do presunto de Yorkshire, do salmão de escabeche, das batatas de Jersey, da "manteiga ingleza" mais cara que a francesa e até dos queijos vindos da ilha.

A tradicional gastronomia francesa não fez por menos. Frutas cristalizadas, importadas do fabricante Gaillard da cidade de Clermont-Ferrand, eram apresentadas em sua nomenclatura original: "*abricots, prunes, reines Claude et mirabelles, cerises, fruits assortis, pastilles d'abricot, pastilles de fruits et fleurs sur pâte*"; cujos preços iam de mil-réis até 3$500 réis as caixas maiores. A clientela mais abastada não passava sem "o famoso nougat de Montélimar a 2$ e 4$ a caixinha de Marseille contendo as quatro variedades de *nougat blanc*, *pistache*, *praliné et à la rose*" recebidos pelo "último paquete francês *Estremadure*".


ESTAMPA 3
1. Beber
2. Vinho
3. Agoa
4. Agoa
5. Café
6. Aguardente
7. Cerveja
8. Agoa de Seltz
9. Champanha
10. Leite
11. Tizana
12. Azeite
13. Vinagre
14. Garrafa
15. Copo
16. Chicara
17. Botelha

*Livro de libras registra as novas bebidas:*
*cerveja, água mineral, champanhe etc.*

GAMA, Flausino José da. *Iconographia dos signaes dos surdos-mudos*. 1875.
MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC, BIBLIOTECA.

Nos bons hotéis ou restaurantes da corte, o cardápio era apresentado em francês. No bairro niteroiense de São Domingos, preferido pelas classes mais ricas do Rio de Janeiro pelo seu clima ameno e seus banhos de mar, a clientela poderia saborear, num domingo de verão, de

1851: "*huîtres fraiches, potages aux huîtes frites, brandade de morue*" ou o pesadíssimo "*gras-double à la mode de Caen*": em bom português, buchada de boi!

A colônia portuguesa, muito numerosa, preservava seus gostos alimentícios e controlava a maioria das "casas de pasto", restaurantes menos chiques. Ali se consumiam os pratos tradicionais: "sarrabulho, rijões, leitões assados, arroz com pato no forno e muito mais petiscos bons" anunciava o Hotel São Domingos, na rua do Sabão. Já o Gambá do Saco do Alferes, estabelecido na região portuária, oferecia "todos os dias e a toda hora muita variedade de comida, tanto de peixe como de carne, feita com o maior asseio e prontidão".

Se os ingleses e franceses chegaram a partir de 1808, os italianos começaram a desembarcar a partir de 1860. Desde a proibição do tráfico negreiro em 1850, a necessidade de mão de obra em áreas agrícolas levou fazendeiros, notadamente da província de São Paulo, a defender o uso da mão de obra livre. Ali, as plantações de café prosperavam e necessitavam cada vez mais de trabalhadores em quantidade muito superior à existente.

Pouco antes, o reino de Itália havia passado pelas guerras da unificação. Os Estados Unidos, por sua vez, então maior receptor de imigrantes, passaram a criar barreiras para a entrada de estrangeiros. Com o fim das guerras, a economia italiana se encontrava debilitada, com altas taxas de crescimento demográfico e de desemprego empurrando imigrantes na direção do Império do Brasil. O Sul do Brasil, nesse período, atraía os italianos, pois contava com disponibilidade de terras, seduzindo os que aspiravam se tornar proprietários rurais. Ademais, as notícias de que o clima no Brasil meridional era suficientemente semelhante ao italiano, para assegurar o cultivo de produtos aos quais estavam acostumados, contribuiu para a corrente migratória italiana ter se concentrado quase que exclusivamente nos estados sulinos, nesse primeiro período de imigração.

Embora tenha sido a região Sul a pioneira na imigração italiana, foi a região Sudeste aquela que recebeu a maioria dos imigrantes. A província de São Paulo se tornou, então, o destino de 44% da imigração entre os anos de 1820 e 1888, de 67% entre 1889 e 1919, com ênfase entre 1900 e 1909, quando atraiu 79%. O peso demográfico italiano no estado foi enorme: em 1934, italianos e seus filhos representariam 50% da população de São Paulo.

Como explica a historiadora Flávia Arlanch de Oliveira, o impacto da chegada em massa dos imigrantes desencadeou um processo de interação entre a cozinha de ambos os países. Mais importante: os italianos não traziam consigo nenhuma "tradicional gastronomia". Trouxeram, sim, a experiência da pobreza alimentar. A massa da população feita de camponeses, só via carne uma vez ao mês e para os meridionais, uma vez ao ano. Por seu menor custo e efeito de saciedade, os camponeses do Norte se alimentavam de milho e os do Sul, de pão negro de cevada, cozido duas ou três vezes por ano. Foi a imigração que provocou efeitos revolucionários na sua alimentação.

Na área central da província de São Paulo, onde cresciam fazendas de café que absorveram os italianos, os derivados de milho foram bem aceitos. As famílias provenientes da Itália setentrional e central já o utilizavam na polenta. E as da Itália meridional, para misturar fubá à farinha na produção de broas. “Italiano polenteiro” era xingamento para estigmatizar o recém-chegado. Com a possibilidade de cultivar entre os pés de *Coffea arabica*, eles tiveram acesso ao feijão, ao arroz, à batata e a muitas verduras frescas, além de criar porcos e galinhas. Surgiam a linguiça, o salame e outros embutidos. Vinho, somente para os imigrantes ricos ou os trabalhadores das áreas urbanas. Os colonos pobres apenas cultivavam as videiras.

Em 1892, no inventário de um morador de Jaú, aparecem suas dívidas no Armazém Leão: garrafas de vinho italiano, alho, maços de fósforos, queijo italiano, latas grandes de sardinha, açúcar redondo, “diversos mata--bichos”, arroz, farinha de trigo, fumo desfiado, cebolas. Mas tais despesas não eram para todos. Um imigrante trabalhando numa fazenda de café, em Belém do Descalvado, em 1883, escrevia aos parentes queixando-se da mesmice da dieta: “Estava por conta de comer de manhã feijão, meio dia feijão, e à tarde feijão”. Fora disso, “tudo era caro”.

De fato, o feijão brasileiro se misturava aos hábitos dos imigrantes. Outro imigrante, em São Carlos do Pinhal, em carta ao sogro em Vêneto, registrava: “Agora te faço saber que, neste ano, fizemos uma boa colheita de cereais e feijão […] e não necessitamos mais vendê-lo […] temos o que comer, um animal de leite, galinhas e aves, agora está tudo bem”. Nos quintais, segundo outros depoimentos, se cultivavam verduras: almeirão, couve, pimenta, cebolinha-verde. Nas prateleiras, conservas de cebola que eram ingeridas com pão, sopa e arroz e feijão. Carne? A de porco quando se matava um em casa. A alcachofra e a rúcula eram vendidas por sua raridade. E a proliferação de hotéis e pensões mantidos por italianos difundiu as “comidas italianas e brasileiras”, assim anunciadas nos cardápios: “ravióli, macarrão à napolitana, talharim”.

A imigração alemã para o Brasil foi pequena em comparação com a que foi para os Estados Unidos e também em comparação com a imigração de outras nacionalidades, como portugueses, italianos e espanhóis. Estes representaram mais de 80% dos imigrantes no Brasil durante o período de maior imigração de europeus. Os alemães apareceram em quarto lugar entre os imigrantes, mas caíram para o quinto, quando a imigração japonesa aumentou após 1908.

Até 1871, não existia o Estado alemão. Antes da unificação, a região era composta por diversos principados, condados, reinados e ducados. As potências europeias enxergavam uma Alemanha unificada como uma ameaça, e mantê-la fragmentada fazia parte da política da época. As guerras napoleônicas deixaram lastros de destruição no interior do país. Após a queda de Napoleão Bonaparte, muitos alemães que o haviam servido passaram a ser perseguidos; o que motivou a ida de alguns para o Brasil. Além disso, o processo de industrialização avançava sobre algumas regiões alemãs, o que desestruturou o mercado de trabalho no qual havia ainda resquícios de feudalismo, aumentando a pobreza entre os camponeses. Em decorrência, muitas pessoas viam na emigração uma saída para as suas mazelas. Os alemães que imigraram para o Brasil eram camponeses insatisfeitos com a perda de suas terras, ex-artesãos, trabalhadores livres e empreendedores, desejosos de exercer livremente suas atividades, perseguidos políticos, pessoas que perderam tudo e estavam em dificuldades, que eram “contratadas” mediante incentivos para administrar as colônias ou mesmo chamadas pelo governo brasileiro para trabalho mercenário ou de níveis intelectuais elevados.

Mesmo tratando-se de uma emigração pequena, ela teve um impacto notável na composição étnica do país, em especial na população do Sul do Brasil. Diferentes fatores levaram a essa grande influência. Em primeiro lugar, a imigração alemã para o Brasil é um velho fenômeno que começou em 1824, muitas décadas antes do início da imigração de outros grupos étnicos da Europa para o Brasil. Por exemplo, o primeiro grupo significativo de italianos a imigrar para o Brasil só chegou em 1875, muitas décadas após a chegada dos primeiros alemães. Quando a migração de outros europeus para o Brasil começou, os alemães já aqui estavam, há muitas gerações. Outro fator foi a alta taxa de fecundidade das mulheres teuto-brasileiras. Entre 1826 e 1828, a primeira geração teuto-brasileira tinha uma média de 8,5 filhos e a segunda, geração de 10,4 filhos por mulher. As taxas de fecundidade entre as mulheres teuto-brasileiras eram maiores que as de outras brasileiras, resultando num crescimento proporcionalmente mais rápido da população de origem alemã que da população de origem não alemã.

O imigrante alemão difundiu no Brasil a religião protestante e a arquitetura germânica, contribuiu para o desenvolvimento urbano e da agricultura familiar, introduziu no país o cultivo do trigo e a criação de suínos. Na colonização alemã, não se pode negar, está a origem da formação de um campesinato típico, marcado fortemente por traços da cultura camponesa da Europa Central.

No sul da Bahia, em 1818, o naturalista José Guilherme Freyreiss criou a colônia Leopoldina, onde foram distribuídas sesmarias para colonos alemães, porém o projeto fracassou. Os colonos se dispersaram, e a mão de obra imigrante nas sesmarias foi substituída pela escrava. As outras duas tentativas de assentamentos alemães na Bahia, de 1821 e 1822, tiveram o mesmo destino fracassado.

Trazidas a mando do rei d. João VI, em 1819, o governo português assentou famílias suíças nas serras fluminenses. Essas fundaram o atual município de Nova Friburgo. A colônia também fracassou: foi mal-estruturada, situando-se longe do mercado consumidor, o que levou muitos dos suíços a abandonarem os assentamentos. De forma a evitar a sua extinção, em 1824, a colônia recebeu 350 alemães.

O fracasso das colônias baianas e fluminenses é frequentemente ignorado pela historiografia, que consagrou a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, como o marco inicial da imigração alemã no Brasil. A primeira colônia alemã no Brasil foi fundada ainda antes da Independência. Em julho de 1824, os primeiros alemães chegaram ao Sul, sendo assentados à margem sul do rio dos Sinos, na atual cidade de São Leopoldo. Foram trazidos por Georg Anton von Schäffer, alemão radicado no Brasil e major do exército brasileiro. Schäffer, amigo da imperatriz Leopoldina, fora incumbido pelo governo brasileiro de ir à Alemanha e trazer soldados para formarem o Batalhão de Estrangeiros, necessário para reforçar a defesa dos territórios do Sul. Como recebia dinheiro de acordo com a quantidade de pessoas que trouxesse, Schäffer se esforçou em atrair grande número de indivíduos, entre os quais muitos de origem duvidosa.

Os documentos atestam o recrutamento de centenas de presidiários alemães em cadeias e casas de correção de Mecklemburgo para serem mandados para São Leopoldo. No entanto, milhares de alemães indigentes, ao saberem que o Brasil estava oferecendo terras, foram para Bremen e Hamburgo em busca de uma passagem, mas se recusaram a assinar contrato de serviço militar. Schäffer recebeu autorização do Rio de Janeiro para permitir a vinda deles mesmo assim.

Em 1829, colônias alemãs foram criadas em Santa Catarina e no Paraná. A primeira fase da imigração se encerrou em 1830, em decorrência da falta de recursos financeiros e da dificuldade de trazer imigrantes, agravada pela eclosão da Guerra dos Farrapos. Nesse período, entraram no Brasil cerca de 5 mil alemães, entre soldados e imigrantes destinados à produção agrícola. No Sul, desenvolveram um sistema produtivo baseado na pequena propriedade com mão de obra familiar, em lotes que mediam cerca de 80 hectares cada. Os alemães iniciaram um processo de ocupação das terras de floresta desprezada pelos latifundiários gaúchos, resultando na ocupação de extensa área relativamente próxima a Porto Alegre. O mesmo se deu em Santa Catarina, onde a primeira colônia estava próxima da capital, Desterro, hoje Florianópolis.

Após 1845, a imigração foi retomada, com a fundação de uma colônia alemã no Rio de Janeiro, em Petrópolis. No Sul, os assentamentos alemães de São Leopoldo avançavam sobre o vale do rio dos Sinos e, em Santa Catarina, surgiram três novas colônias nos vales dos rios Cubatão e Biguaçu. Nesse momento, cresceram os debates políticos acerca da conveniência de se trazer alemães para o Brasil, devido à entrada de muitos luteranos num país onde a religião católica era a oficial. Apesar das vozes contrárias, a partir de 1847, alemães foram engajados no sistema de parceria nas plantações de café de São Paulo, que se mostraria um fracasso. E, no mesmo ano, 38 famílias oriundas do Hunsrück e Hesse fundaram a colônia de Santa Isabel, no Espírito Santo.

Após 1850, mudanças fundamentais foram feitas para atrair maior número de imigrantes. As despesas com demarcação de lotes e assentamentos de colonos foram transferidas do governo imperial para as províncias. Visando a diminuir suas despesas, o Estado permitiu a atuação de companhias particulares de colonização, que compravam as terras e as revendiam aos imigrantes. Em 1850, a Lei de Terras estabeleceu que os colonos apenas pudessem ter a posse da terra por meio da compra e não da simples posse como ocorria anteriormente. As denúncias contra o sistema de parceria em São Paulo, materializadas com a revolta dos colonos da Fazenda Ibicaba, em 1847, contra as péssimas condições de trabalho nas fazendas cafeeiras, fizeram com que a Prússia proibisse a imigração para o Brasil em 1859. Mais tarde, essa restrição seria revogada apenas para os três estados sulinos. Isso contribuiu para a concentração da imigração alemã no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

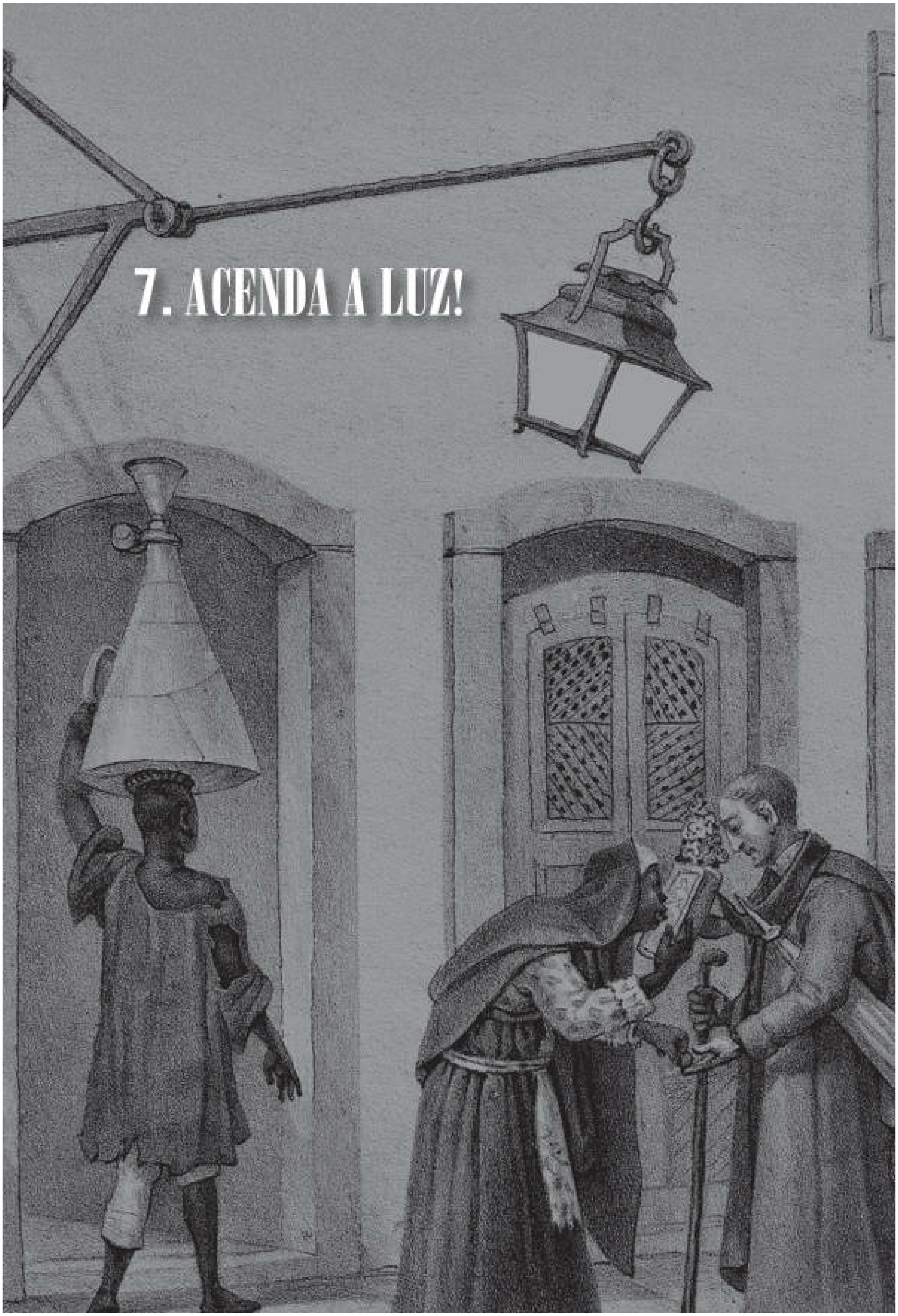
Onde estiveram, os alemães e seus descendentes mantiveram sua culinária. Acostumados à escassez na produção de alimentos, por conta de eventos climáticos e histórico de guerras, trouxeram consigo a tradição de geleias e picles. O *sauerkraut* ou chucrute em conserva é uma maneira de se comer o repolho durante todo o ano, assim como as geleias em relação às frutas. O *fanchem-hasen*, por sua vez, é o coelho feito no forno e servido sem pernas; há ainda o *gemuse schwitze*, um refogado de verduras, raramente adotado pelos gaúchos pouco inclinados a consumi-las. Como toda herança cultural, a culinária se transformou no contato com os costumes locais.

Receitas trazidas pelos imigrantes, como *sauerkraut*, *eisbeins* ou joelho de porco, *schmier* ou doce de frutas pastoso, e cuca, um tipo de pão doce, se misturam com ingredientes brasileiros, sendo adaptados a novos pratos, como o polvilho, derivado do aipim. A cana-de-açúcar, com a qual tiveram contato nos engenhos da Bahia, ganhou espaço na alimentação dos colonos, assim como a produção caseira de feijão. Imigrantes alemães ainda fabricavam a tradicional *spritzbier*, um tipo de cerveja feita com gengibre. Entre os alimentos, a batata talvez seja aquela que esteve presente em toda a Europa, sendo muito utilizada na cozinha alemã, holandesa e suíça, tanto em forma de purê como cozida, acompanhando os diferentes tipos de mostardas, das mais suaves às mais picantes.

Um exemplo de sucesso? Os Daudt, aqui desembarcados em 1824, com outras 126 famílias que se estabeleceram no Rio Grande do Sul. João Daudt tinha mais de quarenta anos e fora soldado de Napoleão, condecorado como herói na Batalha de Waterloo e trouxe a família em busca de “prosperidade”. Estabeleceu-se em São Leopoldo numa área de cerca de 100 acres. Seu filho, também chamado João, agricultor e criador de porcos, fazia salsichas tipo de Frankfurt e salames, além de ter instalado o primeiro curtume da região. O sucesso dos embutidos alemães foi tão grande que, em poucos anos, ele fundou uma fabriqueta.

Restaurantes franceses, italianos e alemães se multiplicaram. O Hotel Frères Provençaux, na esquina da rua do Ouvidor, com rua Gonçalves Dias, na capital, por exemplo, oferecia cardápios dispendiosos, garçons trajados com casacas, aposentos, procurados para encontros galantes. Já os frege-moscas eram tascas de ínfima categoria, onde o preço das refeições não ultrapassava 200 réis. Erguidos sobre chão de terra batida ou tabuado, eram decorados com guirlandas de papel crepom em cores vivas onde pousavam as moscas, Concentravam-se, também, no Rio de Janeiro, na Cidade Nova.

# 7. ACENDA A LUZ!



PÁGINAS 232 E 233

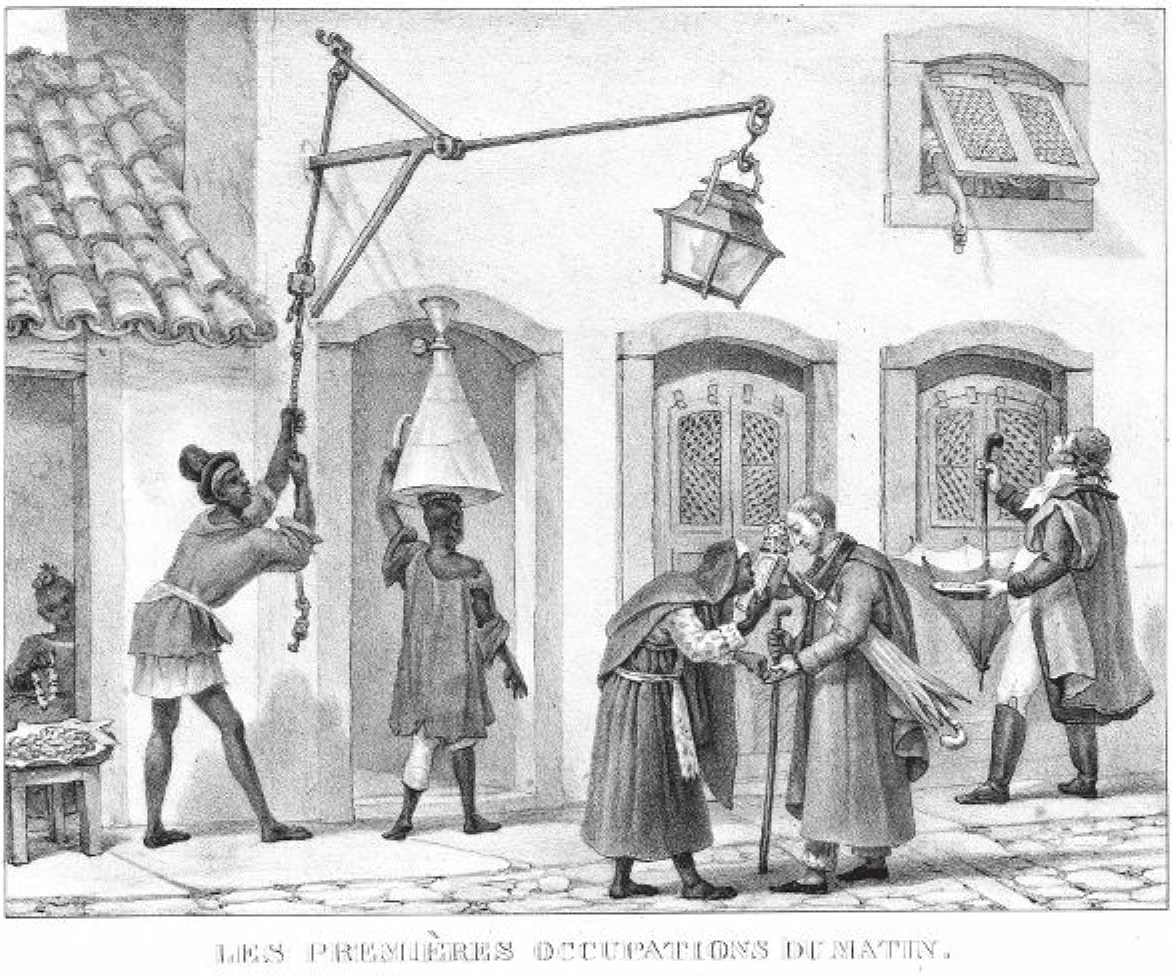
*Pela manhã, escravos recolhiam luminárias públicas.*

FRÈRES, Thierry. *Les premières occupations dumatin*. 1839.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME TROISIÈME. P. 5.

Até o século XVIII, nos momentos de festas e comemorações, a população iluminava as fachadas das casas com as velas feitas de sebo e gordura. Na cidade do Rio de Janeiro, a iluminação pública à base de óleos vegetais e animais foi implantada no ano de 1794. Algumas cidades passaram a ser iluminadas com lâmpadas de óleo de baleia, mas apenas algumas ruas tinham iluminação. Em São Paulo, por exemplo, a utilização de óleos como iluminação pública chegou somente no ano de 1830. Vale ressaltar que eram necessários funcionários que acendessem diariamente as luzes nas ruas das cidades. Isso nas ruas, pois, até a primeira metade do século XIX, a iluminação das casas era precária. Candeeiros de ferro ou latão, alimentados por azeites, óleos ou velas em grandes castiçais iluminavam os cômodos. A fachada dos edifícios públicos e religiosos se iluminava graças a grandes lampadários onde, à noite, negros incumbidos da tarefa acendiam velas e candeeiros de azeite.

A iluminação a gás de querosene mudou o cenário. Enquanto áreas mais pobres, ligadas ao período colonial, como o centro da cidade, continuavam na escuridão ou na claridade improvisada, a modernidade era vista nos locais mais frequentados.

Na década de 1840, com o aumento no número de veículos e, consequentemente, a alta na quantidade de acidentes noturnos por causa da iluminação precária, percebeu-se que, aumentando a qualidade da iluminação, arriscavam-se menos vidas. A capital paulista inovou e, em 1847, a Câmara Municipal de São Paulo contratou uma fábrica de “gás iluminante”. No ano de 1854, São Paulo foi a primeira cidade brasileira a implantar a iluminação a gás – esse serviço ficou na cidade até meados de 1936, quando foram apagados os derradeiros lampiões. No ano de 1862, a iluminação passou a ser gerada por azeite fotogênico resinoso.


LES PREMIÈRES OCCUPATIONS DU MATIN.

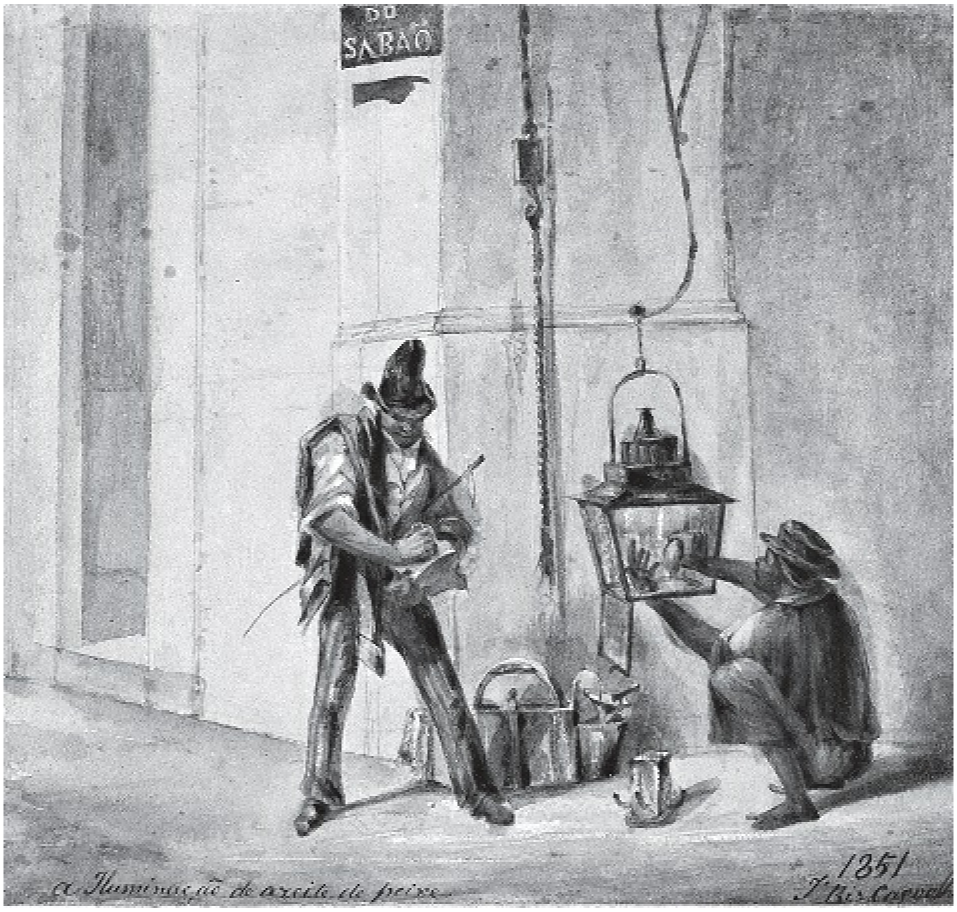
*Era usado azeite de peixe nas luminárias urbanas.*

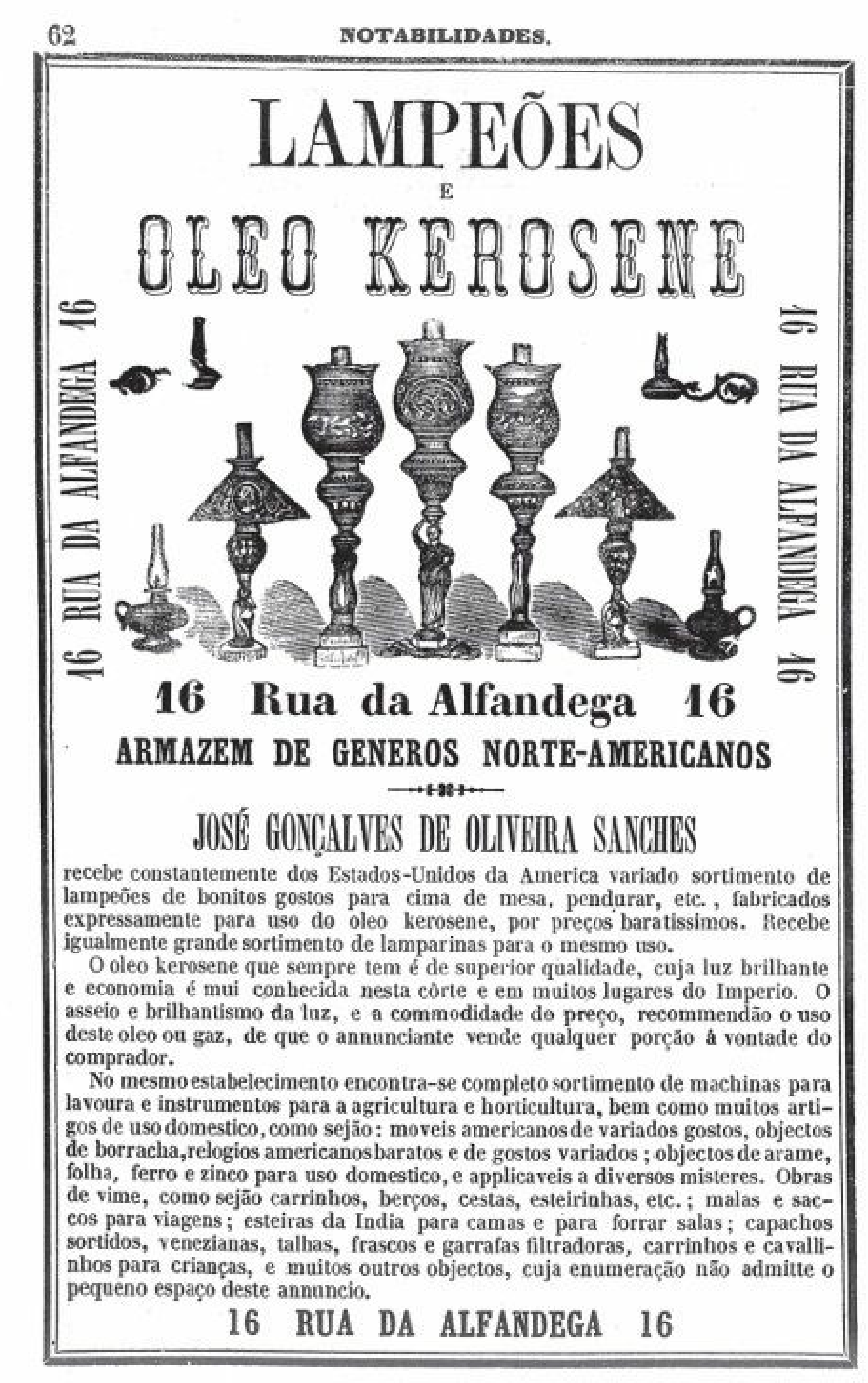
CARVALHO, José dos Reis. *A iluminação de azeite de peixe.* 1851.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Sublinha João Luiz Máximo da Silva que, antes de seu uso doméstico, o gás para iluminação foi muito bem recebido nas cidades, mas sempre com alguma desconfiança. A população tinha dúvidas sobre o processo de produção que desconhecia. O jornal *A Província de São Paulo* assim saudou a chegada da iluminação a gás: “Faleceu ontem, e ontem mesmo foi enterrado com a solenidade de estilo, o último bico de azeite que ainda acendia nessa imperial cidade de São Paulo.” Para dezessete dias depois lamentar: “Estabelecimentos comerciais importantes que haviam sido dos primeiros a adotar a luz ‘civilizada’ voltaram ao antigo querosene, cônscios de que a luz chamada magnífica e barata em outras partes, aqui só por luxo e dispendiosa ostentação pode ser mantida. Não falando da sua qualidade, que, muitas vezes, na estranha variedade que oscila, chega a valer tanto como o querosene, com a única diferença de ser sempre mais cara que este.”

No Rio de Janeiro, Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá, em 1850, apresentou uma proposta viável para iluminar a cidade com gás hidrogênio carbonado. Pelo contrato, o empresário comprometia-se a substituir 21 milhas de lampiões a óleo de baleia por outros novos, de sua fabricação, erguendo uma fábrica de gás nos limites da cidade. Ele conseguiu o monopólio da exploração da atividade por 25 anos. Em 1852, na atual avenida Presidente Vargas começou a construção da fábrica de gás de carvão mineral, com dois gasômetros, e dois anos depois, foi implantada a iluminação a gás na cidade, a primeira do país a usar o sistema, que era alimentado por uma rede de 20 km de dutos de ferro. Cada combustor fornecia iluminação equivalente a seis velas de cera.

Eram necessários operadores que diariamente acendiam as luminárias a gás. O equipamento consistia num registro para controlar a entrada de gás no combustor e uma vara especial com uma esponja de platina na ponta para ser um catalisador, provocando a combustão do gás. Segundo registros da época, em 1857 existiam 3.027 combustores espalhados principalmente pela área central. Começou-se a usar a rede subterrânea para os dutos que serviam também para distribuir o gás para cozinha e aquecimento. No fim do século XIX, havia 14.579 combustores públicos para iluminação e mais de 500 km de tubulação. A Fábrica do Aterrado produzia anualmente cerca de 21 milhões de metros cúbicos de gás, no Rio de Janeiro.


DO
SABÃO
a Illuminação de azeite de peixe
1851



62 NOTABILIDADES.

# LAMPEÕES
E
# OLEO KEROSENE

16 RUA DA ALFANDEGA 16

16 RUA DA ALFANDEGA 16

**16 Rua da Alfandega 16**

**ARMAZEM DE GENEROS NORTE-AMERICANOS**

**JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA SANCHES**

recebe constantemente dos Estados-Unidos da America variado sortimento de lampeões de bonitos gostos para cima de mesa, pendurar, etc., fabricados expressamente para uso do oleo kerosene, por preços baratissimos. Recebe igualmente grande sortimento de lamparinas para o mesmo uso.

O oleo kerosene que sempre tem é de superior qualidade, cuja luz brilhante e economia é mui conhecida nesta côrte e em muitos lugares do Imperio. O asseio e brilhantismo da luz, e a commodidade do preço, recommendão o uso deste oleo ou gaz, de que o annunciante vende qualquer porção à vontade do comprador.

No mesmo estabelecimento encontra-se completo sortimento de machinas para lavoura e instrumentos para a agricultura e horticultura, bem como muitos artigos de uso domestico, como sejão: moveis americanos de variados gostos, objectos de borracha, relogios americanos baratos e de gostos variados; objectos de arame, folha, ferro e zinco para uso domestico, e applicaveis a diversos misteres. Obras de vime, como sejão carrinhos, berços, cestas, esteirinhas, etc.; malas e saccos para viagens; esteiras da India para camas e para forrar salas; capachos sortidos, venezianas, talhas, frascos e garrafas filtradoras, carrinhos e cavallinhos para crianças, e muitos outros objectos, cuja enumeração não admitte o pequeno espaço deste annuncio.

**16 RUA DA ALFANDEGA 16**

*Antes da energia elétrica, as casas eram iluminadas por lampiões a querosene.*

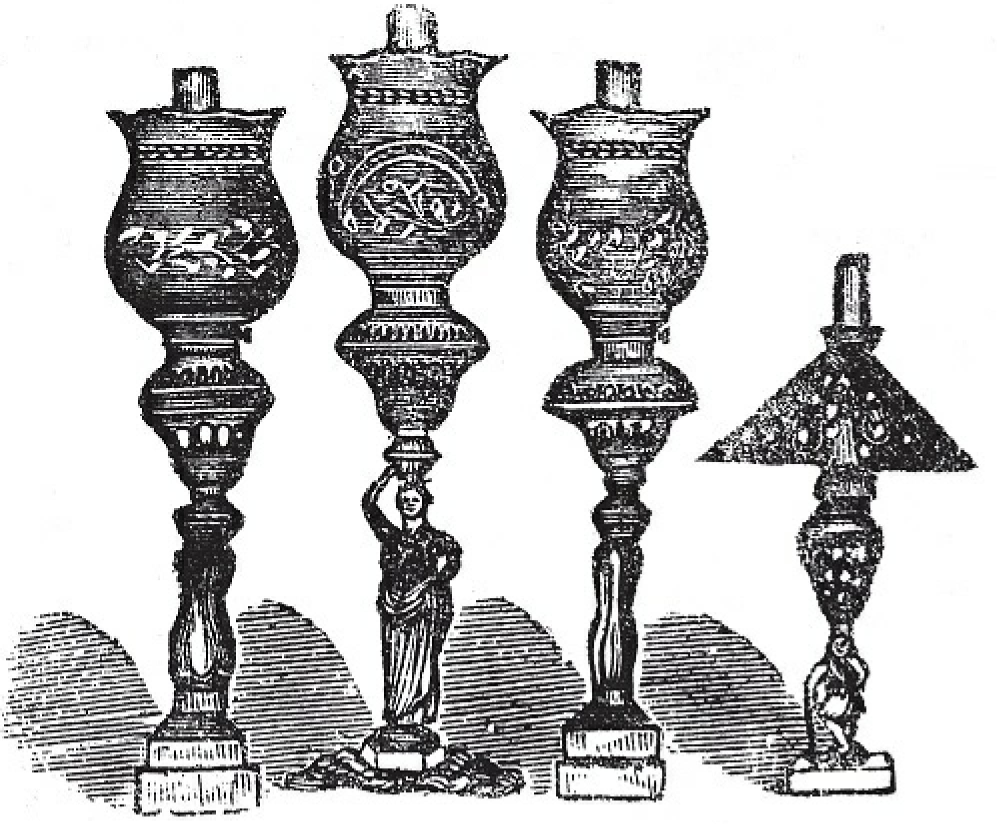
*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, ano 10, p. 62, 1866.

BIBLIOTECA NACIONAL.

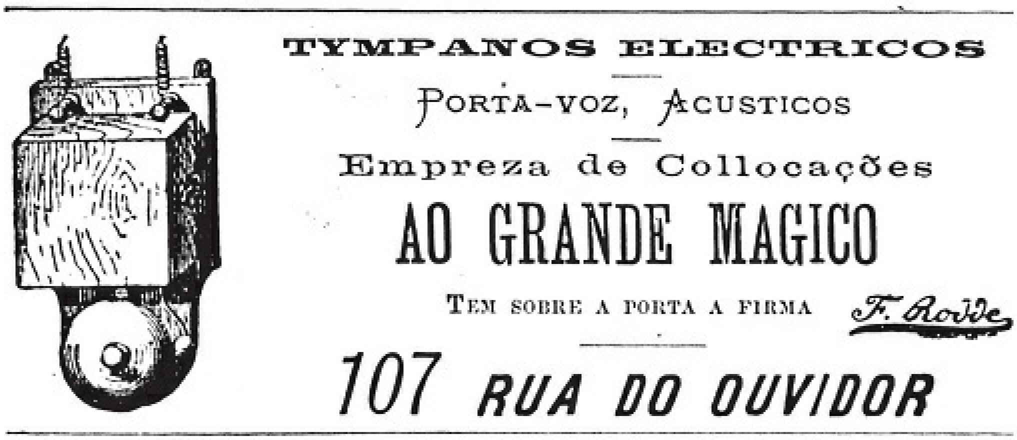
Os investidores só começaram a subscrever as ações da Companhia de Iluminação a Gás quando os primeiros lampiões, no centro da cidade, foram acesos, surpreendendo a população. Posteriormente, premido por dificuldades financeiras, Mauá cedeu os seus direitos de exploração a uma empresa de capital britânico, mediante 1,2 milhão de libras esterlinas e de ações no valor de 3.600 contos de réis.

Em 1879, um ensaio de luz elétrica foi realizado na estação da Estrada de Ferro d. Pedro II, seguido de outro, na sede do *Jornal do Commercio*.

Dois anos se passariam para que, ainda em fase experimental e por algumas noites apenas, se recebesse luz, no início da rua do Areal, atual Moncorvo Filho, e, por mais tempo, no próprio Campo de Santana adjacente. Em 1884, chegara a vez da Vila Isabel e do Paço Imperial. E assim, paulatinamente, o povo veio a conhecer esse avanço da tecnologia.



237



TYMPANOS ELECTRICOS

PORTA-VOZ, ACUSTICOS

Empreza de Collocações

AO GRANDE MAGICO

TEM SOBRE A PORTA A FIRMA F. Rodde

107 RUA DO OUVIDOR

*Campainhas de casas e de telefones: primeiro uso comercial da energia elétrica.*

*O Besouro,* Rio de Janeiro, ano 1, nº 13, p. 2,
29 jan. 1878.
BIBLIOTECA NACIONAL [HEMEROTECA].

Mas não foi apenas essa tecnologia que evoluiu. A mentalidade das pessoas também mudou. Quando as primeiras lâmpadas foram instaladas, a população desconfiava que elas pudessem trazer doenças e as empresas de distribuição tiveram trabalho para convencer de que o que se dizia não passava de boatos. Com o tempo, a aceitação aumentou e foi possível perceber o crescimento da vida noturna nas cidades.

A cidade de Campos, no Rio de Janeiro, foi a primeira a ter luz elétrica nas ruas, em virtude da presença de uma usina termoelétrica. Em 1883, mais exatamente no dia 24 de julho, utilizou-se de uma máquina a vapor para iluminar o distrito com 39 lâmpadas, sob o comando de d. Pedro II. Era o início de uma nova era para a iluminação pública no país. Nesse mesmo ano, a primeira usina hidrelétrica do país, em Diamantina, Minas Gerais, começou a gerar energia por meio de uma linha de transmissão de 2 km, que acionava equipamentos utilizados na extração de diamantes. Ainda no estado mineiro, em Juiz de Fora, em 1889, construiu-se a primeira hidrelétrica que não servia apenas a interesses privados.

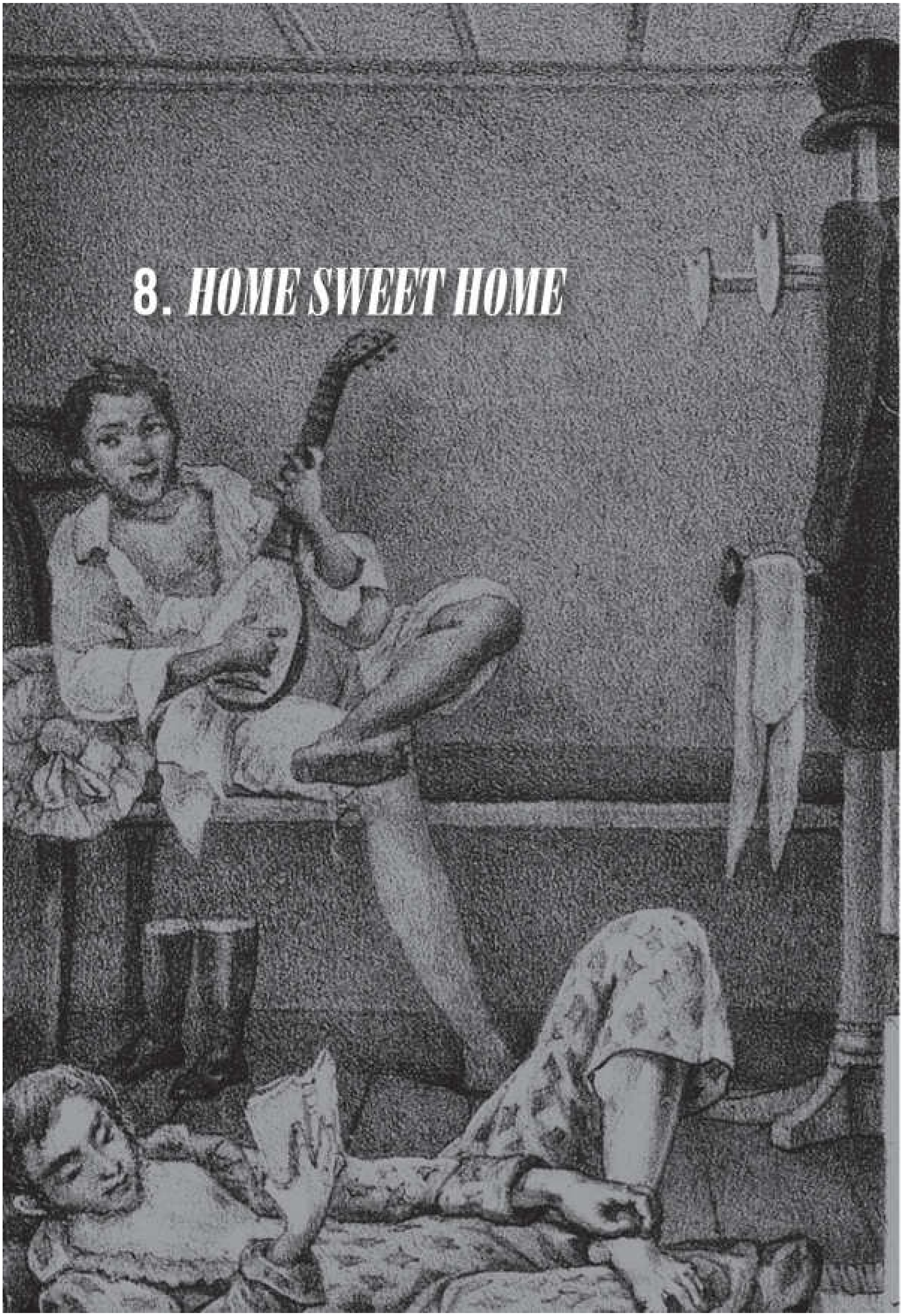
Também conhecida como Farol do Continente, a hidrelétrica de Marmelos é considerada o marco zero da energia elétrica no Brasil e na América Latina. Rio Claro, em São Paulo, foi a segunda cidade a ter luz elétrica nas ruas, também em razão da presença de uma termoelétrica. No ano de 1881, o Jardim do Campo da Aclamação, hoje praça da República, no Rio de Janeiro, teve seu primeiro trecho de iluminação pública provido por energia elétrica, com dezesseis lâmpadas a arco voltaico, alimentadas por dois dínamos, acionados por uma máquina a vapor. O futuro parecia ter chegado. O imperador, nesse mesmo ano, inaugurou também a iluminação da antiga Estação da Corte da Estrada de Ferro Central do Brasil, a primeira do país feita por energia elétrica.

O primeiro serviço municipal de iluminação elétrica, entretanto, foi instalado em 1887, em Porto Alegre. A energia era gerada na usina térmica da Companhia Fiat Lux. No Rio de Janeiro, criava-se a Companhia de Força e Luz, responsável por mais de cem lâmpadas de iluminação pública. Em 1899, a empresa canadense Tramway Light and Power Co. Ltd. distribuía energia elétrica e iniciou seus trabalhos instalando bondes elétricos e construindo a usina de Parnaíba. O bonde elétrico proporcionou a valorização do solo e a expansão das indústrias nascentes. A cidade do Rio de Janeiro somente implantou o serviço de luz elétrica nas ruas no ano de 1904. Outras cidades, como Juiz de Fora, Curitiba, Maceió, entre outras, implantaram o serviço de iluminação pública elétrica bem antes que o Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesse mesmo período, a Société Anonyme du Gaz tinha a concessão do fornecimento de iluminação e transporte público. A empresa belga tinha uma relação direta com o governo imperial e teve dificuldades para se adaptar à Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Mas a implantação da luz elétrica nas ruas não substituiu totalmente os lampiões a gás. Esses foram sendo apagados aos poucos, convivendo ao mesmo tempo nas cidades com a luz elétrica. Era a modernização dando as mãos ao antigo. Machado de Assis em várias de suas obras menciona o uso do bico de gás em festas e reuniões familiares, o “gás do salão” ou os famosos “bicos Auer”.

A iluminação a gás espalhou a família antes reunida numa única peça. Doravante, cada qual podia ficar isolado num cômodo da casa. Ela também convidou a sair: teatros, restaurantes, praças eram frequentados, agora, sem temores. A vida social ganhou algumas horas a mais, diz José Wilton Guerra. Nas cidades, poucos continuavam a dormir e a acordar com as galinhas!

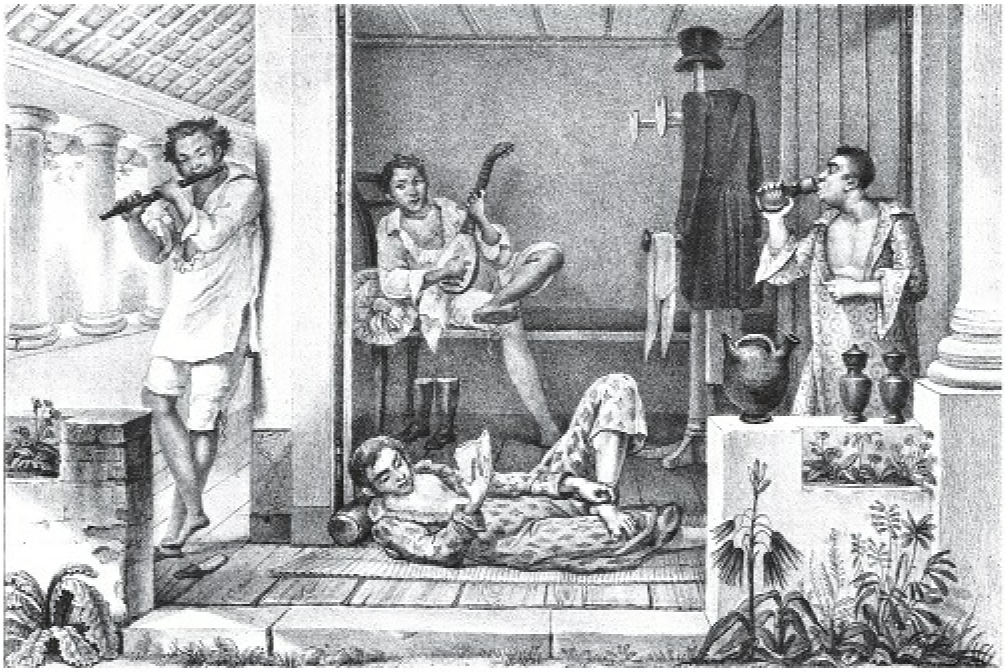
# 8. *HOME SWEET HOME*



A expressão chegou aqui com os ingleses e o conceito, também: fazer da casa própria um lugar agradável e acolhedor. Gilberto Freyre foi pioneiro em chamar a atenção para as mudanças que tiveram lugar na vida privada e na intimidade à época. Tudo se alterava. O desejo de consumir objetos novos se instalava, sobretudo, nas elites, onde a exibição do que se possuía, sobretudo, se importado, era uma forma de poder simbólico. A casa, por sua vez, era a prova da força pecuniária. A presença do supérfluo na decoração profusa, nos objetos de arte, nos animais de estimação, nos criados vestidos de libré, na biblioteca repleta de volumes confirmava o poder do dinheiro. No comando da casa, a esposa. O marido lhe delegava esse poder.

Se, em 1820, referindo-se ao mobiliário da sala de um rico charqueador, em Pelotas, o viajante Auguste de Saint-Hilaire estranhava que "mesas, cadeiras e canapés" fossem os únicos móveis visíveis e que "cômodas e secretárias", consideradas "móveis modernos", praticamente não eram vistas, em seu *O homem*, Aluísio Azevedo mostra que, em 1887, os tempos tinham mudado:

> Paredes forradas por uma austera tapeçaria de linho inglês cor de cobre guarnecidas por caquemonos – tecidos bordados – em que se destacava grupos de "chins" em lutas fantásticas com dragões bordados a ouro; as figuras saltavam em relevo do fundo dos painéis e mostravam as suas caras túrgidas e bochechudas, com olhos de vidro, cabeleiras de cabelo natural e roupas de seda de pelúcia. Cobria o chão da sala um vasto tapete Pompadour, aveludado, com matiz entre vermelho e roxo, afirmava admiravelmente com os tons quentes da parede. Do meio do teto, onde se notava grande sobriedade de tintas e guarnições de estuque, descia um precioso lustre de porcelana de Saxe, sobrecarregado de anjinhos e flores coloridas, de pássaros e borboletas, tudo disposto com muita arte numa complicadíssima combinação de grupos […]. Da parede contrária à entrada dominava um imenso espelho sem moldura, debaixo do qual havia um consolo de ébano, com tampo de mármore e mosaicos de Florença, suportando um pêndulo e dois candelabros bizantinos. Ao lado do consolo uma poltrona de laca dourada com assento de palhinha da Índia e uma cadeira de espaldar forrada de gorgorão branco listrado de veludo, logo adiante um divã com estofos trabalhados na Turquia.



*Lar, doce lar.*

FRÈRES, Thierry. *Le diner*. 1835.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME DEUXIÈME. P. 8.

E não era só a decoração do ambiente que cambiava. Os objetos de adorno, também eram quase todos trazidos do exterior. É o mesmo Azevedo quem descreve:

> Tudo foi reformado. Expuseram-se velhas cadeiras com espaldar e assento em couro de Córdova, lavrado e tacheado de metal amarelo; leitos à Renascença de colunas retorcidas e métopes talhados em madeira fusca; jarras do Oriente, sarapintadas de hieróglifos; objetos preciosos de marfim manufaturados na China; molduras delicadíssimas de porcelana grinaldas a Luís XIV, representando grinaldas coloridas; consolos de 'breche antique', sustentando delfins de olhos e barbatanas douro, luzido […] os divãs, os "fauteuils", as "étagères" de charão, de palissandra, de ébano; enfim, o que podia haver de raro, de singular, de extraordinário. Não era uma casa, era um prolongamento do Hotel de Cluny. Cada objeto, cada móvel, cada peça representava um reinado, uma escola.

Não que os baús, redes, esteiras, caixas e arcas tivessem sido abandonados. Eles apenas demarcavam o mobiliário dos que não tinham ascendido socialmente ou não tinham acesso às peças de gosto francês e inglês. Em São Luiz, os baús de "moscóvia" ou os de paparaúba coberta de sola continuavam a ter uso para guardar roupas, utensílios ou alimentos. Mas, na segunda metade dos oitocentos, explica Mariza Malta, a casa se consagrava como espaço de aparência burguesa e, por isso, os objetos passaram a assumir um papel de gosto, *status* ou moda. A casa era local de morada, mas seus artefatos designavam uma determinada posição social. Nela, tudo deveria divertir o olhar, informando: que tipo de posses teria o dono ou a dona da casa?

O móvel, a cortina, os bibelôs denunciavam as qualidades morais e estéticas de cada um deles. Uma peça de mobiliário com seus ornamentos gregos ou romanos tinha o dom de ressuscitar o passado. Peças inglesas ou francesas transportavam de um espaço para outro: do Brasil para a Europa. Impunha-se um “olhar decorativo” e urbano, que selecionava nas *boutiques*, nas galerias, nos salões, nas ilustrações o que deveria ou não ser usado. Combiná-los harmoniosamente era tarefa prescrita em vários manuais.

Mas, em quais? Ora, graças ao barateamento do impresso, livros se transformavam em enciclopédias visuais, ajudando o leitor a entender como colocar objetos e escolher as diferentes decorações. A cromolitografia ensejava reproduções coloridas e, importante saber, a cor era um dos elementos importantes na escolha dos tecidos e pintura mural. Os guias de decoração de origem inglesa começaram a circular no Brasil a partir da década de 1860, e muitos se apresentavam como auxiliares na “arte de dirigir e regular economicamente as coisas da casa”. Os cuidados com a higiene das habitações eram constantes: manter aposentos arejados e voltados para o sol, manter determinada altura das janelas para a renovação do ar nos quartos, cuidar da insolação dos interiores e eliminação dos cantos onde a poeira se acumulasse, estavam entre os mais citados por diferentes autores.

Nessa linha, revistas como *A Estação* ou a *Revista da Semana* consagravam em suas páginas pequenos conselhos: receitas de bordados ou de trabalhos manuais convidavam as leitoras a ter também mãos de fada. Cabia-lhes, afinal, transformar a casa em lar, em *home, sweet home*.

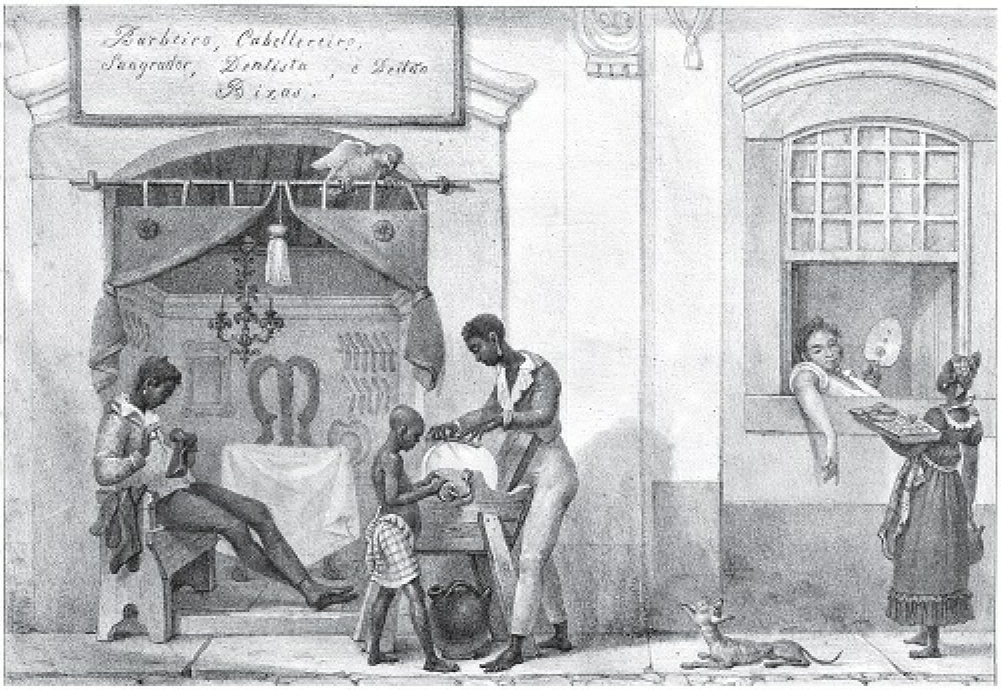
O crítico de arte Gonzaga Duque resolveu dar a sua contribuição sobre o assunto. Sob o pseudônimo de Sylvinio Júnior, lançou, em 1894, o seu *A dona de casa*, multiplicando informações sobre como confeccionar o lar ideal. A regra básica era um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar. Casa bem limpa desde os pisos da sala, os objetos nos lugares apropriados, capricho na ornamentação e criatividade nos “arranjos” era seu bordão. Mesmo as “casas modestas” segundo ele, podiam ter “tudo de tal maneira disposto, com tanta limpeza e bom gosto, que encantava”. Nada de grandes somas despendidas. Formas elegantes, graciosas e leves bastariam para alcançar uma imagem aprazível, até mesmo bela, do interior de uma residência.

Para Sylvinio Junior, uma casa no Rio de Janeiro que abrigaria, minimamente, uma família composta de marido, mulher e dois filhos e duas empregadas deveria ter duas salas, quatro quartos, copa, cozinha, despensa e banheiro. Com os aluguéis elevados da cidade do Rio de Janeiro, o autor chamava a atenção da dona de casa para que verificasse as condições de abastecimento de água e higiene, a fim de não ser enganada.

Em 1898, a autora Vera Cleser, no seu livro *O lar doméstico: conselhos práticos sobre a boa direção de uma casa*, enumera com riqueza de detalhes os acessórios dos cômodos de uma residência burguesa de porte mediano. Receber amigos e parentes ou fazer as refeições passou a ter um ritual com espaço próprio. A sala de jantar, que ficava colada à cozinha, tinha de ter aspecto de "asseio inexcedível". Paredes altas, secas e lisas reco-bertas com uma porção de óleo de louro para espantar as moscas, podiam ser revestidas de papel envernizado e cortinas, cujos tecidos admitissem repetidas lavagens: por exemplo, a étamine, o nanzuque ou algodão fino próximo da cambraia, o damasco de linho.

As palavras que se associavam ao ambiente eram elegância, durabilidade e utilidade. A mobília deveria ser "sólida e de bom gosto". Mesas elásticas, ou seja, aquelas que cresciam graças à colocação de mais pedaços de madeira, de seis a doze cadeiras, um "guarda-louça para tudo o que fosse de uso diário" e uma "é*tagère* com tampo de mármore" também eram obrigatórios. Na casa de Rafael Tobias de Aguiar, a mesa tinha seis metros de comprimento. No leilão de objetos da casa de José de Alencar também foi oferecida "uma superior mesa elástica de mogno com três tábuas". Portas de vidro no guarda-louça eram necessárias para exibir seu conteúdo: porcelana fina e importada, por vezes herdada, que parecia dizer, "aqui há valor". Ao robusto conjunto, se somavam pequenas mesinhas: uma com bandeja para servir chás, bolos e café, uma para sustentar o filtro – o "moringueiro" – e uma "mesa trinchante" para cortar carnes e aves saídas do forno. Quadros, painéis e pratos de louça antiga poderiam alegrar as paredes, assim como algum *cache-pot* com plantas poderia suavizar a rigidez da sala de jantar. Um armário antigo podia sinalizar prestígio e tradição de família. Em oposição à cozinha, de domínio feminino, a sala de jantar era o espaço masculino. O primeiro a adentrar era o homem. Era ele quem ocupava a cabeceira da mesa e era quem primeiro saía para fumar seu charuto, sinalizando que a refeição acabara. Sua função provedora era confirmada pela qualidade do alimento que chegava à mesa.

Em sobrados simples, a sala de jantar era um espaço multifuncional. Ali muitas mulheres costuravam, passavam roupa e recebiam visitas à volta de mesas menos imponentes. As máquinas de costura – frequentemente mencionadas para apontar o espírito progressista de quem as possuísse – eram vendidas à rua do Rosário, na loja do senhor Bessemonte, desde 1854, e também se exibiam na sala de jantar. Na corte, em 1868, Oscar Canstatt registrou, no mesmo ambiente, além da mesa e das cadeiras, uma cadeira de balanço e um sofá de vime. O horário da refeição era entre quatro e cinco horas da tarde, obedecendo a certa solenidade que devia ser rigorosamente respeitada. Num conto intitulado "Um monstro", Artur Azevedo narra acirrada briga conjugal porque o marido chegara quarenta minutos atrasado. E a esposa a vituperar: "Isto aqui, senhor Lemos, não é casa de pasto onde cada qual janta a hora que lhe parece".



*Ausência de limite entre a casa e a rua.*

FRÈRES, Thierry. *Les barbiers ambulants*.
1835.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME DEUXIÈME. P. 12.

Os que podiam compravam o mobiliário europeu através de catálogos. Importadores como a Casa Alemã, a Casa Garraux ou O Financeiro, em São Paulo, traziam "móveis de estilo", reproduções do que se usava na Europa. A Casa Oriental, por exemplo, tinha "a honra de anunciar que suas compras eram pessoalmente feitas por um dos sócios, na Europa", podendo garantir um "sortimento sem rival em gosto e preços". Leilões anunciados nos jornais do Rio, São Paulo e Recife permitiam cotejar o nível de consumo nas diferentes capitais. Enquanto nas duas primeiras cidades ofereciam-se pianos da marca Pleyel, mobília de pau-rosa em estilo Luís XV ou dormitórios tipo Francisco I, na capital pernambucana o *Jornal do Recife*, de 3 de janeiro de 1888, oferecia escarradeiras, lanternas, aparadores, mesas e cadeiras, sem nomear o estilo, mas recomendadas por serem "quase novas e pertencentes à casa de família". Vê-se que o consumo suntuário era azeitado pelo fortalecimento econômico do Sudeste.

Para a sala de visitas, o já mencionado manual de Vera Cleser insistia que a relação entre dinheiro e móveis faria diferença. A variável econômica era fundamental caso a sala tivesse que estar em "perfeita harmonia com a fortuna e a posição social" de quem a queria bem mobiliada. Um número infindável de novos móveis e acessórios surgia: tipos variados de cadeiras, otomanas, poltronas, *puffs*, banquetas, sofás de canto ou retos, espelhos, colunas, *cache-pots*, "*bibelots* bons e artísticos", jarros e vasos de flores com "ramilhetes vivos", "bronzes e mármores autênticos". E ainda mesinhas em diferentes tamanhos, sempre cobertas por toalhinhas de toda a sorte: *crochet-guipure*, frivolité, tiras de pelúcia, renda irlandesa etc. Para as paredes, pintura a óleo ou decoração em *trompe-l'oeil* por pintores renomados, como se vê nas fazendas dos barões de café, no Vale do Paraíba, em que sobressai o nome do catalão José Maria Villaronga. Tapetes eram obrigatórios, e as cortinas se declinavam em dezenas de tecidos específicos. Era o lugar da exibição da riqueza familiar e, também, dos trabalhos manuais femininos que adornavam inúmeros paninhos e centros de mesa em renda e crochê.

A presença de espelhos, aquários e cristais dava brilho aos ambientes e aos personagens que neles circulavam. Aliás, desde o início do século, John Mawe já observara a procura por espelhos pequenos ou grandes vindos da Inglaterra, que Saint-Hilaire encontrou até nas paredes de salas no interior de Goiás. Machado de Assis refere-se a "espelhos de pataca", "espelhinhos" comprados a mascates, na casa de gente pobre, enquanto, nas de gente rica, eles eram "grandes […] obras ricas e magníficas" com "delfins esculpidos e enfeites de madrepérola".

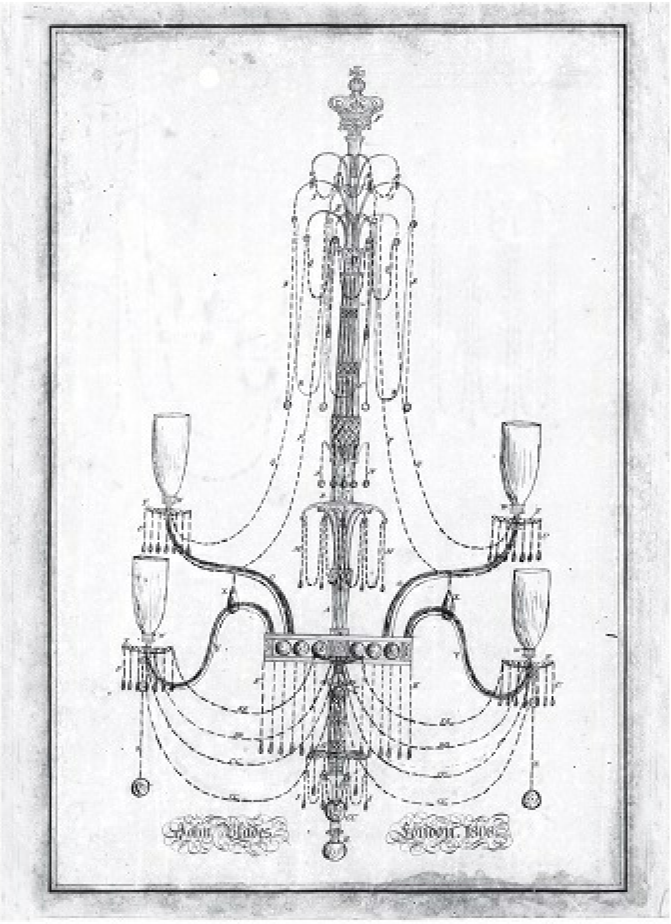
Quanto às gravuras e aos quadros que adornariam as paredes, apesar de mencionados nos inventários, não eram de boa qualidade. Pelo menos foi o que achou Maria Graham: "Gravuras e pinturas, as últimas os piores borrões que nunca vi, decoravam geralmente as paredes. Há, além disso, crucifixos e outras coisas do gênero". Tollenare achava mais: que no Brasil "o verdadeiro pintor não acharia o que fazer. As pessoas ricas adornam as paredes de seus salões de algumas gravuras; mandam-lhes da Europa litografias de cinco francos em molduras de cinco luíses". Longe das capitais ainda se usavam crucifixos, imagens sacras e oratórios na parede. Na segunda metade do século, virou moda colocar telas sobre cavaletes ou "suspendê-las por grossos cordéis de seda frouxa".

Como sublinha a historiadora Vânia Carneiro de Carvalho, ao deixar os bastidores da casa, a mulher passou a exercer sua feminilidade na sala de visitas, abrilhantando recepções, chás, jantares e almoços. Ela podia então discorrer com graça sobre temas da literatura, artes, viagens, romances e poesia. Propiciava boa música graças ao piano, indispensável instrumento de virtuosismo, no qual deixava romanticamente exprimir os sentimentos que lhe iam à alma.

Nos quartos, sedas e dosséis cobriam as camas. O mosquiteiro ou cortinado era obrigatório para combater os "malvados zunidores", gravava Aluísio Azevedo. Em 1849, o ilustre médico e político baiano José Lino Coutinho, em carta à sua filha Cora sublinhava: "Não desprezeis a vossa cama que, apesar de não dever ser patente a todo o mundo, contudo, por vossa própria satisfação e de vosso marido, ou em atenção a algumas pessoas de vossa intimidade, convém seja cômoda e honestamente arranjada". O quarto do casal, espaço onde se entrincheirava a sexualidade conjugal, devia ser um santuário. A cama, o altar onde se celebrava a reprodução. "Uma cama de casados – registrava padre Lopes Gama – era uma bisarma com tantos ramos entalhados, com tantos calungas, pássaros e anjos que era um pasmar." Por cima dela velava, triste, um crucifixo. Humor, só no reclame de colchões: "Ora Bolas… Camas, colchões! O amor tem fogo é o diabo. Atiça. Quem vê a espiga, logo a… cobiça. Se as moças soubessem e as velhas pudessem… Boas e sólidas camas… ditas com medalhão ao centro (50$ e 60$). Marquesas fortes para casadinhos de fresco (22$ e 21$)… Colchões com linho forte para casados (16$,18$ e 20$) duram até acabarem, desde que em cima deles… por conta brincarem…" Em muitos lugares do Brasil, seguia-se dormindo em redes. Redes aparecem em muitos espólios, influência dos primeiros moradores da terra. Podiam ser de taboca, as mais simples até as bordadas com almofadas de Guimarães.

O já citado Roquette recomendava que nos quartos de meninos não houvesse luxo, moleza ou futilidade. E, sim, livros, instrumentos de estudo e “algumas armas curiosas”. Nos dormitórios de meninas tampouco podiam caber excessos. Nada de muitas safenas, cortinas, guarda-roupas custosos, cofrinhos ou escrínios. Em lugar de tapetes, esteirinhas! E um mínimo de móveis e objetos para que o pó não se acumulasse e para que fosse um “quarto higiênico”. Cama, divã, cadeira e toucador deveriam ser pintados na mesma cor: rosa ou dourado. Proibido, sobretudo, dormir com animais.

Nos gabinetes masculinos, as estantes para livros e as escrivaninhas eram obrigatórias. No de José de Alencar, por exemplo, havia mapas e uma “pele de onça”. Já no “gabinete de costura”, eram imperativas as mesas para trabalhar, cadeiras e secretárias para a dona de casa anotar suas compras, fazer contas e enviar correspondência. Por vezes, uma *chaise longue* convidava ao descanso ou aos momentos de melancolia.



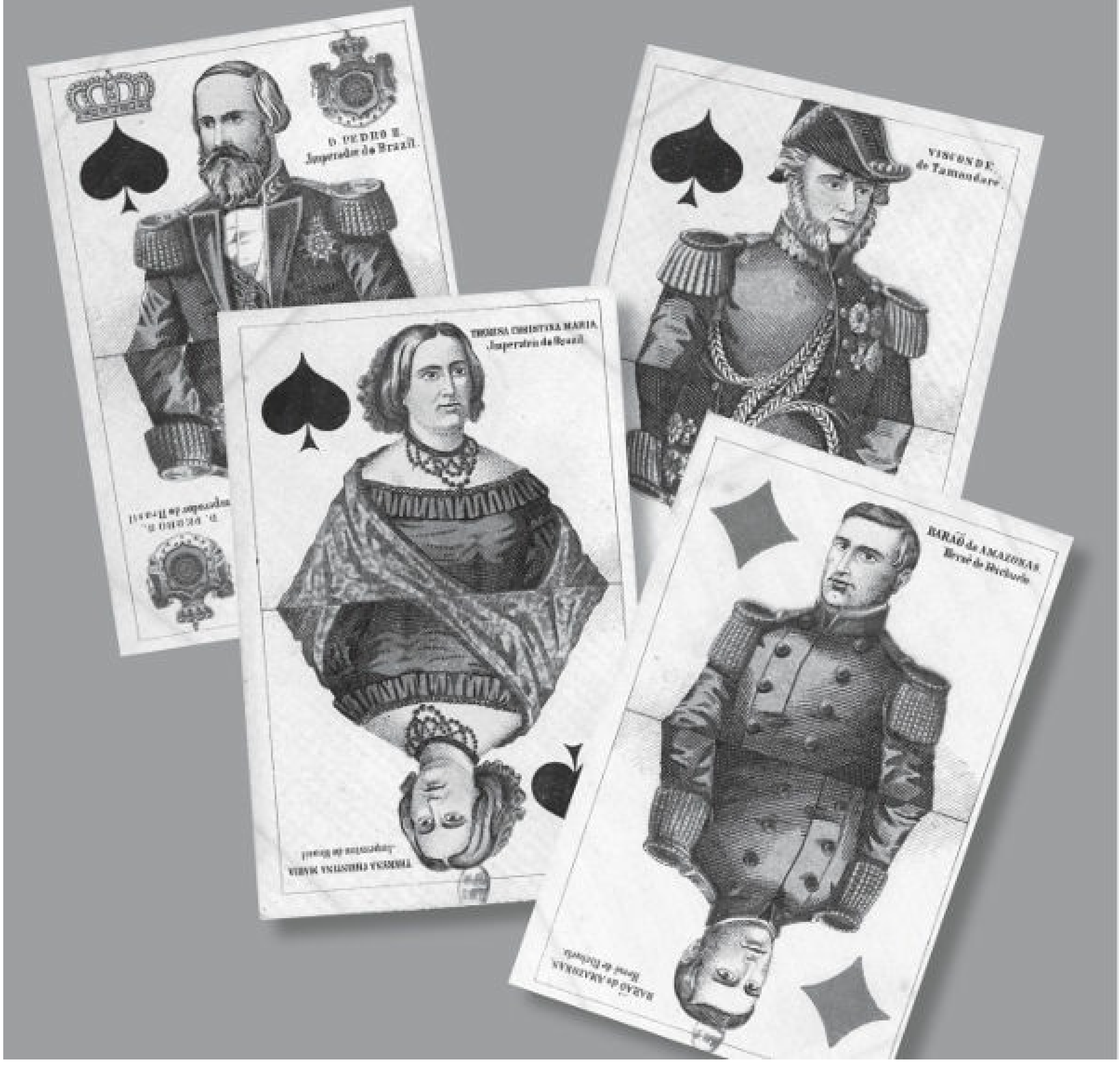
*Lustres ingleses decoravam as casas da elite.*

BLADE, John. *Representation of the three centre dropping branches*. 1808.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Em meados do oitocentos entrou na moda o móvel brasileiro, ou seja, a madeira nacional.

Em jacarandá ou outras madeiras nobres, ele passou a ornar as casas patrícias e a competir vantajosamente com os importados. Os próprios marceneiros estrangeiros, como os franceses Béranger, pai e filho, e o alemão Spieler, capitularam diante das virtudes das madeiras tropicais. Verificou-se, também, a saída de móveis brasileiros, feitos em jacarandá e vinhático para a Europa. Conta Gilberto Freyre que os “ingleses que, tendo em alto apreço relógios britânicos de uso doméstico, juntaram a ânimo patriótico a admiração pelo jacarandá brasileiro. E tornaram-se possuidores de relógios ingleses colocados dentro de caixas do mais nobre jacarandá”.

# 9. DIVERSÃO: DOS BAILES AOS *SPORTS*...


D. PEDRO II.
Imperador do Brazil
VISCONDE
de Tamandaré
THEREZA CHRISTINA MARIA
Imperatriz do Brazil
BARÃO de AMAZONAS

*O jogo de cartas retratava a elite política.*

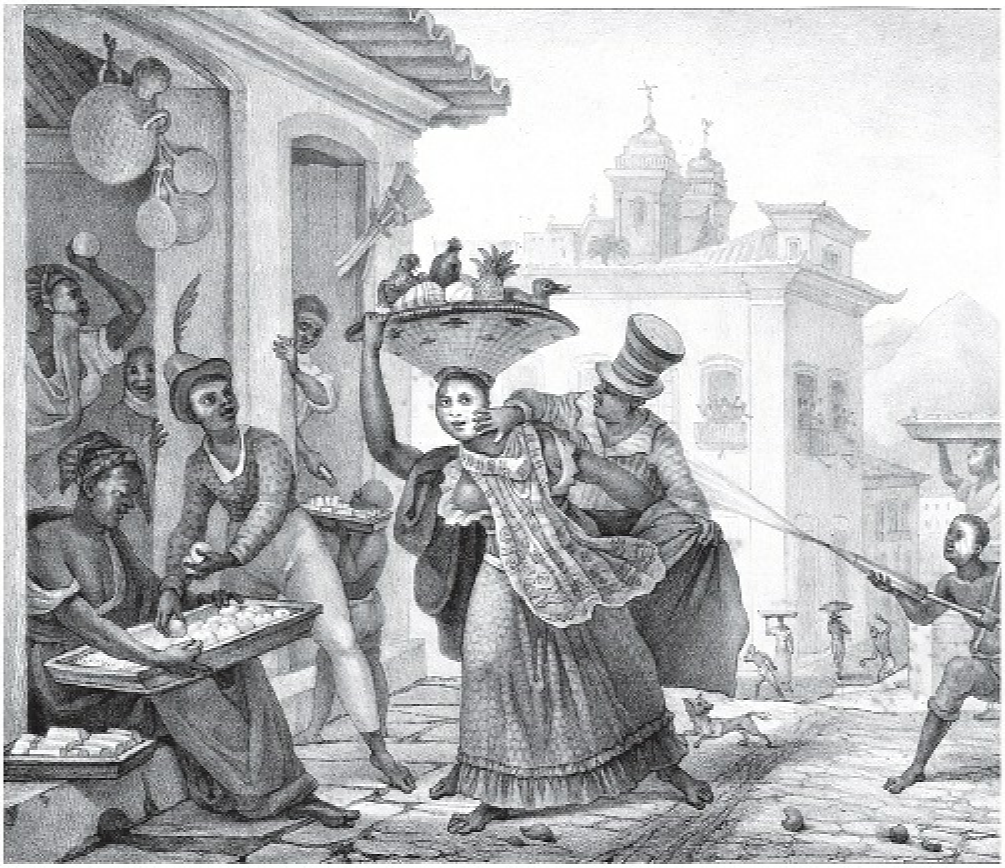
[*Jeu de cartes allemand à deux têtes édité pour Le Brésil*]: [Jeu de cartes, estampe].

1852-1870.
BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA [COLLECTION
GEORGES MARTEAU. RECUEIL. CARTES À JOUER].

A partir do meado do século XIX, a ideia de se divertir fora de casa e fora do trabalho ganhou novos contornos. Sem dúvida prosseguiam as festas do calendário religioso ou agrícola, com momentos de procissões, música, animação e mesmo descontração excessiva. Mas essa foi a época dos bailes. Ah! Quando não os havia, choviam queixas como as que se leem no número de 25 de dezembro de 1859 de *O Espelho*:

> Não acham as leitoras que nem parece que estamos em dias de festas? Nem um baile anima a cidade na monotonia em que jaz; nem um divertimento a desperta dessa sonolência em que há tanto adormece. […] Disse-me um amigo que o antigo pavilhão do Paraíso, onde tantas noites vaidosas e recendendo aromas faz-se admirar a parte elegante de nossa sociedade, vai de novo abrir seus salões para as sociedades de baile. O pavilhão, ao que nos consta, acha-se admiravelmente reformado, com gosto e elegância. Assim, em breve, teremos a reação dessa apatia que nos rodeia, que cansa e mata o espírito.

Outrora chamadas folias, os bailes traziam a marca específica da dança. Em 1881, a palavra “baila” designava uma reunião festiva em que se bailava. “Bailada” era um baile popular; “bailado”, um sinônimo para fandango; “bailarico”, uma festa familiar; e “baileco”, um folguedo de má qualidade. As “partidas” ou reuniões noturnas, moda importada de Paris, onde recebeu o nome inglês de *rout*, congregavam levas enormes de convidados, vestidos na última moda, para uma reunião mundana. Ali, copo à mão, se conversava. O objetivo? Ver e ser visto. “Fui passar a noite na casa de X…”, significava ter ido a uma partida. Quando reunia pouca gente, e menos tumultuosa, era a *soirée*, na definição de J.I. Roquette: “[…] uma divisão do tempo em que a maior parte da gente, tendo preenchido suas ocupações e deveres, busca desafogo e desenfado na conversação e trato de pessoas estimáveis”.



*Cena de carnaval.*

FRÈRES, Thierry. *Scène de Carnaval*. 1835.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME DEUXIÈME. P. 37.

Antes, esse era o simples “serão”, palavra, agora, descartada, pois que andava na “boca do vulgo”. Desde 1866, surgiram os “saraus”. Neles, segundo Roquette, prevalecia a “conversação de pessoas bem-criadas”. Quando alguém falasse, os outros ouviam. Os assuntos deveriam ser sempre decentes e honestos. Nunca levantar a voz ou fazê-lo com gestos espalhafatosos. Querer “ter razão” levaria o interlocutor ao “mortal aborrecimento”.

Para frequentar bailes, regras tinham de ser respeitadas. Os rapazes deveriam se colocar à disposição da senhora da casa para dançar com as “abandonadas”, “senhoras desprovidas de formosura e riquezas”, explicava Roquette. Ao convidar qualquer dama para dançar, nunca deveriam dizer “Pode me dar o prazer desta dança?”, mas sim, “Pode me dar a honra dessa dança?”. A palavra “prazer” poderia revelar segundas intenções! Nunca oferecer a palma da mão, mas as costas: “Porque a da senhora não deve assentar na do cavalheiro, mas repousar sobre ela”. Para as moças, era obrigatório respeitar a ordem das contradanças, nunca passando qualquer cavalheiro à frente de outro, fosse ele “velho, feio ou coxo”. Que deixassem as “apressadas” começar as quadrilhas, pois a “vaidade custa muito”. E Roquette advertia: a música, as luzes, “o contato com pessoas de diferente sexo” podia levar a alegria a se “tornar ruidosa, descomedi-da”. Isso, nunca! Conversar com um cavalheiro desconhecido durante a dança? Também descartado! A dama deve apenas responder às perguntas, de “modo grave”.

Evitar a todo custo maledicências e a companhia de "escarniçadeiras" – fofoqueiras. As luvas só eram retiradas na hora de comer. Abraços e beijos mesmo com as melhores amigas eram de "mau tom". Falar sempre baixo e evitar "qualquer defeito ou ridículo" em si mesma era regra fundamental.

De fato, como registrou José de Alencar sobre a vida carioca: "A corte tem mil seduções que arrebatam um provinciano aos seus hábitos […], assim me aconteceu. Reuniões, teatros, apresentações às notabilidades políticas, literárias e financeiras de um e outro sexo; passeios aos arrabaldes, visitas de cerimônia; jantares obrigados. Depois, conquistei os foros de cortesão e o direito de aborrecer-me à vontade."

Festas esplêndidas entravam noite adentro. No romance *Diva*, Alencar descreve o aniversário de certo senhor Duarte: "A festa começou de manhã e acabou em um baile esplêndido ao alvorecer do dia seguinte. À noite, uma cascata de luz, borbotando dos salões despenhou-se pelos jardins e alamedas da chácara. Que magnificências de luxo, que pompas a natureza e a arte não derramavam sobre aquela festa noturna."

E na vida real, também. O aniversário do conselheiro Antônio Prado, liberal progressista e abolicionista foi festejado com girândolas de fogo, dez bandas de música, fogos de bengala, "préstito imponente que durou uma hora" e uma multidão à porta de sua casa, que o recebeu com "estrondosa ovação" e o homenageou com um presente: um obelisco de ouro. Rua e casa festejavam juntos a vida desse brilhante político que tanto fez por São Paulo.

A historiadora Ana Carolina Soares esclareceu que era esse um momento de deslumbramento da sociedade com as novas possibilidades de atividades sociais e culturais. As pessoas passavam a ocupar espaços públicos, quando outrora viviam no espaço privado. Essa chamada "boa sociedade" constituía-se num círculo restrito com sutis gradações em seu interior, mesclando diferentes poderes. Inúmeras vezes um encontro social ocorria apenas para fortalecer alianças político-econômicas ou culturais. E José Murilo de Carvalho lembra que essa elite frequentadora de bailes e saraus não era composta por membros da nobreza hereditária, mas, sim, por pessoas com a mesma homogeneidade por terem sido educadas nas mesmas instituições ou por exercer as mesmas funções profissionais: funcionalismo público, clero, advocacia, medicina.

O palco para tais representações era o salão. Pois nele, como disse o memorialista Wanderley Pinho: "[…] esmeravam-se várias artes: a de receber ou preparar um ambiente de cordialidade e espírito; a de entreter a palestra ou cultivar o humor; dançar uma valsa ou cantar uma ária, declamar ou inspirar versos, criticar com graça e sem maledicência, realçar a beleza feminina nas últimas invenções da moda." Salão onde se definiam alianças, se agenciavam casamentos, se crucificavam inimigos. Todo um ritual de convites e confirmações selecionava quem ia aonde.

E na dança de salão, notadamente na valsa, confirmava-se outra regra social: era o homem quem, no privado ou no público, conduzia a mulher: "Esse enlevo inocente da dança, entrega a mulher palpitante, inebriada, às tentações do cavalheiro, delicado, mas homem, que ela sem querer está provocando com o casto requebro do seu talhe", pintava Alencar em seu romance *Senhora*. Já o cronista maranhense Joafnas ou João Affonso do Nascimento, colaborador da *Folha do Norte* explicava que enquanto as polcas puladas, as mazurcas e o *schottish* iam deserdando das reuniões familiares, a chamada valsa inglesa, feita de velozes galopes e rodopios frenéticos competia com a valsa americana, em que "os casais deslizavam maciamente em caprichosas evoluções, semelhantes a dos patinadores".

Fora dos salões, crescia a moda de aproveitar a natureza. Afinal, foram os viajantes estrangeiros que mais insistiram na oportunidade de gozar da beleza de nossas paisagens. De aproveitar os "momentos de fresca", como diria Jean-Baptiste Debret. José de Alencar, por exemplo, mencionou várias vezes o Passeio Público, além de entusiasmar-se com passeios pelas frondosas cercanias da Tijuca, onde ambientou mais de um de seus romances. Sem mencionar outros recantos como o Jardim Botânico, que, se por acaso não foi propriamente frequentado pelo literato, certamente o foi por muitos dos seus contemporâneos.

O *pic-nic* é um bom exemplo dessas novas modas de comportamento associadas ao lazer. É John Luccock quem descreve um deles numa ilha próxima ao litoral do Rio de Janeiro, em 1816: levando um farnel e "uns tantos artigos de mesa", ele compartilhou com colegas a "cena de ruidosa alegria e bom humor". Na sequência, "[...] cada qual tratou de se divertir por sua conta e aos seus companheiros. Desafiavam-se ambos os sexos em feitos de rapidez, agilidade ou força, com risos e alegrias sem limitações, dando largas à vivacidade de seus espíritos. Quando o sol subiu demasiado para que ainda nos permitisse semelhantes exercícios contínuos, a conversa, os jogos de carta e a música preencheram o intervalo que se antepunha ao almoço".

Depois, como ninguém era de ferro, uma sesta ao ar livre, sobre esteiras! A moda vingou. Ao final do século, gente simples como Leonardo, personagem principal de *Memórias de um sargento de Milícias* acompanhava seus amigos num *pic-nic* em Cajueiros, próximo ao Campo de Santana.

Os excessos modernizantes conviviam com as tradições que se enraizavam no calendário religioso ou agrícola. A assimilação indiscriminada de modas estrangeiras coexistia, sobretudo no interior e nas províncias afastadas da corte, com o que padre Lopes Gama chamava de "usanças bárbaras de nossos avós". O que seriam? Segundo o mesmo jornalista, "as folganças e desenfados populares". Um dos que mais o irritava era o bumba meu boi. "Uma dança ao som de violas, pandeiros e uma infernal berraria em torno de um boi, uma burrinha, um cavalo-marinho e certo 'Pai Mateus', em geral encarnado por um bêbado" – criticava ele. Sua indignação aumentava quando o ator em questão encenava um "sacerdote com vestimentas de culto". Certo, havia padres "tão peraltas, tão frascários e desregrados" que só serviam para padres de bumba meu boi, dizia. Mas por que não arranjar um "magistrado venal, um militar covarde ou uma autoridade despótica" para fazer a figura de bobo? – perguntava Lopes Gama.

Diante dos avanços da ciência e das ideias laicas, a influência da igreja católica declinava, sobretudo nos grandes centros, substituída por formas de lazer "modernas". Lopes Gama era nostálgico das procissões, das rogações e ladainhas piedosas que reuniam os fiéis. Até então, eram comuns, as festas "de bandeira" e novenas de santos, no Nordeste. Os São João barulhentos, com fogos e busca-pés, quando se tiravam as "sortes". Agora, queixava-se, elas tinham se tornado ocasião para "palhaçadas e indecências". As devotas não mais compareciam para orar, mas para exibir "madamismo", ou seja, para mostrar as melhores roupas além de sufocar os presentes com "cheiros": cheiro de água de lavanda, de essências de rosas e macassá. Das janelas, em que outrora se persignavam compungidas, agora, as moças "com olhos giro-vagos", comentavam a passagem dos rapazes. Esses, por sua vez, não olhavam as imagens que seguiam nos andores, mas "as santinhas da terra… Os anjinhos. Ferve o namoro por todas as ruas e de umas para outras varandas".

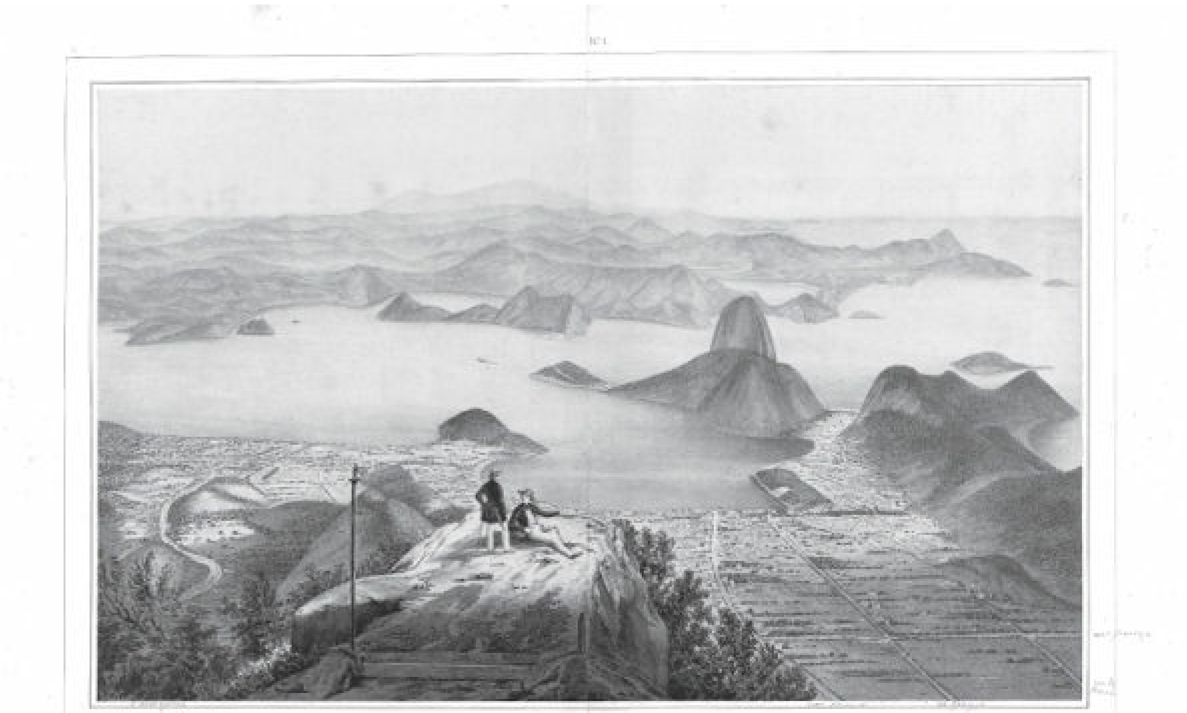
Durante a Semana Santa, momento da procissão das "Cinzas" e de introspecção dos fiéis, em lugar de penitentes e flagelantes – pois "caíram em desuso tais bobices" – "um sujeito, vestido de morte" ia acenando para as varandas com a foice e fazendo galanterias às suas namoradas. E Lopes Gama escandalizava-se: "Já houve uma procissão dessas, que ficou parada por muito tempo no meio da rua, porque a morte estava dentro de uma escada vomitando desordenadamente de uma grande borracheira que tomara!".

Cleber Augusto Gonçalves Dias, que estudou as formas de lazer nessa época, reitera que era assim que se desfrutava um dia dedicado ao lazer na natureza em princípios do século XIX: cantando, dançando e tocando música; jogando cartas; excursionando de canoa; descansando em esteiras sob árvores; conversando ou desafiando homens e mulheres para "feitos de rapidez, agilidade ou força", tudo com "risos e alegrias sem limitações, dando largas à vivacidade de seus espíritos". Passeios ao Corcovado eram recomendados a quem visitasse a corte, passeio que inspirou ao pintor austríaco, Thomas Ender, uma gravura famosa: "Café da manhã no Corcovado". E escaladas ao Pão de Açúcar também. Aliás, corre, na tradição oral, a estória de certa Enrieta Carstiers, uma inglesa que teria escalado o Pão de Açúcar, em 1817, e desfraldado a bandeira da Inglaterra em seu topo.

Registros sobre banhos de mar? Muitos. Desde meados do século, escravos instalavam barracas na praia, e mulheres em roupas de banho escuras e compridas soltavam suas tranças para mergulhar. Normalmente, entravam na água acompanhadas de suas negras. Eram comuns os banhos das senhoras no Capibaribe. Às suas margens, jovens brincavam e se banhavam nas noites de lua. Mais tarde, esses banhos foram transferidos para Caxangá e principalmente Olinda, sendo substituídos pelos banhos de mar. O perigo de afogamentos era constante. Em *Dom Casmurro*, o personagem Escobar acaba afogado em mar agitado: "Sinhô nadando… sinhô morrendo", explicou o escravo. E o que dizer do controle sobre as roupas ou "vestimentas de banho"? O rigor era tanto que, em 1878, os jornais noticiaram que, em sinal de protesto, um banhista entrou no mar vestindo casaca, sapatos de verniz e claque.

Também apaixonavam o público as corridas de cavalo em raias de areia. "Coisa de ingleses" como comprovam os diários de Graham Eden Hamond, comandante do navio que trouxe o embaixador de sua majestade britânica para reconhecer a Independência: "De todos os dias da semana quem, na Inglaterra, suporia que domingo seria o favorito para esse divertimento? Aqui, entretanto, essa manhã bem cedo, estavam sendo feitos os preparativos de uma corrida de cavalos e a arenosa praia de Botafogo se tornou, desde cedo, um cenário animado”. Desde 1810, os britânicos estavam envolvidos na organização de tais eventos, assim como, desde 1836, também por sua influência, há registros de jogos de *cricket*. As corridas encontravam apoio em argumentos econômicos – dizia-se delas que divertiam o povo, contribuindo, ao mesmo tempo, para o aperfeiçoamento da “raça cavalar brasileira” –, e o *cricket* reuniria seus adeptos em vários clubes como o British Cricket Club, de 1864, o Anglo Brazilian Cricket Club, em 1870, e o Rio Cricket Club, de 1872, em cujas dependências se deram as primeiras provas de “jogos atléticos ingleses” e um dos primeiros jogos de futebol da corte.

Como explica Victor Andrade de Melo, os primórdios dos *sports* foram encarados como divertimentos úteis, identificados ao mundo europeu e considerados uma prova do avanço brasileiro. Entendido como um povo “importador”, não admira que importássemos até as provas de remo e as regatas da Inglaterra, ironizavam alguns… Havia quem – como certo articulista da *Gazeta de Notícias* em 6 de setembro de 1875 –comentasse com entusiasmo as regatas realizadas no dia anterior como uma “estratégia para diminuir incêndios e suicídios”. Clubes de remo, por sua vez, ressaltavam seu valor para o progresso da armada nacional.



PÁGINAS 258 E 259

*Visitar o Corcovado, uma nova forma de lazer.*

MARTINET, Alfred. *Rio de Janeiro e seus arredores (do Corcovado)*, [nº 1]. [18--].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Melo insiste com razão: tal como os bailes, o *sport*, como forma de lazer, constituía uma espécie de teatro público onde ver e ser visto marcava as diferenças sociais. Exemplo concreto eram os hipódromos, divididos em quatro setores: público em geral, sócios, autoridades e convidados especiais. As arquibancadas montadas para as regatas, também, só recebiam sócios de agremiações ou convidados vindos dos barcos fundeados na baía de Guanabara.

Os costumes populares mantiveram com vigor padrões de sociabilidade anteriores ao início das transformações desencadeadas pelos processos de modernização. E vale lembrar que, muitas vezes, eles mais misturavam do que separavam grupos. Caso, por exemplo, do "jogo de bola" que, junto com as brigas de galos, era das mais populares diversões de seu tempo. Para Vieira Fazenda, a prática era a única que competia com a ópera, com a diferença de que eram "os jogos de bola frequentados pela arraia-miúda".

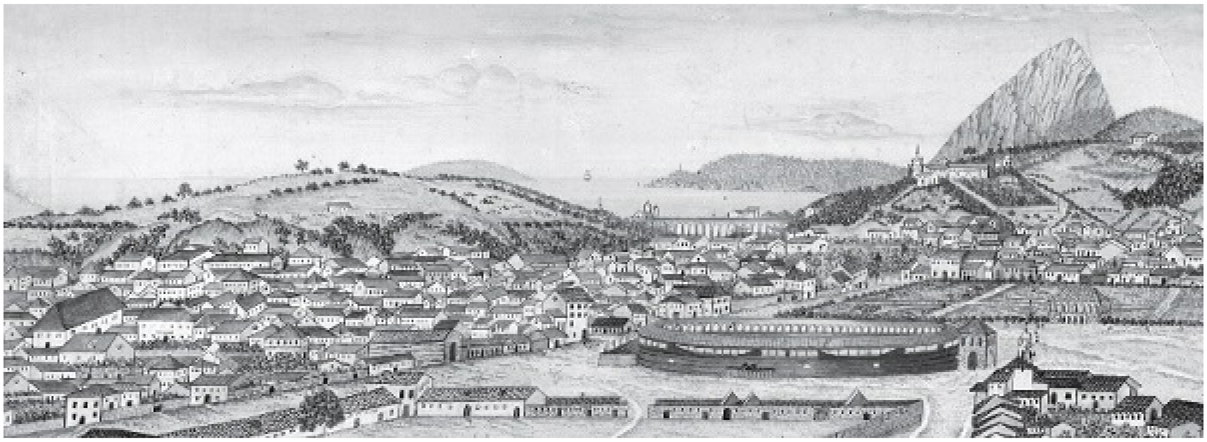
A modalidade que no Rio de Janeiro chegou, vinda da Península Ibérica, conhecida como jogo da bola de pau, guarda semelhanças com o boliche. Uma pelota de madeira era atirada, por uma pista de terra ou tábua, para derrubar pinos que tinham diferentes pontuações. Em muitas ocasiões, havia ao redor estabelecimentos de vendas de bebidas e comidas. Era comum a existência de apostas entre os jogadores e entre o público. Embora proibida em dias de festas religiosas, as pelotas eram jogadas depois das missas, a fim de arrecadar fundos para obras de caridade. A preocupação decorria dos tumultos que surgiam nos jogos de bola, normalmente relacionados às apostas e à comum oferta de bebidas alcoólicas.

A historiadora Leila Algranti informa que, na segunda década do século XIX, cresceu o número de botequins, tabernas e similares. "A taberna é o sorriso da plebe, o alívio da corja, desafogo, pouso, diversão e vício do ébrio, do bandalho e do vadio." Era ali que "soavam os instrumentos africanos, jogava-se dado, o jogo da mão, a guingueta, os quatro réis, o revezinho", explica. Para os escravos, os libertos e os homens pobres, negros ou brancos, que viviam na sede da corte, a rua era o espaço no qual se trabalhava, onde ocorriam os encontros, as distrações e, não raro, até a morte. Comia-se numa barraca, na venda, ou na rua, algo da cesta de um ambulante.

Nas tabernas e nos botequins, prolongamento das ruas, jogava-se, ouvia-se música e bebia-se algo forte, estimulante. Na maior parte das vezes aguardente de cana, que devia ser apreciada pelos efeitos próprios das bebidas espirituosas. Mas não foi apenas para os mais humildes que se abriram os novos locais de venda de bebidas. Cafés, vendas e botequins eram os espaços públicos de sociabilidade frequentados pelas camadas baixas e médias no Rio de Janeiro. Porém, o controle e o policiamento atingiram as principais alternativas de diversão dos populares, centros de encontros desse estrato social, "os lugares mais comuns, onde se reuniam os indivíduos das classes mais baixas, os escravos e libertos".

As iniciativas de controle também chegaram aos estabelecimentos de jogo de bola, que entre os anos 1820 e 1840, perdiam o protagonismo, chamavam a atenção os lugares relacionados a apostas e bebidas. Mas foi somente nos anos 1850 que a prática recrudesceria na cidade, já com diferenças significativas. Em meados do século, o jogo passou a integrar a programação de entretenimentos que se estruturaram e que ofereciam múltiplas atrações: jogos, atividades físicas e manifestações artísticas, bem como bebida, alimentação e certo conforto para passar o tempo.

Um desses centros de entretenimento foi um certo Tivoli, erguido numa parte do Rio de Janeiro, no Campo de Santana. Ali se instalaram arenas de touradas, clubes sociais, teatros, agremiações ginásticas e esportivas, circos, bares e restaurantes, sociedades dançantes. O estabelecimento se encontrava dentro de um parque arborizado e iluminado onde também eram oferecidos jogos diversos, um bar de bebidas e comidas e um coreto destinado a exibições de músicos e dançarinos. Em 17 de abril de 1846, ao pedir licença para abrir o empreendimento, seu proprietário asseverou que seriam proibidos "não só jogos de cartas, como outros quaisquer de parada a dinheiro, sendo os que se hão de executar no Tivoli, os seguintes: desparamento de flecha, tiro de pistola, dominó, xadrez, damas, galé, tonô, pato de chumbo, carros aéreos, malha, bola alemã, dita italiana, dita espanhola, dita russa e jogos chineses".



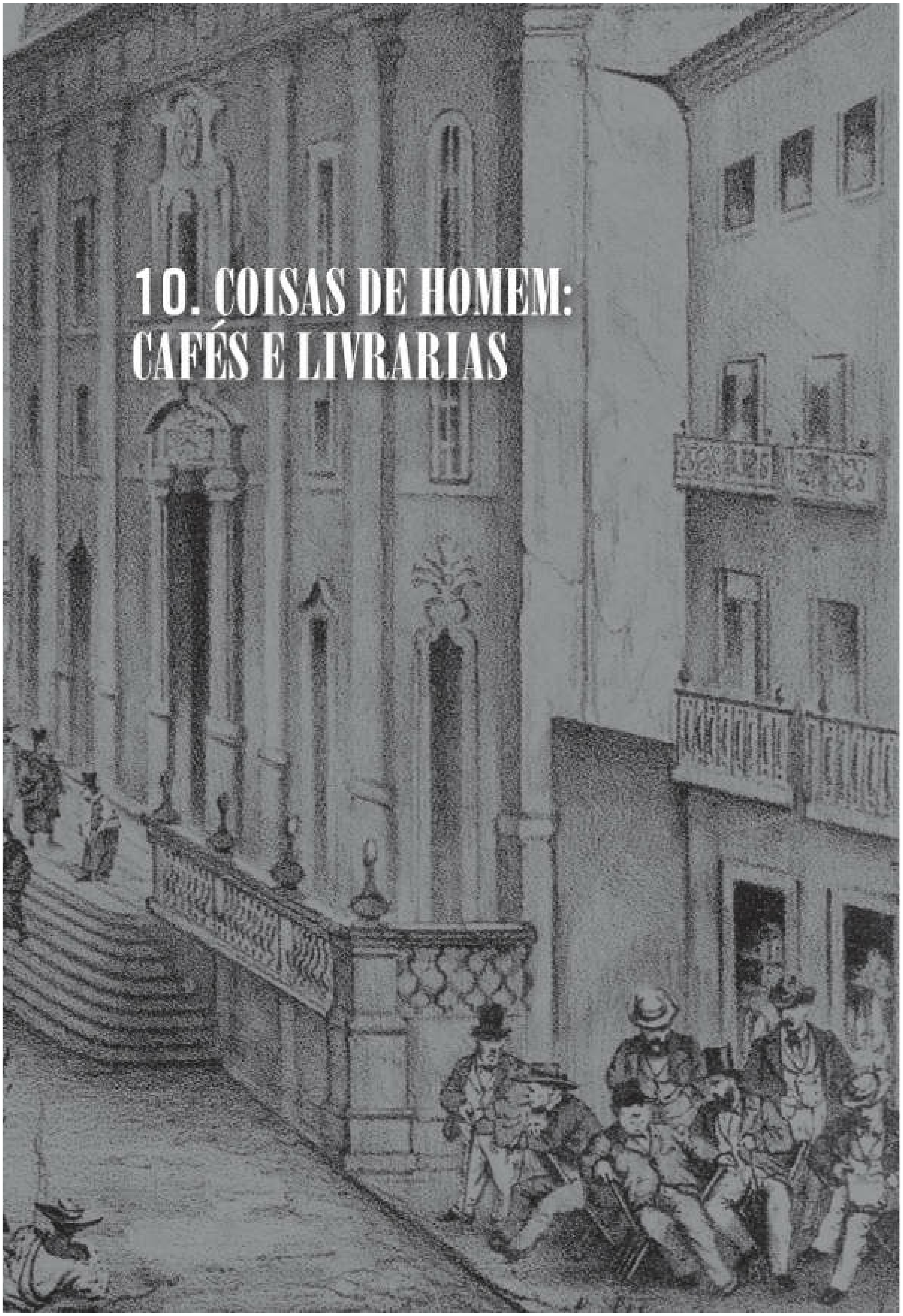
*No Rio de Janeiro, as arenas de touradas atraíam multidões.*

*[Aspectos da cidade do Rio de Janeiro]*. [18--?].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

O intuito era atrair gente dos mais diversos estratos sociais, sendo o preço da entrada compatível com grande parte dos valores de entretenimentos da época, 1$000. O jogo de bola ganhava aí denominação *chic*: virou bola alemã ou italiana.

Em São Paulo, no final do século, o lazer dos moradores de palacetes diferia daquele da metade da população de imigrantes. Nos palacetes era o jogo de tênis, o chá sobre tapetes persas que eram estendidos nos gramados, os times de *football* em que primos jogavam contra primos, as mulheres reunidas nas "salas de senhoras", ao redor de "mesas volantes". Houve quem, como o exportador de café Charles Robert Murray, descendente de ingleses, mandasse construir nove buracos de *golf* em sua propriedade de Santo André, a "Vila Mimosa". De um buraco ao outro, as jogadoras eram transportadas em charrete puxada por um burrinho. Murray só praticava o *sport* em família e com amigos.

E a cidade recebeu o epíteto de "cidade de italianos". Instalados em casas operárias, cortiços e pensões, encontraram na pena de Monteiro Lobato um registro fotográfico: “À tarde, o Brás inteiro chia de criançalha chutando bolas de pano, jogando o pião ou a piorra ou o tento de telha, ou o tabefe, com palavreados mistos de português e dialetos da Itália. Mulheres escarranchadas às portas, com as mãos ocupadas em manobras de agulha de osso, espigaitam para os maridos os sucessos do dia, que eles ouvem filosoficamente, cachimbando em silêncio ou cofiando a bigodeira.”

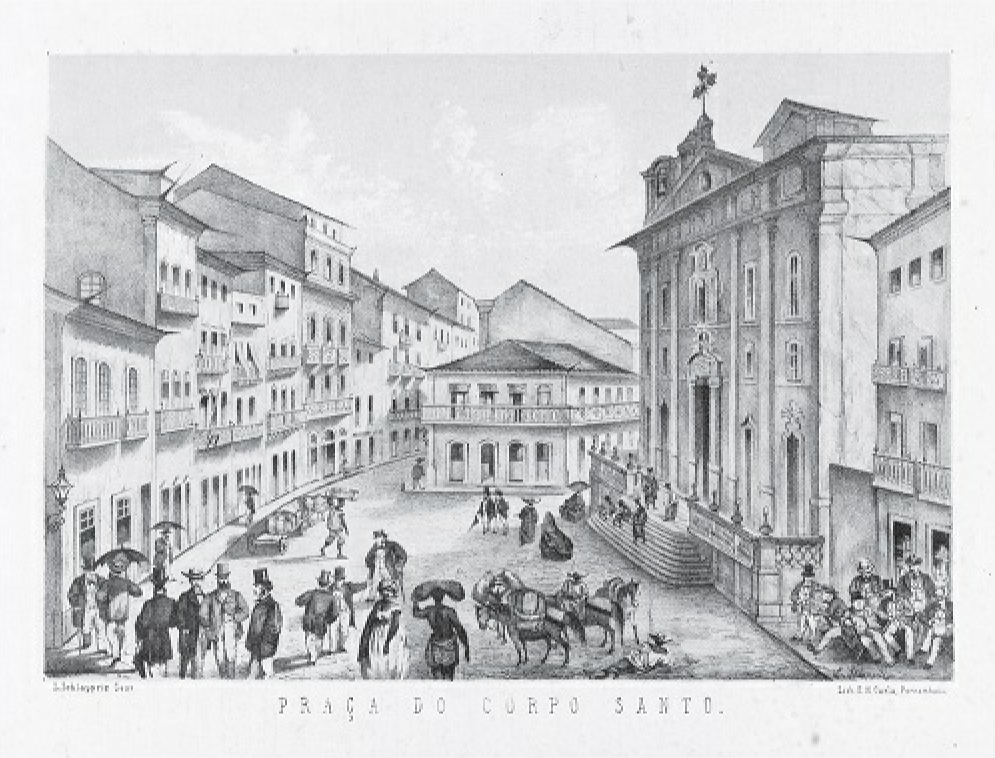


# 10. COISAS DE HOMEM: CAFÉS E LIVRARIAS

Aos 28 anos, escrevendo de Washington, onde se encontrava como adido da legação diplomática brasileira, Joaquim Nabuco ponderava: “Aqui não há *liaisons* de forma nenhuma, a *cocotte* sendo banida severamente". Não que assuntos amorosos estivessem na pauta das relações internacionais dos anos de 1876, mas tanto as palavras em francês, quanto as coisas a elas correspondentes existiam entre nós.

E desde a Abertura dos Portos, uma primeira consequência dessa gentil invasão se deu no campo da comunicação: multiplicaram-se cursos e aulas particulares na língua de Voltaire, no Rio de Janeiro. Os jornais anunciavam: "Professor de francês, no caminho do Catete". Um colégio na rua do Sabão oferecia classes de francês a meninas de "nove anos para cima". E os conhecimentos não eram só passados à clientela branca, mas se estendiam a "pardas, pretas e cativas", como se pode ler num anúncio de jornal, em que certa "mãe de família", instalada na rua dos Arcos, lhes apresentava seus serviços.

No campo da leitura, a oferta era imensa. Na rua do Ouvidor alugavam-se livros "*chez P. Plancher-Seignot*". O livreiro Crémières, por exemplo, tinha cerca de quatrocentos volumes que arrendava por "um mês ou por dia". Do porto do Havre chegavam cargas de livros vendidas ao soar do martelo. Seguia-se a lista de livros, de variados gêneros: Boileau – o historiador de Luís XIV; Mirabeau, o *Ensaio sobre o despotismo* ou as *Cartas* à *Sofia*; Madame de Stäel, os *best-sellers Corinne* e *Delphine*, recheados de adultério e amores frustrados; dicionários de "francês de algibeira" – os primeiros livros de bolso. Ofereciam-se desde manuais de eloquência jurídica, tão ao gosto de nossos homens de gabinete, até curiosidades como certo almanaque para conhecer a idade das mulheres e saber se um indivíduo tinha dinheiro no bolso. Não faltavam traduções de "moderníssimas novelas", como anunciava a *Gazeta do Rio de Janeiro*, entre elas, *Sinclair das Ilhas*, folhetim que teria despertado em José de Alencar sua vocação de romancista e que encantou Machado de Assis.


PRAÇA DO CORPO SANTO.

*Os cafés: locais de encontro e de troca de* *ideias.*

SCHLAPPRIZ, Luís. *Praça do Corpo Santo*.
Recife, Pernambuco [1863-1868].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Desde 1831, jornais, também em francês, encontravam leitores entre os 250 mil habitantes da cidade – segundo Jean-Baptiste Debret: *A Gazeta Francesa*, o *Journal de Politique et Littéraire* e *Le Messager*, este último, atendendo ao modismo das danças de salão, oferecia por 640 réis uma “coleção de contradanças”. Durante a regência de Feijó, circulou o *Le Nouvelliste*, cuja subscrição podia ser feita na tipografia de certo J.B. Olive, na rua dos Ourives, n. 90. Livreiros e tipografias dirigidas por franceses se instalavam na rua da Cadeia: a Ogier era uma delas. Um tal P. Gueffier preferiu a rua da Quitanda.

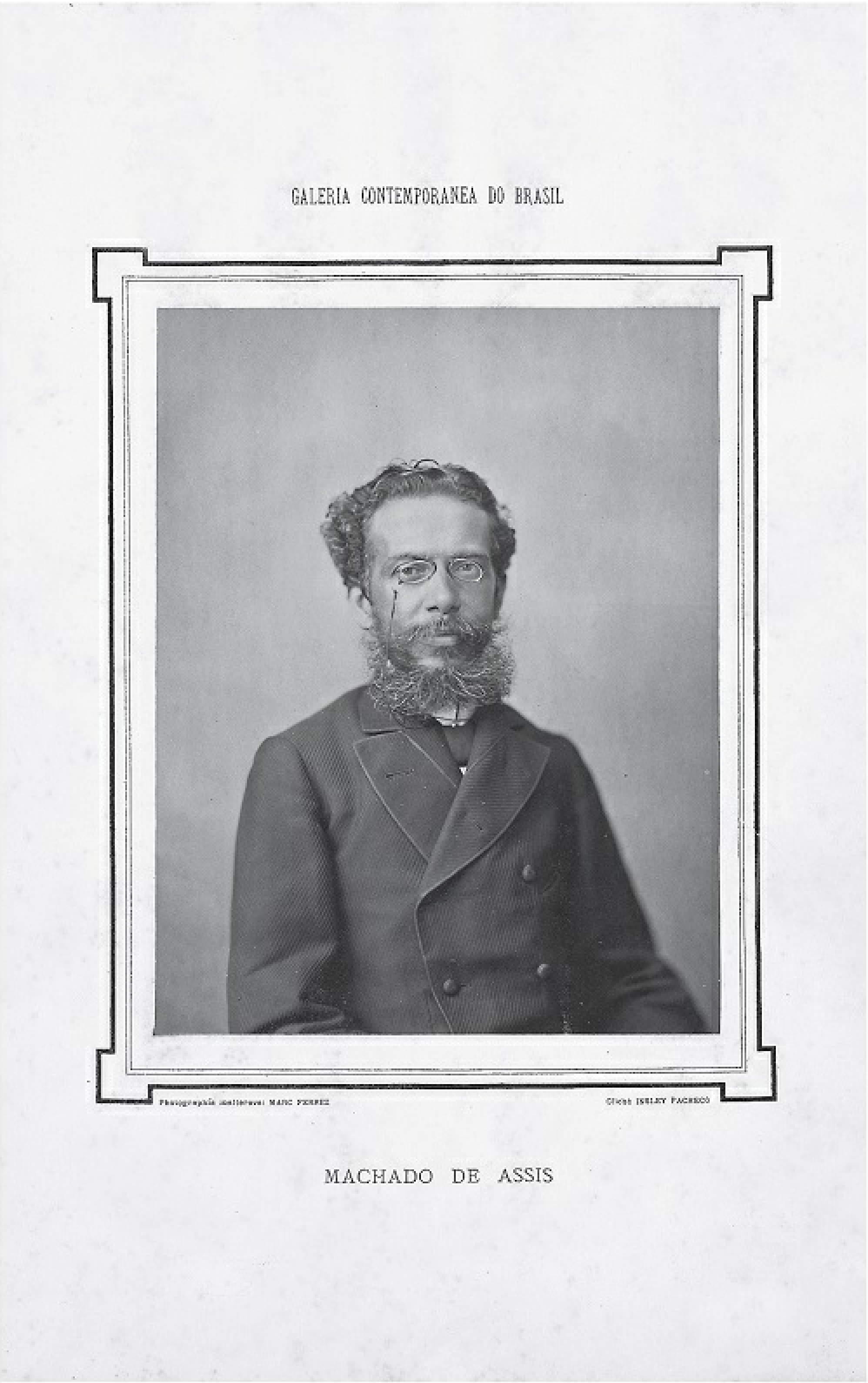
Radicados ou não entre nós, principalmente entre o Primeiro e o Segundo Reinado, os franceses não se dedicaram apenas ao comércio de produtos de consumo de luxo, mas tiveram forte participação no desenvolvimento das letras. A eles ficamos devendo não apenas a circulação de livros e jornais em francês, mas “as primeiras livrarias e bons encadernadores”.

Os livros eram alugados ou comprados, encadernados e depois, longamente discutidos. E as discussões se faziam nos cafés. Na corte, tais casas comerciais reuniam os conversadores e os boateiros, substituindo a “botica” ou “a casa do barbeiro”, que foram, até os fins do século XVIII, o ponto de reunião masculina. O Café de l’Univers, pegado ao teatro São Pedro, por exemplo, tinha serventes franceses, responsáveis, também, por marcar o bilhar, passatempo francês rapidamente incorporado pelos cariocas que quisessem se sentir em Paris. No Café Neuville, situado no Largo do Paço, encontravam-se os homens de letras e livros. O Café du Nord situava-se na rua do Carmo. Ali, jogava-se, a dinheiro, com cartas também lindamente decoradas vindas da França, como eram os livros. O hábito, ou melhor, o “vício” era visto com maus olhos pela Igreja.

Os paradigmas culturais da terra de Voltaire influenciaram mesmo a instalação de editores vindos do Hexágono. Em 1827, foi a vez dos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert, representantes da editora francesa Bossange e responsáveis, logo depois, pela criação da E. & H. Laemmert Mercadores de Livros e Música. Cinco anos mais tarde, Baptiste-Louis Garnier desembarcou na cidade. Trazia na bagagem a ideia de um novo e ambicioso comércio jornalístico, assim como a de constituição de um mercado editorial. Foi o primeiro a contratar redatores, revisores e tradutores pagos e a lançar clássicos do Barroco e do Arcadismo em língua portuguesa. Foi, igualmente, pioneiro em manter o preço de capa fixo, e mais importante, em mirar um público-alvo, um público leitor: as mulheres.

Em 1862, Garnier fundou o *Jornal das Famílias* e fez de Machado de Assis um dos seus principais colaboradores. É dele a definição do conteúdo da folha: “[…] mil nadas tão necessários ao reino do bom-tom!” Com habilidade, Garnier escolhia apenas autores consagrados como Balzac, Dickens, Walter Scott, Oscar Wilde e Alexandre Dumas. Entre os nacionais, publicou Macedo, Alencar, Bilac, Nabuco, Veríssimo e, claro, Machado.

Hábitos e leituras abriam caminho para o romantismo francês, que atingiria sua expressão mais forte por volta de 1840, na voz de poetas, escritores e dramaturgos. Na mesma época, a literatura deixava de ser um reflexo das letras portuguesas, dando lugar a assuntos nacionais; mesmo assim, continuava-se a ler e a admirar Victor Hugo, Lamartine e Musset. No Rio de Janeiro, em 1844, eram dez as livrarias e doze as tipografias encarregadas de atualizar o gosto literário. Dez anos mais tarde, o casal imperial dava exemplo aos membros da corte, lendo em francês. A imperatriz Teresa Cristina recebia de Paris caixotes de livros enviados pela duquesa de Berry. E, para o imperador, d. Pedro II, vinham os exemplares da *Revue des Deux Mondes*, fundada em 1829.


GALERIA CONTEMPORANEA DO BRASIL
Photographia inalteravel MARC FERREZ
Cliché INSLEY PACHECO
MACHADO DE ASSIS

*Machado de Assis, um escritor do Império.*

PACHECO, Joaquim Insley. *Galeria contemporanea do Brazil*: Machado de Assis [retrato]. [1884].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Mas não era só através da literatura que a França se fazia presente. O teatro e a confeitaria foram outras duas modas que "pegaram". O diretor da Sociedade Dramática Francesa, que se apresentava ativamente no palco do Théâtre Français avisava aos leitores dos jornais que os ingressos para a "*soirée qui aura lieu demain, Dimanche 10 mai, 1835, seront distribués aujourd'hui*".[3] Ao final da peça, os espectadores corriam à Déroche para tomar sorvete, *cognacs* ou uma *coupe de champagne*. Na década de 1840, o *vaudeville*, gênero de comédias ligeiras, desembarcou entre nós, e o público teve a oportunidade de aplaudir as peças de Octave Feuillet, uma delas com um título muito atual: "A crise".

Livro nas mãos, o "gamenho" – nome que se dava ao almofadinha ou ao *dandy* – dirigia-se para os principais pontos de encontro de então: os cafés-literários ou os "cafedórios" como eram chamados na *Belle Époque*. Outro ponto de predileção das celebridades literárias e de seus leitores eram as confeitarias Colombo e Pascoal. Ali, ao final do século XIX, se consumia a "musa" ou "fada verde" e o absinto – e devoravam-se empadas com apetite. Foi ali que, certa tarde, João do Rio, ainda garoto, ouviu uma senhora de sociedade, a baronesa de Mamanguape, dirigir-se a uma fisionomia simpática: "Sr. Olavo Bilac…" Ambas as casas abriam para "aperitivos" às três da tarde, conta-nos Bastos Tigre:

> Aí se traçaram planos de grandes revistas de arte, de jornais de combate, de poemas, de romances, planos nunca realizados. Ficaram nos fundos dos copos. Mas se falharam os grandes projetos, nasceram belos versos de Bilac, de Murat, de Emílio de Severiano de Resende, de Guimarães Passos, conferências que, tudo somado, resulta num cascalho literário onde fulgem alguns diamantes do melhor quilate. E saiu o que de melhor possuímos na sátira, na literatura chistosa, alegre que vai do mais fino "*esprit gaulois*" (a França, sempre!) à chalaça […] e à piada nacional.

Na esteira de crescentes hábitos de sociabilidade masculina, alimentados por modismos franceses, o Rio passa a ganhar mais e mais cafés e botequins, alguns descritos por João do Rio como "bodegas reles, lugares bizarros". Intrigou o jornalista certa placa com as iniciais em maiúsculas: "BTQ". Eram uma espécie de sigla de botequim, uma invenção carioca – segundo Carlos Kessel e Mônica Tambelli. Nascia entre nós um hábito detectado por historiadores na Europa, à mesma época: o bebedor solitário. A imagem foi explorada na pintura por artistas pós-impressionistas, Henri de Toulouse-Lautrec entre outros.

Além dos cafés – quem nos conta é Brito Broca – as livrarias eram outro espaço de sociabilidade masculina. A mais importante, a Garnier, fora apelidada de "A sublime Porta", em alusão a Istambul, na Turquia, via de entrada para a Ásia de múltiplas riquezas. Adentrá-la causava *frisson*! Amontoados se erguiam os volumes que *venaient de paraître*. Entre as estantes, "flanava-se" – do francês *flâner* ou deambular, palavra de origem normanda que entrou no vocabulário a partir do início do século XIX, momento em que se multiplicavam os rentistas e indivíduos que viviam de sinecuras, sobrando-lhes tempo para passear. Trocavam-se *blagues*. Em suma, *frissons, blagues e flâneries* incorporavam-se ao cotidiano. Ali se posava para a eternidade, segundo um contemporâneo, pois a livraria funcionava como uma prévia da Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897. O viajante italiano Lombroso Ferrero, de passagem pela capital, nessa época, registrou: "A livraria Garnier, no Rio, não é simples estabelecimento comercial, mas um clube, uma corte de mecenato".

A livraria reunia Machado de Assis, José Veríssimo, Coelho Neto, Alfredo d'Escragnolle, o visconde de Taunay, entre outros. Fazendo jus aos princípios de *fraternité et egalité*, acolhia grupos de simbolistas, anarquistas e socialistas. A historiadora da literatura Rutzkaya Reis lembra ainda que, considerada a responsável pelo desenvolvimento editorial brasileiro, a Garnier tinha, no andar térreo, dois extensos balcões de madeira polida separando as estantes de livros das 12 cadeiras que serviam aos debates literários informais, conduzidos à tarde por Machado de Assis. Eram as chamadas "cadeiras dos doze apóstolos". Só a do bruxo do Cosme Velho era cativa. João do Rio não perdia tais encontros e sobre eles registrou: "Resolvi então cultivar a relação preciosa em bocados de palestra ouvidos nos balcões da Garnier, por onde todos os dias passa o glorioso escritor. Soube assim que o *Brás Cubas* foi ditado, durante uma moléstia dos olhos de Machado, a sua cara esposa; que o humorista incomparável da 'Teoria do Medalhão' tem uma vida de uma regularidade cronométrica, que as suas noites passa-as a tentar o sono…"

A livraria Quaresma também recebia notáveis, mas abrigava menos fuxicos do que a concorrente. Na Briguiet reuniam-se os grandes do extinto Império brasileiro e a Laemmert iria notabilizar-se, mais à frente, por editar Euclides da Cunha.

Mas não era só na grande literatura que mergulhavam os leitores da época. Nesse momento, começaram a circular os chamados "livros para homens", eufemismo para literatura pornográfica: esses livros que – como já disse um historiador – se liam com uma mão só; a outra? Bem… A outra estava ocupada onde se pode imaginar.

Estudos realizados pela antropóloga Alessandra El Far demonstram que, no extenso universo de leituras da segunda metade do século XIX, tais obras não faltaram. Na forma de brochuras com inúmeras gravuras e estampas, os textos eram um sem fim de prazeres e gozos. Considerados "sujos", imorais e torpes, inspiravam-se de toda a sorte de temas, já explorados por autores franceses no século XVIII. A vida amorosa dos grandes homens e, sobretudo, os amores conventuais, sempre na moda, como *Os serões do convento*, *Suspiros de um padre*, *A mulher e o padre*. Não faltavam títulos mais picantes como *Amar, gozar, morrer*, *Os prazeres do vício*, *Gritos da carne*, *História secreta de todas as orgias*, entre outros. O assunto da mulher adúltera, virgem, devassa ou pertencente às altas rodas de prostituição também figurava entre os *best-sellers: Eva*, *Carmem*, *Isaura*, *Júlia de Milo*, *A divorciada*, *A mulher do doutor,* eram das tantas que não deixavam a imaginação dormir.

Muitos textos se limitavam a descrever uma sucessão de cópulas. Palavras chulas como "pica", "caralho", "porra" eram cuidadosamente substituídas e viravam "varinha de condão", "lança", "instrumento", "furão" ou um nada sensual "apêndice varonil", que na tradução ficava assim: "a língua de Joana, tocando de leve os apêndices do querido cetro, causava-lhe um prazer que se traduzia na rapidez dos movimentos e nos suspiros que soltava". O excesso de cenas libidinosas não dava lugar para mais nada. Desejos secretos, depois de realizados, eram seguidos de cruéis castigos. Afinal, trair o aconchego amoroso da vida conjugal e burguesa para se prodigalizar, para ceder aos prazeres proibidos não podia terminar, numa sociedade moralista, senão com um fim trágico.

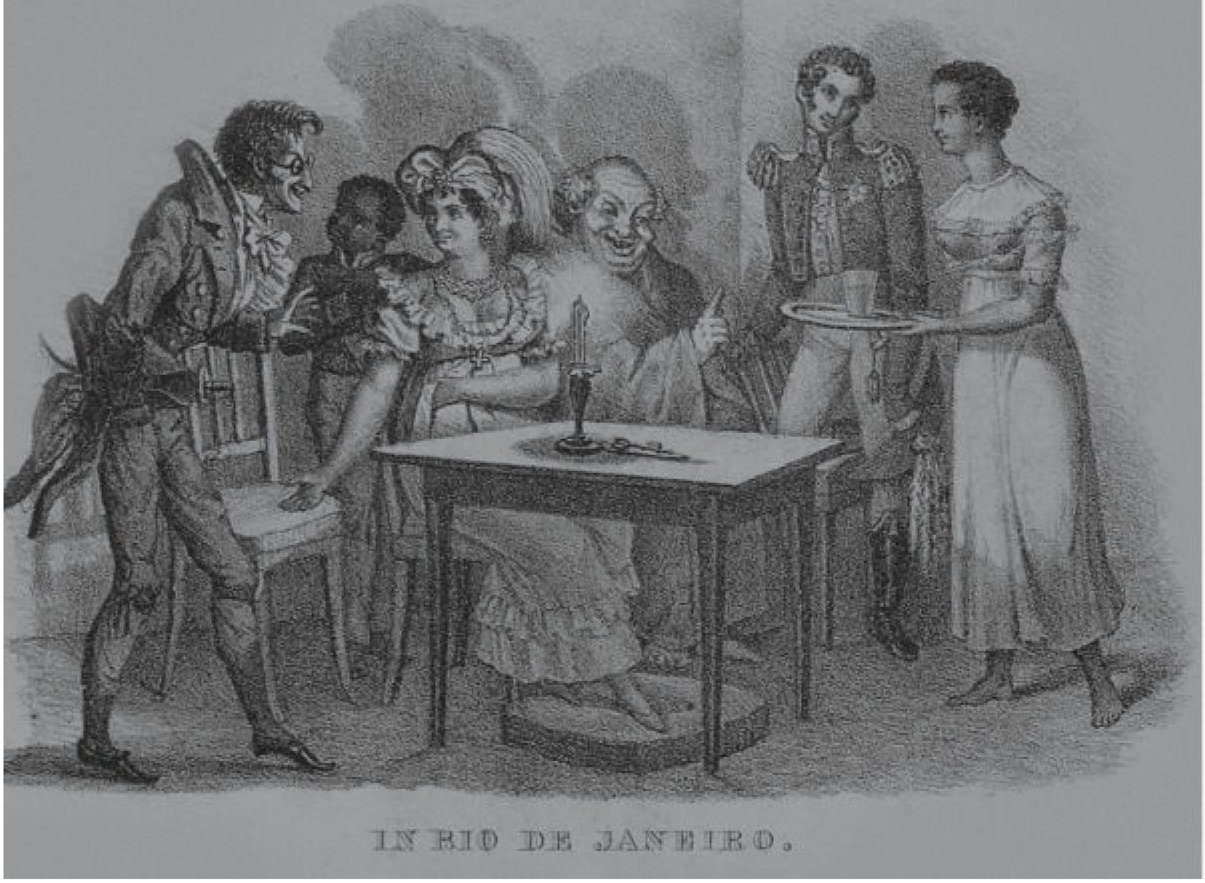
Aconselhadas para dias de "impotência e fraqueza", tais leituras foram certamente de grande utilidade para o contingente maciço de imigrantes que chegou aos portos brasileiros, em especial ao Rio de Janeiro, como o demonstrou o economista Carlos Lessa, na segunda metade do século. Encontraram aí um quadro desproporcional entre homens e mulheres, tendo a satisfação de ser garantida com os livros e a mão mesmo.

Junto com o livro e a literatura francesa circulavam também ideias, não só sobre sexo, mas também sobre as relações entre os sexos: homens e mulheres, por exemplo, não tinham a mesma vocação e essa diferença é que fazia a felicidade de cada um. O homem nascera para mandar, conquistar, realizar. O despotismo, que antes era privilégio de monarcas, passa a ser do marido, dentro de casa. A mulher, por sua vez, nascera para agradar, ser mãe e desenvolver certo pudor natural. O discurso amoroso que circulava entre uma pequena elite, inspirado no Romantismo francês, era recheado de metáforas religiosas: a amada era um ser celestial. A jovem casadoira, um anjo de pureza e virgindade. O amor, uma experiência mística. Liam-se muitos livros sobre sofrimento redentor, sobre estar perdidamente apaixonado, sobre corações sangrando. Mas falar sobre tais assuntos era tão escandaloso que as palavras eram substituídas por silêncios, toques, troca de olhares e muita bochecha vermelha. Enrubescer era obrigatório para demonstrar o desejado nível de pudor. Pudor que elevava as mulheres à categoria de anjos, de santas, de deusas.

Na primeira época do reinado de d. Pedro II, entre 1840 e a Guerra do Paraguai, se copiavam tanto os esplendores do Segundo Império francês, quanto seus maus costumes. Paris dominava o mundo. O Rio de Janeiro se contagiava por imitação. A dupla piano & charuto torna-se inseparável: a mocidade abandonara o rapé dos ancestrais, preferindo olhar a fumaça com volúpia. Lia-se Lamartine, solfejavam-se óperas de Bizet, a *Carmem* ou *L'Arlésienne*. O Catete, o bairro do bom-tom, da elegância, do espírito, da aristocracia – o *fabourg Saint-Germain* do Rio de Janeiro – tinha salões onde ecoavam canções em francês: "*Dieu ma conduit vers vous… Oui, je doûte de l'esperance et de l'amour*".

O charuto era obrigatório: "Viva o charuto! Estamos na época do charuto: hoje, ele impera, vê-se abraçado por todos e chupado por muitos lábios aristocráticos. Todos fumam. O menino e o rapaz, o moço e o velho, o pobre e o rico, o plebeu e o nobre, o vassalo e o rei. Todos julgam encontrar, nesse produto do fumo, um passatempo agradável. O charuto é companheiro de todos; quem dele não gosta, não está na moda" – martelava o cronista de *O Espelho*.

# 11. PRAZERES MASCULINOS: AS *COCOTTES*


IN RIO DE JANEIRO.

*Encontros noturnos, encontros suspeitos.*

SPIX, Johann Baptist von. *Atlas zur Reise in Brasilien*. 1823-1831.

BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

O romantismo, a vida burguesa e a dicotomia entre a vida pública e a privada também tornaram a prostituta necessária. Avesso da mãe de família, era ela a responsável pelo sexo criativo e prazeroso, em oposição àquele comedido que se fazia em casa, votado à procriação. A mulher “da vida” acentuava a clivagem entre o público e o privado: ela na rua, a esposa em casa, preservada de todo um saber sobre os prazeres eróticos. O adultério masculino era, nessa lógica, necessário ao bom funcionamento do sistema; havia quem dissesse que os bordéis eram construídos com tijolos da Igreja. As esposas se ocupavam dos filhos, da casa e iam rezar; os homens bebiam, fumavam charutos e se divertiam com as prostitutas.

Mas quem eram essas mulheres, muitas delas inspiradas em Violetas e Muzetas, protagonistas das óperas de Bizet? É José de Alencar em seu romance *Lucíola*, de 1862, quem nos mostra como identificá-las. A cena se passa no adro de uma igreja onde Paulo, recém-chegado à corte, é apresentado a Lúcia por um amigo comum, o Sá. Vamos ouvi-los:

> Quem é esta senhora? Perguntei a Sá.
>
> A resposta foi um sorriso inexprimível, mistura de sarcasmo, de bonomia e de fatuidade, que desperta nos elegantes da corte a ignorância de um amigo, profano na difícil ciência das banalidades sociais.
>
> – Não é uma senhora, Paulo! É uma mulher bonita. Queres conhecê-la?
>
> Compreendi e corei de minha simplicidade provinciana que confundira a máscara hipócrita do vício com o modesto recato da inocência.

O diálogo reproduz com nitidez fotográfica as discrepâncias do período. Ao afirmar que Lúcia não era uma senhora, Sá a desqualificava moral e socialmente; mas, ao dizer que era uma mulher bonita, estava sugerindo que a beleza, o erotismo e o prazer só se encontravam em cortesãs, mulheres perdidas. Prazer e casamento não podiam conviver nesse universo de convenções e repressões que se chamava a “boa sociedade”. A beleza vista na prostituta era a das mulheres dos salões. Reforçava o preconceito e o cinismo dos jovens burgueses: com moças pobres canalizavam desejos, divertiam-se e davam escapadelas rápidas. Com sinhás de salão, postavam-se de joelhos, recitavam versos de amor cortês e respeitoso até que se consolidasse um bom casamento. A representação é típica de um período em que se coage a vida conjugal e se promove o bordel.

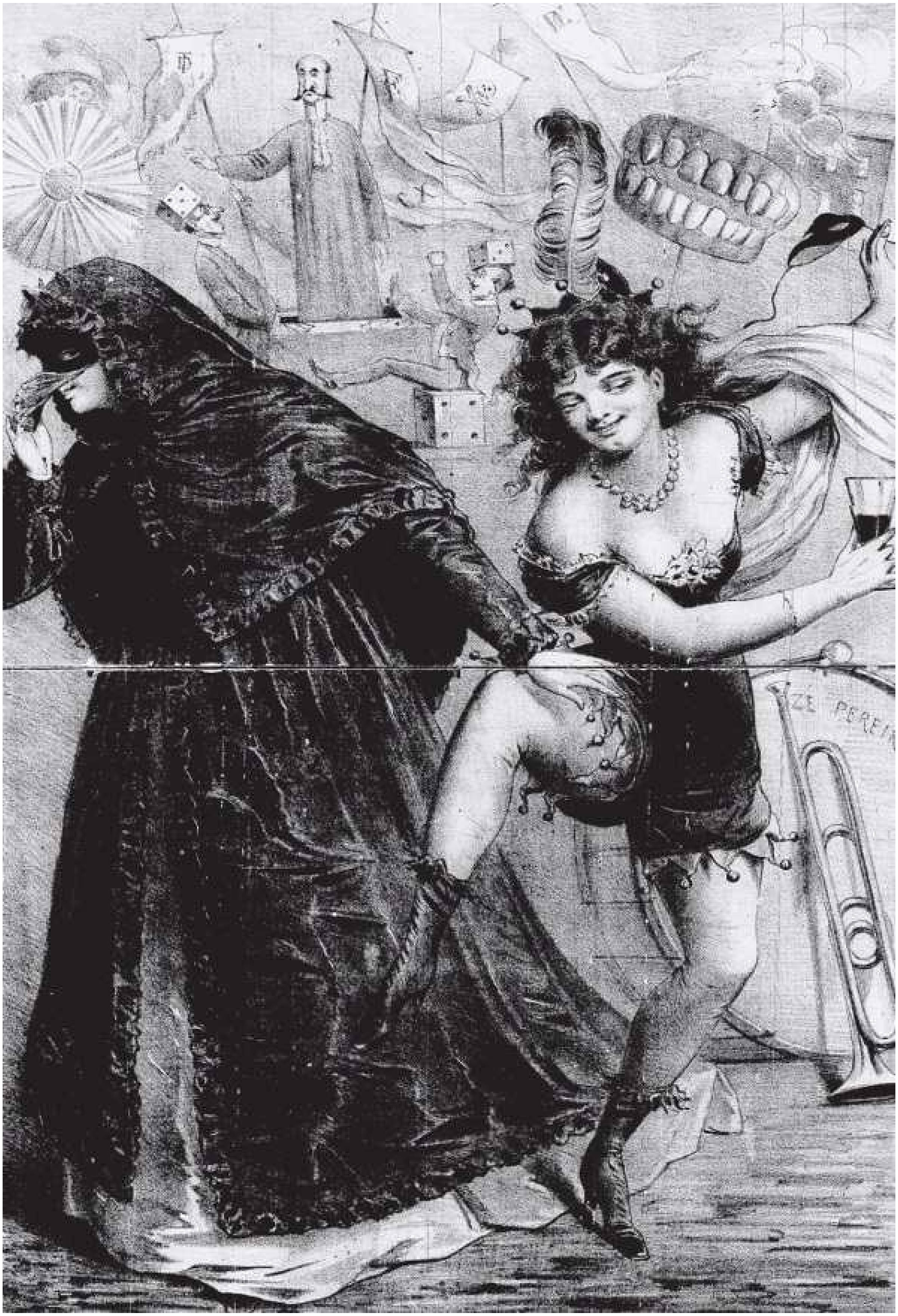
Como Lúcia, as mulheres estrangeiras, notadamente as francesas, representavam certa libertinagem, fossem desfrutáveis ou não. Na mentalidade da época, as chamadas *madames* faziam parte dos tais "maus hábitos" exportados para os trópicos. Trabalhadoras casadas, como Adèle Toussaint-Samson, professora de francês e italiano, não se davam conta de que, ao sair de casa desacompanhadas – o que era comum na Europa –, elas eram tratadas como "mulheres da rua". Eram bombardeadas por cumprimentos, olhadelas ou bilhetes amorosos, de um gênero tão desenvolto quanto este: "Senhora, amo-a; pode receber-me em sua casa esta noite?". Sem mais cerimônia do que isso! – contou a francesa, escandalizada.

"Aqueles senhores, pensavam que bastava se apresentar e que, porque as francesas riam naturalmente e conversavam tanto com os homens quanto com as mulheres, sua conquista era das mais fáceis […] os sul-americanos compreenderam, enfim, que há mulheres que, por ir a pé, sozinhas, ganhar a vida e ensinar sob aquele sol de fogo, não são por isso menos honradas, e começam a não dizer mais, com aquele ar de profundo desdém: É uma madame."

Ora, esse comportamento tinha relação direta com a realidade. No início do século XIX, o número de mulheres públicas aumentou. Em 1845, num estudo sobre *A prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro,* o médico dr. Lassance Cunha afirmava que a capital do Império tinha três classes de meretrizes: as aristocráticas ou de sobrado, as de "sobradinho" ou de rótula e as da escória. As primeiras, instaladas em bonitas casas, forradas de reposteiros e cortinas, espelhos e o indefectível piano, símbolo da casa burguesa. Verdadeiras cortesãs, como Lúcia, não esperavam clientes sentadas no sofá de veludo vermelho da *Maison close* ou do *Rendez-Vous*: eram mantidas por ricos políticos e fazendeiros. Uma cortesã famosa era signo de poder para quem a entretivesse. Conhecidas como *demi-mondaines*, muitas delas estrangeiras, tinham arribado no Império brasileiro depois de carreiras fracassadas na Europa. As cidades portuárias mais importantes tornaram-se abrigo para cáftens internacionais, fundadores de bordéis e cabarés. As francesas, sucedidas pelas polacas, começaram a chegar com a inauguração do Alcazar Francês, em 1862. Elas traziam na bagagem a palavra *trottoir*. Na época, estando em jogo a identificação com o mundo europeu, dormir com uma francesa era dormir com a própria França e ainda se sentir o mais legítimo dos franceses, como explica a historiadora Beatriz Kushnir.

Havia as *cocottes* e as polacas. As primeiras, representando o luxo e a ostentação. As segundas, substituindo mulatas e portuguesas, representavam a miséria. "Ser francesa" significava não necessariamente ter nascido na França, mas frequentar espaços e clientes ricos. Ser polaca, significava ser produto de exportação do tráfico internacional do sexo, que abastecia os prostíbulos das capitais importantes e… ser pobre. Entre as primeiras, algumas se imortalizaram no Rio de Janeiro: Rabelotte, Suzi, Fonsecote, Marinette, Margot, Táti, Lyson entre outras. Dançarinas de *can-can* – as cancaneuses – animavam a vida noturna, exibiam-se em joias e presentes que valorizavam a generosidade de seus protetores. Deixavam-se retratar – como as pintou, na época, Henrique Alvim Correa – com chapéus de plumas, ligas, meias, luvas e como vieram ao mundo: nuas. Tal como em Paris, exibiam-se em "quadros vivos", oferecendo aos homens o prazer de vê-las desnudas ou em cenas de safismo. Frequentá-las era sinônimo de poder e modernidade, como observou um cronista:

Quando os teatros fecham, o movimento da praça referve. São as atrizes que chegam em cupês particulares e descem atravessando a sala do café que vai dar no restaurante, num halo de importância e de perfume; são as grandes cocottes que moram pela Richard ou pela Valéry – cafetinas – acompanhadas de velhos abrilhantados, de polainas brancas, e monóculos […] são diretores de jornais, banqueiros, senadores e deputados, brasseurs d’affaires – homens de negócios – As gargalhadas das cocottes transbordam como champagne em taças de cristal.



*A cocotte.*

*O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 7,
1875.
BIBLIOTECA NACIONAL.

Graças aos prostíbulos, começa a surgir a noção de prazer sexual. As francesas eram renomadas por introduzir homens maduros e adolescentes nas sutilezas do amor, por revelar-lhes delicadezas eróticas.

Só que, ao frequentar o bordel, o homem corria o risco de aprender práticas que ele não poderia, de forma alguma, transmitir à sua legítima esposa. Afinal, uma mulher de princípios nada devia saber sobre sexo. Pais endinheirados pagavam cortesãs para iniciar seus filhos: Mário de Andrade escreveu um belo romance sobre uma governanta alemã que é contratada para, entre outras coisas, ensinar aos jovens fazendeiros de café que a linguagem do amor era diferente daquela do sexo. A "polaca", a mundana, por sua vez, não era apenas vista como prostituta: era tida como preguiçosa, com predestinação hereditária ao deboche. Enfim, nas capitais onde a burguesia começava a tomar forma, preguiça, luxo e prazer iriam se opor aos valores familiares do trabalho, da poupança e da felicidade.

E não faltavam críticas, conforme o viajante austríaco Schlichthorst:

> […] basta-me entrar num dos restaurantes franceses dos arredores do Paço Imperial, onde uma parisiense enfeitada – no Novo Mundo todas as francesas são parisienses – exibe joias falsas, cabelos e dentes postiços, a própria pessoa e tudo o que a cobre postiço e falso. […] As artistas francesas que habitam a rua do Ouvidor sabem muito bem que no Brasil conseguem um grau de fama e riqueza que na Europa jamais atingiriam. Todos os anos, centenas delas vêm da França recomeçar na capital do imenso Império uma carreira na qual em Paris, Bordéus, Marselha, há muito estavam aposentadas. Era o que se chamava *Faire l'Amérique* ou *faire le Brésil*…

Com desprezo, ele identificava as heteras nos teatros da cidade onde se apresentavam vestidas como "condessas ou princesas". "São tão exorbitantes os preços que se pagam por seus favores que tenho receio de me taxarem de mentiroso, se os revelar. O verdadeiro brasileiro acha que os perigosos prazeres que lhe oferecem tais Circes não são demasiado caros a 40 ou 50 mil réis. […] Na rua ninguém se envergonharia de cumprimentar uma cortesã. Excelências, Generais e o próprio imperador em pessoa lhes atiram beijinhos nas pontas dos dedos."

Existindo como o negativo atraente e ameaçador da família, as mulheres públicas foram descritas com todos os vícios, pecados, excessos que se atribui a uma profissão exercida e até explorada por chefes de família. O viajante português Thomaz Lino d'Assumpção, em seu livro *Narrativas do Brasil (1876-1880)*, concentrou em quatro páginas suas impressões sobre o assunto:

> O último degrau vindo de cima é ocupado pela francesa, quase sempre atriz, cantora, no Alcazar. E digo o último, porque na escala da prostituição não sei quem tenha direito de figurar como primeiro termo da série – se a mulher do capitalista que tem casa nos

> subúrbios e se prostitui com o tenor por *chic* e com o ministro por um fornecimento importante para a firma da razão social do marido, se a desgraçada moradora na rua Senhor dos Passos dando entrada ao caixeiro da venda que lhe leva a meia quarta de toucinho. A francesa vive em casa própria, tem carro e criados, insulta a polícia, desautoriza os magistrados, fica impune graças à proteção do conselheiro tal… do deputado F… ou do juiz P… É esta, por via de regra, quem serve de protetora às outras, que vivem dispersas pelos hotéis explorando ceias, jantares, passeios de carro a Botafogo e os anéis de brilhantes dos fazendeiros incautos. Esta gente aparece sempre em todos os espetáculos, ocupando os melhores lugares. Frequentadoras assíduas de botequins, não é raro vê-las cercadas de homens casados, de deputados, senadores, advogados distintos e vadios de profissão. Desta vida descuidada, acorda-se uma bela manhã, o dono do hotel, obrigando-a a sair com a roupa do corpo e sem joias, que ficam penhoradas à conta de maior quantia. O Brasil, acostumado a importar todos os gêneros de primeira necessidade, aplica o mesmo processo à prostituição.

Na tradição cristã que vinha desde os tempos da colônia, a prostituta estava associada à sujeira, ao fedor, à doença e ao corpo putrefato. Esse sistema de correlação estruturava a sua imagem; desenhava o destino da mulher votada à miséria e à morte precoce. Esse retrato colaborava para estigmatizar como venal, tudo o que a sexualidade feminina tivesse de livre. Ou de orgíaco. A mulher que se deixasse conduzir por excessos, guiar por suas necessidades, só podia terminar na sarjeta, espreitada pela doença e a miséria profunda. Ameaça para os homens e mau exemplo para as esposas, a prostituta agia por dinheiro. E por dinheiro, colocava em perigo as grandes fortunas, a honra das famílias. Enfim, francesas ou não, eram o inimigo ideal para se atirar pedras.

Na imprensa paulistana se pode acompanhar o surgimento de um personagem novo no cenário: o cáften ou a cafetina, que organizavam, exploravam e detinham o lucro do trabalho das mulheres perdidas. No *Correio Paulistano* de 21 de março de 1881, a acusada era certa Maria de tal Lebre que “nesta cidade tem um restaurante onde há bailes de prostitutas”. Na rua do Comércio, “em frente a um funileiro”, um cáften “negociava com mulheres equívocas”, denunciava o *Correio Paulistano* de janeiro do mesmo ano. Em Campinas o acusado era Lúcio de tal, “preto velho morador à rua do coronel Saraiva” possuidor, segundo o mesmo jornal, de um “harém de divas brancas e pretas”. Imigrantes italianos e poloneses participavam, igualmente, do ativo negócio das “casas de tolerância”.

Vindo com o bordel, um grande problema: a sífilis. Há quem fale até em sifilização das grandes capitais. Multiplicam-se os manuais de venereologia e descobertas, feitas na primeira metade do século, permitiam identificar os cancros simples dos infectantes. Descreviam-se obsessivamente os desdobramentos da doença nos rins, no fígado e no sistema nervoso, criando uma angústia surda em torno do assunto. Usava-se e abusava-se de mercúrio para sanar as chagas fétidas, assim, como de negrinhas virgens, a quem se creditava limpar o sangue. Os jornais multiplicavam anúncios de remédios milagrosos e não foram poucos os homens públicos, senadores e poetas que morreram desse mal. As conclusões sobre a hereditariedade da doença mal eram guiadas por observações clínicas. A moral social – que dava ao sexo masculino todas as liberdades e nenhuma ao feminino – tornava difícil a confissão da mulher sifilítica. Exageravam-se as responsabilidades dos pais, enquanto as mães gozavam de certa imunidade sobre a falta cometida. Inocentavam-se as esposas até prova em contrário. Os sintomas da sífilis primária, difíceis de reconhecer na gestante, aumentavam a culpa do homem. A crença de que a mulher ficava durante muito tempo impregnada pelo sêmen do primeiro parceiro justificava segundos e terceiros filhos infectados. A doença desfigurava, transformando belas em feras, homens em monstros.

O famoso Elixir de Nogueira estampava em seu rótulo a imagem de uma destas criaturas coberta de cancros. O machismo era tanto, que poucos pensavam na hipótese de infidelidade feminina. Embora os historiadores só falem nos sofrimentos da mulher, esse foi um século de muito sofrimento também para homens.

Numa sociedade patriarcal não faltaram indicações, na literatura e na poesia, a insistir no sonho das ereções permanentes, infatigáveis, perpétuas, apesar dos cuidados, entre uma pequena elite, com os desperdícios de sêmen. Haja vista o célebre poema, de Bernardo Guimarães, colega na faculdade de direito em São Paulo, de Aluísio de Azevedo – seu amigo inseparável – intitulado *Elixir do Pajé*, retrato de um Viagra *avant-la-lettre*, publicado clandestinamente em 1875. Tempo de desejos contidos, de anseios frustrados, o século XIX se abriu com um suspiro romântico e se fechou com o higienismo frio de confessores e médicos. Século hipócrita que reprimiu o sexo, mas foi por ele obcecado. Vigiava a nudez, mas olhava pelos buracos da fechadura. Vendia livros pornográficos aos homens, mas impedia as mulheres de ler. Impunha regras à sexualidade conjugal, mas liberava os bordéis.

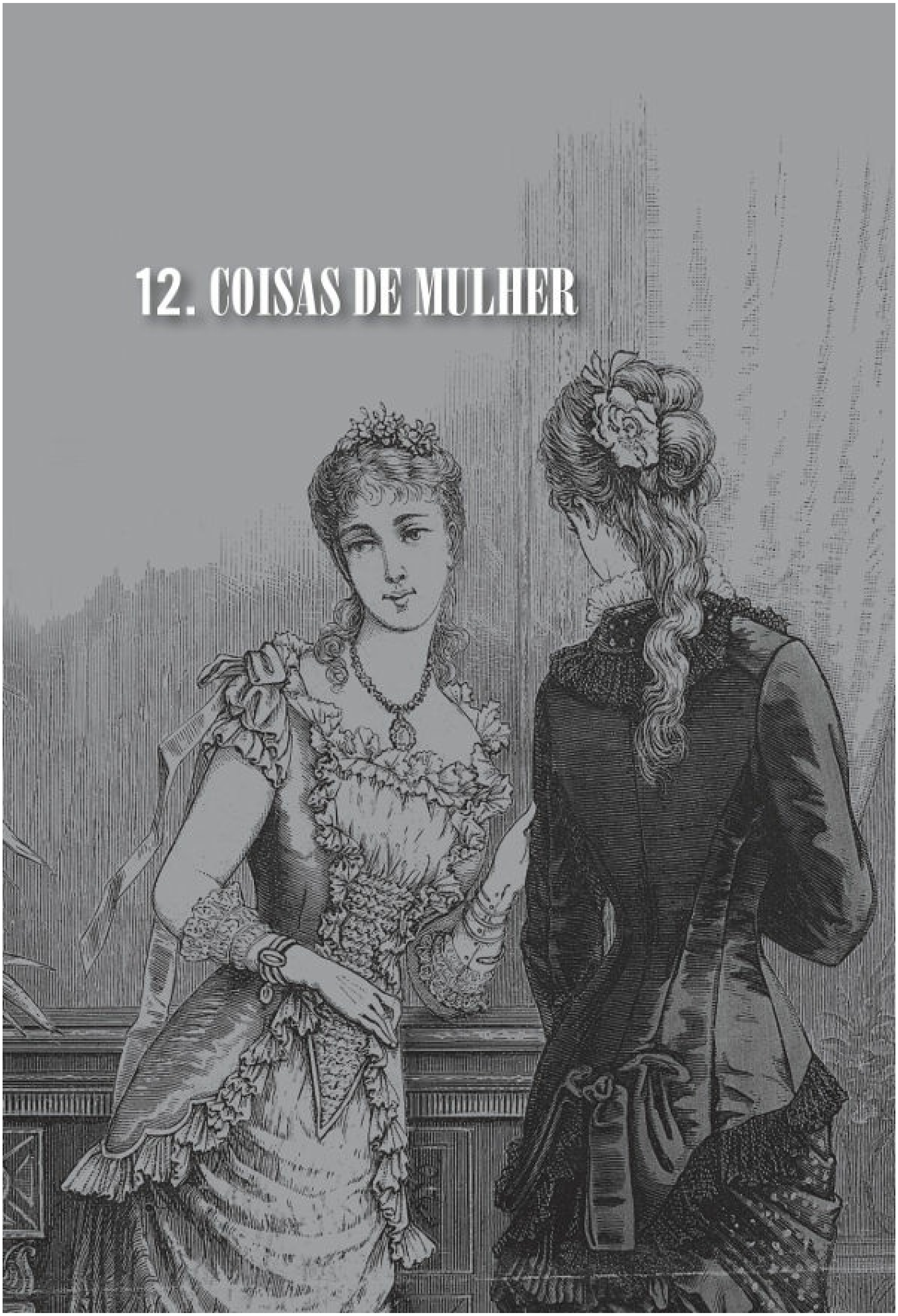
Interditos sexuais, ditos e não ditos regiam a vida de milhares de homens e mulheres. Casada, a mulher passava a pertencer ao seu marido e só a ele. Era severamente punida qualquer interpretação, mesmo que equivocada, de condutas reais ou supostas; a casada não pode sequer dar lugar a dúvidas infundadas, pois o peso da reputação era importantíssimo. Deixava-se de lado todo assunto ligado a sexo. O sistema se autoalimentava. Em casa, a mãe instruía a filha nesse espírito e depois a entregava a um homem. Centralizava-se o imaginário feminino na questão do pudor. As mulheres não deviam se olhar no espelho, nem mesmo no da água das banheiras. Em compensação, os espelhos atapetavam as paredes dos bordéis. As mulheres honestas conheciam mal seu próprio corpo, e toda evocação da feminilidade – as roupas íntimas, por exemplo – era mal vista. O corpo era coberto, protegido por laços, nós, botões. O pudor obsessivo, a complicação das roupas, tudo isso tinha efeitos perversos: um erotismo difuso fixava o olhar masculino nos ombros, no couro das botinas, na fineza dos pés, nos cabelos longos. No extremo oposto, ou seja, na rua, se encontravam as *cocottes*, os livros pornográficos, os cafés e bares. Os universos masculino e feminino acentuavam suas diferenças, seus espaços, suas regras como tão bem mostrou Gilberto Freyre.

Mas nas *cocottes* não temos apenas a expressão da influência francesa no Brasil. Em nossa vida social, outros aspectos das transformações em curso estão contidos em tais palavras e coisas. O traço mais importante é, sem dúvida, a emergência da vida privada entre nós. O século XIX é, por excelência, aquele em que uma série de fenômenos complexos iria acentuar as diferenças entre o público e o privado, o coletivo e o individual, o masculino e o feminino.

Foi a "idade de ouro" da privacidade, "quando palavras e coisas se precisam e noções se refinavam". O equilíbrio das esferas pública e privada se consolidava no apogeu do liberalismo burguês, tardiamente importado pelo Brasil. Foi, por exemplo, a consolidação da privacidade que criou espaços de intimidade suficiente para a leitura. Não mais a que fazia em voz alta José de Alencar, nos serões de Fortaleza, para as mulheres de sua família, mas aquela penetrada de intimismo e mesmo de solidão.

Foi esse o tempo, igualmente, de uma educação sentimental que ergueu muros entre o que se fazia "em casa" e "na rua". Modelos imaginários e práticas sociais se encarregaram de definir a existência de naturezas sexuais diversas: a da mãe e a da *demi-mondaine*. O sinete da aliança matrimonial configurava o anjo casto. No bordel, o burguês conhecia a feminilidade bestial e pecaminosa. O polo imaculado do lar se contrapunha à sujeira e ao risco da sífilis, contraída no lupanar e nas ruas. E os cafés, por fim, falam de uma sociabilidade eminentemente masculina – as confeitarias eram espaços femininos apenas até as dezessete horas; depois, mulher honesta não se achava nas ruas. Nos cafés, em meio à fuligem dos charutos do *fumoir*, debatia-se política, a vida cultural, as ideias. Lá, diversões como o bilhar e as cartas assim como os livros eram não só autorizados, mas representavam um capital simbólico, modelando a construção do individualismo tão cara ao mundo burguês e ao nosso universo ainda patriarcal. Hábitos de origem francesa – cafés, *cocottes* e bibliofilia – entraram definitivamente em nossa história, mas adquirindo, nas fricções e tensões entre culturas diferentes, um gostinho tropical.

# 12. COISAS DE MULHER



em no início do século XIX, o modelo feminino era aquele ditado pela jovem princesa austríaca e depois imperatriz Leopoldina, sofrida esposa de d. Pedro I, cuja doçura, inteligência e

B educação ficaram na história. Suas qualidades foram registradas numa carta de Joaquim dos Santos Marrocos, bibliotecário português, vivendo no Brasil. Ele era sensível em sublinhar o que se considerava na época como critério de feminilidade: a discrição, o desembaraço, a capacidade de comunicar-se, o conhecimento de línguas estrangeiras como o francês e o inglês… e para ser "mais notável" – diz ele – até "ter medo de trovoadas".

Indo contra esse pano de fundo, encontraremos mulheres de elite urbana, casadas com comerciantes de grosso trato como dona Ana Francisca Maciel da Costa, baronesa de São Salvador de Campos e esposa de Brás Carneiro Leão. Seus salões são descritos por Maria Graham, em sua segunda viagem ao Brasil, em 1823, como decorados com gosto francês, ou seja, papéis de parede, molduras douradas, ornados de móveis de origem inglesa e francesa. A neta da anfitriã, falava bem francês e fazia progressos em inglês. Exemplo raro, pois John Luccock dizia que algum pouco contato com a maioria das mulheres já desnudava sua falta de educação e de instrução. Saber ler, só o livro de reza, pois pais e maridos temiam o mau uso da escrita para comunicar-se com amantes. Debret confirma: até 1815 e, malgrado passagem da família real, a educação feminina se restringia a recitar preces de cor e calcular de memória, sem saber escrever nem fazer as operações.

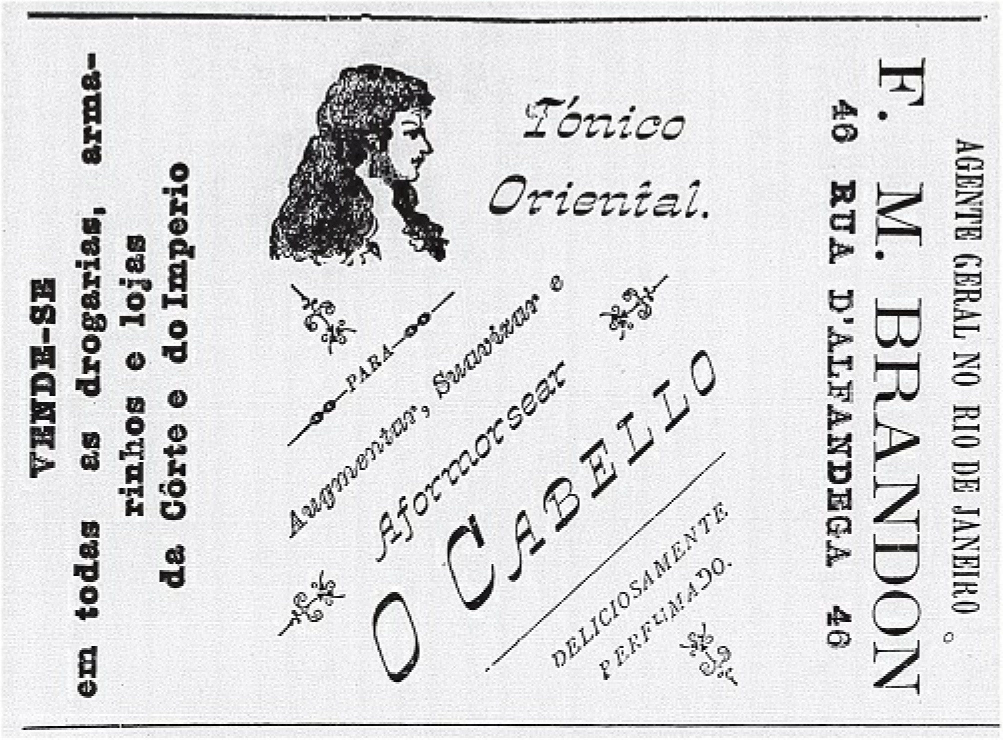
Portanto, a ignorância feminina era incentivada pelos homens da casa. A grande vilã, a correspondência amorosa. Isso levou as brasileiras a inventarem um código para interpretação engenhosa das diferentes flores: cada flor era ordem ou expressão de um pensamento. Graham confirma o mesmo uso entre senhoras de Pernambuco, segundo ela, "mais hábeis no uso de sinais com as mãos e os dedos do que 'as mulheres turcas'". Namoros evoluíam calçados nesse código.

Em 1816, havia apenas dois colégios particulares na corte; pouco mais tarde, senhoras francesas e portuguesas comprometiam-se a receber em suas casas, a título de pensionistas, moças desejosas de aprender a língua nacional, aritmética, religião, bem como bordados e costuras. Para as moças de elite, era obrigatório saber piano, inglês e francês, canto e tudo o que permitisse "brilhar" nas reuniões. Maria Graham, crítica de suas contemporâneas brasileiras, descreve a mulher do ministro da Fazenda, Manuel Jacinto, como "*one of the most pleesing women I have seen in Brasil*". Mas uma das damas de dona Maria da Glória, dona Maria Cabral, é assim retratada: "Era desagradavelmente feia, de pele gordurosa e suada, muito marcada de bexigas, grande boca de lábios finos, nariz chato, olhos pequenos pretos e vivos… Sua inteligência era mais estreita que de qualquer criatura que conheci e sua ignorância proporcional à sua inteligência." Reproduz, igualmente, o juízo de um inglês sobre a moral das brasileiras: "tanto as casadas quanto as solteiras eram a mesma coisa", ou seja, imorais e levianas.

A capital do Império viu as mulheres serem extraídas de suas camarinhas para começar a frequentar salões, serões e partidas noturnas de jogos, simples entretenimentos ou bailes e recepções. Alguns concertos eram animados pelo famoso músico mineiro, padre José Maurício. As danças se aperfeiçoavam com mestres entendidos e alunas exibiam passos e passes, coreografias estudadas.

Outro *must* da mulher da época, além do professor de dança, era o cabeleireiro responsável por penteados ousados e cabeleiras ou perucas. Na rua do Ouvidor, que, segundo o escritor Oliveira Lima, “já armava pretensões a elegante”, se instalara o cabeleireiro da corte, Monsieur Catilino, e abrira loja a costureira da moda, Madame Josephine. As crianças também eram levadas aos bailes onde criados antigos e escravos conversavam com convidados conhecidos. Na Bahia, Lindley, horrorizado, viu as mulheres de elite executando “danças de negros”: o lundu e os fandangos. Em 1817, em Recife, Tollenare as viu dançar animadamente na inauguração da praça do Comércio.

Também na primeira metade do século XIX, no interior de sobrados, donas de casa “de tamancas, sem meias, com um penteador de cassa por vestido” presidiam à fabricação de doces caseiros, que mandavam os escravos venderem em tabuleiros pela rua. Distribuíam costura entre as escravas, mas seus vestidos de festa eram feitos por costureiras francesas. Bordavam guardanapos que também mandavam vender. Iam ao mercado de escravos comprar “peças”, que examinavam como se fossem animais. Na Bahia, Maria Graham impressionou-se mal em vê-las tão “relaxadas”, recebendo convidados “sem casacos ou corpetes… Os cabelos em papelotes”. Mas já se via pequena mudança. Começavam os conselhos para esse “estar em casa, com compostura”. Vinham do médico baiano José Lino Coutinho que, em cartas, admoestava a filha Cora sobre a importância do asseio e da vestimenta no cotidiano: “Não se pense que quero que gasteis no toucador todo o tempo precioso à governança da vossa casa, ou que diariamente vos enfeiteis como uma namoradeira […] só desejo que vos apresenteis a vosso marido e a toda gente honestamente penteada, calçada e apertada (leia-se com espartilho), com vestuário cômodo e limpo e que eviteis sempre em sua presença naqueles atos que, supostamente prescritos pelas precisões da natureza, não devem ser testemunhados.”



AGENTE GERAL NO RIO DE JANEIRO

F. M. BRANDON

46 RUA D'ALFANDEGA 46

Tónico Oriental.

PARA

Augmentar, Suavisar e Aformosear

O CABELLO

DELICIOSAMENTE PERFUMADO.

VENDE-SE

em todas as drogarias, armarinhos e lojas da Côrte e do Imperio

*Jornais em português e francês divulgavam* *produtos para "suavizar" o cabelo.*

*Le Messager du Brésil,* Rio de Janeiro, ano 8,
nº 24, p. 8, 21 set. 1884.
BIBLIOTECA NACIONAL.

Modelos femininos da época eram figuras como a linda carioca Domiciana Almeida Vallim, maior proprietária do Vale do Paraíba, ou a paulista Gertrudes Galvão de Moura Oliveira Lacerda Jordão, viúva do brigadeiro Rodrigues Jordão, rica senhora de várias fazendas, moradora numa das melhores casas da cidade. Suas atividades sociais eram marcadas por visitas de amigas e diversão: bandas de música, formadas por escravos, especializadas na execução de óperas, saraus musicais em torno de modinhas brasileiras. Foi também o tempo das reuniões para atividades de benemerência, participação nas irmandades e auxílio aos pobres.

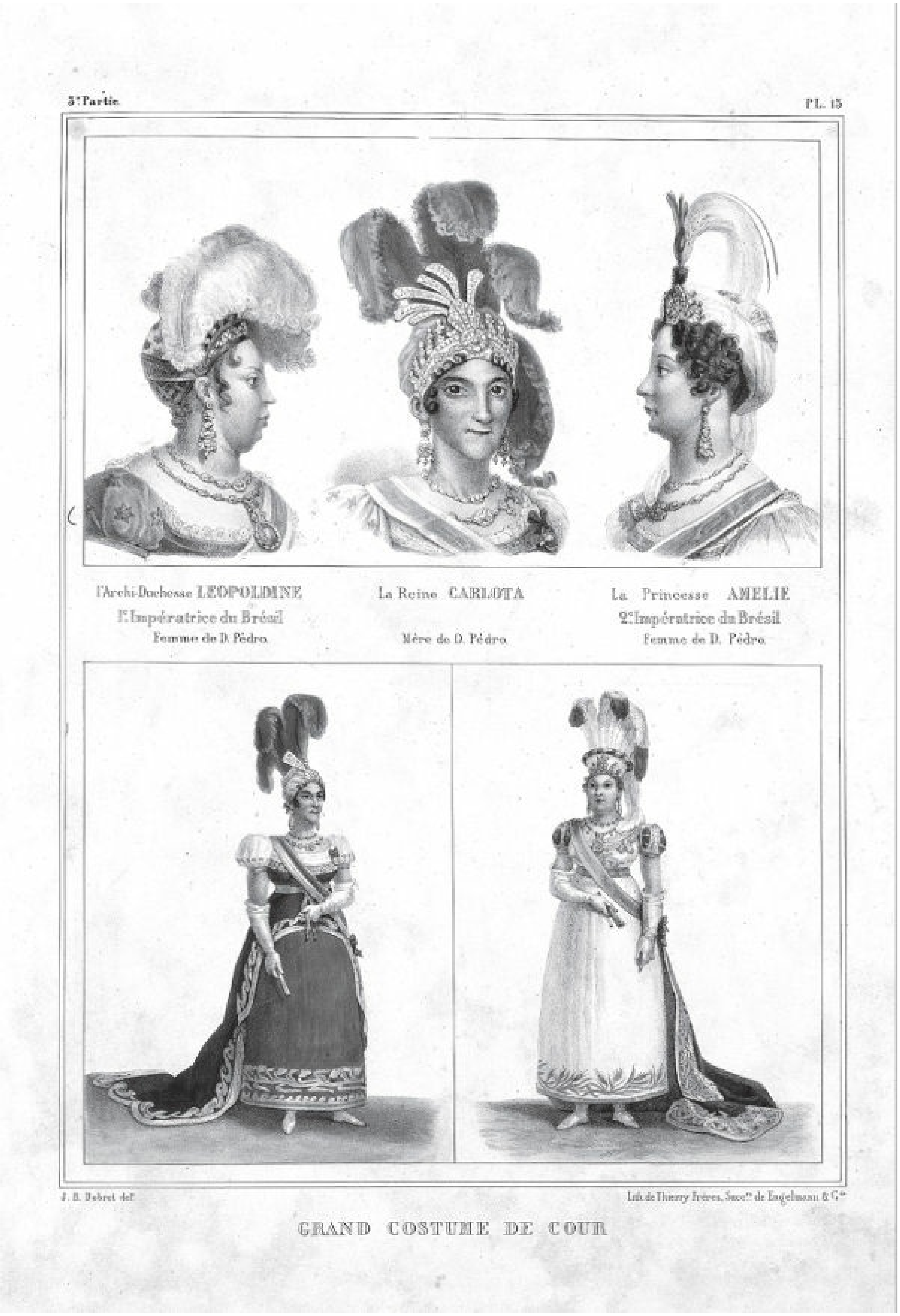
As senhoras casadas traziam a severidade como marca de distinção: poucos adereços, o vestido escuro ou negro, geralmente com detalhes discretos de miçangas, renda ou pregas. E joias simples, tipo broche ou brincos pequenos. Cabelos em coques presos para trás e tranças presas em laçarotes eram uma opção possível. Nos quadros a óleo que restaram desses tempos, as feições não trazem marcas de cosméticos. Ainda se sentavam no chão, à turca. Ainda eram transportadas por negros em cadeirinhas pintadas e douradas e redes ornamentadas. Ainda dedicavam meia hora às orações nos finais de tarde.

Sabe-se que, mesmo no século XIX, a precariedade dos centros educativos, a instrução primária de curta duração e má qualidade, bem como o estado de ignorância em que as mulheres eram mantidas foram alvo de críticas de viajantes estrangeiros, vindos de países onde a diferença de educação entre os gêneros quase não mais existia. A ênfase na vida doméstica e o escravismo só faziam agravar o ritmo lento e pouco imaginativo no qual se desenrolava a vida das senhoras no Brasil. John Mawe nelas acusava a falta de educação e de recursos de espírito, além da superficialidade de conhecimentos. Segundo esse observador, ocupavam-se de trabalhos leves que nada tinham a ver com o que se aprendia na escola. Ao contrário, a instrução era perigosa, pois poderia colocar em risco o esquema de controle sobre esposas e filhas. Era melhor que seu apetite intelectual deixasse a desejar; não deveriam dedicar-se à leitura, nem precisavam escrever, porque "poderiam fazer mau uso da arte". Lindley tampouco as via ler: "poucas mulheres podem ler", anotava, taxativo. Elizabeth Agassiz, confirmou que no Norte Amazônico, elas deixavam escoar uma existência fanada, "sem livros, nem cultura de qualquer espécie". Um naturalista americano, Herbert H. Smith, anotou que, na segunda metade do século XIX, pais sensatos reclamavam da falta de educação de suas filhas. É muito provável que elas não tivessem um padrão de educação ideal, tal como já existia na Europa ou nos Estados Unidos, com múltiplas disciplinas e sem diferenças quanto à educação dada aos homens.

Mas não demorou muito para as mulheres começarem a se erguer dessa posição. E nada podia impedi-las de saber ler. De passagem por Recife, o francês Tollenare observou que os preconceitos sobre a educação feminina começavam a diminuir. Abertas para as influências europeias – leiam-se, as modas e os modismos – as jovens educadas por freiras não se contentavam mais em aprender só “a costurar e a ler”. No Rio de Janeiro, livros eram oferecidos em lojas onde se comerciava também toda a sorte de quinquilharias: cartas de jogar, cera da Índia, tinta de escrever, estampas e desenhos, lustres, encerados. Ali também se encontravam belos tapetes, cristais da Boêmia, imagens sacras, móveis europeus. Os livros eram de pintura, de viagens, atlas, dicionários históricos, geográficos e mitológicos, que moravam junto com xales, leques e objetos de prata.

É de se imaginar que as compradoras de tais artigos, tão femininos, acabassem por manuseá-los. O número 13 da *Gazeta do Rio de Janeiro* anunciava algo irresistível para leitoras interessadas em magia: poderiam achar livros sobre a matéria “na loja da *Gazet*a”. Entre outros, a *Defesa de Cecília Faragó acusada de feiticeira* por 1$280, o *Breve tratado sobre as ações do Demônio*, também por 1$280, a *História das imaginações extravagantes de Oufle*, o célebre mago francês, por 2$400.

Na sua passagem pelo Brasil, Maria Graham pode travar contato com algumas dessas discretas mulheres leitoras. Uma delas, a jovem dona Carlota, filha do poderoso Brás Carneiro Leão e de dona Ana Francisca Maciel da Costa, baronesa de São Salvador de Campos de Goitacazes, especial por “seu talento e cultura acima de suas companheiras”, levou a viajante a conhecer a biblioteca do desembargador da Relação do Rio de Janeiro, composta por livros de direito, história e literatura geral, principalmente inglesa e francesa. “Travei conhecimento – conta-nos a viajante – com diversos autores portugueses, e dona Carlota, que lê admiravelmente bem, fez-me o favor de ler alguns dos mais belos versos de Dinis e emprestar-me suas obras.” Referia-se a António Dinis da Cruz e Silva. E com a imperatriz dona Leopoldina, no dia dos anos de d. Pedro II, diz ter conversado “um bom pedaço […] sobre autores ingleses e especialmente acerca das novelas escocesas”.


3e Partie
PL. 13
l'Archi-Duchesse LEOPOLDINE
1re Impératrice du Brésil
Femme de D. Pédro
La Reine CARLOTA
Mère de D. Pédro
La Princesse AMELIE
2e Impératrice du Brésil
Femme de D. Pédro
J. B. Debret del.
Lith. de Thierry Frères, Succrs de Engelmann & Cie
GRAND COSTUME DE COUR

*A moda aristocrática no início do Império.*

FRÈRES,Thierry. *Grand costume de cour*. 1839.

BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:

DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME TROISIÈME. P. 23.

Possuidora de imensa biblioteca, com obras de naturalistas e relatórios de viajantes, dona Teresa Cristina era mesmo ávida consumidora dos romances de José de Alencar. As mulheres da família imperial, liam e gostavam de livros. A jovem dona Francisca, em viagem à França recém-casada com o príncipe de Joinville, deliciando-se com as aventuras de Dom Quixote, confessava à baronesa de Langsdorff: "– Gosto muito de ler, a senhora vê? Em São Cristóvão eu lia também."

As novelas eram o grande sucesso, não apenas entre as mulheres da família imperial, mas entre outras leitoras. Novelas de "grande merecimento", "acabadas de sair à luz", "mui galantes e divertidas" eram anunciadas por catálogos ou em jornais. A professora de literatura Marlyse Meyer garante que, a partir de 1816, "pode-se falar em explosão de novelas" entre nós. Narradas por autores, na sua grande maioria, anônimos, nelas cruzavam-se "histórias" várias, sicilianas, inglesas, turcas, napolitanas, de ilustres aventureiros ou misteriosos desconhecidos. Virtudes e desgraças mil. Esposos que não o eram, órfãos perdidos ou abandonados, Joaninhas e Susaninhas, condessas, salteadores, cavernas, subterrâneos, ruínas, capelas permitiam evocar o famoso romance "negro" inglês e muitíssimos títulos recorrentes, em edições várias: *Sinclair das Ilhas*, *Oscar e Amanda* e *Celestina, ou Os esposos sem o serem*. Que leitora não gostaria desses assuntos tão envolventes?

Segundo a historiadora Tania Quintaneiro, em algo a educação feminina e o hábito da leitura devem ter melhorado nos anos 1830, pois então viajantes já falam na existência de "internatos para moças dirigidos segundo os mesmos princípios dos seus similares na Inglaterra". No Rio de Janeiro, capital e a maior cidade do Império, a rede escolar compreendia, na década de 1960, 46 escolas primárias para ambos os sexos. Havia também escolas particulares que disputavam com governantas estrangeiras a educação das meninas brasileiras pertencentes às famílias de posses, como a já citada dona Carlota. Em 1855, Miss Donovan, Mme. Choulet, Matilde Keating e Mme. Halbout instruíam-nas em casa até os dezessete ou dezoito anos; outros pais preferiam mandá-las para o exterior. Na segunda metade do século, ordens religiosas instaladas no Brasil em diversas capitais também recebiam, sob o regime de internato, um grande número de jovens de várias partes da província.

Vontade de aprender não lhes faltava. Elizabeth Agassiz comentou entusiasmada que, nos finais dos anos 1860, quando se franqueou às mulheres "o ensino popular", ensino que "admitia livremente todos quantos queiram escutar e aprender", houve uma resposta imediata das interessadas. Impressionada, ela explicava: "a princípio a presença de senhoras foi julgada impossível, como sendo demasiada inovação nos hábitos nacionais; mas esse preconceito foi logo vencido e as portas se abriram para todos, à moda da Nova Inglaterra". Esse fato, segundo Quintaneiro, também foi registrado nas memórias de uma intelectual feminista norte-americana, que insta para que as mulheres "que desejam o bem para seu próprio sexo" não se esqueçam da insistência com que foi solicitada ao imperador, pela cientista Agassiz, a permissão para que as damas pudessem assistir à palestra. Segundo ela, abria-se, tardia, mas finalmente, para as mulheres sul-americanas “o sagrado domínio da ciência”.

E o que liam? Orientadas por maridos e confessores, deviam ler os tradicionais livros de oração, tratados morais que pareciam a Elizabeth Agassiz cheios de “banalidades sentimentais e frases feitas”. Mas não só. Nossas irmãs do passado já devoravam os romances franceses de Balzac, Eugène Sue, Dumas – pai e filho –, George Sand. Liam também as já mencionadas “intrigas em pacotilhas e folhetins de jornais”, criticados por um viajante mais severo que não levou em conta que, na Europa, foram tais leituras que criaram um público feminino para o romance.

Na Europa, o romance foi lido e relido, memorizado, citado e recitado. Os leitores eram tomados pelos textos que liam; eles viviam o texto, identificando-se com os personagens e com a trama. Toda a sua sensibilidade estava engajada nessa nova forma de leitura intensiva. Leitores, frequentemente mulheres, eram incapazes de controlar suas emoções e iam às lágrimas. Isso certamente aconteceu quando as leitoras tiveram acesso, em 1844, à tradução portuguesa de *Os miseráveis* de Victor Hugo ou ao romântico *A moreninha,* de Joaquim Manuel de Macedo, ambos à venda na recém-inaugurada livraria Garnier, que chegava a instituir rifas para incrementar a leitura.

Veja-se, a título de exemplo, o trecho abaixo de um romance-folhetim de época em que a personagem se identifica com o conteúdo de suas leituras. A história é simples: dona Rita, viúva de posses modestas, sonha com um marido rico para a filha, e sofre de enxaquecas:

> […] proibia que lhe falasse, gritava com a filha que deleitava-se com romances cortados em tiras sujas e encardidas de rodapés […]. Júlia levantava-se tarde; sentia um prazer vago em estar sempre deitada e, com os folhetins debaixo do travesseiro, lia sempre antes de levantar-se; identificava-se naquela leitura, tinha interesse nas mortes dos personagens, tornava-se cúmplice nos assassinatos e nos adultérios; sentia-se apaixonada e com desejos de fazer o mesmo […] à tarde, vinha para a janela, esperava a noitinha; o namorado passava e dona Rita sentada na sala de jantar não a via receber uma carta e falar debruçada […] lia à noite a carta e, com expansões exageradas imitadas dos romances, sentia lágrimas, o coração apertava-se-lhe.

A mulher – explica Marlyse Meyer – a “gentil leitora”, é o destinatário “natural” do romance. Repetiu-se no Brasil aquela situação de leitura largamente representada na pintura pré-romântica, que multiplicou as “cenas de leitura feminina”, sendo típica aquela que mostra uma mulher jovem, recostada languidamente, livro no colo, olhos perdidos, envolvida pelos efeitos emocionais da leitura romanesca.

Gilberto Freyre lembra que, no Nordeste, contra as senhoras afrancesadas da primeira metade do século XIX que liam romancezinhos inocentes, o padre Lopes Gama bradava como se elas fossem pecadoras terríveis. Para o padre-mestre, a boa mãe de família não devia preocupar-se senão com a administração de sua casa.

> O que estraga os costumes, o que perverte a moral é, por exemplo, a leitura de tanta novela corruptora, onde se ensina a filha a iludir a vigilância de seus pais para gozar de seu amante, à esposa a bigodear o esposo etc. etc. O que corrompe horrivelmente os costumes é a leitura dos folhetinhos, como o Citador, a carta apócrifa de Tayllerand ao papa, as Liras de José Anastásio e a praga de quadros com moças nuas, de Vênus saindo do banho, de Vênus e Adônis etc. etc., que todos os dias se despacham nas nossas alfândegas.

Comentando as mudanças de costumes na passagem do patriarcado rural para o urbano na mesma região, Freyre sublinha as consequências de tais leituras entre as jovens:

> Bem dizia em 1885 dona Ana Ribeiro de Góis Bettencourt, ilustre colaboradora baiana do *Almanaque de lembranças luso-brasileiro*, alarmada com as tendências românticas das novas gerações – principalmente com as meninas fugindo de casa com os namorados – que convinha aos pais evitar as más influências junto às pobres mocinhas. O mau teatro. Os maus romances. As más leituras. Os romances de José de Alencar, por exemplo, com “certas cenas um pouco desnudadas” e “certos perfis de mulheres altivas e caprichosas […] que podem seduzir a uma jovem inexperiente, levando-a a querer imitar esses tipos inconvenientes na vida real”.

Romances ainda mais dissolutos estavam aparecendo; autores ainda mais perigosos escrevendo livros, chegando alguns até a pretender que “a união dos sexos promovida somente pelo amor seja tão santa e pura como a que a religião e a sociedade consagram”. E ainda mais, santo Deus! A “desculparem o adultério da mulher!” Contra o que dona Ana Ribeiro recomendava os romances de Escrich e os que ela própria escrevera: *A filha de Jehte* e o *Anjo do perdão*. Não estava só. Até médicos como dr. Lino Coutinho, em 1849, se apressavam em lembrar que o mundo não avaliava com igual peso a infidelidade: a dos homens era vista com indulgência, quando não se desculpava “de maneira alguma aquela da mulher”. E ameaçava a filha: “Vosso marido pode vos ser infiel algum dia; mas o seu crime de certo não vos desobriga do juramento dado […] e se alguma vez souberdes de uma ou outra infidelidade sua, ainda que vos ressintais, não façais por isso grande bulha como fazem muitas mulheres ciumentas, porém de pouco juízo”. O melhor era fingir nada saber e, por favor, “nada de rompimentos formais!”

A queixa de alguns viajantes, como a formulada por Elizabeth Agassiz, ao manifestar seu desapontamento diante da ausência de livros nas casas brasileiras, não significa que as mulheres não liam. Não se espantou Maria Graham ao ser apresentada “a uma vulgar *bas bleu* da terra, na pessoa de dona Maria Clara; lê bastante, especialmente filosofia e política […]. Faz circular as novidades literárias”.

Dona Maria Clara, uma exceção? Nem tanto. Na província acanhada de Rio Grande de São Pedro, às vésperas da Independência, Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), publicava em 1834 um livro: *Poesias dedicadas às senhoras rio-grandenses*. Embora as opções de trabalho para o sexo feminino fossem pequenas, senhoras ofereciam-se, em jornais como *O Mensageiro*, para alfabetizar crianças. Outras, engajadas na luta entre governo e farroupilhas, defendiam o Império como jornalistas, caso, por exemplo, de Maria Josefa Barreto que fustigou os inimigos do governo num jornal por ela fundado: *Belona irada contra os partidários de Mom*o. Em 1837, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas publicava *O Ramalhete ou Flores escolhidas no jardim da imaginação,* e num texto aí incluído, discutia o papel das mulheres na tensão política que rasgava os pampas. O texto de Ana Barandas surpreende pela veemência na defesa da participação política feminina, em sua vertente mais radical, assim como na denúncia da opressão masculina como causadora dos “defeitos da mulher”.

A fundação d’*O Jornal das Senhoras*, em 1852, em muito pode ter colaborado para a leitura de informações úteis e editoriais em torno de outros assuntos que começavam a despertar a atenção das mulheres. Atenção, mas também, ação. Muitas, já letradas ou formadas por Escolas Normais, iam participar diretamente da vida do país, colaborando ou escrevendo na imprensa. Esse foi o caso de Ana Aurora do Amaral Lisboa, abolicionista, republicana e federalista gaúcha, inflamada redatora da *Reforma,* jornal que fazia oposição a Júlio de Castilho. Ou de Andradina América Andrada de Oliveira, feminista, autora do livro de contos *Preludiando* e editora do jornal *Escrínio*, editado em Bagé, depois em Santa Maria durante nove anos consecutivos. Em *Divórcio?*, obra na qual Andradina apontava a opressão das mulheres através dos tempos, a autora reuniu várias cartas em que esposas e maridos contavam seus infortúnios no casamento, acrescentando-lhes duas cartas em que fazia o elogio do feminismo, capaz de abrir os olhos do sexo então considerado frágil. Entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX multiplicam-se escritoras e textos de autoria feminina.

Segundo Pedro Maia Soares, romantismo adolescente, poesia de circunstância, parnasianismo escolar, textos sentimentais de suposta sensibilidade feminina enchiam as páginas dos jornaizinhos literários dirigidos por mulheres. No Rio Grande do Sul, destacavam-se *Violeta* (1878), em Rio Grande, dirigido por Julieta de Melo Monteiro; *Saudade* (1880), em Jaguarão, de Maria Amália F.C.; *A Grinalda* (1896), em Porto Alegre, de Maria da Cunha; *O Orvalho*, em Livramento, de Alaíde Ulrich e Matilde Ulrich Filha; *A pena* (1909), em Santa Maria, de Regina Lobato, entre outros. O mais importante deles foi o *Corymbo*, caixa de ressonância do feminismo brasileiro, editado pelas irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro. Sua longevidade fez história, 1883-1944, com periodicidade diversa, mas sem interrupções. Ênfase na educação feminina, independência da mulher pelo trabalho, preocupações progressistas pelas classes trabalhadoras, valorização das “caídas”, ou seja, das desvirginadas, inquietação diante da Primeira Guerra Mundial, o direito ao voto, elogios a *sufragettes* e anarquistas são algumas das muitas teclas nas quais batiam seus editoriais e artigos.

A partir de meados do século XIX, se assistiu também ao surgimento de uma infinidade de jornais e revistas dedicados à mulher e à família. Este tipo de imprensa dividiu com a leitura de romances e folhetins a esfera privada e íntima na qual vivia a maior parte do público feminino. Alguns desses periódicos tentaram estabelecer um diálogo com as leitoras, abrindo suas colunas à participação delas. É o caso de *Iracema*, periódico literário e recreativo dedicado ao belo sexo e publicado a partir de 1902. No artigo intitulado “Conversa com as moças”, explicita seu programa: “Caras leitoras, Não viemos aqui para sermos jornalistas, mas sim, um fim mais nobre. Temos em mente, cultivar as letras e a inteligência. Demos o título Iracema por ser dedicado a vós. As nossas colunas acham-se à vossa disposição e esperamos que vós não as recusareis, honrando-nos com a vossa presença.”

*O Correio das Modas*, em 1839, o *Espelho Fluminense*, em 1843, o *Recreio do Bello Sexo*, em 1856, a *Biblioteca das Famílias*, em 1874, *O Beijo*, em 1900, *O Jornal das Senhoras*, em 1904, embora redigidos por homens, estavam abertos à participação das leitoras. Em seu primeiro número, o *Sexo Feminino*, semanário fundado em 1873 por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, em Campanha da Princesa, e transferido em 1875 para o Rio de Janeiro, afirmava:

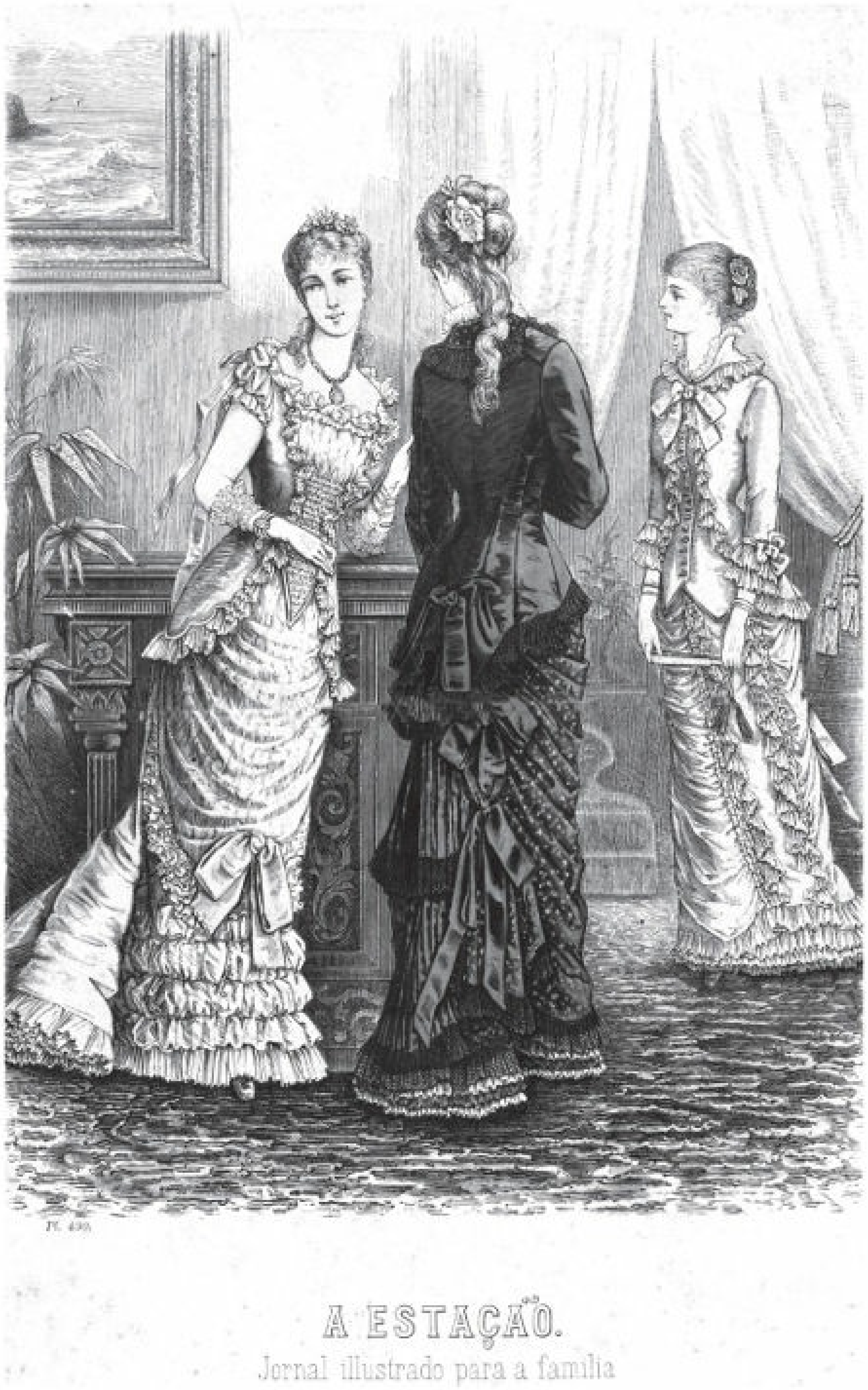
> O século XIX, século das Luzes, não se fundará sem que os homens se convençam de que mais da metade dos males que os oprimem é devido ao descuido que eles têm tido na educação das mulheres, e ao falso suposto de pensarem que a mulher não passa de um “traste da casa” […]. Em vez de os pais de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa, etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, gramática da língua nacional…

A educação feminina é ainda tema de outro periódico, denominado *A Família*, jornal literário dedicado à educação da mãe de família, fundado em São Paulo em 1888 por Josephina Álvarez de Azevedo e transferido para o Rio um ano mais tarde. Em seu número-programa dona Josephina critica a falta de um ideal mais nobre que servisse de base à educação até então destinada às mulheres:

> Tenhamos este princípio por base, que só ele é verdadeiro. Entre nós fala-se muito da educação da mulher, mas tudo sem discernimento. Referem-se a uma espécie de polimento de espada que não se destina a ferir, senão a brilhar ingloriosamente. E em que consiste essa tão decantada educação? No seguinte: saber mal o português, a aritmética, o francês, o canto e o desenho, e muito mal arrumar a casa. […] O caso é que tal decantada educação não nos adianta se nós não tivermos um ideal mais nobre! Aquela que consegue romper este acanhado círculo de ferro em que agimos, e pelo estudo e sabedoria chega ao conhecimento das coisas, essa só consegue uma coisa: envolver-se em uma atmosfera de descrença e de tédio, em um meio em que a sua individualidade, que ela mal começa a discernir, não tem objetivo digno de si.

A leitura servia também para ensinar a mulher a “ser elegante”. “Ainda que não fosse formosa” – explicava a revista de modas *O Espelho* – ela poderia “cativar, seduzir” e até “matar”, como queria um poeta exagerado!

“Uma mulher elegante, sempre atrai simpatias e torna-se amada, adorada, apesar mesmo de alguns defeitos; porque um vestido bem talhado, uma flor no cabelo, uma luva de pelica, umas botinas de salto, sobretudo certos adamanes no andar, certa inflexão na voz, certo requebro no olhar, fazem-nos – aos homens – supor um véu ocultando o paraíso. É a ficção prostrando-nos em um doce enlevo.” Não precisava ter dinheiro. Nada de “luxo, fasto ou riqueza”. Um vestido simples nos adornos e uma aura de perfumes de “violeta, jasmim ou rosa era capaz de seduzir os mais valentes leões de nossos bailes”.


A ESTAÇÃO.
Jornal illustrado para a familia

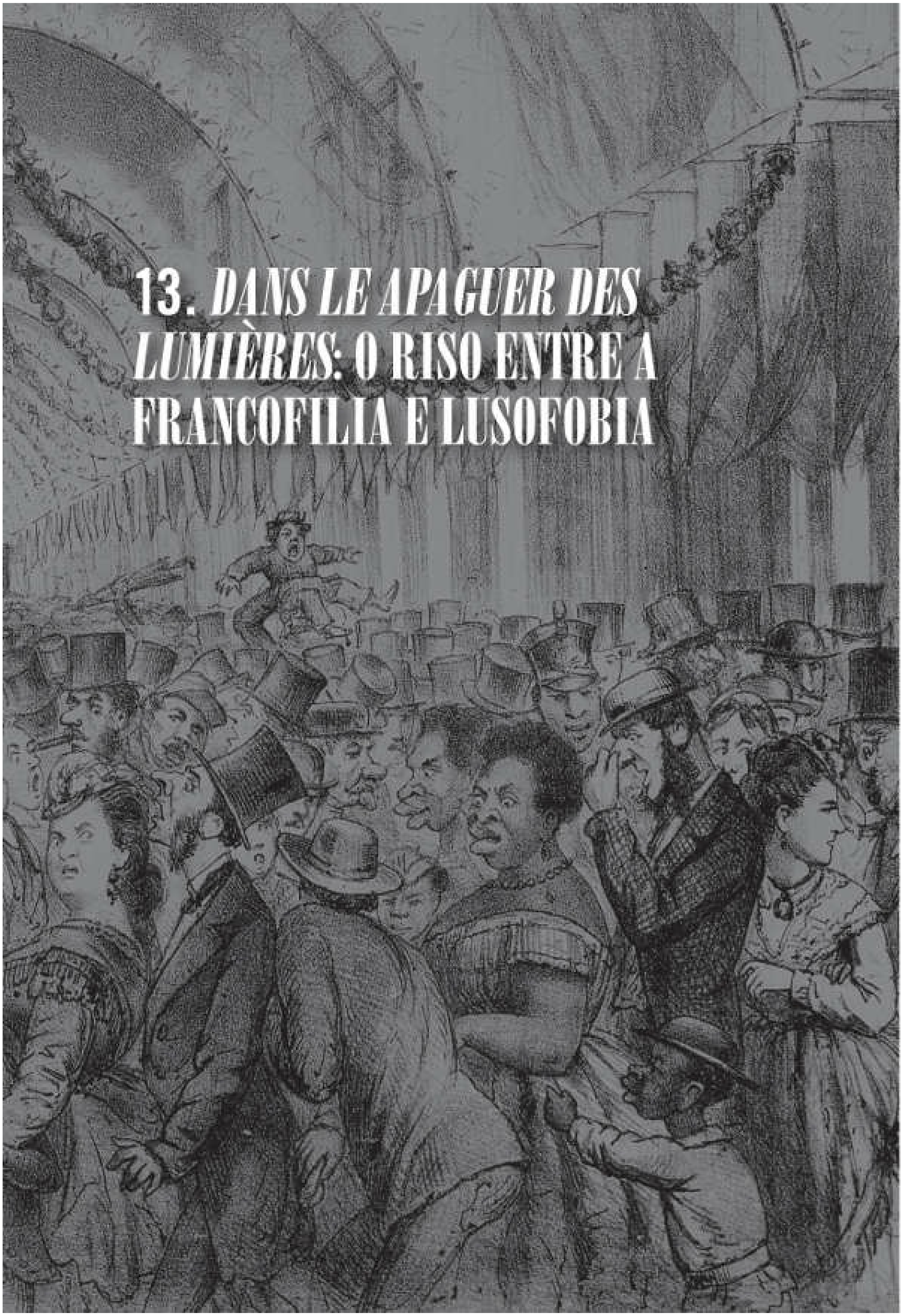
*A moda aristocrática no final do Império.*

[*Três mulheres de vestidos longos*: Modelo de traje feminino do séc. XIX]. 1880.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Nos periódicos, o tema da velhice feminina começava a ser tratado e era o mesmo articulista que orientava: “E qual a velha de nossos dias que não tem suas pretensõezinhas a conquistadora? Quantas, apesar de seus cabelos brancos, não conservam ainda um coração de vinte anos! Para essas, ensino um meio de remoçar os encantos dos dias mais felizes de sua mocidade. O senhor Carlos Beaumelly, da rua do Ouvidor n. 110, tem certa preparação que desenruga e amacia a cútis, dando-lhe um colorido e aveludado admiráveis. É ali que também se acha a água da Flórida, maravilhosa descoberta que tem o poder de regenerar e fazer de novo crescerem os cabelos que os desgostos, as enfermidades ou os anos tenham obrigado a cair.”

Diz a historiadora Maria Fernanda Bicalho, que o século XIX, século das luzes na visão da imprensa feminina, marca o início de uma nova era na qual os povos do mundo inteiro se libertam dos grilhões do passado, lutando por sua afirmação como sociedades civilizadas. Nitidamente influenciadas pelos ideais de liberdade que se alastraram pelos países ocidentais nesse período, os jornais femininos relacionam ainda a emancipação da mulher e o reconhecimento de seus direitos – base da igualdade entre sexos – com a conquista da civilização e do progresso. Civilização e progresso não são, no entanto, apanágios exclusivos das sociedades europeias. O Brasil recém-integrado, pela conquista de sua independência política, no conjunto das nações soberanas, devia compartilhar com eles desses atributos… Entre outras modas.

# 13. *DANS LE APAGUER DES LUMIÈRES*: O RISO ENTRE A FRANCOFILIA E LUSOFOBIA



PÁGINAS 302 E 303

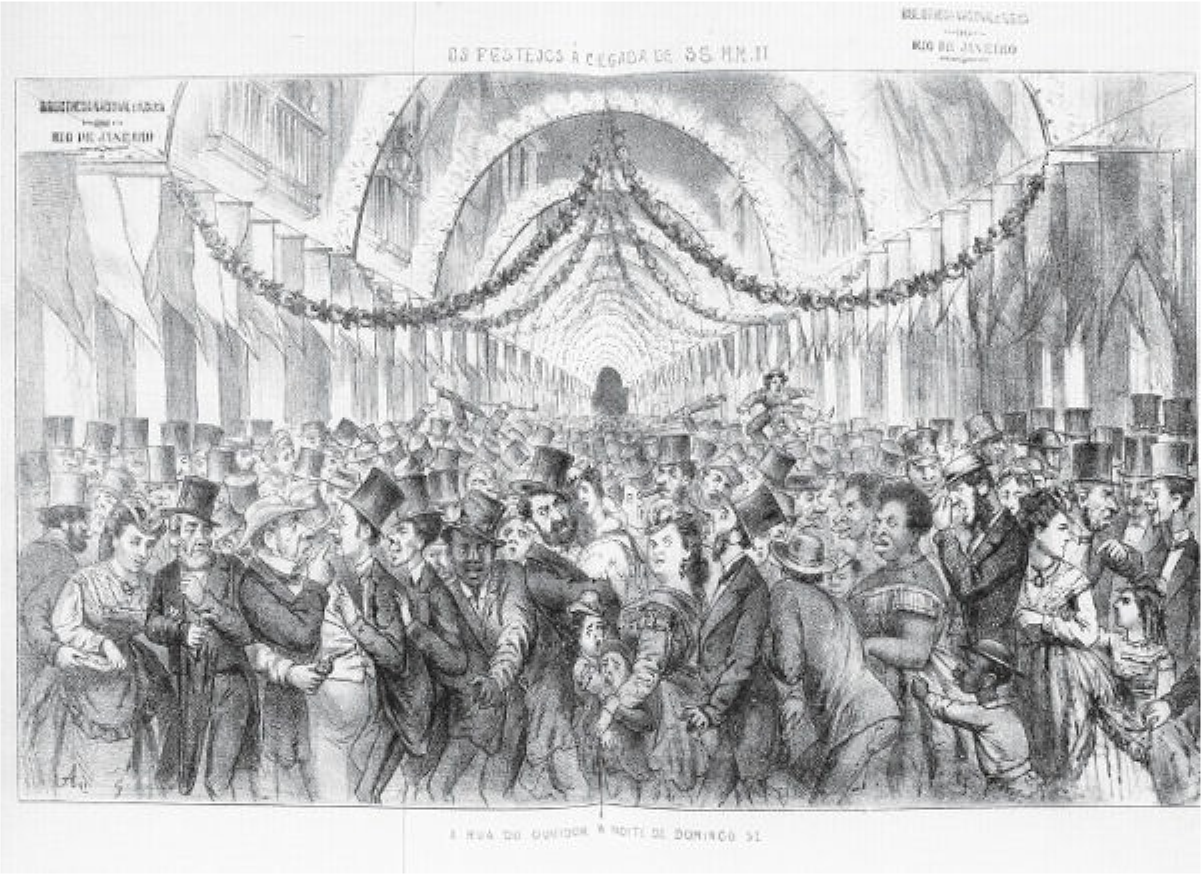
*Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, onde eram disputados os produtos vindos da França.*

*O Mosquito*, Rio de Janeiro, ano 4, v. 134, p. 4,
6 mar. 1872.
BIBLIOTECA NACIONAL [HEMEROTECA].

Fim do século XIX: o historiador, economista e geógrafo Emile Levasseur terminava o extenso ensaio que publicaria na *Grande encyclopédie* sobre o Império brasileiro, enquanto o país participava, em Paris, da Exposição Universal de 1889. O pavilhão brasileiro foi todo decorado com ramos de café, vitórias-régias e frutas. Enquanto isso, nos trópicos, brotava uma visão otimista do presente e do futuro, e o período do final do século XIX e início do XX foi caracterizado – no melhor sentido europeizante dos meios culturais brasileiros de então – como uma *Belle Époque*. A expressão francesa bem dizia da francofilia, ou seja, da admiração pela França e pelos franceses, que então se enraizava em hábitos, representações e práticas, fazendo da capital do país, seu palco por excelência. Novidade? Já se viu que não.

Desde a primeira metade do século, a francofilia se instalou entre nós. Viajantes, naturalistas e artistas trazidos por d. João VI, quando da transmigração da família real, se encarregaram de consolidar a mania. O pão francês substituiu a broa de milho e, em 1828, o número de franceses montava a 3 mil pessoas. O açougue francês era o melhor e, dez anos mais tarde, já existia um guia para estrangeiros sobre a cidade escrito, *bien sür*, em francês! A restauração da dinastia Bourbon recolocou o país como competidor da Inglaterra, e o prestígio cultural da França se exportava, junto com as linhas de *paquebot*, mundo afora. Mas como era o Rio, esta cidade que se queria francesa?

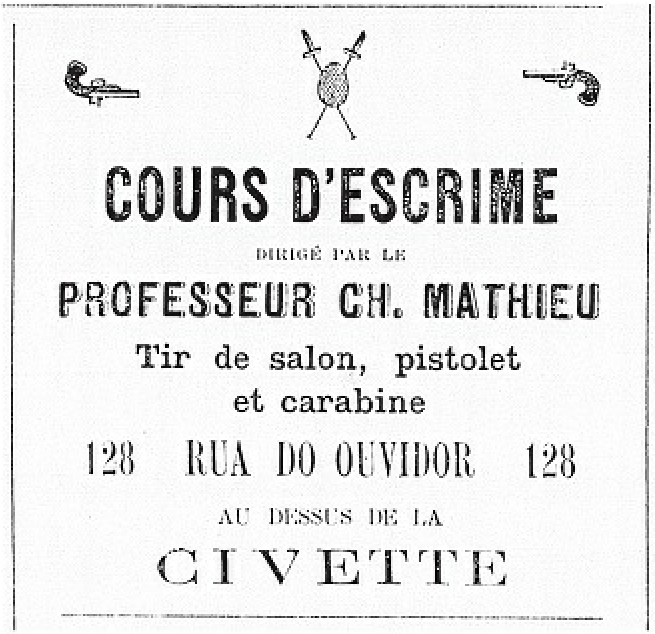
O Rio de Janeiro comercial, como o chamava Raul Pompéia, se espraiava pela rua do Ouvidor. Mas, aí perto, o cabeleireiro Adrien aparava barbas, cortava cabelos e os lavava com um “champou americano” por módicos 300 réis, fazendo, segundo um anúncio do *Jornal do Comércio*, “tresloucar as nossas elegantes da aristocracia e da corte”. Adiante, certa Mademoiselle Arthemise oferecia *des seins adhésifs à l’usage des personnes maigres*, ou seja, seios postiços para as magrelas. Na rua da Quitanda, Henri-Nicolas Vinet abrira um atelier onde dava aulas de pintura, executando, ao mesmo tempo, paisagens frescas e saborosas, muito diversas da que via pela janela.


OS FESTEJOS À CHEGADA DE SS. MM. II
RIO DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO
A RUA DO OUVIDOR À NOITE DE DOMINGO 31

Oficinas artesanais e de pequenos consertos, a feitura de comestíveis para venda e o pequeno comércio fixo, ocupavam as pessoas que lutavam pela sobrevivência no imenso espaço de trabalho das ruas do Rio. Os vendedores ambulantes, licenciados ou não, tinham uma área de atuação determinada, onde se tornavam conhecidos e constituíam freguesia. As fotos de Marc Ferrez e João Goston revelam a variedade de seus rostos. “Aparentemente confuso, esse espaço possuía, contudo, uma organização própria e uma articulação com o sistema capitalista que se afirmava” – explica a historiadora Sylvia Damazio.

Em meio a esse intenso burburinho, algumas centenas de franceses tentavam a sorte como artistas, comerciantes, impressores, modistas, professores das mais variadas disciplinas, incluindo desde a própria língua francesa, até matérias como desenho, dança e piano. O almanaque Laemmert, publicação anual dedicada ao anúncio de profissionais a serviço na capital do Império, editado à semelhança do Almanach Didot, em Paris, indica-nos que muitos artistas, músicos e outros profissionais, tinham no ensino particular seu principal meio de sobrevivência. Os anúncios das lições oferecidas por tais professores demonstram o gênero de instrução requerido pela sociedade da época: uma professora francesa, “habilitada pela Sorbonne e pela Câmara Municipal de Paris, como também pela secretaria do Império desta corte, fica autorizada a lecionar em casas particulares, francês, caligrafia, aritmética, geografia, história, etc.”. A mesma mestra também lecionava trabalhos de agulha e desenho. Professores de dança como Júlio Toussaint, morador do “Caminho Velho de Botafogo, 15”, ensinava “valsas novas”, recém-chegadas dos salões parisienses, entre as quais a renomada Impériale. J.C. Pontié, por sua vez, ministrava aulas da “arte da esgrima em casa nobre do Passeio Público”.

A colônia francesa se compunha tanto de operários e artesãos, saídos pobres de seu país para tentar fortuna na América, quanto de um pequeno núcleo de jornalistas e comerciantes, além das tradicionais Madames, cortesãs e parte não menos importante entre os produtos de exportação.



COURS D'ESCRIME

DIRIGÉ PAR LE

PROFESSEUR CH. MATHIEU

Tir de salon, pistolet
et carabine

128 RUA DO OUVIDOR 128

AU DESSUS DE LA

CIVETTE

*Esgrima, uma moda francesa.*

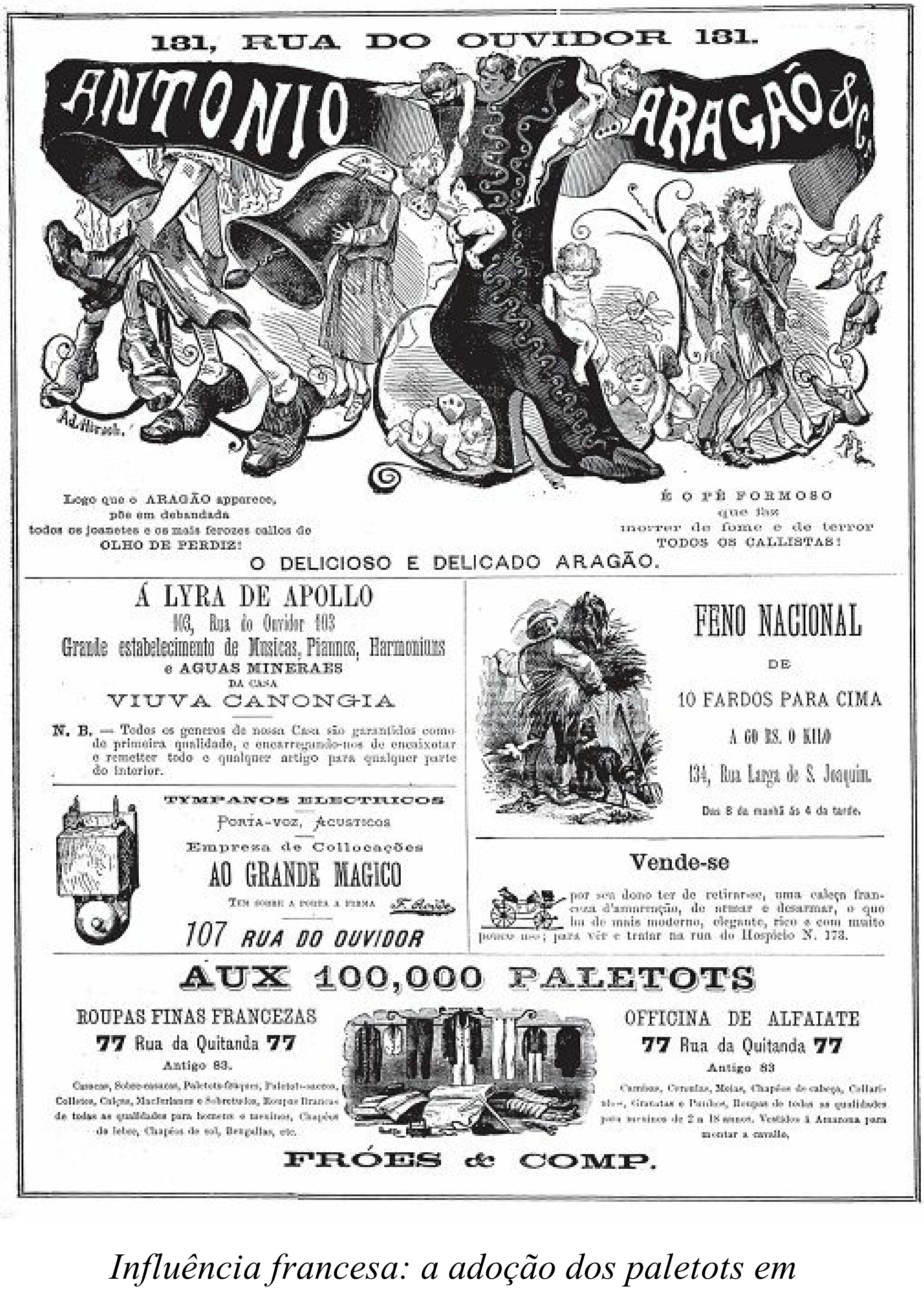
*Le Messager du Brésil*, Rio de Janeiro, ano 2,
nº 55, p. 4, 21 out. 1878.
BIBLIOTECA NACIONAL [HEMEROTECA].

A rua mais essencialmente francesa, nas palavras de Adèle Toussaint-Samson, era mesmo a do Ouvidor. Nessa artéria pulsante, diz ela:

> […] estabelecimentos de nossos modistas, de nossos cabeleireiros, de nossos floristas e de nossos confeiteiros exibem-se em seu esplendor. É o ponto de encontro habitual dos jovens da cidade que, a pretexto de comprar charutos ou gravatas, ali vão fazer a corte às francesas, que eles adoram. Essa rua, embora estreita e feia, é de alguma maneira o Bulevar *des Italiens* – ponto de encontro de *dandies* e boêmios em Paris – da capital do Brasil; lá só se ouve falar francês!

A rua era, também, o lugar do flerte, do encontro da *cocotte* com o paio – o otário da época.

No campo das ideias, assistiam-se às conferências de Silva Jardim na Sociedade Ginástica Francesa. Falava-se muito na "revolução adorada" – a francesa – em soberania e em vontade popular, discussões que já apontavam o sentimento republicano. A nova ordem econômica encontrou nos restaurantes, os principais pontos de *rendez-vous*, centros por vezes luxuosos e até nababescos que se distinguiam pela pompa na decoração. Em julho, de 1889, durante as comemorações do 14 de julho e da queda da Bastilha, pelas ruas da cidade, republicanos que cantavam a “Marselhesa” se chocaram com os membros da Guarda Negra formada por antigos escravos fiéis à princesa Isabel, alguns deles capoeiristas armados de cacetes – estes chamados de petrópolis – e de navalhas que revidaram a cantilena com truculência. Estudantes também entoavam as chamadas Marselhesas Acadêmicas, contra o decreto de 22 de outubro de 1871, que modificava as provas, escrita, oral e prática do curso de medicina. O hino francês amparou tumultos e celeumas até na imprensa republicana.



181, RUA DO OUVIDOR 181.

ANTONIO ARAGÃO & C.

Logo que o ARAGÃO apparece,
põe em debandada
todos os joanetes e os mais ferozes callos de
OLHO DE PERDIZ!

É O PÉ FORMOSO
que faz
morrer de fome e de terror
TODOS OS CALLISTAS!

O DELICIOSO E DELICADO ARAGÃO.

Á LYRA DE APOLLO
103, Rua do Ouvidor 103
Grande estabelecimento de Musicas, Piannos, Harmoniums
e AGUAS MINERAES
DA CASA
VIUVA CANONGIA

N. B. — Todos os generos da nossa Casa são garantidos como de primeira qualidade, e encarregando-nos de encaixotar e remetter todo e qualquer artigo para qualquer parte do interior.

FENO NACIONAL
DE
10 FARDOS PARA CIMA
A 60 RS. O KILO
134, Rua Larga de S. Joaquim.
Das 8 da manhã ás 4 da tarde.

TYMPANOS ELECTRICOS
PORTA-VOZ, ACUSTICOS
Empreza de Collocações
AO GRANDE MAGICO
TEM SOBRE A PORTA A FIRMA
107 RUA DO OUVIDOR

Vende-se

por seu dono ter de retirar-se, uma caleça franceza d'amarração, de armar e desarmar, o que ha de mais moderno, elegante, rico e com muito pouco uso; para vêr e tratar na rua do Hospicio N. 173.

AUX 100,000 PALETOTS

ROUPAS FINAS FRANCEZAS
77 Rua da Quitanda 77
Antigo 83.

Casacas, Sobre-casacas, Paletots-fraques, Paletot-saccos, Colletes, Calças, Macferlanes e Sobretudos, Roupas brancas de todas as qualidades para homens e meninos, Chapéos de lebre, Chapéos de sol, Bengallas, etc.

OFFICINA DE ALFAIATE
77 Rua da Quitanda 77
Antigo 83

Camisas, Ceroulas, Meias, Chapéos de cabeça, Collarinhos, Gravatas e Punhos, Roupas de todas as qualidades para meninos de 2 a 18 annos. Vestidos á Amazona para montar a cavallo,

FRÓES & COMP.

*Influência francesa: a adoção dos paletots em lugar das casacas.*

*O Besouro*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 13, p. 2,
29 jan. 1878.
BIBLIOTECA NACIONAL [HEMEROTECA].

Mas, na verdade, nem todas as transformações ocorridas na *Belle Époque* foram assimiladas ou aceitas com tranquilidade. Tanto nas cidades quanto no meio rural, as intervenções do poder governamental deram origem a importantes levantes coletivos. Aos olhos do leitor atual, essas revoltas podem parecer sem sentido ou mesmo fruto da ignorância. Mas, no fundo, elas traduziam uma reação violenta às rápidas e autoritárias transformações ocorridas no período, transformações que não levavam em conta as formas de vida tradicionais da maioria da população – atitude, aliás, que teve início no período monárquico.

Assim, em 1871, antes mesmo da Proclamação da República, mas já no clima de europeização que reinava então, teve início na capital do Império uma dessas insurreições, cujo motivo, aparentemente, era de surpreender: a população carioca voltava-se contra a adoção do novo sistema métrico, inspirado, como seria de se esperar, no modelo francês, baseado em medidas lineares de superfície e peso. Tal movimento ficou conhecido pelo revelador nome de Quebra-Quilos, estendendo-se, em 1874, pelo interior nordestino, onde atingiu Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Pode parecer estranho que a substituição oficial de medidas lineares, como “côvado” ou “jarda” pelo “metro” ou de medidas de volume, tais como “onça” ou “libra” por “quilo”, tenha revoltado tanta gente. No entanto, é preciso ter em mente que essa determinação legal, além de ocorrer no auge da questão religiosa, e de sugerir a preparação de terreno para a introdução de novos impostos, rompia, de uma hora para outra, com tradições de vários séculos na forma de organizar o mundo das camadas populares. Por isso mesmo Quebra-Quilos pode ser considerada uma manifestação contra a pobreza, como também contra a europeização forçada. Tanto foi assim que, além de atacarem ricos comerciantes e fazendeiros, de queimarem documentação de cartórios e câmaras, os revoltosos nunca deixaram de destruir, nas feiras e estabelecimentos por onde passavam, os novos pesos e medidas impostos pelo governo imperial.

O ideário da *Belle Époque* simbolizado no cenário, nos trajes e na música que animariam o baile da Ilha Fiscal – o último do Império –, escondia uma face perversa, que doravante se exporia. A visão racista, que permitia enquadrar e controlar os escravos recém-libertos, por exemplo, é parte das mudanças que se instalavam. A medicina legal, obcecada em perseguir imigrantes feios, sujos e pobres, outra. O Bota-Abaixo que mudou o espaço urbano colonial, fruto de uma adaptação milenar da arquitetura portuguesa, mais outra. Todas as mudanças nascidas da mesma política que cortaria avenidas e expulsaria famílias desfavorecidas da capital, inventaria a favela e o *pivette* – a criança de rua. Política que viria à tona com a República.

Nesse momento, não só o Rio de Janeiro, mas outras cidades trocavam a aparência paroquial por ares cosmopolitas; nelas, misturavam-se recém-chegados imigrantes, remanescentes da escravidão e representantes da elite. Entre os primeiros, um grupo de grande importância: o dos portugueses. Eram os Leonardos das Patacas e as Marias das Hortaliças, como os pintou Manuel Antônio de Almeida em 1852. Misturados à massa de homens pobres, substituindo, muitas vezes, o escravo de ganho, os nossos avós lusos, diferentemente dos franceses, não gozavam de simpatia ou de admiração. Eram, bem ao contrário, considerados "sanguessugas". A representá-los, nada melhor do que o olhar crítico da mesma Adèle Toussaint-Samson, em viagem, cruzando a baía: "Levamos três horas para atravessar a baía em toda a sua extensão; devo dizer que os passageiros que tivemos como companheiros de rotas não eram a mais fina flor. Alguns gordos vendeiros portugueses tiravam os sapatos e coçavam os pés durante a viagem; outros se estendiam nos bancos, semidespidos, e roncavam, sem se importar com seus companheiros de viagem."

No Império, explica Carlos Lessa, teve início a tentativa de minimizar a importância do português para a construção do Brasil. Consolidou-se, segundo ele, um esforço para minimizar sua contribuição original. Não foi necessário um discurso ideológico de rejeição afetiva a Portugal. Bastou um empurrão na direção das sombras. A ideia de integrar o Brasil à América Latina, criada convenientemente pela geopolítica francesa, fez o resto. Somou-se a esse movimento a fragilidade econômica e política do país no contexto do continente europeu e o eurocentrismo típico do século XIX.

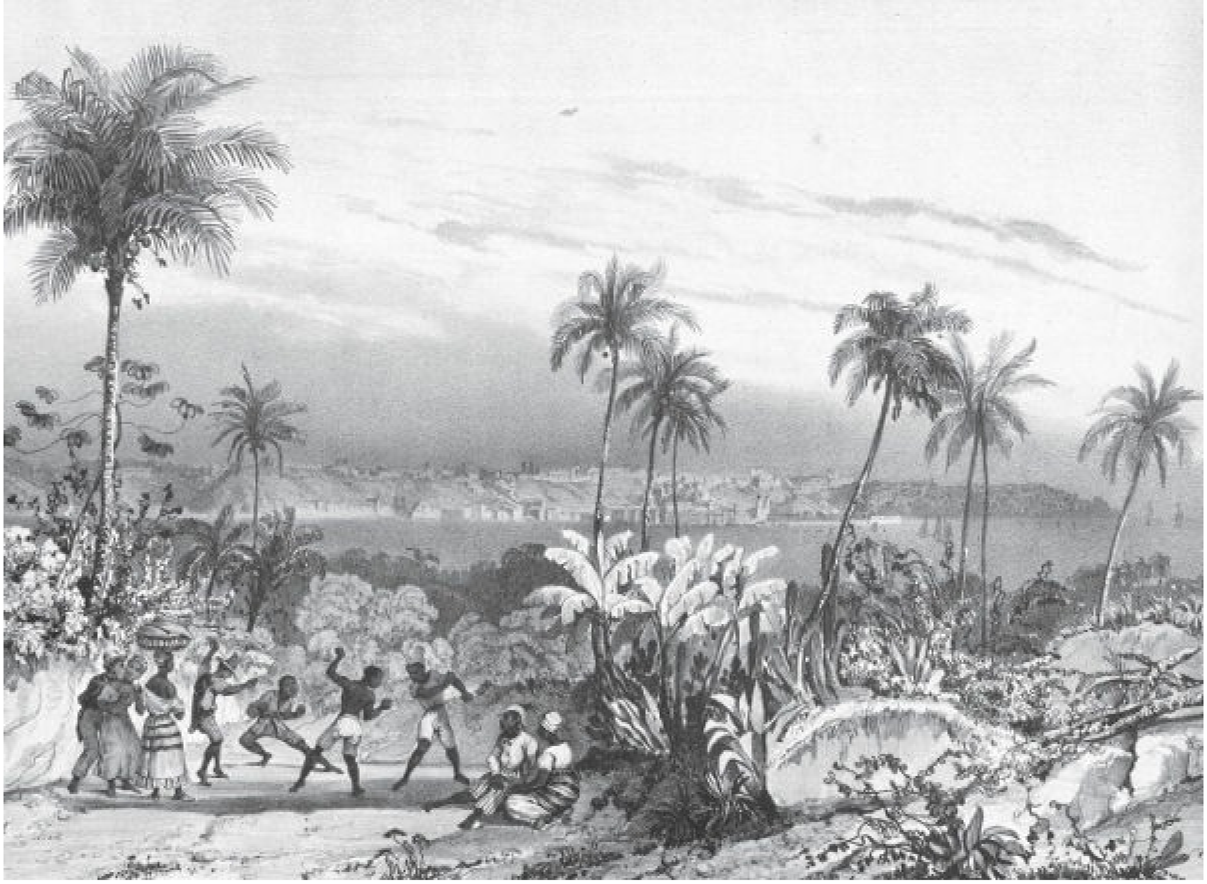
A culpa por ter sido a última república do Novo Mundo? Dos portugueses. Por ser o último país a abolir a escravidão, nas Américas? Também. A mestiçagem brasileira, longe de ser a expressão de um capital simbólico – o que ela é hoje – era vista como uma dimensão de atraso e um obstáculo ao processo civilizatório. Discurso em favor de Portugal, só se fosse coisa de saudosista da monarquia. Não tinha o país acolhido d. Pedro, em seu exílio? Vários autores juntam-se ao coro para jogar pedra no "alfacinha". Gondim da Fonseca considerava os portugueses responsáveis pelo flagelo da colonização. Nabuco ou Manuel Bonfim os acusavam de conservadorismo, de espírito bacharelesco e mesquinho, de limitações de toda a sorte. Eles eram apontados como responsáveis pelo atraso do país, pela falta de nativismo, pela consolidação do jesuitismo, pela corrupção, enfim, pela mestiçagem.

Marcada pelo desfavor desde o início, a imigração portuguesa constituiu-se entre nós, segundo Manolo Florentino, num fluxo contínuo de natureza multissecular. Olhados de soslaio, com desconfiança, os portugueses foram o alvo de movimentos separatistas durante o período Regencial, como a Cabanagem, a Balaiada entre outros, sem contar, sua caricatura feita com esmero por Gregório de Matos, o Boca do Inferno, bem antes, durante o período colonial:

O que me vira o miolo
é o gabão, que trazeis,
que um Bártolo pareceis
não sendo senão Bartolo
comeis a queijada, e o bolo
desde a Baia ao Cairu
que vos peço, meu mandu

que se usais de vossas artes,
comendo das vossas partes
que a primeira seja o cu.

Logo depois da Proclamação da República, o general do "exército independente", Raimundo José da Cunha Mattos, publicaria um avassalador *Ensaio histórico político sobre a origem, progressos e merecimentos da aversão entre portugueses e brazilienses,* debitando as tais antipatias aos maus tratos que os primeiros impingiam aos segundos. Ser "braziliense" era ser tratado de "cabra, bode, tapuia, negro ou mulato" pelos portugueses que roubavam os brazilienses "por quantas maneiras lhes lembrava, insultando-os e injuriando-os". "Vós já fostes tratados como Orang-Outangs, hordas de negros pescadas nas costas da África e tapuias tirados dos fundos dos bosques?" – queixa-se. Roubavam, insiste o general, mas não gostavam de ser chamados de ladrões. Matavam, mas não queriam ser chamados de assassinos. A imigração era, no seu entender, uma enfermidade capaz de acabar com o país no berço. Merece transcrição, uma de suas observações:



PÁGINAS 310 E 311

*A capoeira: uma ameaça à ordem.*

SABATIER, [?]. San-Salvador. 1827.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
RUGENDAS, JOHANN MORITZ. *VIAGEM PITORESCA ATRAVÉS DO BRASIL*. [GRAVURA 27].

> […] vinha um europeusinho para o Brasil com o seu capote de camaleão, sua vestia de saragoça, meia de laia, sapato de vira com suas tachas nos saltos, era logo estimado pelos negociantes da terra e agasalhado; entrava a seguir como caixeiro, juntava algumas patacas, punha seu armarinho, passava a ter uma loja, casava com uma rica brasileira; vai se não quando dizia aquele homenzinho à mulher e à sogra que elas eram mulatas; ao sogro que era marcado – leia-se, degredado – e que ele, homenzinho, era filho de um rico proprietário lá na sua terra, que veio ao Brasil com o fim de viajar e que a sua maior desgraça foi contrair um casamento tão desigual, que muito desonrava sua família que tem amor à pátria. E não querem – pergunta o irado general – que os lusos brasilienses dessem ao Diabo tais fidalgões lá da Felperra e que tenham antipatia a outros iguais europeus?

Minhotos e açorianos nunca deixaram de imigrar para este lado do Atlântico, representando a maioria de nortistas que constituíram a massa de imigrantes. Depois de 1822, chegaram cerca de 2 milhões deles. Seu aumento foi flagrante na virada do século XIX para o XX. Marcantemente masculina, a imigração reproduzia um padrão que existia desde o início da colonização. As mulheres, poucas, não casavam com brasileiros. Ou bem vinham com seus cônjuges, como Leonardo Pataca e Maria das Hortaliças, ou bem casavam com seus compatriotas. Entre os homens, a seleção do cônjuge era levada a sério: primeiro as portuguesas, seguidas de brasileiras brancas de ascendência portuguesa; mas eles se uniam, igualmente, com mulheres de cor ou com escravas. E não foram poucos. Domingos da Costa, natural de Braga, por exemplo, se uniu à parda forra Joaquina Rosa Viana, com ela tendo filhos, que levou à pia batismal. Outros havia que preferiam amancebamentos e concubinatos com pretas ou pardas, rompendo com o ideal de branqueamento, tão caro às elites do tempo do Império.

Grupo estrangeiro dominante, dele faziam parte portugueses de todos os estratos econômicos. Impulsionados por laços sociais, amparados por migrantes mais antigos, família ou comunidade, a maior parte era constituída por trabalhadores agrícolas, pescadores, empregados domésticos e trabalhadores em indústrias rurais. Pobres, esses imigrantes sonhavam em ganhar dinheiro e voltar para a terrinha. Localizados no bairro de Ponte d’Areia em Niterói, o chamado Portugal Pequeno, na Saúde, Gamboa e Santo Cristo, em casas de arquitetura modesta, podiam ser encontrados em diversas atividades já mencionadas ou no pequeno comércio de bens imediatos. O comércio varejista e os negócios de pequeno porte estavam nas suas mãos. Eram os “Seu Joaquim, Seu Manuel ou Seu Antônio”, como já disse Almir Freitas Filho.

Identificado graças às locuções tradicionais estudadas por Luís da Câmara Cascudo como *meco* ou libertino, patacão de sola ou conquistador barato, ou ainda, como fazedor de pintos – pequenos furtos –, o português, modesto, discreto, acabou por estimular, à revelia, certa lusofobia que teve seu apogeu no mundo do riso. Elias Saliba demonstrou como o século XIX viu nascerem revistas humorísticas, estimuladas pelos avanços nas técnicas de impressão e reprodução, capazes de multiplicar tiragens e leitores. No período imperial chegaram a circular sessenta delas, ilustradas com charges ou com quadrinhos. A regularidade da *Revista Ilustrada*, publicada em 1860, e da *Semana Ilustrada*, de 1864, garantia a veia humorística que tinha no português o seu suporte.

A *Encyclopedia do riso e da galhofa*, publicada em fascículos, tinha por autor certo Pafúncio Semicúpio Pechincha, estapafúrdio pseudônimo atrás do qual se escondia Eduardo Laemmert. Só para ficar num exemplo, a apresentação da enciclopédia já fazia uma paródia com o clássico do Renascimento português, as *Peregrinações de Fernão Mendes Pinto* – conhecido na época por Fernão Mendes Minto: "Não imagines, tu, leitor adorável que eu vou escrever as minhas *Tribulações*, como o Fernão Mendes traçou as suas *Peregrinações* etc".

Criações humorísticas, criticando a família imperial, identificada com Portugal, impregnavam paródias como o "Hino da brava gente", só que um pouco… modificado:

Brava gente brasileira
Vosso rei vos fez servil
Não tereis a pátria livre
Sem varrê-lo do Brasil
Um real trampolineiro
Vos pregou um logro vil
Porque o grito do Ipiranga
Foi a morte do Brasil
Brava gente, etc.

Mas onde o riso desconstrói o preconceito, a Madame e a saloia se confundem, o alfacinha e o mulato se dão as mãos, a língua herdada da metrópole portuguesa se mistura com o preciosismo, e a mania de estrangeirismo da *Belle Époque* concentra-se nas paródias com línguas estrangeiras, notadamente a francesa. Paródias que refletem o cosmopolitismo e o provincianismo, a pobreza e a riqueza, o alto e o baixo do nosso país na transição do Império para a República.

O historiador Elias Saliba as define como expressão do hibridismo desses tempos sociais. Elas aparecem na *Encyclopédia* de Pafúncio, ou na tradução que faz Artur Azevedo da peça *La fille de madame Angot*; na versão brasileira, *A filha de Maria Angu*. O historiador destaca que o trânsito constante dos escritores brasileiros nas duas línguas, particularmente, na virada do século, fez com que se exercitassem seus recursos verbais nas duas culturas. Diz Saliba que isso afetou particularmente os humoristas, que utilizavam essa capacidade de trânsito entre as línguas, especialmente o francês, em seu próprio benefício, no sentido de subverter as formas linguísticas sérias, criando uma terceira língua, anárquica.

Expressão exemplar disto é a sessão cômica da revista *Careta*, intitulada "*La Carète* Économique". Empregando, explica ele, uma forma macarrônica de aportuguesar a língua francesa, os redatores entre os quais Mário Bhering e Bastos Tigre, empregavam como recurso cômico, menos o conteúdo e mais a própria forma de expressão. Veja-se, por exemplo, o cabeçalho: "*La Carète Economique, section de propagande du Brésil a l'etranger. Commerce, Finances, Industrie, Agriculture, cavations. Redaction et administration; Ici mesme. Assignature: quelque chose. Service Telegraphique (par e sans fil)*".

É notável, demonstra Saliba, como numa edição de 1909, usando argumentos aparentemente sérios, o articulista procura contestar a tese, já bastante difundida, de que o "povo brasileiro é um povo triste":

> *Le bresiliere est um peuve essentiellement triste, a dit une fois um chronist et qui naturellement avait perdu sa sogre quand il escrivit une telle asniere. Et ouçant cette phrase, autres chronistes l'ont repetue tantes fois qui au fin d'aucun temps la chose passa em julgué. Entretemps, la chose est une mentire de cet tamagne [...]. Nous, bresileires, sommes la gente la plus festeire et brincalhone de l'univers. Les emigrants puis, ne se devent deixer lever par les informations des chronistes, esperant encontrer ici gents qui chorent le die entier. Quand chegue l'heure de se divertir, le gent bien le sait comme le fait.*

Se a compreensão da algaravia nem sempre era fácil, já que exigia dos leitores o conhecimento, nem que apenas superficial, da língua francesa, na maioria das vezes o "*Carète*" servia-se de expressões familiares, extraídas da tradição oral:

*Pour anglais voir*

*Dans le bois sans cachorre*

*De penser mourrut un burre*

*Dans le apaguer des lumières*

*Les politiques botent ses manguinhes de foure*

*Santinhes de bois ouque*

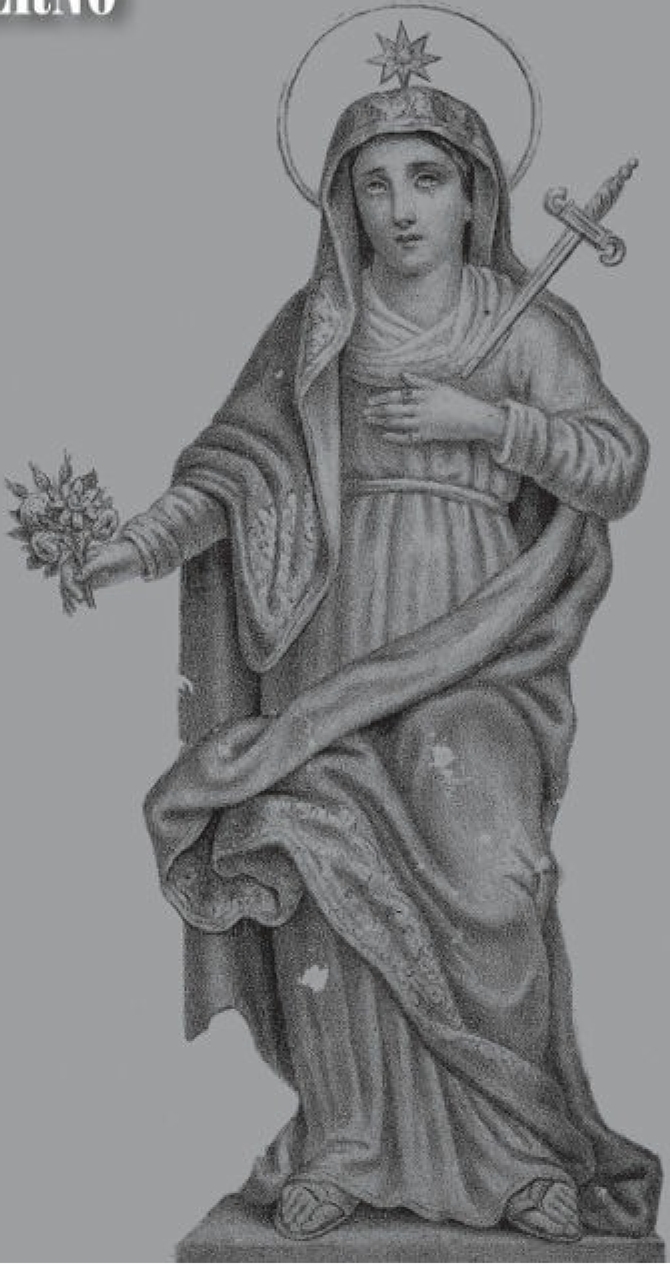
Franceses e portugueses, separados pelas condições de imigração, educação e oportunidades se viam reunidos, num típico caldo de cultura brasileiro, pelo chiste, a piada e o riso. Riso que fazia rir da francofilia. Riso, escape para a lusofobia. Mas riso que permitia a nossos avôs rirem deles mesmos.

# PARTE 3

# RITMOS DA VIDA:

## *nascer, crescer, casar e morrer*

# 1. SOFRER NO PARAÍSO E... NO INFERNO



PÁGINAS 316 E 317

BRIGGS, Frederico Guilherme. *Brother of Bom Jesus*. 1845.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:

*BRASILIAN SOUVENIR*: A SELECTION OF THE MOST PECULIAR COSTUMES OF THE BRAZIL. [GRAVURA 12].

PÁGINA 318

Imagem de Nossa Senhora das Dores.

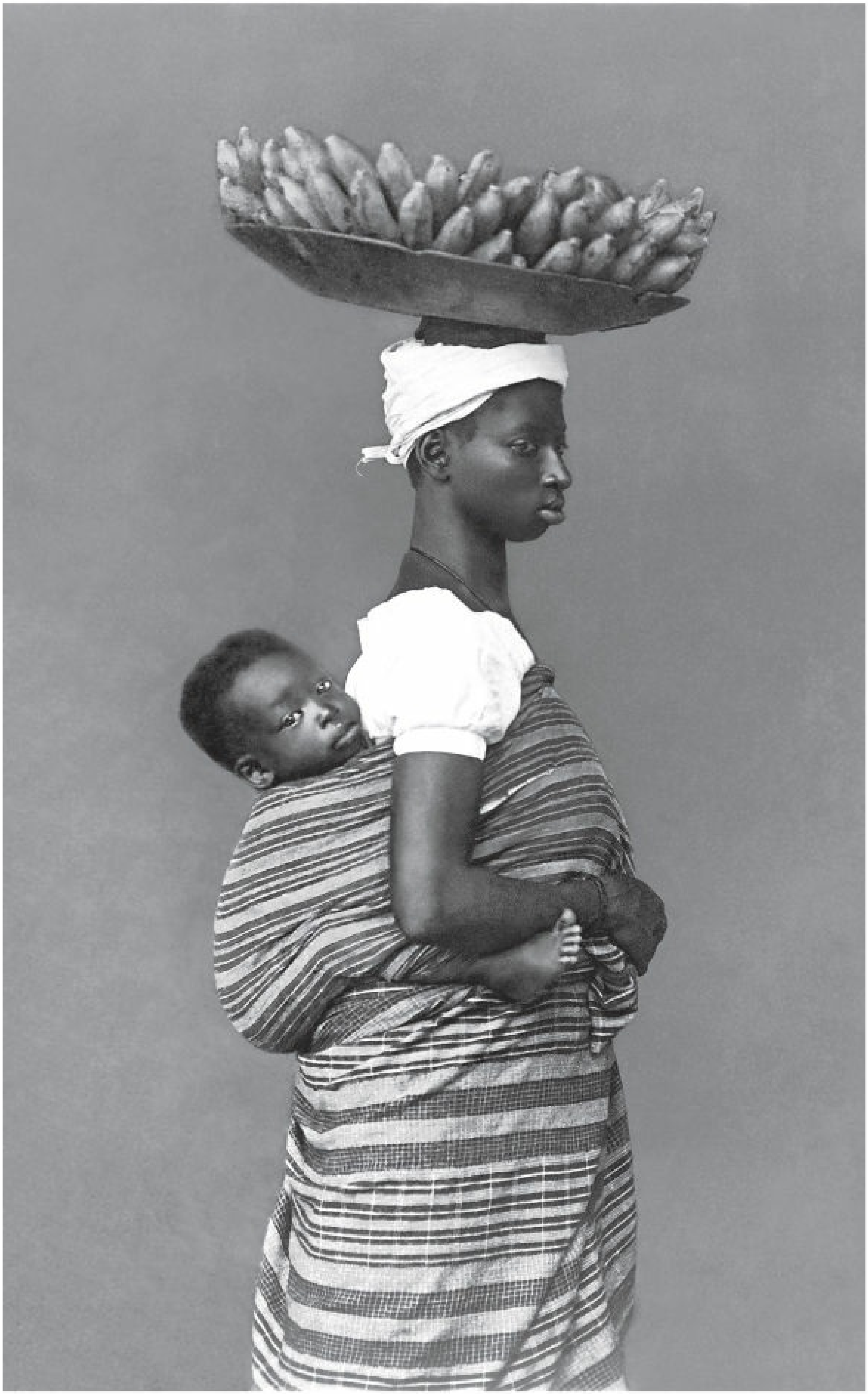
COSTA, A. Dias da. *Veneranda imagem de N. Senhora das Dores:* Augusta Padroeira da Criação Velha do Pico. [18--?].
BIBLIOTECA NACIONAL.

Dois terrores cercavam a grávida no século XIX: o momento do parto e, depois, a sobrevivência dos rebentos.

O médico José Lino Coutinho, em carta à filha Cora, procurava acalmá-la:

> Chegado, pois, que seja o termo da gravidez, não vos assusteis, minha Cora; porque a natureza vos dará forças como dá a todas as fêmeas de outros animais, para o trabalho do parto, que dizem ser assaz doloroso, e eu o creio, mas não tão feio como se costuma pintar, principalmente se a mulher é bem organizada […] se desejardes ter ao pé de vós alguém que, em circunstâncias duvidosas vos socorra, não vos envergonheis de chamar um sábio e bom parteiro, homem sisudo e circunspecto que de certo não vos há de faltar com a decência e o respeito devido ao vosso sexo.

Opiniões como essa anunciavam o começo do fim das parteiras que, durante séculos, acompanhavam as gestantes, pois, até então, dar à luz era assunto “para as mulheres”. No século XIX, no entanto, os médicos começam a assumir o protagonismo no partejamento. O Novo método era parte pioneira desse processo de disputa de autoridade e competência. Ele atendia “cirurgiões, ou mulheres destinadas a semelhante ministério, a que vulgarmente chamam parteiras”. Os autores reconheciam o papel de ambos, mas delimitavam suas esferas de ação. Os médicos também estavam atentos aos excessos de vaidade feminina, recomendando que, após o parto, “não se apertasse excessivamente o ventre” com o receio de ficar “barriguda”. E o dever de nutrição, ou seja, de aleitamento materno, era considerado obrigatório. Nada de amas de leite que costumavam, segundo o mesmo dr. Coutinho, “untar os bicos dos peitos com sangue de galinha para convidar a mamar”!



*Os cuidados com o filho.*

FERREZ, Marc. *Negra com seu filho*. c. 1884.
INSTITUTO MOREIRA SALLES, COLEÇÃO GILBERTO FERREZ.

Para jogar água nesse moinho, na corte imperial surgiu uma mulher que revolucionou o assunto. Seu nome, Josephina Matilde Durocher, mais conhecida como Madame Durocher. A novidade era absoluta. Vestida com casaca e cartola, cabelos curtos ao estilo masculino, muitos pelos entre o nariz e a boca, Madame Durocher se tornou figura conhecida pela excentricidade do vestir, mas, sobretudo, pela competência profissional.

Nascida em Paris em 1808, veio para o Brasil em 1816, na leva de imigrantes que fugiam da volta dos Bourbon ao trono, depois da queda de Napoleão. Em 1834, Josephina se matriculou no recém-criado Curso de Partos, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; seguia assim o modelo das parteiras do seu país de origem. Paralelamente ao curso regular, completou sua formação com aulas particulares de importantes médicos da corte. Até então, as únicas exigências legais para exercer o ofício eram comprovar experiência e passar por um exame, o que nem sempre era cumprido.

Não existiam maternidades, e dar à luz fora de casa, na enfermaria da Santa Casa, por exemplo, era considerado apavorante. Só em caso de partos complicados, e as mortes eram frequentes. Além do mais, quebravam-se correntes de solidariedade tradicionais, pois, tal como no Brasil colônia, ajudar no parto e atender aos recém-nascidos com primeiros socorros unia as mulheres. Tais conhecimentos eram transmitidos de mães para filhas. Não era incomum que senhoras partejassem escravas e vice-versa.

Mas, a partir do início do século XIX, benzedeiras, aparadeiras e boticários começaram a ser perseguidos pelos médicos. No Curso de Partos, anexo à Clínica Obstétrica, os médicos se responsabilizavam pelo ensino e estabeleciam normas de ofício para as parteiras – embora os homens continuassem proibidos de entrar no quarto de mulheres, só sendo chamados em emergências. Para a inscrição, exigia-se que as alunas fossem alfabetizadas e falassem francês. Devido a essas e a outras dificuldades, muitas parteiras continuaram a exercer seu ofício sem diploma.

Ora, Madame Durocher atendia a famílias ricas e pobres. Em suas recordações, o médico Vieira Souto contava que, aos oitenta anos, ela entrava “em casebres, por estradas tortuosas, arredando os móveis” para atender às gestantes, além de participar de exames para verificar casos de defloramento, estupro, condições do feto e infanticídio. Contava também que, certo dia, a parteira foi chamada pela polícia para dar parecer sobre um defloramento. Para o mesmo fim, também foi solicitada uma parteira leiga, que trazia um ovo – o “fala a verdade”. Intrigada, Madame Durocher perguntou para o que ele servia. Resposta da comadre: “Olha, cá eu trago o tira-teima”. Se o ovo entrasse na vagina significava que a moça não era mais virgem. Ao que lhe respondeu a parteira francesa: “Vê que foi bom você não se servir do ovo; agora pode aproveitar para a gemada”.

Angariou reconhecimento e prestígio – foi a única parteira a ser convidada a integrar a

Academia Imperial de Medicina. Em seu Considerações sobre a clínica obstétrica, reuniu fatos e resultados dos anos de trabalho. Dividido em três partes, a saber, "Trabalho de parto normal e anormal", "Cuidados pós--parto" e "Cuidados ao recém-nascido" ela descreveu com detalhes dez partos exemplares extraídos dos 5.510 que realizou e registrou em 51 anos de clínica.

*Os primeiros carrinhos de bebês foram registrados em 1860.*

KLUMB, Revert Henrique. *Petrópolis:* La Rue

de Joinville. [1860].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Quando Madame Durocher morreu, em 1893, a absorção da obstetrícia pelos médicos já caminhava a passos largos. Ficava para trás a vergonha de expor os genitais para os médicos, bem como o parto agachado ou sentado, ou mesmo a famosa técnica do “meio alqueire”. Nela se sacudia a parturiente sobre um pedaço de pano com tal medida, até o fruto “se desprender”! Introduziu-se, também, o uso do clorofórmio para combater as dores muito fortes, novidade combatida pela igreja católica que continuava a defender a ideia de que a mulher, por seus pecados, deveria “parir com dor”.

Com o advento da fotografia, “partos de casos especiais” passaram a ser notícia, como essa que se lê num diário, mantido por um fidalgo pernambucano: “No dia 13 de outubro de 1897, na rua de São João, no bairro de São José de Recife, uma mulher deu à luz um menino com duas cabeças. Tirou-se fotografia. Morreu pouco depois de nascer”.

Mudou a forma de nascer e mudaram também os nomes dos recém-nascidos. No século XIX, a migração campo-cidade, sob o estímulo do meio urbano e de suas modas, deixou para trás os Antônios, tornados Tonicos e Toinhos, os Franciscos, ditos Chicos, os Pedros que ficavam Pepês, Pedrocas e Pedrinhos, os Manuéis que ficavam Nézinhos e todas as Marias: da Conceição, da Anunciação, das Dores, dos Anjos, de Jesus e da Glória. Doravante nasciam os Licurgos, Demócritos, Washingtons, Heráclitos, Lincolns, Tales e Teócritos. E as Clarices, Patrícias, Albertinas, Nádias e Carmens, enquanto as Marias, sob influência inglesa, se tornavam “Marysinhas” – conta Gilberto Freyre.

# 2. FILHOS & CIA.

A historiadora Tania Quintaneiro informa que, uma vez o rebento chegado, a maternidade não parecia interessar muito às classes dominantes brasileiras. O principal papel das senhoras se reduzia a parir um grande número de filhos e, em seguida, entregá-los para que uma ama de bom leite os amamentasse e criasse e, "assim que as crianças se tornam incômodas ao conforto da senhora, são despachadas para a escola", contaram Kidder e Fletcher. Fragilidade psicológica das mães muito jovens? Saúde precária da mãe, depressão pós-parto, desnutrição? Faltam respostas.

As amas negras, ao contrário, eram tidas como notáveis no cuidado dos pequenos, além de possuidoras de físico robusto e leite rico. Elas levavam seus pequenos nos braços e os amamentavam e, mesmo os filhos dos senhores, eram "por vezes carregados dessa maneira, e é extraordinário ver como se encarinham rapidamente das pretas que parecem ter uma verdadeira aptidão para cuidar das crianças", registrou James Wetherell, morador de Salvador entre 1842-1857. Ele não parecia perceber a competição pelo acesso aos alimentos que havia entre bebês negros e brancos. Reduzidas, muitas vezes, a anúncios de compra e venda nos jornais, as amas eram uma substituta afetuosa, ainda que inferiorizada, responsabilizada pela educação de crianças brancas, dos seus filhos e dos bastardos de seu senhor. As sessões de anúncios nos grandes periódicos da capital do Império, como o Jornal do Commercio, em 14 de abril de 1835, exibiam propostas: "Compra-se uma boa ama de leite parda, do primeiro ou segundo parto, mucama recolhida, que saiba coser e engomar perfeitamente, sem vícios, nem manchas nem moléstias."

Em famílias de poucas posses não era incomum que as mulheres livres se oferecessem para amamentar ou "vender" seu leite. Era uma forma de aumentar a renda, como se vê no anúncio do mesmo Jornal do Commercio de 4 de setembro de 1864: "Uma família moradora num arrabalde desta cidade, tendo uma parda com muito e bom leite, toma uma criança para criar". Ou, nesse, de 1º de março de 1857: "Uma senhora branca, parida há vinte e tantos dias, com muito e bom leite, recebe uma criança para criar, na rua da Carioca 103". Mulheres pobres, forras ou brancas presas às suas obrigações domésticas, se ofereciam para amamentar ou criar crianças em domicílio.

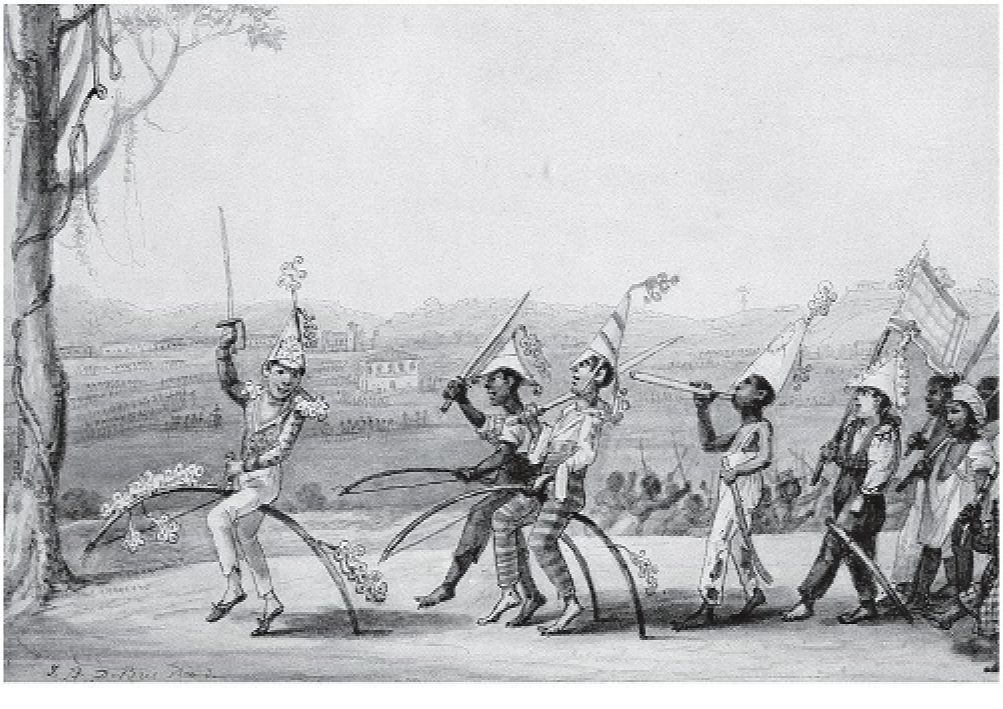
Na metade do século XIX, a opinião dos viajantes estrangeiros sobre tal prática era divergente. Houve quem, como o escritor francês Charles Expilly, destacasse o fato de que tais cativas recebiam roupas novas, alimentação suplementar e mesmo ostentavam "luxo insolente", pois exprimiam a "prosperidade da casa". Ou o viajante W. Heine que sublinhava que tais amas sofriam ao amamentar seus filhos e os filhos de outrem. Dramas não faltaram. Amas sob cujos cuidados perdiam-se crianças eram acusadas, julgadas e muitas vezes presas e condenadas.

Por vezes, os menores tinham cada qual a sua babá, enquanto os mais crescidos contavam com amas secas, mas, também, com a companhia de "crias", ou seja, crianças, filhos de escravos da casa e outros criados domésticos – diz Quintaneiro. Miniacompanhantes também podiam ser alugados como se vê num anúncio do mesmo Jornal do Commercio, em 21 de janeiro de 1835: "Precisa-se de uma negrinha para andar com uma criança, que esta seja carinhosa, e não exceda o seu aluguel de 6$rs. Mensais".

No final do século, a situação mudou. Médicos condenavam a presença da escrava no ambiente do lar, fustigando a vaidade e a futilidade das mães que não queriam estragar os seios aleitando. Em 1867, surgiu na Europa a primeira fórmula industrializada de amamentação de recém-nascidos. A novidade logo bateu aqui. Discutia-se também o emprego de leite de jumenta ou de vaca, fervido ou não, servido em "vasos" para nutrir o bebê. A ama de leite passou a ser indesejada e signo de atraso aos olhos dos estudos "científicos".

Os filhos ilegítimos recebiam, no mais das vezes, o mesmo tratamento afetivo que os legítimos. E, não raro, os filhos de uma ama de leite a quem se alforriara eram criticados por se comportarem como filhos mimados, sentindo-se ofendidos se não recebiam atenções, como, por exemplo, passear de carruagem com suas senhoras. Muitos viajantes os viram metidos na privacidade dos cômodos internos, exigentes de carinho e atenção.

As crianças brasileiras eram consideradas atrevidas por observadores europeus. Maria Graham relatou uma conversa com certa senhora, num baile onde se agitavam crianças pequenas. Ao adverti-la de que na Inglaterra tal comportamento seria considerado "maléfico para elas, sob todos os pontos de vista", a interlocutora perguntou o que faziam os ingleses com as suas. Resposta britânica: estariam na cama, dormindo, ou com suas amas e governantas. Réplica: os ingleses eram felizes nesse ponto; mas, no Brasil, não havia tais pessoas, e as crianças ficavam entregues ao cuidado e ao exemplo dos escravos. Mais tarde, era preciso separar-se dos próprios filhos para educá-los longe dos cativos!



*Brincadeiras na infância.*

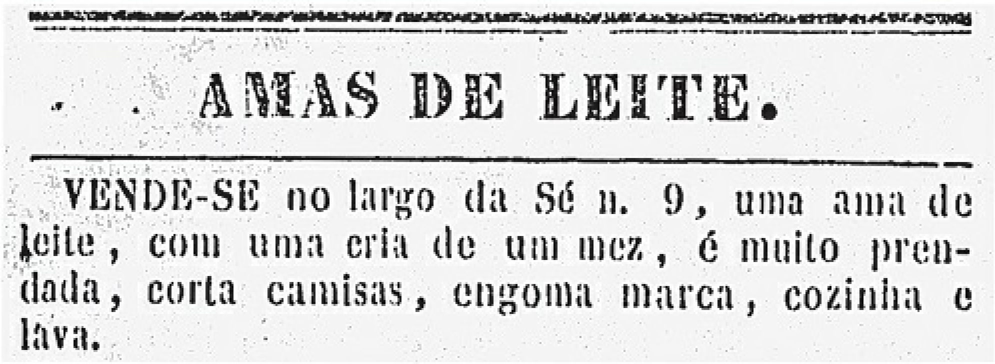
DEBRET, Jean-Baptiste. *O primeiro impulso da virtude guerreira*, 1827.
MUSEU CASTRO MAYA, CHÁCARA DO CÉU.

Quintaneiro lembra que as casas brasileiras, populosas e sem quaisquer espaços reservados para menores – ou que ao menos lhes fossem proibidos – pareciam aos ingleses extremamente incômodas. Além disso, os pais consideravam “uma crueldade” levar os filhos para a cama durante o dia, quando “tinha-se o prazer de sua companhia sem qualquer interrupção”. Isso fazia os meninos brancos parecerem ainda “piores do que mosquitos, praga tropical das mais desesperadoras”. As criaturas usavam a sala de refeições como seu “território de caça”. Ali, contou Luccock, quando não se ocupavam “em devorar tudo o que podem agarrar, apostavam corrida em volta da mesa e criticavam os inglesi”! Num jantar ao qual estavam presentes quatro crianças, de dezoito meses a sete anos, duas babás concentravam-se em dar de comer à menor que gritava a cada colherada, enquanto as outras três lutavam com facas e socavam-se com violência. Podiam-se ver também meninos de sete e oito anos fumando sem que ninguém expressasse desaprovação. E Luccock concluía que: “crianças, no sentido inglês, não existem no Brasil…”

Além disso, e felizmente para as mães, não havia sequer a exigência de vesti-las, “porque tanto meninas quanto meninos correm pela casa, nus, até que tenham mais ou menos cinco anos, e três ou quatro anos depois desse período eles não usam nada mais do que roupas interiores. Nesse estado, eles eram vistos apenas por membros da família ou por amigos íntimos”. Nos anos 1860, foi a vez de James Wells, em viagem pelo Norte, se chocar. Mimadas pela mãe branca e pela preta, segundo ele, as crianças “gritam à menor provocação, mordem, arranham e ainda insultam as pacientes negras que cuidam deles”. Às lamúrias da mãe do tipo: “Ai! Meu Deus! Não faça isso, meu bem. Não chora, benzinho! Ai, meu Deus!”, o pequeno redobrava a gritaria e era levado chutando e mordendo.

Eis porque o dr. José Lino Coutinho tentava explicar a “superabundância de vida” infantil, dando parâmetros para limitar excessos. Afinal, vê-las “pegar em tudo que as rodeia, imitar as pessoas mais velhas, usar o artifício do choro, comportar-se de forma caprichosa, teimosa e déspota”, acabava por dar em inclinação para “a mentira e o roubo”. Não por sua natureza, mas pela educação irregular que recebiam! Daí uma série de conceitos pedagógicos, para colocá-las na linha desde cedo. A educação física era primordial: correr e saltar era recomendado aos meninos. Às meninas, natação e dança. A alimentação era item importante, pois “interferia nas ideias e vontades”. Os vegetais, por exemplo, exigiam do estômago e mesmo das tripas, esforço de digestão. Melhor evitar. A carne devia ser ingerida com parcimônia, pois predispunha para “doenças inflamatórias e podres”. Já o café “era excelente misturado ao leite”. A nutrição devia se basear em pão, manteiga, queijo, sopa de pão ou de arroz, pequena porção de carne e frutos maduros. A limpeza e o asseio exigiam banhos frequentes. Mas nada de água morna, pois, “aumentava a moleza”. Roupas? Só as largas e sem enfeites a fim de evitar o gosto por luxo.

Quanto à educação intelectual, era “tempo dos primeiros estudos práticos”, que deveriam ser ensinados “por meio de brinquedos e jogos”. Tudo devia parecer “um divertimento”. A espontaneidade era considerada importante: “nunca se repreenda a criança por sua má linguagem”. A “boa”, ela aprenderia com pessoas cultas e leitura de clássicos, mais à frente. Evitar a todo custo a “linguagem estropiada dos escravos”. Mais do que impor uma educação religiosa, o importante era praticar diante da criança “atos de justiça, humanidade e religião despida de prejuízos e superstição”. Sendo a criança “imitativa” aprenderia as virtudes pelos bons exemplos. Choro? Nunca acudir. Só em caso de dor ou sofrimento. Jamais castigos físicos ou medo. Era mesmo recomendado que se habituasse as crianças a lidar com animais feios, o escuro da noite, ruídos estranhos e “a vista dos mortos”. Afinal… Morrer é um “fim natural”.



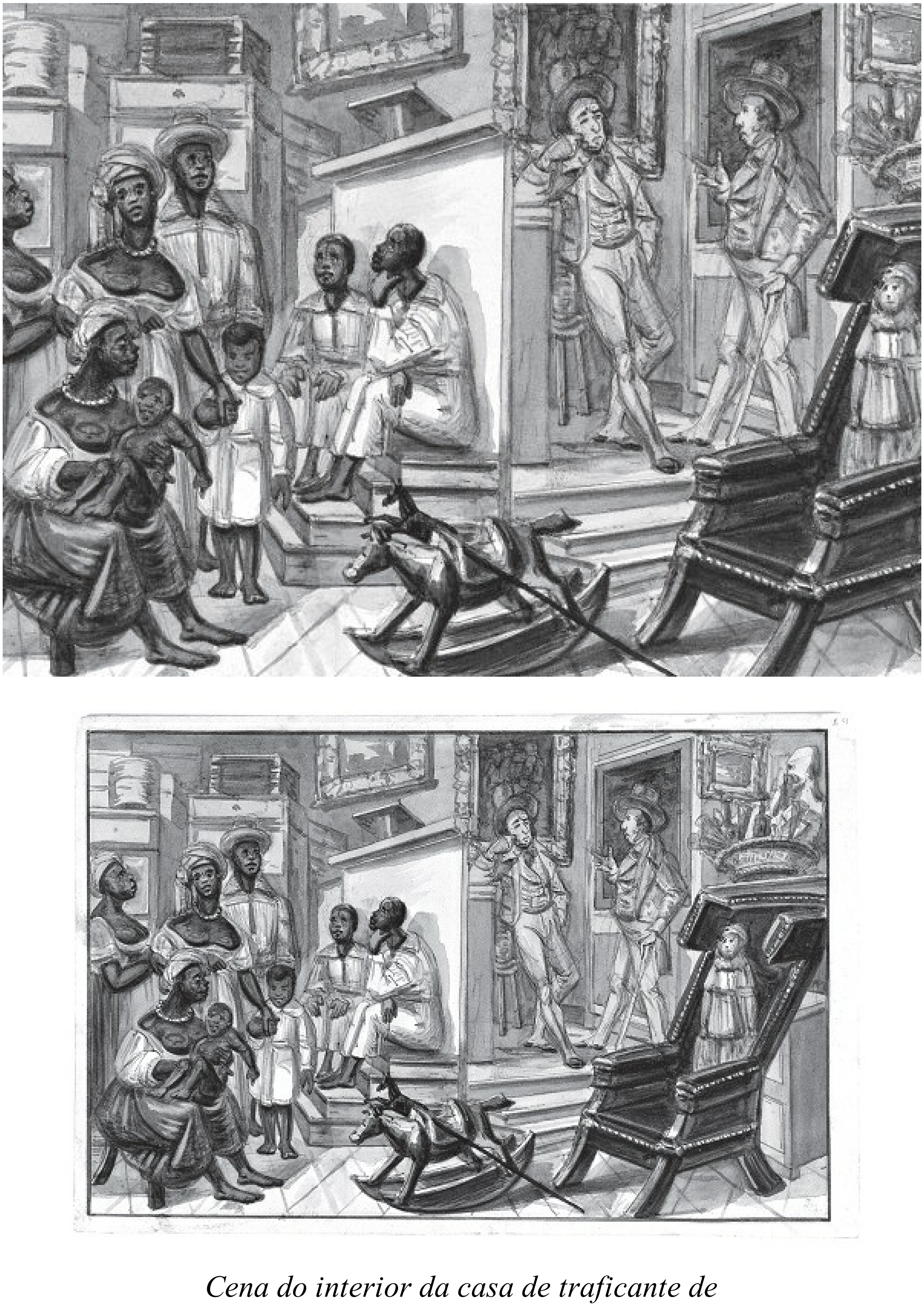
**AMAS DE LEITE.**

VENDE-SE no largo da Sé n. 9, uma ama de leite, com uma cria de um mez, é muito prendada, corta camisas, engoma marca, cozinha e lava.

*A venda ou o aluguel de escravas amas de leite eram frequentes.*

*Diário do Rio de Janeiro*, ano XXIX, nº 8373, 13 abr. 1850.
BIBLIOTECA NACIONAL.

Um dos assuntos que mais ocupava os médicos, então, eram as altas taxas de mortalidade infantil. Delas se ocuparam higienistas famosos como Sigaud, Paula Cândido e Imbert, inspirando, em 1887, a José Maria Teixeira um estudo notável: “Causas da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro”. Na sessão da Academia de Medicina, em junho de 1846, por exemplo, levantaram-se várias hipóteses. As mesmas denunciadas por manuais de medicina do século anterior: as comidas fortes, o vestuário impróprio, o aleitamento mercenário, as amas de leite atingidas por sífilis, boubas e escrófulas, a falta de tratamento médico, os vermes, a umidade das casas, o mau tratamento do cordão umbilical. O horror ao banho e ao “poder da água” de transmitir doenças só foi debelado na segunda metade do século XIX, quando o pernambucano Carolino da Silva Campos começou a discutir a importância do “asseio do corpo das crianças” e a necessidade de banhos para fortificar os tecidos.



*Cena do interior da casa de traficante de escravos, com brinquedos de crianças.*

HARRO-HARRING, Paul. *Scène d’ouverture d’une vente publique de nègres. Marchant de nègres et son maquignon*, 1840.
INSTITUTO MOREIRA SALLES.

Foi então que o vocabulário médico ganhou uma associação: ginástica passou a ser sinônimo de saúde. Trinta anos depois do dr. José Lino Coutinho, o dr. Américo Hipólito Éverton de Almeida, na publicação O médico das crianças ou conselho às mães, recomendava exercícios aos petizes.

Sim, mães. Higiene e pedagogia eram responsabilidade daquelas a quem “o sublime encargo” da maternidade era confiado. Os periódicos faziam coro. O Jornal das Senhoras lembrava que, para desenvolver “bela estatura, lindas formas, boa saúde, constituição forte”, as meninas deviam se dedicar a exercícios corporais. Já os meninos, se fizessem ginástica, se “tornariam bons cidadãos, contribuindo para o progresso do país”.

Mas, tudo isso, entre a elite, pois, entre as camadas desfavorecidas as relações com médicos não eram nada boas. Novos procedimentos terapêuticos, como a vacinação, alimentavam o medo e a desconfiança – até revoltas – de muitos que preferiam continuar tratando sua saúde e a dos seus com benzedores e curandeiros. Sangue de galo, banha de flor de laranja, minhocas fritas, cinzas de camaleão, garrafadas com cobras prometiam mais, na mentalidade da época, do que a medicina oficial. Nesse quadro, as crianças eram as vítimas preferidas das crises frumentárias, das tensões sociais e das epidemias. As diferenças sociais acentuavam as distinções entre ricos e pobres; os últimos, sem dúvida, mais vulneráveis e adoentados.

E ao morrer? Se pequenino, era adorado. Identificado a um anjo, o finadinho era vestido como tal. O viajante du Petit-Thouars viu uma dessas criaturas sendo veladas em Santa Catarina, em 1825. Flores na cabeça, ramos na mão e o corpo depositado sobre uma espécie de altar cercado de mulheres chorosas. E coube a Gilberto Freyre explicar:

> Mas essa adoração do menino era antes dele chegar à idade teológica da razão. Dos seis ou sete anos, aos dez, ele passava a menino-diabo. Criatura estranha que não comia na mesa nem participava de modo nenhum de conversa da gente grande. Merecendo vigilância e corretivos. Tratado de resto. Cabeça raspada: os cachos do tempo de anjo guardados pela mãe sentimental no fundo da gaveta da cômoda ou oferecidos ao Senhor dos Passos para a cabeleira de dia de procissão. E porque se supunha essa criatura estranha cheia do instinto de todos os pecados, com a tendência para a preguiça e a malícia, seu corpo era o mais castigado dentro da casa.

Os viajantes estrangeiros não cessaram de descrever o demasiado zelo com que, numa sociedade pobre e escravista, os adultos tratavam as crianças. O exemplo vinha de cima. Ao voltar a Portugal, d. Pedro I, mulherengo e instável, não abandonou os filhos. Escrevia-lhes muito, lamentando as saudades e insistindo no amor que lhes tinha.

As cartas desesperadas de mães, mesmo as ditadas por escravas analfabetas, tentando impedir que seus rebentos partissem como grumetes para a guerra do Paraguai, sublinham a dependência e os sentimentos que se estabeleciam, entre umas e outros. Nos dias de hoje, educadores e psicólogos perguntam-se, atônitos, de onde vêm o excesso de mimos e a falta de limites da criança brasileira já definida, segundo os resmungos de um europeu de passagem pelo Brasil, em 1886, como “pior do que um mosquito hostil”.

*Os animais como brinquedos.*

FERREZ, Marc. *D. Pedro de Alcântara, d. Antônio Gastão e d. Luís Maria em carroça puxada por carneiro*, c. 1883.
INSTITUTO MOREIRA SALLES, COLEÇÃO DOM JOÃO DE ORLEANS E BRAGANÇA.

Se, como já dizia mestre Gilberto Freyre, “é o menino que revela o homem”, resultamos numa realidade em que algumas constatações precisam ser sublinhadas: a primeira delas aponta para uma sociedade certamente injusta na distribuição de suas riquezas; avara, no que diz respeito ao acesso à educação para todos; vincada pelas marcas do escravismo. Como fazer uma criança obedecer a um adulto – como queria a professora alemã que vai, na segunda metade do século XIX, às fazendas do Vale do Paraíba, ensinar os filhos dos fazendeiros de café – quando essas crianças distribuem ordens e gritos entre os seus escravos? E não eram apenas as crianças brancas que possuíam escravos. As crianças mulatas ou negras forras, uma vez seus pais integrados ao movimento de mobilidade social que teve início na primeira metade do século XVIII, tiveram elas também seus escravos. Muitas vezes, seus próprios parentes ou até meios-irmãos!

Na sociedade escravista, ao contrário do que supunha a professora alemã, criança mandava, e o adulto escravo, obedecia. A dicotomia dessa sociedade dividida entre senhores e escravos gerou outras distorções impressionantes, até hoje presentes. Tomemos o tão discutido exemplo do trabalho infantil. Dos escravos desembarcados no mercado do Valongo, no Rio de Janeiro do início do século XIX, 4% eram crianças. A partir dos quatro anos, muitas delas trabalhavam com os pais ou sozinhas, pois perder-se de seus genitores era coisa comum. Aos doze anos, o valor de mercado das crianças já tinha dobrado.

E por quê? Porque se considerava que seu adestramento estava concluído e nas listas dos inventários já aparecem com sua designação estabelecida: Chico “roça”, Ana “mucama”, transformados em pequenas e precoces máquinas de trabalho. Quando da Abolição da escravidão, crianças e adolescentes, moradores de antigas senzalas, continuaram a trabalhar nas fazendas de cana de Pernambuco. Tinham a mesma idade de seus avós, quando esses começaram, entre sete e quatorze anos, cortando cana, completamente despossuídos das condições básicas de alimentação, moradia, saúde, educação. O trabalho doméstico entre as meninas também era constante.

No que diz respeito às ideias sobre escolarização, tudo indica que as tenhamos herdado das europeias. As cartas jesuíticas refletem exatamente esse espírito ao falar das crianças como páginas brancas onde tudo era possível escrever.

Mais: sua natureza era considerada má, talhada sob medida para o erro, a falta. Suas próprias representações, visões espontâneas e concepções não eram dignas de qualquer interesse. Pior, elas atrapalhavam a aquisição do conhecimento. Nas escolas destinadas às classes desfavorecidas prevaleciam as práticas e concepções pedagógicas coercitivas. O aparelho escolar do século XIX não modificou a ambiguidade de uma escola que praticava, simultaneamente, um adestramento para os pobres, e uma formação de conhecimento potencialmente emancipadora para os ricos.

Só para os ricos, pois os remediados continuavam sem remédio! Um exemplo, ao se aventurar pelos sertões de Cachoeira, Camisão e Orobó na Bahia, recolhendo espécimes vegetais, Antonio Moniz de Souza se deparou com o triste quadro em que ficou a educação, depois da expulsão dos jesuítas. Ele contou:

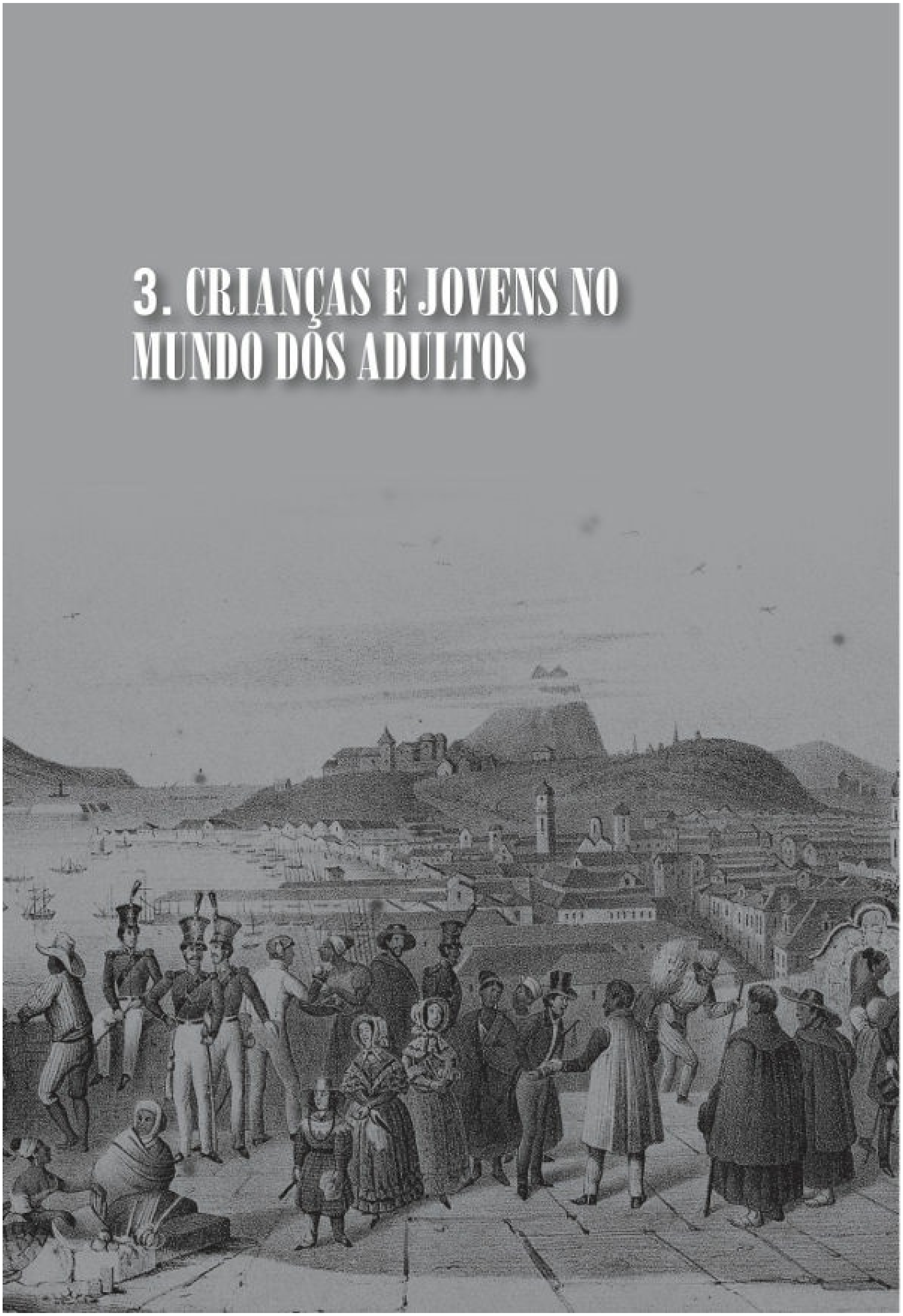
> É desgraçada coisa ver as aulas das povoações e vilas pequenas preenchidas pela maior parte de homens foragidos e até facínoras, que apenas conhecem caracteres de nosso alfabeto […]. Faz lástima ver seu comportamento para com os discípulos: só o seu aspecto os horroriza; e, sobretudo, o péssimo estilo que eles adotam de educar a mocidade à força de pancadas e rigorosos castigos, faz com que esta aterrada não só conceba ódio às letras, mas também fuja e até prefira morrer a aprender com semelhantes pedagogos, cruéis e estúpidos […]. No Rio de Janeiro, vi um menino sem uma mão, pedindo esmolas, na portaria do convento Santo Antônio, e soube que aquele aleijão procedera de semelhante abuso.

Tais contestações se faziam numa época em que diversos dirigentes do Estado acreditavam que a educação era capaz de produzir riquezas, pois incutiria na criança “o amor ao trabalho”. Sobretudo, nas crianças pobres, negras e mulatas ou jovens imigrantes italianos e espanhóis, que incomodavam as autoridades policiais e as classes dirigentes.

Na década de 1870, muitos dos pequenos “vagabundos” que circulavam nos centros urbanos foram encaminhados aos Arsenais da Marinha e da Guerra ou a fazendas do interior para se educarem por meio do aprendizado de um ofício. Até Congressos Agrícolas discutiram, na corte ou em Recife, a necessidade de unir o ensino primário ao trabalho agrícola. A falta de braços justificava a preocupação. Além do mais, educar significaria prevenir a criminalidade e “desordens sociais”. Até no Maranhão foi construída uma Casa dos Educandos Artífices, modelo de estabelecimento para “os desvalidos da sorte, a fim de dar uma resposta ao problema”. Baseada num esquema de disciplina e obediência militar, instruía profissionalmente meninos, por meio de oficinas de ensino de primeiras letras, mecânica e artes, os ofícios de pedreiro, carapina, a alfaiataria, a sapataria, entre outras competências.

Sim. Na segunda metade do século XIX havia uma intenção de melhorar a educação. Sonhava-se em construir uma nação na qual as hierarquias permaneceriam resguardadas sob o manto de uma formação elementar comum. Mas, só a intenção…

# 3. CRIANÇAS E JOVENS NO MUNDO DOS ADULTOS



E a relação entre pais e filhos? Bem, a autoridade patriarcal exercia-se de preferência sobre os filhos homens, futuros herdeiros do esforço dos pais. Pouco a pouco, esses últimos concederiam aos professores e mestres as prerrogativas de exercer, em seu lugar, a violência contra os filhos. O chicote seria trocado pela palmatória. Tratados como "carneiros ou carneirinhos" – alcunha que receberam os jovens estudantes do Seminário de Olinda, primeiro colégio de instrução secundária no Brasil –, cabia-lhes manter os olhos baixos, as mãos às costas, a boca fechada. A ideia era transformá-los em adultos o mais rápido possível. Fazê-los passar de meninos a homens.

Ao chegar ao Brasil, em 1808, o inglês John Luccock não pode deixar de observar que a pressão patriarcal fazia meninos tristes, calados, doentes, de olhos fundos. Desde cedo, usavam ternos escuros, portavam barbas e bigodes enormes e eram dados ao rapé e ao fumo; queixava-se, igualmente, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, redator do jornal O Carapuceiro que circulou entre 1832 e 1847.

Mesmo fisicamente ausente, o pai gozava de imagem fortíssima. Imagem que dominava a precária vida privada. Em teoria, cabia-lhe velar por tudo, comandar o trabalho, distribuir comida e castigos. A lei, dentro de casa, era estabelecida por ele. Espécie de chefe grave e austero, a ele era atribuída a transmissão de valores patrimoniais, culturais e o patronímico, que assegurariam à criança sua passagem para o mundo adulto e sua inclusão na sociedade. Para o poder do pai, não havia freios – sublinhou o historiador Sérgio Buarque de Holanda.

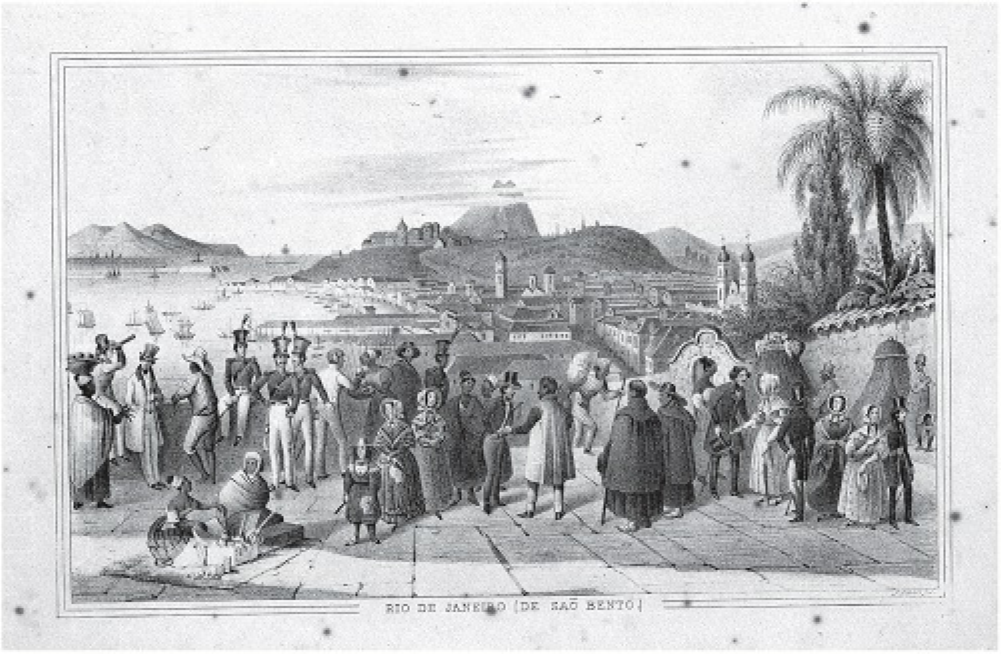
Ao conservar resquícios do sistema romano, o direito pré-codificado conferia ao pai poderes que nem a maioridade – quando o filho completava 25 anos – interrompia. A sujeição dos filhos era absoluta e alcançava os naturais e os espúrios, pela indicação de um tutor. As características gerais do instituto do pátrio poder não competiam à mãe. A ela cabiam apenas certos direitos relativos à obediência filial, registrados no livro IV, título 87, das Ordenações Filipinas. Essa situação só mudaria depois da Proclamação da República, em 1889.

No século XIX, com a implementação da indústria no Brasil, o trabalho de jovens, transformados em "proletários", era apresentado como "ajuda econômica" que vinha reforçar o orçamento doméstico. A fábrica era vista por patrões e pais de família como uma escola, um lugar que podia formar o cidadão do futuro. Embora, nessa mesma época, uma lei proibisse o trabalho de adolescentes entre dezesseis e vinte e cinco anos, a legislação só se consolidou com as Leis do Trabalho, em 1943. Enquanto isso, milhares de rapazes e também de moças, ficaram sem espaço para viver os rituais da adolescência, pois a passaram entre teares e máquinas.

Ler e escrever não eram habilidades estimuladas para moças pobres, obrigando-as a realizar o trabalho doméstico e a sonhar com o casamento e a maternidade como única via de passagem para o mundo adulto. A infância nesses tempos fabricava crianças tristes, verdadeiras miniaturas de adultos na forma de vestir e se comportar. Eram os candidatos ao fraque e à calvície precoce, como dizia Gilberto Freyre, pioneiro em descrever a falta de brinquedos, de imaginação, de travessuras de crianças e jovens brasileiros.

Obedecer e trabalhar era o pão cotidiano da maioria das crianças e adolescentes no século XIX. Entre as crianças escravas, o trabalho não cessou até a Abolição. Lembra a historiadora Heloísa Maria Teixeira que, no período de transição para a mão de obra livre, muitos senhores aproveitaram a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, para fazer os filhos de escravas trabalharem até os 21 anos. Diante da conjuntura adversa ao trabalho escravo, as crianças poderiam representar uma boa alternativa. E muitas vezes, cometeram-se ações ilegais para garantir a mão de obra infantil, como a compra de crianças isoladas, mesmo existindo uma legislação proibitiva a partir de 1869; a valorização dos serviços dos ingênuos; e até mesmo furto de crianças. Não se cumpriam as leis de 1869 e a Lei do Ventre Livre, de 1871, "que proibiam a separação das crianças escravizadas – menores de quinze anos na primeira data e menores de doze anos na segunda – de suas mães".

Em muitas ocasiões, especialmente após a Abolição, a tutela representou um meio de assegurar a "posse" das crianças pobres – principalmente, as descendentes da escravidão – com a finalidade de servirem como trabalhadores aos tutores. Os tutelados eram crianças desamparadas, precisando de uma pessoa idônea que lhes fornecesse o suficiente para a sobrevivência: casa, alimentação, vestimenta e aprendizado de um ofício para o qual tivessem inclinação. A falta de recursos financeiros fazia com que famílias de ex-cativos não encontrassem alternativas senão a transferência da tutela de seus filhos a quem tivesse condições de sustentá-los.


RIO DE JANEIRO (DE SÃO BENTO)

*Crianças eram vestidas como pequenos adultos.*

SCHÜTZ, Jan Frederik. Rio de Janeiro (de São Bento). [18--].

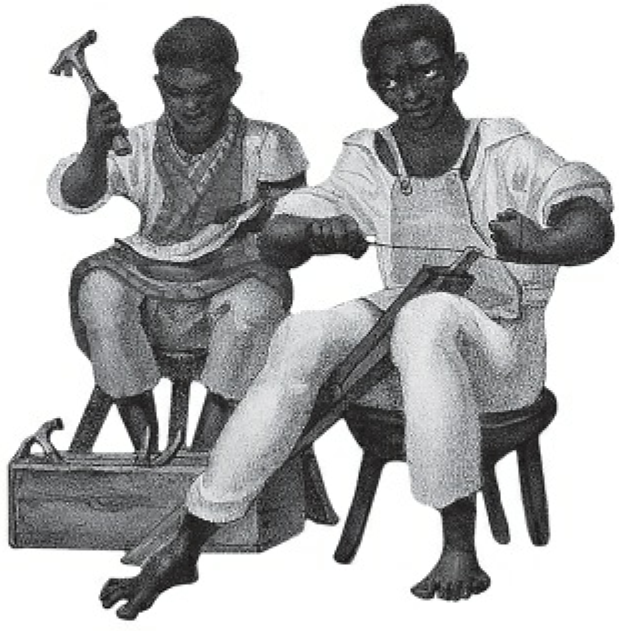
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: *ALBUM PITTORESCO DO RIO DE JANEIRO*: DOZE VISTAS BRASILEIRAS ESCOLHIDAS. [GRAVURA 6].

Ao focar a cidade de Mariana, entre 1850 e 1900, Teixeira conseguiu a descrição dos serviços de 147 crianças. A principal atividade descrita era a de roceiro, muitas vezes classificados como ajudantes de lavoura. Outras funções adequadas à pouca idade dos escravos apareceram: pajem, pastor, candeeiro ou guia de carros de bois, servente, copeiro. Crianças com menos de sete anos não foram descritas com atividades.

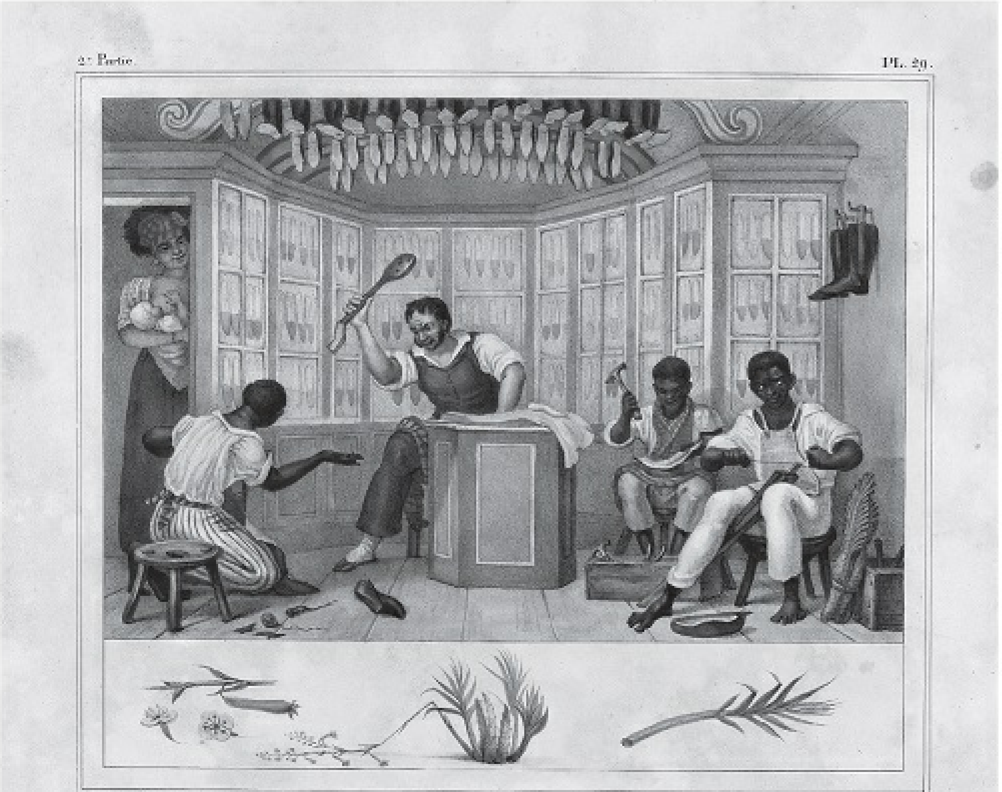
Por sua vez, a historiadora Kátia Mattoso estudando a questão na Bahia das últimas décadas da escravidão declara que:

> […] o período na vida da criança que vai dos três aos sete para oito anos é um período de iniciação aos comportamentos sociais no seu relacionamento com a sociedade dos senhores, mas também no seu relacionamento com a comunidade escrava. É, sem dúvida, nesta tenra idade que o seu senhor vai formar ideia sobre as capacidades e o caráter da criança. É nessa idade também, que a criança começará a perceber o que são os castigos corporais, que adentram pela vida adulta […]. Por volta dos sete para os oito anos, a criança não terá mais o direito de acompanhar sua mãe brincando; ela deverá prestar serviços regulares para fazer jus às despesas que ocasiona a seu senhor, ou até mesmo, à própria mãe, se esta trabalha de ganho e reside fora da casa de seu dono. […] A idade de sua vida, que vai dos sete aos doze anos, não é mais uma idade de infância, porque já sua força de trabalho é explorada ao máximo […]. Mesmo se seu rendimento é menor, ele é escravo à part entière, e não mais criança.

Ao estudar os viajantes estrangeiros, Maria Lúcia de Barros Mott também percebeu os sete anos como o momento quando as crianças escravas passavam a trabalhar no serviço mais regular. “Deixavam para trás as últimas ‘regalias’ infantis, aqueles que viviam na casa do senhor passavam a desempenhar funções específicas para sua idade ou já eram treinados para funções que desempenhariam vida afora.” Já Renato Pinto Venancio, ao focar a região metalúrgica-mantiqueira, no século XIX, aponta o interesse pela mão de obra infantil como decorrência do fato de essa região produzir larga gama de produtos de artesanato em domicílios, cabendo aos pais cativos ensinar às crianças a fabricação artesanal.



342


2e Partie.
Pl. 29.
J.B. Debret et la Vtesse de Portes del.
Lith. de Thierry Frères, Srs d'Engelmann & Cie
BOUTIQUE DE CORDONNIER.

*A palmatória era utilizada em escravos e crianças.*

FRÈRES, Thierry. *Boutique de Cordonnier*. 1835.

BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME DEUXIÈME. P. 32 .

Vivências da rotina doméstica podiam ser registradas em diários, como o fez Bernardina, a filha do político e militar Benjamin Constant. Os dias de uma adolescente eram passados em casa entre a costura, a cozinha, tomando lições ou ditando pontos aos irmãos. As atividades eram assim registradas:

> Comecei a fazer um aventalzinho para o Adozindo […] como a costura é simples, eu incumbi-me de fazê-los (9/8). Cortei hoje uma camisa de dormir para mim (5/9). Benjamim faltou ao colégio por estar com dores no corpo, disse ele, papai ficou muito aborrecido com isso. Alcida depois do almoço teve um pega com Aracy que queria experimentar nela um vestidinho que está fazendo […]. Mamãe ralhou muito por ela ter feito isso (6/9). Mamãe e eu fizemos doces de ovos para o jantar (8/9). Estive ditando a Alcina o fim dos pontos que está copiando (12/9) .

No Nordeste, meninas como a futura escritora Amélia Beviláqua, "batiam bilros" em almofadas, ouviam estórias contadas por "beatas" ou "narrativas de mistérios de outras vidas", e aprendiam a ler sob a férula da palmatória do professor particular. Já meninos da família Cavalcanti empinavam papagaios de papel: "tapiocas" tristonhas que não subiam tão alto quanto os "baldes" ou os "gamelos" dos moleques da rua. Ou pescavam nos viveiros dos Afogados ou de Jiquiá, camorins, carapebas e curimãs. Liam o Dicionário popular, de Pinheiro Chagas e os romancistas franceses Eugène Sue e Alexandre Dumas.

Já o relato de férias de Pedrinho, filho do rico cafeicultor na região de Bananal, Pedro Luís Pereira de Sousa, revela as férias de jovens de elite: passeios a cavalo pela fazenda, refeições abundantes, muitos bolos e biscoitos, caminhadas ao luar, piqueniques, mesinhas de jogo, excursões pela serra da Cambira, no alto da Bocaina, prosas animadas e anedotas. O ponto alto era o Carnaval, onde os jovens se molhavam uns aos outros!

No lado oposto, temos uma rápida imagem da triste adolescência de d. Pedro II, que, no dia de seu aniversário de quinze anos, registrou sobre as homenagens recebidas:

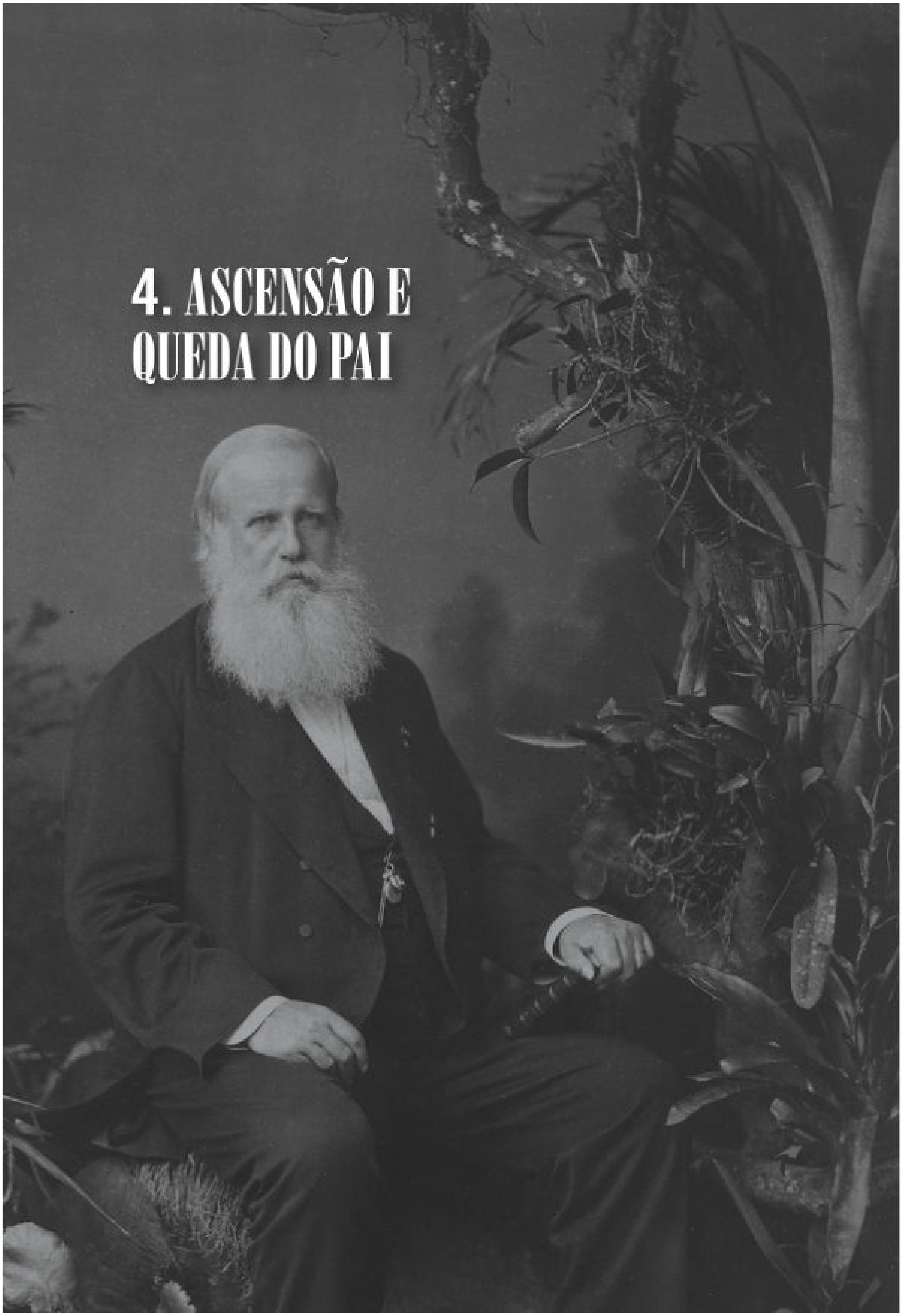
> Às cinco da manhã os tiros ribombavam pelos montes de S. Cristóvão […]. Às seis levantei-me […]. Depois almocei o meu costumado: ovos e café com leite, aprazível bebida; às oito para às nove ouvi missa no novo oratório, que na verdade ficou bom. Fui me vestir. Coitados dos meus ombros gemiam com o peso, tem oito libras, afora as ordens, a espada e a banda, safa […] chegando ao paço, descansei um pouco e depois fui ao Te Deum, grandezinho, mas suportável por ter sido composto por meu pai […] quando cheguei à janela tocaram o Hino Nacional que acenando mandei parar. Depois, a trombeta tocou o seu clarim que outrora me era tão terrível, principiaram os tiros de artilharia, que antigamente, até me faziam verter lágrimas de terror.

Quase uma caricatura do “pobre menino rico”, ao final do dia, depois de uma série de despachos, compromissos sociais e uma peça de teatro onde soavam desafinados instrumentos, d. Pedro II comentava de mau humor: “Dormindo fui para casa, dormindo me despi e dormindo me deitei, agora façam-me o favor de me deixar dormir, estou cansado, não é pequena a maçada!”

A iniciação sexual começava na adolescência. Os rapazes começavam suas experiências com frutas, árvores ou animais. A masturbação era algo censurado, os jovens eram totalmente reprimidos e vigiados, quase que o tempo todo. Na época, o olhar do médico se detinha longamente no jovem estudante, examinando-o. Ao entrar para o colégio, ele deveria se sujeitar a toda sorte de controle. Já no momento da matrícula, sofria uma inspeção física e moral. Identificava-se sua carteira de vacinação e sua saúde. Uma triagem por grupos aglomerava os estudantes que passavam a sofrer uma vigilância maior. Dia e noite, eram observados. Levantavam-se às seis, dormiam às vinte e duas horas. Tinham quatro horas de estudo, três horas de curso, duas horas para as refeições, uma para o banho e cuidados de asseio, uma hora para música e arte, uma para ginástica e quatro horas para jogos, esculturas e artes mecânicas. Os dois perigos que rondavam os jovens? A desobediência e a masturbação. A primeira era tratada com castigos “mais morais do que físicos”. A exibição do infrator, a publicidade de seus erros entrava no lugar da palmatória que, antes, fazia dos “colégios, o pelourinho dos meninos indóceis e desenfreados”. Os obedientes recebiam gratificações.

Já a masturbação, “culto que termina quase sempre com o sacrifício da saúde e do pundonor”, provocava, segundo os médicos, a tísica, a loucura, a epilepsia, a hipocondria, a flegmasia crônica de todos os mortos e, finalmente, a morte. Para corrigi-la, muita ginástica e outros meios de prevenção, como examinar todos os dias leitos e vestes; observar como se deitam e o que fazem antes de dormir, proibir conversas levianas, advertir o culpado e, em última instância, expulsá-lo do colégio. Para os jovens menos vigiados, a vida seguia.

# 4. ASCENSÃO E QUEDA DO PAI



A construção do sentimento do que chamamos, hoje, “paternidade”, ou seja, o “estado ou qualidade do pai” estava em curso, na primeira metade do século XIX. Modelada por múltiplas circunstâncias econômicas, culturais e sociais, a sensibilidade do genitor diante dos filhos não foi a mesma ao longo do tempo. Suas funções e imagem, também se modificaram. A começar pelo sentido da palavra “pai”.

Publicado em 1728, o dicionário do padre jesuíta Rafael Bluteau, num longo verbete em que discorria sobre teologia, mitologia e outros, definia o “pai, o pae ou o pay” como “a primeira pessoa da Santíssima Trindade […] que gerou seu filho Unigênito”. Para prosseguir: “Nosso primeiro pai é Adão. Dava-se antigamente o título de pai aos fabulosos deuses da gentilidade” etc. E finalizava com um recado moral: “É próprio de um pai criar sua filha da maneira que se acostume a obrar bem de sua própria vontade”.

Em 1789, outro dicionário, o de Antonio de Moraes Silva, dedicava à palavra um verbete bem menor: era “o homem que fez o filho ou a filha e talvez que se reputa feitor dele, e neste caso, se diz putativo. E o mesmo do macho dos animais que fecundou a fêmea. O chefe da família, o cabeça do casal”. E, em 1832, Luiz Maria da Silva Pinto, reduzia mais ainda: “era o homem que fez filho ou filha” e dava à palavra um sentido figurado: “benfeitor, autor, inventor”. O pai sagrado declinava à medida que emergia o século da razão e da ciência.

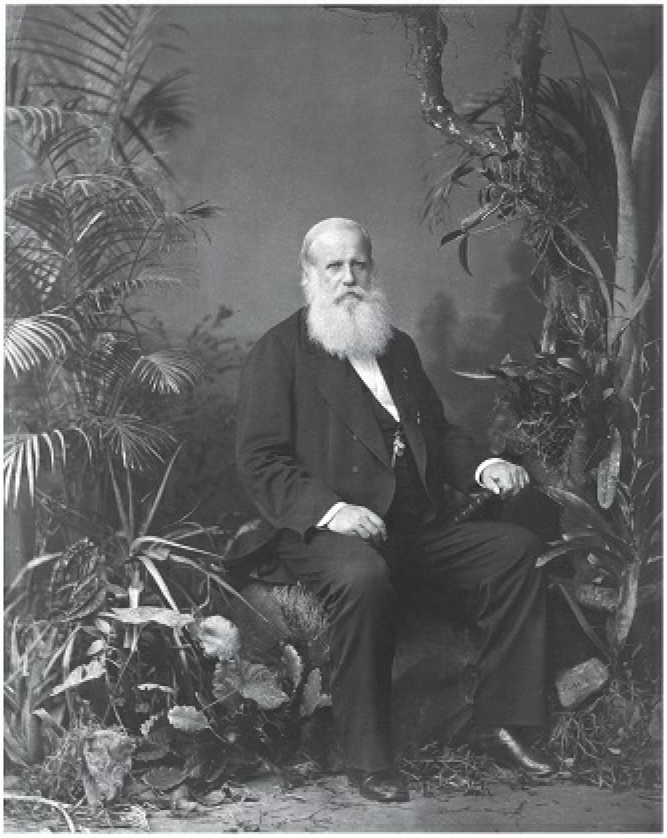
Durante séculos, a palavra “pai” esteve referida ao Eterno. Apenas, Ele, Deus Poderoso era pai. E pai imparcial, cruel para corrigir os erros humanos, terrível na sua fúria e desejo de justiça. O Pai do Antigo Testamento era o fundador de uma ordem. Já o terreno, um mediador entre os seus familiares e a divindade. E se o Pai Eterno era onipresente, os de carne e osso eram figuras bastante ausentes. Deambulavam dentro do vasto território da América portuguesa em busca de oportunidades de inserção num mundo de trabalho árduo. Foram lavradores, donos de engenhos de açúcar, mineradores, cativos trazidos das costas africanas, artesãos, condutores de tropas, donos de pequeno comércio, milicianos etc. Figuras pouco nítidas, pais eram, por vezes, lembrados pela memória popular em expressões e ditados de uso comum, como “Tal pai, tal filho”, maneira de reconhecer os traços do genitor ausente. Tão ausente que expressões jurídicas da época manifestavam a realidade de muitos filhos “de pai incógnito” – como rezavam os documentos de batismo. Afinal, a bastardia ou ilegitimidade se expressariam pela semelhança física. Eis porque muitos de nossos antepassados foram mais “filhos da mãe”, do que do pai.

Ao mesmo tempo em que buscava monopolizar a autoridade e educar os jovens, a Igreja valorizava a piedade filial. Era preciso assegurar a influência patriarcal, apesar das mudanças que atravessavam a paisagem urbana e rural. A imagem exemplar e majestosa de Deus Pai, pintada em gravuras e tetos de capelas ou distribuída em “santinhos”, confirmava o poder paterno. A iconografia sobre São José, pai adotivo e marceneiro, ensinando o Menino Jesus a trabalhar, exprimia um modelo feito de força e ternura. São José protetor, tal como o pai de carne e sangue, devia ser guia e mestre.

Mas como identificar-se a um comportamento amistoso, se a relação entre gerações era vertical? Às perguntas dos jovens, as respostas eram poucas ou nenhumas. O costume de não dialogar era tão difundido que o bispo Azeredo Coutinho, fundador do Seminário-colégio, admoestava os genitores: “Antes, pelo contrário, convém dar-lhes mostras de gosto em respondê-las”. Afinal, o pai só conjugava os verbos no imperativo. Foi Capistrano de Abreu quem definiu a família nos primeiros séculos da América portuguesa: “Pai soturno, mãe submissa, filhos aterrados”.

O pai foi, durante séculos, um mecanismo fundamental de estruturação de famílias, mas também, e principalmente, do seu poder. Ele era um eficiente mecanismo da articulação da família com o Estado e a Igreja. Representava uma genealogia, um nome e o sangue, e, em muitos casos, a influência política de clãs reunidos em torno de um patriarca mais forte ainda. E, mesmo nas famílias pequenas ou reduzidas, ele era a voz do comando.

Pioneiro em estudar pais e filhos, Gilberto Freyre desenhou o universo dos patriarcas. Homem feito, capaz de reproduzir biologicamente e de corresponder à definição dos dicionários: o que fazia filhos. Senhor de família, numerosa ou não, com descendência legítima ou ilegítima. Patriarcas que não excluíam a miscigenação entre brancos, negros e índios. Era tal o seu prestígio, que a passagem entre a infância e o mundo adulto se fazia rápida. O rapaz imitaria o velho, desde a adolescência. O menino queria, somente, ser como o pai.



*D. Pedro II, o modelo do pai patriarcal.*

PACHECO, Joaquim Insley. *Pedro II, imperador do Brasil*. 1883.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Em seu clássico, Sobrados e mucambos, Freyre delineou uma figura de pai que estaria associada às mutações na economia, ao desenvolvimento da urbanização, ao aparecimento do liberalismo no campo das ideias. A migração campo-cidade, acelerada durante a Primeira Regência, atingiu camadas urbanas e elites econômicas das cidades litorâneas. Interferiu na remodelagem das cidades com a implantação dos sobrados, na multiplicação de atividades comerciais e dos serviços, no surgimento das primeiras escolas. No interior da nova morada, um modelo de família era proposto: a mulher dentro, o homem fora. Ao longo da segunda metade do século XIX, domicílio e lugar de trabalho começaram a se divorciar, tornando-se espaços distintos. Tal modelo, porém, servia ao centro da sociedade, não à sua periferia. Nas camadas subalternas, os pequenos artesãos, por exemplo, guardavam o resquício dos tempos idos: labutavam onde comiam e dormiam. As áreas rurais também se adaptavam, muito lentamente, às normas herdadas de um distante passado, às mudanças econômicas e políticas que se introduziam. Na roça, a separação entre a casa e a rua não se tinha operado. Tampouco nos ofícios do mar, em que pais e filhos embarcavam juntos rumo ao desconhecido. O pai marinheiro, o filho grumete.

Mas as mudanças chegavam inexoravelmente. Ao final do século XIX, o chefe de família cedo saía para o trabalho e só regressava à noite. Trazia o ganho, o salário ou o pão. Aguardavam-no. Se chegasse na hora esperada, era o bom pai. Atrasado e bêbado, o mau. Reproduções se multiplicaram difundindo o tema. Na literatura, os pais bons e maus eram apreciados, descritos e discutidos. Durante um século a imagem do pai se transformou. De início, aliou-se com a Igreja e a escola, e depois com a medicina, para exercer seu poder. Mas, pouco a pouco, viu esse poder escapar-lhe entre os dedos. Ao longo de cem anos, sua imagem ganhou novas figuras. Modelos, representações e realidades impuseram lentamente um recuo ao poder do patriarca.

Onde estavam os pais? Escondiam-se atrás do pátrio poder que, entre nós, como entre os romanos, era a pedra angular da família. De passagem pelo Brasil em 1852, Charles Expilly reconhecia na vida cotidiana o que chamava de “despotismo paternal”, confirmando a longa duração do prestígio patriarcal. Um despotismo consolidado junto com a colonização da América portuguesa. A família constituía, pelo menos na aparência, uma entidade organizada e incumbida de certo número de funções sociais. Ao homem era conferido o papel de provedor, o que lhe assegurava, pela lei da Igreja e pelo direito natural, a posição de “cabeça do casal”.

O casamento com as bênçãos da Igreja era considerado um ideal a ser perseguido, um sinônimo de respeitabilidade e segurança, a maioria dos genitores vivia em ligações consensuais e estáveis. Independentemente do tamanho da família, sobretudo nas áreas rurais, tal estabilidade era fundamentalmente o eixo da sobrevivência de todos. Homens e mulheres tinham papéis diversos na manutenção da lavoura que os alimentava, bem como nas tarefas domésticas. Os filhos, mal se punham de pé, eram incorporados às tarefas cotidianas: alimentar a criação, tirar o mato das plantações, colher lenha, carregar instrumentos. Nesses núcleos familiares, o pai representava a força de trabalho, o conhecimento prático e técnico – que transmitia aos filhos – e a autoridade. Saberes sobre como lidar com a terra, quando plantar ou colher, como armazenar cereais ou cuidar do gado eram cuidadosamente transmitidos de pai para filho. As angústias meteorológicas e as sabenças sobre chuvas e secas, também. O empirismo era um bem inestimável.

Nas áreas semiurbanas ou urbanas, a mobilidade masculina era maior. Muitos pais de família eram incorporados à vida militar, mesmo sem o desejar. Outros faziam seu ganha-pão da prestação de serviços, da exploração de seus escravos e do comércio.

A consagrada autoridade do pai fazia com que muitas esposas criassem em suas casas os filhos ilegítimos de seus maridos. Mesmo após a morte do cônjuge, eles continuavam ali, como enteados. A sociedade possibilitou a absorção desses elementos, protegendo-os. Não são raros os documentos que comprovam que tais crianças tinham direito ao afeto e aos cuidados da esposa do pai. Foi, por exemplo, o caso, no início do século XIX, do poeta Gonçalves Dias, filho natural de um comerciante português, a quem o pai fez estudar latim, francês e filosofia e cuja madrasta, uma maranhense, encarregou-se de matriculá-lo no curso de direito da Universidade de Coimbra, garantindo seu futuro.

E quando eram muitos os filhos e muitas as mulheres? Veja-se o caso de um paulistano, em 1859. Ele preferiu distribuir seus bens entre todos: "Declaro que sou solteiro […] tive e tenho sete filhos naturais que reconheço como meus, a saber: João e Gualdenia, havidos por cópula com Joaquina Justiana; Ana Eufrosina, Joana Batista, Maria do Carmo, José e Joaquim, todos havidos do mesmo modo com Maria Jacinta."

A palheta de sentimentos humanos se enriquecia graças a fatos objetivos. Meninos e meninas, por exemplo, não mantinham o mesmo tipo de relação com os pais. Mais vulneráveis e expostas numa sociedade masculina, elas reclamavam maior atenção. Cabia aos pais proteger a virgindade de suas filhas, evitar-lhes uma potencial gravidez. Nos processos que nos contam a vida das que "perderam sua honra", vê-se que muitos genitores são acusados do erro para com suas filhas: eram bêbados, jogadores, exploradores, debochados etc. Os juízes responsabilizavam os jovens. Mas também os pais.

No entanto, uma filha seduzida podia ser bom negócio. A jovem "caída" e suas "torpezas" levaram à correção de muitas misérias, por meio de indenizações e benesses. Uma filha seduzida podia render pensão, abrigo, alimentos, escravos quando se tratava de sedutor aquinhoado. Os pais não perdiam por ameaçar os Don Juan tropicais.

Doutrinar, castigar, encaminhar, solucionar problemas… Tais os mandamentos do bom pai, cumpridos por pressão social ou por medo das penas a pagar no inferno. E havia ainda os que, tendo perdido a mulher ou a companheira, encaminhavam sua prole aos avós, tios, primos e às compadres. Parentes em melhor situação podiam ajudar mais. Quando tinham "bom comportamento", tais "crias", como eram chamadas, eram "honestas e de bom costume" e podiam ser recompensadas com esmolas. A transferência para outra unidade familiar ou a circulação das crianças entre parentes e amigos eram comuns. Sob o pátrio poder ficavam filhos solteiros de pouca idade. Eram denominados "filhos aparentados" ou "sob o pátrio poder". A situação se estendia aos dependentes, fora de casa. Filhos e pais se separavam quando os primeiros casavam e se estabeleciam fora da propriedade paterna, em pequenos sítios. Os mais pobres eram encaminhados para aprender ofícios ou se tornavam lavradores ou serviçais. Em caso extremo, podiam ser encaminhados para a caridade pública. Na velhice, muitos pais foram cuidados por filhas solteiras.

Estava nas mãos do pai o consentimento para o sagrado matrimônio. Afinal, tal decisão podia pesar no futuro dos filhos. Cabia-lhe, por sua autoridade, até determinar suas escolhas, sem consultar as inclinações e preferências dos filhos. A maior parte dos casamentos se fazia sem que os nubentes se tivessem jamais encontrado. À medida que o século XIX avançava, documentos demonstram que pais extremados não hesitavam em endividar-se para conseguir bons maridos para suas filhas. O importante é que elas tivessem um "dote". Quanto aos filhos, era frequente o endividamento para que fossem estudar na Europa.

O matrimônio contraído à revelia dos pais, em geral resultava em punições de diversos tipos, entre elas, a exclusão do patrimônio familiar. As Ordenações Filipinas, leis que regulamentavam em Portugal e colônias, direitos e deveres prescreviam: "Se alguma filha, antes dos vinte e cinco anos dormir com algum homem, ou casar sem mandado de seu pai ou mãe, por esse feito será deserdada e excluída de todos os bens ou fazenda do pai, ou mãe, posto que não seja deserdada expressamente". Ou seja, destruir a autoridade paternal equivalia a atentar contra a moral e os bons costumes. Era feito inadmissível. Caso tais uniões ocorressem, genros e noras tornavam-se malquistos, e o resultado era visível nos testamentos paternos: nenhum benefício. Se, ao contrário, correspondiam ao que deles esperava o sogro, ganhavam benesses e tratamento preferencial em detrimento de outros parentes. Casamento entre "pessoas desiguais", acentuando a diferença de condição ou cor? Só com o consentimento do pai.

Um pai podia, ainda, matar seu filho ou filha que o desonrasse. Podia tratá-lo ou castigá-lo como a um escravo. O pai era senhor absoluto na administração da justiça familiar. E o fazia até como Salomão. Em Pitangui, Minas Gerais, um patriarca partiu ao meio, a machadadas, o genro. Entregou uma parte à filha e a outra à legítima esposa que viera acusá-lo de bigamia. Num engenho do Nordeste, ao suspeitar da nora que teria cometido adultério, um patriarca promoveu um julgamento familiar. Resultado? Mandou matar a jovem. A justiça local nada conseguiu para impedi-lo, contou Sérgio Buarque de Holanda.

A honra patriarcal era um capital simbólico da maior importância. Atacá-la ou reivindicá-la consistia em atitude corrente em todas as classes sociais e definia limites no cotidiano das pessoas. Honra que era roubada a um filho, tantas vezes exigiu vingança. Em O tronco do ipê, de José de Alencar, o protagonista Mário tenta suicídio, pois não consegue vingar a morte do pai.

Emblemático é o argumento paterno, tão bem captado por Machado de Assis, em Memórias póstumas de Brás Cubas, texto revelador das relações entre pais e filhos, além de forte crítica à decadência do Império. No capítulo XXVIII, o velho Cubas busca convencer o filho a aceitar o casamento e, junto, a carreira política que pensava ter-lhe arranjado. O jovem resistiu, a princípio, mas acabou cedendo aos argumentos do pai: "Não gastei dinheiro, cuidados, empenhos para te ver não brilhar, como deves, e te convém, e a todos nós; é preciso continuar nosso nome, continuá-lo e ilustrá-lo mais ainda. Teme a obscuridade, Brás; foge do que é ínfimo. Olha que os homens valem por diferentes modos, e que o mais seguro de todos é valer pela opinião de outros homens. Não estragues as vantagens da tua posição, os teus meios…”

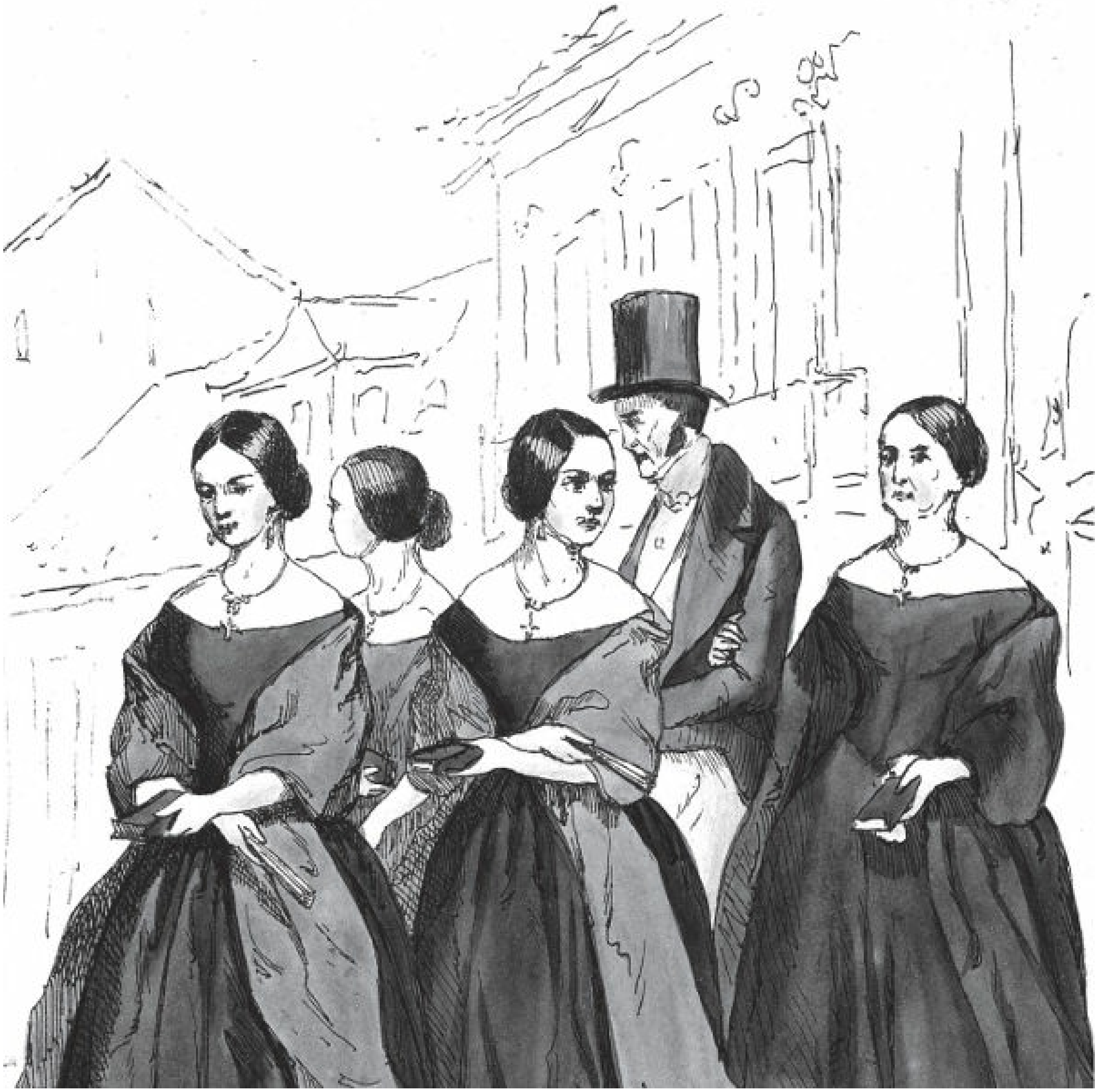
Brás abraçou os conselhos do pai. Afinal, eles refletiam a “sede da nomeada”, “o amor da glória”. Representavam algo característico na época: a possibilidade de seguir apegado a privilégios, validar a dominação senhorial fazendo das alianças um caminho para se ter mais bens, mais escravos, mais títulos, em suma, mais poder.

No século XIX, novas funções para além da garantia da sobrevivência e a tessitura de alianças vão se consolidando na figura do pai. Manter a família unida passa a ser objetivo para muitos deles. Ameaçada pela desagregação e os revezes da fortuna, ela poderia se destruir. Não à toa, ao final do século XIX, em Pernambuco, Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti – senhor dos engenhos Gaipió e Arandu de Baixo, político dos últimos anos do Império –, por ocasião da Semana Santa, reunia filhos, netos, noras e genros, “sem faltar um só e sem estar presente pessoa alguma estranha”. Todos tinham assinado um termo: tais reuniões se repetiriam enquanto houvesse um descendente. A intenção era fortificar os laços de harmonia e amizade no seio da família, “acabando-se qualquer desgosto ou malquerença que por ventura possa existir entre eles” – explica Evaldo Cabral de Mello.

Malquerenças e insubordinação podiam nascer de uma brecha da lei. É possível que uma resolução inserida no direito tenha dado início a uma mudança de comportamento. Em outubro de 1831, fixou-se a idade de 21 anos, não mais de 25, para aquisição de capacidade civil.

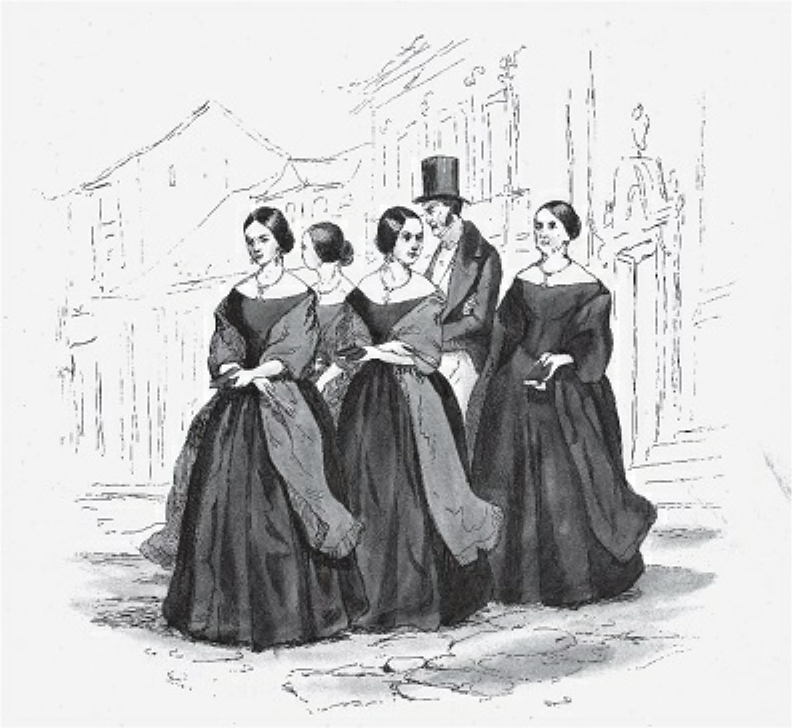
Conta Gilberto Freyre que são várias as cartas que, na época, refletem atitudes de revolta quando não de independência, da parte de moços em relação a velhos. O jovem que estudou na Europa, na Bahia ou em São Paulo, polido e urbano, ia tomando o lugar do chefe de família, arraigado ao seu engenho ou à fazenda de café. Sinais de revolta podem ser detectados na correspondência, de então: “Meu pai e senhor. A benção. Recebi duas cartas de Vossa Mecê […] pratiquei uma ação que era absolutamente oposta ao preceito sagrado de Vossa Mecê, sim, cometi este horrendo crime e por que cometi? Seria por ventura porque me vendesse por dinheiro?”. E explicava que se casara com a filha de um padre rico. Fugas, raptos de noivas e casamentos fora da escolha paterna foram os primeiros traços de insubordinação de filhos contra pais. Algo mudava.

Observa-se que a sociabilidade juvenil, exercitada nos cursos de direito ou medicina de Recife, Salvador e São Paulo, engendrava um desejo de autonomia da vida privada. Festas, bailes, cafés, confeitarias e footing nas principais ruas das grandes capitais incentivavam encontros, amores, pecados. Os rapazes começavam a ignorar limites para obediência. Tanto mais quando a vida de estudos ou de formação profissional – os que não estudavam iam aprender um ofício – os deixava à mercê de outros homens mais velhos: o professor, o mestre de ofício. Instaurava-se uma clivagem – iniciada, lá atrás com as escolas jesuíticas – entre o princípio de pedagogia paterna e a separação entre vida familiar, trabalho e formação. O pai deixava de ser a única fonte de conhecimento. Mas tal clivagem, também colocava no lugar de obrigações e constrangimentos o apego ao genitor, voluntário e livremente consentido.



*Na elite, mulheres saíam de casa sob o olhar atento do pai ou do esposo.*

BRIGGS, Frederico Guilherme. *A family going to mass*. 1845.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: *BRASILIAN SOUVENIR*: A SELECTION OF THE MOST PECULIAR COSTUMES OF THE BRAZIL. [GRAVURA 21].



Além de as escolhas matrimoniais serem ainda causas de conflitos entre pais e filhos, tais divergências também resultavam do modo de vida da juventude, de suas aspirações, dos desvios dos adolescentes que os pais condenavam em nome da honra da família. Conflitos de interesse provenientes da designação do primogênito para assumir negócios, da cupidez de uns e outros na partilha de bens, da excessiva longevidade do pai também resultavam em tensões.

Os filhos ganhavam, também, visibilidade na vida pública. Moços foram tomando os lugares de maior importância na administração, na política, na magistratura e na diplomacia do Segundo Reinado. O país que se acostumara a governadores e bispos arrastando os pés e a patriarcas cuja idade era um título de nobreza e uma condição de prestígio acabaria vendo um bispo de Olinda quase menino: dom frei Vital Maria de Gonçalves de Oliveira, bispo antes dos trinta anos, a barba de capuchinho parecendo postiça em rosto tão moço.

E na presidência das províncias, nos ministérios, na Câmara, foram aparecendo bacharéis de vinte e poucos, trinta anos. Ninguém com quarenta: Honório Hermeto Carneiro Leão, depois marquês do Paraná, aos trinta, já era ministro da Justiça; aos trinta e um, Manuel Francisco Correia governava a província de Pernambuco; João Alfredo, aos trinta e cinco, era ministro do Império; Rodolfo Dantas, advogado, jornalista e político aos vinte e oito anos; Afonso Celso, aos vinte e sete, ministro da Marinha. Os patriarcas reagiam. Um deles não deixou de registrar a outro sua indignação:

> Depois que a escola de direito tomou conta do governo da nação e se apoderou dos empregos públicos, tudo se complicou, pois em nome do direito apareceu o governo da mentira […] quando me recordo, meu venerando amigo, do passado do Brasil e o confronto com os tempos que vamos atravessando, de certa época para cá, vejo que, apesar da mal-

> entendida política da metrópole portuguesa com relação ao Brasil, eram mandados homens experimentados para o governo de nossas capitanias; e hoje, são mandadas criançolas, saídas de escolas provinciais do Império […]. Nos tempos coloniais não se mandavam para o governo do Brasil, senão homens já traquejados no governo civil e político do Estado […] em vez disso, o bacharel jovem passara a tudo dirigir no Brasil […] organizar o Exército e dirigi-lo, sem conhecer o manejo das armas e nem as necessidades […] dar ordens à Marinha sem conhecer ao menos o nome das velas de um navio […] providenciar as necessidades da agricultura e comércio e dirigir a engenharia sem nada conhecer dessas matérias.

Houve os que reagiram mais fortemente. O autor gaúcho José Antônio do Vale Caldre e Fião, em 1847, num dos primeiros romances escritos no Brasil, A divina pastora, narra a estória de um pai que descobre que seu filho roubara um amigo que seguia, cheio de patacas, a caminho da cidade. A honra manchada da família resolveu-se com um castigo definitivo. Depois de interpelar a vítima, o pai se dirige ao quarto: "– E ele dorme! Exclamei tremendo de raiva em uma convulsão espantosa; e pode um ladrão dormir assim tranquilo!… Um ladrão!… Um salteador!… E lançando arrebatadamente mão de uma das pistolas, engatilhei-a […] descarreguei contra a cabeça de meu filho e a fiz em pedaços". A literatura explorava o tema da honra ferida. As atitudes diante dos filhos pouco tinham mudado. Sobretudo nas áreas rurais.

Ao longo do século XIX, a história dos pais não se construiu apenas à luz de mudanças sociais e econômicas. A dimensão sentimental também trouxe contornos para seus rostos. Na escala dos valores afetivos, o abandono de filhos pode ser considerado a negação da experiência da paternidade ou de qualquer ligação com a criança? Diante dos números estudados por Renato Venancio, no Rio de Janeiro, na Bahia e em São Paulo, podemos interpretar o sentimento de paternidade de outra forma que não negligência?

Seria um anacronismo, explica o historiador. Perante a miséria, a pobreza, a realidade do cativeiro, pais sós ou doentes deviam se perguntar como alimentar seus filhos. A Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ou a "exposição" na porta da casa de parentes ou vizinhos funcionou como solução. A dissolução da família, por morte ou desaparecimento da mãe, assim como a carestia de alimentos deflagraram abandonos, sobretudo a partir do início do século XIX. Para muitos, não foi uma atitude desnaturada, mas um estado provisório ditado por uma real afeição num contexto dramático, como demonstrou Venancio. O "compadrio", forma de adoção popular, permitia o aumento dos rendimentos das famílias pobres, pois o "enjeitado" – como era chamado o pequeno, deixado à porta de uma casa – era rapidamente inserido no trabalho doméstico. Aprendia ofícios manuais, alugava seus serviços. Enfim, dentro de uma nova família e sob o comando de um novo pai, lutava contra a ociosidade, o maior pecado então.

Também houve momentos emblemáticos da afeição paterna. Momento em que um rosto se cobria de lágrimas de alegria ou de dor. O primeiro deles era o batizado. Ocasião de trocas afetivas, refletia a intermediação da religião para demarcar a presença de filhos dentro da família, fosse ela abençoada por padres ou consensual. Lembra bem o historiador Luciano Figueiredo que, do ponto de vista da população, o caráter legal ou não legal dos relacionamentos parecia não importar para o sentimento de afeto e o reconhecimento da paternidade da criança. Amigado com uma mulata, certo Pedro de Afonseca tinha com ela filhos e fazia "festa para eles". Em Vila Rica, outros pais ofereciam banquetes pelo nascimento dos filhos. Assim foi com Caetano da Costa Gonçalves, que vivia com "uma parda" e que fez "batizado com fausto e gala".

Sabe-se que d. Pedro batizava seus filhos com a imperatriz Leopoldina ou com sua favorita, Domitila, a marquesa de Santos, com exuberância. D. Pedro II, por exemplo, teve a cerimônia realizada na igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, em dezembro de 1825. Seu pai chegou a compor um Te Deum, em homenagem à cerimônia. Isabel Maria, futura duquesa de Goiás, recebeu o batismo na igreja de São Francisco Xavier do Engenho Velho, em maio de 1824.

Ausente, nunca deixou de se manifestar nos seus natalícios. "Nossa Belinha", como era chamada a filha mais velha com Domitila, ganhou, num de seus aniversários, título de duquesa, festança com ceia e o direito de ser chamada "Vossa Alteza".

Ou, então, dava notícias: "Meu querido filho. Estando a sair um navio para esta corte, não quis deixar de te escrever e te dar os parabéns do dia do teu nome, como o fiz o ano passado em Paris".

Acompanhava os estudos e progressos do filho, como se vê em cartas a ele escritas: "Vejo pelas tuas cartinhas […] e me convenço que tu fazes progressos. Duas cartas já escritas sem lápis e com tão linda letra".

Não foram poucas as cartas que d. Pedro escreveu, revelando a intensidade dos sentimentos, saudades e, como de praxe, orientações. O carinho dos apelidos – d. Pedro II era chamado de Nhonhô – não descurava da avaliação dos estudos:

> Porto, 4 de dezembro de 1832.
>
> Meu querido filho e amadas filhas. Muito vos agradeço a vossa carta de 4 de agosto pela certeza que me dais de que felizmente gozais de perfeita saúde e por que me pedis notícias minhas. Eu estou bom, ainda que bastante fadigado com os trabalhos do corpo e do espírito que tenho tido, mas espero em Deus que um feliz resultado seja a paga de tantos incômodos. Muito sinto que não me digais alguma coisa relativa aos vossos estudos, mas penso que o motivo de assim não o fazerdes, não foi outro senão a pressa com que me escrevestes. É mister que dê os meus louvores à Januária pela boa escrita, e a Nhonhô e à Paula por terem feito seus nomes muito bem, tendo a desconsolação de ver que a Chiquinha não escreveu o seu também, como era para desejar. Espero que empregueis bem o tempo em que vos apliqueis aos vossos estudos como convém a pessoas tais que a Providência

> colocou em tão alta hierarquia [...]. Recebei, meu querido filho e amadas filhas, a benção que de todo o coração vos deita, vosso saudoso pai.

Depois do segundo casamento de d. Pedro, mesmo a pequena duquesa de Goiás continuou merecendo todos os cuidados do pai. Ele ocupou-se pessoalmente em escolher para ela um "convento de maior crédito" para sua educação. A abadessa foi instada a tomar "especial cuidado e educação de Sua Alteza". Ela ali ficaria internada "com a necessária decência, sem cair em qualquer extremo de ostentação ou mesquinhez".

Pais choravam a morte de seus filhos. Ao perder João Carlos, seu primeiro varão, durante os conflitos que tiveram lugar na corte em fevereiro de 1822, d. Pedro escreveu a d. João VI: "No meio da tristeza, cercado de horrores", informava o "golpe que minha alma e meu coração dilacerado sofreram". E, acrescentava rancoroso: "A Legião (de soldados lusos) matou o neto de Vossa Majestade". Ele, que pouco esteve ao lado da esposa, a imperatriz Leopoldina, por conta dos tumultos que iam a curso para a expulsão do exército português do Rio de Janeiro, "chorando muito, deu o último beijo, deitou-lhe a derradeira benção paterna", vendo-o exalar o último suspiro. A José Bonifácio solicitou que dispusesse sobre o caixão do "querido filho" um epitáfio de seu próprio punho. "Emende-o se não estiver bem", pedia.

D. Pedro, o "bom pai", como afirmaram tantos biógrafos. Sim, pois o sentido da paternidade estava visivelmente em transformação. Passava-se do "pai tirano" ao "pai amante". O jovem príncipe inspirava-se claramente desse novo princípio. Se, durante o Antigo Regime, eram comuns os pais que tratavam seus rebentos com brutalidade e ignorância, essa era a época dos laços de afeto e cuidados com os filhos. A paternidade deixava de ser pautada exclusivamente pelo sangue, pela linhagem, para consolidar-se como resultado de um desejo, de uma vontade. O homem deixava de ser simplesmente um genitor, para responsabilizar-se pelo amor à criança e pelo bem da família. Nesse quadro, perder um herdeiro macho era fonte de luto e lágrimas. Pior, confirmava-se a maldição dos Bragança: primogênitos eram condenados a morrer. Rompia-se o sentido da linhagem.

O jovem imperador, apesar do temperamento inconstante e complexo, nunca descurou dos filhos. Era capaz de passar noites medicando seus pequenos, dando-lhes xarope, ministrando-lhes sanguessugas, anotando diagnósticos. Contava até o número de "bichas" que os filhos deitavam.

Em seu diário, o barão de Goicana, Sebastião Antônio Accioli Lins, usineiro e político do Segundo Império, deixou páginas eloquentes sobre o fim de seu filho caçula. João Batista era epilético. As páginas anotaram cuidadosamente a reincidência dos ataques, suas fases de prostração e depois, a recuperação: o menino vestia o pequeno paletó escuro para tocar piano ou conversar com a gente do engenho. Em vão o pai percorreu o gabinete de especialistas recifenses. E recorreu a todos os medicamentos em voga. Entre eles, a homeopatia. Usou, ainda, as velhas receitas avoengas: clister de pimenta, água de flor de laranjeira ou pílulas de jalapa.

O mesmo faz o barão de Penedo, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, em carta ao barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley, sobre o triste fim do seu filho que viu definhar nas mãos dos grandes cirurgiões europeus. O rapaz era carinhosamente chamado pelo diminutivo, Chico, e encontrava-se no Brasil, enquanto o pai estava na Europa:

> Recebi cartas dele, e a opinião dos médicos que lá o examinaram. Ela coincide perfeitamente (talvez com um pouco para mais) com a dos principais daqui; e confesso-te que não me tranquiliza o que eles dizem, ao contrário. […]. Se porém visses como todos o fomos embarcar em Southampton deixando-nos cheios de cuidados e de tristeza, com febre contínua, tosse, transpirações copiosas etc. – outra seria a tua impressão. Ainda bem, que tão acertada foi a ideia da viagem de mar. Enfim! Esperemos, e rezar é a nossa consolação.

E algumas semanas depois: “Não pode estar mais gravemente doente – assim me diz o médico, que o viu partir para o Brasil. A viagem de mar deu-lhe certo vigor, como em tais casos sempre acontece; mas a sua fraqueza é espantosa e tudo nos faz recear o pior! … Enfim, Deus fará o que lhe aprouver. Já vês, pois, como devo ter o espírito neste momento.”

Em desespero, o pai traz o filho de volta, em busca de melhor tratamento. Para tudo terminar no início de janeiro de 1877: “Acabo de receber de Menton um telegrama da minha mulher chamando-me a toda pressa para junto do meu pobre filho, que está muito mal! Parto imediatamente para lá, e nesta aflição não tenho cabeça nem tempo para escrever-te.”

E concluindo a dolorosa via-crúcis: “Aqui estamos, tua comadre, Arthur e eu, depois de todas as nossas desgraças e concluídas as últimas cerimônias fúnebres para com o meu pobre Chico. Fomos a Marselha levar o corpo a bordo do vapor Savoie o qual partiu ontem para o Rio da Prata, devendo tocar no Rio de Janeiro somente na volta o que será por 25 ou 26 de março, quando o corpo desembarcará.”

Festejar nascimentos, enterrar os filhos, mas, sobretudo encaminhá-los, essa se tornou a tarefa maior dos pais. Tal como nos séculos anteriores, cabia ao pai a transmissão de conhecimentos que iriam garantir o futuro do filho. A educação era uma obrigação paterna sublinhada permanentemente pela Igreja, retomada em outra ótica pelo filósofo Rousseau, traduzido para o português em 1822: “Como a verdadeira nutriz é a mãe, o educador é o pai”. Ele dizia que mais valia o zelo do que o talento. Que cabia ao pai transmitir deveres, não aos professores. Nunca delegar, dizia Rousseau. Delegar seria renunciar.

Não se sabe se o barão de Goicana lia Rousseau ou, se somente seguia o bom senso. Mas fazia todos os seus filhos acompanharem a administração do banguê, dirigir a roça e o plantio da cana. Na outra ponta, o pai escravo ou o lavrador ensinava ao filho a lavrar a terra apoiado nas lições que recebeu de seus ancestrais.

Além disso, valorizava-se mais e mais a educação como um mecanismo de ascensão social ou de preservação do lugar na sociedade. O barão do Rio Branco, a serviço do Brasil na

Europa, escolheu pessoalmente a escola em que os filhos iam estudar:

> Depois de vistas pessoais em Paris e de madura reflexão sobre o gênero de educação que ele próprio gostaria de receber; depois de vacilar entre os colégios religiosos e as instituições oficiais, acabou fixando sua escolha no Liceu Henrique IV, seduzido, sobretudo, depois de uma visita longa e minuciosa, pelo seu aspecto de antigo regime, um pouco monacal […] era então o que se chamava un établissement bien pensant, isto é, sem tendência clerical pronunciada, estabelecimento de educação onde, ao lado do estudo clássico profundo, se ensinava a moral católica de maneira razoável, numa bela capela gótica.
>
> Conclui Raul do Rio Branco na biografia de seu pai: "Esses pormenores podem dar ideia da maneira pela qual meu pai olhava para a questão, a seus olhos tão grave, do que deve constituir a educação dos filhos". A Inglaterra – onde começou a carreira e que lhe inspirava a maior admiração por sua política e sociedade – ficou em segundo plano. Rio Branco não aprovava "a prática de esportes" que, segundo ele, ocupava "um lugar preponderante no preparo da mocidade britânica". Mas, não descurava de certa higiene do corpo. É seu filho quem conta:
>
> Julgava meu pai indispensável à saúde e ao desenvolvimento dos filhos que estes tivessem uma hora de marcha a pé pela manhã, quando a caminho do colégio onde eram meio pensionistas; e outra à tarde, ao regressarem. Tarde que deitasse – às vezes às cinco da manhã – estava vigilante, frequentemente por intermédio de minha mãe que era também muito matinal – para que todos levantássemos às seis, o mais tardar, a fim de estarmos às oito no colégio, qualquer que fosse o tempo que fizesse.

Fazia parte da educação, percorrer juntos, galerias, livrarias e bibliotecas. Bem como visitar, no fim de semana, lugares históricos e museus nos arredores de Paris: Fontainebleau, Versailles. Por vezes, a parada num lugar público, o Café Toroni ou a Maison d'Or, permitia maior descontração. Lembrança inesquecível para o menino Raul foi, aos doze anos, ver com o pai o cadafalso que se elevou no Arco do Triunfo ao grande escritor Victor Hugo. E, comovido, ouvir o pai recitar a poesia de Alfred de Musset e Gonçalves Dias.

Muita coisa tinha mudado, na segunda metade do século XIX. Em 23 de outubro de 1875, o barão de Penedo escrevia ao barão de Cotegipe, mostrando que as escolhas dos filhos não cabiam mais aos pais: "Agora tenho que anunciar-te a partida de meu filho Alfredo para o Rio pelo próximo paquete de Southampton, a 9 de novembro. Depois de tanto deliberar, foi afinal decidido que ele entrasse na Marinha; ele deseja essa carreira. Ainda que não seja de grande perspectiva não me oponho, antes acoroçôo o rapaz a que a siga. Ele é bravo, sadio, e não pode senão fazer-lhe bem a disciplina da Escola de Marinha."

Escolhas eram possíveis, sobretudo entre as elites, pois, na mesma época, crianças eram empurradas pelos genitores para o trabalho fabril. Agora, não se tratava mais da transmissão de um ofício ou de um saber, mas do controle sobre a força de trabalho de meninos e jovens, diante das transformações e das implicações sociais da industrialização selvagem. Pai e patrão se confundiam, entre os mais pobres. A família biológica tinha que ser também a família econômica. A absorção de crianças no processo de industrialização das últimas décadas do século XIX atingiu cifras elevadas. E, a despeito de medidas legislativas de proteção ao menor, que proibiam o emprego de menores de doze anos nas fábricas, ou do regulamento do serviço sanitário de 1911, que proibia o trabalho noturno de menores, poucos industriais respeitaram essas disposições. Essa desobediência era corroborada por vários pais que empurravam suas crias para o trabalho. Os pequenos salários colaboravam para aumentar os magros proventos da família.

Gilberto Freyre detecta, no fim das casas-grandes e na transição da vida rural para a vida urbana, a perda de prestígio do patriarca. O fim do Império seria, para o autor, o começo do desprestígio da velhice. Se outrora tomava-se a benção do velho pai com respeito e quase terror, agora, não mais. Não mais eram chamados de "senhor Pai", mas de "papai, "papaizinho". Padre Lopes Gama, em artigos corrosivos, concordaria. No passado – explicava –, os jovens tinham "muito respeito, muito medo de seus pais e tutores". Joaquim Nabuco, que escreveu a biografia de seu pai, definiu tais tempos como os da "neocracia", ou seja, "da abdicação dos pais nos filhos". Da transição, diria Freyre, do patriarcalismo ao individualismo.

Em Um estadista do Império, Nabuco refaz a trajetória do senador José Tomás Nabuco de Araújo como parlamentar, presidente de províncias e conselheiro de Estado. Exalta-o, enquanto conta páginas da história do país. Mas, se Nabuco é capaz de falar com desenvoltura do político, ele pouco conheceu do pai na infância. Pois o menino Quimquim passou seus primeiros anos de vida no engenho Massangana, nos braços da madrinha Ana Rosa Falcão de Carvalho. Abandono? Não. Apenas a circulação de crianças tão comum, nessa época. Com a transferência da família para a corte, Quimquim ficou no engenho que acabaria por lhe inspirar as mais contundentes páginas sobre a escravidão. Só iria conviver com os pais quando veio estudar no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

E foi desse pai, não do estadista, que Nabuco leu as seguintes linhas, em Londres, em outubro de 1874: "O que hei de dizer depois do fato consumado? […] Enfim, o que está feito, está feito. Mas erraste".

O senador Nabuco de Araújo referia-se ao fato de o filho ter deixado escapar um dos maiores dotes do Império brasileiro, depois de dilapidar sua pequena herança percorrendo as capitais e cidades europeias: Paris, Genebra, cidades italianas. Os pais não fabricavam mais casamentos, mas ainda puxavam as orelhas dos filhos. O respeito à figura do pai e a descoberta de uma interlocução, outrora inexistente, fica visível nas anotações de André Rebouças sobre seu cotidiano. Quantas vezes, nos diários, são agendadas visitas ao pai! O brilhante engenheiro negro passava para beijar-lhe as mãos, fazer visita e prestar contas de suas andanças pelo Brasil. O final do século XIX assistiu a uma nova intervenção no funcionamento das famílias e no papel dos pais: a que foi feita por médicos higienistas e industriais.

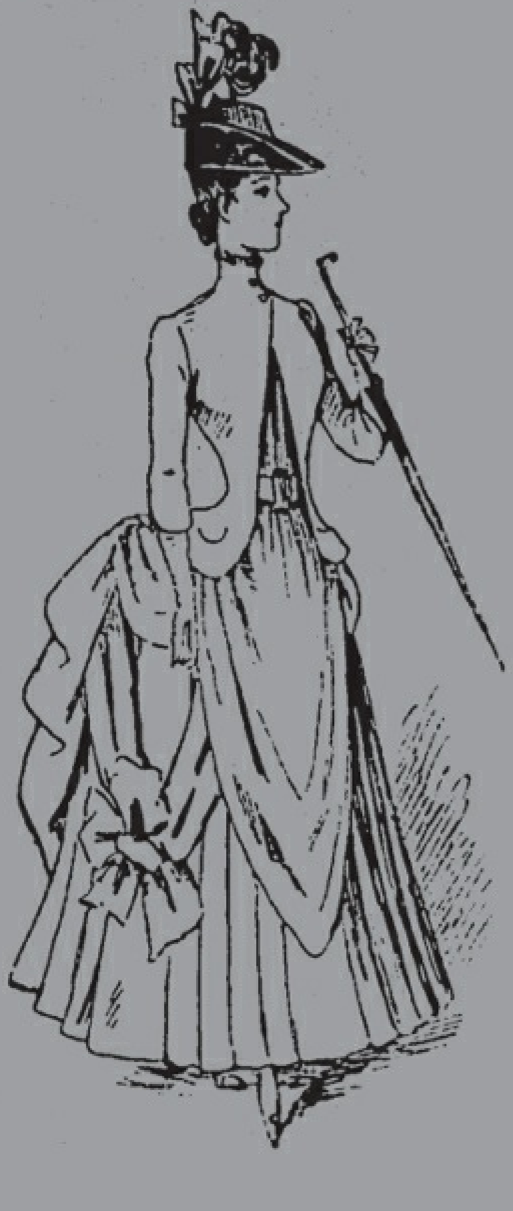
Para muitos cientistas, era preciso interferir para modernizar o núcleo familiar, modelando-o, segundo o que chamavam de “ordem social”. O lema “Ordem e Progresso” incentivou a construção de um país civilizado, de uma nação de acordo com parâmetros europeus ou estado-unidenses. Segundo tais cientistas, o poder de muitos pais estaria na base dos males a corrigir. Sobretudo o de pais alcoólatras, desempregados, ociosos, meliantes, viciosos. Tais figuras tinham que ser emendadas, pois seu mau comportamento era um problema sanitário. E problema que, como disse Margareth Rago, tinha que ser “desodorizado”.

Na verdade, temia-se que as péssimas condições de vida das camadas subalternas enfraquecessem o sentimento de família, e, portanto, de paternidade. A imoralidade decorreria da baixa de autoestima do pai. Papéis novos para a mulher na sociedade protoindustrial também interfeririam na imagem que, antes, se fazia do chefe da casa. Recebendo salários, as mães também ganhavam espaço no ambiente familiar. O novo papel do pai seria o de integrar um sistema capilar onde tudo fosse metódico e sistemático. A ciência médica entendia que, para além da função biológica, pais tinham um compromisso com a reprodução social e a construção do “bom cidadão”. Deveriam assumir, assim, o projeto de valorizar a intimidade do lar, instaurando a família moderna e higiênica. Em casa, tudo limpo: espaços, corpos e mentes. As sujas eram consideradas “berço do vício e do crime” e combatidas.

Grandes industriais mandavam construir à volta de suas plantas casas para moradia de seus operários, “com toda a comodidade e conforto da vida social atual”. A ideia, segundo um desses capitalistas estudado por Rago, era evitar que trabalhadores e pais de família “frequentassem bares, botequins e outros lugares de vício, afastando-se especialmente do álcool e do jogo”. A honra, antes um problema regulado pelo patriarca, passa a ser uma questão nacional, enraizada na moral pública e defendida por uma intervenção do Estado, que atuaria no lugar desse patriarca. A atividade filantrópica passou a multiplicar ações contra o risco de dissolução das famílias.

A Igreja entrava em ação. A aliança entre patrões, poderes públicos, higienistas – para organizar de ponta a ponta a vida dos trabalhadores e das classes subalternas – não passava despercebida. Havia uma grande preocupação em vigiar o trabalhador desde os momentos mais íntimos de sua vida diária: a que horas saía ou voltava de casa, qual a casa mais limpa, o filho mais estudioso, a mulher mais ordeira, quem se casava ou se “perdia com quem”.

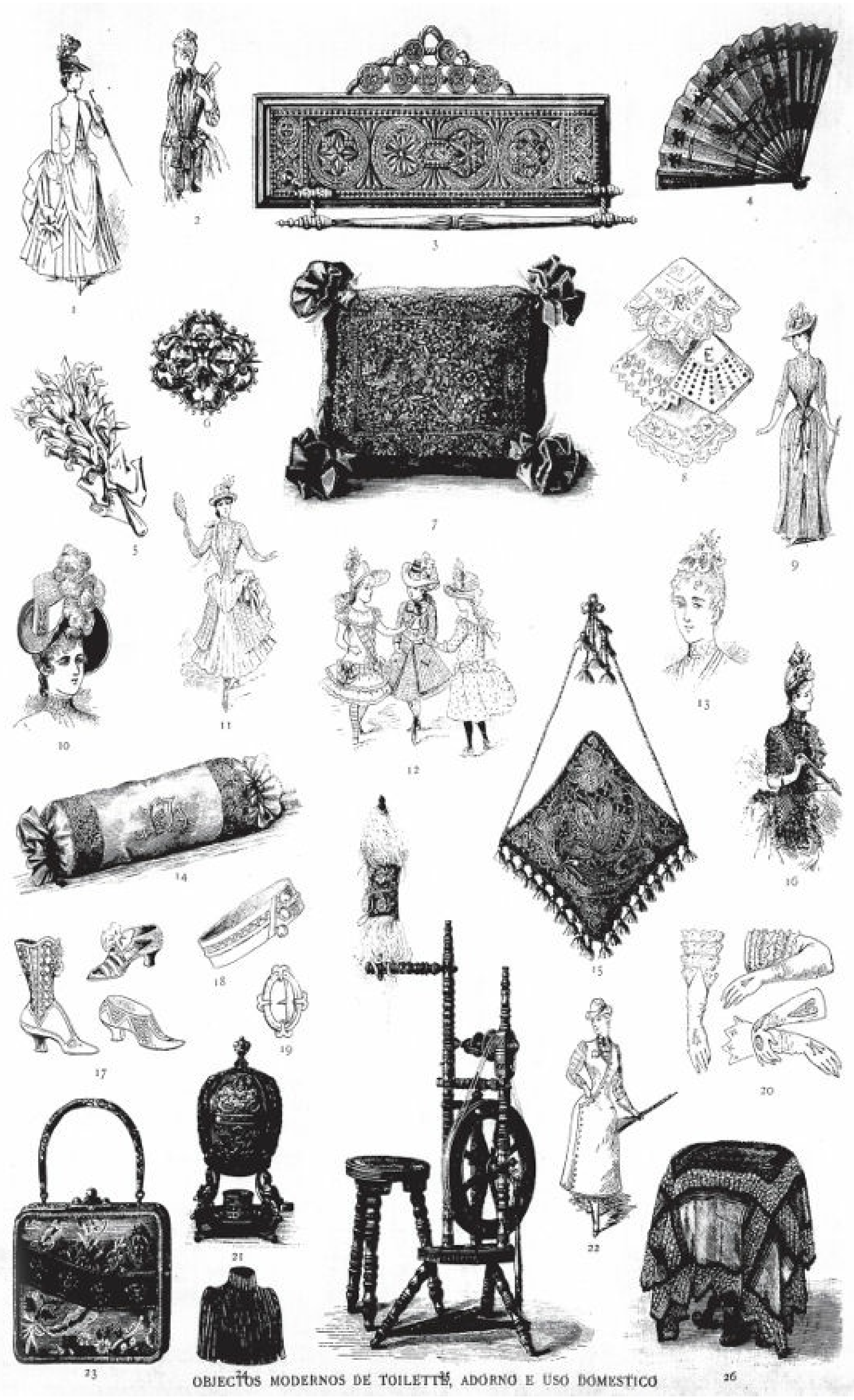
# 5. ELES & ELAS



A aparência tinha muito a dizer sobre a sociedade nos tempos do Império. O homem tentava fazer da mulher uma criatura tão diferente dele, quanto possível. Ele, o sexo forte, ela, o fraco; ele, o sexo nobre, ela, o belo. O culto pela mulher frágil, que se reflete nessa etiqueta e na literatura e também no erotismo de músicas açucaradas, de pinturas românticas; esse culto pela mulher é, segundo Gilberto Freyre, um culto narcisista de homem patriarcal, de sexo dominante que se serve do oprimido – dos pés, das mãos, das tranças, do pescoço, das ancas, das coxas, dos seios – como de alguma coisa quente e doce que lhe amacie, excite e aumente a voluptuosidade e o gozo. Nesse culto, o homem aprecia a fragilidade feminina para sentir-se mais forte, mais dominador.

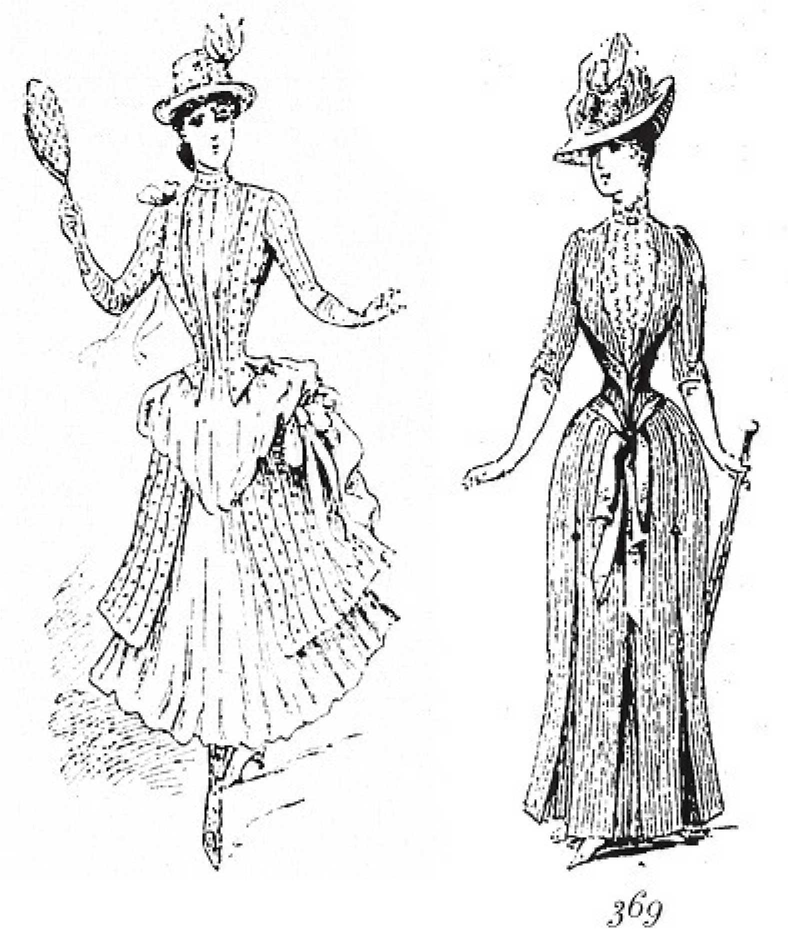
Todo o jogo de aparências colaborava para acentuar a diferença: a mulher tinha que ser dona de pés minúsculos. Seu cabelo tinha que ser longo e abundante preso em penteados elaboradíssimos para fazer frente a bigodes e barbas igualmente hirsutos. Homem sem barba era maricas! A cintura feminina era esmagada ou triturada por poderosos espartilhos, acentuando os seios aprisionados nos decotes – o peito de pomba – e o traseiro, aumentado graças às anquinhas. Tal armadura era responsável, segundo os médicos mais esclarecidos por problemas respiratórios e hemoptises que, de resto, ajudavam a desenhar a figura da heroína romântica, "a pálida virgem dos sonhos do poeta", doente do pulmão. A complicação das roupas tinha um efeito perverso: ela suscitava um erotismo difuso que se fixava no couro das botinas, no vislumbre de uma panturrilha, num colo disfarçado sob rendas.

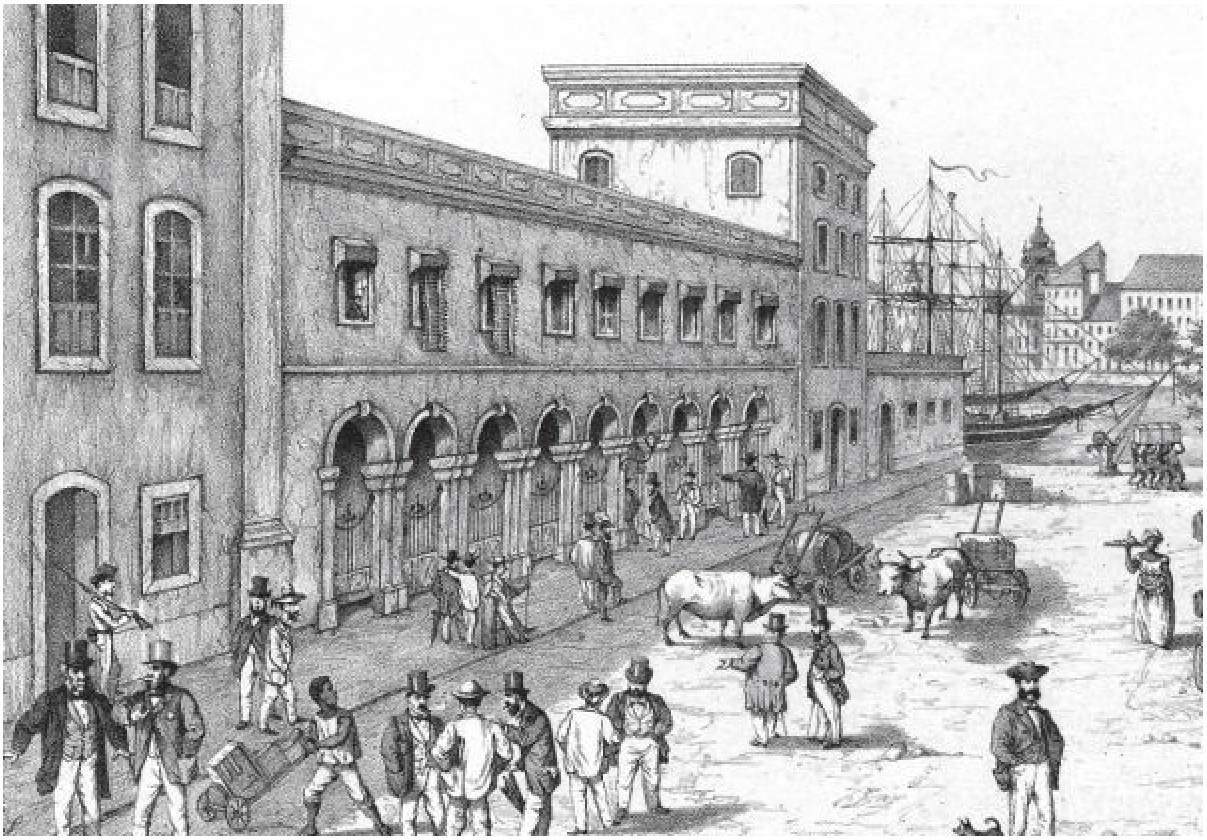
Partes do corpo, sexualmente atrativas, designavam, entre tantas jovens casadoiras, as mais desejadas. Do corpo inteiramente coberto da mulher o que sobrava eram as extremidades. Mãos e pés eram os que mais atraíam olhares e atenções masculinas. Grandes romances do século XIX como A pata da gazela ou A mão e a luva revelam, em metáforas, o caráter erótico dessas partes do corpo. Mãos tinham que ser longas, com dedos finos acabando em unhas arredondadas e transparentes. Não apenas os dedos eram alvo de interesse, mas seu toque ou os gestos daí derivados eram reveladores da pudicícia de uma mulher. Pequenos, os pés tinham que ser finos, terminando em ponta; a ponta era a linha de mais alta tensão sensual. Faire petit pied era uma exigência nos salões franceses; as carnes e os ossos dobrados e amoldados às dimensões do sapato deviam revelar a pertença a um determinado grupo social, grupo de cujo interior as mulheres pouco saiam, pouco caminhavam e, portanto, pouco tinham em comum com escravas ou trabalhadoras do campo ou da cidade, donas de pés grandes e largos. Os pés pequenos, finos e de boa curvatura eram modelados pela vida de ócio, eram emblema de "uma raça", expressão anatômica do sangue puro, sem mancha de raça infecta como se dizia no século XVIII. Circunscrita, cuidadosamente embrulhada no tecido do sapato, essa região significou, muitas vezes, o primeiro passo na conquista amorosa. Enquanto o príncipe do conto de fadas europeu curvava-se ao sapatinho de cristal da Borralheira, entre nós, os namoros começavam como já vimos, por uma "pisadela", forma de pressionar ou de deixar marcas em lugar tão ambicionado pelos homens. Tirar gentilmente o chinelo ou descalçar a mule era o início de um ritual no qual o sedutor podia ter uma vista do longo percurso a conquistar. Ritual que tinha seu ponto alto na "bolina dos pés", afagos que se trocavam nesta zona altamente sensível.


1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
OBJECTOS MODERNOS DE TOILETTE, ADORNO E USO DOMESTICO

*A obsessão pela cintura fina.*

*A Estação: jornal ilustrado para a família*, ano XVIII, nº 2, p. 6, 31 jan. 1888.
BIBLIOTECA NACIONAL.

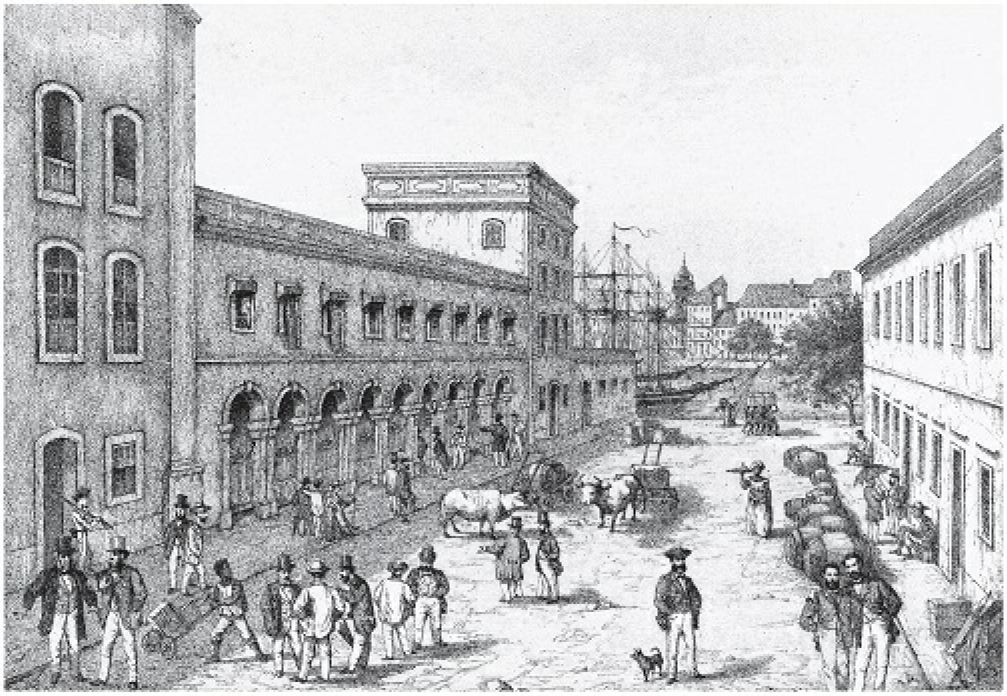




Apesar dos espaços de encontros terem se multiplicado, embora jovens pudessem se encontrar, trocar emoções e mesmo “namorar” – palavra que não tinha na época o mesmo sentido que lhe emprestamos mais tarde –, na hora de casar, as razões passavam longe do coração. Em 1887, Mauricio Lamberg enfatizava o exagerado puritanismo da brasileira, como ele nunca vira em outro lugar. Um puritanismo ostentado como medalha de bom comportamento, sobretudo às vésperas do casório. E explicava: "Por exemplo, a nenhuma moça é permitido caminhar na rua sem ir acompanhada por um parente muito próximo. Não a pode acompanhar o próprio noivo".

Os jovens pautavam sua forma de vestir e de se comportar pelos paradigmas britânicos. Elegância? Só à inglesa. Afinal, os comerciantes da Velha Albion dominavam a venda de tecidos masculinos nas principais praças. Dificilmente se tornavam alfaiates, como os franceses. Com a Revolução Industrial, os trajes masculinos se tornaram mais despojados e austeros, deixando de lado os ornamentos e bordados, as joias e as cores vivas, típicas da vida nas cortes europeias – explica a historiadora Márcia Pinna Raspanti. O campo era a inspiração para os trajes masculinos, já que a aristocracia inglesa tinha grande apreço pelos esportes e hábitos campestres. Os hábitos burgueses impactaram a moda, e os homens passaram a associar a elegância a uma postura mais séria e discreta, deixando o mundo da futilidade e da ostentação para as mulheres.

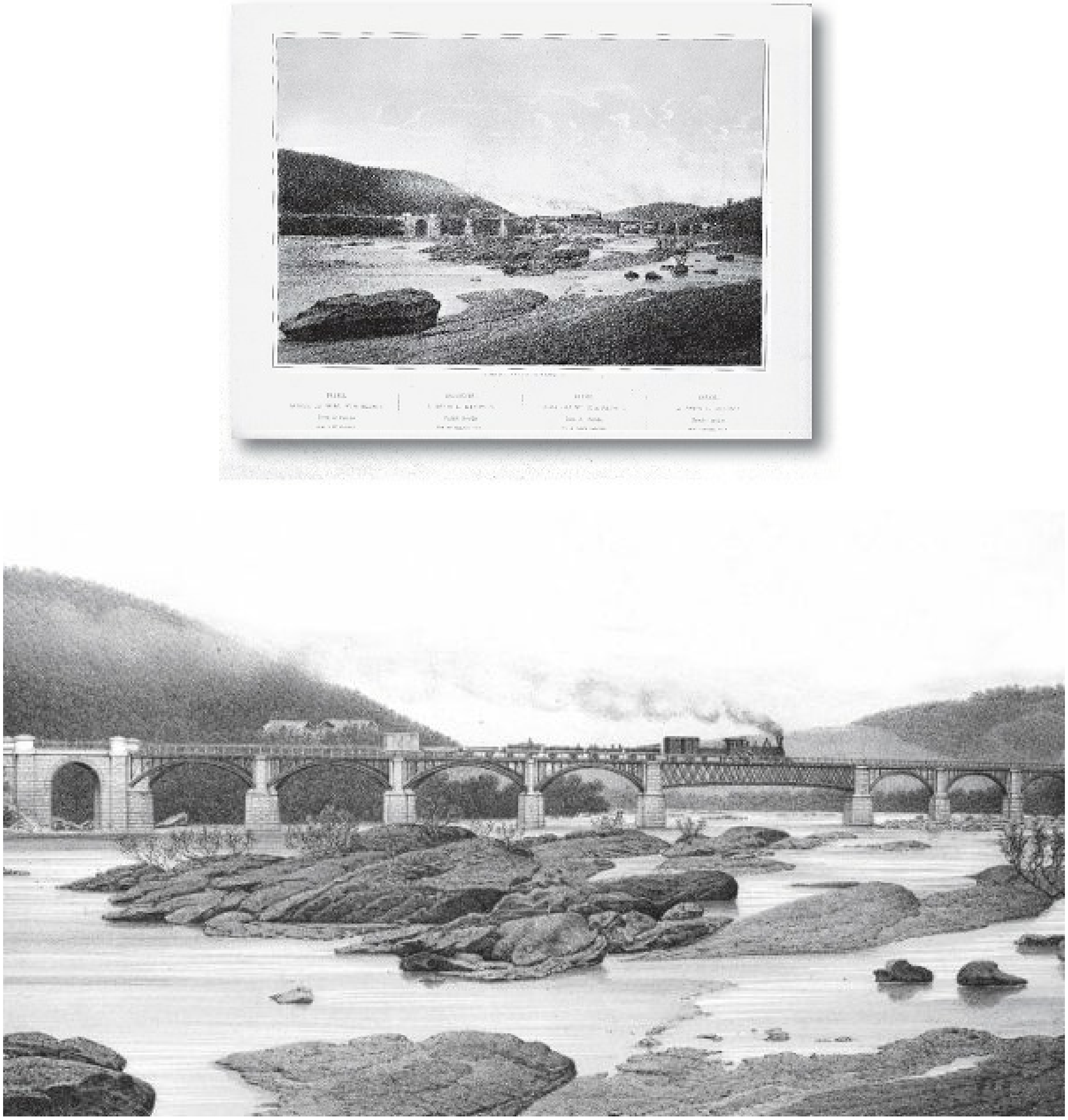
O uso de joias era moderado, restringindo-se aos alfinetes de gravata, anéis, apetrechos de fumo em prata e relógio de bolso. O terno com paletó mais curto só chegaria ao Brasil no final do século, substituindo as casacas compridas. Os senhores de engenho do Nordeste exibiam casaca e colete escuros, de alpaca ou lã, calças claras ou escuras com vincos laterais, de flanela, feltro ou linho. Gravatas e chapéu preto de copa dura eram obrigatórios. As barbas tinham que estar aparadas e os cabelos, em geral, tratados com brilhantina. No rosto usavam-se "felpas de pera", ou pequeno cavanhaque no queixo. A julgar pelo exemplo de Félix Cavalcanti de Albuquerque, homens de certo nível não saíam a rua sem o croisé ou a sobrecasaca preta. As roupas de maior luxo eram feitas em alfaiate. No Recife, o da Casa Imperial, ou o Pavão, na rua da Imperatriz. Gravatas de seda e camisas de linho podiam ser compradas em armazéns de fazendas inglesas. Nos pés, botinas pretas. Ninguém sem guarda-chuva, nem o imperador d. Pedro II, símbolo de autoridade mais burguesa do que aristocrática. Ele, aliás, sempre vestido de sobrecasaca e cartola pretas, representava a gravidade e a solenidade que caracterizavam o Segundo Reinado.



*Apesar do clima tropical, homens vestiam-se com fraque e cartola.*

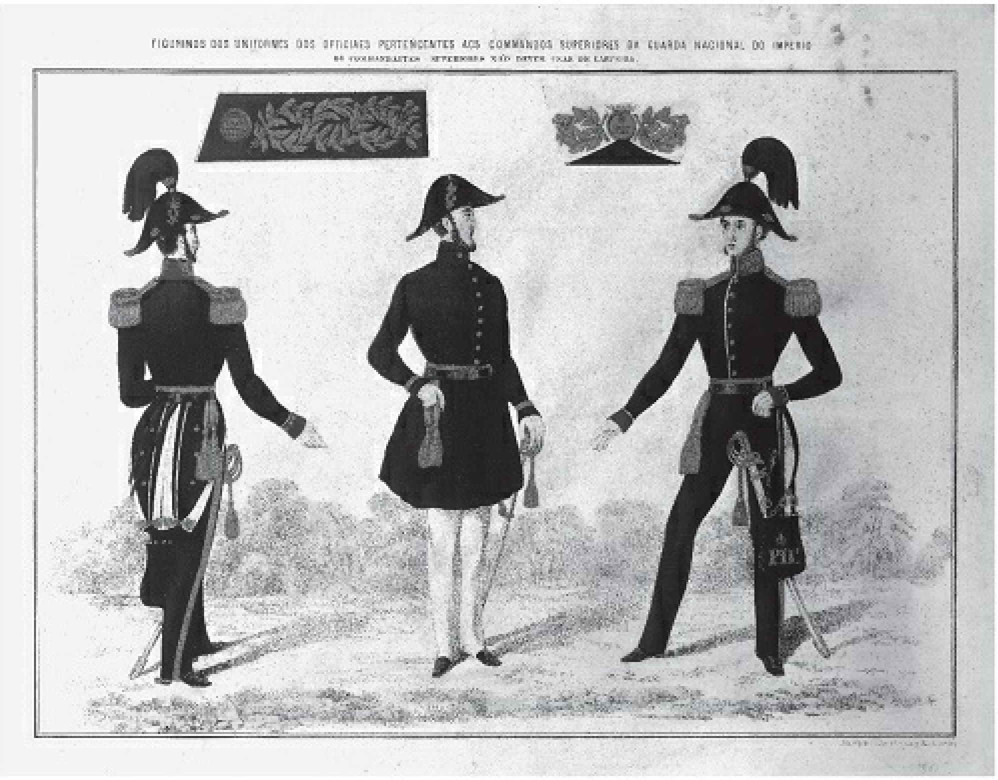
SCHLAPPRIZ, Luís. *Largo da Alfândega.*
Recife, Pernambuco. [1863-1868].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Márcia Raspanti conta ainda que os artistas, principalmente fotógrafos e pintores, suavam gravatas de seda largas com nó desleixado, casaco de transpasse alto e gola curta. Já os professores de direito eram reconhecidos por suas sobrecasacas negras e capas sem mangas – as opas –, típicas das várias confrarias. Havia também os trajes regionais. Os sertanejos costumavam trajar chapéu de couro, gibão, guarda-peitos, perneiras, luvas e peia-boi; o gaúcho tinha visual semelhante com o acréscimo do poncho. Nas áreas rurais, em casas-grandes ou fazendas de café era costume oferecer aos convidados um casaco leve de linho, seda ou alpaca, para substituir os casacos de cores escuras e tecidos mais pesados durante as refeições. O que os deixava mais confortáveis. O transporte por via férrea trouxe uma contribuição interessante para o vestuário masculino: os ingleses introduziram o guarda-pó branco, de algodão ou linho, usado nas viagens de trem. Na segunda metade do século XIX, o artigo se tornou moda entre os abastados que circulavam nos vagões. O robe de chambre, de veludo colorido e brocados, também teve alguma penetração no Brasil entre os mais ricos.



*Viagens de trem estimularam novos hábitos e vestimentas.*

LINDE, Carlos. *Estrada de Ferro de d. Pedro II*: Ponte de Paraíso, sobre o rio Parahyba. [1867?].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: *BRASIL*: ESTRADA DE FERRO DE D. PEDRO II. [GRAVURA 28].


FIGURINOS DOS UNIFORMES DOS OFFICIAES PERTENCENTES AOS COMMANDOS SUPERIORES DA GUARDA NACIONAL DO IMPERIO

*Uniforme militar como modelo da elegância masculina.*

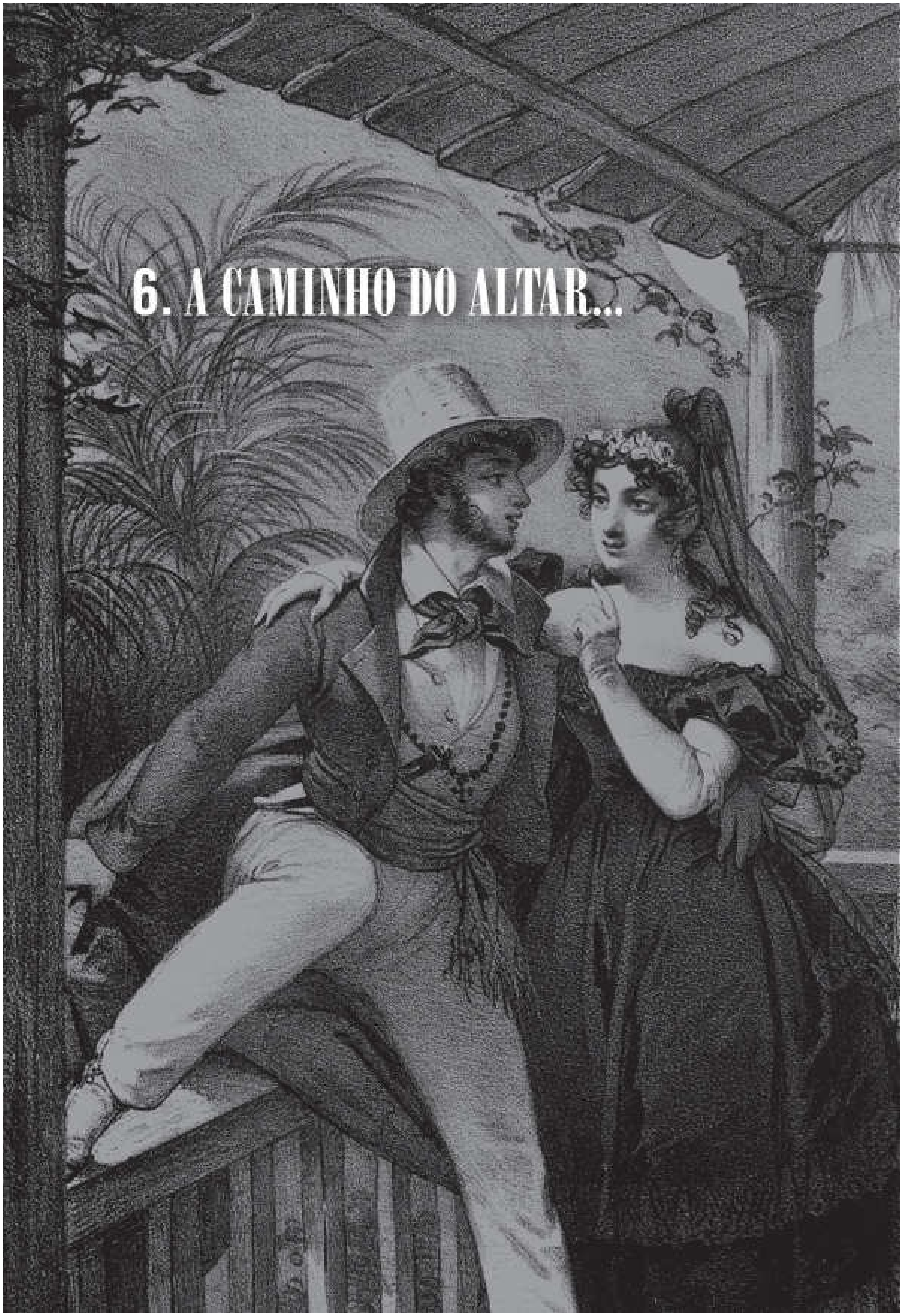
*Figurinos dos uniformes dos Officiais pertencentes aos Commandos Superiores da Guarda Nacional do Império*: Os Commandantes Superiores não devem usar de carteira. [entre 1851 e 1854].
BIBLIOTECA NACIONAL.

Durante o século XIX, diz a historiadora, o costume de demonstrar a posição social por meio do vestuário e pequenas ostentações fazia parte da sociedade. Aluísio de Azevedo, em O cortiço, descreve com deliciosa ironia o esforço necessário para que um homem de origem mais humilde fosse aceito entre a elite. A transformação de João Romão, dono de um cortiço e de rudes maneiras, num distinto burguês, demonstra que apenas amealhar fortuna não era suficiente para obter ascensão social:

> Mandou fazer boas roupas e aos domingos refestelava-se de casaco branco e de meias, assentado defronte da venda, a ler jornais. Depois deu para sair a passeio, vestido de casimira, calçado e de gravata. Deixou de tosquiar o cabelo à escovinha; pôs a barba abaixo, conservando apenas o bigode, que ele agora tratava com brilhantina todas as vezes que ia ao barbeiro. Não era mais o mesmo lambuzão! E não parou por aí; fez-se sócio de um club de dança e, duas noites por semana, ia aprender a dançar; começou a usar relógio e cadeia de ouro.

Já o tipógrafo Porfiro, outro personagem da cidade, esse um mulato mais velho e dono de cabeleira encarapinhada, “não dispensava sua gravata de cor, saltando em laço frouxo sobre o peito da camisa; fazia questão de sua bengalinha com cabeça de prata e de sua piteira de âmbar e espuma, em que ele equilibrava um cigarro de palha”.

# 6. A CAMINHO DO ALTAR...



Século XIX: entra em cena, na pena de José de Alencar, aquele que será um dos personagens principais da história do amor nesse período: o casamento por interesse. Considerado um negócio tão sério que não envolvia gostos pessoais, ele se consolida, entre as elites. As esposas eram escolhidas na mesma paróquia, família ou vizinhança. Ritos sociais passavam a organizar, então, o encontro de jovens casais que passavam, sem intermediários, ao casamento. Namoro: pouco ou nenhum. Noivado, rápido. Com ritos amorosos tão curtos e alheios à vontade dos envolvidos, amantes recorriam a outros códigos.

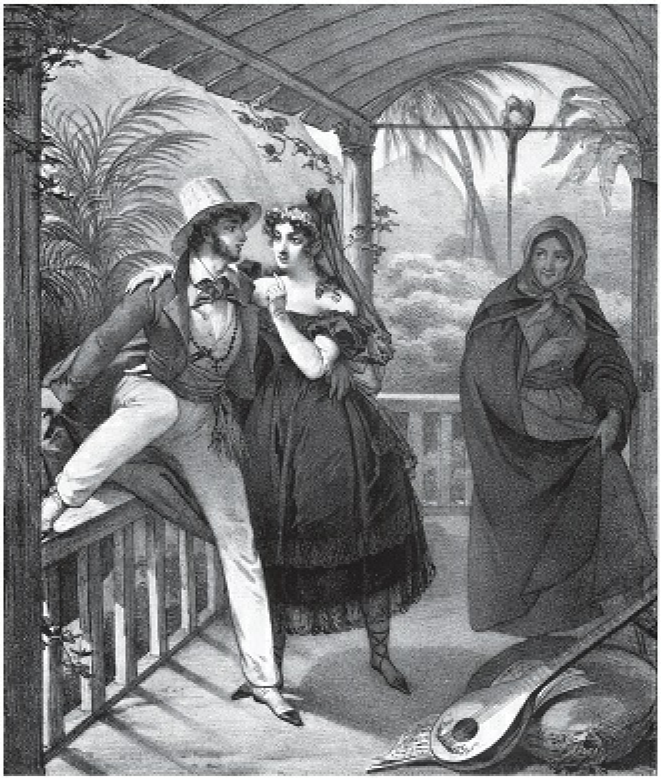
O olhar, por exemplo, era importantíssimo. Exclusivamente masculino, ele escolhia, identificava e definia a presa. Era um lugar de relações de dominação, de poder e força, inclusive sexual. A mulher podia, quando muito, cruzar o seu olhar com o do homem. Um olhar feminino livre seria percebido como um olhar obsceno, lúbrico. Olhar, portanto, era coisa de macho. Esse foi, também, um tempo em que as paixões se apresentavam na forma de modificações corporais: as lágrimas, os suores frios, o tremor, o rubor das faces, os gemidos e suspiros. Esses eram signos gerados na alma e no coração. A tristeza? Ela fazia o sangue correr mais espesso e lento, acentuando a palidez do rosto.

A alegria? Rubor na certa, pois o sangue mais fluido e rápido coloria as bochechas. Graças às influências vindas do exterior, tinha início, muito lentamente, um novo código amoroso, no qual sonhos de pureza angelical se misturavam a práticas tradicionais rudes e autoritárias. Circulavam também ideias sobre as relações entre os sexos: homens e mulheres, por exemplo, não tinham a mesma vocação e essa diferença é que fazia a felicidade de cada um.

Mas a realidade da maior parte das mulheres estava bem distante das representações literárias. Inúmeros viajantes de passagem pelo Brasil fazem alusão ao modo de vida, no qual elas passavam o dia. Bem diferentes das heroínas de romances, viviam displicentemente vestidas, ocupadas com afazeres domésticos e davam pouca atenção à instrução. Ao ócio e ao trabalho escravo – que em tudo substituía seus movimentos – os mesmos estrangeiros debitavam suas transformações físicas: belas aos treze anos, eram matronas aos dezoito. E pesadas senhoras cercadas de filhos, um pouco depois. As varandas nos fundos das casas serviam para abrigar a família, isolando-a dos rumores da rua, separando moças e rapazes. A janela era mediadora de olhares, de recados murmurados, de rápidas declarações de amor, do som das serenatas. Ela era o meio de comunicação entre a casa e a rua. Recepções a estrangeiros ou desconhecidos eram raríssimas. Um momento em que se quebrava tal pasmaceira era o do “entrudo”, ou carnaval, quando os limões de cheiro serviam para molhar o peito das moças; era nele esmigalhado pela mão do próprio namorado, maciamente, amorosamente, interminavelmente. Fora disto, o evento social mais importante continuava a ser a missa dominical. A missa? perguntará o leitor.

Sim, a missa, que tinha, então, uma importância, hoje, inimaginável numa história do amor. Ela era o melhor lugar para o namoro. Nela, se conversava com as jovens na frente de seus pais e os olhares trocados estabeleciam verdadeiros códigos secretos. Só aí, as mulheres se aproximavam e até cochichavam algumas palavras com seus interlocutores. A religião encobria tudo. O mínimo sinal bastava para ser compreendido e, enquanto se fazia devotamente o sinal da cruz, pronunciava-se, no tom da mais fervorosa prece, a declaração de amor. As famílias vinham para as cerimônias do culto guiadas pelas lanternas dos negros escravos. No luscofusco, era a “pomba” que escolhia o “gavião” e nunca o “gavião” que escolhia a “pomba”. Isso na hora do namoro, porque na hora do casamento quem escolhia era o pai. Escolher? E como ela escolhia? Lançando o seu olho mole e açucarado sobre o olho açucarado e mole do gavião de seu agrado. Era o curto-circuito. Naquele dia, só viviam daquele instante magnífico. “Que podia ele fazer no segundo encontro? Naqueles dez ou quinze segundos de proximidade com a criatura de seus sonhos?” – pergunta-se o cronista Luiz Edmundo. Coisas enormes, coisas extraordinárias.

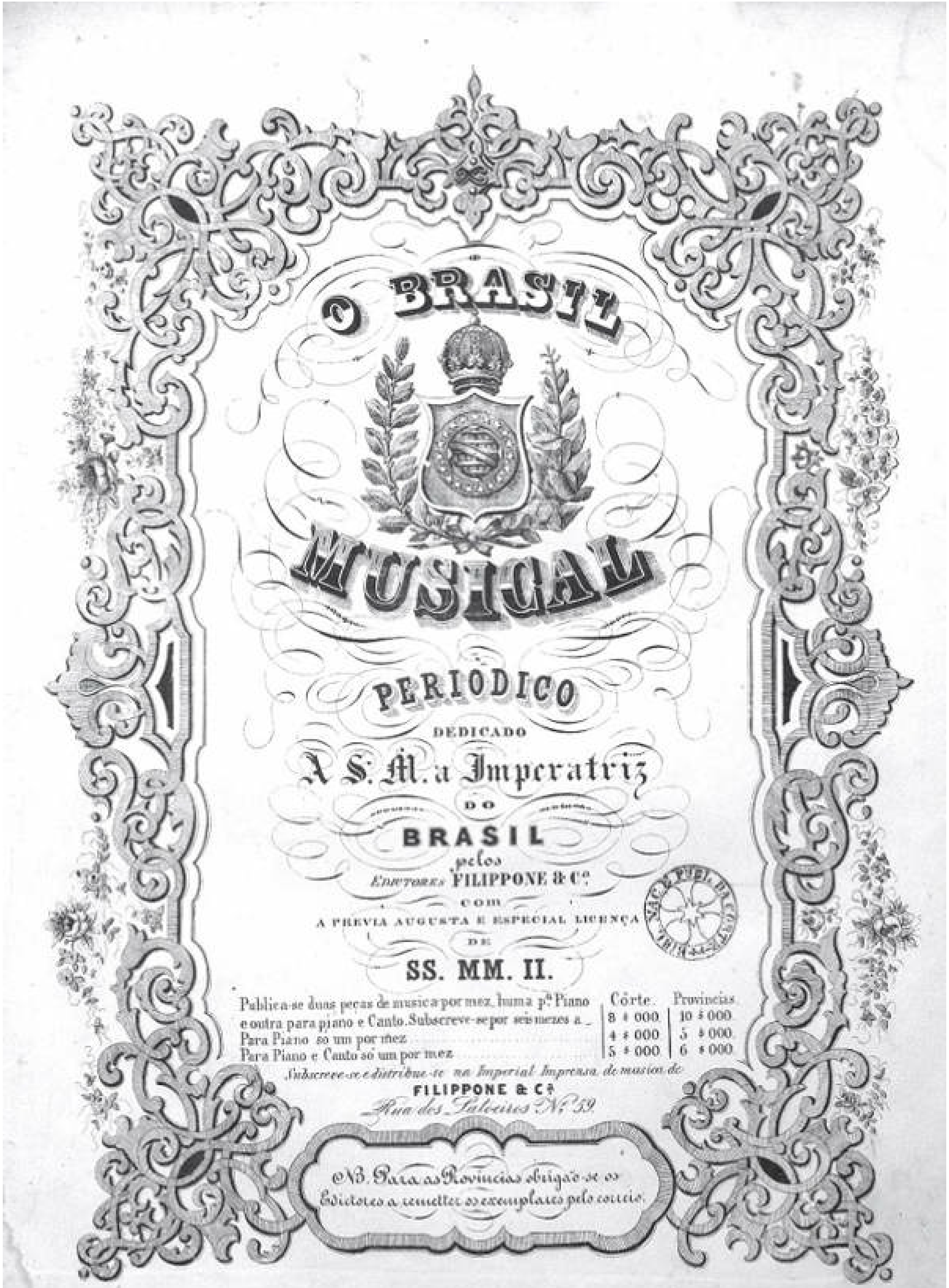
Emparelhado com a pomba, o gavião, por exemplo, podia fulminá-la com tremendíssimas piscações de olho; embriagá-la e confundi-la com frases que ele arrancava do fundo do coração… Dando por findo o estágio do olho, da frase melosa, do suspiro, abria dois dedos em forma de pinça, dois dedos desaforados e terríveis e zás, atuava na polpa do braço, do colo ou da anca da rapariga, de tal sorte provando-lhe o amor. Ficava uma nódoa escura na carne da moça, porém outra, cor de rosa, ficava-lhe na alma. Os beliscões eram chamados de mimos de Portugal. Fora a troca de olhares e os cochichos na missa, raramente um homem tinha ocasião de falar com aquela com quem queria casar, antes de tê-la pedido em casamento.



*Quando o amor era clandestino.*

MAURIN, Nicolas-Eustache. *Costumes de Rio Janeiro*. [1835].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: RUGENDAS, JOHANN MORITZ. *VIAGEM PITORESCA ATRAVÉS DO BRASIL*. [GRAVURA 46].

Quando os pais da jovem não eram muito severos, às vezes se conseguia conversar com ela. Mas só na presença deles. Até o final do século, o namoro será dificultado. Em 1890, a educadora Marie Robinson Wright observava que a inteira liberdade de namoro que já era concedida nos Estados Unidos, continuava desconhecida no Brasil. Um americano impaciente, impressionado com a beleza e a graça de uma brasileira, resumiu as dificuldades que um namorado tinha para o encontro: “Antes enfrentar um canhão carregado que a tarefa de cortejar a família inteira para conseguir a menina!” Em alguns casos, geralmente em pequenas cidades e vilarejos, o namoro continuava a ser com a jovem senhorita debruçando-se à janela para ouvir, e o devotado admirador postado na rua, desfiando declarações amorosas, impávido diante das interrupções ruidosas de passantes curiosos. Mas, além dos gestos tradicionais trazidos de Portugal – como a pisadela e o beliscão –, havia a correspondência secreta dos enamorados.



O BRASIL
MUSICAL
PERIODICO
DEDICADO
A S. M. a Imperatriz
DO
BRASIL
pelos
EDITORES FILIPPONE & C.ª
COM
A PREVIA AUGUSTA E ESPECIAL LICENÇA
DE
SS. MM. II.

| | Côrte | Provincias |
|---|---|---|
| Publica-se duas peças de musica por mez, huma p.ª Piano e outra para piano e Canto. Subscreve-se por seis mezes a | 8 $ 000 | 10 $ 000 |
| Para Piano só um por mez | 4 $ 000 | 5 $ 000 |
| Para Piano e Canto só um por mez | 5 $ 000 | 6 $ 000 |

*Subscreve-se e distribue-se na Imperial Impressa de musica de*
FILIPPONE & C.ª
*Rua dos Latoeiros N.º 59.*

*N.B. Para as Provincias obrigão-se os Editores a remetter os exemplares pelo correio.*

*Saraus musicais, um local de encontro de homens e mulheres.*

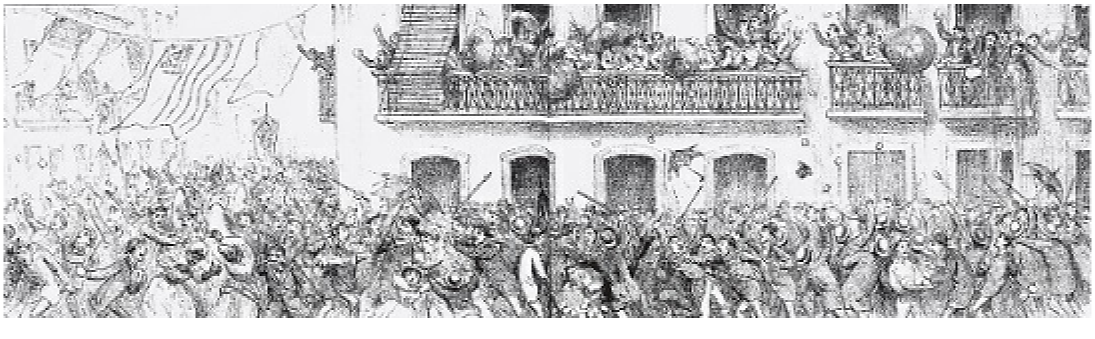
PAREJO, Jose Maria Navarro. *Variações sobre uma melodia brasileira:* O Miudinho: o Brasil

musical. [18--], nº 137.
BIBLIOTECA NACIONAL [PARTITURA].

Ela se fazia, com frequência, por meio do Jornal do Commercio. Nele, duas páginas, pelo menos, eram consagradas ao correio sentimental, com frases como: “Esperei-te ontem e não vieste!” “Aquele que morre de amor por ti implora uma resposta à sua carta.” Pelo menos no que se refere à literatura do século XIX, não parece haver indicação de que o namoro evoluiu para um sistema mais aberto de aproximação Estamos diante de duas maneiras de encarar o amor. Uma, a do amor real, feito de namoros atrás das portas; e outra, a do amor literário, que apresenta esse sentimento como estado da alma, tal como o mostram Alencar e Macedo. O que se observa na literatura romântica desse período são propostas de sentimentos novos, onde a escolha do cônjuge passa a ser vista como condição de felicidade. Mas isto ficava para os livros ou para os novos códigos amorosos que lentamente se instalavam.

A escolha na vida real era, todavia, feita dentro dos critérios paternos. É verdade que moças e rapazes começavam a ter mais espaços de convívio, reunindo-se em algumas residências para dançar e cantar. Ao som da chamada guitarra mourisca, as danças eram acompanhadas de pequenas canções: as modinhas. Por volta de 1840, cronistas locais ainda assinalavam os poucos divertimentos que se limitavam, no Rio, ao teatro São João, a alguns teatrinhos e a piqueniques e soirées onde se bailava a gavota, a mazurca e as quadrilhas francesas. Música e dança serviam para traduzir sutilmente o que não podia ser vivido de maneira mais direta. Afinal, enlaçar uma jovem, tocar-lhe a ponta dos dedos enluvados, sentir à distância o perfume de seus cabelos era o máximo de intimidade que teria um gavião ou taful com a sua pomba.

Outra novidade vinda do estrangeiro foi o cotillon – pequenos papéis com nomes de casais da literatura, como Romeu e Julieta ou Tristão e Isolda –, distribuído entre os jovens. A moda, vinda dos salões franceses, obrigava os jovens tímidos a participar das atividades sociais. O problema é que a moda promoveu também tragédias nascidas de um flirt, ensejou infidelidades, esboçadas num volteio de valsa, alimentou ciúmes. Da primeira época do reinado de d. Pedro II, entre 1840 e 1867, até a Guerra do Paraguai, se copiavam tanto os esplendores do Segundo Império francês, quanto seus maus costumes. Paris dominava o mundo, e o Rio de Janeiro se contagiava por imitação. Nos diferentes bairros, proliferavam Sociedades com títulos preciosos: Vestal, Sílfide, Ulisseia. Rapazes pareciam sonhar com um charuto entre os lábios, enquanto a jovem atacava uma valsa no piano. Lia-se Byron, solfejavam-se óperas como Nabucco ou Otelo.



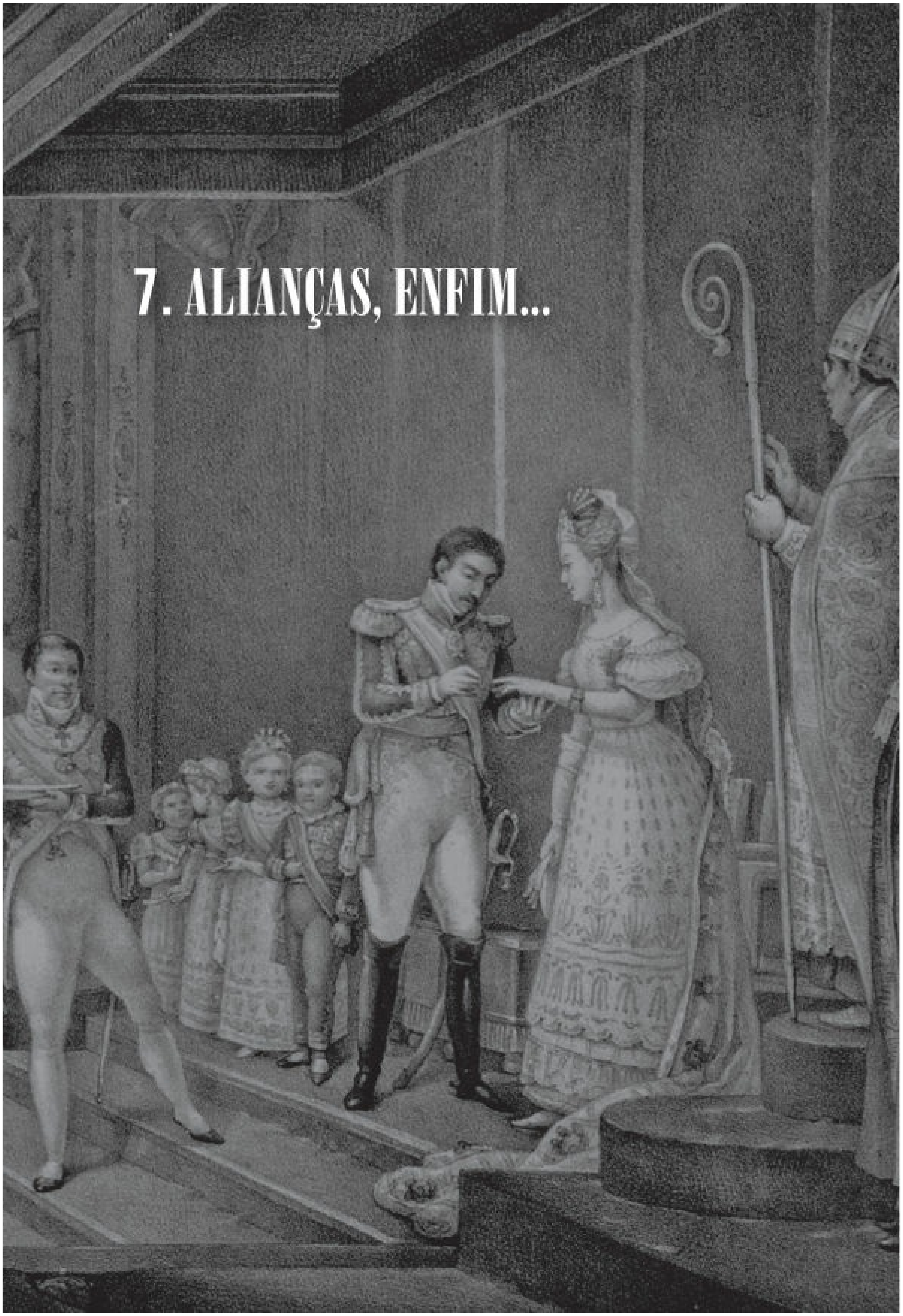
*Entrudo: uma ocasião para namorar.*

*Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, ano 9, nº
373, p. 4, 29 fev. 1884.
BIBLIOTECA NACIONAL.

Tudo era pretexto para reuniões e encontros: São João, Reis, Natal com dança depois da missa, bailes à fantasia em que mimosas pastoras ou lindas escocesas, iluminadas por velas, eram tiradas para dançar. Mais ou menos em todo o Brasil oitocentista, os cenários para os ritos amorosos se expandiam. Rituais de namoro tinham início em passeios a cavalo, piqueniques, ou nos bailes que se seguiam à formatura geral das tropas que iam servir no Rio Grande do Sul e cujos membros provocavam, com seus uniformes e manobras, os maiores elogios. Eram comuns as recepções com representações particulares de teatro, com jovens ajudantes de ordens e damas a encenar os papéis importantes.

No Nordeste, por sua vez, o calendário tinha o ponto alto na festa da Botada da cana: com procissão, fogos, missa. Essas festas campestres, conta Wanderley Pinho, eram duplamente interessantes porque não lhes faltava nada: tinham tudo, ou quase tudo, o que havia em bailes e saraus da cidade – da boa música à dança e ao luxo do vestuário das damas, somando-se ao bucólico da paisagem. Além disso, em tais encontros apresentava-se a menina que já “botava corpo” de mulher. E os pais começavam a se preocupar com casamento. Casar com “moço de boa família e algum recurso” era o plano. Piqueniques organizados sob árvores frondosas serviam para atrair pretendentes entre fazendeiros. Festas e piqueniques eram comuns em julho, nas férias de fim de ano, quando irmãos traziam amigos e colegas, estudantes de cursos de direito do Recife e de medicina, da Bahia. E então, o encontro diário, por dias a fio, bailes nos finais de semana, os passeios a cavalo em belas montarias, banhos de rios e açudes propiciavam os primeiros passos do namoro.

# 7. ALIANÇAS, ENFIM...



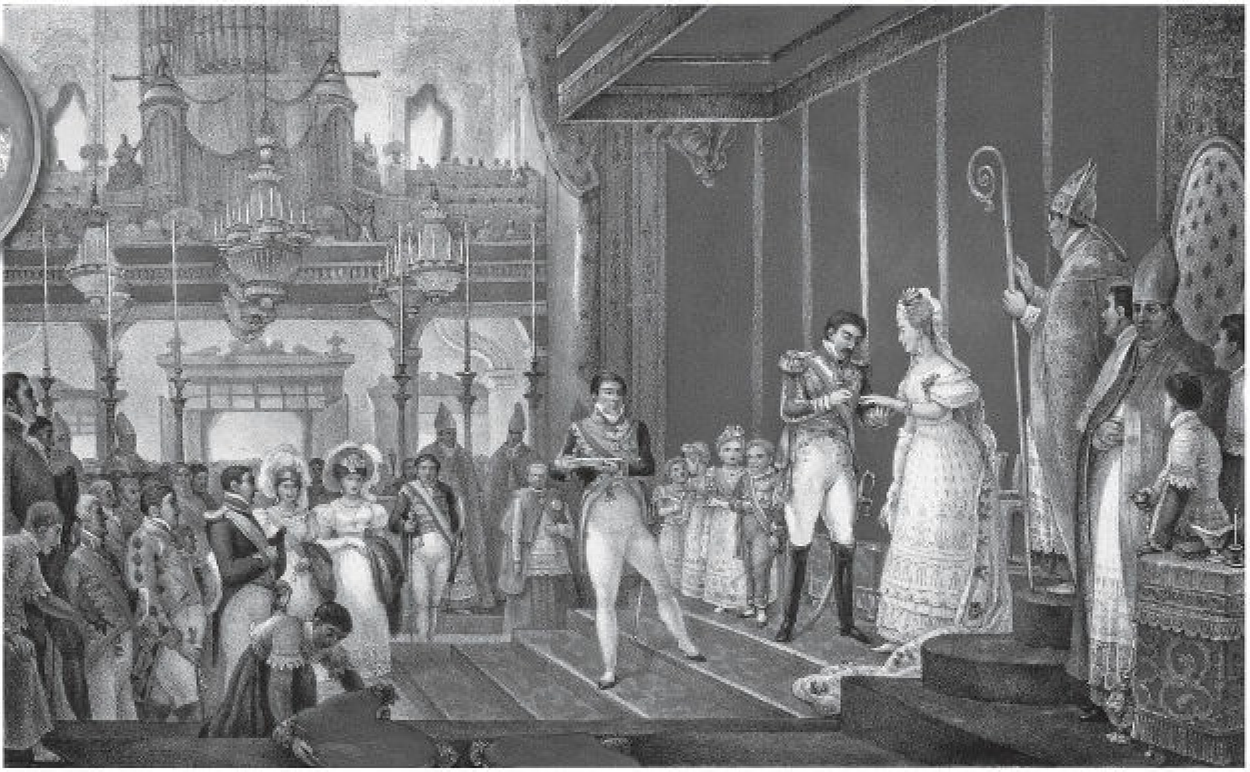
Matrimônios eram, sobretudo, atos sociais de grande importância. Em São Paulo, por exemplo, comerciantes portugueses passam a ter acesso às famílias tradicionais, permitindo a rápida integração de “alfacinhas” à área de influência política ou econômica dos sogros. Testamentos revelam tensões entre pais que viam seus filhos contrariá-los, ao casar por amor.

Veem-se, também, instantâneos de noras e genros premiados por tratar bem os sogros, possuidores de dinheiro. Longe de fazer diminuir tal hábito ou em vez de promover o enfraquecimento das relações familiares, a vida urbana reforçou-as. Era mais fácil encontrar-se ou trocar visitas na cidade. Mas esse quadro permanecia entre os humildes?

Estudos feitos sobre o recenseamento populacional de São Paulo, em 1836, revelam que os dados sobre a população casada não deixam sombra de dúvida: as uniões legítimas comumente aconteciam entre pessoas do mesmo grupo social. Brancos com brancos, pardos com pardos e negros com negros. Do mesmo modo, casavam mais entre si, os livres, os escravos e os libertos. Uma grande parte da população vivia em concubinato, como vimos para o período colonial. Viajantes ou imigrantes estrangeiros procuravam, por sua vez, parceiros dentro de sua própria comunidade. E tudo isso ficou mais fácil a partir de 1824, com a liberdade de culto concedida aos protestantes, que constroem, então, seus templos.

Também em São Paulo, o amor como estímulo para o casamento parece ter ocupado lugar de menor importância, aparecendo como uma consequência da vida cotidiana. Nos testamentos paulistas são mais comuns as referências à estima, dedicação e gratidão do que realmente amor, tal como o definimos hoje. Carinho e amor são aspectos relevantes nos casamentos de pobres e libertos. Talvez por isso, essas uniões não se desfizessem com facilidade. Os padrões de moralidade eram mais flexíveis e havia pouco a se dividir ou oferecer numa vida simples. Entre ricos, a condição a que estava sujeita a mulher, com estreitas oportunidades de vida social, dificultava sua maior participação na escolha do par. Os raros contatos que precediam a cerimônia não ajudavam.

20 DE MAIO
DE 1842



*O pacto civil do casamento.*

Medalha comemorativa do contrato de casamento entre d. Pedro II e dona Teresa Cristina, 1842.
MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC.

*Casamento do imperador Pedro I.*

FRÈRES, Thierry. *Mariage de S.M.I.D. Pedro 1er. avecla Presse. Amélie de Leuchtenberg, 2e. Impératrice Du Brésil*. 1839.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME TROISIÈME. P. 73.

Os noivados, curtos, que nem sempre sucediam a um namoro, eram acompanhados de pouquíssimas entrevistas. A partir do relato de uma viajante francesa fica-se sabendo que, nos casamentos, os cortejos saíam de casa e, com aparato, dirigiam-se à igreja mais próxima. Os convidados, entre gente graúda, eram muitos. As roupas, segundo ela, ofuscantes de bordados, enfeites, cruzes e diamantes que adornavam os colos. As senhoras, em trajes de baile muito elegantes – baile que deveria ocorrer depois da benção nupcial – enchiam a nave.

Um casamento que marcou os tempos foi o da princesa Isabel, herdeira do trono, com o jovem príncipe francês, Gastão de Orléans. Nos dias que antecederam a cerimônia, os jantares se sucederam no Palácio de São Cristóvão. Ministros e cortesãos eram apresentados aos dois príncipes. O elegante aristocrata considerou a etiqueta brasileira uma "bizarrearia" em comparação com a das cortes europeias. A partir do dia 12 de outubro de 1864, os jornais começaram a publicar o programa do dia 15: desfile de carruagens saindo de São Cristóvão, seguidas do regimento de cavalaria. A partir da Cidade Nova, a guarda de arqueiros faria alas às carruagens da família imperial. No Paço, um mestre-sala encaminharia os convidados a seus respectivos lugares da Capela Imperial. Sobre uma almofada bordada, um fidalgo levaria as condecorações que o imperador, d. Pedro II, daria ao genro. Outro, os anéis nupciais e dois cartões com as palavras que os jovens teriam que repetir diante do arcebispo. E um terceiro, os autos do casamento. Ao fundo, a harmonia de uma das composições de Häendel.

A princesa Isabel vestiu filó branco, véu de rendas de Bruxelas, grinalda de flores de laranjeiras e ramos das mesmas laranjeiras, apanhando o vestido do lado esquerdo. Gastão, o uniforme de marechal, com a comenda da Ordem do Mérito Militar de Espanha, a comenda da Casa de Saxe e a medalha de uma campanha militar que fizera, anos antes, no Marrocos.

Depois da troca de alianças, ao som de harpas, os "guarda-tapeçarias" estenderam no estrado do altar-mor uma "rica colcha bordada a ouro" e os noivos se ajoelharam sobre almofadas para receber as bênçãos. A seguir, o noivo recebeu um beijo do imperador, significando que entrara como filho na "família imperial". Seguiu-se um Te Deum Laudamus. Na saída, uma salva de artilharia posta no Largo do Paço e correspondida pelas fortalezas e embarcações, colocadas no semicírculo da baía de Guanabara, anunciou aos moradores da cidade que a cerimônia estava concluída. A noiva, graciosa e sorridente, e o noivo, digno, segundo a imprensa.

Os viajantes raramente mencionam mulheres que tivessem permanecido solteiras a contragosto ou por opção, como se tal fenômeno não existisse. Mas veem nos matrimônios entre brancas e mulatos a solução tropical quando não havia noivos suficientes de origem europeia. Nesse período, o casamento constituía para os pais e para a família uma avaliação pública de sua posição e também, um meio de melhorá-la. Era preciso, a qualquer preço, evitar más alianças. Entre as elites urbanas, ou a pequena burguesia, os casamentos tornaram-se o melhor caminho para a ascensão social, como demonstram os romances de José de Alencar. Longamente pensado, organizado e "arranjado", sua estratégia incluía, até, a organização das apresentações.

Entre os quadros mais modestos da burocracia – caso de Joaquim dos Santos Marrocos, bibliotecário português –, a união servia para dar estabilidade e status ao funcionário público; no caso de pequenos comerciantes, propiciava fundar ou ampliar negócios. Nas áreas rurais, observavam-se os mesmos usos, com a intenção de reunir terras, escravos e animais num só patrimônio, o mais opulento possível. Na parte inferior da pirâmide social, não havia qualquer tipo de estratégia. Os jovens escolhiam livremente seus parceiros. Se a homogamia parecia ser a regra, é provável que as migrações internas e a chegada de muitos imigrantes estrangeiros tenham começado a alterar esse quadro.

As jovens brancas e pobres que aqui chegavam, embarcadas por vontade dos pais ou do marido para tentar a vida nas fazendas de café, eram tão assediadas pelos "senhores", quanto as escravas. Os fazendeiros tentavam interferir nos arranjos domésticos dos colonos, tentando promover ou atrapalhar casamentos, tratando-os, muitas vezes, como servos e não como trabalhadores livres. Não faltou o uso de força física ou suborno aos parentes para cortejar as “italianinhas”, ou as alemãs como retratou Erico Veríssimo em O tempo e o vento.

Entre os imigrantes do sul da Alemanha, chegados ao Império a parir de 1824 – data de fundação de São Leopoldo – estabeleceu-se um modelo de convivência que resultou numa série de associações: escolas, igrejas, sociedades de ginástica, clubes de caça e tiro. No aniversário do imperador, reuniam-se em casas de notáveis da comunidade para festejarem com música e conversas. Em Santa Catarina, entre descendentes de portugueses, a dança e canto da Ratoeira uniam numa roda homens e mulheres. Brincava-se geralmente nos feriados, aos domingos à tarde, nas festas, nas reuniões de famílias; expressava-se sentimentos como amor, saudade, amizade, tristeza, raiva através de cantorias e quadras.

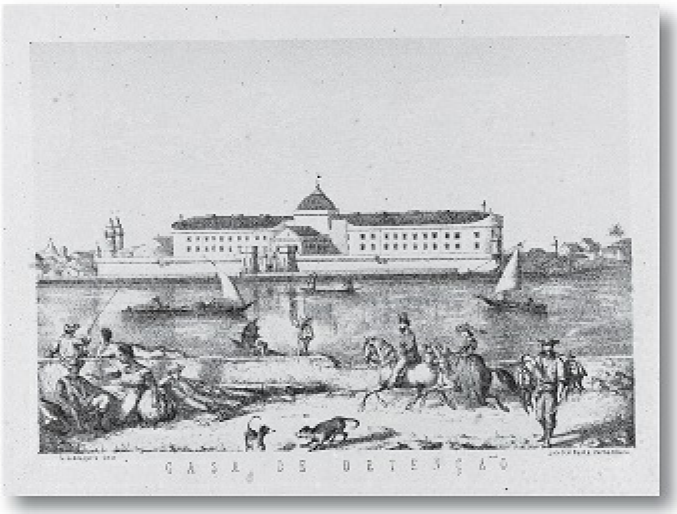
# 8. LONGE DO MELHOR DOS MUNDOS...

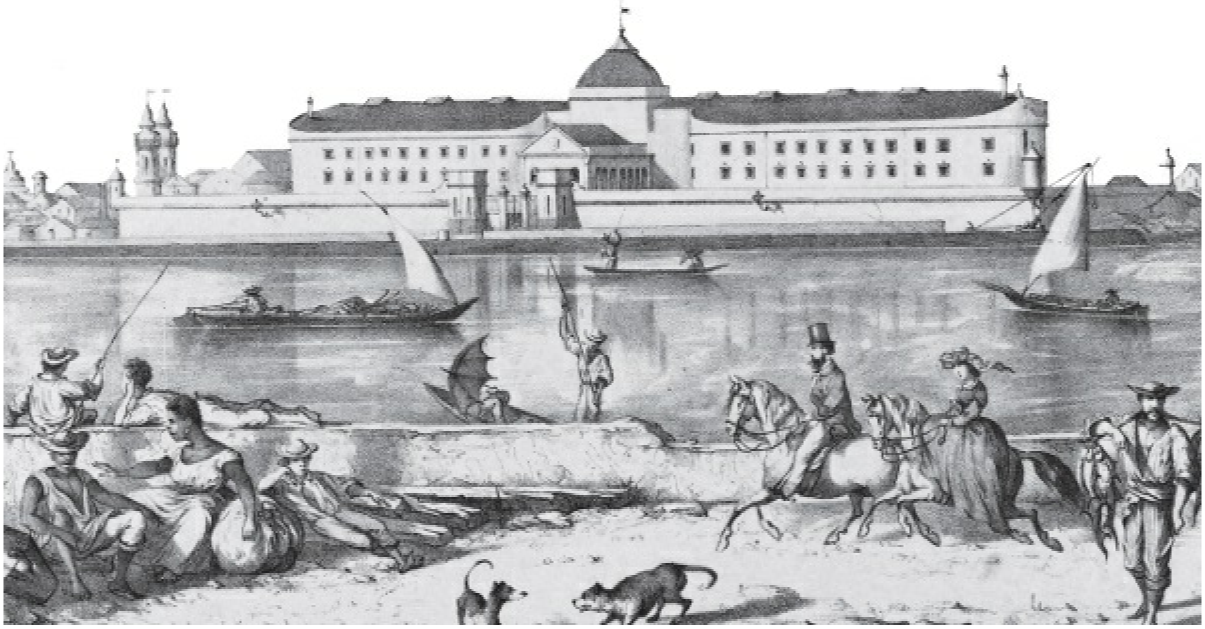
ulheres abandonadas por maridos os quais buscaram companheiras mais jovens sempre houve

M em todo o mundo, mas fatores específicos do Nordeste, como o desequilíbrio demográfico nas regiões interioranas, ocasionaram um mercado matrimonial desvantajoso para um número muito grande de mulheres: seus maridos deixavam o sertão para irem trabalhar nas cidades litorâneas. Os homens de prestígio e de boa situação social sempre tiveram a chance de constituir mais de uma família. As mulheres jovens, sem bens e que não haviam conseguido casamento numa terra de mercado matrimonial estreito, encontravam no homem mais velho, mesmo casado, o amparo financeiro ou social de que precisavam. É certo que se exigia dela ser conhecedora “do seu lugar”, com comportamentos adequados e comedidos, mas ainda, assim, ela gozava de respeito.

Apesar da variada vida social que vamos encontrar do Norte ao Sul, a fase em que o par devia estabelecer os primeiros laços afetivos foi dada como inexistente no Brasil. Acreditava-se – o que não estava longe da verdade – que familiares ou tutores conservavam em suas mãos as resoluções cruciais sobre a vida de qualquer jovem mulher. Isso até meados do século, quando o interesse de família, ou a chamada “lei dos pais” começava a declinar. O padre Lopes Gama nas suas crônicas pôs na boca de uma iaiá pernambucana: “Um pai não pode privar/ A filha de querer bem./ Se as leis dos pais são sagradas./ As do amor mais força têm”.

Sim, pois há, por outro lado, evidências de um conjunto de práticas cujas raízes já se encontravam na sociedade portuguesa do século XVIII e que aponta para formas de namoro feito de jogos furtivos com lenços, leques e chapéus. Namoro calado, mas, cheio de sinais. Muitas vezes, o namoro não aprovado pelos pais encorajou o rapto da moça pelo pretendente. Os jornais brasileiros do meado do século – quem conta é Gilberto Freyre – estão cheios de notícias sobre o assunto. Eram moças a quem os pais não consentiam o casamento e que afirmavam seu direito de amar, independentemente das situações de raça, dinheiro ou credo. Segundo ele, essas fugas de novela marcam o declínio da família patriarcal e o início da família romântica. Nela, a mulher começava a fazer valer seu desejo de sexo e de querer bem.

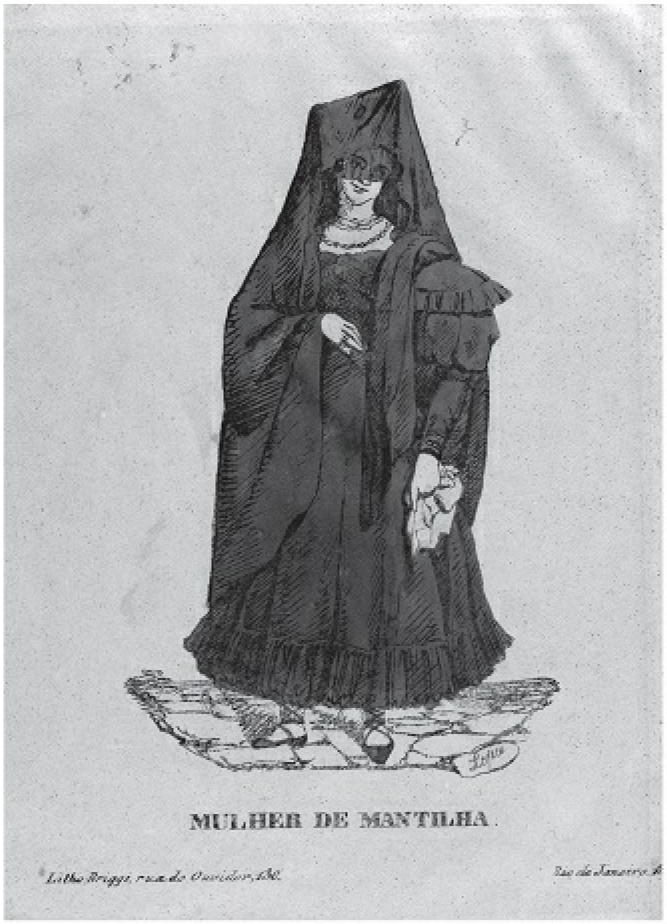




*Quando não autorizadas a casar, as moças fugiam de casa.*

SCHLAPPRIZ, Luís. *Casa de Detenção*. [1863-1868].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

“De tempos a esta parte – comentava o redator do Diário de Pernambuco – têm se tornado frequentes entre nós os casamentos pelo rapto e acompanhados de tanta imoralidade que espantam e fazem tremer aqueles que olham para a família como o fundamento da sociedade. Moças e até moços tem havido que, sendo menores, são raptados das casas de seus pais e daí a pouco estão casados sem a intervenção do consentimento paterno.” O rapto era consentido pela moça sob promessa de casamento da parte do raptor. Muito comum era ambos fugirem à noite, a cavalo; ela montada na garupa, de banda, a cabeça amarrada com um lenço, na certeza da futura aliança. O noivo poderia não ter relações sexuais com ela, depositando-a, a seguir, na casa de uma pessoa importante ou, na do juiz da localidade vizinha ou da mesma cidade, onde já se combinara asilo.

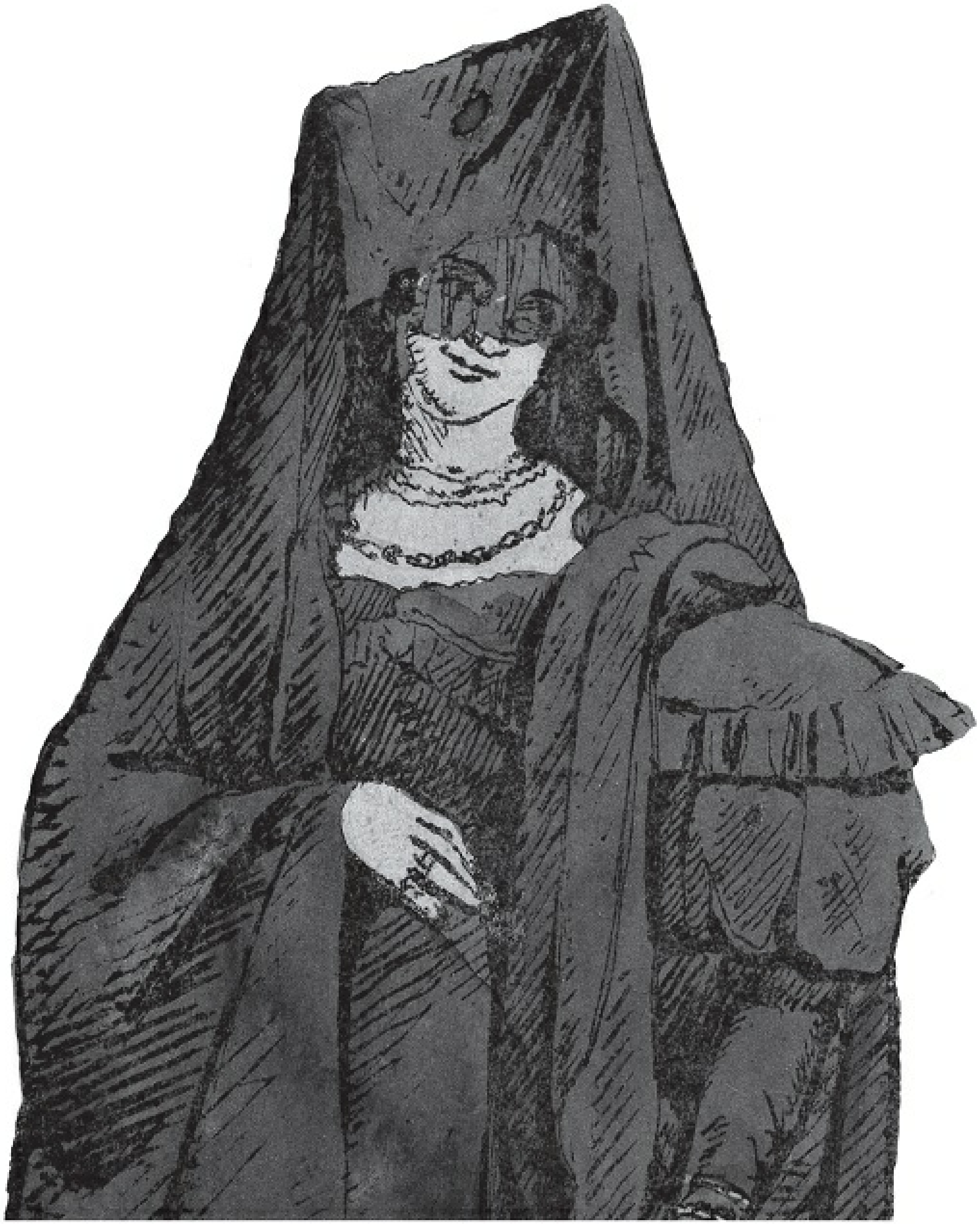

MULHER DE MANTILHA.
Litho Briggs, rua do Ouvidor, 130.
Rio de Janeiro

*O recato ao sair em público.*

BARROS, Joaquim Lopes de. *Mulher de mantilha*. 1841.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: BRIGGS, FREDERICO GUILHERME. *COSTUMES DO BRASIL*. [GRAVURA 5].

A moça mandava avisar a família: só sairia de lá casada. Os pais não tinham alternativa. Faziam o casamento sem ser "de gosto", no dia seguinte; sem festas, sem proclamas. A honra da moça e da família seriam prejudicadas se não houvesse o casamento. Essas soluções foram favorecidas pela intrusão do "juiz de paz" em zona outrora dominada pela justiça do patriarca da casa-grande, como sublinha Freyre. Intrusão, portanto, na justiça do senhor de terras e do grande fazendeiro.

Rapto ou sedução, como os parentes julgavam na época, trazia contrariedades quando o noivo fugia. O pai interpelava o sedutor e o obrigava a casar. Moça raptada que não casou virava "mulher perdida". E o rapaz que raptasse alguém e não casasse estava sujeito às sanções da sociedade: seria considerado indigno, "roubador da honra", era expulso da região ou podia ainda ser assassinado ou "capado". A vingança era executada por parentes da ofendida, e eram comuns as vinditas encomendadas a matadores profissionais. A possibilidade teórica de escolha mais livre do cônjuge apareceu em 1831, quando se reduziu a maioridade de 25 para 21 anos. O progressivo aumento da idade mínima para casar – de doze anos para mulheres e quatorze para homens para quatorze e dezesseis, respectivamente, em 1890; e dezesseis e dezoito, em 1916 – passou a oferecer melhores condições para os jovens contestarem casamentos forçados. A fuga e o rapto podiam, sim, significar ideias de liberdade, mas também, podiam significar não ter de fazer a festa; pais havia que não conseguiam – ou não queriam – seguir a regra de gastar o que tinham e o que não tinham nas bodas!



Separações? Sim. E as mulheres eram as responsáveis pela maior parte dos pedidos de separação que tramitaram na Justiça Eclesiástica ao longo do século XIX. Silvia Brügger, que estudou a questão, lembra que a legislação eclesiástica autorizava a separação quando o casal, ou um dos dois, de comum acordo, passava a seguir vida religiosa, integrando ordens na condição de freiras, freis ou irmãos; na ocorrência de adultério; no caso de heresia ou apostasia (renúncia de uma religião ou crença) contra a fé católica; e ainda se houvesse a prática de sevícias "graves e culpáveis" contra o outro.

A mesma autora constatou que, até a década de 1870, as solicitações de separação foram feitas, sobretudo, pelas esposas. Fragilidade da mulher diante das agressões masculinas? Não. Apoiadas no dote com o qual contribuíam para o sustento da família, elas detinham as melhores condições de buscar a separação.

De fato, os bens de raiz que compunham o dote, como terras ou escravos, por exemplo, antecipavam a herança. As filhas se beneficiavam das dotações parentais, enquanto os filhos beneficiavam-se dos dotes trazidos por suas esposas. Alguns deles, inclusive, se tornavam totalmente dependentes financeiros, não podendo nem pensar em separação. Já, elas, ao contribuir para o estabelecimento da casa e do casal, ganhavam em poder. Além do dinheiro, as mulheres podiam contar com a ajuda da família para obter sucesso na separação. Em geral, quando se viam em conflito com os maridos, era para a casa dos pais que as mulheres retornavam. Até a sentença final, os bens do casal permaneciam sob controle do marido, enquanto a mulher deveria ser depositada em "casa honesta e segura", levando, por determinação judicial, apenas "roupa e joias de seu uso e uma escrava para a servir". Só depois da separação perpétua declarada pela Justiça Eclesiástica abria-se o processo civil para a partilha de bens. Até a sentença, lembra Brügger, a ajuda da família era decisiva para o sustento da mulher.

A dilapidação de bens, embora não fosse justificativa canônica para a separação, era constantemente invocada. As esposas que buscavam a separação se queixavam muito de tais prejuízos ao "investimento matrimonial", sobretudo, quando feitos em favor de "amásias". Se o casamento era um "negócio", ele não podia dar prejuízos!

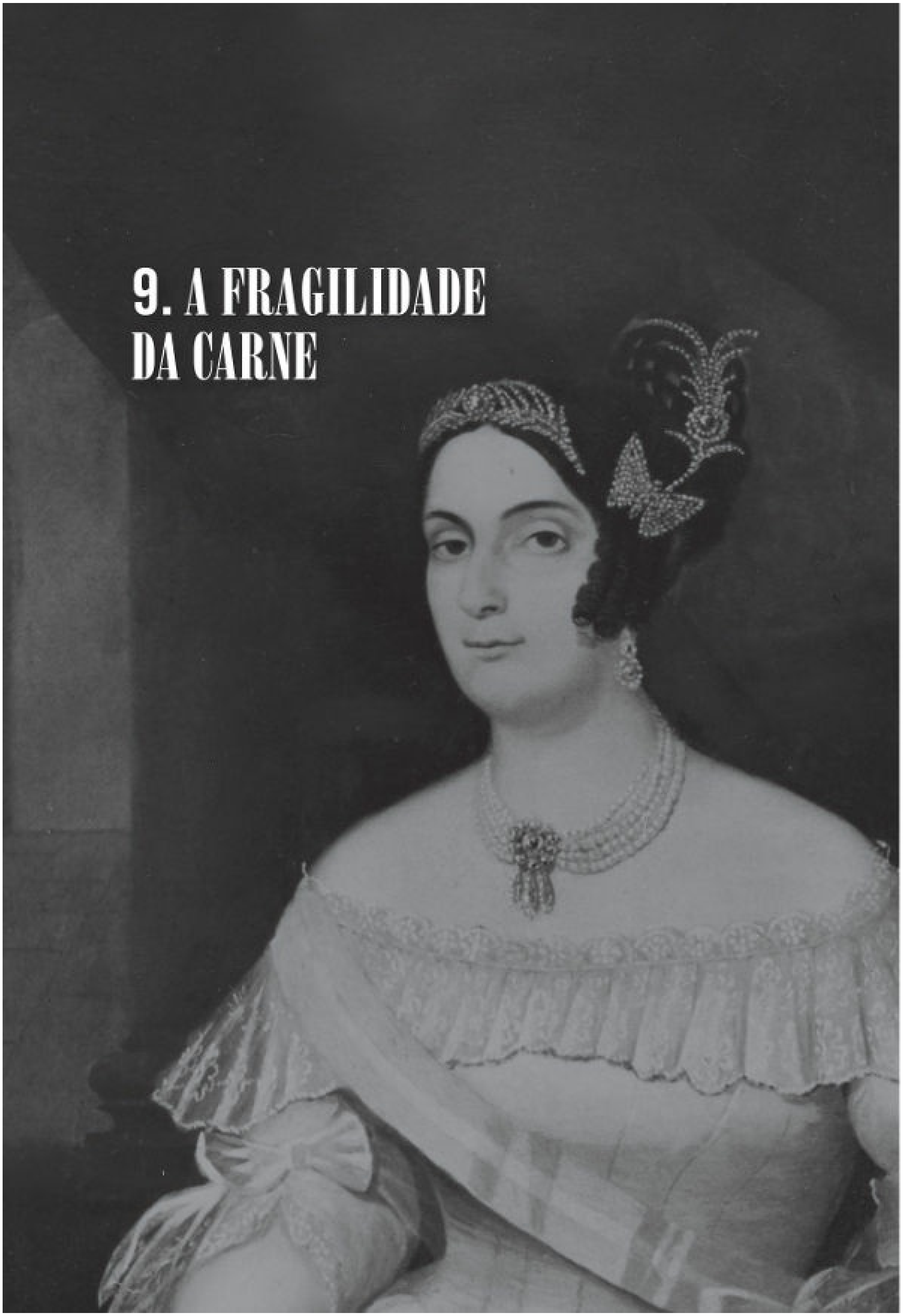
As brigas conjugais são nítidas na documentação. Vamos ouvi-las. Certa senhorinha Rosa dos Prazeres, por exemplo, desejosa de separar-se do marido Vítor Antônio Teixeira, em 1832, alegava que, apesar de amar e respeitar seu marido, comportando-se de forma "honesta", ele a tratava pior do que às escravas, "maltratando-a com injuriosos nomes e até pancadas". Ele respondeu que longe de cumprir com o dever de "ser afável, carinhosa e obediente a seu marido, tratando dele e do arranjo de sua casa, porém sempre praticou pelo contrário, mostrando-se altiva, arrogante, pouco respeitosa, nada se importando com ele, nem com o arranjo da casa e praticando ações que bem manifestavam a nenhuma amizade que lhe tinha, e que deixava em bastante dúvida a honestidade de sua conduta".

Vítor alegava que sempre tratou a esposa com afabilidade, procurando agradar-lhe de todas as maneiras, dando-lhe "não só o preciso e decente vestuário, mas mesmo com maior pompa do que realmente cabia nas suas possibilidades". Mas, para "escândalo geral", senhorinha abandonara a casa, ignorando as repetidas e carinhosas cartas que Vítor lhe escreveu!

Na réplica, senhorinha alegou que voltara à casa de seu pai por não aguentar mais suas crueldades. Que "faltando ele aos deveres conjugais, em que figurava mais de senhor, em lugar de companheiro; sendo os direitos e obrigações dos cônjuges iguais, com pequenas diferenças e recíprocos". Com inúmeras testemunhas a seu favor, senhorinha conseguiu a separação perpétua do casal, enquanto Vítor deixou a cidade e foi processado à revelia. À época, a moça tinha apenas dezessete anos. Em 1850, com 35, passou a viver em concubinato com Francisco da

Paixão Lima e Silva, com quem terminou por se casar “de consciência”. Tais casamentos eram realizados às escondidas, mediante autorização especial do bispo, sem a publicação de proclamas. Foi muito usado por aqueles que viviam em relações consensuais, com “figura e fama de casados”.

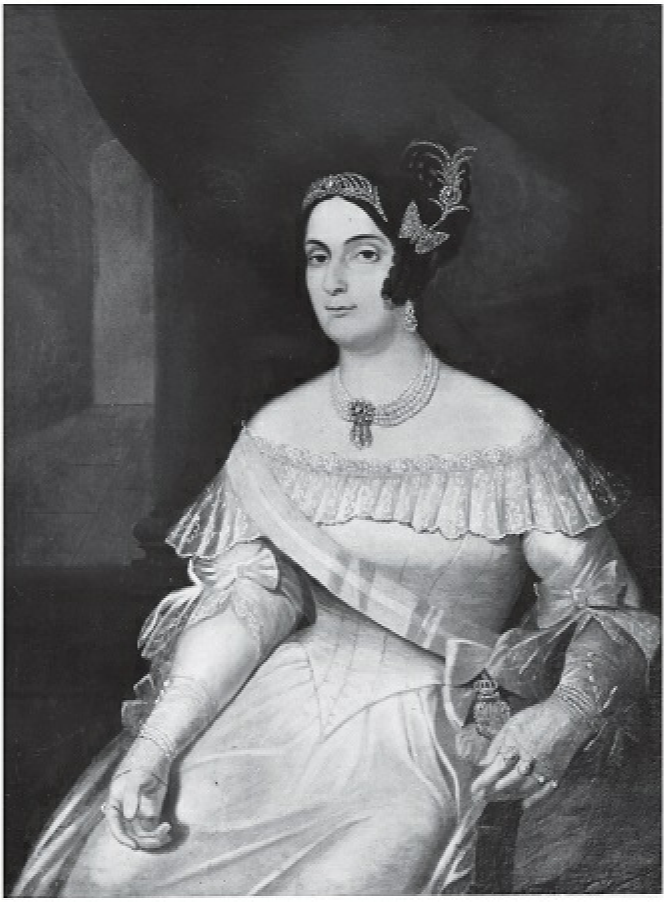
# 9. A FRAGILIDADE DA CARNE



Mas seriam as mulheres tão santinhas, assim? Os amores adúlteros custavam caro para as mulheres de elite. Em 1809, João Galvão Freire foi preso, no Rio de Janeiro, por ter confessadamente matado sua mulher dona Maria Eufrásia de Loiola. Alegando legítima “defesa da honra”, encaminhou ao Desembargo do Paço uma petição solicitando “seguro real para solto tratar de seu livramento”. A resposta dos desembargadores não deixa dúvidas sobre a tolerância que rodeava tais tipos de crimes: “A ocasião em que este [o marido] entrou em casa, os achou ambos, esposa e amante, deitados numa rede, o que era bastante para suspeitar a perfídia e o adultério e acender a cólera do suplicante que levado de honra e brio cometeu aquela morte em desafronta sua, julgando-se ofendido.”

Cometido por “paixão e arrebatamento”, o crime era desculpável! Não havia castigo maior do que a pecha de corno, pecha que pairava sobre homens públicos casados quando se queria atingi-los na sua probidade. Já entre mulheres de camadas desfavorecidas, a solução era cada qual seguir para seu lado. Algumas mais corajosas ou tementes a Deus declaravam, em testamento, que “por fragilidade humana”, tiveram cópula ilícita durante o matrimônio. Assim, em 1858, uma mulher casada alegava que tinha três filhos legítimos e sete ilegítimos, dois desses nascidos durante o casamento e cinco já na viuvez, conforme depoimento de seu próprio punho: “Declaro que por fragilidade humana tive na constância do matrimônio dois filhos, que são […] e depois da morte do meu marido tive cinco filhos que são […] e todos estes foram havidos com homem solteiro e desimpedido, com quem podia casar-se e por isso são verdadeiramente naturais.”

Comportamentos arrojados não faltavam. Nos registros de um memorialista, não escapou a lembrança de algumas senhoras, “mulheres de altos personagens”, marcadas por certa desenvoltura; e ele explicava: “não se querendo dar nunca por velhas”, tomavam por “afilhados, distintos mancebos provincianos a quem faziam a fortuna”. Houve, conta-nos Afonso de Albuquerque e Melo, sinhás famosas por essa espécie de prestígio: o de namorar jovens. E o médico Pires de Almeida nos diz ao inventariar as traições: “A marquesa de A. com o dr. A”; “A marquesa de O. com seus próprios cocheiros”.



*Marquesa de Santos, o adultério na aristocracia.*

SCHULTZ [?]. *[Marquesa de Santos]*. 1910.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Coches e cocheiros assim como alcoviteiros passaram a ter seu papel na vida amorosa das cidades. Sinhás de sobrado não se furtavam a aventuras galantes dentro de vitórias ou carruagens com lanternas douradas, forros em damasco de seda e caixilhos das rodas em prata. Escravos cocheiros encarregavam-se de alcovitar amores proibidos, mas, não eram os únicos. Vendedores de flores e doceiras, com entrada franca nos sobrados imponentes das cidades, levavam e traziam mensagens, contou, em 1825, E. Belman, de passagem pelo país:

> […] as mulheres até casarem quase nunca saem de casa, a não ser quando sob a vigilância da mãe e vão à missa; companhia de homens lhes é absolutamente proibida, e este rigor as leva frequentemente a se entregarem a uma negra de sua confiança, que por caridade cristã assume o honrado papel de alcoviteira, com o que é satisfeita a natural inclinação das brasileiras para a aventura, de modo que até as filhas das famílias melhores, mais cultas, apesar de severamente vigiadas, quase sempre encontram oportunidade para desafiar a vigilância dos pais.

Barrigas de amores ilícitos eram resolvidas, desde sempre, por conhecidas comadres.

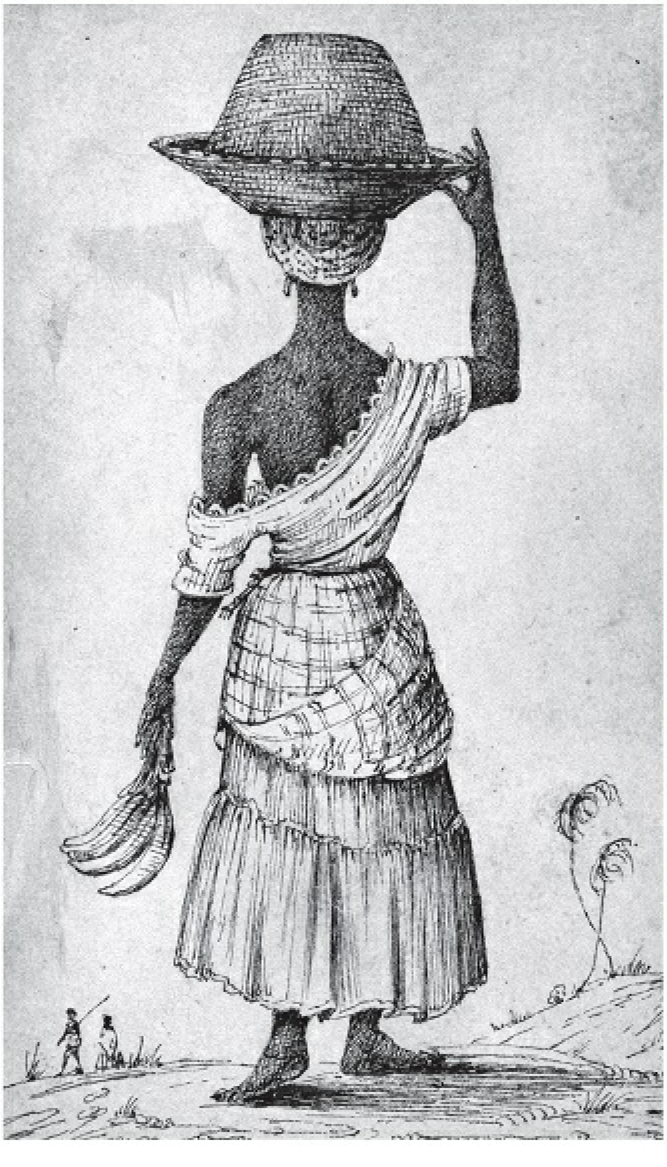
Métodos para interromper a gravidez eram, todavia, bem divulgados, conforme reconheciam os doutores da Academia Imperial de Medicina, em 1885: chá de alfazema adoçado com mel, ou, quando necessária coisa mais forte, feijão preto com sal, tomado com o estômago vazio. Se nada funcionasse, as Santas Casas de Misericórdia atraíam os bebês indesejados. A do Rio de Janeiro – para ficar num exemplo – recebeu 17 mil crianças entre 1859 e 1908.

O adultério opunha-se às noções de fidelidade, de vida comum e de ajuda mútua, princípios reguladores do casamento e do equilíbrio familiar interno. O homem ou a mulher, quando adúlteros, violavam a honra conjugal, praticando a "injúria grave". Essa era razão, nas leis religiosas, para anulação do matrimônio. A quebra da fidelidade era considerada falta grave para ambos os sexos; colocava, porém, a mulher numa situação inferior do ponto de vista jurídico. Segundo o jurista Clóvis Beviláqua, o antigo direito português punia o adultério com a pena de morte, tanto para a mulher casada quanto para seu cúmplice, mas as infidelidades masculinas, descontínuas e transitórias não eram consideradas atos puníveis. Só os concubinários com suas amantes eram passíveis de degredo, pena raramente aplicada.

"A dissolução dos costumes parece ter sido uma das notas predominantes do Primeiro Reinado", assinala Elysio de Araújo, autor do Estudo histórico sobre a polícia da capital federal de 1808 a 1831, que acrescenta terem os "desregramentos de vida do primeiro imperador, seu proceder altamente censurável com a marquesa de Santos, os fatos escandalosos sucedidos na corte, na alta sociedade e no próprio clero", invadido todas as classes sociais, levando "a desmoralização ao lar doméstico com o afrouxamento dos laços de mútuo respeito e estima, que esposos, pais e filhos deviam entre si". Eram os grandes dando o mau exemplo aos pequenos. Os sobrados promíscuos contagiando os mocambos. Era a dissolução dos costumes até nas gazetas: "Tendo chegado ao conhecimento do público que certas senhoras casadas se querem intitular virgens! Sem o já poderem ser, de que é bem constante nesta corte do Rio de Janeiro […], mas no caso de quererem ainda parecer ou fingirem que o sejam para certas pessoas, que sejam fáceis de se capacitarem de tais coisas se lhes aplica um novo remédio de cuja aplicação resulta um novo hímen sendo o seu preço, medíocre e o seu uso facílimo, o qual é composto de um emoliente" etc.

O adultério feminino, explícito ou disfarçado, somado aos concubinatos masculinos, generalizou-se. A imprensa, que se multiplicou a partir da segunda metade do século, costumava trazer uma "sessão de boatos" ou crônicas onde as traições eram abertamente comentadas. No jornal A Regeneração, de Nossa Senhora do Desterro, na ilha de Santa Catarina, por exemplo, dava-se notícia de paternidades negadas, maridos atraiçoados, padres amasiados e mulheres adúlteras: "O sr. Genoíno está atacado de uma moléstia conhecida pelo nome de Cornomania." O remédio viria, rapidamente, em consulta com "o dr. Bovino que cura pelo sistema da relhopatia". Ou informando que na "festa da padroeira, certo moço de família fazia brincadeiras com a esposa de um amigo. E o dito fingia não perceber". As denúncias nos jornais visavam a punir os que agrediam a moral pública. Muitas delas anônimas, acabavam por divulgar a intimidade de vários casais.

A tradição de dar publicidade aos malfeitos de ordem moral ia de Norte a Sul. O Binóculo, de Recife, em seu número de 18 de janeiro de 1883, admoestava: “Há em nossa cidade certa parteira que à sua profissão acumula a de seduzir moças.” Ou no de 10 de janeiro de 1882, em que se denunciava o nudismo por parte de certo moço de sobrado, “moço de sociedade que desrespeita esta, pondo-se de chambre à tarde por cima da Agência Agrícola.” Também O Pelintra, da mesma Recife, trazia uma sessão intitulada “Vai a quem toca”, com mensagens disciplinadoras, mostrando que havia uma forma de controle sub-reptício das infrações da comunidade: “Roga-se ao subdelegado da freguesia da Sé em Olinda que deixe o mau vício de andar seduzindo mulheres casadas e viúvas como fez com a do H. e a poucos dias com honrada viúva. Lembre-se que é casado e só tem para dar a miséria, a desonra e a prostituição. O amigo da honra.”

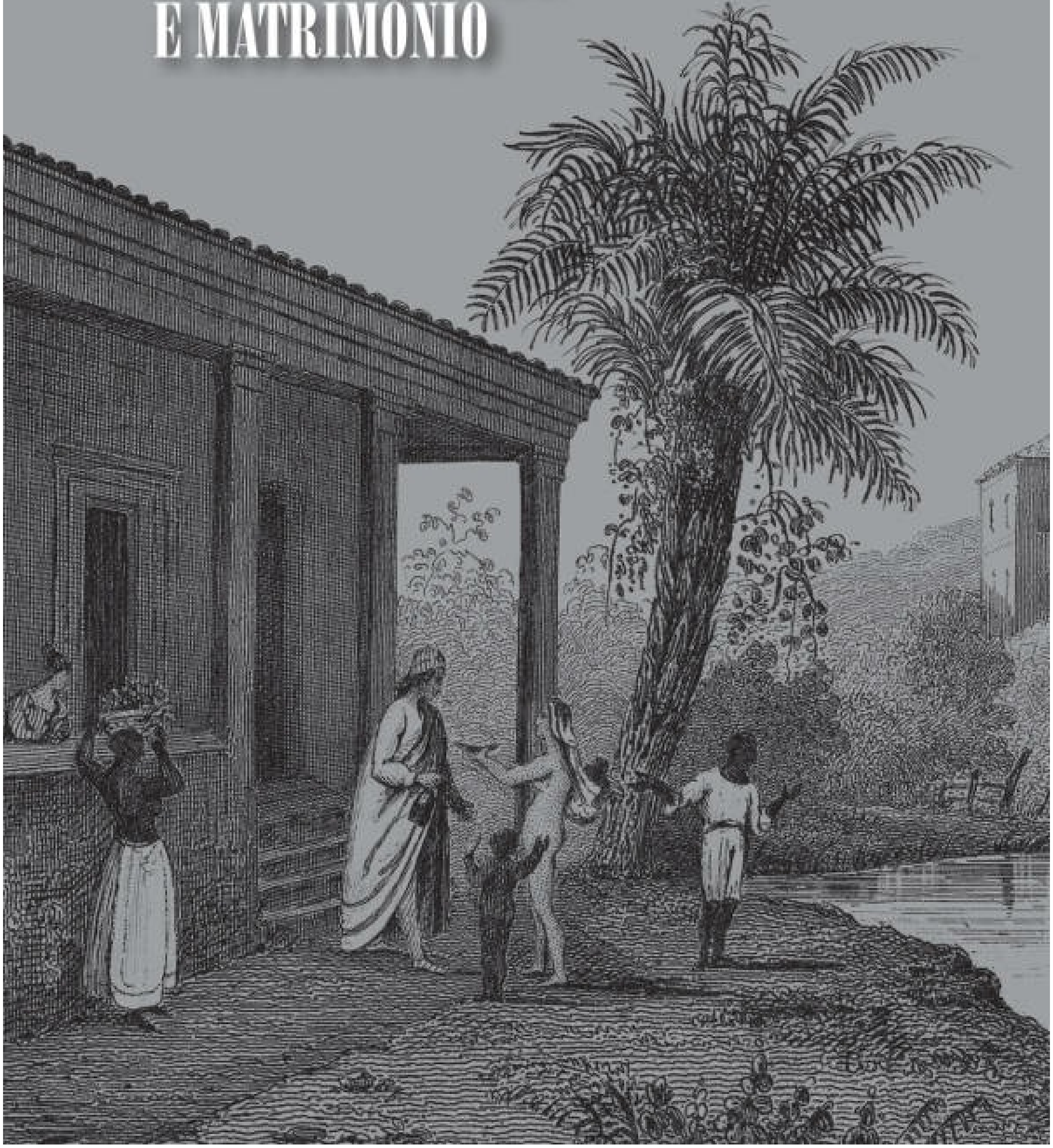


*O trabalho dava autonomia às ex-escravas.*

[*Negra vendendo bananas*]. [1836-1839].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: [*VISTAS, USOS E COSTUMES DO BRASIL (PERNAMBUCO, BAHIA E RIO DE JANEIRO) E DA ILHA DE TÉNÉRIFFE*].
[DESENHO 53].

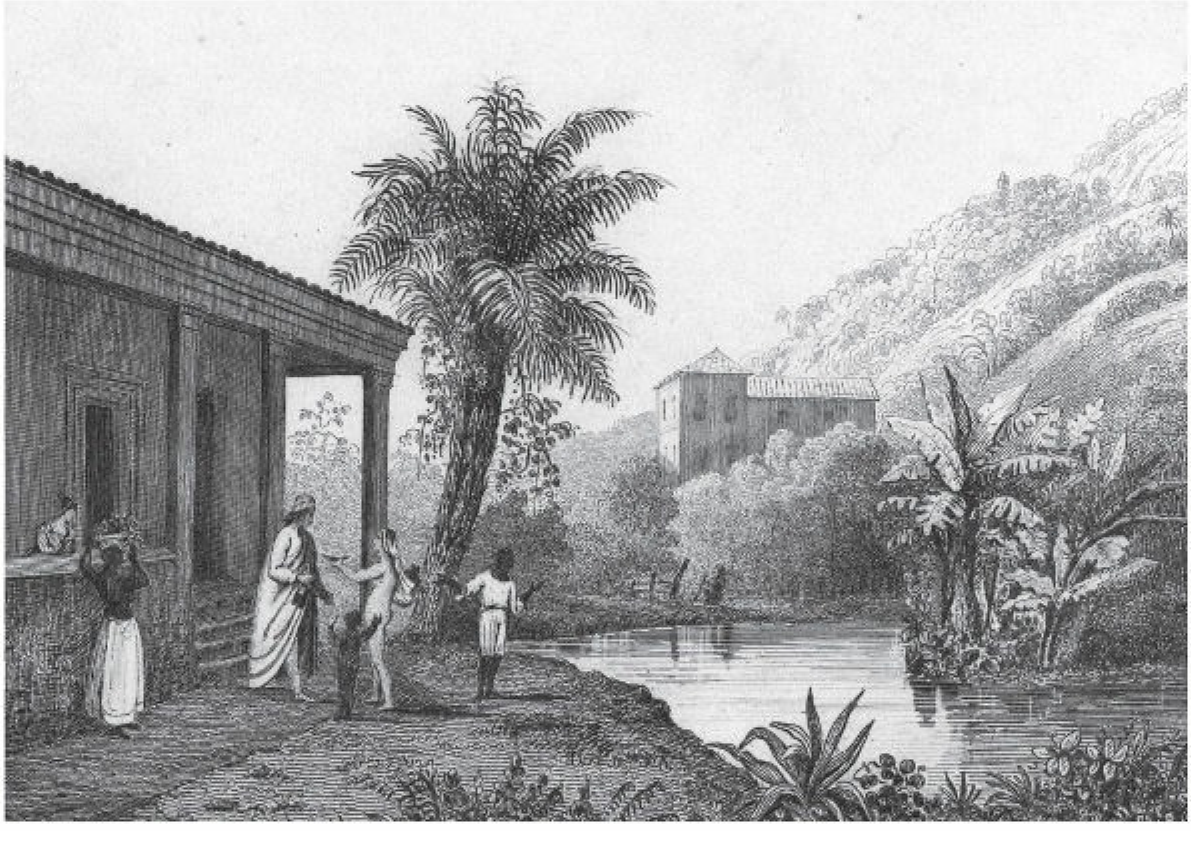
Ou recados mais irritados, onde se dava inclusive nome aos bois. Ou às vacas! “Existem duas danadas no Beco da Lingueta nº 3, 1º andar que incomodam todos os vizinhos, assim como chamam crianças menores para seus malfazejos. Ah! Covardes, ordinárias, ah! Safadas sem préstimos, corruptas sem peia, mas a polícia está aí para ti corrigirem, sendo a tal Anginha moradora e a Josefina, a dona da casa.”

# 10. SEXUALIDADE E MATRIMÔNIO



O historiador pouco sabe de como homens e mulheres se comportavam na cama. Tudo indica, porém, que a noite de núpcias fosse uma prova. Era o rude momento da iniciação feminina por um marido que só conhecia a sexualidade venal. Daí a prática da viagem de lua de mel, para poupar a família de um momento tão constrangedor. Na parede do quarto do casal, por cima da cama, um crucifixo, como que perdoando o pecado. Os corpos sempre cobertos: há registros orais de camisolas e calçolas com furos na altura da vagina. A nudez completa só começa a ser praticada no início do século XX; antes estava associada ao sexo no bordel. Tudo era proibido. Fazia-se amor no escuro, sem que o homem se importasse com o prazer da mulher. Usava-se tanto a posição de missionário, quanto a da mulher ajoelhada e de costas, recomendada para a procriação. Médicos aconselhavam aos homens o uso parcimonioso do esperma, de acordo com a idade. A brevidade das relações sexuais deve ter sido uma constante. Ela parecia favorecer as concepções. Qualquer dúvida sobre a matéria era esclarecida pelo livro Felicidade do amor e himeneu, do dr. Mayer, que dava conselhos sobre "a arte de procriar filhos bonitos, sadios e espirituosos e conselhos úteis nas relações sexuais".

Mulheres se queixando da falta de sexo? Nem pensar… E como gozar? Na Europa, se desenvolvera uma aritmética do coito, os homens contando e anotando em seus diários, o número de vezes em que faziam sexo com suas esposas. Essa contabilidade – que pode ter chegado aqui como mais uma moda emprestada – tinha por objetivo evitar que a mulher se tornasse carente, e também, dentro de certo espírito burguês, contornar os riscos do desperdício de sêmen. Era importante controlar a gestão do esperma. Nada de excessos. O medo do fiasco era total. Não faltavam teóricos a quantificar a capacidade anual de intercursos entre homens e mulheres. E tudo se misturando à valorização da vida espiritual que fazia do sexo, para as mulheres, um verdadeiro sacrifício.



*Viajantes registraram índias andando nuas em* *fazendas.*

Chavannes. *Plantation = Pflanzung*. 1846.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DENIS, FERDINAND. *BRÉSIL; COLOMBIE ET GUYANES*. [GRAVURA 37].

"O 'amor físico' deveria ser sistematicamente combatido; valorizado, apenas o 'amor amizade'." O primeiro "acharia seu túmulo no gozo do objeto amado" e era garantida a "sua curta duração". A amizade, mais "plácida e sossegada" teria vida longa e prometia "doçura" na vida conjugal. A valorização extrema da virgindade feminina, a iniciação sexual pelo homem experiente, a responsabilidade imposta pela medicina ao esposo, fazendo dele o responsável pela iniciação sexual da esposa – mas de uma iniciação capaz ao mesmo tempo de evitar excessos – fazia parte do horizonte de ansiedade que os casais tinham de enfrentar. Para elas, o risco era sofrer acusações de histérica, de estéril, de estar na menopausa, de ninfomaníaca, de lésbica! Não faltavam anátemas para controlar o perigo da mulher não pacificada por uma gravidez.

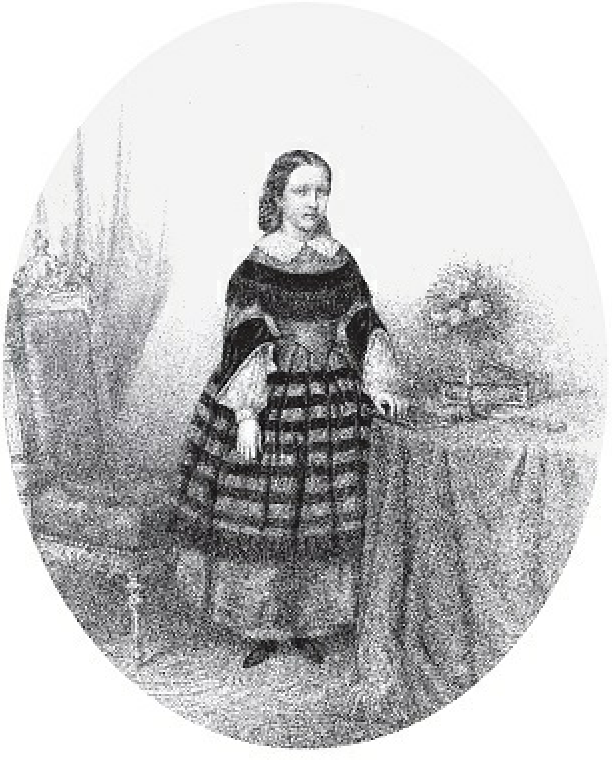
O culto da pureza que idealizava as mulheres reforçava a distância entre os casais. Não se procurava ter prazer com a mãe dos próprios filhos. Considerava-se que a familiaridade excessiva entre os pares provocava desprezo. A nudez, por exemplo, era mesmo evitada a todo custo, mesmo entre casados. Esposas nem podiam sair à rua com cabelos soltos. Um sistema de ritos codificava a vida feminina e dissimulava o corpo da mulher. Corpo que, diante dos homens, devia mostrar-se corseletado, protegido por todo o tipo de nós, botões e laços. O resultado é que as mulheres se tornavam beatas ou pudicas azedas, cumpridoras de seus deveres; e os homens, bastiões de um respeitoso egoísmo, abstendo-se de toda e qualquer demonstração em relação às suas esposas. A tradição religiosa acentuava a divisão de papéis. Para a Igreja, o marido tinha necessidades sexuais, e a mulher se submetia ao papel de reprodutora. Ideais eram casais que se inspirassem em Maria e José, vivendo na maior castidade. Uma vez realizada a concepção, a continência mútua era desejável. É provável que as mulheres não tivessem nenhuma educação sexual, substituída pela exortação à castidade, à piedade e à autorrepressão. As mulheres, tão desejosas de passar de noivas a casadas e mães, submetiam-se a tais restrições.

No final do século, pequenas mudanças! Por força de práticas sociais, certa ideia de casamento que fosse além do rasteiro negócio, começa a circular. Podemos observá-la em pequenos artigos como o publicado no Jornal do Commercio, em 1888. O título – "Os dez mandamentos da mulher": "1º) Amar a vosso marido sobre todas as coisas. 2º) Não lhes jureis falso. 3º) Preparai-lhe dias de festa. 4º) Amai-o mais do que a vosso pai e mãe. […] 9º) Não desejeis mais do que um próximo e que esse seja teu marido…" Aos homens:

> 1º) Uma boa mulher, toma bem nota, quer ser tratada com juízo. Não abuses de seu coração flexível, pois objetos frágeis quebram-se facilmente. 2º) Que as tuas ordens e teus desejos sejam brandos, pois, o marido é senhor e não déspota. 3º) Se alguém te zangar na

> rua não te vingues em tua mulher, não exijas tudo com a máxima exatidão; tu erras, por que não o fará a mulher? 4º) Não namores outras mulheres, ama unicamente tua mulher, eis o teu dever. 5º) Se a mulher te pedir dinheiro por precisar dele, não deves resmungar… 9º) Ama sempre a tua mulher, não te deixes apossar do mal. 10º) Caminha assim com ela de mãos dadas e serão felizes até a eternidade.

E o domínio da sexualidade feminina? Ah! Esse era sempre da "outra", da "mulher bonita", da cortesã ou… da louca, da histérica. Os estudos sobre a doença mental, monopólio dos alienistas, e a criação da cadeira de Clínica Psiquiátrica nos cursos da faculdade de medicina, desde 1879, acabaram por consagrar a ética do bom e do mau comportamento sexual. Esses eram tempos em que médicos importantes como dr. Vicente Maia, examinavam mulheres cujas infidelidades ou amores múltiplos se distanciavam da ordem e da higiene desejada pela moral burguesa que se instalara nos centros urbanos. Fichas médicas abundam em informações sobre o ciclo menstrual, a vivacidade precoce, a linguagem livre de certas pacientes associando tais "sintomas" a distúrbios psiquiátricos. Distúrbios uterinos podiam estar relacionados a ataques epiléticos e mesmo a crimes de morte. Os médicos começavam a delinear o perfil do que chamavam a "mulher histérica", tendo se tornado moda entre as de elite "ataques" quando da saída de um enterro ou da chegada de notícia ruim.



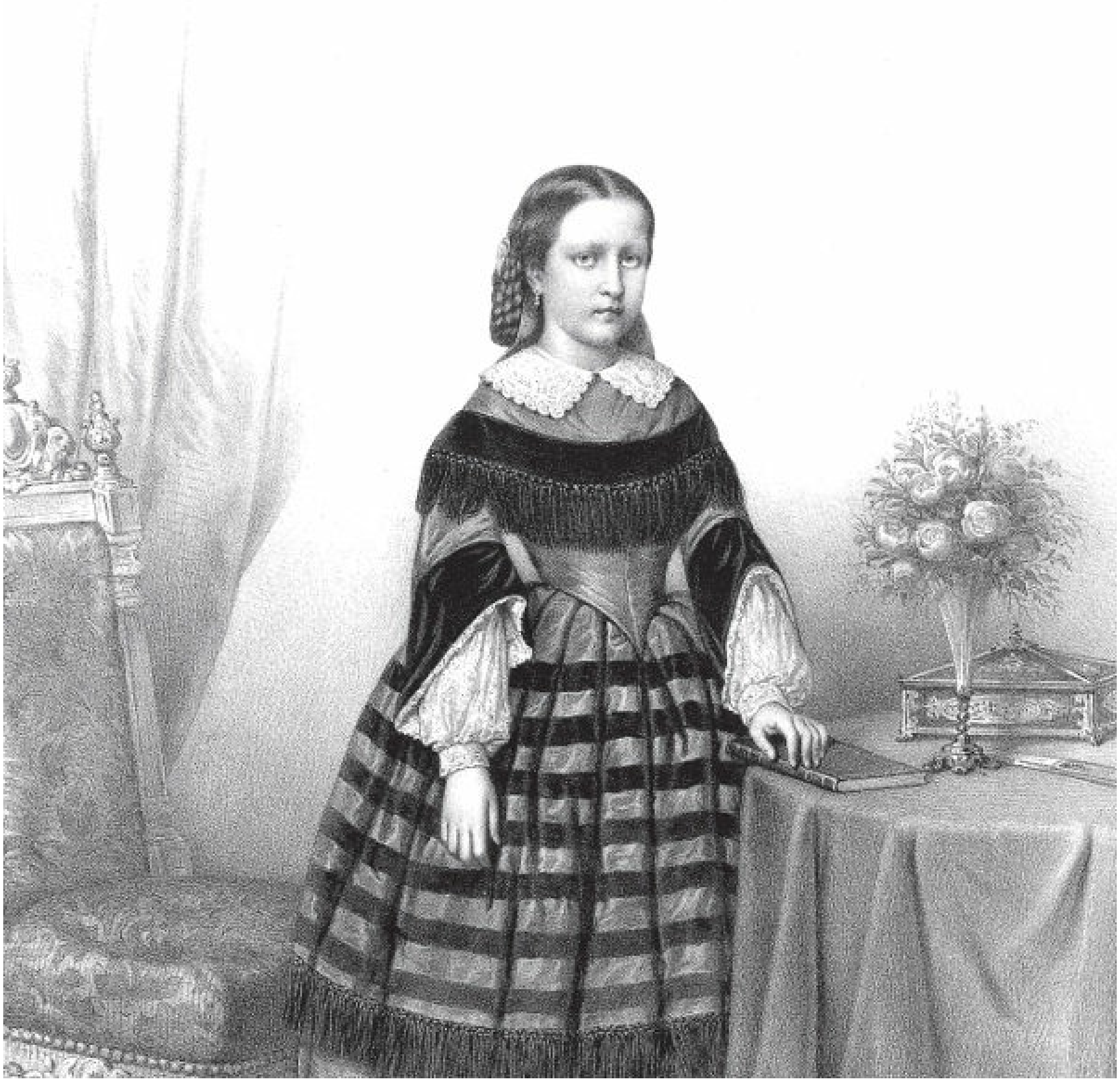
*Na elite, o ideal de recato prevalecia.*

DESMAISONS, Emilien. *Isabel Christina*.
1861.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
RIBEYROLLES, CHARLES. *BRAZIL PITTORESCO*:
ALBUM DE VISTAS, PANORAMAS, MONUMENTOS.

[GRAVURA 3].

A mulher tinha que ser naturalmente frágil, bonita, sedutora, boa mãe, submissa e doce. As que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais. Partia-se do princípio de que, graças à natureza feminina, o instinto materno anulava o instinto sexual e consequentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria, inevitavelmente, anormal. “Aquilo que os homens sentiam”, no entender do dr. William Acton, defensor da anestesia sexual feminina, só raras vezes atingiria as mulheres, transformando-as em ninfomaníacas. Ou, na opinião do renomado Esquirol, que tanto influenciou nossos doutores: “Toda mulher é feita para sentir, e sentir, é quase histeria.” O destino de tais aberrações? O hospício. Direto!

Entre alienistas brasileiros – explica a historiadora Magali Engel – associava-se diretamente a sexualidade à afetividade. O médico dr. Rodrigo José Maurício Júnior, na primeira tese sobre o tema apresentada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1838, não hesitava em afirmar: “As mulheres nas quais predominar uma superabundância vital, um sistema sanguíneo, ou nervoso muito pronunciado, uma cor escura ou vermelha, olhos vivos e negros, lábios de um vermelho escarlate, boca grande, dentes alvos, abundância de pelos e de cor negra, desenvolvimento das partes sexuais, estão também sujeitas a sofrer desta neurose.” E ele não estava só. Muitos mais pensavam que a histeria era decorrente do fato de que o cérebro feminino podia ser dominado pelo útero. Júlio Ribeiro, em seu romance naturalista A carne, de 1888, põe na boca de um dos protagonistas, Barbosa, a certeza de que fora deixado por sua amante, Lenita, porque esta, possuidora de um cérebro fraco e escravizado pela carne, tornara-se histérica. Na versão de outro médico, o dr. Henrique Roxo, a excessiva voluptuosidade da mulher era facilmente detectável por um sintoma óbvio: “Eram péssimas donas de casa.”



*Barba, um sinal de virilidade.*

PACHECO, Joaquim Insley. [*James Cooley Fletcher*]: [retrato]. [18--].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

HENSCHEL & BENQUE
RIO DE JANEIRO
PHOTOGRAPHIA ALLEMÃ
40 RUA DOS OURIVES

A maternidade como destino da mulher.

[*Isabel, princesa do Brasil*]. c. 1875.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Das teses de medicina aos romances, e desses para as realidades nuas e cruas do Hospício Nacional dos Alienados, a verdade era uma só: a sexualidade feminina era terreno perigosíssimo, e era de bom-tom não a confundir com sentimentos honestos. Menos ainda, com amor. A iniciação em práticas sexuais seguidas do abandono do amante levava à degeneração. Acreditava-se que, uma vez conhecedora de atividades sexuais, as mulheres não podiam deixar de exercê-las, como vemos no romance de Aluísio de Azevedo, Casa de pensão: viúva, Nini, passa a ter sintomas de histeria. A não satisfação do desejo sexual cobrava um preço alto. A paixão por outros homens que não o marido, ou seja, o adultério, também aparecia aos olhos dos médicos como manifestação histérica. O remédio eram os mesmos há duzentos anos: banho frio, exercícios, passeios a pé. Em casos extremos, recomendava-se – pelo menos em tratados médicos – a ablação do clitóris ou a cauterização da uretra.

Perseguiam-se as histéricas e as ninfomaníacas, como também os masturbadores. Debruçados sobre a sexualidade alheia, examinando-a em detalhes, os médicos, por sua vez, terminam por transformar seus tratados sobre a matéria, no melhor da literatura pornográfica do período.

# Vida conjugal entre escravos

No século XIX, os escravos continuavam precisando da anuência de seus senhores para efetivar seus casamentos e, muitas vezes, o que os senhores levavam em conta era o número de filhos que nasceriam dessa união. Em propriedades grandes e médias, havia a tendência a não separar os cônjuges, por venda ou herança. Nos plantéis pequenos, proprietários eram mais sujeitos a contratempos econômicos, garantindo, em menor escala, o bem-estar conjugal dos escravos. Em relação aos jovens, fortes candidatos a fugas, dizia um senhor da região de Campinas: "É preciso casar este negro, dar-lhe um pedaço de terra para assentar a vida e tomar juízo."

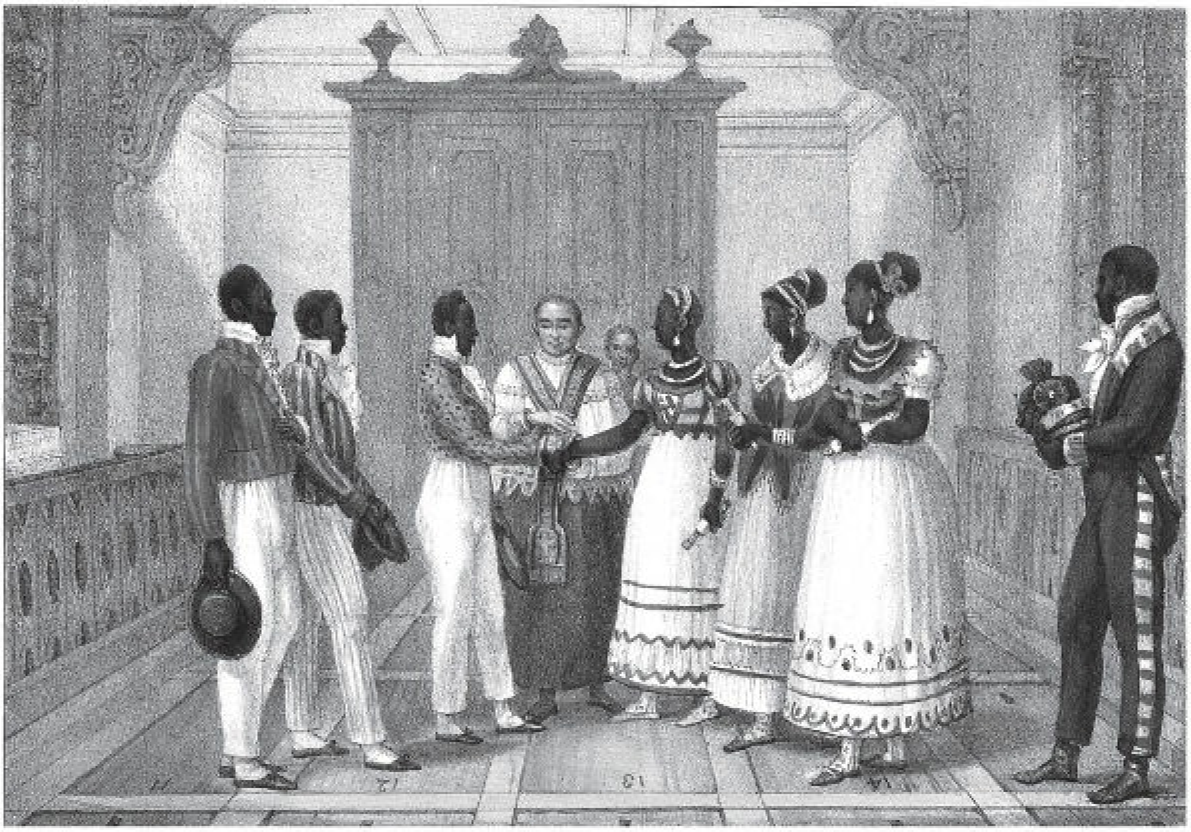
Mas havia problemas. Como demonstraram os historiadores Marcia Amantino e Jonis Freire, a imensa maioria dos negros trazidos para o Brasil para servirem de escravos era formada por homens com idade entre quinze e quarenta anos, vindos de diversas partes da África. Essa enxurrada desigual de homens escravizados levou a um alto desequilíbrio entre o número de homens e de mulheres, e mexeu, entre outras coisas, com os relacionamentos sexuais, a formação de famílias e o casamento no Brasil imperial.

A preferência pelos escravos africanos homens adultos, em detrimento das mulheres e crianças, foi influenciada pelos mercados africano e brasileiro. Enquanto os compradores islâmicos levavam as mulheres para as regiões do Oriente – onde serviam como concubinas, realizavam trabalhos domésticos e em alguns casos, tornavam-se esposas –, os compradores brasileiros, interessados em mão de obra para trabalhos na agricultura, preferiam os homens. O resultado previsível foi que, com exceção de algumas fazendas e de propriedades ligadas a ordens religiosas, as que se destinavam à grande exportação mantinham um elevado percentual de homens. Isso influenciou alguns padrões sociais da vida daqueles cativos. O casamento ou as uniões não sacramentadas pela Igreja, por exemplo, não eram acessíveis a todos os homens.

Mas isso não significa que os laços afetivos entre cativos foram efêmeros ou exceções. Muito menos que, por conta dessa desproporção, haveria uma promiscuidade entre homens e mulheres. Hoje, sabe-se que as relações de parentesco entre os cativos foram muito comuns e permitiram espaços de autonomia dentro do sistema escravagista, como, por exemplo, a alforria, o trabalho especializado, o acesso à terra, as senzalas individuais. Óbvio que esses ganhos não transformavam a vida no cativeiro em algo mais fácil ou menos cruel. E sempre havia aqueles que, por diversos motivos, não aceitavam a escravidão ou pelo menos, não aquela que estavam vivendo e, quando conseguiam, fugiam para outras localidades ou para quilombos.

Apesar de haver mais escravos homens que mulheres, elas foram a maioria dos alforriados ao longo do período escravista. Condições diferenciadas de cativeiro, sobretudo nas áreas urbanas, mas não só, lhes teriam possibilitado conseguir suas liberdades e até mesmo a de outros parentes. As estratégias empreendidas por essas mulheres foram muitas, destacando-se atitudes individuais ou coletivas de formação de laços de parentesco capazes de auxiliar na hora de uma possível compra da alforria. Era relativamente comum que pais ou avós, após conseguirem suas alforrias, angariassem fundos para libertar um filho ou um neto.

As relações sexuais mantidas com senhores ou outros proprietários também foram uma das muitas formas de obtenção da liberdade para elas ou para seus filhos. Essa realidade pode ser constatada em testamentos, registros de batismo e em diversos tipos de documentos, em que senhores afirmavam ou reconheciam a paternidade. Alguns desses documentos traziam à tona os relacionamentos entre esses indivíduos e, em alguns casos, os senhores declaravam a alforria de um filho. Um exemplo: no dia 14 de junho de 1809, na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé – hoje apenas Macaé (RJ) –foi batizado Valdevino, pardo, filho de Custódia, escrava de José Ferreira Maya. Ora, o sacerdote declarou naquele ato católico que José Ferreira Maya era viúvo e que dava liberdade a Valdevino, pois a dita criança era seu filho, o qual reconhecia e a quem dava plena liberdade, como se tivesse nascido de ventre livre. No fim do registro de batismo, o senhor Maya assinou junto com o pároco, alforriando Valdevino.



*Um raro casamento de escravos.*

FRÈRES, Thierry. *Mariage de nègres d'une Maison riche*. 1839.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME TROISIÈME. P. 26.

Caso semelhante aconteceu na mesma localidade. Aos 29 dias do mês de dezembro de 1846, foi batizada Ludgeria, parda liberta, com cerca de um ano de idade, filha da preta Roza, escrava de Manoel Gomes Braga, o qual concedeu a liberdade à menina a partir daquele momento e para todo o sempre. A leitura do registro permite saber que Braga vendeu a liberdade da menina ao seu verdadeiro pai, João José de Azevedo, homem livre que, diante do padre e das demais testemunhas ali presentes, afirmou que reconhecia a dita Ludgeria por sua filha, como se nascesse de legítimo matrimônio, e que, por ser verdade, a menina era sua legítima herdeira.

A presença da escravidão e da mestiçagem refletiu-se nas relações afetivas. No Brasil, a fidelidade do marido era considerada não apenas utópica, segundo os viajantes, mas até ridicularizada. E a manutenção de amantes – a julgar pela marquesa de Santos, exemplo vindo de cima –, um verdadeiro segredo de Polichinelo. No dizer de um desses cronistas, não se tratava de "uma ignomínia para um homem, em vez disso, era como a ordem natural das coisas". Famílias constituídas por um homem branco cuja companheira – mais ou menos permanente, segundo o caso – era uma escrava ou uma mestiça eram comuns, particularmente no interior do Brasil. Espantados, os preconceituosos ingleses e norte-americanos explicavam a mestiçagem biológica como resultado da falta de homens brancos: havia uma desproporção entre homens e mulheres, estudada por demógrafos historiadores: eles eram muito mais numerosos que elas.

As marcas do sofrimento ficaram na documentação. O concubinato corrente entre homens brancos e mulheres afrodescendentes provocou uma reação: mulheres brancas deviam casar com homens brancos. Embora já houvesse muitas uniões entre brancas e mulatos, como descreveu Freyre para o Nordeste, nas capitais, todo o cuidado era pouco. Tão pouco, que a Folhinha Lemmertz, de 1871, admoestava: "Com a lei do Ventre Livre algumas moças que não querem ficar para tias, casam-se com negros".

Ao fundo, a imagem de um casal misto, ela, uma pintura, ele, caricaturado. Como veremos, mais adiante, as relações e os amores entre brancos e negros invadiram as representações literárias. Estudando a vida privada na Província de São Paulo, Robert Slenes esmiuçou documentos em que essas afirmações ganham carne e sangue. Filhos mulatos nascidos dessas uniões herdam bens, escravos e negócios, dando origem a uma camada média, mestiça, como já observara, à mesma época, o reverendo Walsh.

O fenômeno, no entanto, não era tão comum assim. Houve pai alforriando filhos que tinham seus filhos também com escravas. As dificuldades de mobilidade social foram grandes até meados do século. E não faltavam senhores que, literalmente apaixonados por uma cativa casada, ameaçavam a vida do casal de escravos.

Durante o século XIX, continuavam sem punição as infidelidades descontínuas e transitórias por parte dos homens casados, e eram toleráveis os concubinatos de escravas com seus senhores. Do ponto de vista dos estrangeiros que, nessa época, chegam em massa ao Brasil, as ligações entre brancos e negros ou mulatos desaguavam sempre no rebaixamento moral dos primeiros e em repercussões sobre a vida social, sendo a mais dramática delas o grande número de filhos naturais.

As relações entre casais negros não diferiam das demais, para o bem ou para o mal. Os afrodescendentes tinham a tradição presente: entre iorubas, as estratégias de aliança entre famílias também existiam e as uniões costumavam ser acordadas ainda na infância. Quando a mulher ioruba chegava à idade de casar, uma espécie de noivado confirmava o arranjo, por intermédio de um ritual com noz de cola, do pagamento de um dote pela família do noivo e de festas e oferendas, como o ebó iaô, aos deuses. O dia do casamento também era marcado por festividades e dividia-se entre a casa da noiva e a do noivo, onde ela passaria a morar, informa o historiador João José Reis.

Estudiosos dos casamentos entre escravos, como Juliana Barreto Farias, comprovaram que, entre cativos e forros, era normal levar em conta interesses socioeconômicos. Alguns "dotes pessoais" como a "potência de trabalho", por exemplo, atribuídos às mulheres, eram bem-vindos e valorizados. Sem contar que pais ou outros "parentes de nação" –, ou seja, membros de etnias com crenças africanas comuns – podiam pressionar amigos e filhos para arranjarem noivos e noivas dentro de sua própria comunidade. A endogamia era largamente praticada, unindo pretendentes de uma mesma "nação": minas, minas-nagô e nagô, entre eles. Embora fosse difícil seguir à risca os preceitos do casamento africano, ainda assim se reavivavam ou adaptavam as práticas ancestrais.

Fugas para viver juntos? Sim. Os anúncios de escravos fugidos revelam que o amor não tinha barreiras. Amasiados às escondidas de seus senhores, muitos fugiam para realizar o sonho de se unir. Um exemplo na imprensa maranhense de 1871:

> Escravo fugido:
>
> Fugiu no dia 4 do corrente mês do Capitão Francisco Raimundo Gomes, de sua Fazenda Raposo, no Pindaré, a escrava Maria a qual tem os seguintes sinais: sem dentes na frente, altura regular, quarenta anos pouco mais ou menos e algum cabelo branco. Sem que seu senhor soubesse, vivia amasiada com o crioulo Bernardo, caboclo trigueiro, alto, magro e sem um dedo polegar de uma das mãos, constatando este indivíduo tê-la seduzido. […] Garantindo a gratificação de 200.000 rs. a quem a entregar no Pindaré.

Quando a vida a dois não dava certo, casais afrodescendentes procuravam a separação. Em 1848, no Rio de Janeiro, Henriqueta Maria da Conceição alegava que "não só cumpria todos os deveres de mulher casada, mas, também por seus trabalhos continuados e tráfico de quitandas, em que já era ocupada antes de seu casamento, ganhava para manter a si e ao Réu seu marido, sem dar motivo algum para este a maltratar". Queria a separação, pois seu marido, lembrando-lhe sempre "a lei de branco", metia a mão nos seus ganhos. E ele mesmo explicava o que isso queria dizer: "[A lei] manda que tudo o que a mulher tem, a metade é do marido – dizendo-lhe, por exemplo: você tem quatro vinténs, dois são do seu marido; você tem um lenço, há de parti-lo ao meio dando a metade a seu marido."

O marido, Rufino Maria Balita, costumava apoderar-se do dinheiro que Henriqueta ganhava com suas quitandas, pegando ainda as joias guardadas na gaveta. A comunhão de bens a que se referia a lei era só em proveito próprio. Por considerar um desaforo a mulher "querer governar o marido" e ainda atrever-se a ficar chamando sua atenção, Rufino a cobria de pancadas. Não foram poucas as mulheres negras e mulatas ricas que desmascaravam casamentos realizados por conta de seus bens e fortunas. A cabinda Rita Maria da Conceição, casada com o crioulo Antônio José de Santa Rosa pelo “amor recíproco” que julgava ser o que os animava, descobriu que ele casara “não pela amizade que lhe tinha, mas unicamente pelo interesse que desse consórcio lhe resultava”. Afinal, tudo o que o casal tinha pertencia a ela. Era também o caso da preta forra Amélia Maria da Glória, que, como afirmava, “trabalhava mais que uma escrava, pois que lavava roupa, engomava e cozia, entregando todo o produto de seu trabalho a seu marido”.

O caso mais interessante estudado por Juliana Barreto Farias foi o da forra nagô Lívia Maria da Purificação, em 1850. Quando conheceu o mina Amaro José de Mesquita, ele ainda era escravo do barão de Bonfim, “servindo de comprador e copeiro”. Já nessa época, contou Lívia ao juiz, queria “viver vida folgada, bem-apessoado e traquejado na arte de seduzir”. Assim que a conheceu, ficou deslumbrado com seus bens: doze escravos, joias, dinheiro na casa bancária Souto. E tantas fez, que entrou nas boas graças da africana. Tão logo começaram o relacionamento, Amaro pediu a Lívia que o “suprisse” com 300 mil-réis, quantia que faltava para completar sua alforria. Ela lhe entregou o valor, na “condição de casamento”. Ao saber que a futura esposa pretendia fazer um contrato antenupcial, Amaro se mostrou resistente. O dito documento estabelecia a união “conforme as leis do país, mas, sem comunicação de bens, salvo os havidos depois do casamento e dos rendimentos que tiverem”. Ora, o preto-mina nada tinha. Nem ia poder vender, alugar ou emprestar nenhuma das doze escravas da mulher. Pior: ela já tinha filhos. Logo, se morresse, ele teria que dividir os bens com os demais herdeiros. Resolveu se casar, mas ao fim de três meses, Lívia foi ao Juízo Eclesiástico pedir a separação!

O casal contrariava a regra de “fazer pecúlio para a velhice”, ajudar a alforria mútua ou aumentar a fortuna dos dois, critérios presentes em outros documentos sobre casamentos de africanos e seus descendentes. Certa Maria Angola e seu marido José Moçambique, por exemplo, acumularam pecúlio consistente. Ela com uma banca no Largo do Paço, onde vendia gêneros de primeira necessidade, e ele, como marinheiro. Eram ambos unidos na devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, de cuja irmandade, procissões e festas participavam. Ao se separarem, em 1835, ela ficou com “uma morada de casas na cidade de Campos, no norte fluminense, três escravas e um conjunto de joias de prata e ouro”.

Em muitos casos, as esposas se revoltavam contra a agressão dos maridos. Altivez e autonomia eram suas características reconhecidas por vários cronistas. A falta de ocupação dos cônjuges ou a dilapidação dos bens não estavam entre as causas legais para a separação eclesiástica. Por isso, muitas alegavam maus tratos, a falta de cumprimento dos deveres maritais, adultérios e todo o tipo de violência. Tal discurso se encontrou indistintamente entre mulheres negras e brancas.

# Amores mulatos

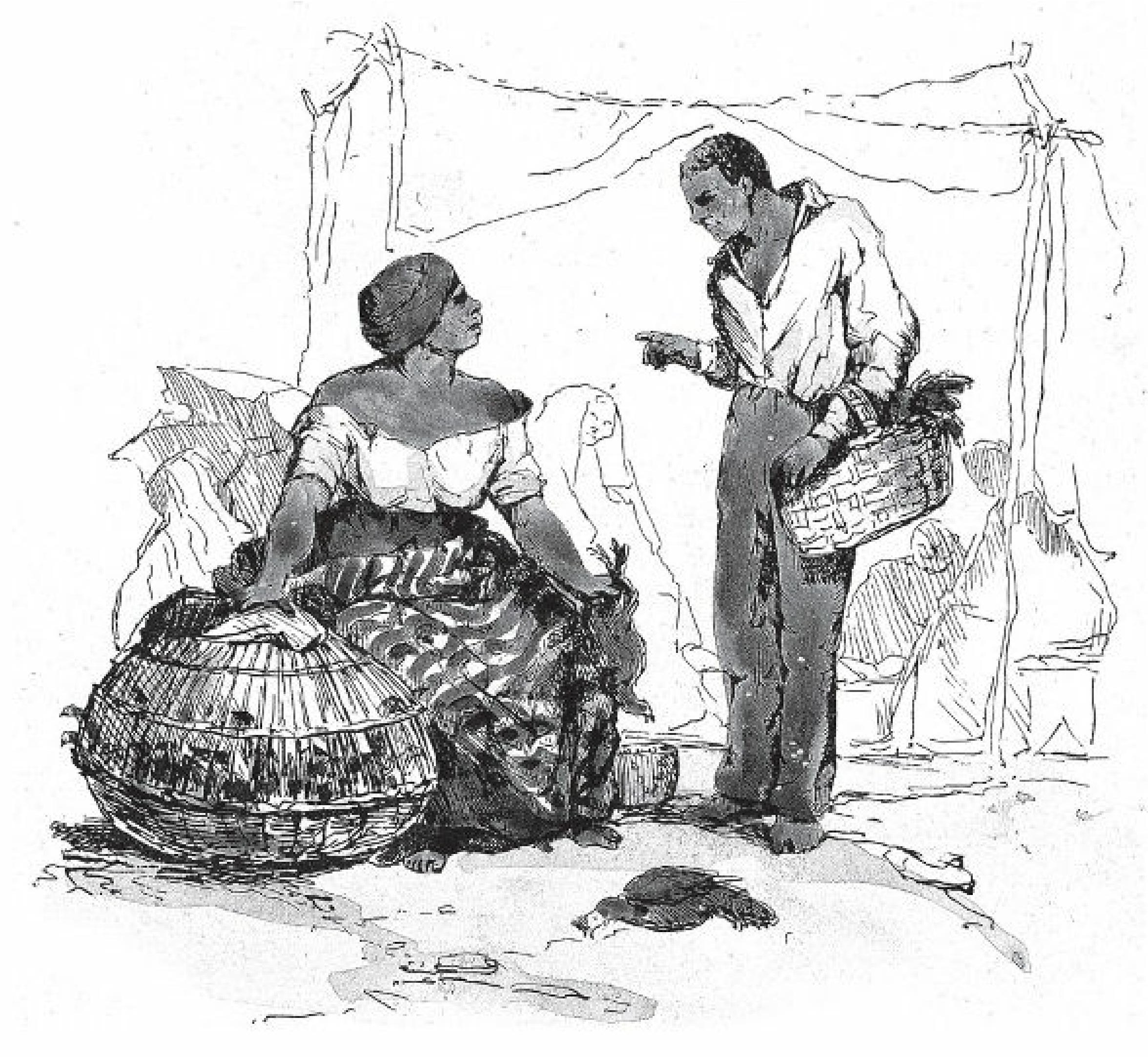
A ascensão social de mulatos no século XIX impactou as formas de dizer o amor, e sobre esta linguagem conta-nos mais nossa já conhecida Adèle Toussaint-Sansom:

> A língua brasileira, com todos os seus diminutivos em zinha, zinhos, tem uma graça toda crioula, e jamais a ouço sem descobrir um grande encanto; é o português com sua entonação nasal modificada. A língua-mãe abastardou-se, evidentemente. “É uma espécie de patoá”, dizem os portugueses. Não importa! Todas as suas denguices lhe caem bem e dão à língua brasileira um não sei quê que seduz mais ao ouvido do que a língua de Camões.

A francesa observava de que maneira nossas formas de dizer o amor impregnavam-se, nesse período, de uma cultura mestiça e mulata. Afinal, já eram trezentos anos de intenso convívio entre brancos, negros e índios, com suas múltiplas consequências, inclusive os “barões de chocolate” – expressão que designava mestiços abastados de origem africana, agraciados com títulos de nobreza por d. Pedro II. As modinhas do poeta afro-brasileiro Domingos Caldas Barbosa, sucesso desde o início do século, corriam de boca em boca. Ao som do violão, vozes femininas podiam cantar: “Eu sei, cruel, que tu gostas/ Sim, gostas de me matar,/ Morro, e por dar-te mais gosto/ Vou morrendo devagar…/ Tenho ensinado a meus olhos/ Dos segredos a lição/ Sabem dizer em segredo/ A dor do meu coração”.

Na segunda metade do século XIX, daguerreótipos e, depois, fotografias ilustram a ascensão de mestiços, já como bacharéis, médicos, engenheiros, militares, entre outras atividades. Vale lembrar a trajetória de Francisco Paulo de Almeida: primeiro e único barão de Guaraciaba, nascido em Lagoa Dourada, em 10 de janeiro de 1826, foi proprietário rural e banqueiro brasileiro. Distinguiu-se por ter sido financeiramente o mais bem-sucedido negro do Brasil pré-republicano. Possuiu diversas fazendas e cerca de duzentos escravos; sua fortuna era estimada à época em 700 mil contos de réis. Foi proprietário do emblemático Palácio Amarelo na cidade de Petrópolis. Iniciou sua vida como ourives, especializado na confecção de botões de colarinho. Era exímio violinista e suplementava sua renda tocando em enterros. Depois se tornou tropeiro e, em 1860, comprou sua primeira fazenda no Arraial de São Sebastião do Rio Bonito. Concentrou seus negócios cafeeiros nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Foi sócio fundador do Banco Territorial de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Agraciado com o título nobiliárquico de barão, em 16 de setembro de 1887, se tornou o primeiro barão negro do Império, notabilizando-se pela beneficência em favor das Santas Casas.

Apesar do preconceito, nos antigos álbuns do Império, não é raro depararmos com negros e mulatos vestidos de sobrecasaca, anel grande e vistoso no dedo, as mulheres com saias de refolhos e ar de grandes senhoras. O sangue negro corria nas melhores famílias. Não faltavam casamentos de barões de chocolate com brancas, como o do barão de Guaraciaba, do visconde de Jequitinhonha, do barão de Águas Claras. Ou de brancos com negras, como o do conde Haritoff com a mucama Regina Angelorum ou a união de Brás Monteiro de Barros, que vivia com sua mulher "de cor", em Paris. José Bonifácio, em sua correspondência no exílio, não hesitava em descrever muitos políticos do Império como mulatos e caricaturava o embaixador do Império do Brasil na corte francesa, Domingos Borges de Barros, visconde de Pedra Branca, chamando-o de "Pedra Parda". O visconde era um pardo também casado com mulher branca, de origem portuguesa.



*A família dos libertos nem sempre era sacramentada pela Igreja.*

BRIGGS, Frederico Guilherme. *Selling poultry*. 1845.

BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: BRIGGS, FREDERICO GUILHERME. *BRASILIAN SOUVENIR*: A SELECTION OF THE MOST PECULIAR COSTUMES OF THE BRAZIL. [GRAVURA 10].

A presença de intelectuais negros e mulatos nas letras – em prosa, verso, jornalismo e oratória – era grande e se fez sentir até antes da Abolição. Exceção ou não, Francisco de Sales Torres Homem é um exemplo típico. Filho de uma quitandeira no Largo do Rosário, mulata por alcunha "Você me mata", foi um dos mais perfeitos estilistas românticos, além de jornalista, deputado, diretor do Banco do Brasil e ministro do Império. A presença do mulato nas cidades, sua presença nos domínios e ofícios os mais variados, sua transição do mocambo ao sobrado de azulejo tiveram influência no que o especialista em estudos afro-brasileiros, Roger Bastide, chamou de “representações coletivas da época”. E, entre elas, representações sobre sentimentos. O brilho das artes e a celebridade literária foi, dentro das formas oferecidas pela cultura, um dos instrumentos prediletos, e realmente possíveis, usados por negros para superar a linha de cor e para dizer, de maneira singular, as coisas do amor. Por isso mesmo, no Brasil, mulatismo e bacharelismo, – diz L.A. Costa Pinto – foram expressões quase sinônimas.

Segundo Bastide, o artista, o poeta ou escritor, tanto mulato quanto branco, era capaz de se deixar influenciar pela moda erótica da época. Ambos adquiriam uma alma de pastor enamorado, faziam da bem-amada a sua heroína, cantando-lhe a beleza do rosto ou dos pés. A passagem da Independência ao Império, ao mesmo tempo em que surgia o Romantismo, realizou um fenômeno de febre lírica que ultrapassava a aristocracia intelectual, infiltrando-se nas classes operárias e camponesas. Em meados do século XIX, 26,4% dos poetas eram provenientes de classes médias, com presença importante de mestiços.

O Romantismo, vale lembrar, foi, sobretudo, o momento de eclosão da poesia afro-brasileira. Homens como Laurindo José da Silva Rabelo fazem versos os mais apaixonados. Em “Suspiros e saudades”, ele canta a interpretação romântica de sua dor. Mas, de uma dor, segundo Bastide, mestiça, pois branca, feita de saudades à moda portuguesa. Já em Cruz e Souza, a busca subjetiva da cor branca é o tema de toda a obra poética. Quando o poeta ama, o objeto desse amor é a “mulher tudesca”, branca, “da cor nupcial da flor de laranjeira”, e loura, “com doces tons de ouro”. E quando canta o amor à sua própria esposa negra, faz dela “um sonho branco” cuja alma tem a forma “singela e branca da hóstia”. Para Tobias Barreto, o amor era um sentimento unificador: andava por onde quisesse, não se detendo nas barreiras de raça ou no preconceito de cor. O sentimento fundia todos os povos numa mesma etnia: a brasileira, segundo o entusiasmo de Bastide.

Tobias Barreto também imagina um tipo de mulher ideal, que simbolizaria, em sua beleza perturbadora, o duplo encanto: o da branca e o da negra unidos. “Bastos crespos, cabelos de mulata / Sendo ela, aliás, de pura raça ariana/ olhos de águia, mãozinhas de criança/ boca de rosa e dentes de africana/…É esta a imagem que peguei num sonho / Sonho de amor febril e delirante”. Não era o único: as modinhas mais populares, cantadas ou assoviadas, trombeteavam as qualidades físicas e amorosas das morenas e das mulatas, uma resposta, segundo Freyre, à mania de louras pálidas, vinda com a imigração. Não cantava Castro Alves a beleza das crianças louras?

É certo que mulatos se casavam com brancas, como foi, por exemplo, o caso de Evaristo de Moraes ou de José do Patrocínio. Mas enalteciam as pardas ou negras: “Meus amores são lindos, cor de noite/ São formosa crioula, ou Tétis negra”. Afora algumas exceções, trata-se de branca que pertence à mesma classe social do poeta, identificada à afro-brasileira por sua posição humilde. Daí, segundo Bastide, o sonho com a branca aristocrática, espécie de fada impossível que se recusaria à solicitação amorosa vinda de um afro-descendente, sendo preciso usar a força para possuí-la. Na última fase do Romantismo, há um rompimento com a ênfase no branqueamento e Luís Gama, filho de escrava, ex-escravo e fundador da literatura de militância negra entre nós, escrevia: “Ó musa da Guiné, cor de azeviche/ Estátua de granito denegrido…/ Empresta-me o cabaço de urucungo / Ensina-me a brandir tua marimba / Inspira-me a ciência da candimba / Às vias me conduz d’alta grandeza”.

O negro protestou contra a afirmação do branco de que conhecia apenas o desejo sexual, a violência das relações afetivas. Ele lutou contra o estigma de ser o estuprador em potencial, o responsável maior pelo medo dos brancos, deixando-nos as mais deliciosas canções de amor: “Vancê me chama de pretinho/ Eu sou pretinho dengoso/ Pimenta-do-reino e preto/ Mas não dicomê é gostoso/ Vancê me chamou de feio/ Cabelo de pixaim/ Assim mesmo eu sendo negro/ As moças gostam de mim”.

Nestes versos a seguir, o poeta mulato se apresenta como alvo do desejo da senhora branca que, para ele, é como uma deusa caprichosa e amável, pela qual seria agradável languescer e morrer: “Ah, se meu sinhô morresse/ Eu tinha muita alegria/ E casando com minha senhora/ Tomava conta da forria / Bravos sinhá moça/ Bravos assim…” Ou no poema de Antonio Pinho: “Quando eu vinha lá de baixo/ que meu sinhô me comprou/ Eu já vinha namorando/ como sinhá de meu sinhô”. Ficavam mais e mais evidentes as formas mestiças, sincréticas, misturadas, enfim – assim como nossa sociedade –, de falar de amor.

Numa sociedade escravista, as mulatas livres e trabalhadoras também tinham suas vantagens, pois suas economias sempre significavam uma promessa de vida melhor. O concubinato continuava largamente disseminado, e a união dos casais era postergada por várias razões: os custos da cerimônia, as dificuldades de instalação da moradia e até mesmo o custo da festa era para se pesar. Na base da pirâmide social, não havia estratégias familiares. A endogamia em determinados grupos – inclusive de escravos – era elevada, mas a vinda de imigrantes europeus começava a impor novos relacionamentos. E mulatos, como Juliano Moreira ou José Maria dos Santos, optaram por esposas estrangeiras.

# Amores em engenhos e sobrados do Nordeste

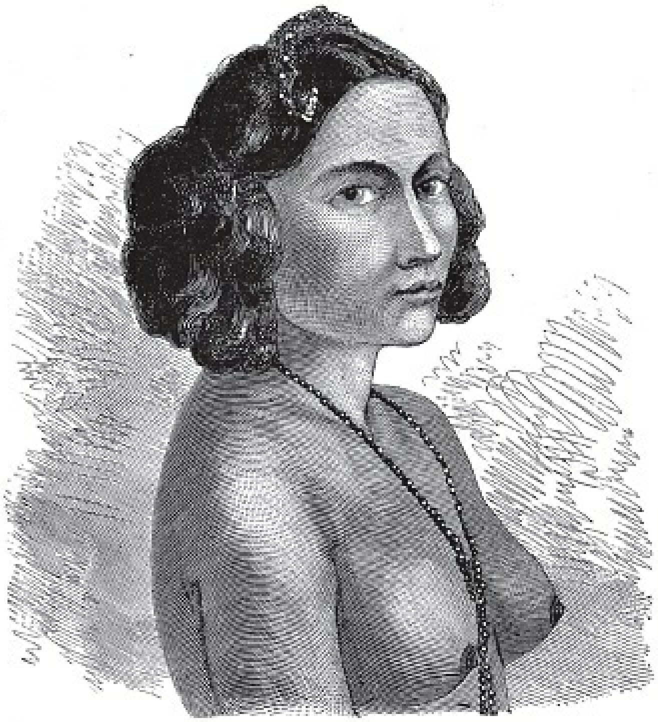
Pela manhã ouviam-se cantar as rodas dos carros, trazendo os lavradores da região. Chegava o padre. Repicava o sino na capela e, após a missa, havia a benção de todo o engenho: até os canaviais eram aspergidos. Tais festas de igreja, com novenas e fogos, davam ocasião para encontros e reuniões, raros na cidade. O viajante inglês Henry Koster lembra que os jovens se encontravam também em passeios a cavalo, palestras, em casas conhecidas, onde, à noite, havia dança e jogos de sociedade. Nas igrejas, vozes femininas eram secundadas por instrumentos de sopro, violas e piano tocados por moços de boas famílias. Tal como em São Paulo, em Recife, por vezes, para escândalo dos estrangeiros, mesmo dentro do templo, o que se tocava eram “músicas de marcha e contradanças”. Durante as festas de final de ano, moças e rapazes ficavam dispersos entre Poço de Panela, Monteiro, Caxangá, Benfica, Ponte de Uchoa e mesmo Olinda.

No olhar crítico de nosso já conhecido padre Perereca, as meninas, chegado este tempo, não cuidavam senão de vestidos em moldes modernos, mangas largas – as bujarronas – fitas, xales e lencinhos. Os banhos tinham que ser perfumados com o conteúdo de frasquinhos, para atrair pretendentes. Os rapazes, por sua vez, cortavam os cabelos "a sagui" ou à escocesa, apertavam-se em jaquetas e casacas. E tudo isto para quê? Eis a explicação: "Míseros cavalos de aluguel ou emprestados vão chorando as crudelíssimas chicotadas e esporadas que têm que gramar, pois um gamenho que vai montado quer que o pobre cavalo também namore. Sujeito há que, em uma tarde, vai cinco a seis vezes do Recife ao Monteiro, por exemplo, só para passar pela porta de sua deusa, que lá está grudada na janela."

Na cidade, o Clube Pernambucano animava as noites, e não eram incomuns as sessões no teatro Santa Isabel, onde as musas se desafiavam e poetas, como Tobias Barreto, exaltavam as divas de suas preferências. Colunas de jornais informavam sobre namoros, e as noites de lua iluminavam serenatas, bailes de formaturas, soirées, concursos, namoros e flirts. A arrogância da juventude ia vencendo antigos hábitos, e o ruído, a vivacidade, as vibrações agitavam os salões recifenses.

Na Bahia, Maximiliano, príncipe da Áustria, havia visto a gente fina da antiga capital do Brasil circulando: os homens de roupas escuras, ou em cadeirinhas ou ao trote de mulas, e as damas pálidas, nas horas do pôr do sol, soltos os negros cabelos, debruçadas nas sacadas ou reclinadas em cadeiras de balanço, nas varandas floridas, à espera de elegantes cavalheiros. Clubes de dança e música reuniam a fina sociedade da capital baiana em festas de grande concorrência. A Recreativa e a Phileuterpe ofereciam bailes famosos.

Nunca é demais lembrar a situação de outras localidades do Nordeste: a sociedade fundamentada no patriarcalismo separava homem e mulher, ricos e pobres, sublinha a historiadora Miridan Knox. Entre as mulheres, podia-se ser senhora ou dona, a casada. Ou "pipira ou cunhã", a concubinada ou amasiada. Ser filha de fazendeiro, bem alva, ser herdeira de escravos, gados e terras era o ideal de mulher do sertão. Tão logo a menina fazia corpo de mulher, os pais começavam a se preocupar com casamento. O importante era encontrar um noivo de família e com futuro.



*A beleza brasileira.*

BIARD, François Auguste. *Deux années au Brésil… ouvrageillus. de 180 vignettes dessinées par E. Riou d'aprésles croquis de m. Biard*. 1862. p. 348.
BIBLIOTECA NACIONAL [OBRAS RARAS].

Para participar de piqueniques em plena natureza, as moças do Piauí, por exemplo, trajavam-se com vestidos especiais, de saias rodadas de cassa, organza e seda estampada, ostentando grandes chapéus de palha – às vezes importados de Florença – enquanto os cabelos, que iam até a cintura, eram atados com laços de veludo e gorgorão também importados. As festas e bailes durante as férias também eram concorridíssimos. No dia a dia, o frisson era a convivência com rapazes: os convidados, amigos dos irmãos universitários. Namoros começavam entre jogos, passeios, banhos de rio.

A piauiense Amélia de Freitas relata o início do namoro com o jurisconsulto Clóvis Beviláqua, num destes banhos de rio. Clóvis era amigo dos seus irmãos, João Alfredo, futuro bacharel em direito e Otávio, o futuro médico "das doenças de africanos" – todos estudantes em Recife. O rapaz acabou salvando-a de um quase afogamento, e a história teve final feliz: casaram-se em 5 de maio de 1883. Mas, como havia de ser na época, o namoro foi cercado de regras.

A filha mais velha devia casar-se primeiro, como contou a própria Amélia. Além disso, o casal pouco se encontrava, evitando os contatos sexuais antes das núpcias, numa época em que a virgindade da moça era vista como condição básica para o matrimônio. A noção de que a conquista e o galanteio tinham que partir do rapaz, a certeza de que o marido nem sempre seria o rapaz mais desejado, e sim o possível, num mercado matrimonial relativamente restrito pelos pais, impunham à mulher a condição de aceitar com resignação, o par imposto pela família.

O mesmo hábito do beliscão, herdado dos portugueses, sobrevivia no universo amoroso do sertão nordestino, como atestam versos cantados de autores populares como Antônio Francisco dos Santos, conhecido como o Cão de Dentro, ao final do século XIX: "Dê um beijo no pescoço, e um beliscão na pá, de um abraço arrochado, que faça as junta istralá, quando o dia amanhece, tem tudo o que precisá, tudo o que pedi a ele, ele não diz que não dá."

Livros de genealogia mostram o entrelaçamento de sete famílias piauienses, emaranhadas num cruzamento consanguíneo. Muitos casamentos impostos ocasionaram problemas mentais, como ocorreu com Ana Carolina Teles, em Oeiras, casada com seu primo por ordem do pai. Na família dos barões de Goicana, de Pernambuco, também a endogamia foi praticada à larga, não faltando descendentes epiléticos. Moças que se casaram sem consentimento ou benção foram excluídas das redes de sociabilidade familiar, pois isto era considerado grave afronta ao grupo. Moças de elite eram casadas debaixo de cuidados e o mais cedo possível, pois se passassem de 25 anos, seriam consideradas "moças velhas", "moça que tinha dado o tiro na macaca", ou moça que chegara ao "caritó".

Casamento considerado de bom gosto era acompanhado de uma longa festança que durava vários dias. Mandava-se vender algumas vacas para a obtenção do dinheiro para a festa, a casa era caiada e se faziam alguns reparos para abrigar parentes que viriam de longe. Músicos eram contratados para o baile. Houve senhores muito ricos, como Simplício Dias da Silva, que contavam com banda de músicos escravos. Era, então, montada uma estrutura para a realização da boda. Comadres ajudavam na compra dos tecidos e no aviamento das roupas, dos chapéus. A festa era motivo de conversa, de troca de ideias, nas tardes em que as senhoras sentavam para bordar, em conjunto, a roupa da noiva. Esbanjava-se comida, mesmo sendo o sertão pobre e excluído da economia de exportação. Multiplicavam-se quitutes numa festa onde a ostentação devia emudecer os rivais. O prestígio de uma casa se mostrava pela variedade de carnes de criação sobre a mesa – leitoa, bacuri, gado, galinhas d'Angola, perus, capão, marrecas. Os parentes ajudavam cevando leitões que engrossariam a comezaina. Casamentos se realizavam em maio, junho e julho, meses mais frescos, de fins d'água e de muita fruta para as compotas e doces.

Casamento da mulher pobre e da escrava não envolvia dote, nem acerto de família, mas era um valor: "O casá é bom/ Coisa mió não há/ Uma casa, dois fiinho/ Boa terra pra prantá", reza o dito popular. Pagodes, festanças do gado, festividades religiosas eram espaços anuais quase únicos de encontros e casamentos. Segundo a tradição, matuto só casava quando tinha uma roupa domingueira, um cavalo para o começo da vida e uma modesta casa de palha. Pedir a mão da moça antes de ter essas coisas seria receber um não, na certa. Mesmo porque matuto não gosta de morar com outra família, do cunhado ou da sogra.

A mulher muito bonita despertava desconfiança, pois podia incentivar desejo de outros homens e a temida traição. A quadrinha sertaneja aconselhava: "Bezerro de vaca preta/ onça pintada não come/ quem casa com mulher feia/ não tem medo de outro home". A tradição oral serve para observar as representações sobre casamento nesses grupos. Casar filhas era sinônimo de dar “carga para os burros”. Casar filho, de “dar burro para carga”.

O outro risco, nesses grupos, era o de “cair no mundo”: “Umas casaram, foram morar longe, outras caíram no mundo”, conta Sinhá-Moça sobre as escravas forras e trabalhadoras livres de seu engenho do Oiteiro. E não faltavam iaiás que castigavam as jovens, admoestando “– Apanha, negrinha, para teres ‘tremenha de gente’ e mais tarde não caíres no mundo”!

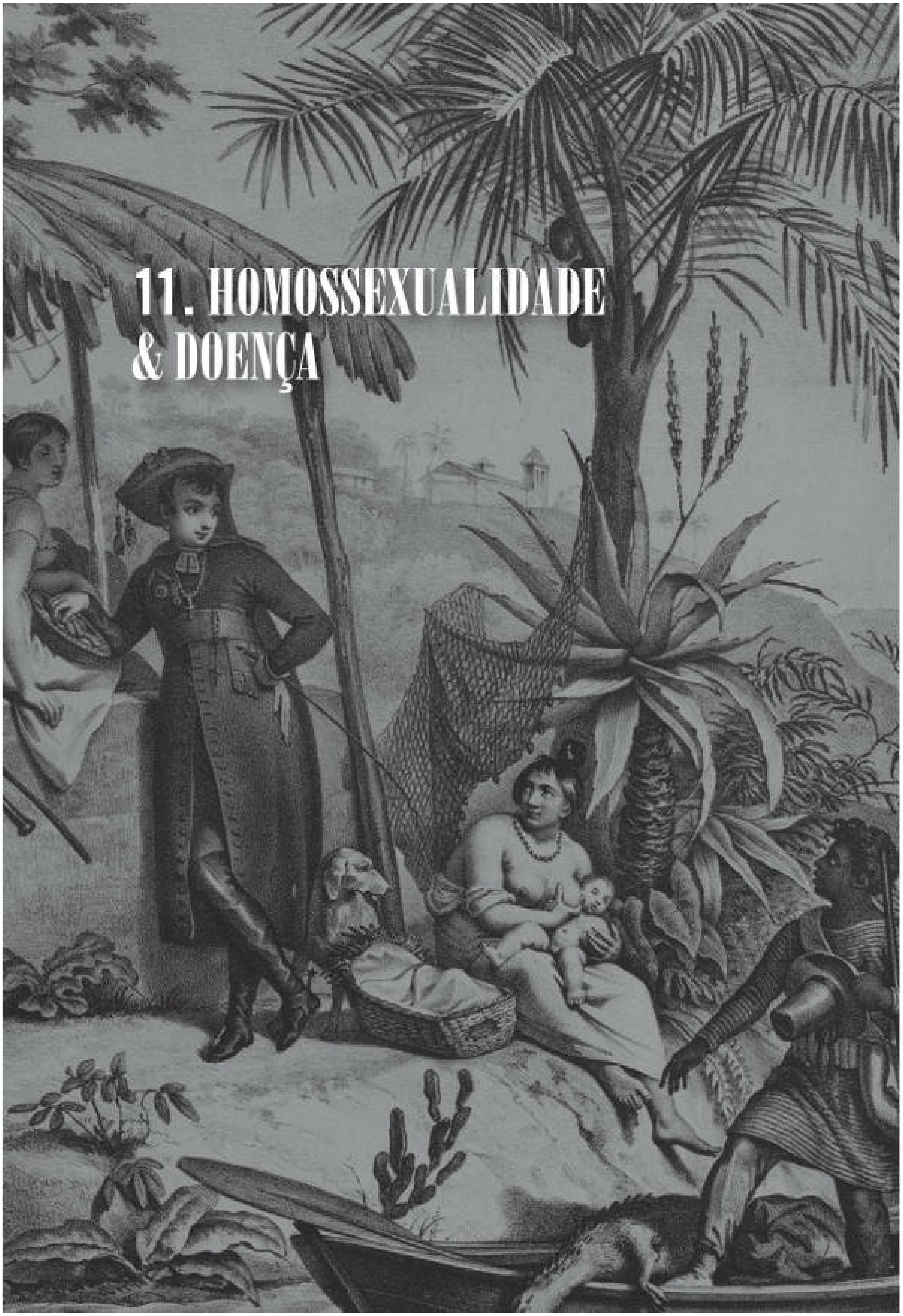
Existia um alto nível de violência nas relações conjugais no sertão. Não só violência física, na forma de surras e açoites, mas também a violência do abandono, do desprezo, do malquerer. Os fatores econômicos e políticos que estavam envolvidos na escolha matrimonial deixavam pouco espaço para que a afinidade sexual ou o afeto tivessem peso nessa decisão. Além disso, mulher casada passava a se vestir de preto, não se perfumava mais, não mais amarrava os cabelos com laços ou fitas, não comprava vestidos novos. Sua função era ser mulher casada para ser vista só por seu marido. Como esposa, seu valor perante a sociedade estava diretamente ligado à honestidade expressa no seu recato, pelo exercício de suas funções no lar e pelos inúmeros filhos que daria ao marido. Muitas mulheres, aos trinta anos, presas no ambiente doméstico, sem mais poderem passear – “porque lugar de mulher honesta é no lar” –, perdiam rapidamente os traços da beleza, deixando-se ficar obesas e descuidadas, como vários viajantes assinalaram.

Gardner acreditava que a causa principal dessas relações estivesse na “moralidade baixa” dos moradores do sertão; mas seus ideais morais eram europeus. A escravidão e as relações sociais nos grupos patriarcais moldaram outra realidade. Formou-se assim uma ética que legitimava os sentimentos e a sexualidade vividos em famílias não oficiais.

Voltando ao namoro – ou melhor, à impossibilidade de namoro, já que o encontro entre jovens de sexos opostos significava um risco terrível –, vê-se o quão frágeis eram os alicerces para a construção de um casamento que hoje consideraríamos minimamente feliz, principalmente para a mulher. Um norte-americano declarou sua dificuldade em entender como, sob esse regime, “os cavalheiros adquirem suficiente intimidade com as moças para formar as bases do casamento”. Não havendo liberdade de eleição do futuro esposo também o namoro parecia dispensável. Uns percebiam essa lacuna como produto de restrições a que estavam sujeitas as mulheres em geral, as solteiras, mais do que as casadas.

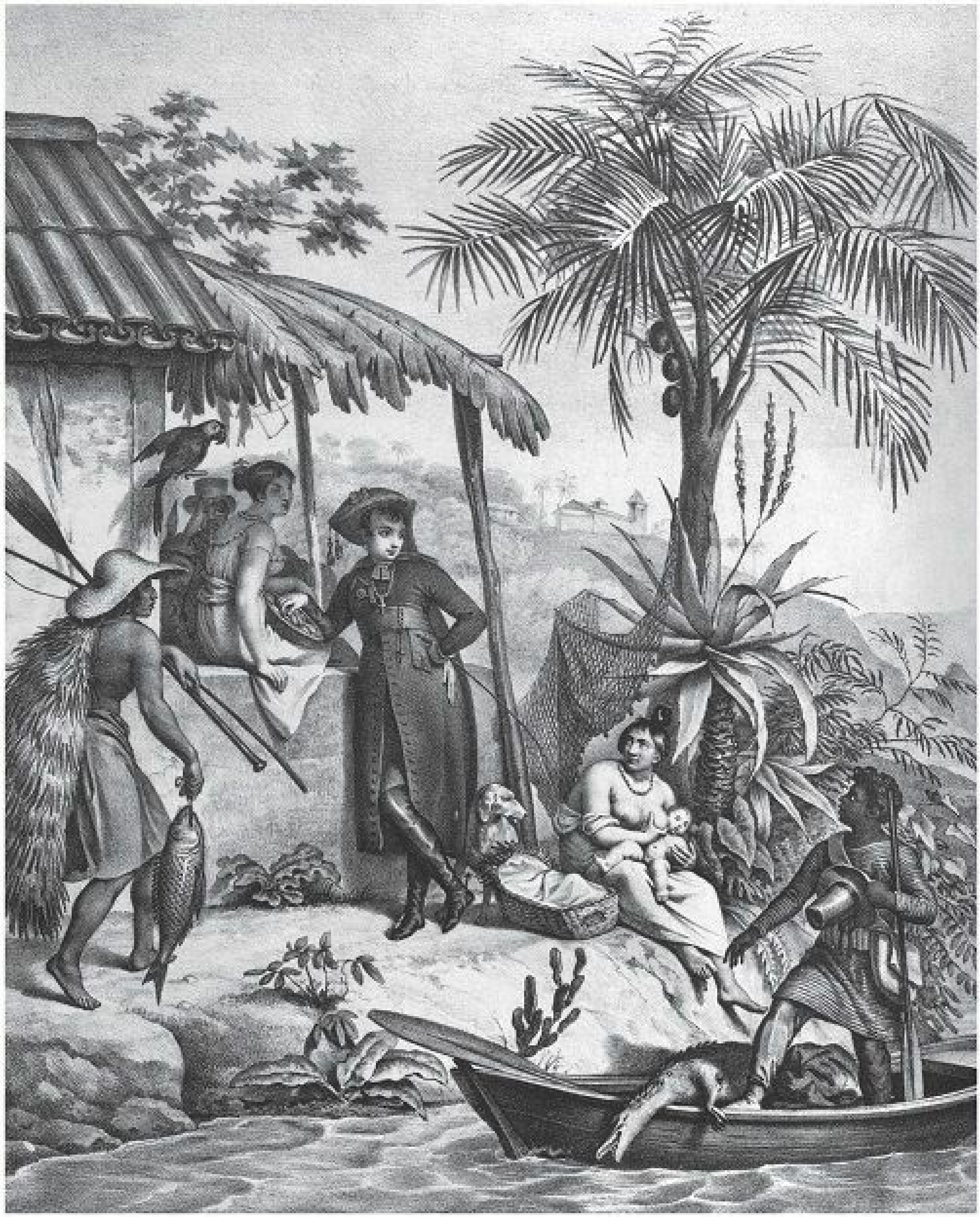
O fato é que os jovens sempre acabam por encontrar uma linguagem amorosa para que sobrevivam seus amores: já se falou aqui de leques, chapéus, pisadelas e beliscões. Jovens pernambucanos foram comparados a hábeis “amantes turcos”, levando a viajante inglesa Maria Graham a observar: “Frequentemente um namoro é mantido dessa maneira e termina em casamento sem que as partes tenham ouvido as respectivas vozes. Contudo, o hábito comum é combinarem os pais as bodas dos filhos sem levarem em conta senão a conveniência financeira.”

# 11. HOMOSSEXUALIDADE & DOENÇA



Na mesma época, a medicina legal começava a desenhar o perfil do antifísico: um tipo humano relacionado a determinadas formas de animalidade, entre as quais as relações homoeróticas. A seguir, a homossexualidade, associada a uma herança mórbida, tornava-se alvo de estudos clínicos. O homossexual não era mais um pecador, mas um doente, a quem era preciso tratar. Tudo podia começar com uma amigação num colégio para rapazes. Aí, alguns tipos dengosos, quase sinhazinhas, na descrição de Gilberto Freyre, faziam-se notar pelos trajes de veludo, pelas sobrecasacas à Luís XV com rendas nos punhos, pelas golas de pelúcia dos casacos, muita brilhantina no cabelo, o extrato excessivo no lenço, adereços que os tornavam objeto de escárnio por parte dos colegas

Em seu livro, Atentados ao pudor: Estudos sobre as aberrações do instinto sexual, de 1894, José Viveiros de Castro, professor de criminologia na faculdade de direito do Rio de Janeiro, empregou, pela primeira vez, um termo pejorativo: fresco. No capítulo intitulado “Pederastia”, ele descreveu os frescos cariocas, referindo-se a homens que, em 1880, nos últimos bailes do Império, invadiram um baile de máscaras do carnaval no teatro São Pedro, localizado no Largo do Rossio. Tal como outros intelectuais da época – médicos, políticos, advogados e artistas –, ele retratava os sodomitas modernos como homens efeminados que praticavam sexo anal como elementos passivos e ganhavam a vida com a prostituição das ruas. “Um destes frescos – diz Viveiros de Castro – como eram eles conhecidos na gíria popular, tornou-se célebre pelo nome Panela de Bronze. Vestia-se admiravelmente de mulher, a ponto de enganar os mais perspicazes. Dizem que chegou a adquirir alguma fortuna por meio de sua torpe indústria e que era tão grande o número de seus frequentadores, pessoas de posição social, que era necessário pedir com antecedência a entrevista.”



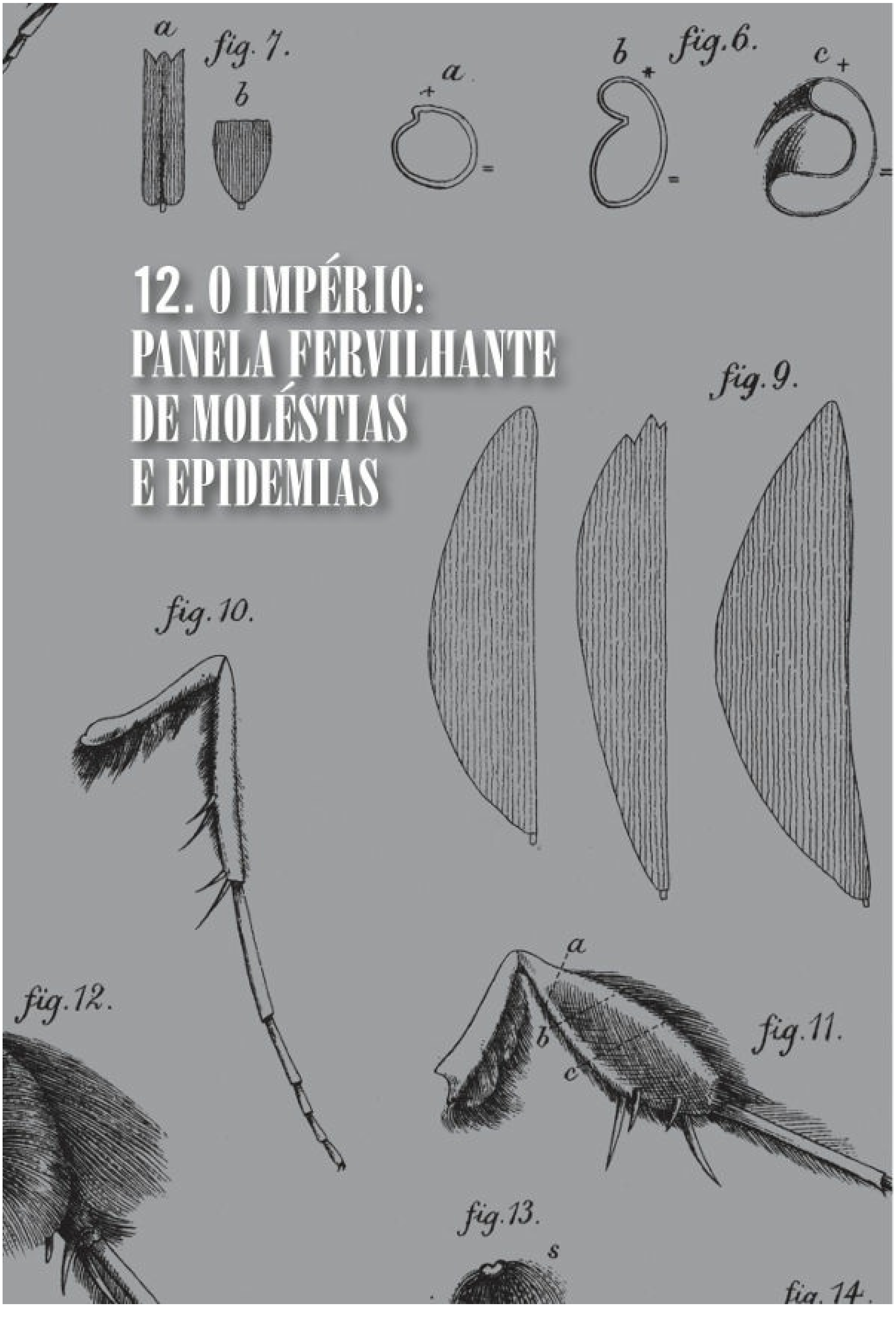
*A homossexualidade era vivida clandestinamente.*

RUGENDAS, Johann Moritz. *Costumes de Bahia*. 1835.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Membros da classe médica, como Ferraz de Macedo, ocasionalmente escreveram sobre o tema, combinando a tradicional aversão moral e religiosa ao homoerotismo, com teorias tais como: a homossexualidade se deve a distúrbios psicológicos; origina-se da falta de escapes normais; atribui-se à “criação moral imprópria”. Listavam-se as diferentes características dos “penetradores” e dos “penetrados”. Era a moralidade e não a medicina, o remédio para lutar contra essa “aberração da natureza”.

Segundo Ferraz de Macedo, esses homens possuíam vocabulário próprio e sinais para efetuar suas cantadas. Identificavam-se por conversas, gestos das mãos e “pouca serenidade e circunspeção”. Gostavam de ficar à toa em lugares públicos, especialmente nas ruas mais movimentadas, em procissões religiosas – eles, tanto quanto os casais heterossexuais – em frente de teatros e durante romarias. Tinham elegância, faziam questão de estar bem vestidos, portando camisas bordadas, lenços vermelhos ou azuis e gravatas de seda. Perfumavam os cabelos, usavam ruge e maquilagem pérola, portavam berloques e correntes de ouro. Enfim, signos “de um mundo depravado”. A malícia da época e o antilusitanismo, atribuíam aos comerciantes portugueses fazer dos seus caixeiros, suas mulheres, e não faltavam notícias de jornais, como a publicada no O Periquito, de Recife, sobre os “tarugos”, como eram chamados lá: “um moço de dezesseis anos, pardo”, com uma cabeleira que se desprendia em grande trança, “vestia camisa de mulher, meias compridas e sandálias bordadas. Em seu baú foram encontrados retratos de alguns empregados do comércio, cartas amorosas e etc.”. Foi a época, também de um famoso Erotides, que dançava em pastoril ou de Atanásio e que, à rua dos Ciganos, na capital, recebia desde o caixeiro ao senador do Império.

Mas os “frescos” também amavam. E é Adolfo Caminha quem, em 1895, publica seu segundo romance, O bom crioulo, com a história de um fanchono – nome que se dava aos homossexuais – e seu amor por um garoto pubescente. Amaro, escravo fugitivo, busca refúgio trabalhando num navio da marinha brasileira. Aí encontra Aleixo: jovem e delicado grumete, de pele clara e olhos azuis, por quem se apaixona. Quando em terra, Amaro monta casa – um quarto alugado – com Aleixo, onde vivem um relacionamento livre. Em viagem, Amaro não deixava de levar uma fotografia de Aleixo – o daguerreótipo ficara conhecido no Brasil, desde 1840 – imagem que, ao deitar, enchia de beijos úmidos e voluptuosos. Mas, como já viu o leitor, não há, nessa época, história assim sem final trágico. Pois Aleixo se deixa seduzir pela senhoria – Carolina, uma ex-prostituta –, e, roído de ciúmes, Amaro o mata. Ambos são vítimas na tradição da época do amor trágico, amor traído, amor impossível, amor de novela.

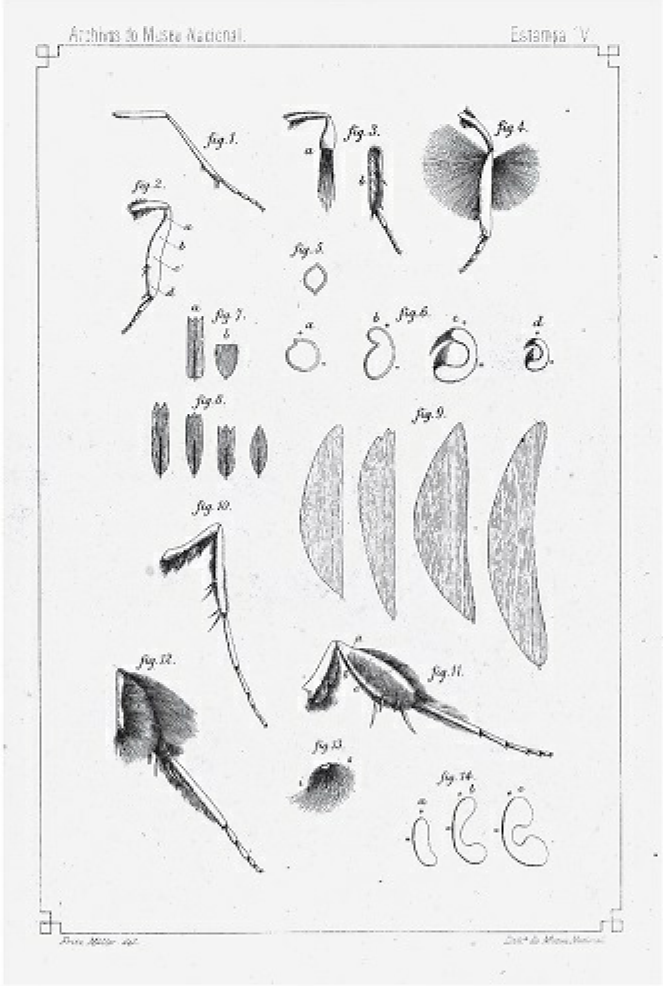

a
fig. 7.
b
a
+
=
b
fig. 6.
=
c +
=
fig. 9.
fig. 10.
a
fig. 11.
b
c
fig. 12.
fig. 13.
s
fig. 14.

# 12. O IMPÉRIO: PANELA FERVILHANTE DE MOLÉSTIAS E EPIDEMIAS

Com a vinda da família real portuguesa, em 5 de abril de 1808 é criada a Intendência Geral de Polícia, cujo alvo eram melhorias na vida urbana. Benfeitorias e construção de novas estradas, regularização do abastecimento de alimentos, criação de corpos de guardas em quartéis iriam se somar às preocupações como o aterro de pântanos, o calçamento das ruas e o encanamento das águas. Começou-se a falar em saúde pública e uma série de medidas acelerou a luta contra doenças e o cuidado com a saúde. Até essa época, não havia no Brasil ensino universitário de medicina, e quem quisesse exercê-la tinha de viajar a Portugal, para se formar em Coimbra. A instalação da corte no Brasil modifica a situação, e o ensino cirúrgico passa a ser considerado "útil ao restabelecimento da saúde do povo" e manifestação do "paternal desvelo" de d. João VI.

Até o século XIX, médicos diplomados eram raríssimos. Quem curava? Curadores, pajés, benzedeiras ou os cirurgiões práticos, que tinham uma carta ou atestado de que tivessem passado alguns anos no Hospital da Santa Casa da Misericórdia. No mesmo ano de 1808, foi criada na Bahia uma Escola de Cirurgia. Ela funcionava como Hospital Militar e lá, durante quatro anos, se lecionava anatomia, obstetrícia e cirurgia. Um ano depois, no Rio de Janeiro, os mesmos cursos foram instalados no Hospital Militar e da Marinha, acrescidos por uma cadeira de clínica teórica, cujas matérias eram estas: princípios elementares de medicina e farmácia, polícia médica, higiene particular e geral, terapêutica.

Em 1810, novidades! Uma ordem régia estabelecia que três estudantes da Escola de Cirurgia do Rio fossem escolhidos e enviados para Edimburgo. A finalidade era que se atualizassem, trazendo, posteriormente para o Brasil, métodos modernos de ensino cirúrgico. Três anos depois, foi criado no Rio, e em 1815, na Bahia, o curso de cirurgia com duração de cinco anos. Depois de um exame prestado ao final, o estudante recebia uma carta de cirurgião. O assunto progrediu lentamente, recheado de debates e projetos de lei até a criação, em 1832, das Faculdades de Medicina do Rio e da Bahia.



*O estudo científico dos insetos.*

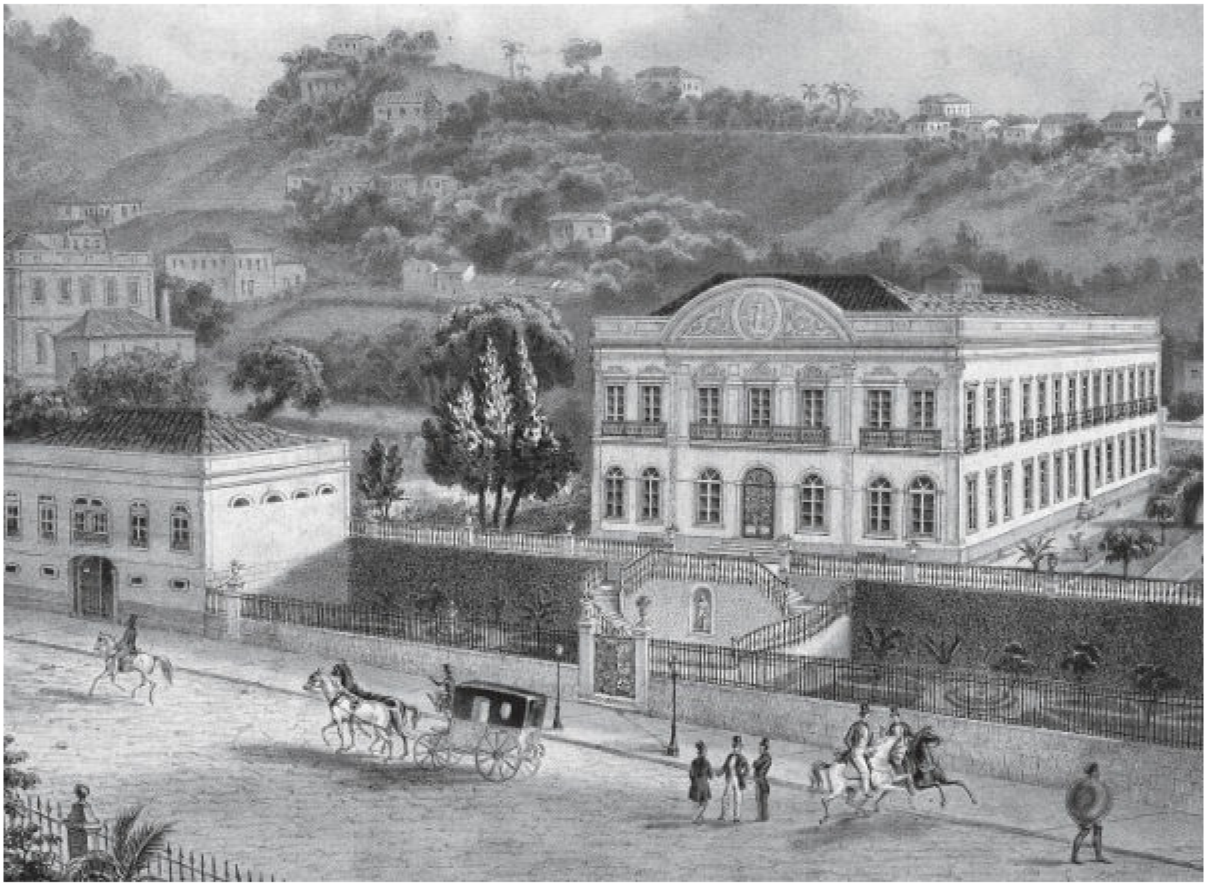
[*Órgãos odoríferos nas pernas de certos insetos*]. 1877.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Enquanto isso, as Câmaras recebiam o encargo de cuidar da higiene pública impondo a limpeza nas ruas, o cuidado com o abastecimento de água, o controle do abate de gado e da qualidade da carne, a luta contra a embriaguez ou a presença de loucos na rua, o "vozerio nas ruas em horas de silêncio", entre outras atribuições. Já a Sociedade de Medicina e Cirurgia, criada em 1829, reunindo médicos influenciados pela medicina francesa tinha outros objetivos: a criação de uma sociedade perfeita. A ideia nasceu num momento em que, como já visto, os distúrbios políticos se multiplicavam, o Império afundava em dívidas, enfrentava a Guerra Cisplatina e enrijecia a oposição ao imperador. A proposta da Sociedade de Medicina consistia em fazer da higiene pública a ponta de lança do estudo e controle das epidemias e doenças contagiosas pela criação de consultórios para pobres, pelo controle de venda de remédios, pela imposição de regulamentos sanitários, pela intervenção em hospitais, prisões e lugares públicos.

A criação do jornal O propagador das ciências médicas abriu um espaço para discussões sobre a uniformização do saber médico e a luta contra o charlatanismo: "A vida e a saúde dos cidadãos eram objetos demasiado importantes" para ficar entre as mãos do vulgo. A verdade da cura só estaria com os médicos formados. Nunca com curandeiros, parteiras sem diploma ou empíricos que, por séculos, cuidaram dos doentes! Remédios secretos e apresentados como milagrosos, nas páginas de jornal deviam ser expurgados. Os charlatães, milagreiros, os quiromantes e uromantes – que "liam as urinas" ou os "barbeiros africanos, de ordinário, estúpidos" – como acusava um médico, Francisco de Paula Costa – seriam os inimigos dos verdadeiros médicos cujo saber era atestado por diplomas. Teses apresentadas às faculdades também tinham como tema questões similares: "Deve haver leis repressivas do charlatanismo ou convém que o exercício da medicina seja inteiramente livre?"

Mas a população se acostumara com essa medicina popular, ao alcance da mão e que correspondia às suas noções de doença e saúde. Um caso acompanhado, dia a dia, pelos jornais foi o de um famoso "Curandeiro de Nictheroy", no Rio de Janeiro. A multidão se reunia na porta da casa simples, na qual se misturava a gente do povo e "personagens que têm prestado bons serviços ao país": inteligentes, educados e preparados – descrevia o articulista de o Diário de Notícias, em março de 1888. A razão era o "sistema de telefonia humana" capaz de transmitir "adivinhações milagrosas". Antes, a adivinhação era doméstica, cliente e curandeiros se isolavam atrás de um simples tabique. Mas na casa de Marius, nome do célebre "médico", tinha até recepcionista. Ele passara de operário relojoeiro a doutor, o que muito incomodava. Afinal, e os anos de estudos e imposições legais? Seriam eles simplesmente substituídos por "vontades sobrenaturais"?

"Ele nada sabe, nada estudou. Mas a força superior que o inspira, os espíritos que guiam as suas prescrições não deixam errar o instrumento que escolheram", segundo o Diário. Contava-se a boca pequena que, apoiado no relato de vinte servidores, ou melhor, espiões que seguiam as pessoas nos bondes e observavam-nas nos restaurantes, era fácil adivinhar suas vidas. As informações eram levadas ao curandeiro por gente montada em "rápidos corcéis".



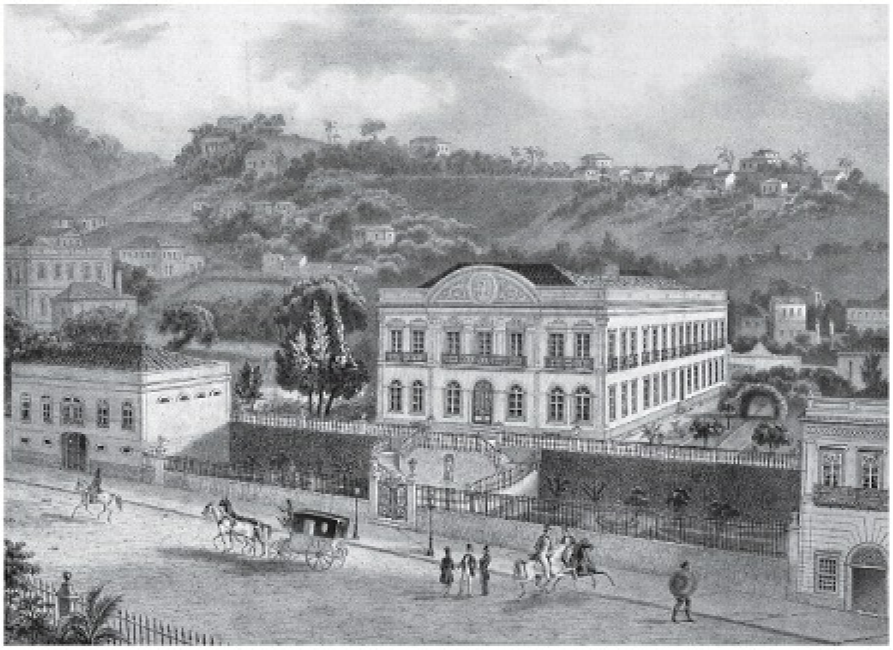
Porém, na descrição de seus seguidores, Marius ou Eduardo Davi Rey era mesmo milagreiro: tinha habilidades extraordinárias. Fazia maravilhas, revelava o futuro, calculava datas de nascimento, desfazia feitiços, examinava as linhas da mão, fazia perguntas antecipando no rosto dos clientes a resposta. Atendia autoridades, políticos, ricos e pobres no bairro do Fonseca em Niterói onde tinha um sítio, no qual cultivava plantas medicinais e nascia de fonte natural a milagrosa “Água azul”.

Os serviços de barcas ligando a capital a Niterói tinham sido recentemente inaugurados, facilitando o ir e vir de clientes. Católico praticante, Marius era conhecido como homem generoso a quem muitos deviam favores. Mas, na opinião do articulista, as “peças da máquina de adivinhação” não estavam tão azeitadas quanto os antigos relógios que Marius consertava. Corriam boatos sobre fraudes. O concerto de relógios, não era tão rentável, por isso o feiticeiro de Niterói insistia em sua atividade.

Mas, se curandeiros continuaram anunciando livremente nas páginas de jornal até a década de 1870, nos fins de 1880, a guerra foi declarada. As autoridades passaram a persegui-los. Por trás das trincheiras – e com as armas mais afiadas – se concentravam os médicos. Aumentava a pressão dos antes raros doutores contra benzedeiros concorrentes. Um membro da Academia Imperial de Medicina escreveu ao imperador denunciando: charlatães estavam em toda a parte, apesar de uma lei que os proibia. E tinham os gabinetes cheios! Recomendavam substâncias perigosas aos pacientes, agiam como médicos sem nenhuma competência e iludiam as pessoas com panaceias milagrosas para curar todos os problemas do mundo! Tais denúncias não escondiam uma preocupação: charlatães, fossem curandeiros ou médiuns, eram um obstáculo que se colocava entre a medicina oficial e a população.

O prestígio da Junta Central de Higiene Pública, órgão criado pelo governo para ser o consultor das questões de saúde pública crescia ao mesmo tempo que se intensificava a prisão dos que praticavam o "exercício ilegal da medicina". Multiplicavam-se as acusações de embustes.

Sim, pois, havia muita gente interessada em curar as mazelas de uma população destituída de cuidados médicos. Um certo J.B. Poli sanava enfermidades incuráveis e aliviava a humanidade de todos os sofrimentos e… de todo o dinheiro que tivesse. O famoso Caboclo da Praia Grande fazia curas miríficas. Mulheres sábias recuperavam espinhela caída graças a uma mistura de pó de café e clara de ovo. E havia quem, através de bruxarias, conseguisse matar moços mal-intencionados. A verdade era que os médicos eram raros e caros. É sabido que a monarquia nunca aceitou o desafio de cuidar da saúde da população nos trópicos. Em época das inúmeras epidemias que varreram a corte, ou quando atacada de mazelas prosaicas, a população corria para homens como Marius. Eles retiravam pelo sopro, sucção, orações e cantos a moléstia do corpo. Davam continuidade à missão sagrada de combater, enfrentar e vencer a Morte. Aqueles que exerciam o dom de curar seus semelhantes eram possuidores de convivência secreta com seres do outro mundo. A terapêutica se confundia com liturgia. Assistia-se ao doente com orações e remédios, sugerindo tréguas, envio de ofertas, compensações. O curandeiro era veículo e curador dos ritos de uma medicina imprecisa. Ele seria capaz de atenuar as manifestações divinas, presentes na doença considerada castigo, ou de anular forças adversas na enfermidade resultante de fatores invisíveis como, por exemplo, a inveja.



*Cresce a importância dos hospitais.*

MARTINET, Alfred. *Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro*. [18--].

BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA].

Porém, na década de 1880, as autoridades tentavam associar a vida urbana a noções como progresso e civilização. Ora, a ciência e a higiene tinham de ser aliadas nessa caminhada. Era preciso enterrar o famoso clister com caldo de galinha, as sangrias, os purgantes contra vermes e lombrigas, o medo do "sereno da noite", a infusão de jaborandi ou o xarope de flores-de-laranjeira, o cataplasma de alho e as defumações de alecrim.

Pouco a pouco, o farmacêutico que passou a preparar com mistério os remédios tomou o lugar de seus concorrentes curandeiros, afastando-os das pessoas comuns, tão dependentes de seus métodos. Era o início do fim de uma medicina popular atenta às correspondências entre o corpo e a natureza. De um saber milenar sobre o uso das plantas. E da relação baseada na palavra entre doente e médico-feiticeiro. Ouvir o paciente falar de seus males já era uma forma de cura: sua solidão e angústia diminuíam diante de homens e mulheres que conseguiam preservar a esperança de quem os consultava.

Divididos entre o saber científico do médico e o saber tradicional de médico-feiticeiros, a gente brasileira continuava a lutar contra as epidemias que varriam sistematicamente as cidades do Império. Numa delas, o Recife, a morte chegou e se instalou no dia 28 de janeiro de 1856: o primeiro caso de cólera da cidade! A vítima faleceu em apenas 24 horas. No Pará, se manifestara um ano antes. Do Pará a epidemia atingiu a Bahia em junho de 1855 e em julho chegou ao Rio de Janeiro, capital do Império, para desespero da corte. A seguir, em 1867, atingiu o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso, fazendo tantas vítimas quanto a Guerra do Paraguai, cujas baixas chegaram a cem homens por dia. Ao final do século, em 1894, há registro de acometidos pela cólera em São Paulo, durante a quinta pandemia: de 1881-1896. Por sua vez, a missionária Martha Watts comemorava a presença de funcionários municipais recém-chegados a Piracicaba, encarregados de "erradicar a imundície das ruas"! Ela sabia: sujeira e doenças andavam de mãos dadas.

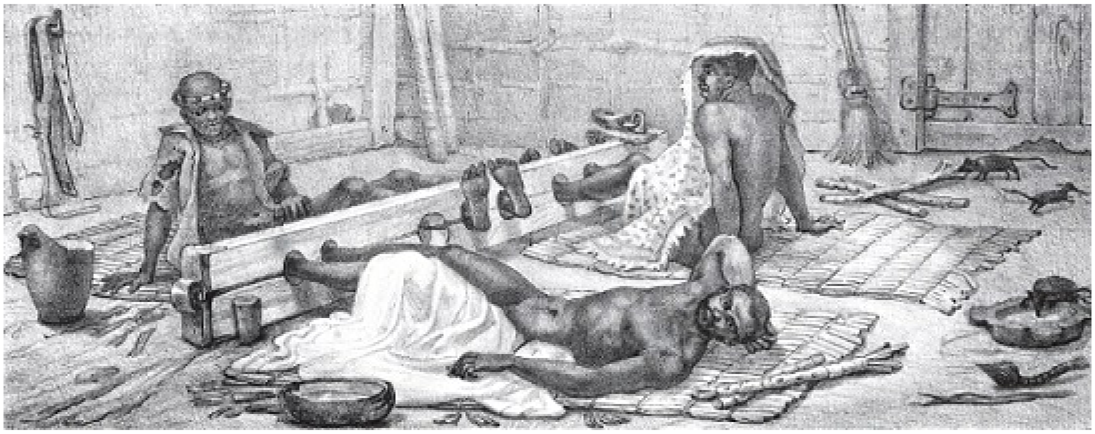
Sintomas? Terríveis, segundo o médico Antônio Corrêa de Lacerda: "evacuações abundantes e frequentes, semelhantes à lavagem de carne", magreza extraordinária, olhos escondidos nas órbitas, "as bochechas desaparecem, as paredes estomacais vão tocar a coluna vertebral, o nariz, as orelhas e os pés e as mãos começam a esfriar, o infeliz doente é acometido da cabeça à ponta das unhas e dos cabelos de um frio medonho e que, em um piscar de olhos se torna glacial… E quando menos se pensa o doente toca a extremidade da morte de muito tempo começada".

Na época o controle da epidemia era impossível, pois se desconhecia a forma de propagação da doença, que se dava pela água contaminada. Todos os esforços empreendidos por médicos e autoridades locais para deter seu avanço foram inúteis. Mas, isso foi só o começo: nos três primeiros meses daquele ano, o cólera matou o equivalente a cerca de 5% da população. Segundo o bispo Romualdo Antônio de Seixas, a enfermidade era sinal da mão de Deus, da cólera divina trazida à terra para curar os pecados da usura, prevaricação, profanação, fraude e violência! Essa epidemia também teve seu curandeiro emblemático: Pai Manuel ou Doutor Manuel da Costa, um escravo que curava as pessoas com supostos poderes mágicos. Preso por praticar embustes, levou grupos às ruas que pediam por sua libertação e acusavam as autoridades de deixar morrer pretos e pardos, como uma forma de eliminar "a gente de cor".

No seu livro de memórias, Félix Cavalcanti de Albuquerque registrou, terrificado, os efeitos do que chamou de "monstro horrendo":

> Os recursos da medicina eram todos baldados… A morte ameaçando a todos, os cadáveres ficavam insepultos, a cidade entregue a desolação… As ruas desertas… Alguns passavam chorando. Outros, acometidos do mal no caminho eram logo conduzidos ao cemitério. Via-se com uma mistura de dor e indiferença morrer o amigo, o pai, o filho, o esposo e a sensibilidade já amortecida não manifestava o pesar intenso que a todos devia dilacerar… Oh, fatalidade! Oh, tempo de angústia, de terror e de dor! Que funesta recordação deixaste gravada na memória daqueles que escaparam da tua fúria.

Houve quem quisesse incendiar cidades inteiras, como o presidente da província de Pernambuco, José Bento da Cunha Figueiredo, "porque a extinção do mal havia abandonado a todos". Impediu-o um ofício indicando que a epidemia declinava. Para evitar que a doença se alastrasse, controlavam-se os portos e as embarcações que ali chegavam. Navios vindos de lugares infectados eram submetidos a uma quarentena de observação, devendo os passageiros seguir para o lazareto da ilha do Pina, em Recife – estabelecimento destinado ao controle sanitário que abrigava pessoas que podiam ser portadoras de moléstias contagiosas. Lá, elas disporiam de acomodação e assistência médica. Até a força policial foi chamada para evitar que os possíveis infectados deixassem o hospital. Outra medida adotada foi a exigência de apresentação de uma carta de saúde no ato da entrada do navio, comprovando o estado do porto de onde procedia.



*Maus-tratos comprometiam a saúde dos escravos.*

FRÈRES, Thierry. *L'exécution de la punition Du fouet*. 1835.

BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME DEUXIÈME. P. 63.

Mas essas providências não impediram a chegada da epidemia, obrigando o governo de Pernambuco a decretar "estado de peste". Cerca de vinte hospitais provisórios exclusivos para coléricos foram instalados em toda a cidade, evitando os riscos de contágio advindos do deslocamento e da concentração de muitos doentes em um espaço confinado. A preocupação com o contágio também levou à criação de uma companhia de desinfetadores que deveriam se deslocar para os lugares onde aparecessem novos casos da doença, portando utensílios acompanhados dos agentes químicos necessários para realizar uma desinfecção imediata.

Outro problema era a resistência da população à hospitalização, o que levou a Comissão de Higiene a pôr em prática uma campanha de isolamento dos doentes em suas próprias casas e de desinfecção. Os agentes de saúde contavam com o apoio da polícia para garantir o cumprimento das medidas sanitárias e das quarentenas impostas. No entanto, os focos de contágio, sobretudo nos mocambos – habitações mais humildes e rústicas –, estavam espalhados pelo Recife inteiro, inclusive pelos bairros mais urbanizados. Isso levou as autoridades a adotarem um plano de higienização da cidade, com o objetivo de limpar as ruas, as praias, as praças, os mercados, o cais e todos os locais públicos onde houvesse entulhos e alagados. As fontes de água potável também passaram a ser rigorosamente policiadas, sendo proibida a lavagem de roupas e de animais. Em todo o Império do Brasil, nos anos de 1855 e 1856, cerca de 200 mil vidas foram ceifadas pela doença. Morreram mais mulheres do que homens, pois elas temiam ser examinadas ou recolhidas às enfermarias. Até então, nenhuma epidemia vitimara tanta gente.

Durante a epidemia de 1856, os sepultamentos, antes cercados de pompas fúnebres, eram realizados rapidamente, por sugestão da própria Comissão de Higiene. Na capital do Império, os corpos eram levados diretamente para o "campo santo", sem velório, na maior parte das vezes, carregados em carroças ou carrocinhas, conduzidas por africanos livres denominados "feitores das casas dos mortos". Em toda a parte, nas cidades ou no interior, a população era tomada pelo pânico. Muitos fugiam na tentativa de evitar a contaminação. Em meio ao desespero, abandonavam os parentes doentes à própria sorte e, por vezes, chegavam a deixar os cadáveres insepultos. A epidemia não só matava como provocava medo e desordem.

Epidemias mortais, porém, não eram novidade. A primeira grande epidemia de febre amarela, transmitida por mosquitos, foi reintroduzida na capital do Império em 1849. Um navio americano chegara a Salvador, procedente de Nova Orleans e Havana, infectando os portos, e a febre se espalhou por todo o litoral brasileiro. Na capital, disseminou-se rapidamente, pois não existia esgoto, e a infraestrutura sanitária era extremamente precária, desde o recolhimento dos resíduos e o abastecimento de água até o comércio de alimentos nas ruas, sem nenhuma condição de higiene.

No entanto, antes de se estabelecer a aceitação do papel do mosquito na epidemia, outras teorias e concepções eram propostas para sua transmissão. Era o caso das teorias miasmática e contagiosa. A primeira apontava para a crença segundo a qual, doenças seriam veiculadas pelos ares pestilenciais, enquanto a ideia de contágio, muito presente na Bíblia, apostava na transmissão de pessoa a pessoa. Era assim que, no correr do século XIX, tentava-se esclarecer o misterioso mecanismo da transmissão da febre amarela e de tantas outras doenças: ora apelando para supostos miasmas – termo presente nas concepções hipocráticas, que, em grego, significa “manchar”, “tingir” –, ora propondo o contágio direto. Quando não mesclando ambas as hipóteses. Isso, bem entendido, antes da assim chamada “revolução pasteuriana”.

No caso de epidemias, elas seriam fruto da mudança de temperatura, à qual os emigrantes estariam mais expostos e suscetíveis. Segundo alguns doutores, os negros e aqueles que já se encontrassem aclimatados às regiões onde a doença se apresentava teriam menores possibilidades de contraí-la. As causas atmosféricas podiam, por sua vez, atingir não só indivíduos, como populações inteiras. Tais causas podiam ser os miasmas dos pântanos, emanações emitidas pelas proximidades do mar ou de terrenos úmidos, ou em todos os lugares que se acham próximos de matas e rios, expostos à ação de intenso calor, e onde a decomposição das matérias animais e vegetais fazia-se rapidamente. O ar era considerado um “caldo pavoroso” onde se misturavam emanações de corpos em decomposição, fumaça, enxofre, vapores aquosos, voláteis, oleosos e salinos, entre outros elementos. Ali se incubariam todos os males.

Uma grande epidemia de febre amarela matou mais de 3% da população da cidade brasileira de Campinas no verão do ano de 1889, Adolfo Lutz, em suas reminiscências sobre a febre amarela, calculou em três quartos a população que deixou Campinas em direção a outras cidades, fugindo da moléstia. O Brasil já era, então, considerado perigoso por conta das enfermidades infecciosas. As agências de viagem na Europa operavam direto para Buenos Aires, sem escala, privando o Império do transporte marítimo e da exportação do café. Uma intrincada rede de acontecimentos afetava o país, a partir desse cenário: a cafeicultura era prejudicada, pois a mão de obra era emigrante e vulnerável à febre amarela; não havia como pagar a dívida externa, sobretudo, a contraída com bancos ingleses.

As péssimas condições sanitárias e higiênicas da gente brasileira também puderam ser observadas durante a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870. As doenças –conta o historiador Jorge Prata de Souza – superaram em muito as baixas provenientes de ferimentos em combate, mostrando que o inimigo interno eram as doenças que atingiam os recrutados. Tuberculose, asma, bronquite, pneumonia, reumatismo, hepatite e doenças do coração golpeavam mais do que balas. Para ficar num exemplo coletado pelo mesmo historiador: em 940 inspeções de recrutas, 406 revelaram a incapacidade de assentarem praça nos corpos da esquadra da Marinha. Em suas memórias sobre os voluntários da pátria na guerra, o general Paulo de Queiróz Duarte informava: “Muitos destes voluntários foram, de início, assaltados por epidemias que, na ocasião grassavam com furor e grande intensidade, como a bexiga, o sarampo, o cólera e a disenteria que vitimaram milhares de jovens, antes mesmo que se defrontassem com o inimigo.” Em São Francisco e Dayman, nas proximidades de Salto, um veterano informou: “Aí registramos baixas enormes, e os cemitérios atulharam-se, causava lastima, ver como a disenteria ceifava impiedosamente.”

Em carta de maio de 1865, ao ministro Ângelo Muniz de Souza Ferraz, o general Manoel Luiz Osório comentava que dos 2.600 homens da cavalaria, cem tinham contraído tifo e outros tantos sofriam de varíola e sarampo. As bexigas teriam vindo do Norte. E ele completava: “A peste é a maior inimiga que temos.” No cenário da guerra, os doentes eram levados aos hospitais em carretas cobertas de couro, deitados sobre pelego de carneiros. Contaminados de pus varioloso, ficavam disformes com a doença, o rosto enorme, inchado, cheios de pústulas denegridas, que exalavam cheiro nauseabundo. Os doentes bexiguentos cresciam em número, tanto pelo frio como pela disseminação de outras doenças, como o sarampo, importado pelas forças vindas da corte.

De janeiro a maio do mesmo ano, 31% dos praças do Corpo dos Imperiais Marinheiros tinham sido abatidos pelo cólera. Em 1867, as autoridades resolveram não só combater as epidemias, mas, principalmente, exigir maior rigor na inspeção de saúde dos praças convocados. Sim, pois, antes, a única coisa que se examinava era o arco das pernas. Muito arqueadas, o voluntário era eliminado. Como sublinha a historiadora Maria Teresa Dourado, outra doença que causou muitas vítimas entre os combatentes foi a malária, doença infecciosa febril aguda, caracterizada por febre alta acompanhada de calafrios, suores e cefaleia, que ocorrem em padrões cíclicos, a depender da espécie do parasito infectante. Era também conhecida por febre intermitente, febre palustre, febres, maleita ou maleitas, paludismo ou impaludismo, sezão ou sezões, sezonismo, batedeira, tremedeira, carneirada.

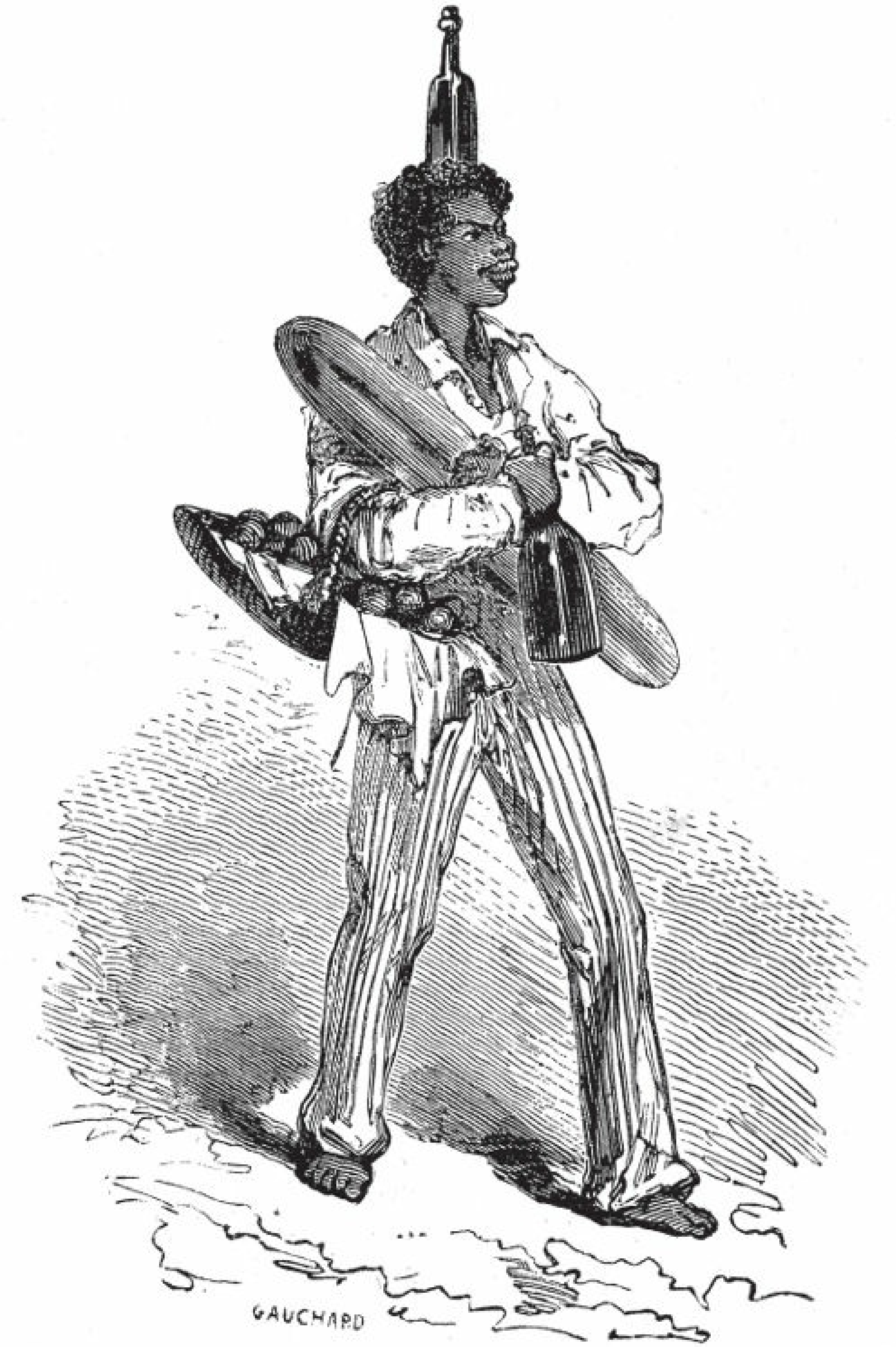
Os soldados pagaram um preço elevado por, em regiões desconhecidas do Paraguai, entrar em terrenos alagados e não habitados pelo homem, onde tiveram contato com o agente infeccioso da malária. Doença milenar, conhecida por todos os exércitos do mundo, dizimou os soldados por ocasião do episódio conhecido como A Retirada da Laguna. As baixas chegaram “a quase quatrocentas por dia”, pois a maior parte do trajeto percorrido pelos soldados era constituída por terrenos onde proliferavam os mosquitos transmissores da doença.

A velha conhecida bexiga ou varíola visitava as populações desde o período colonial. A vacinação braço a braço que teve início em 1803, não a abateu, e a doença atacava, impávida, anualmente. São Paulo, por exemplo, foi varrida por ela nos anos 1863, 1864 e 1865. O sistema então adotado seguia o seguinte caminho: uma pessoa inoculada deveria retornar ao vacinador após uma semana, tempo necessário para que a pústula estivesse em condições de fornecer novo pus que, por sua vez, serviria a outra pessoa. Apesar de esse retorno ser obrigatório, a grande maioria não voltava. O processo, explica Jorge Prata de Souza, era demorado e causava horror à população. Em 1865, iniciou-se uma nova etapa de imunização, com a utilização da vacina produzida da pústula de vaca, inaugurando-se a era da vacina animal.

A descrença na eficácia da vacina era grande. Sobretudo entre a população negra, em meio à qual se difundiu a crença de que os brancos queriam matá-los, o que dificultou a intervenção médica. Para a cultura africana, a doença podia ser causada por feitiços, violação da tradição ou por erro num determinado ritual. Muitos achavam que a epidemia de varíola, identificada ao orixá Omulu, era um castigo para purificar a comunidade. Tratava-se de uma fase necessária para que o indivíduo se tornasse filho da divindade. E, em lugar do médico, preferiam o apoio e a intervenção do curandeiro.

A casa onde morria bexiguento, sem sofrer desinfecção séria depois de desocupada, ia passando a terrível doença a novos moradores. Instalavam-se almas do outro mundo em sobrados mal-assombrados nas capitais…

Já a tuberculose comia centenas de pulmões por ano. De preferência pulmões de moças solteiras, de adolescentes pálidos, de iaiás franzinas. Era o “pulmão carunchado” que fazia cadáveres vivos. Escarradeiras em porcelana, vidro e metais evitavam as cusparadas no chão. Mas havia sempre o risco de o escarro contaminar as moscas que ali pousassem, contagiando, depois, gente e alimentos. Em 1849, um grande médico de Recife, o dr. Aguiar Fonseca, escrevia alarmado, que a tuberculose estava aumentando na cidade; e uma das causas desse aumento lhe parecia ser o desleixo dos proprietários – que não pintavam paredes ou madeiras das portas contaminadas – e das famílias, que não queimavam e lançavam aos rios toda a mobília, roupa e mais coisas do uso do tuberculoso. Esse mesmo médico considerava que a falta de árvores piorava a qualidade do ar.



*Alcoolismo começa a ser apontado como causa de doenças.*

BIARD, François Auguste. *Deux années au Brésil… ouvrageillus. de 180 vignettes dessinées par E. Riou d'aprésles croquis de m. Biard*. 1862. p. 90.
BIBLIOTECA NACIONAL [OBRAS RARAS].

Também se adoecia no sertão e nas áreas rurais. E muito. O pior é que, nessas regiões, se contava com pouquíssimos médicos, cirurgiões ou barbeiros. A necessidade forjou os práticos, os entendidos, os curiosos de medicina. Tanto quanto eles, os senhores de engenho ou fazendeiros de café administravam mezinhas, pensavam ferimentos, geriam quebraduras. A alimentação banal e insuficiente, a multiplicidade de doenças, a população desamparada pelo governo e a ausência de qualquer política de assistência à saúde ceifava vidas, em silêncio. Esses males – expostos de forma mais sistemática apenas no século XX por meio das expedições científicas – eram as doenças infecciosas e parasitárias, entre elas a tuberculose. Muitas eram as febres – forma encontrada no saber médico para se referir aos seguintes sintomas ou indícios: suor constante, calafrios, superaquecimento corporal, náuseas e vômitos.

Muitas, também, eram as doenças do sistema digestivo, notadamente a diarreia e a enterite, transmitida sobretudo por vermes e parasitas intestinais. Dracúnculos, solitárias, lombrigas e ancilóstomos povoavam a flora intestinal, e tais doenças tinham seu potencial destrutivo ampliado quando havia quadro de desnutrição. Nesse caso, a doença poderia evoluir causando além de indisposição para o trabalho, a diarreia crônica e finalmente a morte. Descalços, em contato direto com a terra, trabalhadores rurais, agricultores e escravos eram presa fácil dos vermes e a esse respeito, nada se podia fazer.

Por isso mesmo, todo fazendeiro – como bem disse o médico e escritor Lycurgo Santos Filho – era também curandeiro. Os “livros de razão” das famílias traziam receitas para doenças e afecções, com as indicações da manipulação dos remédios, da dose acertada e das dietas alimentares. As doenças dos escravos eram tratadas por um ou mais cativos iniciados na preparação de remédios, e não faltavam “boticas caseiras” para atender aos males da senzala. Os doentes costumavam ficar isolados em casas separadas.

Na Barra, Bahia, na fazenda de Anna Mariani Bittencourt, quinino, calomelanos, ruibarbo e outras drogas eram pesados em pequenas balanças, e as cápsulas preparadas para os doentes que lhe vinham pedir ajuda. A condessa de Barral, aia das princesas Isabel e Leopoldina, em seu engenho no Recôncavo, preparava ela mesma os remédios para agregados e escravos. Essa atividade, aliás, está cuidadosamente registrada em seus Diários. Por sua vez, a condessa Nicota Haritoff, em sua fazenda no Vale do Paraíba, zelava para que houvesse cobertores de lã na enfermaria que atendia sua escravaria. Na Fazenda Campo Seco, no sertão baiano, era o senhor Antônio Pinheiro Pinto que manipulava as receitas e as reproduzia em cópias que guardava ou distribuía.

Um exemplo: “Remédio para curar gonorreia: uma colher de azeite doce posto em uma gema de ovo morna ao fogo; beba em jejum por cinco dias que sara da purgação”. Para cessar a purgação em mulheres, “nove mamões inchados pondo-lhes açúcar branco”, depois de cozido e deixado no sereno, “toma a moça de manhã em jejum com semente”.

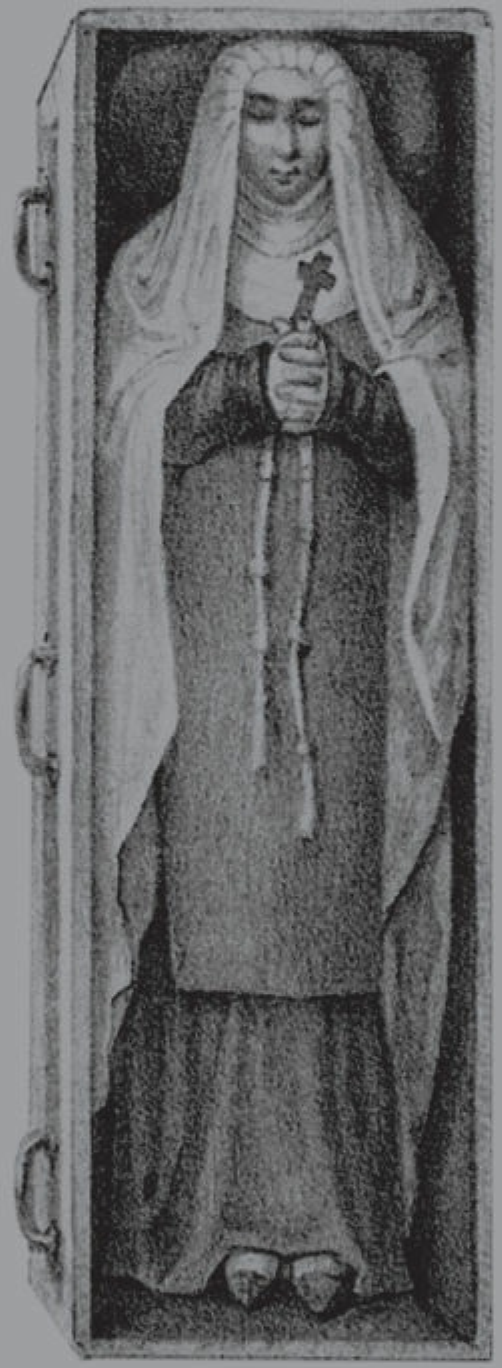
Para inchações de qualquer natureza, clisteres purgativos feitos com palha de alho, três colheres de óleo de mamona ou carrapateira, meia xícara de mel de cavalo –uma variedade de mel silvestre – e uma porção de sal do Reino. Os clisteres limpavam “as impurezas do organismo”. Contra inflamações, recomendava-se o “unguento branco”, à base de “sebo de rim de boi”, “alvaiade” ou carbonato de chumbo e “pedra ume”.

Como bem lembra Ângela Pôrto, há, hoje, entre historiadores novas ideias sobre como era tratada a saúde do escravo. Embora tais cuidados variassem de acordo com a situação econômica dos senhores e até mesmo a relação pessoal entre eles e seus cativos, havia, sim, uma preocupação com a saúde da força de trabalho. Normalmente, praticava-se o que parecia dar bons resultados para prolongar os serviços da mão de obra.

Para os letrados, circulou no meio sertanejo o eficiente manual do dr. Chernovitz. O dr. Pedro Luiz Napoleão Chernovitz era um médico polonês, formado em 1837, na França, em Montpellier, onde conheceu alguns colegas brasileiros. Em 1840, veio para o Rio de Janeiro, e por aqui ficou até 1855, quando voltou para Paris com a esposa e vários filhos brasileiros. Suas receitas para leigos reunidas no Formulário ou guia médico e no Dicionário de medicina doméstica e popular, publicado em 1842, tiveram extraordinário sucesso. O caráter acadêmico, pedagógico, civilizador e higienista desse manual capacitava pessoas do interior do país, distantes dos médicos, para os primeiros socorros e para a formulação de diversos remédios. Dividido em várias seções, o livro continha a descrição dos medicamentos, suas propriedades, suas doses, as moléstias em que deviam ser empregados, assim como ensinava a utilização de plantas medicinais indígenas e de águas minerais. Trazia ainda fórmulas para a realização de várias receitas “úteis nas artes e economia doméstica”, tais como água de colônia, tintas de escrever, venenos para a destruição de animais daninhos.

Os manuais escritos no período imperial indicam a presença de um público bastante amplo, cujo interesse se dirigia a temas, ao mesmo tempo, científicos e presentes no seu cotidiano. O Manual do fazendeiro ou Tratado médico sobre as enfermidades dos negros generalizado às necessidades de todas as classes, de 1839, o Guia médico das mães de família, de 1843, ambos do dr. Imbert; o Médico e o cirurgião da roça, de 1857 e os Primeiros socorros ou a Medicina e cirurgia simplificada, de 1866, do dr. Bonjean, iniciavam os leitores nas ciências médicas. Adquiridos por famílias ricas ou remediadas ou por indivíduos dados à prática informal da medicina – e, por isso, dentro de categorias distintas da maior parte da população do país – não se restringiram a esse círculo fechado. Certamente, faziam-se conhecidos nas conversas informais e nas trocas de receitas no ambiente doméstico, para a recuperação de parentes, vizinhos ou escravos doentes, explica a historiadora das ciências Maria Regina Cotrim Guimarães.

# 13. A DAMA DE BRANCO



s sentimentos diante da morte, assim como o morrer, são fenômenos modelados pela cultura de uma época. No século XIX, sexualidade e morte se aproximaram. Na pintura, a morte arrebatava

O donzelas com carinhos sensuais. Na escultura, belíssimos corpos femininos convidavam os passantes a dormir com eles… para sempre. O teatro multiplicou cenas em cemitérios e túmulos. Contavam-se histórias sobre monges que copulavam com belas jovens mortas. A então chamada "galanteria" invadiu o Além.

Outro tema era o da morbidez definida como gosto mais ou menos sinistro pelo espetáculo físico da morte. O corpo morto e nu se tornou objeto de curiosidade científica e de prazer mórbido. Ciência e arte se deram as mãos. O cadáver virou personagem de lições de anatomia na vida real e na pintura. As cores de sua decomposição – verdes e cinzas – iriam inspirar pintores famosos. Nos túmulos, belas mulheres nuas com vestes transparentes substituíam a tradicional imagem da caveira comida de vermes ou de anjos com os olhos virados para o céu. Agora, não se viam mais esqueletos, mas seios e nádegas suavemente cobertos. Nos cemitérios, lustres e enfeites eram compostos com pequenos ossos.

E quem se interessou pelo assunto? Os intelectuais e estudantes. A boêmia literária, que nasceu graças ao surgimento das faculdades de direito em São Paulo e Recife, animou os estudantes. Eles viviam livremente em repúblicas, longe da família e mergulhados em muita literatura romântica. O poeta e lorde Byron era a grande inspiração. A tradução de seu poema Lara veio na pena de Tibúrcio Antônio Craveiro, que viveu na corte entre 1825 e 1843. Por trás da aparência respeitável de um professor do Colégio Pedro II, se dissimulava uma vida de orgias e bizarrices. Sua casa era decorada com aparelhos de tortura, múmias e gravuras macabras. As paredes, borrifadas de sangue. A iluminação era garantida por velas pretas e vermelhas, como as que os condenados do Santo Ofício empunhavam a caminho da fogueira. Ele escrevia sobre uma lousa de mármore negro, que, diziam, fora retirada da sepultura de uma donzela.

Outro byroniano foi o conde Tierry Von Hogendorp, ex-general das tropas napoleônicas, que se refugiou no Cosme Velho, ao pé do Corcovado, no Rio de Janeiro. Dormia num quarto de paredes negras, com caveiras e tíbias cruzadas, esqueletos em branco representando a dança macabra: aquela em que a morte puxava pela mão um cordão de condenados. Sua cama era um ataúde.

Em 1845, em São Paulo, estudantes criaram a Sociedade Epicurea, enquanto em Recife nascia a Filopança. Ambas promoviam orgias de inspiração byroniana. Na primeira, pontificavam Bernardo Guimarães e Alvarez de Azevedo. Nas farras realizadas na Chácara dos Ingleses – não à toa, pois Byron era nascido em Londres – se copiavam os personagens satânicos do poeta. Paredes cobertas de tapetes negros e decoradas com emblemas fúnebres e camas colocadas em catafalcos, entre círios recebiam prostitutas conhecidas na praça como Ana Bela, Tudinha do Inferno ou Marocas Peido Roxo.

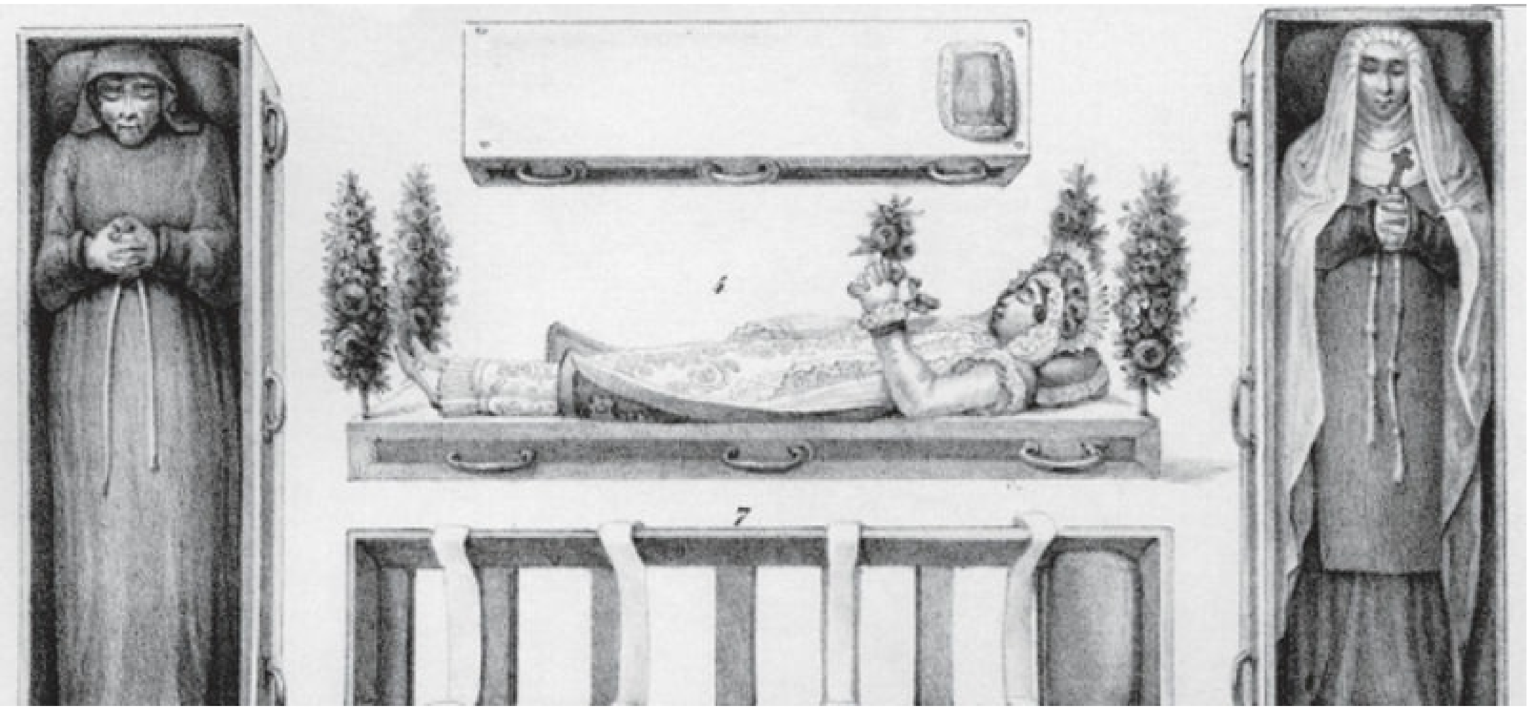
Certa eleição de uma "Rainha dos mortos", em plena epidemia que grassava na cidade, terminou mal. Os estudantes resolveram desafiar a dama de branco e percorriam os cemitérios se divertindo em saltar sobre tumbas ou violá-las. Resolveram também ir buscar uma prostituta para encarnar a morte. A escolhida foi enfiada aos gritos de pavor num caixão e levada ao som de cantochões para o cemitério. Lá chegando, um estudante cujo apelido era Satã abriu o ataúde para possuí-la conforme os rituais macabros. Um grito e um susto: "– Morta. Está morta!" A mulher morrera de terror. Abriu-se um inquérito, nunca solucionado, pois envolvia filhos de famílias influentes.

Mas, sem assombros, por favor! Cemitérios eram espaços sociais dignos de atenção. Localizados ao lado das igrejas, ali as prostitutas ofereciam seus serviços e as escravas vendedoras de comida ofereciam seus quitutes à saída da missa. Ao longo do século XIX, por razões de higiene, os campos santos iriam se afastar dos altares e se transformar em jardins, em cidades, em florestas com ciprestes, enfim, em dispositivos cênicos onde atuavam sonhos e dramas. Para evitar a corrupção dos ares, a paisagem era dissimulada por plantas e flores. As necrópoles se pintavam de verde. Percorriam-se suas aleias para visitar túmulos conhecidos. Louvava-se a calma serena do lugar. Nele se observava a lua nascer, escutava-se o silêncio. Não havia a preocupação em dissimular a morte. Ela era cantada em prosa e verso. A morte era romântica e sensual. Louvava-se a passagem do visível ao invisível, o limite entre dois mundos. A lembrança dos desaparecidos era substituída pela sensação de sua presença. Pela impressão de sua permanência. Os afetos se prolongavam graças àqueles que falavam com os mortos.

As palavras da pintora e escritora inglesa Maria Graham sobre o cemitério dos ingleses representam bem tal sentimento:

> Fui hoje a cavalo ao cemitério protestante na Praia da Gamboa, que julgo um dos lugares mais deliciosos que jamais contemplei, dominando lindo panorama, em todas as direções. Inclina-se gradualmente para a estrada ao longo da praia; no ponto mais alto há um belo edifício constituído por três peças; uma serve de lugar de reunião ou ás vezes de espera para o pastor; uma de depósito para a decoração fúnebre do túmulo; e o maior, que fica entre os dois, é geralmente ocupado pelo corpo durante as poucas horas (pode ser um dia e uma noite) que neste clima podem decorrer entre a morte e o enterro; em frente deste edifício, ficam as várias pedras e urnas e os vãos monumentos que nós erguemos para relevar nossa própria tristeza; entre estes a estrada, algumas árvores magníficas. Três lados deste campo são cercados por pedras e grades de madeira. Até a imaginosa e delicada Jane, de Crabbe, poderia pensar sem mágoa em dormir aqui.

A moda era apreciar a beleza do horror, considerado uma fonte de sensações. O elo misterioso entre prazer e dor ganhou força no Romantismo. Beleza, morte e deleite se misturavam na pena de autores como Byron, lidos pelos brasileiros. Em Don Juan, sua personagem, Antônia, sente que uma alma penada ronda a casa e a espia noite e dia. No poema Giaour, de 1813, Byron menciona vampiros e outras reencarnações famintas de sangue. Imagens que serão apropriadas por autores da época como Polidori ou Prosper Merimée, pois a literatura de horror inglesa foi traduzida e teve grande influência na França e, por tabela, no Brasil. Machado de Assis, não fez por menos. Em seus Contos da meia-noite, plantou um poeta cujas estrofes intituladas “À beira de um túmulo” falavam de morte e vida, flores e vermes, amores e ódios, tudo num caldo de “oito ciprestes, vinte lágrimas e mais túmulos do que um verdadeiro cemitério”.



*A preparação para o sepultamento.*

FRÈRES, Thierry. *Divers cercueils*. 1839.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME TROISIÈME. P. 42.

Mas, ao se avizinhar do erotismo, a morte deixava de ser um evento familiar e aceito. Antes o convívio era feito de serenidade e aceitação. Mas, ao aproximar orgasmo e morte, indicando uma ruptura, os homens passaram a ter medo de morrer. O sexo criou um distanciamento: quanto mais prazeres em vida, maior o medo da finitude.

Medo que era combatido pelo espetáculo e pela festa. O campo santo virou local de piquenique, romaria cívica ou passeio domingueiro. A cada dia 2 de novembro, os jornais publicavam coluna social contando em quais jazigos se rezaram as missas mais concorridas, quais eram os túmulos mais enfeitados, quem compareceu às capelas, tudo se refletindo, como diria mais tarde Lima Barreto, no prestígio e na grandeza dos túmulos. A morte era um espetáculo!

“O meu propósito era dizer a vocês que o enterro esteve lindo. Eu posso dizer isso sem vaidade, porque o prazer dele, de sua magnificência, de seu luxo, não é propriamente meu, mas de vocês. Enterro e demais cerimônias fúnebres não interessam ao defunto; elas são feitas por pessoas vivas para os vivos”, ironizava o autor em sua Carta de um defunto rico.

Mas, isso, no campo das ideias. Na prática, gestos tradicionais e mudanças conviviam. Isso era visível, sobretudo, nos ritos que cercavam os enterros. Notadamente, os de crianças, carregadas em bandejas grandes à cabeça de um portador, muitas vezes, uma criança ele também. Em visita ao Brasil, em 1817, o viajante francês Jean-Marie Debret fez questão de registrar suas impressões: “Grupos de círios acesos, colocados em profusão, fazem brilhar as flores e vidrilhos entre os quais não se distingue o pequeno embrião fantasiado de anjo e deitado num pequeno leito de tafetá branco, rosa ou azul-céu, guarnecido com debruns de prata. O rosto descoberto é pintado das mais vivas cores e o penteado consiste numa peruca loura, bem empoada, coroada por uma enorme auréola feita de placa de ouro e prata.” Com quase cem anos de diferença, a missionária Martha Watts, em 1901, escrevia a uma amiga contando ter visto “um lindo bebezinho levado à sepultura em uma bandeja grande, carregado na cabeça por um menino de cor, sem nenhum amigo acompanhando…”.

Em suas memórias, o escritor e médico Pedro Nava foi mais específico ao contar o fim do filho de uma ama negra:

> Um dia, ninguém sabe por quê, foi aquela febre e logo as convulsões que só pararam quando ele se inteiriçou num último arranco e amoleceu, morto! No colo de minha mãe. Ela e a negra, as duas e minhas tias choravam todas taco-a-taco. Sem parar. Meu pai fez questão de enterro de branco e velório como o de parente. O defuntinho foi para nossa sala de visitas. Sobre uma mesa coberta de forro de seda e colcha de renda, o caixão. No caixão de rosa e prata, o anjinho. Fizeram para ele uma túnica de Menino Jesus, sapatinhos de cetim pousados num bolo de algodão afeiçoado em nuvem e cheio de estrelas douradas. A testa cingida de uma profusão de flores e fios metálicos que faiscavam como artifício de São João.

Enterro de branco? Não necessariamente. O nosso já conhecido Daniel Kidder observou:

> Logo depois de nossa mudança para o Engenho Velho, tivemos, um domingo, a atenção atraída para trás de nossa casa, por uma interminável gritaria na rua. Olhando pela janela vimos um negro com uma bandeja de madeira sobre a cabeça, na qual levava o cadáver de uma criança, coberto com pano branco e enfeitado de flores, com um ramalhete atado à mãozinha. Atrás do negro, seguia uma multidão promíscua no meio da qual cerca de vinte negras e numerosas crianças, quase todas adornadas com tiras de pano vermelho, branco e amarelo, entoavam algum cântico etíope cujo ritmo marcavam com um trote lento e cadenciado; o que levava o corpo parava frequentemente e girava sobre os pés como se dançasse. Entre os da frente sobressaía pela exagerada gesticulação a mãe da criança, conquanto não pudesse, pela mímica, determinar com exatidão se eram de alegria ou de tristeza os sentimentos que a empolgavam. Assim foram eles até o adro da igreja, onde entregaram o corpo ao vigário e ao sacristão. O cortejo voltou então, cantando e dançando com mais veemência – se possível – que na ida. A cena se repetiu várias vezes durante a nossa permanência naquele bairro do Rio de Janeiro. Jamais a presenciamos em outro

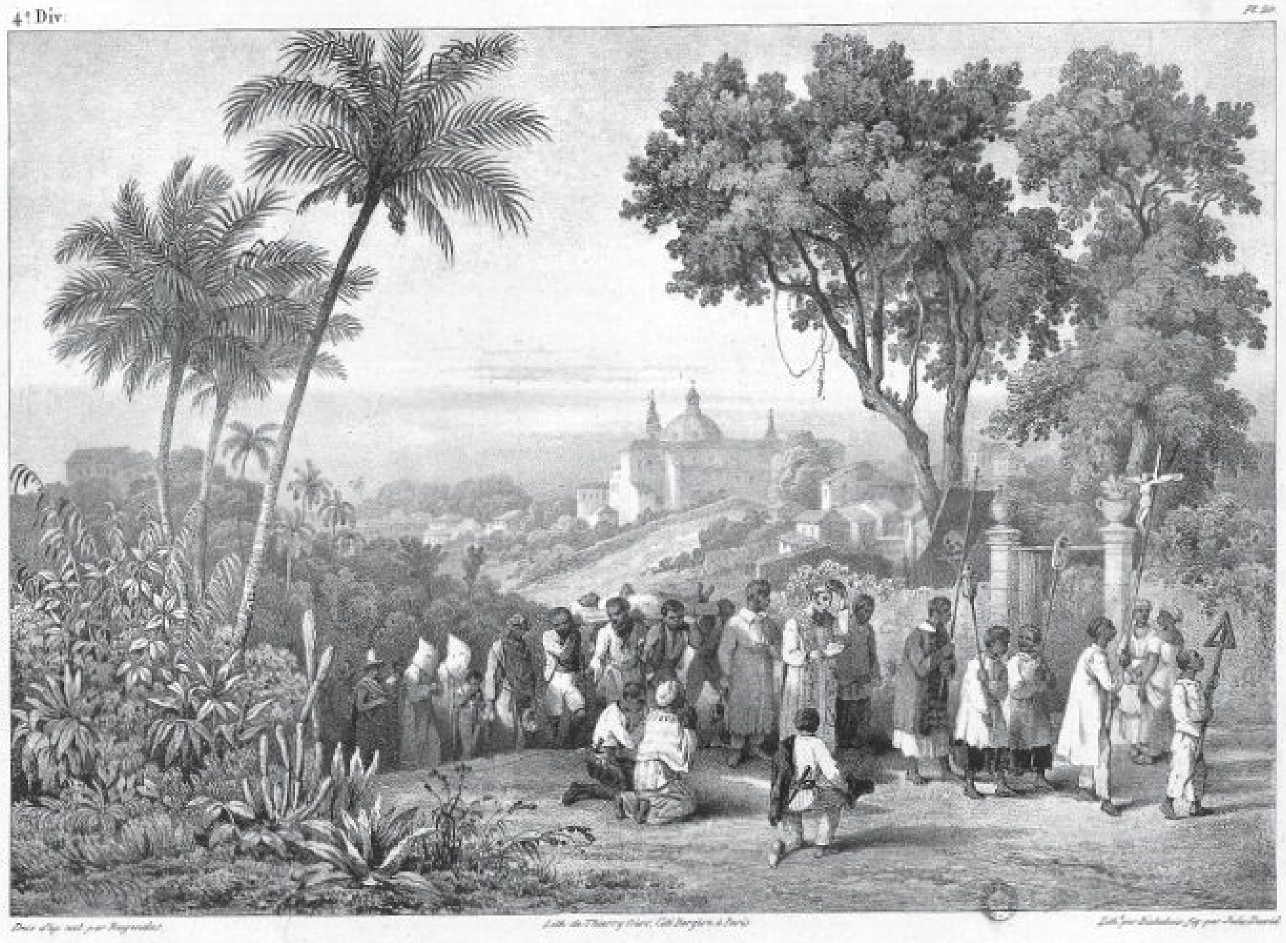
lugar.

A tradição ficou. Segundo Câmara Cascudo, no Nordeste até o meado do século XX, a criança morta, o anjinho, era posto no seu caixão, coberto de flores e ficava sobre uma mesa, não numa alcova, mas na sala principal onde os amigos da família permaneciam até a hora do enterro. Durante a "guarda", ocorria um debate poético entre violeiros e cantadores, glosando ao divino a passagem do menino para a corte dos anjos de Deus: "Por isso cantando eu louvo, o anjinho que fugiu, deste vale só de prantos, onde a dor talvez sentiu. Enfeitado de bonina, o anjo para o céu subiu, um adeus dizendo ao mundo, quando a morrer se sorriu." Vez por outra, estrondeava a roqueira no terreiro. E gritava-se: "Viva o anjo!" Circulavam bebidas de fabricação doméstica, o aluá de milho ou de abacaxi, o vinho de caju ou de jenipapo, a cachaça com casaca de laranja, o café bem forte. As comidas eram secas, especialmente os doces tradicionais. Nada de garfo e faca. Era refeição fúnebre, rápida, silenciosa, contrita.

Outros ritos em torno da morte e do morrer permaneceram na primeira metade do século XIX, impressionando o protestante Kidder:

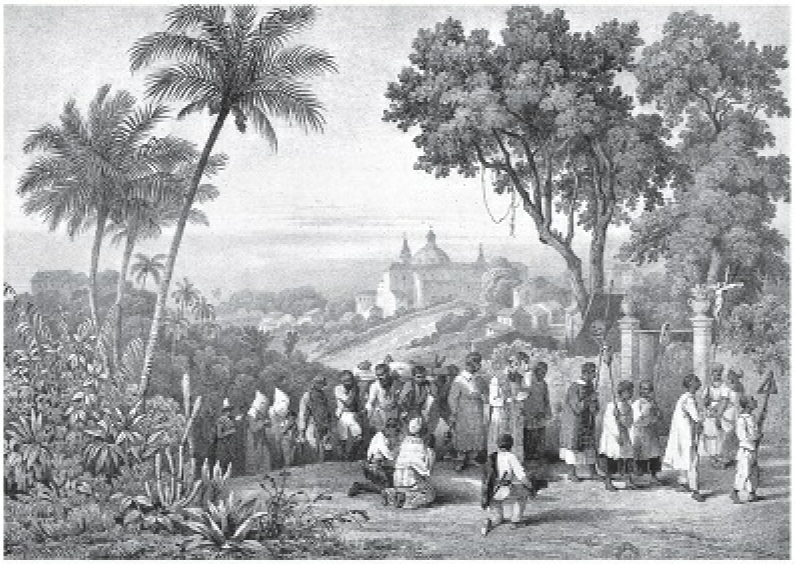
> Quando o funeral é de adulto, o contraste é o maior que se possa imaginar. O cortejo sai geralmente à noite. No dia anterior armam um catafalco na casa do morto. À porta colocam um reposteiro preto. Os cavalos, o carro mortuário, os portadores das tochas, vão todos vestidos de negro. O cocheiro leva dragonas postas sobre os ombros e, na cabeça, um chapeau de bras com pluma ondulante. O número de tocheiros está sempre em relação com o das carruagens, ao lado das quais formam alas. Vão em geral montados, e os seus longos tocheiros negros, chamejando na escuridão, produzem efeito imponente. Quando o féretro chega à igreja, é transferido para um pedestal alto a que chamam mausoléu, coberto de panos pretos e cercado de círios acesos. Aí fica o morto enquanto celebram as cerimônias fúnebres. O corpo é depois enterrado sob uma das lajes de mármore de que o piso da igreja está repleto, ou colocado em alguma catacumba aberta nas paredes laterais do edifício. O caixão usado no cortejo não é enterrado com o cadáver, mas, conservado na igreja ou na sede da irmandade que o aluga para tais ocasiões. Quando o corpo é colocado na catacumba, atiram cal virgem para acelerar o processo de decomposição; depois de mais ou menos um ano abrem novamente o túmulo e tiram os ossos para limpá-los. Os parentes do morto mandam então encerrar os restos mortais em uma urna que poderá ficar na igreja ou ser removida para a casa. Em geral, porém, as urnas ficam na igreja e as famílias levam as chaves; conta-se, porém, o caso de um homem que levou os ossos de sua mulher para o próprio dormitório. Tais urnas são de tamanho e formatos variados, mas têm aparência de féretro. Algumas são grandes como mausoléus; outras, pela sua ornamentação externa, dão ideia de caixa para roupa. O lugar e as circunstâncias parecem altamente impróprias para exibição de ornamentos, entretanto, algumas dessas urnas mortuárias são enfeitadas com brocados de ouro e prata aplicados sobre cetim e veludo, para admiração dos visitantes.

Quão diferente do pomposo e magnificente cerimonial fúnebre dos abastados é o enterro do pobre escravo. Nem tocheiro, nem ataúde no diminuto cortejo. O corpo vai balançando numa rede cujas extremidades são atadas a um longo pau apoiado ao ombro de seus companheiros. Estes enterros saem pela manhã, num andar cadenciado, os negros em fila, a caminho da Misericórdia. O cemitério dessa instituição resume-se em um terreno acanhado fechado por muros no qual se vê pintada de vez em quando a figura de uma cabeça de cadáver. Nesse recinto abrem diariamente uma cova de sete pés quadrados. Aí enterram em promiscuidade os corpos dos que morrem no hospital durante a noite e dos escravos e indigentes sepultados gratuitamente. Dessa forma, o terreno inteiro é escavado no decurso de um ano, mas, nos anos seguintes, continuam o mesmo processo.



ENTERREMENT D'UN NÈGRE
à Bahia.

No interior, sobreviveu por décadas a participação na agonia de um membro da pequena comunidade, logo anunciada pelo dobre dos sinos. Eram comunidades de paróquias reduzidas, cujos fregueses podiam se governar pelo som do bronze das torres. Todo aquele grupo social parava, participando dos trabalhos e sofrimentos do indivíduo e da sua família até a última pá de cal sobre a sepultura, com volta para as missas de sétimo e trigésimo dia. Os textos litúrgicos antigos incluíam as preces da agonia, outras para um intervalo – em que se verificava se o cristão estava realmente morto –, seguindo-se as orações próprias para o asseio e amortalhamento do cadáver e ainda as preces durante o velório.



*Rituais da morte.*

BICHEBOIS, Alphonse. *Enterrement d'un négres:* À Bahia. [1835].
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: RUGENDAS, JOHANN MORITZ. *VIAGEM PITORESCA ATRAVÉS DO BRASIL*. [GRAVURA 99].

O consolo ao moribundo era prodigalizado pela presença de um padre e de membros da confraria religiosa à qual o dito pertencesse. Quando não havia padre por perto, procurava-se uma vizinha para vir "ensinar a bem morrer" o moribundo que ainda "ronca" e não quer despedir-se do mundo, no dizer de Aluísio de Almeida. O padre deveria ouvir a confissão do agonizante e ministrar-lhe o sacramento da extrema unção. Com exceção de loucos e frenéticos, que não possuíam lucidez necessária para recebê-lo, e das crianças, que, só tendo pecados veniais, não necessitavam absolvição, todos o solicitavam sob pena de morrer excomungado.

Também em São Paulo, como conta Aluísio Azevedo, quando alguém da paróquia estava para morrer, saía o viático ao som de vibrantes badaladas, e a população já era assim avisada: "Senhor Fora", "Nosso pai". Levava-se o viático sob o pálio dos irmãos do Santíssimo. Ajoelhavam-se mulheres, abriam-se as rótulas e janelas, onde se acendiam velas, os militares prestavam-lhe homenagens. O pároco dava a extrema-unção ao enfermo e voltava para a igreja. Quando soava o toque da agonia, 21 badaladas do sino grande, afluíam pessoas à casa do agonizante. A encomendação da alma era feita por um puxador de rezas.

Em qualquer parte, enquanto alguém morria, outros cuidavam do velório, os parentes masculinos sendo chamados para organizar o funeral. Quem podia, contratava um "armador", para "armar a casa", o que significava decorá-la com uma gama variada de panos negros que anunciavam o luto. Até portas e janelas da casa eram ornadas com grande laço de crepe, como conta Félix Cavalcanti. Fazia-se anunciar a morte pelo choro da carpideira ou por uma campainha que a irmandade a que pertencia o defunto mandava tocar pelas ruas. “Vestidores de defunto”, portugueses e brasileiros, competiam entre si para prestar, ao melhor preço, o melhor serviço. As famílias abastadas mandavam avisar os amigos por carta-convite especialmente entregue pelos escravos. O cortejo fúnebre iniciava-se na própria casa do defunto, cujo corpo era conduzido à igreja e daí à sepultura. A saída do féretro constituía um momento especialmente celebrado. Em torno do corpo, reuniam-se familiares, amigos, vizinhos e todos aqueles cuja presença havia sido pedida pelo defunto, com o objetivo de intercederem por sua alma: pobres, doentes, clérigos eram pagos ou retribuídos por participarem nesses cortejos de acompanhamento à última morada. O luto fechado se estendia aos escravos domésticos e crias de estimação.

Em algumas localidades do Brasil, a morte era uma festa. Por exemplo, em São Luiz do Maranhão – e quem conta é o escritor Pedro Nava. Lavado e amortalhado o corpo, bem-posto no seu caixão, saía imediatamente o cortejo para o velório na casa dos amigos. Cada um disputava o pobre morto e queria hospedá-lo em câmara-ardente uma ou duas das vinte e quatro horas que ele tinha para errar de porta, no seu passeio derradeiro. As casas se ornamentavam, cobrindo-se das mais ricas colchas, das mais belas rendas, das mais belas flores, cercada dos castiçais de prata queimando altas velas, e armava-se a mesa para o festim funerário. Abancavam todos. E Nava conta:

> Comia-se de rijo: águas ardentes e vinhos corriam como o Pindaré e o Itapicuru nas grandes cheias. Depressa minha gente, que ainda temos muita casa para entrar antes da última… E seguia o préstito aumentado em cada esquina pela perspectiva de vinhaça e comezaina. No fim, o caixão oscilava incerto em mãos variáveis, e o defunto, já passado a segundo plano, era apenas elemento acessório da procissão que seguia – festiva e lúgubre – com arrotos, soluços, ânsias de vômito, imprecações de órfãos, fungações de riso abafado e gritaria da viúva a todo pano. Só na hora do memento e do abismo dos sete palmos cessava o alarido e todos silenciavam num arrepio – cada qual pensando no dia da Cólera em que seria pretexto de bródio igual.

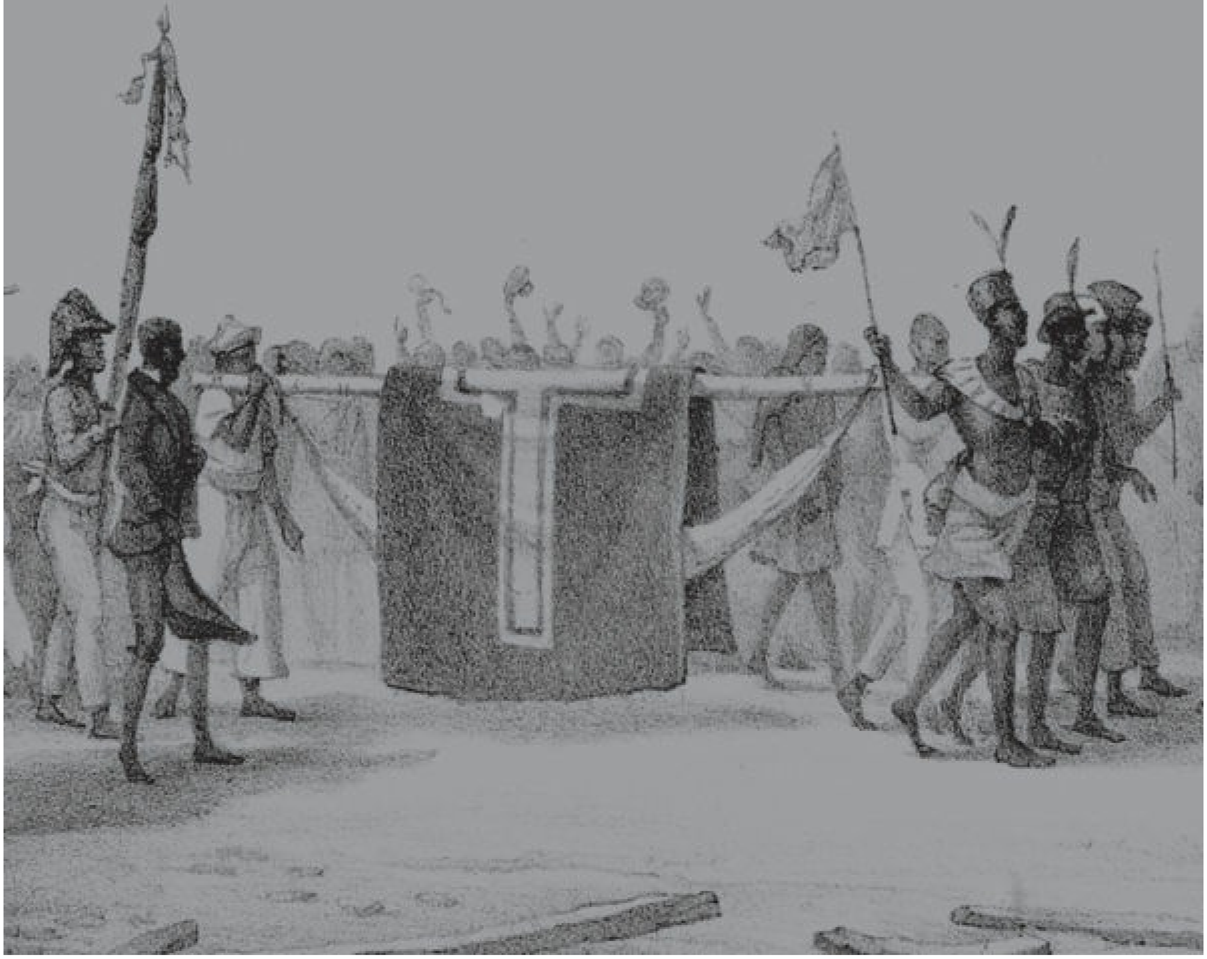
Em geral, os enterros realizavam-se ao cair da tarde ou mesmo à noite fechada. Naqueles tempos, o enterro de alguém era cerimônia à qual compareciam os moradores da cidade com certo prazer. Ali se encontravam os amigos e inimigos, contavam-se anedotas, falava-se mal da vida alheia, conversava-se em voz alta, exaltavam-se as qualidades do recém-falecido ou desancava-se, de rijo, na sua pele ainda quente, e comentava-se a pobreza ou a fortuna deixada pelo mesmo.

A partir dos anos 1870, o chamado “chorão”, vestido usado por mulheres de luto, cedeu à elegância. Jornais multiplicavam ofertas de vestidos requintadamente de luto em “veludo preto de seda”, “tafetá chinês cor de café”, ou “lírio” para o luto aliviado. As tarlatanas brancas com picos pretos ou “bordada a prata” entraram na moda, assim como os “cretones” de todas as origens: suíço, belga, da Pérsia, da Rússia etc. Com a democratização da fotografia, era comum portar ao pescoço, sobretudo as mulheres, um medalhão com imagem do marido ou dos filhos perdidos.

Se algumas tradições resistiam, outras minguaram. O medo do julgamento final ligado à necessidade de prestar pessoalmente conta de seus atos, se esvaía. Inferno e diabos com tridentes à mão à espera do pecador passaram a ser imagens do passado. A segunda metade do século XIX se queria científica, afinada com a chegada do trem, da eletricidade, da telegrafia. O testamento, antes feito como uma confissão de desregramentos vividos no passado do moribundo ao testamenteiro que se ocupava das missas pelas almas, dos legados pios, resolvendo qualquer pendência que o testador deixara em vida, dava lugar a disposições sobre bens a deixar. O advogado e o médico tomavam o lugar do testamenteiro e do padre, ao lado do moribundo.

Diga-se, por fim, que a licença para a fundação e manutenção de uma empresa funerária, encarregada do fornecimento dos caixões e demais objetos e alfaias peculiares ao serviço dos enterros, foi concedida com privilégio, pelo prazo de meio século à Santa Casa de Misericórdia, pelo decreto 843, de 16 de outubro de 1851.

# 14. A MORTE E OS AFRODESCENDENTES



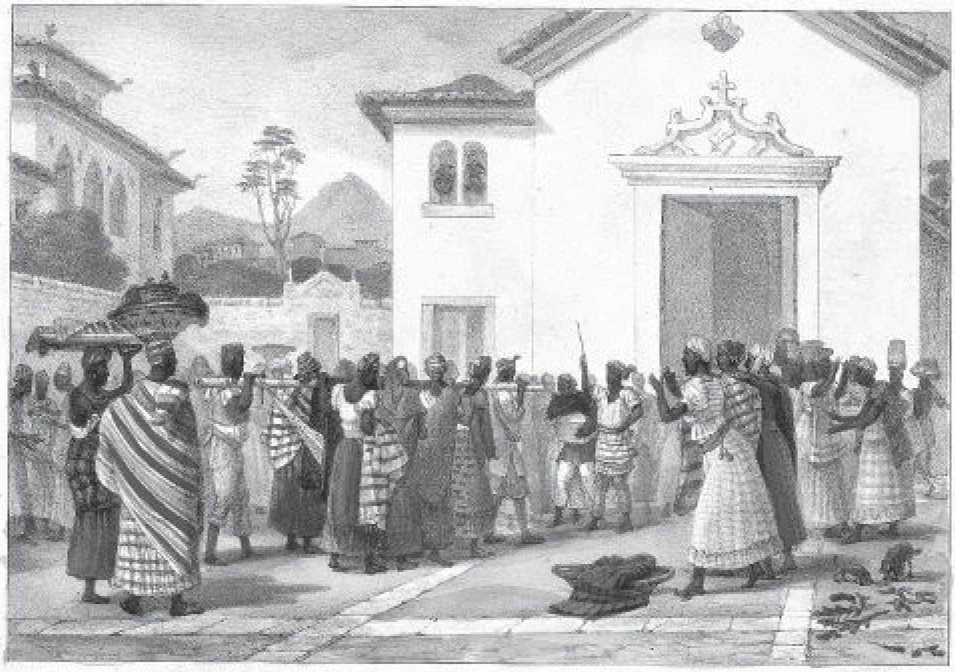
ntre os negros, os que faziam enterros com mais aparato eram os moçambiques. O transporte dos corpos era feito em rendas alvíssimas, cobertas de cortina preta com grande cruz branca ao

E centro. O acompanhamento era sempre numeroso; negros e negras vestidas de luto, que batiam palmas cadenciadas segundo o ritmo do tambor-mor e um coro de lamentações e peditórios. O cerimonial, minuciosamente regido pelo mestre de cerimônias, terminava por uma prece geral, ao baixar o corpo à terra. No Rio de Janeiro, o sepultamento tinha lugar na pequena igreja da Lampadosa, templo pertencente a uma irmandade de mulatos e servida por clero negro. Um movimento de solidariedade não deixava “indigente moçambique” sem sepultura.

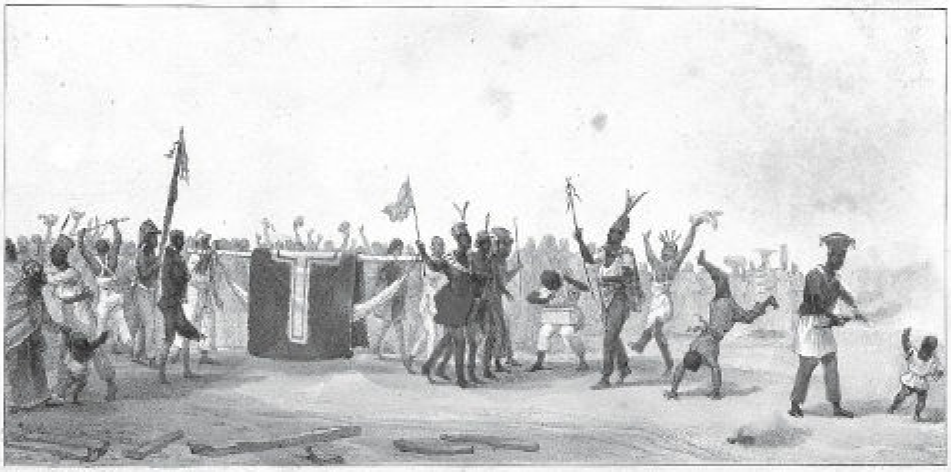
Na prancha “Enterro de filho de um rei negro”, o pintor Jean-Baptiste Debret registra a tradição tribal de reverenciar antigas elites mesmo que escravizadas e privadas de suas insígnias. Quando vivos, soberanos tinham a mão beijada e eram saudados respeitosamente. Quando de seu cortejo fúnebre, um mestre de cerimônia fazia a abertura, os súditos homenageavam o morto com saltos mortais e muitas bombas e rojão. O morto também recebia a visita de deputações de outras nações negras, vestidas a caráter em meio a uma grande multidão que precisava ser contida nas suas manifestações de dor, a bengaladas. Mantinha-se a concepção de exaltação após a morte por meio da festa, típica da tradição afro. A presença de uma beata com uma cruz a cobrir o corpo do rei, seria a única referência à tradição cristã.

Os testamentos, revela a historiadora Marisa Soares, mostram que os pretos forros e especialmente as pretas forras com algum patrimônio deixam sempre uma parte de seus bens para a irmandade a que pertenciam, possibilidades que em vida deve lhes ter garantido alguma influência. Com o aumento do número de mulatos, proliferaram as irmandades que os congregavam, como a de Nossa Senhora das Mercês, associada à libertação dos escravos, e de São Francisco do Cordão. Para os bantos ou descendentes de bantos, sublinha o historiador Júlio César Medeiros, o momento da morte era o do reencontro com ancestrais antigos, de confraternização com membros do clã, sem a tensão dos julgamentos éticos impostos pelo catolicismo. O regozijo e a festa faziam parte do bom enterro. A falta de rituais, como soía acontecer com escravos abandonados, impossibilitava o morto de se reunir com seus ancestrais.

5e Partie. PL. 16.



ENTERREMENT D'UNE FEMME NÈGRE.



J.B. Debret del.

Lith. de Thierry Frères Sr. de Engelmann & Cie

CONVOI FUNÈBRE D'UN FILS DE ROI NÈGRE.

*Funeral do filho de rei africano escravizado no Brasil.*

FRÈRES, Thierry. *Convoi fúnebre d'un fils de roi nègre*. 1839.

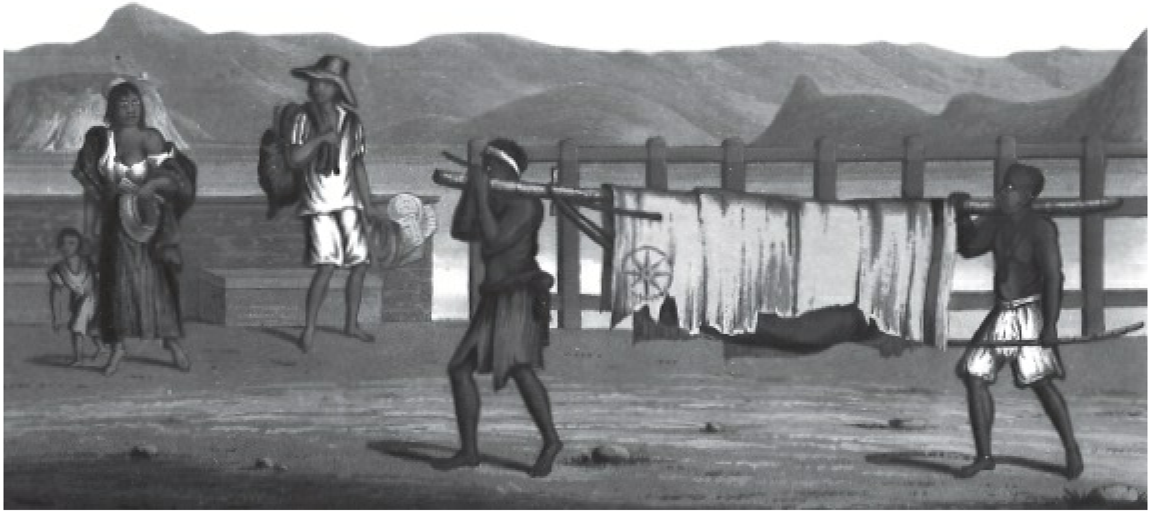
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME TROISIÈME. P. 29.

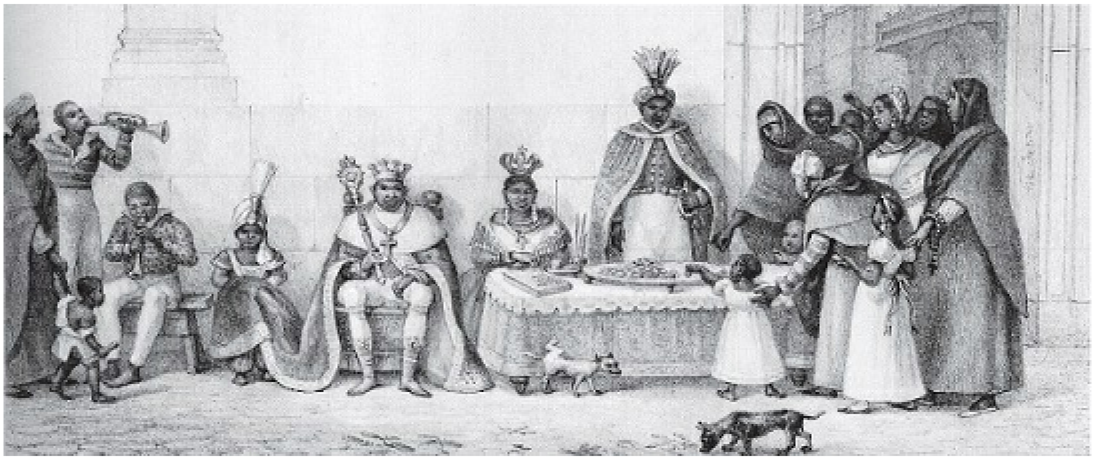
*Funeral de um escravo, sem acompanhamentos ou paramentos.*

HUNT, G. *Funeral of a negro*. 1822.
BIBLIOTECA NACIONAL [OBRAS RARAS].

Sobre os descendentes de africanos, o folclorista e escritor Alexandre José de Mello Morais Filho registrou que, em Penedo, Alagoas:

> […] a festa dos mortos dividia-se em três partes: o jejum e as rezas; os sacrifícios; os banquetes e as danças. Retirando-se para sítios afastados, internando-se nas matas, trinta ou mais africanos, recolhidos em casa humilde entregavam-se às cismas do além-túmulo… Neste grupo, havia chefes e subchefes, dignidades subalternas e gradativas. Vestidos todos de uma espécie de alva, e tendo à cabeça bonés brancos, o chefe se distinguia dos demais por um barrete de molde diferente. Muitos dias antes da festa, abstinência de licores fortes, de bebidas alcoolizadas, de viandas e cereais era de rigor. De raros legumes, de pequena quantidade de leite e água se compunham as refeições. Passavam a primeira noite em melopeias ao som de rudes instrumentos, finando estas orações antes do segundo dia da festa.





*Rituais afro-brasileiros na igreja do Rosário.*

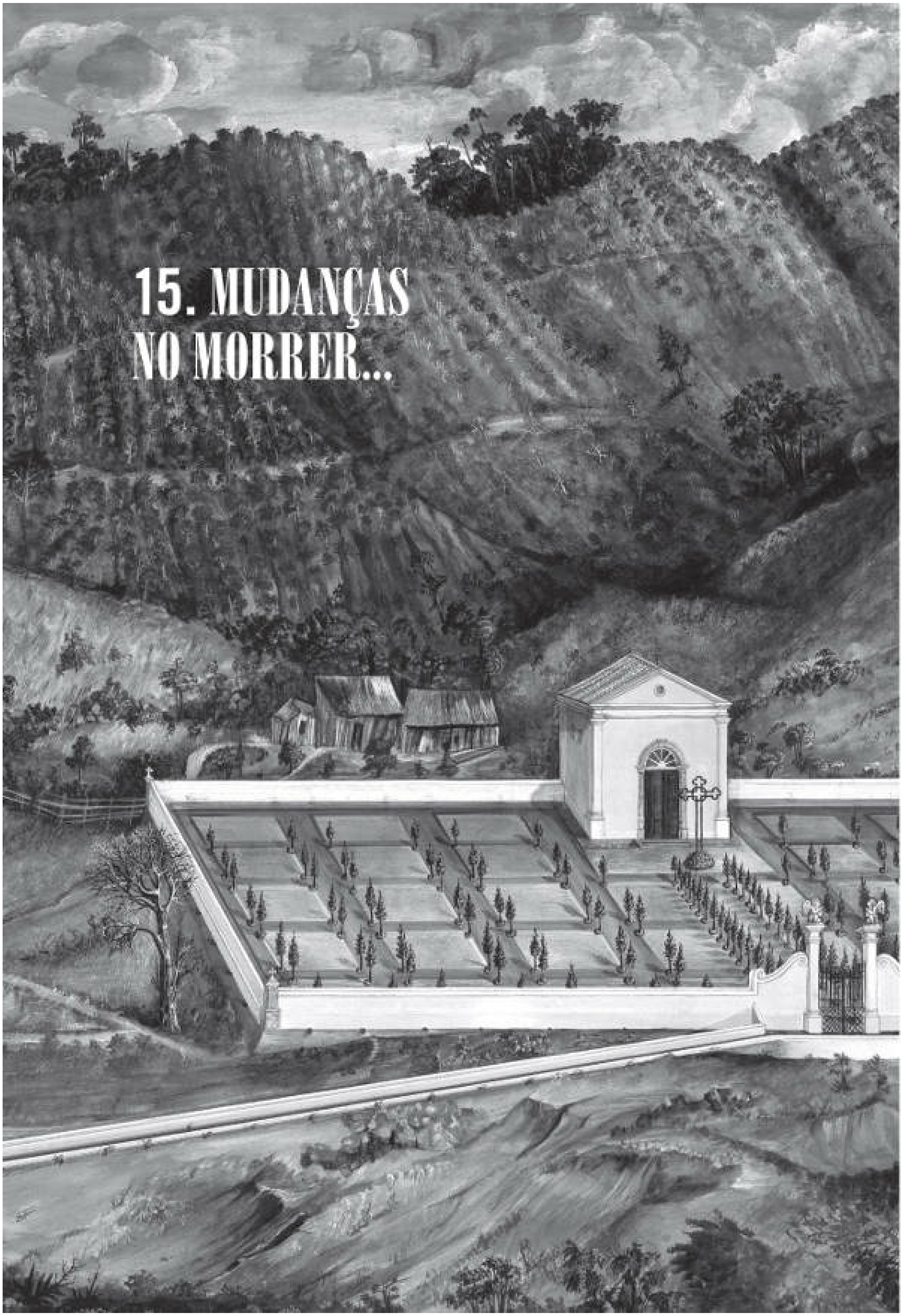
FRÈRES, Thierry. *Qûete pour l'entretien de l'Église du Rosario*. 1839.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME TROISIÈME. P. 51.

Ao amanhecer, sacrificadores negros levavam cordeiros para junto de buracos recentemente escavados, para serem imolados; depois se recolhiam, iam orar, enquanto a distribuição de carnes se fazia pelos conhecidos e famílias africanas da mesma fé e rito. O banquete funerário, seguido de danças que iriam encantar os manes na viagem glacial da morte, começava a servir-se, participando dele não só os celebrantes do rito africano, mas ainda, o povo da vizinhança que acudia em tropa àquelas paragens. De turbantes e panos da Costa, de saias rendadas e leves chinelinhas, as mulheres negras prodigalizavam comida à moda de seu país, sendo as principais refeições dos dois últimos dias presididas pelo sumo sacerdote e seus sequazes, com suas vestes brancas.

Os guisados esquisitos, os carurus, os acarajés, o arroz d'hauçá condimentados e repartidos por todos. Matronas da África de face lanhada seguiam as ocultas, cobrindo com panos bordados cuias contendo comidas; acauteladas no andar, receosas nos movimentos, voltavam-se com o olhar e entornavam aqui e ali, por cima da terra e por baixo das pedras, o funerário alimento para o banquete das almas que supunham vir nas horas caladas da noite partilhar as oferendas comemorativas. Na extensão do terreiro, pessoas iam e vinham e um ruído de instrumentos fremia. Isso traduzia o sinal para danças dos negros, os solenes batuques, os agogôs atroadores […] canções selvagens e requebros […] os batuques e danças funerárias chegavam a seu termo em horas adiantadas da terceira noite.

O historiador João José Reis confirma que, apesar dos costumes mortuários africanos terem sofrido câmbios ao longo da escravidão, adquirindo, inclusive, empréstimos católicos, membros do candomblé ainda hoje são enterrados sob normas católicas e africanas "com o sacrifício da missa e de animais".

# 15. MUDANÇAS NO MORRER...



Mas as mudanças chegaram. A prática de sepultamentos dentro das igrejas passou a ser associada às crescentes epidemias. Segundo as teorias médicas da época, o mal era um só:

a presença de gases miasmáticos e nocivos no ar que se respirava, produzidos por matéria animal ou vegetal em decomposição. As sepulturas deveriam, em função disto, ser eliminadas do interior e das proximidades das igrejas. A tese de doutorado de Manoel Maurício Rebouças, defendida na Faculdade de Paris em 1831, reforçava os argumentos dos higienistas brasileiros. Intitulada Dissertação sobre as inumações em geral e seus desastrosos resultados, ela reunia documentos tidos como fidedignos, pois envolviam pessoas de caráter inquestionável, como padres e médicos.

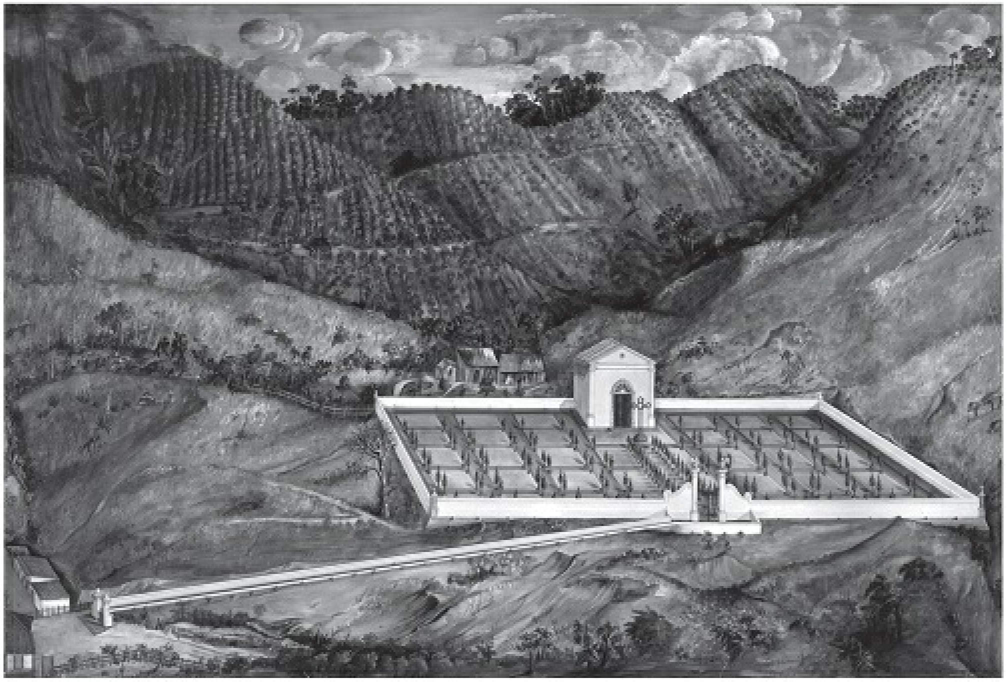
A solução não foi imediata e houve reações. Em 1835, a Assembleia Provincial da Bahia recebeu proposta de uma empresa funerária. Defendendo argumentos higienistas, que se opunham aos sepultamentos dentro da igreja, a Companhia do Cemitério reivindicava o monopólio dos enterros, em Salvador, durante trinta anos. A proposta foi aceita e o contrato, assinado. Mas, apesar do apoio do arcebispo, muitos padres, frades e, sobretudo, as irmandades se opuseram com vigor à ideia. Queriam que os fiéis continuassem a ser enterrados nas igrejas. A Cemiterada, como ficou conhecida a revolta, foi liderada pelas Irmandades de Salvador. Principais agentes da devoção pública, na qual se misturavam tradições portuguesas e africanas diante da morte, elas lograram uma vitória completa. No dia 25 de outubro de 1836, a multidão destruiu o Campo Santo inaugurado havia três dias. A revolta contou com a população em geral e a complacência da polícia. A Assembleia Provincial não só cancelou o contrato como consentiu que a forma tradicional de sepultamento prevalecesse por mais vinte anos.

Não faltou nem quem argumentasse em favor do mau cheiro. Luiz Gonçalves dos Santos, nosso conhecido padre Perereca, contrapunha a sensibilidade olfativa dos “melindrosos modernos” à dos católicos piedosos, afirmando que “o incômodo passageiro do mau cheiro dos defuntos era um ato de fé”! Mas, à época, até o som dos sinos, que antes anunciavam um enterro ou a passagem de um viático, passaram a ser perseguidos. Afinal, seu som melancólico podia fazer mais mal aos já doentes!

A partir de 1850, criaram-se cemitérios extramuros, mudança acelerada pela alta mortalidade provocada pelas epidemias de febre amarela e cólera. Proibiram-se os sepultamentos nas igrejas de importantes cidades litorâneas, como Salvador e Rio de Janeiro. Minas Gerais resistiu e, em localidades tradicionalmente católicas, como Ouro Preto, São João del-Rei e Tiradentes, alguns templos hospedam túmulos até hoje. Por razões de higiene, o governo imperial afastou os cemitérios dos centros das cidades, dos distritos e das vilas.

Como diz a historiadora Cláudia Rodrigues, os mortos que antes compartilhavam do espaço dos vivos, dos vivos começam a se afastar. Essa mudança de costume evidenciava os traços do desenvolvimento de uma concepção individualista – sinal dos tempos modernos – que valorizava a vida e os vivos. A saúde física deveria predominar sobre a saúde espiritual. Aos mortos cabia ficar em seu lugar: longe! Esse afastamento do espaço urbano contribuiu para reduzir a centralidade da igreja católica na administração do assunto. Ao coibir o enterro indiscriminado em volta das igrejas e das capelas, o poder público imperial amenizava, aos poucos, o “exclusivismo” católico sobre o espaço sagrado dos mortos. Tal mudança impactava também a prática dos cortejos e acompanhamentos fúnebres. Eles se reduziram. As mortalhas, antes símbolo de devoção a determinados santos, já não cumpriam sua função simbólica. E muitos viajavam para o além com roupas diárias, vestes seculares ou roupas de uso. Agora, no lugar do padre, o médico e o notário. Nos testamentos, invoca-se menos a intercessão de anjos, santos, Cristo ou Nossa Senhora, como se as demonstrações de preocupação com os destinos da alma importassem menos. Somente a encomendação do defunto e o velório continuavam em casa. Privatizava-se um espetáculo que antes reunia à beira da cama do moribundo acompanhantes do padre com o viático e até desconhecidos vindos da rua. Era o início do fim da familiaridade entre vivos e mortos.

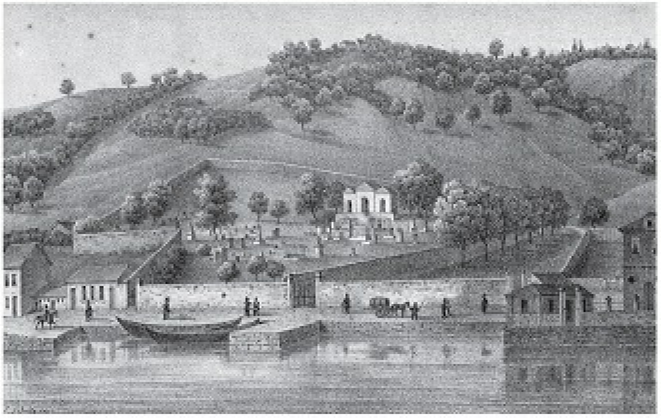
Para ficarem na memória, nos livros de razão ou em diários, como o de Félix Cavalcanti de Albuquerque, os falecimentos eram cuidadosamente anotados: "No dia 18, a meia noite de junho de 1897, na casa de sua residência, à rua Coronel Suassuna, faleceu meu irmão Manoel." "Em 4 de junho de 1882 às 3 horas da tarde, faleceu Milita-na, escrava que tinha sido de Heráclito que a havia dado a sua mãe para serviço da casa. Tinha ido tratar-se na Capunga, em casa de um meu amigo, Lourenço Justiniano." "Em 25 de abril de 1861, no sítio Sobradinho, faleceu a mulata Josefa, escrava, a quem minha mãe há muito havia libertado, porém ela por dedicação nunca quis se separar daquela a quem chamava Minha Senhora. Ela foi minha mãe de criação e de outros meus irmãos." "Às 5 horas da manhã do dia 7 de fevereiro de 1895, na casa de n. 18 do beco dos Ferreiros, faleceu Guiomar, 2º filho de minha neta Theresa."



*No século XIX, cemitérios foram instalados longe dos centros urbanos.*

[Desenho de um cemitério não identificado].
[18--].
BIBLIOTECA NACIONAL.

O Brasil, que tinha o catolicismo como religião oficial, começava, então, a receber expressivo número de imigrantes para suprir a mão de obra demandada pelas lavouras de café e para os melhoramentos na área de infraestrutura. Muitos deles professavam religiões protestantes e podiam ser alvo de segregação – fato preocupante para seus patrões, membros da elite empreendedora. Muitos políticos defendiam que todos os indivíduos, independentemente da crença, tinham direito à sepultura. Primeiro, porque todos os habitantes pagavam impostos, não só os católicos. Em segundo lugar, porque a Constituição de 1824 garantia a liberdade de consciência – qualquer perseguição por razões religiosas, portanto, iria contra a Carta.



*No Rio de Janeiro, o cemitério dos ingleses: a divisão nacional e religiosa dos mortos.*

SCHÜTZ, Jan Frederik. *Cemiterio Inglez*. [18--].

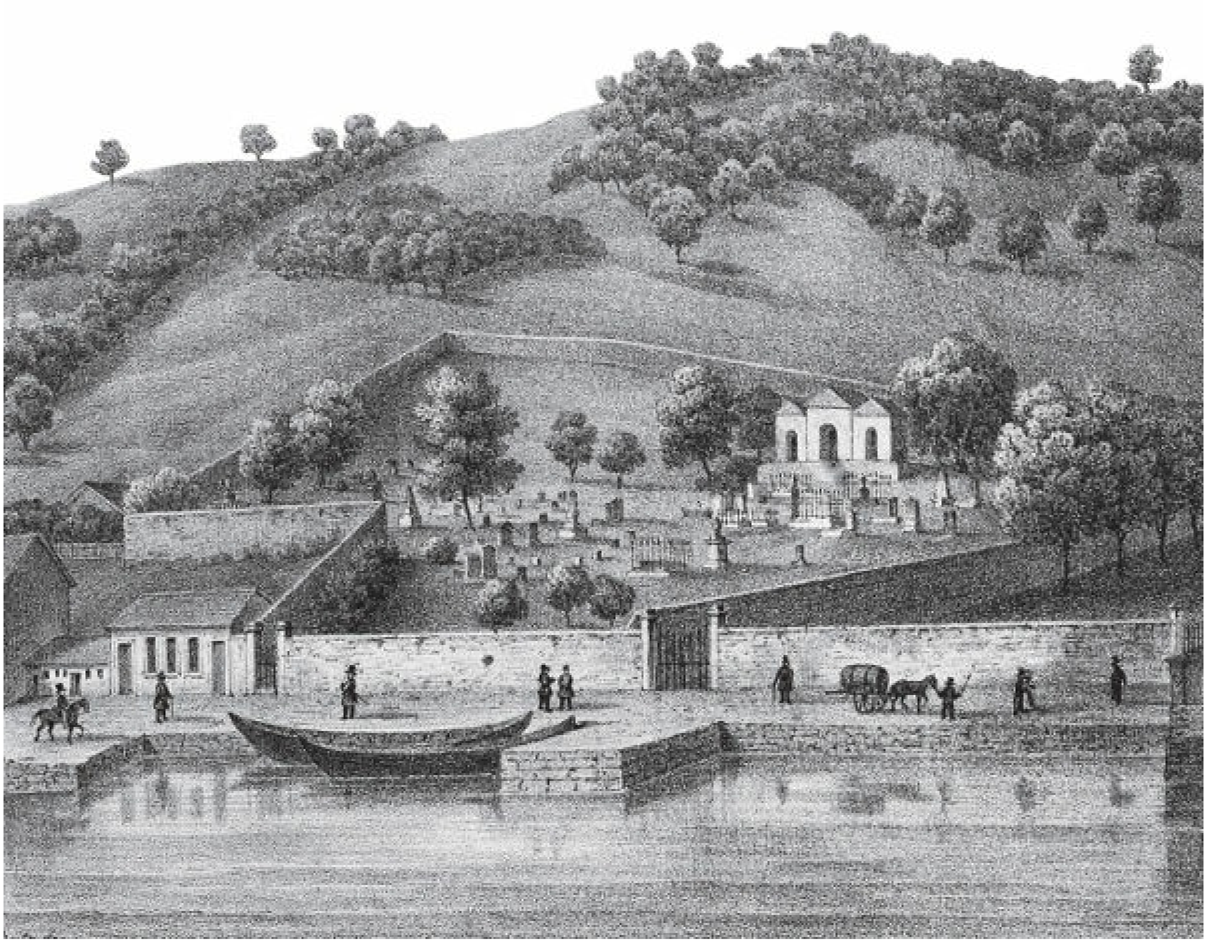
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: *ALBUM PITTORESCO DO RIO DE JANEIRO*: DOZE VISTAS BRASILEIRAS ESCOLHIDAS. [GRAVURA 11].

Mas foi nas últimas décadas do período monárquico que a preocupação com os cemitérios recebeu maior destaque. Alguns casos mobilizaram a população. O primeiro foi o do general José Inácio de Abreu e Lima que, ao fechar os olhos no dia 8 de março de 1869, teve negado o direito de enterro no cemitério público de Recife. A razão? O bispo diocesano dom Francisco Cardoso Aires o acusava de não ter se portado como “verdadeiro filho da Igreja Católica Romana nos últimos momentos de vida”. Mais: o general não teria se arrependido “dos erros que lhe eram atribuídos em matéria religiosa”. Em cerimônia religiosa celebrada por um pastor, foi enterrado em cemitério protestante, causando escândalo na sociedade imperial.

Como se não bastasse, um segundo caso fez a manchete dos jornais e acarretou novos debates. O bispo do Rio, dom Pedro Lacerda, tentou impedir o sepultamento, em terreno sagrado, do corpo do visconde de Inhaúma, Joaquim José Inácio, almirante de grande projeção e status na sociedade carioca. Por quê? Por ser o visconde um maçon. Com o cadáver já enterrado, o bispo teria ordenado sua exumação. As ordens do bispo não foram atendidas, e a imprensa reagiu com a máxima indignação.

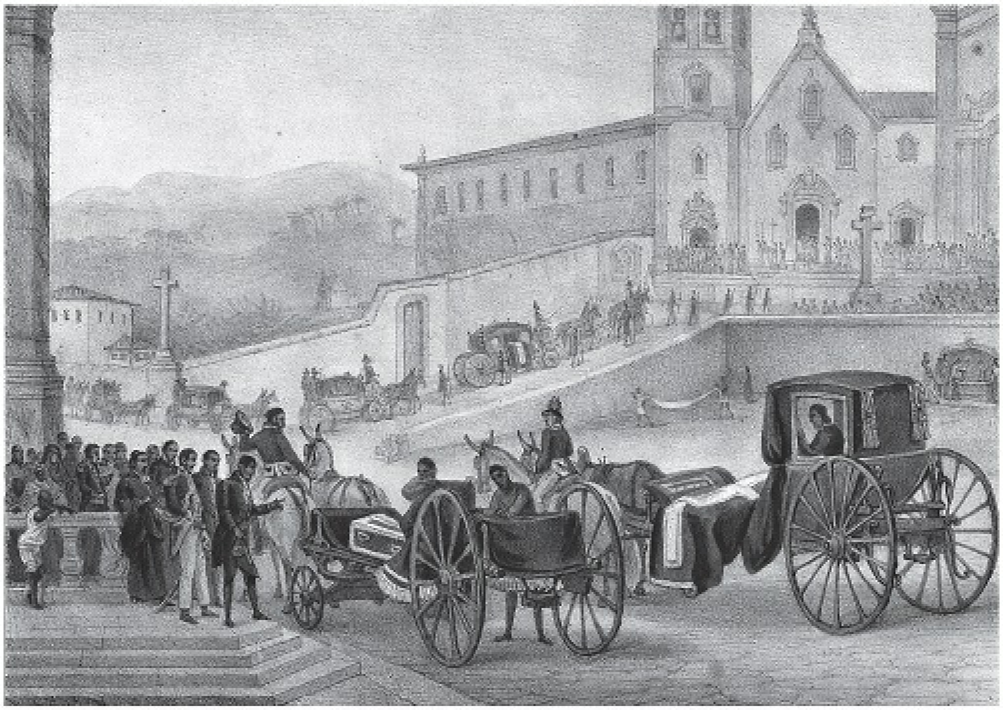
O suicídio, a 29 de outubro de 1869, do empreiteiro da Companhia Estrada de Ferro d. Pedro II, David Sompson, foi a gota d’água. Protestante, seu enterro em campo santo foi impedido pelo pároco de Sapucaia. O diretor da companhia, Mariano Procópio Ferreira Lage, solicitou a realização de um sepultamento digno. Em vão. Insatisfeito com a situação, Lage encaminhou um ofício ao ministério do Império, reclamando da decisão das autoridades eclesiásticas. Solicitava uma solução jurídica padrão para casos similares que pudessem ocorrer no futuro. No documento, expôs ao ministro os riscos que essa postura da Igreja poderia representar para o Brasil: “Num país como esse tão necessitado de braços e cujo Governo envida esforços para chamar a imigração, não me parece muito consentâneo com os interesses mais vitais essas discriminações extremadas de religião.”

A questão foi encaminhada para análise ao Conselho de Estado – órgão que tinha a função de auxiliar o imperador d. Pedro II em suas tomadas de decisão. Para emitirem opinião sobre o assunto, reuniram-se os conselheiros José Thomaz Nabuco de Araújo, o visconde de Sapucahy, Bernardo de Souza Franco, o marquês de Olinda e o barão do Bom Retiro. O grupo de notáveis considerou deplorável que “um país civilizado”, num “século de tolerância civil e religiosa” ainda tivesse como objeto de desavenças “o enterramento de um indivíduo a quem a igreja católica nega sepultura”. Na visão dos conselheiros do imperador, a posição do padre ainda desrespeitava a legislação em vigor: o cemitério de Sapucaia era um espaço público municipal, e não propriedade particular da igreja católica. Como tal, deveria estar aberto ao acolhimento dos corpos de pessoas de crenças dissidentes. Por fim, o Conselho de Estado argumentou que a decisão contradizia os princípios de humanidade e caridade defendidos pelos cristãos: “Não se pode ter como caridade o enterrar o não católico fora dos muros, exposto aos animais e às profanações.” Em 20 de abril de 1870, o imperador d. Pedro II tomou conhecimento do parecer e concordou com a opinião dos conselheiros: “Recomende-se aos Reverendos Bispos que mandem proceder às solenidades da Igreja nos cemitérios públicos, cuja área toda estiver benta, para que neles haja espaço em que possam enterrar-se aqueles a quem a mesma Igreja não concede sepultura em sagrado. E aos Presidentes de Província que providenciem para que nos cemitérios que de agora em diante se estabelecerem se reserve sempre para o mesmo fim o espaço necessário”, anunciou o imperador.



A resolução de d. Pedro II, portanto, conciliava os interesses da religião oficial do Estado com o direito civil dos não católicos. Segundo Cláudia Rodrigues, o caso Sompson tornou-se emblemático por despertar discussões que contribuíram para ampliar as reflexões sobre a natureza pública das necrópoles e redefinir seus espaços para além dos dogmas católicos.

Mas isso não arrefeceu por completo os ânimos daqueles que defendiam a ampla secularização dos cemitérios. Afinal, o problema da segregação dos mortos remetia a uma discussão muito mais ampla do mundo dos vivos: a conflituosa união entre Estado e igreja católica e suas disputas sobre a jurisdição das necrópoles. As contradições entre o poder espiritual da Igreja e o poder secular de uma monarquia liberal e constitucional ganhavam contornos ainda mais nítidos nesse contexto, em que a Igreja passava pelo chamado processo de “romanização”. Essa reforma traduzia o esforço da hierarquia eclesiástica para ampliar sua autonomia perante as políticas do Estado. A maior aproximação do clero nacional com a cúria romana intensificava ainda mais os conflitos de interesses entre a religião oficial do Estado e o governo imperial.



*A partida para o cemitério.*

FRÈRES, Thierry. *Qûete pour l'entretien de l'Église du Rosario*. 1839.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME TROISIÈME. P. 51.

Os defensores da secularização dos cemitérios públicos no Brasil se contrapunham, em grande medida, a essa postura romanizante da Igreja e sua hegemonia. Em discurso proferido no Parlamento, em outubro de 1879, o deputado Joaquim Nabuco qualificou o assunto como uma questão de respeito à igualdade civil e à liberdade religiosa. Mais do que ecumênico, o espaço dos mortos deveria estar sob gestão de um Estado laico que se colocasse acima de todas as religiões, permitindo o respeito e o convívio harmônico entre elas.

Dez anos depois, a República era proclamada no Brasil, e em 1891 uma nova Constituição selava a separação entre Igreja e Estado. A partir de então, e sem enfrentar grandes objeções, os cemitérios públicos passaram a congregar a diversidade de crenças característica do sincretismo brasileiro. Os muros da segregação caíram definitivamente. Pelo menos para os mortos.

# 16. O ALÉM: CRENÇAS E RELIGIOSIDADES

Começamos com ele e terminaremos com ele. Em 15 de novembro de 1889, soou o golpe republicano que depôs o soberano d. Pedro II. No exílio, ele viveria dois anos penosos e tristes. Tendo rejeitado os 5 mil contos que o governo republicano lhe oferecera, ficou em sérias dificuldades financeiras. Ao chegar a Lisboa, perdeu sua esposa, a imperatriz dona Teresa Cristina, em 28 de dezembro de 1889. Ficou profundamente abalado: "Ninguém imagina a minha aflição! Somente choro a felicidade perdida de 46 anos […] não sei o que farei agora. Só o estudo consolará a minha dor", anotou, comovido, em seu diário. Muitos monarquistas e pessoas de relações próximas afastaram-se dele, depois da queda. Conta seu biógrafo, José Murilo de Carvalho, que, com todos que o visitavam, recusava-se a discutir política brasileira ou restauração da monarquia. Enterrava-se nos livros para evitar o sofrimento.

Em outubro de 1891, hospedado no modesto Hotel Bedford, em Paris, viu agravar-se seu estado de saúde. Uma pneumonia atacou os pulmões. Os médicos nada puderam contra a moléstia. No dia 2 de dezembro, completou 66 anos acamado e sem comemorações. Entrou em agonia na noite do dia 4 e morreu aos 35 minutos do dia 5.

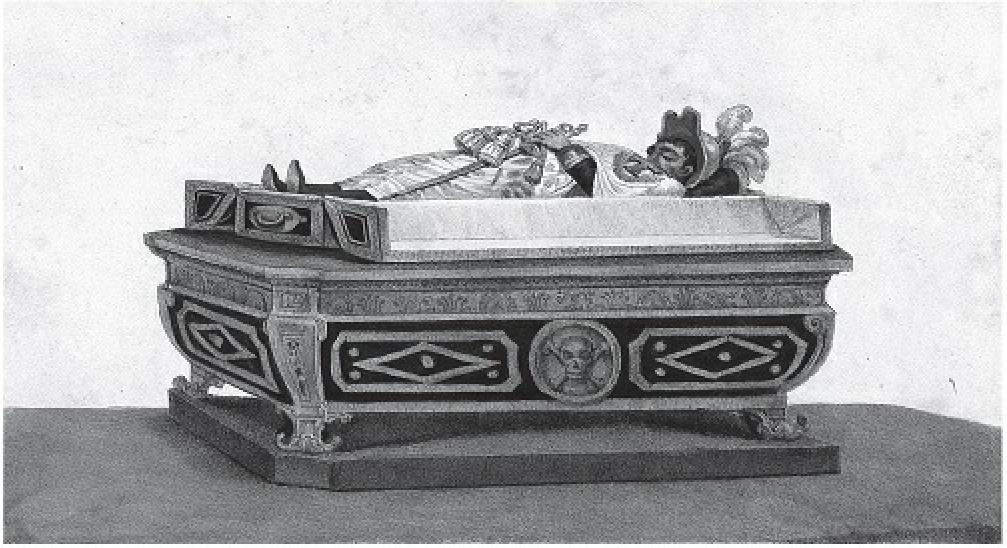
A bela infanta dona Eulália, filha da rainha Isabel II de Espanha e do Duque de Cádiz, viveu com lucidez o fim do imperador brasileiro e o registrou em suas Memórias:

> Eu tinha voltado a Paris, a fim de passar alguns dias junto à minha mãe, quando minha prima Izabel mandou me prevenir de que seu pai estava passando muito mal. Eu era a única pessoa de minha família que se encontrava, então, em Paris. Saí imediatamente e horas depois estava junto do venerando imperador […]. Quando d. Pedro II se extinguiu, estávamos junto dele apenas a princesa Izabel, seu marido e eu. Tínhamos passado toda a noite velando por ele. Minha mãe se retirara ao anoitecer, e extenuada pelas emoções, porque dedicava profunda afeição ao moribundo.
>
> Essa afeição foi, no dia seguinte, causa de um penoso incidente. Tínhamos acabado a toilette do morto, quando minha mãe chegou. Para que ela não tivesse má impressão, eu me apressei a tirar um lenço que havia passado em torno de seu rosto. Assim com as longas barbas estendidas sobre seu peito, ele apresentava uma fisionomia tão serena que, pouco depois, os assistentes, alguns fidalgos brasileiros e franceses que tinham acudido à triste notícia ficaram estupefatos ouvindo a rainha Izabel II, sempre tão comedida em suas expressões, protestando, bradando que o imperador estava vivo, que não podia estar morto, com uma fisionomia tão tranquila, que íamos enterrá-lo vivo. Foi preciso a presença de dois médicos de sua confiança para convencê-la da dolorosa verdade.

Foi o fim do imperador, mas fechou-se, também, uma página da história do Império brasileiro. Os anos posteriores à Proclamação da República seriam marcados por um turbilhão de mudanças. A europeização, antes restrita ao ambiente doméstico, transforma-se agora em objetivo – o melhor seria dizer em obsessão – de políticas públicas. Tal qual na maior parte do mundo ocidental, cidades, prisões, escolas e hospitais brasileiros deveriam passar por um processo de mudança radical, em nome do controle e da aplicação de métodos científicos; crença que também se relacionava com a certeza de que a humanidade teria entrado em uma nova etapa de desenvolvimento material marcada pelo progresso ilimitado.

Mas, muito pelo contrário, a pobreza estava em toda a parte, e as grandes reformas urbanas que tentavam transformar, por exemplo, o Rio de Janeiro em Paris, não abafavam certo mal-estar de viver. As mudanças políticas não atingiram a sociedade como um todo. Só as elites se beneficiaram. E não foram apenas as frustrações de ordem política que modelavam a vida cotidiana. A modernidade dos bonds, da luz elétrica e do telefone trazia também a resistência às mudanças. Vivia-se o que um historiador denominou de "a revolta contra a razão". Em revanche, se recorria ao fantástico e ao imaginário popular, recheado de fadas, demônios e aparições. A literatura escapista transportava para outro mundo, onde o sobrenatural dava as cartas. Nele, nada era espanto ou surpresa. Tudo possível!

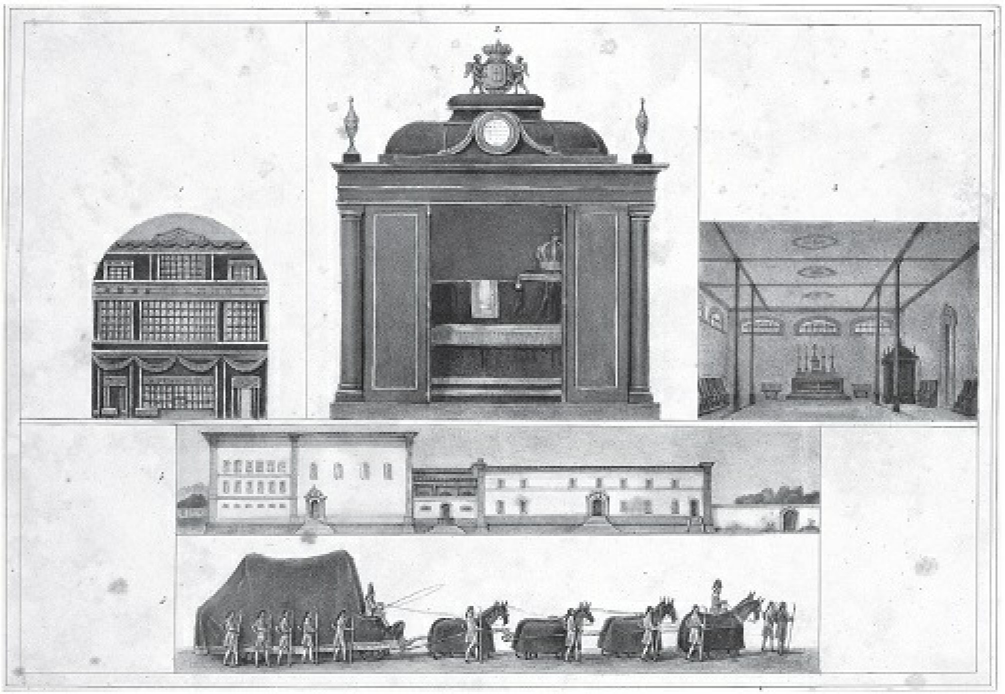
Na mesma época, o professor Arthur Ramos pôde escrever: "O Brasil vive impregnado de magia." E concluía o ilustre antropólogo a quem tanto se devem os estudos da cultura africana: "Nós brasileiros ainda vivemos sob o domínio do mundo mágico, impermeável em muito ao influxo de uma verdadeira cultura." Sim, pois a mentalidade mágica e a crença no sobrenatural acompanhavam e envolviam as ideias, as ciências e as letras. Não à toa, essa literatura de sensação enchia as noites dos que acreditavam que, no contexto da fé, o sobrenatural era coisa normal.



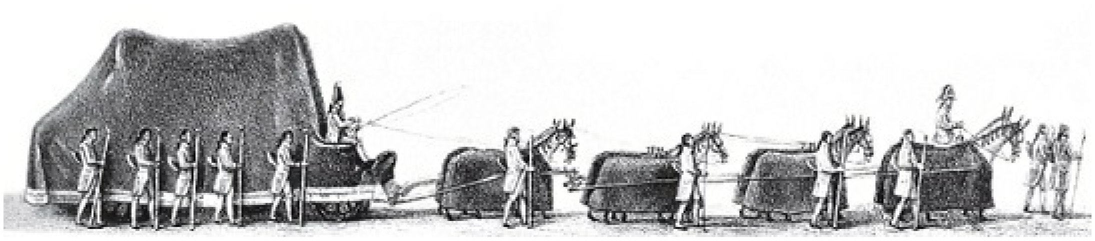
*Velório de nobre, enterrado com armas em punho.*

FRÈRES, Thierry. *Chevalier du Christ exposè dans son cercueil ouvert*. 1839.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM: DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME TROISIÈME. P. 20.

Mistura de tempos históricos: ao lado do mágico, do irracional e do fantástico, a Belle Époque assistiu ao surgimento de grupos com ideias liberais que propunham a transformação radical da sociedade. Eram anticlericais, livres pensadores, abolicionistas, anarquistas, socialistas, positivistas, espíritas, maçons e protestantes. Cada qual se movendo dentro de espaços circunscritos, mas, em busca de uma transformação da sociedade. Tinham um objetivo comum: a luta em defesa do Estado laico e da República. Junto com o fim do Império, ruiu também a hegemonia do catolicismo. Os resultados desastrosos do ensino religioso, o contraste entre a moral ensinada e a vivida pelo clero e a visão da Igreja como uma ameaça à nação e aos indivíduos se impunham. Nas elites, buscava-se uma espiritualidade reflexiva e interiorizada que muitos militares, profissionais liberais e intelectuais encontravam no kardecismo. Um deles, Everton Quadros, herói condecorado da Guerra do Paraguai e escritor militar, por exemplo, só tomava bondes que não transportassem espíritos maus. Tinha de tudo!



Alguns se davam as mãos na defesa de uma agenda comum, caso da maçonaria e do espiritismo. Os membros de ambos os grupos acreditavam no trabalho como fonte de progresso humano, na busca da verdade e da harmonia cósmica. Homens como o político Alcindo Guanabara, grande opositor do reacionarismo católico, era ao mesmo tempo maçom, espírita e republicano. O mesmo se pode dizer de Saldanha Marinho e Quintino Bocayuva. O primeiro, por exemplo, assinou sob o pseudônimo de Gaganelli vários artigos no Jornal do Commercio, em que citava o jornal espírita Reformador. E o segundo, sem renunciar a seu espírito de livre-pensador, frequentava a Federação Espírita Brasileira para tirar receitas mediúnicas.



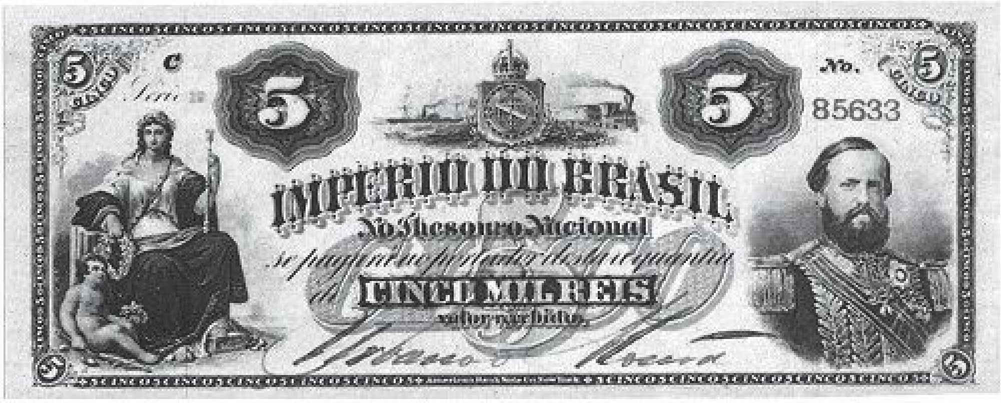
*O cortejo fúnebre monumental dos nobres.*

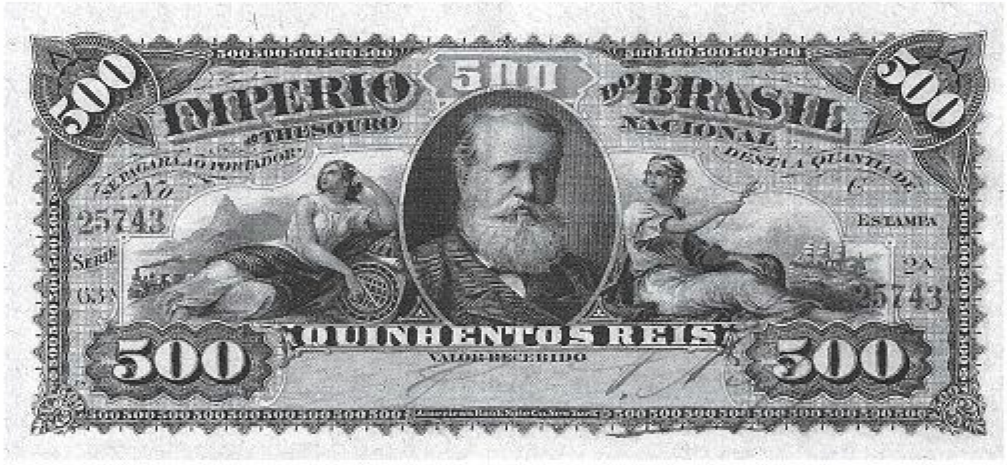
FRÈRES,Thierry. *Monument et convoi funèbres de l'Impératrice Léopoldine*: À Rio

de Janeiro. 1839.
BIBLIOTECA NACIONAL [ICONOGRAFIA]. EM:
DEBRET, JEAN-BAPTISTE. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*. TOME TROISIÈME. P. 57.

O Positivismo e o Espiritismo se confundiam na busca de mediadores, homens sinceramente empenhados em “curar um mundo doente”. Pelas teses então disseminadas, a humanidade entraria numa nova fase de progresso moral. O progresso estendido a todos, era a preocupação central. Afinal, o que se queria era a harmonia perdida, dizia Conte. Para isso era preciso uma nova sociedade, fraterna, igualitária, comunitária e feminina. A possibilidade dos indivíduos se tratarem por si mesmos era outra preocupação da época, bem como o retorno da religião natural e espontânea, onde os diversos mundos e homens estivessem integrados.

Enquanto o Império se desfazia, e a República não trazia soluções políticas para velhos problemas, um caldo de crenças movia o Brasil: em 1880, no Nordeste, já circulavam folhas como a Revista Mensal, de postura profundamente anticlerical, enquanto o militar Manuel Vianna de Carvalho, maçom e espírita convocava para debates socialistas, de um socialismo harmônico e pacífico. No Sul, em Curitiba, o maçom Dario Vellozo fundou uma “Igreja Pitagórica” com mensagens éticas e discursos cosmológicos pregando uma aliança entre Ocidente e Oriente e misturando teosofia, kardecismo e ocultismo. E no Rio Grande do Sul nascia o evidentismo, doutrina instituída por um libanês, Abílio de Nequete, que unia cristianismo, kardecismo, bolchevismo e tecnocracia. Muitos militantes do movimento operário gaúcho eram espíritas. Em São Paulo, o anarquista Edgard Leuenroth juntou-se ao maçom Benjamim Mota para fundar a Folha do Povo, “tribuna de livre discussão, para uma investigação sincera da verdade […] eco às aspirações de nosso tempo”. Já O Livre Pensador, jornal dirigido por Everardo Dias, maçom, anarquista e espiritualista se concentrava em defender o espiritualismo e doutrinas afins. Com o jornal A Lanterna, Mota foi mais fundo e atacava sem dó a igreja católica, por sua hipocrisia e exploração da ignorância.


5
5
85633
IMPERIO DO BRASIL
No Thesouro Nacional
CINCO MIL REIS
valor recebido


500
IMPERIO
500
DO BRASIL
O THESOURO
NACIONAL
25743
ESTAMPA
25743
QUINHENTOS REIS
VALOR RECEBIDO
500
500

*O envelhecimento do imperador.*

Cédula de 500 réis.
MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC. ARQUIVO HISTÓRICO.

NO TOPO DA PÁGINA
Cédula de 5 mil-réis.
MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC. ARQUIVO HISTÓRICO.

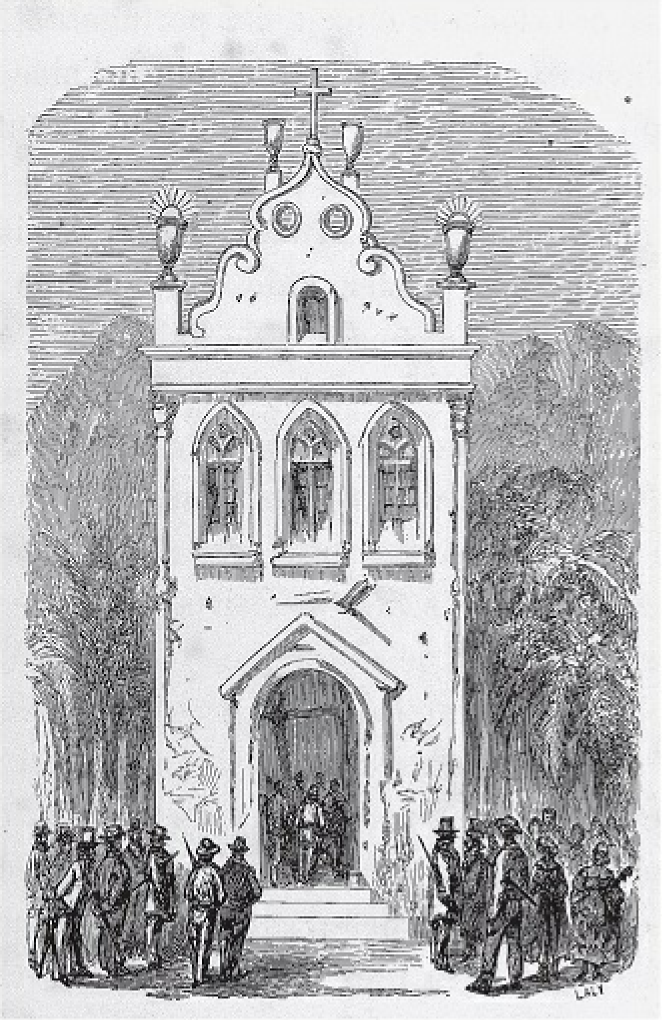
O inimigo comum era Roma. A confissão? Absurda e perigosa. Os jesuítas? Associados à Inquisição, eram sinônimo de atraso máximo. Só a educação, somada à moralidade pública, ao trabalho e à ética de igualdade salvaria. Também na capital paulista, fundavam-se lojas esotéricas e centros espiritualistas que mantinham contato com correspondentes estrangeiros para o estudo do magnetismo, ocultismo, psiquismo e espiritismo. Butiques importavam livros, manuais e objetos mágicos, ao mesmo tempo que divulgavam conhecimentos de astrologia e clarividência.

À medida que o século XIX estertorava, as escolas de direito e engenharia formavam profissionais que tinham para o país projetos sociais nos quais não mais cabia a influência da Igreja. Ao defender a separação oficial entre Estado e Igreja, a Constituição de 1891 abriu espaço para ataques a Roma e à propalada infalibilidade papal.

Deu-se um caldo: as tendências baseadas no kardecismo, espiritualismo, socialismo, anarquismo, maçonaria, racionalismo e positivismo buscavam redefinir o mundo. Procuravam ir à busca do novo. Ao imaginário católico, rural e monarquista se opunham ideias que remetiam ao urbano, à República, ao futuro e ao progresso. Combinação de razão e de paixão, de sonho e realidade, de ciência e crenças, de esperanças e medos, de maravilhas e técnicas, elas, as novas ideias, hidrataram o novo século junto com a Belle Époque.

O século XIX, que permitiu a volta do sobrenatural, também, consolidou a ideia de progresso. Inspirou a bandeira brasileira "Ordem e Progresso"! Segundo especialistas, todos os que, no século XIX, foram porta-vozes dos valores de progresso e evolução, fizeram referência aos mortos, ao invisível e ao oculto. Todos tomaram suas distâncias em relação ao catolicismo que não permitia que se ouvisse o barulho, o ruído ou a conversa vinda do Outro lado. Todos consideravam a ideia de "ressurreição no final dos tempos", como uma brincadeira. Todos estimavam que a emancipação da sociedade passava por uma relação direta com o Além.

Junto com a ideia de progresso, portanto, o grande tema do oitocentos foi a morte e os mortos. Eles nunca estiveram tão presentes. Criaram-se cemitérios – cidades dos mortos com ruas e avenidas, túmulos de ricos e de pobres. Exéquias públicas, acompanhadas por multidões na rua, como as de Victor Hugo ou de d. Pedro II entravam na moda. Surgiram os especialistas em fabricar túmulos e disseminar novas práticas funerárias. Teve início o combate às epidemias e aos altos índices de mortalidade. A morte entrou com pompa na vida. Ela deixou de ser um dos seus aspectos para ser o grande Outro. Ela passa a deusa negra da noite, a Dama Branca, a Rainha Leto. Ela emergiu na pintura alemã e nórdica, no poema dos simbolistas, enfim, era vista como uma esfinge a interrogar.

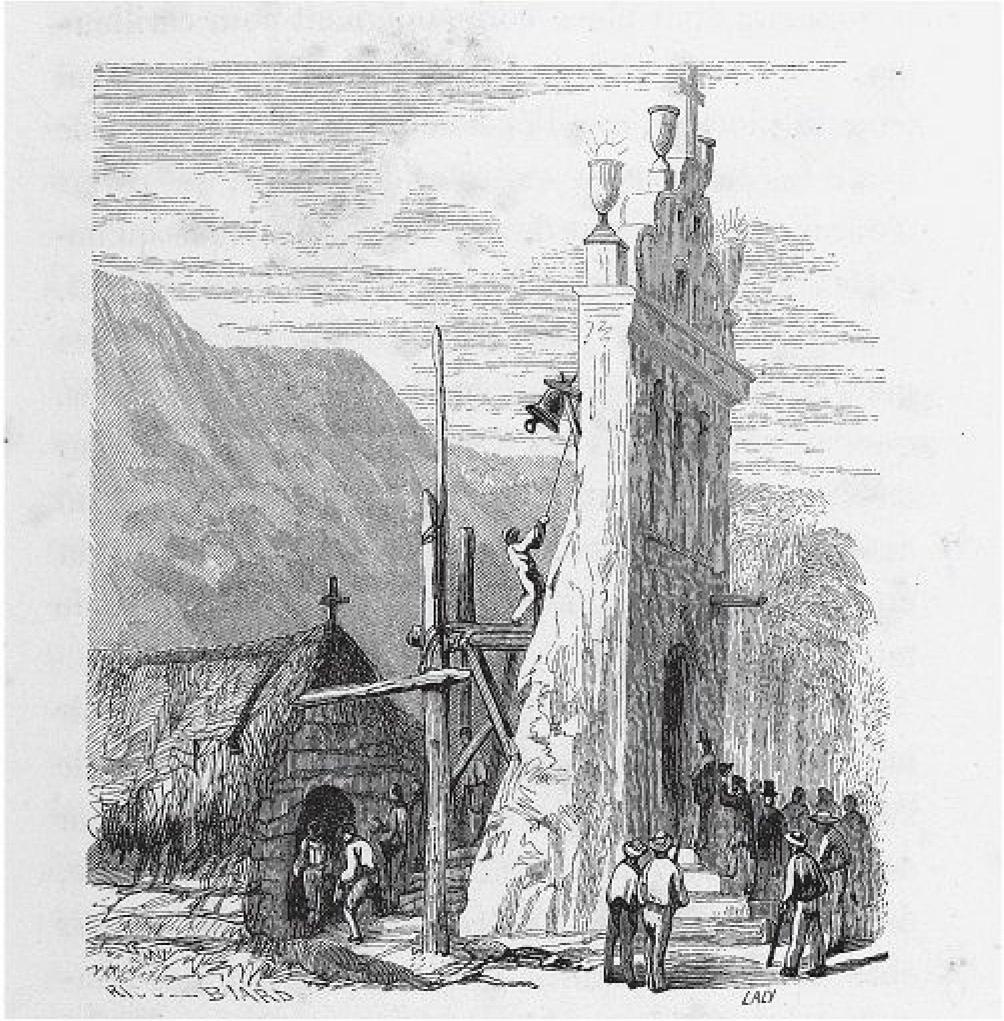


*Exterior e interior da igreja de Santa Cruz, Espírito Santo.*

BIARD, François Auguste. *Deux années au Brésil… ouvrageillus. de 180 vignettes dessinées par E. Riou d'aprésles croquis de m. Biard*. 1862. p. 135-137.
BIBLIOTECA NACIONAL [OBRAS RARAS].

Entre nós, desde sempre, brancos, negros, mulatos, índios, africanos e brasileiros pertenceram a um universo controlado por forças mentais que, segundo acreditava a maioria, podiam ser ativadas por especialistas religiosos. O pensamento mágico ou soluções milagrosas para problemas do cotidiano não era privilégio de ninguém. Ainda que estivesse inserido numa crença dominante, todo mundo podia circular de um sistema religioso para outro, sem lucros cessantes nem danos emergentes.

O sobrenatural, a feitiçaria e a adivinhação, tanto europeia quanto indígena ou africana, sempre existiram. A visão orgânica do mundo e a crença em poderes intermediários na figura de espíritos, anjos, demônios, magnetismo e forças ancestrais somou-se a outras formas de espiritualidade esotérica, conectada com os tempos de então. Tempos em que cientificismo, utopias sociais e espiritualismo se cruzavam num ambiente de extrema porosidade. Tais formas de ver o mundo tinham aspectos comuns: elas tomavam como ponto de partida a crença num mundo real em oposição ao sobrenatural. E, entre eles, portas, caminhos, aberturas. Entre o início da República e o Estado Novo, um imenso espectro delas – como o candomblé, a jurema, a macumba, o tambor de Mina, os Xangôs do Nordeste – buscou legitimar suas práticas exaltando as tradições nagôs. Nascia também a umbanda, cujos líderes fizeram questão de apresentá-la como uma religião brasileira. Resultado do encontro entre brancos, índios e negros, ela promoveu um sincretismo pensado e consciente entre as diversas religiões que cresceram no Brasil em quatrocentos anos.



# AS HISTÓRIAS CONTINUAM

EPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASI

o próximo volume, avançaremos pela primeira metade do século XX. A borracha da Amazônia e o café como produtos de exportação; a chegada dos imigrantes japoneses, árabes e de mais

Neuropeus; o aumento da pobreza nos cortiços das cidades e nos “sertões” dos latifúndios; as secas; a terrível gripe espanhola; a I Guerra Mundial; a multiplicação do consumo; a industrialização; a consolidação da classe média constituída de funcionários públicos, pequenos comerciantes e profissionais liberais; as mudanças político-sociais do Estado Novo (1937-1945), enfim, esses elementos que, entre outros, provocaram mudanças e abrigaram permanências na vida cotidiana e na privacidade. A novidade é que serão escritores e memorialistas que nos contarão sobre elas. Os homens de letras serão os mediadores, os transmissores de um tempo: o que viram passar e o que era o seu.

Sua sensibilidade e a expressão do que viveram e sentiram será o fio condutor do novo volume. Eles traduzirão as vozes que ouviram nas ruas, nas fábricas, na roça. Eles recolherão gestos, objetos, cenários. Neles encontraremos realidades pessoais, certamente incertas, dinâmicas, sujeitas às críticas e à revisão, mas, nem por isso, menos historicamente objetivas. As narrativas em primeira pessoa não só permitem aos autores exprimir sentimentos, pensamentos e experiências, como também, o que é melhor, convidam o leitor a introduzir-se nessas vidas, vivendo-as por sua vez. Novidade? Sim. Essa é uma forma de ler a história através da literatura, esse instrumento maravilhoso para captarmos a consciência e a cultura com que as gerações que nos antecederam moldaram suas visões do momento. A sugestão é de que o leitor não apenas siga conhecendo o passado, mas que conheça, também, seus porta-vozes, muitos deles hoje esquecidos.

# GLOSSÁRIO

**Adamanes:** Atabales, pequenos tambores usados na Índia.

**Alfacinhas:** Os naturais de Lisboa.

**Algaravia:** Linguagem muito confusa, incompreensível.

**Alpendre:** Telhado de uma só vertente sustentado em colunas ou pilastras, formando uma saliência na entrada de casa ou prédio.

**Apoplexia:**Lesãovascularcerebralsúbita–hemorragia,tromboseetc.–compossível desmaio, privação de movimentos etc.; AVC (acidente vascular cerebral).

**Arandela:** Suporte de vela que, no castiçal, recebe os pingos da cera derretida.

**Avoengo:** Que se herda de antepassados.

**Bandó:** Cada uma das duas porções de cabelo que, na cabeça, se apartam por meio de risca e se enrolam ou assentam sobre os temporais.

**Banguê:** Engenho de açúcar do sistema antigo

**Banho de sopapo:** Banho rápido, para limpar o máximo possível com o mínimo de água.

**Beiju:** Bolo de massa de tapioca ou mandioca, de origem indígena.

**Berloque:** Pequeno enfeite de formas e materiais variados que se pendura em pulseira, corrente etc.

**Bilro:** Instrumento de madeira ou metal, usado à guisa de fuso, com que as rendeiras fazem rendas de almofada.

**Bisarma:** Pessoa ou coisa de tamanho descomunal.

**Bombilha:** Canudo de metal ou madeira com que se toma o chimarrão; em sua extremidade inferior, há uma espécie de ralo que funciona como coador do pó da erva.

**Bonina:** Planta nictaginácea, também chamada maravilha.

**Bouba:** Doença tropical infecciosa, com manifestações cutâneas, causada por bactérias chamadas *Treponema pertenue*.

**Bródio:** Divertimento alegre, farra, pândega.

**Bufante:** Diz-se de roupa, ou parte dela, franzida e folgada, com aspecto inflado, como se estivesse cheia de ar (ex.: manga bufante).

**Bulha:** Gritaria, altercação, discussão, briga, desordem.

**Buritis:** Palmeira (*Mauritia vinifera*) de cujas folhas se extraem fibras e de cujo fruto se obtém óleo rico em caroteno.

**Cáften:** Cafetão.

**Câmara-ardente:** Recinto onde se faz o velório antes de um funeral.

**Candieiro:** Candeeiro, pessoa que anda à frente do carro de boi, guiando-o.

**Candimba:** Apuro, confusão, desordem, dificuldade.

**Capoeira:** Vegetação que nasce após a derrubada ou queima da mata nativa, formada por espécimes jovens e resistentes ao sol intenso.

**Carapina:** Carpinteiro.

**Catafalco:** Estrado alto armado em igreja, casa mortuária etc., sobre o qual se coloca o féretro.

**Chamiça:** Junco bravo que nasce em pântanos, com o qual se cobrem palhoças.

**Charão:** Verniz negro ou vermelho à base de laca, originário da China ou do Japão.

**Cimalha:** Moldura nas paredes internas de um edifício, acabamento nos lambris.

**Claraboia:** Espécie de janela, geralmente no teto, no telhado ou no alto da parede de uma construção, para deixar entrar luz.

**Coivara:** Ramagem e galharia de mata nativa a que se ateia fogo no intuito de limpar e adubar, com as cinzas, o terreno para a plantação; técnica agrícola tradicional que consiste no uso desse recurso para facilitar a cultura.

**Corsetado:** Vestido com *corset,* espartilho.

**Cromolitografia:** Processo pelo qual se imprimem, por meio da litografia, desenhos em muitas cores.

**Cunhã:** Mulher mestiça e jovem.

**Cupê:** Carruagem fechada puxada por cavalo, de quatro rodas, geralmente com dois lugares além do banco do cocheiro, este do lado de fora, à frente.

**Cura:** Vigário de aldeia, de paróquia.

**Daguerreotipo:** Aparelho fotográfico inventado, em 1839, por Daguerre (1787-1851), físico e pintor francês, em que uma chapa de cobre era emulsionada com vapores de mercúrio; imagem obtida com esse aparelho.

**Debruns:** Listras ou filetes circundantes; orla, barra, cercadura.

**Defecção:** Abandono consciente de um grupo ou de uma causa; deserção.

**Doudejante:** De doidejar, comportar-se como um doido.

**Eito:** Roça onde os escravos trabalhavam.

**Escrínio:** Pequeno cofre acolchoado por dentro, para guardar joias; porta-joias.

**Escrófula:** Enfermidade caracterizada por insurgimento de gânglios no pescoço, que se manifestam em pequenos tumores ovulares; se tratados, podem ficar inertes ou estacionários por algum tempo, até se desfazerem; não o sendo, se inflamam, originando úlceras fistulosas.

**Esfera armilar:** Antigo instrumento astronômico que representa o conjunto da esfera celeste e o movimento dos astros. O globo central é a Terra, e as armilas – os anéis concêntricos –, são os corpos celestes. As armilas principais representam os meridianos celestes. Tornou-se símbolo das navegações portuguesas.

**Espórtula:** Esmola.

**Estilicídio:** O gotejar de um líquido qualquer.

**Estupor:** Estado mórbido em que o doente, apesar de consciente, não reage a estímulos externos, permanecendo imóvel, aparentemente sem sensibilidade.

**Eurocentrismo:** Que tem como centro a Europa; que toma como referência os valores da cultura europeia.

**Fancaria:** Pessoa ou coisa sem autenticidade, falsa.

**Febrífugo:** Medicamento que faz cessar a febre.

**Felperra:** Falperra, lugar infestado por salteadores, ladrões.

**Férula:** Rigor, severidade para disciplinar ou comandar alguém.

**Flegmasia:** Quadro patológico que apresenta inflamação e febre concomitantes.

**Frascário:** Indivíduo devasso, leviano; libertino.

**Frumentárias (crises):** Escassez de trigo e outros cereais.

**Gamela:** Vaso de madeira em forma de alguidar; escudela grande.

**Gamenho:** Diz-se de indivíduo muito arrumado, muito enfeitado; janota.

**Garajau:** Espécie de cesto alongado em que se levam galinhas e outras aves ao mercado.

**Gelosia:** Grade de ripas de madeira cruzadas no vão de porta ou janela, que permite a quem está no interior ver o exterior sem ser visto com clareza; rótula.

**Girândola:** Roda ou travessão onde são colocados fogos de artifício para serem lançados e estourarem em sequência.

**Girovago:** Sem destino, ao acaso.

**Gorgorão:** Tecido encorpado de seda, com relevo em forma de linhas finas que formam cordões, usado em estofados, cortinas, arremate de roupas etc.

**Grão-Pará:** Antiga unidade administrativa do período colonial e imperial.

**Guerra Cisplatina:** Conflito entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, ocorrido entre 1825 e 1828, pela posse da Província Cisplatina, região do atual Uruguai.

**Hemoptise:** Hemorragia da membrana mucosa do pulmão.

**Hetairas:** Cortesãs; mulheres que se prostituem, heteras.

**Hidrópico:** Quem ou o que apresenta inchação com acumulação excessiva de fluido; aquele que sofre de hidropisia.

**Hirsuto:** Que tem os pelos longos, grossos e duros (ex.: barba hirsuta)

**Homogamia:** Tendência para escolher um cônjuge ou parceiro com características semelhantes, como etnia, nível social, idade, religião.

**Hortelão:** Indivíduo que cuida de horta.

**Ipecacuanha:** Erva da família das rubiáceas (Psychotria ipecacuanha), nativa do Brasil, de larga utilização terapêutica; raiz-do-brasil.

**Kaapor:** Grupo indígena da região amazônica.

**Laia:** Antiga forma de se referir à lã (ex.: meia de laia).

**Liana:** Cipó.

**Linfa:** Água.

**Lucarna:** Janela projetada no telhado de uma casa.

**Lupanar:** Casa de prostituição, bordel, prostíbulo.

**Macaçá:** Ou macassá, erva de origem africana introduzida na cultura brasileira durante o processo de colonização. Usada em banhos de cheiro.

**Manes:** Sombras dos mortos ou suas almas.

**Mantilha:** Espécie de pequeno manto senhoril para cobrir a cabeça e o busto.

**Marimba:** Instrumento de percussão, de origem africana, constituído por metade de uma cabaça presa a um arco de madeira, com um fio de arame retesado que é percutido com uma vara. Berimbau.

**Mazurca:** Dança ou música tradicional polonesa.

**Melopeia:** Música que acompanha uma recitação.

**Métope:** Elemento arquitetônico: espaço existente entre dois tríglifos de um friso dórico; inicialmente liso, passou, depois, a receber ornamentações.

**Mina:** Designação dada a escravos trazidos da região da Costa da Mina.

**Miríficas:** admiráveis, maravilhosas.

**Miscigenação:** Processo ou resultado de miscigenar(-se); cruzamento de raças diferentes.

**Monjolos:** Engenho primitivo movido a água e usado para pilar milho ou descascar café.

**Mucamas:** Escrava ou criada negra e jovem que auxiliava nos serviços caseiros e servia de acompanhante da patroa.

**Mungunzá:** Iguaria preparada com grãos de milho que se cozem inteiros em caldo açucarado, com leite de coco ou, às vezes, de vaca.

**Mura:** Grupo indígena da região amazônica.

**Muxarabiê:** Varanda fechada de alto a baixo com gelosias.

**Nagô:** Designação dada a negros escravos trazidos dos atuais estados de Gana, Togo, Benin e Nigéria, que falavam o iorubá.

**Ordem de Cristo:** Ordem religiosa e militar criada em Portugal no século XIV a partir da extinção da Ordem dos Cavaleiros Templários, de cujas propriedades e privilégios é herdeira.

**Palafita:** Casa construída acima da água de lago ou de terreno alagado, sobre estacas fixas no fundo.

**Palanquim:** Espécie de liteira transportada a ombros.

**Palissandra:** Planta bignoniácea (*Jacaranda mimosaefolia*), *jacarandá-caroba e jacarandá-mimos*; madeira dessa árvore e de outras, muito apropriada para trabalhos de marceneiro ebanista.

**Panaceia:** Remédio que teria o poder de curar todos os males.

**Parati:** Cachaça fabricada em Parati (RJ) e, por extensão, qualquer cachaça.

**Platibanda:** Grade ou muro de alvenaria construído no alto das paredes externas de uma edificação, a fim de embelezá-la ou de protegê-la

**Poaia:** Erva (*Polygala angulata*), da família das rubiáceas, nativa do Brasil

(PA a SP), de longas raízes grossas e nodulosas, que fornece a emetina; ipecacuanha.

**Polaca:** designação preconceituosa dada às imigrantes polonesas; prostituta, meretriz.

**Polca:** Dança de pares, de origem polonesa, muito animada; gênero de música que acompanha essa dança.

**Poncho:** Capa de lã quadrangular, com abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.

**Pororoca:** Fenômeno que ocorre próximo à foz de rios volumosos, como o Amazonas, que consiste na formação de grandes ondas, que se deslocam com estrondo, destruindo tudo o que há em seu caminho.

**Preceptor:** Pessoa encarregada da instrução privada de uma criança ou jovem.

**Refolho:** Folho, babado, que se sobrepõe a outro; dobra; refolhamento.

**Rentista:** Que ou quem vive de rendas.

**Rijões:** Pedaços de carne de porco fritos, mas não em torresmo.

**Ruana:** Cor característica de um tipo de animal; mais ou menos acaramela-do, marrom suave. Besta ruana.

**Safismo:** Lesbianismo.

**Saloio:** Quem trabalha ou vive no campo, camponês.

**Sanefa:** Tira larga, de tecido ou de madeira, que se dispõe transversalmente como ornato na parte superior de uma cortina.

**Saragoça:** Tecido grosseiro de lã preta.

**Sarrabulho:** Iguaria tipicamente portuguesa, feita à base de sangue e miúdos de porco.

**Sinecura:** Emprego remunerado, de pouco ou nenhum trabalho.

**Sítio de Arronches:** Palco da Batalha dos Atoleiros, em 1384, em que os portugueses venceram as tropas castelhanas.

**Solanácea:** Espécime de família de plantas dicotiledôneas, a que pertencem a batata, o tabaco, o tomate, o pimentão etc.

**Soslaio:** De esguelha, de maneira oblíqua.

**Tangedores:** Que tange ou toca animais.

**Tapuias:** Antiga designação dada pelos tupis aos gentios inimigos.

**Tricórnio:** Chapéu de três bicos (tricórnio napoleônico).

**Tulha:** Celeiro, depósito.

**Umbral:** Peça lateral de uma porta.

**Urucungo:** Berimbau.

**Vermeil:** Prata ou bronze dourado em tom avermelhado (ex.: faqueiro de *vermeil*).

**Viático:** Comunhão ministrada em casa aos doentes impossibilitados de se deslocar, ou aos moribundos.

**Xelim:** Vigésima parte da libra (moeda do Reino Unido).

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ABREU, Maurício de A.** *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar/Iplanrio, 1987.

**ACAYABA, Marlene Milan (coord.); GUERRA, José Wilton; SIMÕES, Renata da; SILVA, Carlos A. Zeron.** *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira.* São Paulo: Museu da Casa Brasileira/Imesp/Edusp, 2001. 4 volumes.

**AFFONSO, João.** *Três séculos de moda*: 1616-1916. São Luiz: Instituto Geia, 2014.

**AFONSO, M.J.; MELO, J.F.** *Novo methodo de partejar, recopilado dos mais famigerados, e sabios authores*. Lisboa: Off. Miguel Rodrigues, 1772.

**AGUIAR, Manoel Pinto de.** *Abastecimento*: crises, motins e intervenção. Rio de Janeiro: Phlobion, 1985.

**ALGRANTI, Leila Mezan.** "Tabernas e botequins: cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821)". *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, nº 2, p. 25-42, jul.-dez. 2011.

**ALMEIDA, Aluísio de.** *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Martins/Edusp, 1981.

**ALMEIDA, Júlia Lopes de.** *Correio da roça*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

**ALMEIDA, Soraya.** "Água para dar ou vender". *Revista de História*. Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/agua-pra-dar-ou-vender. Acesso: 31/3/2016.

**AMANTINO, Marcia; FREIRE, Jonis.** "Amor em cativeiro". *Revista de História da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, p. 26-27, 2013. Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/amor-em-cativeiro.Acesso: 31/3/2016.

**ANDRADE, Gilberto Osório de.** *A Cólera-Morbo*: um momento crítico na história da medicina em Pernambuco. 2ª ed. Recife: Fundaj/Massangana, 1989.

**ANDRADE, Juliana Alves de.** "A mata em movimento: coroa portuguesa, senhores de engenho e homens livres na produção de espaço na Mata Norte de Alagoas". Tese de Mestrado (História). Pará: UFPA, 2008.

**ANDRADE, Marcos Ferreira de.** *Negros rebeldes nas Minas Gerais*: a revolta dos escravos de Carrancas (1833). São João Del-Rei: Documenta/UFSJ, 2008. Disponível em: http://www.documenta.ufsj.edu.br/modules/wfdownloads/singlefile.php?cid=8&lid=15.
Acesso: 31/3/2016.

**ARAGÃO, Solange de.** "A casa, o jardim e a rua no Brasil do século XIX". *Em Tempo de Histórias – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História*, PPG-HIS/UnB, Brasília, v. 12, p. 151-162, 2008. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/2599/2150. Acesso: 31/3/2016.

**ARANHA, Graça (org.).** *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*: correspondência. Prefácio à terceira edição de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Topbooks, 2003.

**ARAÚJO, Elysio de.** *Estudo histórico sobre a polícia da Capital Federal, de 1808 a 1831*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

**ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de.** *A vocação do prazer*: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

**ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (org.).** *História da vida privada*: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

**ARQUIVO NACIONAL.** *Dom Pedro II e a cultura*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1977.

**ARRUDA, José Jobson de Andrade.** *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

**ASSUMPÇÃO, Thomaz Lino d'.** *Narrativas do Brazil, 1876-1880*. Rio de Janeiro: Livraria Contemporânea de Faro & Lino, 1881.

**ASSUNÇÃO, Paulo de.** "As condições urbanas da cidade de São Paulo no século XIX". *Revista Histórica*, São Paulo, ano 5, nº 37, agosto 2009.

**AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Barthold.** *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. São Paulo: Edusp, 1980.

**AZEVEDO, Artur.** *O Rio de Janeiro em 1877*. Teatro, tomo 1. Rio de Janeiro: Inacen, 1988.

**BACELLAR, Carlos de Almeida Prado.** "A escravidão miúda em São Paulo colonial". In: SILVA, Maria Beatriz (org.). *Brasil*: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 239-254.

**BARANDAS, Ana Eurídice Eufrosina de.** *O ramalhete*. Porto Alegre: Nova Dimensão: EDIPUCRS, 1990.

**BARICKMAN, B.J.** *Um contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1880. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.

**BARROSO, Gustavo.** *O sertão e o mundo*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Leite Ribeiro, 1923.

**BASTIDE, Roger.** *A poesia afro-brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.

**BASTOS TIGRE, Manuel.** *Instantâneos do Rio Antigo*. Organização, apresentação e notas de Marcelo Balaban. São Paulo: Fapesp/Cecult/Mercado das Letras, 2003.

**BELTRÃO, Jane Felipe.** "Memórias da cólera no Pará (1855 e 1991): tragédias se repetem?". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, Suplemento, p. 145-167, dez. 2007.

**BERTRAN, Paulo.** *História da terra e do homem no Planalto Central*: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994.

**BEVILÁQUA, Clóvis.** *Direito de família*. São Paulo: Freitas Bastos, 1959.

**BIARD, François-Auguste.** *Dois anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2004.

**BICALHO, Maria Fernanda.** "O belo sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX". In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebeldia e submissão*: estudos da condição feminina. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Vértice, 1989. p. 79-99.

**BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes.** *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

**BLUTEAU, Raphael.** *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico… Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 volumes.

**BORGES, Edson.** "A rota da liberdade do negro Cosme e a balaiada do Maranhão (1838-1841)". *Questões Negras*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1998. Disponível em: http://www.geledes.org.br/negro-cosme-bento-das-chagas-e-balaiada/. Acesso: 31/3/2016.

**BORGES, Maria Helena Jayme.** *A música e o piano na sociedade goiana (1805-1972)*. Goiânia: Funape, 1999.

**BRAUDEL, Fernand.** *Civilização material e capitalismo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1970.

**BRAUN, Felipe Kuhn.** *História da imigração alemã no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Costoli Soluções Gráficas, 2010.

**BROCA, Brito.** *A vida literária no Brasil*: 1900. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

**BRÜGGER, Silvia M.J.** *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João Del-Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

**BUENO, Eduardo.** *Passado a limpo*: história da higiene pessoal no Brasil. São Paulo: Gabarito Editorial, 2007.

**BUESCU, Mircea.** *História econômica do Brasil*: pesquisas e análises. Rio de Janeiro: Apec, 1970.

**BURTON, Richard.** *Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

**______.** *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Vermelho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

**CALDEIRA, Jorge.** *A história contada por quem viu*. São Paulo: Mameluco, 2008.

**CAMARGO, Luís Soares de.** "As 'bexigas' e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo". *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 28, 2007.

**CARNEIRO, Henrique.** *Filtros, mezinhas e triacas*: as drogas no mundo moderno. São Paulo: Xamã, 1994.

**CARREY, Emily.** *Os revoltosos do Pará*. Lisboa: Tipografia do Futuro, 1862.

**CARRILHO, Marcos José.** "Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba". *Anais do Museu Paulista*, v. 14, p. 59-80, 2006.

**CARVALHO, José Murilo de.** *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

**______.** *Teatro de sombras*: a política imperial. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

**CARVALHO, Marcus J.M. de.** "A favor dos morenos". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 5, nº 54, p. 24-25, mar. 2010.

**______.** "Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009a. p. 123-183.

**______.** "Sangue no mato". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 4, nº 39, p. 80-83, dez. 2008. Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/sangue-no-mato. Acesso: 10/10/2016.

**______.** *Liberdade, rotinas e rupturas do escravismo em Recife, 1822-1850.* Recife: Editora Universitária UFPE, 2002.

**CARVALHO, Vânia Carneiro de.** *Gênero e artefato, o sistema doméstico na perspectiva da cultura material*: São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.

**CASCUDO, Luiz Câmara.** *Superstição no Brasil*. São Paulo: Global, 2001.

**______.** *História da alimentação no Brasil*. v. 1 e 2. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

**CASTRO, César Augusto.** *Infância e trabalho no Maranhão Provincial*: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889). São Luís: EDFUNC, 2007.

**CASTRO, Maria Werneck de.** *No tempo dos barões*: histórias do apogeu e decadência de uma família fluminense no ciclo do café. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2004.

**CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes.** "Noites de pânico". *Nossa História*, São Paulo, p. 40-44, 10 out. 2006.

**CHALHOUB, Sidney.** *História em coisas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

**CHALHOUB, Sidney et al. (org.).** *Artes e ofícios de curar no Brasil*: capítulos de história social. Campinas: Unicamp, 2003.

**CHARTIER, Roger.** "As revoluções da leitura no Ocidente". In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/Fapesp, 2000.

**CLESER, Vera.** *O lar doméstico*: conselhos para boa direção de uma casa. São Paulo: Tipografia de Oscar Monteiro, 1898.

**CORRÊA, M. Magalhães.** *Terra carioca*: fontes e chafarizes. Coleção Memória. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1939.

**COSTA, Iraci del Nero; MARCONDES, Renato Leite.** "A alimentação no cativeiro: uma coletânea sobre os registros alimentares dos negros afro-brasileiros". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 162 (411), p. 221, 2001.

**COSTA PINTO, L. de A.** *O negro no Rio de Janeiro*: relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

**COUTINHO, José Lino.** *Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um cathecismo moral, político e religioso*. Bahia: Tipografia de Carlos Poggetti, 1849.

**CRULS, Gastão.** *Aparência do Rio de Janeiro*. 2ª ed. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952.

**D'ASSIER, Adolphe.** *Le Brésil contemporain*: races, moeurs, institutions et paysages. Paris: Durand et Laurie, 1867.

**D'ORLÉANS, François Ferdinand Philippe Louis Marie.** *Diário de um príncipe no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

**DAMAZIO, Sylvia F.** *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

**DEBRET, Jean-Baptiste.** *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. v. 1 e 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

**DEL PRIORE, Mary.** *Do outro lado, a história do sobrenatural e do espiritismo*. São Paulo: Planeta, 2014.

**______.** *Histórias íntimas*. São Paulo: Planeta, 2012.

**______.** "Em casa, fazendo graça: domesticidade, família e lazer entre a Colônia e o Império". In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de. *Vida divertida*: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 17-48.

**______.** *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

**______.** *Ao sul do corpo*: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EdUnB, 1993.

**DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (orgs.).** *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2012.

**______.** *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011.

**DEL PRIORE, Mary; MELLO, Victor Andrade.** *História dos esportes no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2009.

**DEL PRIORE, Mary; PIRES, Tasso Fragoso; CANDURU, Roberto.** *Fazendas do Ouro*. Rio de Janeiro: Fadel, 2011.

**______.** *Fazendas do Império*. 1ª ed. v. 1. Rio de Janeiro: Fadel, 2010.

**DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato.** *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

**______.** *O livro de ouro da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

**DENIS, Ferdinand.** *Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

**DEVEZA, Guilherme.** *Um precursor do comércio francês no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

**DIAS, Cleber Augusto Gonçalves.** *Epopeia em dias de prazer*: uma história do lazer na natureza (1779-1838). Goiânia: UFG, 2013.

**______.** "História do lazer na natureza no Rio de Janeiro entre 1779 e 1838: um estudo de caso". Tese de doutorado (Educação Física). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

**DINIZ, Ariosvaldo da Silva.** "Cólera: representações de uma angústia coletiva. A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil". Tese de Doutorado (História). Campinas: IFCH/Unicamp, 1997.

**DOURADO, Maria Teresa Garritano.** "Doentes e famintos: cotidiano de um soldado na Guerra do Paraguai (1864-1870)". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, jul. 2011.

**DU BOIS, Louis.** *Notice sur le Chevalier de Clieu et bibliographie du café.* Caen: Le Gost-clérisse, 1855.

**DUQUE, Gonzaga.** *A dona de casa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1894.

**EISENBERG, Peter L.** *Homens esquecidos*: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: Unicamp, 1989.

**EL FAR, Alessandra.** *Páginas de sensação*: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

**EL-KAREH, Almir Chaiban.** *Cozinhar e comer em casa e na rua*: culinária e gastronomia na corte do Império do Brasil. Mimeo, s.d.

**______.** "Famílias adotivas, amas de leite e amas-secas e o comércio de leite materno e de carinho na corte do Rio de Janeiro". *Gênero*, Niterói, v. 4, nº 2, p. 9-30, 2004.

**EMPATZ, Florence.** *Aux pieds de Flaubert*. Paris: Grasset, 2002.

**ENGEL, Magali.** *Meretrizes e doutores*: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.

**EXPILLY, Charles.** *Mulheres e costumes do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional/INL, 1977.

**FALCI, Miridan Britto Knox.** *Escravos do sertão*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

**FARIAS, Juliana Barreto.** "Sob o governo das mulheres: casamento e divórcio entre africanas e africanos minas no Rio de Janeiro do século XIX". In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

**______.** "Para vencer na vida. Dossiê Escravidão". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 54, p. 13-15, 2010.

**FARIAS, Rosilene Gomes.** "O Kamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife em 1856". Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2007.

**FAUSTO, Boris.** *Fazer a América*: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

**FAZENDA, José Vieira.** *Antiqualhas e memória do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

**FERREIRA, Eliana Ramos.** *As mulheres na Cabanagem*: presença feminina no Pará insurreto. *ANPUH, XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003.

**FIGUEIREDO, Luciano.** *Barrocas famílias*: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

**FIGUEIREDO, Luciano (org.).** *Guerras e batalhas brasileiras*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

**FLORENTINO, Manolo.** *Em costas negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

**FONSECA, Denise Pini Rosalem da.** *Cooperação e confronto*: resistência social na periferia dos engenhos de açúcar da Bahia, 1791-1835. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

**FRAGOSO, João Luís.** "O Império escravista e a república dos plantadores: economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora". In: LINHARES, Maria Yeda (org.). *História geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

**FRAISSE, Geneviéve; PERROT, Michelle (dirs.).** *Histoire des femmes en Occident*. t. IV: Le XIXe siècle. Paris: Plon, 1991.

**FRANÇA, Jean Marcel Carvalho.** *Visões do Rio de Janeiro colonial*: antologia de textos, 1531-1800. Rio de Janeiro: José Oympio/Eduerj, 1999.

**FRANCO, Afonso Arinos de Melo.** *Desenvolvimento da civilização material no Brasil.* Rio de Janeiro: ABL Topbooks, 2005.

**FREYCINET, Louis Claude Desaulces.** *Voyage autour du monde*. Paris: Pillet Aine, 1824-1827.

**FREYRE, Gilberto.** *Modos de homem e modas de mulher*. São Paulo: Global, 2005.

**______.** *Ingleses no Brasil*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000.

**______.** *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

**______.** *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do s*éculo XIX. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

**______.** *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

**FREYRE, Raul.** *Crônicas do Rio*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1986.

**FRIEIRO, Eduardo.** *Feijão, angu e couve*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

**FURTADO, Júnia.** "Transitoriedade da vida, eternidade da morte". In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. *Festa*: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Edusp, 2001.

**GALLES, Edouard.** *Du Brésil, ou observations générales sur le commerce et les douanes de ce pays*. Paris: Renard, 1828.

**GAMA, Nicolau Antônio V. da.** *Minhas memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

**GAMA, padre Lopes.** *O carapuceiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

**GARDNER, George.** *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

**GERSON, Brasil.** *História das ruas do Rio*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

**_______.** *O ouro, o café e o Rio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana, 1970.

**GRAHAM, Maria.** *Diário de uma viagem ao Brasil.* São Paulo: Brasiliana, Editora S/A, 1956.

**GRAHAM, Sandra L.** *Caetana diz não*: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

**GREENHALGH, H. Faria Braga (org. e notas).** *De Vassouras*: histórias, fatos e gente. Vassouras: Irmandade da Santa Casa de Vassouras e Asilo Barão do Amparo, 1978.

**GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.).** *O Brasil Imperial*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

**GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim.** "Os manuais de medicina popular do Império e as doenças dos escravos: o exemplo do 'Chernoviz'". In: *Simpósio escravidão, tráfico, raça e pathos: novas perspectivas da história das moléstias dos negros cativos no Brasil*. Publicado também em suplemento especial sobre a saúde dos escravos, *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 11, set. 2008.

**HABERMAS, Jürgen.** *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1978.

**HALIMI, Suzy.** "La bataille du gin en Angleterre dans la première moitié du XVIIIe siècle". *Histoire, économie et société*, v. 7, nº 4, p. 461-473, 1988.

**HAMOND, Graham Eden.** *Os diários do almirante Graham Eden Hamond*. Rio de Janeiro: J.B, 1984.

**HAURÉLIO, Marco.** *Breve história da literatura de cordel*. São Paulo: Claridade, 2010.

**HOLANDA, Sérgio Buarque de.** *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**HOMEM, Maria Cecília Naclério.** *O Palacete Paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

**KABENGELE, Daniela do Carmo.** *O "Pardo", Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*. Aracaju: Edunir, 2015.

**KESSEL, Carlos; TAMBELLI, Mônica.** "Gastronomia nos tempos do Barão". *Textos do Brasil*, Gastronomia, Brasília, p. 26-31, 1º set. 2007.

**KIDDER, Daniel P.** *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*: províncias do Norte. Brasília: Senado Federal, 2008.

**KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal.** *Escravismo no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2010.

**KOSTER, Henry.** *A escravidão no Brasil*. [Brasília]: Fundação Projeto Rondon, [1986].

**KUSHNIR, Beatriz.** *Baile de Máscaras*: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

**LAMBERG, Mauricio.** *O Brazil*: Illustrado com gravuras. Rio de Janeiro: Lombaerts: Typ. Nunes, 1896.

**LANGSDORFF, E.** *Diário da Baronesa E. de Langsdorff*: relatando sua viagem ao Brasil por ocasião do casamento de S.A.R. o príncipe de Joinville, 1842-1843. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

**LARGMAN, Esther.** *Jovens polcas*: da miséria na Europa à prostituição no Brasil. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

**LASSANCE Cunha,** Herculano Augusto. *A prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1845.

**LAYTANO, Dante de.** *A cozinha gaúcha na história do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

**LEITHOLD, Theodor von; RANGO, Ludwig von.** *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Ed. Nacional, 1966.

**LEITMAN, Spencer.** *As raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

**LEMOS, Carlos.** *Cozinhas, etc*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

**LESSA, Carlos (org.).** Os Lusíadas *na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Faperj/Record, 2002a.

**______.** *Rio de todos os Brasis*: uma reflexão em busca de autoestima. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

**LEVASSEUR, Emile.** *O Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto Letras & Expressões, 2000.

**LIMA, Leandro Mahalem de.** *Perspectivas do sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. Tese de Mestrado (Antropologia Social). São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

**LIMA, Oliveira.** *D. João VI no Brasil.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

**LINDLEY, Thomas.** *Narrativa de uma viagem ao Brasil e uma descrição da cidade e das províncias de S. Salvador e Porto Seguro*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, [1969].

**LINDOSO, Dirceu.** *A razão quilombola*: estudos em torno do conceito de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011. **_______.** *A utopia armada*: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

**LINHARES, Maria Yedda (org.).** *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

**LOPES, Maria Margaret.** *O Brasil descobre a pesquisa científica*: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

**LUCCOCK, John.** *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Tomadas durante uma estada de dez anos, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

**LUIZ EDMUNDO.** *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

**MACEDO, Joaquim Manuel de.** *Memórias da rua do Ouvidor*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2005a.

**______.** *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 2005b.

**MACHADO, Roberto et al.** *Danação da Norma*: Medicina Social e constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

**MACHADO FILHO, Aires da Mata.** *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro:

José Olympio, 1943.

**MAGALHÃES, Basílio de.** *O café na história, no folclore e nas belas artes*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

**MAGALHÃES, Sonia Maria de.** *Males do Sertão*: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX. Goiânia: Cânone editorial, 2014.

______. *A mesa de Mariana*: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.

**MALTA, Marize.** *O olhar decorativo, ambientes domésticos em fins do século XIX no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2011.

**MANCHESTER, Alan K.** *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

**MARCÍLIO, Maria Luiza.** "Crescimento histórico da população brasileira até 1872". *Cadernos CEBRAP*. Crescimento populacional (histórico e atual) e componentes do crescimento (fecundidade emigrações). São Paulo, nº 16, 1973.

**MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos.** "Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à família em Lisboa, 1811-1820". *Anais da Biblioteca Nacional*. v. LVI. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.

**MARTINS, Ana Luiza.** *Império do café*: a grande lavoura no Brasil, 1850-1890. 7ª ed. São Paulo: Atual, 1990.

**MARTINS, Juliana.** "O papel social da luz urbana". *Revista O Setor Elétrico*, ed. 69, out. 2011. Disponível em: www.osetoreletrico.com.br/web/. Acesso: 31/3/2016.

**MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de.** *Vida divertida*: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

**MATTOS, Hebe.** *Das cores do silêncio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

**MATTOS, Raimundo José da Cunha.** *Ensaio histórico-político sobre a origem, progressos e merecimentos da antipathia, e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasilienses ou elucidação de um período da célebre acta do Governo da Bahia, datada de 18 de fevereiro do ano corrente*. Rio de Janeiro: Tipografia de Mor e Garcez, 1º abr. 1822.

**MATTOSO, Kátia de Queiroz.** "O filho da escrava". In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 76-98.

**MAUAD, Ana Maria.** "Imagem e autoimagem do Segundo Reinado". In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (coord.). *História da vida privada no Brasil*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

**MAURO, Frédéric.** *O Brasil no tempo de dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

**MAWE, John.** *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

**MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied.** *Viagem ao Brasil (1815-1817)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

**MELLO, Evaldo Cabral de.** "O fim das Casas-Grandes". In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (coord.). *História da vida privada no Brasil*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

**MELLO, Félix Cavalcanti de Albuquerque.** *Memórias de um Cavalcanti*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

**MELLO, Janaína.** "O perigo vem das matas". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 4, nº 37, nov. 2006.

**MELO, Victor Andrade de.** "Entre a elite e o povo: o *sport* no Rio de Janeiro do século XIX (1851-1857)". *Tempo*, Niterói, v. ahead of print, 2015a.

**______.** *Mudanças nos padrões de sociabilidade e diversão*: o jogo da bola no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Mimeo, 2015b.

**______.** *Cidade esportiva*: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Faperj/Relume Dumará, 2001.

**MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria.** *A ginástica no tempo do Império*. Rio de Janeiro: Faperj/ Sete Letras, 2014.

**MELO, Victor Andrade de; KNIJNIK, Jorge.** "Uma nova e moderna sociedade? O esporte no teatro de Arthur Azevedo". *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Porto Alegre, v. 37, nº 1, p. 11-19, 2015.

**MELO, Victor Andrade de; SCHWAN, Thaina Pacheco.** *Bebida, comida, diversão e arte*: as fábricas de cerveja no Rio de Janeiro do século XIX (1856-1884). Rio de Janeiro: PPGHC, 2015.

**MELO FRANCO, Afonso Arinos de.** *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Rio de Janeiro: ABL Topbooks, 2005.

**MENDES, Algemira de Macêdo.** *A imagem da mulher na obra de Amélia Beviláqua*. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.

**MENDONÇA, Sonia Regina de.** "Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura". *Mundo Agrario: Revista de Estudios Rurales*, Buenos Aires, nº 1, 2000.

**MESSIAS, Rosane Carvalho.** *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista*: mercado interno e mão de obra no período de transição, 1830-1888. São Paulo: Edunesp, 2003.

**MEYER, Marlyse.** *Folhetim*: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

**______.** "Sinclair das ilhas ou os desterrados na ilha da Barra". In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição*: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume,

2006. p. 467-479.

**MORAES FILHO, Alexandre José de Melo.** *Festas e tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

**MOREIRA LEITE, Míriam.** *A condição feminina no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Hucitec/Pró-Memória/INL, 1984.

**MOTA, Antonia da Silva.** "Aspectos da cultura material em inventários *post mortem* da capitania do Maranhão". In: I Encontro Nordestino de História Colonial: Territorialidades, Poder e Identidades na América Portuguesa – séculos XVI a XVIII. João Pessoa: Editora da UFPB, 2007. v. 1.

**MOTT, Maria Lúcia.** *O romance de Ana Durocher*. São Paulo: Siciliano, 1995.

**______.** "Partos, parteiras e parturientes no século XIX: Meme. Durocher e sua época". Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

**MOTTA, José Flávio.** *Corpos escravos, vontades livres*: posse de escravos em bananal 1801-1829. São Paulo: Fapesp/Annablume, 1999.

**MOTTA SOBRINHO, Alves.** *A civilização do café*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

**MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.).** *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ateliê/ Fundação Editora da Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 1998.

**NABUCO, Joaquim.** *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

**NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (orgs.).** *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

**NAVA, Pedro.** *Baú de ossos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

**NEVES, Ilka.** *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

**NORTH, Marianne.** *Recollections of a happy life*. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1993.

**NOVAIS, Fernando Antonio et al. (coord.).** *História da vida privada no Brasil*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

**NOVIS, Marta de Faro.** *Estórias coladas*. Edição particular, s.d.

**NOZOE, Nelson; Motta, José Flávio.** "Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829)". *Locus: Revista de História*, v. 5, nº 1, p. 51-84, 1999.

**O ESPELHO,** *Revista Semanal de Literatura, Modas, Indústria e Artes*, edição fac-similar (1859-1860). Organização de Marco Lucchesi. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Ediouro, 2008.

**OLIVEIRA, Andradina América de Andrade e.** *Divórcio?* Porto Alegre: ALFRS/ EDIPLAT,

2007.

**OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de.** “Padrões alimentares em mudança: a cozinha no interior paulista”. *Revista Brasileira de História*, v. 26, nº 51, São Paulo, jan.-jun. 2006.

**PALACÍN, Luís.** *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1994.

**PERARO, Maria Adenir.** “A imigração para Mato Grosso no século XIX: mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidades”. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 2, p. 121-134, 2001.

**PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva.** *A flor da terra*: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond/Prefeitura do Rio de Janeiro/Iphan, 2007.

**PESAVENTO, Sandra Jatahy.** “Uma certa Revolução Farroupilha”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 235-267.

**PINHO, Wanderley.** *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Ed. Martins, 1942.

**PINTO, Luiz Maria da Silva.** *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

**PINTO, Maria Inez Machado Borges.** *Cotidiano e sobrevivência*: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: Edusp, 1994.

**PINTO JUNIOR, Rafael Alves.** *Viver no Sertão*: fazendas do Sudoeste de Goiás (1830-1930): território, arquitetura e cotidiano. v. 1. 1ª ed. Curitiba: CRV Editora, 2015.

**POHL, Johann Emanuel.** *Viagem no interior do Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

**POLIANO, Luiz Marques.** *A Sociedade Nacional de Agricultura*: resumo histórico. Rio de Janeiro: SNA, 1942.

**POMPEIA, Raul.** *Crônicas do Rio*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1986.

**PÔRTO, Ângela.** “O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doença, instituições e práticas terapêuticas”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, nº 4, p. 1019-27, out.-dez. 2006.

**PRADO JR., Caio.** *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

**QUEIROZ, Maria José de.** *A literatura e o gozo impuro da comida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

**QUINTANEIRO, Tania.** *Retratos de mulher*: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viageiros do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1995.

**RAGO, Margareth.** *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

**RAMOS, Arthur.** *As culturas negras no Novo Mundo*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

**RASPANTI, Márcia Pinna.** "Explode a violência: a Revolta das Carrancas". Disponível em: http://historiahoje.com/revolta-de-carrancas-explode-a-violencia/. Acesso: 30/3/2016.

**REINALDO, Telma Bonifácio dos Santos.** "Repensando a adesão do Maranhão à Independência". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, nº 45, p. 65-74, 2014.

**REIS, João José.** *Rebelião escrava no Brasil*: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

**______.** *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

**REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de.** *O alufá Rufino*: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

**REIS, Rutzkaya Queiroz dos.** *Machado de Assis*: o escritor e o editor na consolidação do mercado editorial. In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: LIHED, 2004.

**Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura**, Comércio e Obras Públicas de 1861. Rio de Janeiro: Typ. Universal Laemmert, 1861.

**REMEDI, José Martinho Rodrigues.** *A honra perdida de um pai*: indagações acerca de um filicídio em *A Divina Pastora* de Caldre e Fião. In: *Anais do X Encontro Estadual de História*. Rio Grande do Sul: UFSM/ UNIFRA, 2010.

**RENAULT, Delso.** *O dia a dia no Rio de Janeiro segundo os jornais, 1870-1889.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982

**______.** *O Rio Antigo nos anúncios de jornais.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

**RESENDE, Irene Nogueira de.** "Negócios e participação política, fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais, 1821-1841". Tese de Mestrado (História). São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

**RICCI, Magda.** "Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 187-231.

**RIO, João do.** *Vida vertiginosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

**_______.** *A alma encantadora das ruas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

**RIO BRANCO, Raul do.** *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

**RIOS FILHO, Adolfo Morales de los.** *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks,

2000.

**ROCHA, Yuri Tavares; CAVALHEIRO, Felisberto.** "Aspectos históricos do Jardim Botânico de São Paulo". *Revista Brasileira de Botânica*, v. 24, nº 4, p. 577-586, 2001.

**RODRIGUES, Cláudia.** *Lugares dos mortos nas cidades dos vivos*: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro (1849-1850). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

**______.** *Nas fronteiras do além*: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

**ROQUETTE, J.I.** *Código do Bom-Tom*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

**RUGENDAS, Johann Moritz.** *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

**SAINT-HILAIRE, Auguste de.** *Viagens às nascentes do rio São Francisco*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

**______.** *Viagens pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

**SALIBA, Elias Thomé.** *Raízes do riso*: a representação humorística na história brasileira: da *Belle Époque* aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

**SAMARA, Eni de Mesquita.** *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria do Estado, 1989.

**SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de.** *Higiene e higienismo entre o Império e a República*. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 283-312.

**SANTA RITTA, José de.** *A água do rio*: do Carioca ao Guandu. Rio de Janeiro: Synergia Editora, 2009.

**SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos.** *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

**SANTOS, Joaquim Felício dos.** *Memórias do distrito diamantino da comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)*. São Paulo: Edusp/Liv. Itatiaia, 1976.

**SANTOS, Luiz Gonçalves dos (padre Perereca).** *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2013.

**SANTOS, Manuela Arruda dos.** "Pintou sujeira". *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/pintou-sujeira. Acesso: 31/3/2016.

**SANTOS, Maria Januária Vilela.** *A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

**SANTOS FILHO, Lycurgo dos.** *Uma comunidade rural do Brasil antigo.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

**SCHLICHTHORST, C.** *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*: uma vez e nunca mais. Brasília: Senado Federal, 2010.

**SCHNOOR, Eduardo**. "Entrelace de famílias na penumbra: o entrelace de famílias e negócios. Vale do Paraíba 1770-1840". Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, 2005.

**SCHUELER, Alessandra F. Martinez de.** "Crianças e escolas na passagem do Império para a República". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, nº 37, p. 59-84, 1999.

**SCHWARTZ, Stuart.** "Roceiros e escravidão: alimentando o Brasil nos fins do período colonial". In: ______. *Escravos, roceiros e rebeldes.* Bauru: Edusc, 2001.

**SEGAWA, Hugo.** *Ao amor do público*: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1996.

**SEIDLER, Carl.** *Dez anos no Brasil*: eleições sob dom Pedro I, dissolução do legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2003.

**SELA, Eneida Maria Mercadante.** *Modos de ser, modos de ver*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

**SENNETT, Richard.** *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

**SILVA, Alberto da Costa e.** "Camelos no Brasil". *Nossa História*, ano 1(9), p. 98, 2004.

**______.** *Um rio chamado Atlântico*: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

**SILVA, Antonio de Moraes.** *Diccionario de Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro, Fluminense: [s.n.], 1922.

**SILVA, João Luiz Máximo da.** *Cozinha modelo*: o impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930). São Paulo: EDUSP, 2008.

**SILVA, João Manuel Pereira da.** *Memórias do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal, Brasília 2003.

**SILVA, Maria Beatriz Nizza da.** *Cultura no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1991.

**SILVA, Régia Agostinho.** A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre a escravidão e as mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2013.

**SLENES, Robert W.** *Na senzala uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1999.

**SMITH, Herbert H.** *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*: notas de um naturalista. Cayeiras, São Paulo e Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1922.

**SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho.** *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz*: relações de gênero e história em José de Alencar. Bauru: Edusc, 2012.

**SOARES, Iury Matias.** "Os agentes vivos do bem morrer: o testamenteiro e o juízo eclesiástico nas execuções testamentárias do Rio de Janeiro colonial". Monografia. Unirio, 2015. Mimeo.

**SOARES, Mariza de Carvalho.** *Devotos da cor*: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

**SOARES, Pedro Maia.** "Feminismo no Rio Grande do Sul". In: BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia (orgs.). *Vivência*: história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Brasiliense, 1980. p. 121-150.

**SOARES, Sebastião Ferreira.** *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil (1860)*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977.

**SOUZA, Antônio Candido de Mello e.** "The Brazilian Family". In: SMITH, T.L.; MERCHANT, A. *Brazil, portrait of half a continent*. New York: Dryden, 1951.

**SOUZA, Antonio Moniz de.** *Viagens e observações de um brasileiro*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.

**SOUZA, Jorge Prata de.** "A cólera, a tuberculose e a varíola: as doenças e seus corpos". In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011.

**______.** "As condições sanitárias e higiênicas durante a Guerra do Paraguai". In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

**SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, C.F.P. von.** *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 3 volumes.

**STANCIK, Marco Antonio.** "A febre amarela antes do mosquito: miasmas e contágio nos manuais de medicina popular do século XIX". *História Social* (Unicamp), v. 16, p. 145-162, 2009.

**STEIN, Stanley J.** *Vassouras*: um município brasileiro do café: 1850-1900. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

**TATI, Miécio.** *O mundo de Machado de Assis*. Coleção Biblioteca Carioca. v. 16. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991.

**TAUNAY, Afonso D'Escragnolle.** *Pequena história do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

______. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. 12 volumes.

______. *Rio de Janeiro de antanho (1695-1831)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

**TAUNAY, Carlos Augusto.** *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

**TEIXEIRA, Heloísa Maria.** "A não infância: crianças como mão de obra em Mariana: 1850-1900". Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

**TELLES, Maria Laura Mariani da Silva.** *Ser tão antigo*: fragmentos de uma história de família. Rio de Janeiro: GF Design, 2003.

**TOLLENARE, Louis-François de.** *Notes dominicales prises pendant un voyage... au Brésil en 1816, 1817 et 1818*. Paris, PUF, 1972. t. 1 e 2.

**TOUSSAINT-SAMSON, Adèle.** *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: Capivara, 2002.

**TSCHUDI, Johann Jakob von.** *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo*. Rio de Janeiro: Martins, 1976.

**UJVARI, Stefan Cunha.** *A história e suas epidemias*: a convivência do homem com os micro-organismos. Rio de Janeiro: Senac-Rio; São Paulo: Senac-SP, 2003.

**VAILATI, Luiz Lima.** "Os funerais de 'anjinho' na literatura de viagem". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, nº 44, 2002.

**VAINFAS, Ronaldo (coord.).** *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

**VAUTHIER, Louis Léger.** *Diário íntimo do engenheiro Vauthier, 1840-1846*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940.

**VENANCIO, Renato.** *Famílias abandonadas*: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

**VIANNA, Hélio.** *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1994.

**VICENTE, Sérgio Augusto.** "Segregação dos mortos". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, nº 113, p. 80-83, 1º fev. 2015. Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/segregacao-dos-mortos. Acesso: 31/3/2016.

**VIVEIROS, Jerônimo de.** "Dois estudos históricos, escorço da história do açúcar no Maranhão e no tempo das eleições a cacete". Organização de Luiz de Mello. São Luís: Ponto a Ponto Gráfica, 2016.

**VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José.** *Atentados ao pudor*: estudos sobre as aberrações do instinto sexual. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1934.

**VOLPATO, Luiza Rios Ricci.** *Cativos do Sertão*: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Editora Marco Zero/EdUFMT, 1993.

**WALSH, Robert.** *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte; [São Paulo]: Itatiaia/Edusp, 1985.

**WATT, Ian.** *A ascensão do romance*: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

**WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda.** *Memória sobre a fundação e costeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmer, 1878.

**WETHERELL, James**. *Brasil*: apontamentos sobre a Bahia: 1842-1857. Salvador: Ed. do Banco da Bahia, 1972.

**XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.).** *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

**ZALUAR, Augusto Emílio.** *Peregrinação pela província de São Paulo*: 1860-1861. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1963.

**Sites visitados:**

http://www.academia.org.br

http://www.aulete.com.br

http://www.historiahoje.com

http://www.obrabonifácio.com.br

http://www.revistadehistoria.com.br

https://www.priberam.pt

A Editora LeYa agradece às instituições que disponibilizaram seus valiosos acervos para a pesquisa de imagens que compõe e enobrece esta obra. São elas:

*Biblioteca Nacional*
*Instituto Moreira Salles*
*Museu Castro Maya/Museu Chácara do Céu*
*Museu Imperial/Ibram/MinC*

Créditos Museu Imperial/Ibram/MinC/nº 41/2016
p. 23, p. 41, p. 48, p. 183, p. 223, p. 319, p. 388, p. 488

Este livro foi editado na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro na primavera de 2016. Foram usadas fontes Didot e Trade Gothic.

© Foto de Bel Pedrosa

**MARY DEL PRIORE**, ex-professora de história da USP e da PUC-Rio, pós-doutora pela École des hautes études en sciences sociales, em Paris, é autora de 45 livros de história. Recebeu mais de vinte prêmios literários nacionais e internacionais, foi colunista do jornal *O Estado de S. Paulo* por dez anos e é sócia titular do IHGB, do IHGRJ, membro da Academia Portuguesa da História, da Real Academia de la Historia, na Espanha, do PEN Clube do Brasil, da Academia Carioca de Letras, entre várias academias latino-americanas. Atualmente leciona no curso de pós-graduação da Universidade Salgado de Oliveira.

Nem bem se termina a leitura do primeiro volume das *Histórias da gente brasileira – Colônia*, já se inicia uma espera ansiosa pelo segundo. E ele aqui está, trazendo o irrecusável convite de Mary del Priore para um profundo mergulho no mar de histórias de nossa gente. Um mergulho de reconhecimento do que está invisível, que – como ensina a autora – é o que conta para se compreender o passado e a única forma de conhecer o presente O que era só para homens e o que se reservava às mulheres? Como faziam amor – se era amor o que faziam? Na companhia de Mary del Priore, você vai conhecer o Império na intimidade. Numa espécie de *reality show,* descobrirá como, de fato, viviam nossos antepassados. Sinta-se no Império. Escolha seu posto de observação e deixe Mary conduzi-lo numa viagem ainda inédita pela história desse Brasil.

LeYa
leya.com.br

1 *Notas sobre a raça negra e a raça mulata no Brasil:* No Brasil, em todas as classes da sociedade entre jurisconsultos, assim como entre médicos, entre homens que se ocupam da política do país, como entre literatos observam-se mulatos de um talento, de uma perspicácia e de uma instrução que lhe dão muita importância e prestígio.

2 Alguns são promovidos e comandam brancos que seguem seus inferiores; outros se entregam às profissões liberais e se tornam advogados, médicos, professores e artistas.

3 “Para o espetáculo que terá lugar amanhã, 10 de maio de 1835, serão distribuídos hoje.”

# Índice

CAPA PÁGINA

PÁGINA DE TÍTULO

DIREITOS AUTORAIS PÁGINA

SUMÁRIO

PREFÁCIO

PARTE 1: TERRA E TRABALHO

  1. RETRATO DE UM IMPÉRIO QUANDO JOVEM

  2. TEMPO DE MEDO, FOGO E SANGUE

  3. O IMPERADOR E O “REI”…

  4. O CAFÉ ANTES DO IMPÉRIO…

    A EXPLOSÃO VERDE

    A EXPLOSÃO VERDE

    5. DEPOIS DO OURO: TERRAS E GENTE MINEIRA

    6. “ONDE TUDO ERA TÃO DIFÍCIL”: VIVER NOS SERTÕES

    7. RUMO AO NORTE, UM MISSIONÁRIO ESPECIAL…

    8. ENQUANTO NAS CAPITAIS DO IMPÉRIO…

    9. A NOVA CARTILHA AGRÍCOLA E O INÍCIO DO FIM DO “MONOCULTIVO”

    10. INSTANTÂNEOS DO IMPERADOR E DE SUA FAMÍLIA

PARTE 2: O SUPÉRFLUO E O ORDINÁRIO: AS COISAS BANAIS E O NASCIMENTO DO CONSUMO
1. DAS CASAS-GRANDES AOS SOBRADOS
2. CASA E JARDIM
3. ÁGUA DE BEBER
4. CANTANDO NO BANHEIRO
5. SURPRESAS NA COZINHA
6. PASSANDO À MESA
NOVIDADES GASTRONÔMICAS
NOVIDADES GASTRONÔMICAS
7. ACENDA A LUZ!
8. HOME SWEET HOME
9. DIVERSÃO: DOS BAILES AOS SPORTS…
10. COISAS DE HOMEM: CAFÉS E LIVRARIAS
11. PRAZERES MASCULINOS: AS COCOTTES
12. COISAS DE MULHER
13. DANS LE APAGUER DES LUMIÈRES: O RISO ENTRE A FRANCOFILIA E LUSOFOBIA
PARTE 3: RITMOS DA VIDA: NASCER, CRESCER, CASAR E MORRER
1. SOFRER NO PARAÍSO E… NO INFERNO
2. FILHOS & CIA.

3. CRIANÇAS E JOVENS NO MUNDO DOS ADULTOS

4. ASCENSÃO E QUEDA DO PAI

5. ELES & ELAS

6. A CAMINHO DO ALTAR…

7. ALIANÇAS, ENFIM…

8. LONGE DO MELHOR DOS MUNDOS…

9. A FRAGILIDADE DA CARNE

10. SEXUALIDADE E MATRIMÔNIO

VIDA CONJUGAL ENTRE ESCRAVOS

AMORES MULATOS

AMORES EM ENGENHOS E SOBRADOS DO NORDESTE

VIDA CONJUGAL ENTRE ESCRAVOS

AMORES MULATOS

AMORES EM ENGENHOS E SOBRADOS DO NORDESTE

11. HOMOSSEXUALIDADE & DOENÇA

12. O IMPÉRIO: PANELA FERVILHANTE DE MOLÉSTIAS E EPIDEMIAS

13. A DAMA DE BRANCO

14. A MORTE E OS AFRODESCENDENTES

15. MUDANÇAS NO MORRER…

16. O ALÉM: CRENÇAS E RELIGIOSIDADES

AS HISTÓRIAS CONTINUAM

GLOSSÁRIO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS